

TERCEIRO MILÊNIO: REVISTA CRÍTICA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Publicação semestral

Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017

Editoração Eletrônica

Laboratório de Gestão e Política Pública (LGPP) / Uenf

Revisão

Gustavo Smiderle / Thaisa Tavares / María del Carmen Villarreal Villamar

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

T315 Terceiro Milênio: Revista Críticade Sociologia e Política / Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, organização editorial de Yolanda Lima Lobo e Sergio de Azevedo. – vol. 1, n. 1 (2013)- . Campos dos Goytacazes, RJ: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2013- .

v. : il.

Semestral

Bilíngue: português e castelhano

Publicação online a partir do vol. 3, n. 2 (jul./dez. 2014).

Disponível em: <<http://www.revistaterceiromilenio.com.br>>

ISSN: 2318-373x

1. Sociologia Política. 2. Ciência Política. 3. Ciências Sociais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Fundação Darcy Ribeiro. III. Lobo, Yolanda Lima (Coord.ed.). IV. Azevedo, Sergio de (Coord. ed.).

CDD: 306.2

TERCEIRO MILÊNIO: REVISTA CRÍTICA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)

Coordenação Editorial

Sergio de Azevedo (UENF)
Wania Amelia Belchior Mesquita (UENF)
Yolanda Lima Lobo (UENF)

Comissão Editorial

Carlos Gustavo Sarment Moreira Smiderle
José Manuel Vieira Soares de Resende
Nathalie Reis Itaboraí
Paulo de F. Ribeiro
Ricardo Ramos Shiota
Vitor de Moraes Peixoto
Wania Amelia Belchior Mesquita

Conselho Editorial

Afrânio Raul Garcia Júnior (EHESS-FR)
Alzira Alves de Abreu (FUNDAR)
Antonio Octávio Cintra (UFMG)
Bernardo Sorj Iudcovsky (UFRJ)
Carlos A. de Mattos (Pontificia Universidad Católica de Chile-UCC)
Ermínia Terezinha Menon Maricato (USP)
Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Helgio Henrique Casses Trindade (UFRGS)
Jairo Cesár Marconi Nicolau (UFRJ)
José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)
José Ricardo Garcia Pereira Ramalho (UFRJ)
José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)
Lana Lage da Gama Lima (UENF)

Lucia Maria Machado Bógus (PUC/SP)
Luciana Teixeira de Andrade (PUC/MG)
Luiz Antônio Machado da Silva (IESP/UERJ)
Luiz César de Queiróz Ribeiro (UFRJ)
Gláucio Ary Dillon Soares (IESP/UERJ)
Manuel Villaverde Cabral (Universidade de Lisboa/ICSUL)
Marcos André Barreto Campelo de Melo (UFPE)
Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)
Maria Stella Faria de Amorim (FUNDAR)
Marta Teresa da Silva Arretche (USP)
Michel Misse (UFRJ)
Renato Raul Boschi (IESP/UERJ)
Roberto Kant de Lima (UFF)

MISSÃO

O periódico “Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política” é uma publicação semestral conjunta bilíngue (português e castelhano, admitindo, excepcionalmente, conteúdos em inglês) do Programa de Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e da Fundação Darcy Ribeiro, tendo por finalidade tratar de forma pluralista temas atuais e polêmicos da sociologia e da política. A RCSP inspirou-se em uma publicação denominada 3º MILÊNIO: Revista da Universidade Estadual do Norte Fluminense, organizada por Darcy Ribeiro por ocasião da criação da UENF, que pretendia discutir temas estratégicos a serem enfrentados pela universidade. Essa iniciativa teve vida curta, não alcançando mais do que três edições. Trata-se, pois, de uma homenagem ao cientista social, educador e político que buscou ao longo de sua trajetória compatibilizar *politics* e *policies*.

Neste sentido, a revista se propõe a incentivar debates acadêmicos capazes de fornecer subsídios para aprofundamento das discussões entre pesquisadores, bem como atingir um público mais amplo, interessado em temas sociais e políticos. Em cada número da RCSP haverá um “dossiê” sobre um tema polêmico, envolvendo dois ou mais autores de diferentes posições ou de abordagens teóricas distintas.

A revista priorizará artigos científicos que utilizem pesquisas empíricas, ainda que possa, em casos pontuais, aceitar ensaios inovadores (“*position papers*”), com potencialidades de abrir novas frentes de pesquisa. Além disso, encontra-se aberta para publicação de resenhas de livros, bem como de documentos originais de interesse da área.

APRESENTAÇÃO

Mobilidade humana: perspectivas e desafios — apresentação do dossiê 7

ARTIGOS DO DOSSIÊ

- Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo
EDUARDO DOMENECH 19
- Mercosur migrante: enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el Mercosur
LORENA GRANJA / MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR 49
- As fronteiras da cidadania: percepções sobre a imigração latino-americana e seu acesso a direitos no Brasil
CAMILA DANIEL / TAÍS NEGROMONTE DA SILVA / IALODÉ CHARMITE S. A. DA SILVA 79
- Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro
LEONARDO CAVACANTI / TÂNIA TONHATI / ANTÔNIO TADEU DE OLIVEIRA 103
- Género y migración internacional en la región andina. Reflexiones sobre un campo en construcción.
GIOCONDA HERRERA M. 130
- Migrações transfronteiriças na Amazônia ocidental
GISLENE SANTOS 150
- Cosmopolitismo e vidas móveis: questões éticas sobre a cidadania do mundo
VIVIANE RIEGEL 162
- Lidando com fronteiras móveis: um estudo sobre as táticas de mobilidade urbana de brasileiros em Londres
GUSTAVO DIAS / CARLA NADINNE SOUZA 186
- Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de emigrantes brasileiros(as) rumo à Europa
GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS 210
- Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro
ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA 230

O estrangeiro e as margens da cidade: a presença de europeus nas favelas Cariocas NICOLAS QUIRION	255
Festividades artísticas e culturais como foco das organizações de imigrantes: da manutenção das raízes à produção de novos significados CAMILA ESCUDERO	276
Circuitos Europa/África/América em tempos e histórias silenciadas ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ	294
ARTIGO DE TEMA LIVRE	
A política de combate à violência nos estádios de futebol: panorama e os impactos em três capitais brasileiras ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA / PAULO RODRIGUES GAJANIGO	316
RESENHA	
RAMÍREZ, Jacques. (2016). Hacia el Sur. La Construcción de la Ciudadanía Suramericana y la Movilidad Intrarregional / 1.ed. – Quito: CELAG ROGER LUCAS CORREA MARTINS	340
DOCUMENTOS	
“Vamos passar a escola a limpo”: um convite de Darcy Ribeiro YOLANDA LIMA LOBO	345

Mobilidade humana: perspectivas e desafios — apresentação do dossiê

*Human mobility: perspectives and challenges —
presentation of the dossier*

MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR
GISELE MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

As migrações são um fenômeno mundial e intimamente ligado à história da humanidade. Os seres humanos são, de fato, uma espécie móvel, e a sua capacidade para se deslocar de um lugar a outro é uma das suas principais características, além de constituir o meio que tem lhes permitido se adaptar às condições do planeta e melhorar as suas formas de vida (LIVI, 2010). Seja por necessidade de sobrevivência ou pela procura de melhores oportunidades de vida, o

deslocamento tem sido um recurso utilizado pelos seres humanos ao longo da história e constitui um dos principais instrumentos da mudança social (CASTLES & MILLER, 2004; CASTLES, 2010).

Hoje em dia há 247 milhões de migrantes, o equivalente a 3,4% da população mundial (RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016), e, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), 65,3 milhões de pessoas foram deslocadas por guerras e conflitos até 2015. Estes dados evidenciam a importância adquirida pelas migrações em nível mundial, ao passo que mostram também que ficar nos próprios lugares de origem constitui a regra para a maioria dos seres humanos.

Além da maior importância do volume dos fluxos, devido a elementos como a crescente interdependência entre países ou a compressão espaço-temporal (HARVEY, 1989; URRY, 2007), as migrações têm experimentado profundas mudanças em termos econômicos, políticos e sociais. Para Castles e Miller (2004), os fluxos contemporâneos se diferenciam dos passados por pelo menos cinco características: (1) a globalização do fenômeno; (2) a crescente politização do processo; (3) a aceleração dos fluxos migratórios; (4) a diversificação das figuras migratórias e das motivações que alimentam os fluxos; e (5) a crescente feminização das migrações.

Neste contexto, refletir sobre a mobilidade humana em todas as suas expressões constitui uma necessidade para compreendermos a realidade que enfrentamos e perante a qual devemos ser capazes de oferecer análises e respostas adequadas a curto, médio e longo prazo. Apesar do surgimento de políticas migratórias cada vez mais restritivas, da construção e fortificação de muros e do aumento da xenofobia e da discriminação contra os migrantes, multiplicam-se as iniciativas de discussão e solidariedade por parte da sociedade civil e outros atores, assim como os questionamentos ao atual sistema de gestão das migrações internacionais. Partindo destas premissas, neste dossiê reunimos diversos trabalhos de caráter teórico, metodológico e empírico que analisam diferentes aspectos relativos à mobilidade humana, considerando a complexidade e a diversidade de experiências que esse fenômeno agrega, abrindo também novas frentes de pesquisa para dar conta da sua constante evolução.

À diferença do enfoque clássico das migrações, a perspectiva de mobilidade humana inclui tanto a emigração como a imigração – interna e internacional –, o refúgio, o retorno, o trânsito, o deslocamento forçado e o tráfico e contrabando de pessoas. Neste sentido, o presente dossiê reúne trabalhos que, além dos deslocamentos no circuito Sul-Norte, indagam sobre o significado do cosmopolitismo nos dias de hoje e explicitam as particularidades das migrações nas correntes Norte-Sul e Sul-Sul, ao passo que resgatam marcos teóricos e interpretativos originários

da África e, sobretudo, da América Latina. Paralelamente, os artigos que compõem este dossiê analisam a heterogeneidade de causas que alimentam as migrações internacionais, permitindo a compreensão de novos perfis migratórios, como os estudantes internacionais, ou as especificidades das migrações femininas.

Um dos argumentos que recebe mais atenção é o papel das políticas migratórias locais, nacionais e regionais, especialmente as surgidas como resultado de processos de integração como o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A análise deste fenômeno é feita a partir de um enfoque crítico que evidencia as numerosas contradições existentes entre discursos e práticas no que diz respeito à gestão ou à governança das migrações, mas também são reflexões que abarcam os avanços e as tarefas pendentes na construção de políticas migratórias baseadas em um enfoque de direitos humanos que privilegie a livre mobilidade e livre residência de pessoas. Neste marco, enfatizam-se os desafios que enfrenta o Brasil e cidades específicas como Rio de Janeiro ou São Paulo, enquanto destino de velhos e novos fluxos migratórios, provenientes da Europa, da África e também de forma crescente dos países vizinhos da América do Sul. Por outro lado, considerando a dupla condição do Brasil como receptor e país de origem de importantes fluxos migratórios, são analisadas as estratégias, formas de organização e expressão dos brasileiros em cidades da Europa e dos Estados Unidos.

Conscientes de que as aproximações no estudo da mobilidade humana só podem ser interdisciplinares, o dossiê reúne autores(as) de diversas disciplinas – especialmente da Sociologia, da Ciência Política, da Comunicação, da Geografia e da História –, com diversas perspectivas teóricas e metodológicas e o propósito de analisar temas clássicos e emergentes sobre a mobilidade humana.

O dossiê e o interesse surgido pelos temas aqui tratados são resultado das atividades de ensino e pesquisa que as organizadoras realizam no marco da sua atuação na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) e Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde desenvolvem projetos sobre políticas migratórias, integração regional em perspectiva comparada e tendências e desafios das migrações internacionais na América Latina e Caribe. Tudo isto além das trocas e dos debates viabilizados pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem).

I - A MOBILIDADE HUMANA ONTEM E HOJE

Uma das características mais significativas dos fluxos migratórios contemporâneos é que se verificam em todas as direções e não apenas no circuito Sul-Norte. Neste contexto, as correntes Norte-Norte, Norte-Sul (QUIRION, neste dossiê) e, sobretudo, Sul-Sul (NEVES; DOMENECH; GRANJA & VILLARREAL; CAVALCANTI, TONHATI & TADEU; DANIEL, NEGROMONTE & CHARMITE, neste dossiê) adquirem cada vez mais relevância, o que, junto com o crescimento de acordos e processos de integração regional, poderia sugerir a existência de um cenário de relativa livre mobilidade. Por outro lado, o interesse pelos outros povos e as suas expressões culturais, assim como a maior acessibilidade e proximidade da alteridade – facilitada pela presença de migrantes e refugiados, produtos culturais ou pelos meios de comunicação –, tem permitido a emergência do cosmopolitismo do cotidiano (VERTOVEC & COHEN, 2010) ou cosmopolitismo comum (AGIER, 2016). É possível, portanto, falar de uma mobilidade facilitada e de um maior cosmopolitismo?

Longe de existir uma globalização dos fluxos migratórios, os efeitos e o alcance da mobilidade humana são controlados pelos países emissores e receptores de acordo com interesses políticos, econômicos ou culturais (AJA, 2004). Neste processo, se excluem os desejos reais dos migrantes, assim como as convenções e normas internacionais sobre direitos humanos. Simultaneamente, na contemporaneidade os processos globalizadores não apenas unem, mas dividem (BAUMAN, 2010). Deste modo, apesar de a mobilidade ser um valor altamente desejado, a mesma é privilégio de uma parte da população mundial com condições econômicas, níveis de formação e outras características específicas. Neste sentido, vivemos em um mundo em que existe uma hierarquia da mobilidade que estimula e facilita o deslocamento de uma minoria da população mundial, ao passo que gera crescentes barreiras e controles à imigração especialmente proveniente dos países do Sul do mundo (RIEGEL; DIAS & SOUZA, neste dossiê).

Por outro lado, desde a última década do século XX, a perspectiva transnacional evidenciou as múltiplas conexões que os migrantes mantêm com seus países de origem (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994), estimuladas pelas mudanças tecnológicas e maiores facilidades nos deslocamentos. Neste cenário, as comunidades transnacionais, também chamadas de diásporas, ocupam um papel relevante. As diásporas, constituídas pelo conjunto de cidadãos residentes fora das fronteiras nacionais e seus descendentes, que se reconhecem numa identidade comum e mantêm relações com o seu território de origem (SHEFFER, 2003, p. 9-10),

têm sido estimadas como um bem cada vez mais precioso em nível internacional, tanto em termos econômicos como políticos e culturais. Contudo, para além do estudo das diásporas atuais, é preciso indagar sobre o significado e implicações originais do termo (DUFOIX, 2011), assim como sobre os exemplos de diásporas históricas que têm influenciado o desenvolvimento de identidades comuns de caráter transcontinental (MONIZ, neste dossiê).

II - MIGRAÇÕES SUL-SUL: ESTADOS, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E PERSPECTIVAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA SUL-AMERICANA

Nas últimas décadas, a mobilidade humana entre países em desenvolvimento (fluxos Sul-Sul) tem crescido de forma progressiva até superar os fluxos das outras direções. Como resultado desta tendência, segundo o Banco Mundial, 84,3 milhões de pessoas — isto é, 34% dos fluxos internacionais — se deslocaram na direção Sul-Norte em 2015, enquanto que 93,1 milhões de pessoas (equivalentes a 38% da migração global) o fizeram entre países em desenvolvimento. Os fluxos Sul-Sul concentram também 86% dos refugiados em nível global e elevadas porcentagens de população em trânsito até países do Norte (RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016).

Além da pluralidade de motivos (políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos etc.) que podem provocar os deslocamentos humanos, as causas da mobilidade Sul-Sul se originam nas assimetrias entre países e na existência de modelos econômicos que privilegiam minorias nacionais em detrimento dos interesses coletivos. Não obstante, os deslocamentos nesta direção respondem também a fatores como a existência de redes de migrantes, facilidades à circulação, convênios multilaterais e acordos de integração regional entre países vizinhos (RATHA & SHAW, 2007; RAMÍREZ, 2016).

Apesar de ser um fluxo relativamente menos conhecido, em relação às outras direções (CASTLES & MILLER, 2004; RATHA & SHAW, 2007; OIM, 2013), a migração Sul-Sul, inclui migrantes com perfis heterogêneos como trabalhadores (CAVALCANTI, TONHATI & TADEU, neste dossiê) e estudantes (NEVES, neste dossiê). Os deslocamentos nesta direção, especialmente em casos como o sul-americano, envolvem também proporções significativas e muitas vezes majoritárias de mulheres (HERRERA; SANTOS, neste dossiê), além de estarem caracterizados por fluxos temporais de baixa e média qualificação, altos níveis de retorno e inserção formal e informal no mercado de trabalho (OIM, 2015; RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016; MELDE et al., 2014). De acordo com as tendências globais, os migrantes nesta direção também se concentram nas grandes cidades, onde enfrentam diversos problemas e

dificuldades no acesso aos direitos, assim como diversas formas de xenofobia e discriminação (OIM, 2013; OIM, 2015; DANIEL, NEGROMONTE & CHARMITE, neste dossiê).

Em termos geográficos, as migrações Sul-Sul adquirem grande relevância em nível regional. Na América do Sul, por exemplo, aproximadamente 70% dos imigrantes são originários da mesma região (OIM, 2017). O aumento dos fluxos neste contexto é resultado de fatores internos e externos. Entre os primeiros, cabe mencionar o crescimento econômico, o aumento da oferta de emprego e a melhoria das condições sociais e políticas dos países da América do Sul (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016). Estes fatores permitiram que, além dos destinos clássicos da imigração regional, como Argentina e Venezuela, países como o Brasil ganhem cada vez mais destaque enquanto polos de atração de migrantes sul-americanos (CAVALCANTI, TONHATI & TADEU; DANIEL, NEGROMONTE & CHARMITE, neste dossiê). Nas migrações sul-americanas destacam-se, particularmente, a presença de fluxos mistos e transfronteiriços (SANTOS, neste dossiê), assim como o protagonismo histórico das mulheres, especialmente na região andina, o que tem permitido a criação de marcos analíticos autônomos que podem nos ajudar na interpretação das especificidades e características destes fluxos (HERRERA, neste dossiê).

Porém, no aumento das migrações intrarregionais na América do Sul é também preciso analisar o papel dos acordos (binacionais e multilaterais) assinados entre os países da região, assim como os processos de integração regional que têm incluído o tratamento da mobilidade humana entre seus objetivos. Com efeito, tanto a Comunidade Andina de Nações (CAN), como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) têm criado medidas concretas para facilitar a circulação e residência dos cidadãos da região, assim como mecanismos para um crescente reconhecimento de direitos (RAMÍREZ, 2016; GRANJA & VILLARREAL, neste dossiê). Contudo, além dos discursos e da criação de políticas migratórias locais e regionais aparentemente favoráveis à imigração, é preciso indagar sobre as contradições entre discursos e práticas para entender que na região ainda existem diversos e heterogêneos processos de criminalização das migrações (DOMENECH, neste dossiê). Por isso, são necessárias análises que permitam compreender que, para além de políticas e acordos regionais, as dificuldades que enfrentam os migrantes sul-americanos na região no dia a dia ainda são significativas (DANIEL, NEGROMONTE & CHARMITE, neste dossiê).

III - VELHAS E NOVAS MIGRAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil tem sido historicamente um país receptor de imigrantes e, desde os anos 1980, também um importante Estado de emigração em direção principalmente aos Estados Unidos, Europa e Japão – e um fluxo que guarda certas especificidades para o Paraguai. Os brasileiros no exterior representam, segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil (2015), mais de 3 milhões de pessoas e constituem um grupo heterogêneo com diversas estratégias de mobilidade, vínculos com o país de origem e formas de expressão e organização associativa (DIAS & SOUZA; ASSIS; ESCUDERO, neste dossiê).

Contudo, no século XXI, o Brasil adquire o papel de potência emergente devido ao seu crescimento econômico, ativa política internacional e melhores condições sociais, assim como a sua estabilidade institucional e política e uma maior oferta de empregos. A consequência destes elementos, e de fatores como as políticas migratórias cada vez mais restritivas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, os efeitos da crise econômica global de 2008 e a existência de redes migratórias fizeram com que o país se tornasse também um polo de atração para população intra e extrarregional com diversas características.

Ao contrário dos fluxos migratórios históricos, onde apesar da diversidade de origens nacionais prevalecia o componente europeu, desde os anos 1980 o Brasil experimenta uma mudança de perfil, com uma presença cada vez maior de latino-americanos e caribenhos, africanos e asiáticos, vinculados a todos os setores da economia, em atividades que exigem alta ou escassa qualificação. A chegada destes novos contingentes de população vem modificando as percepções sociais e estatais em relação ao fenômeno migratório e supõe novos desafios, ao passo que exige modificações e novas respostas tanto na legislação como nas políticas públicas geradas pelas autoridades em prol de garantir o acesso aos direitos humanos, à cidadania, ao trabalho e à vida digna, assim como no combate ao aumento da xenofobia e de crescentes formas de discriminação (NEVES; CAVALCANTI, TONHATI & TADEU; DANIEL, NEGROMONTE & CHARMITE, neste dossiê).

IV - OS ARTIGOS DO DOSSIÊ

O dossiê está composto por treze artigos selecionados especialmente para esta coletânea que reúnem importantes contribuições locais e internacionais para as pesquisas sobre migrações.

No artigo “*Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo*”, Eduardo Domenech, professor e pesquisador do Centro de Estudos Avançados da Universidad Nacional de Córdoba (Argentina), analisa algumas das contradições entre os discursos e as práticas das políticas migratórias em nível regional e evidencia como, no contexto de uma agenda global de “gestão” das migrações, na América do Sul houve e ainda há diversas práticas de controle, vigilância e criminalização da mobilidade humana que estão sendo reforçadas pelo retorno ao poder de partidos e coalizões conservadores. O autor discute também como, através das lutas migrantes, as pessoas em mobilidade se tornam protagonistas, desafiam as políticas migratórias vigentes e oferecem alternativas perante os atuais regimes de controle e restrição dos fluxos.

Em “*Mercosur Migrante: enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el Mercosur*”, Lorena Granja e María del Carmen Villarreal, pós-doutorandas e pesquisadoras das Universidades Estadual do Estado do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense (UERJ e UENF), mediante o estudo das decisões e declarações oficiais e do papel desenvolvido por diversos atores, analisam a governança regional das migrações no Mercosul, assim como os enfoques, projetos de cidadania comum e desafios do bloco no que diz respeito à mobilidade humana.

No texto “As fronteiras da cidadania: percepções sobre a imigração latino-americana e seu acesso a direitos no Brasil”, Camila Daniel, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que assina o artigo junto a Taís Negromonte da Silva e Ialodê Charmite, estudantes e pesquisadoras da mesma instituição, analisam as dificuldades que enfrentam os latino-americanos no Brasil, comparando os casos das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, e as condições de acesso aos direitos e aos serviços públicos, a partir da percepção dos imigrantes, representantes consulares, pesquisadores e ativistas.

Em “*Migração no Sul-Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro*”, Leonardo Cavalcanti, professor da Universidade de Brasília e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que assina o artigo com Tânia Tonhati, doutora pela University of London (Goldsmiths) e pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e Antônio Tadeu de Oliveira, pesquisador do IBGE e coordenador de estatísticas do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) estudam um dos fluxos

migratórios recentes mais significativos no Brasil. Com este objetivo, os autores apresentam um panorama da presença haitiana no mercado de trabalho formal brasileiro, com foco na região Sul do país, analisando o perfil desta migração, a sua distribuição geográfica e inserção no mercado laboral tendo como base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Em “*Género y migración internacional en la región andina. Reflexiones sobre un campo en construcción*” Gioconda Herrera, professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Estudos de Gênero da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) no Equador, analisa o protagonismo dos assuntos de gênero dentro dos estudos migratórios, recuperando algumas das discussões pioneiras formuladas principalmente na região andina nos anos 1970 e 1980 e refletindo sobre as características destas perspectivas e as principais agendas de pesquisa que delas se derivam e que têm gerado uma “presença seletiva” do gênero nos estudos sobre mobilidade humana. Isto tem permitido evidenciar, por exemplo, o caráter “sexualmente construído” das instituições e os processos migratórios ou as reconfigurações familiares a partir das experiências migratórias.

Com “*Migrações transfronteiriças na Amazônia Ocidental*”, Gislene Santos, professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vem ajudar a preencher uma lacuna importante nos estudos migratórios no Brasil: as migrações internacionais em regiões de fronteira. Através de uma pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2016, em Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, a autora identifica o funcionamento de uma densa rede social que liga este município brasileiro ao Departamento de Beni, na Bolívia. Além de analisar aspectos laborais do fluxo, a autora problematiza o papel do Estado brasileiro e os acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia para a normatização deste fluxo, identificando os limites da política migratória em regiões de fronteira.

No texto, “*Cosmopolitismo e vidas móveis: questões éticas sobre a cidadania do mundo*”, Viviane Regel, doutoranda em Comunicação na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), a partir de análise textual, investiga os regimes de visibilidade e extrai múltiplas reflexões sobre as diferenças de acesso à cidadania e à experiência cosmopolita, a partir de dois diferentes processos de mobilidade humana: o dos turistas e o dos migrantes e refugiados.

No trabalho “*Lidando com fronteiras móveis: um estudo sobre as táticas de mobilidade urbana de brasileiros em Londres*”, Gustavo Dias, professor de Sociologia no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (Unimontes) e pesquisador membro do grupo de pesquisa Mutum (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e suas Interfaces), e Carla Nadine Souza, mestrande e pesquisadora da mesma

instituição, analisam as táticas de mobilidade de brasileiros indocumentados em Londres. A partir de uma sólida pesquisa de campo, os autores exploram junto ao universo pesquisado as experiências destes imigrantes na cidade, onde precisam lidar com o medo e os riscos cotidianos ao circularem pela cidade, em um contexto no qual as políticas migratórias e seus respectivos agentes avançam na adoção de medidas restritivas com a proliferação de mecanismos de controle e de vigilância. Os autores mostram como as fronteiras são extremamente porosas, diante de um controle migratório que engendra barreiras novas e móveis e que impõe aos imigrantes em situação indocumentada uma atenção e uma tensão constantes nas idas e vindas rotineiras.

Glauca de Oliveira Assis, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina, aborda em “Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de emigrantes brasileiros(as) rumo à Europa”, a imigração brasileira na Europa tendo em vista a constituição de um território migratório, que delinea um “ir e vir” de brasileiros(as) imigrantes em Portugal. As configurações familiares e os efeitos de crises econômicas, na origem ou no destino, mesclam-se na construção de projetos migratórios e os atualizam. O recorte analítico priorizado pela autora traz para o centro da discussão aspectos relativos ao gênero e a especificidade da condição feminina nestes deslocamentos.

Para além das migrações no circuito Sul-Norte, no artigo “Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro”, Ercílio Neves Brandão Langa, professor e pesquisador da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), aborda a crescente migração estudantil internacional, assim como as experiências, dificuldades e desafios de estudantes africanos inseridos em instituições de ensino superior (IES) no Brasil, com foco na cidade de Fortaleza.

No texto “O estrangeiro e as margens da cidade: a presença de europeus nas favelas cariocas”, Nicolas Quirion, doutorando no Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inclui a relevante discussão sobre os crescentes fluxos Norte-Sul. Mediante um estudo de caso, o autor analisa a presença de cidadãos europeus, chamados habitualmente de “gringos” nas favelas do Rio de Janeiro e reflete sobre os conflitos simbólicos e sociais e as oportunidades deste processo, assim como aborda as conexões que existem entre este e alguns elementos da história nacional brasileira.

Em “Festividades artísticas e culturais como foco das organizações de imigrantes: da manutenção das raízes à produção de novos significados”, Camila Escudero, professora de Comunicação e Pesquisadora do Real Gabinete Português de Leitura, apresenta um duplo cenário de associativismo e, a partir de uma pesquisa de campo binacional, analisa comparativamente a

participação de imigrantes em festividades artísticas, folclóricas e culturais em Chicago e São Paulo, evidenciando a importância deste processo para os protagonistas, assim como a existência de elementos permanentes e a produção constante de novos significados derivados destas atividades.

Finalmente, no texto “Circuitos Europa/África/América em tempos e histórias silenciadas”, Elias Alfama Vaz Moniz, professor da Universidade de Santiago (US) e presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento (IPED), a partir de uma análise histórico-cultural da experiência do arquipélago de Cabo Verde como espaço de passagem e “domesticação” de homens e mulheres escravizados em direção às Américas, estuda os processos pioneiros que permitiram a formação da diáspora africana e defende a necessidade de resgatar esta história silenciada de hibridismo e intercâmbio cultural entre Europa, África e América.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados). (2015). *Tendencias Globales. Desplazamiento Forzado en 2015. Forzados a Huir*, Ginebra, ACNUR.
- AGIER, Michel. (2016). *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Malden, MA: Polity Press.
- AJA, Antonio. (2004). *Temas en torno a un debate sobre las migraciones internacionales*. CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana-Cuba.
- BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. (1994). *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, London: Routledge.
- BAUMAN, Zygmunt. (2010). *La globalización: consecuencias humanas*, México: Fondo de Cultura Económica.
- CASTLES, Stephen. (2010). Comprendiendo la migración global: una perspectiva desde la transformación social. *Relaciones Internacionales*, n. 14, pp. 141-169.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. (2004). *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*, México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- DUFOIX, Stéphane. (2011). *La dispersion. Une Histoire des usages du mot diaspora*. Paris, Éditions Amsterdam.
- HARVEY, David. (1989). *The condition of postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*, Cambridge: Blackwell Publishers.
- LIVI, Massimo. (2010): *In cammino. Breve storia delle migrazioni*, Bologna: Il Mulino.
- MARTÍNEZ, Jorge; ORREGO, Cristian. (2016). *Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe*. Serie Población y Desarrollo. Santiago: CEPAL, OIM.

MELDE, Susanne; ANICH, Rudolf; CRUSH, Jonathan; OUCHO, John. (2014). Introduction: The South-South Migration and Development Nexus. In ANICH, Rudolf; CRUSH, Jonathan; MELDE, Susanne; OUCHO, John (eds.). *A new perspective on human mobility in the South*. Global Migration Issues 3. Ginebra: IOM, Springer.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) do Brasil. (2015). Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf> Acesso em: 5 jul. 2017.

OIM (Organización Internacional para las Migraciones). *Tendencias Migratorias en América del Sur*. Informe Migratorio Sudamericano n.1, Buenos Aires: OIM, 2017.

OIM. (Organización Internacional para las Migraciones). *Los migrantes y las ciudades: Nuevas colaboraciones para gestionar la Movilidad*. Informe sobre las Migraciones en el Mundo. Ginebra: OIM, 2015.

OIM (Organización Internacional para las Migraciones). *El bienestar de los migrantes y el desarrollo*. Informe sobre las Migraciones en el Mundo. Ginebra: OIM, 2013.

RAMÍREZ, Jacques. *Hacia el Sur. La construcción de la ciudadanía suramericana y la movilidad intrarregional*. Quito: CELAG, 2016.

RATHA, Dilip; PLAZA, Sonia; DERVISEVIC, Ervin (comp.) (2016). *Migration and Remittances Factbook 2016*. Global Knowledge Partnership on Migration and Development, (KNOMAD). Washington: Banco Mundial.

RATHA, Dilip; SHAW, William. (2007): *South-South Migration and Remittances*. Documento de Trabajo del Banco Mundial, n. 102, Washington, DC.

SHEFFER, Gabriel. (2003). *Diaspora Politics: At Home Abroad*. New York: Cambridge University Press.

URRY, John. (2007). *Mobilities*, Cambridge: Polity Press.

VERTOVEC, Steve; COHEN, Robin. (2010). Conceiving Cosmopolitanism. In: *The Creolization Reader. Studies in Mixed Identities and Cultures*. COHEN, Robin; TONINATO, Paola (eds). London; New York, Routledge.

María del Carmen Villarreal Villamar

Doutora em Ciência Política, bolsista de pós-doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Doutora em Sociologia, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo¹

Migration policies in South America: elements for the critical analysis of migratory and border control

EDUARDO DOMENECH

RESUMEN

En Sudamérica, en el transcurso de las últimas dos décadas, el campo de las llamadas “políticas migratorias” experimentó importantes transformaciones. El presente artículo asume como punto de partida que en el espacio sudamericano *hubo y hay* numerosas prácticas de control y vigilancia de la

1 Este artículo recupera diversos materiales de los seminarios dictados en el marco de la Escuela Internacional de Posgrado MIGRARED y a través de la plataforma virtual del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) entre 2012 y 2015, así como del módulo “La globalización del control migratorio: antecedentes históricos y nuevas configuraciones en América Latina”, desarrollado en el marco del curso de extensión universitaria “Desloca(migra)mentos/mentes”, en el Memorial de América Latina de San Pablo, Brasil, en el 2015. También retoma algunas presentaciones hechas en diferentes congresos y seminarios durante los últimos dos años. Mi agradecimiento a Bela Feldman-Bianco por las invitaciones y conversaciones que inspiraron este artículo y a Andrés Pereira por compartir sus impresiones sobre un primer borrador. Agradezco especialmente a María del Carmen Villarreal Villamar y Gisele Maria Ribeiro de Almeida por la invitación a publicar en el dossier que integra este texto.

migración que requieren ser estudiadas críticamente. Esta necesidad se ha visto renovada desde que estas prácticas se volvieran más evidentes después del “giro punitivo” que ha tenido lugar en años recientes y de la intensificación de la violencia de Estado sobre los migrantes en un contexto regional con significativas mutaciones en los patrones migratorios y una radical transformación del escenario político producido por la llegada al poder de partidos o coaliciones políticas de una “nueva derecha”. En esta dirección, el texto ofrece algunos elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo en Sudamérica en diálogo con investigaciones y publicaciones propias y ajenas, reunidas alrededor de los siguientes tópicos: 1. Régimen global de control de las migraciones; 2. Ilegalidad migratoria/migrante; 3. Deportación y deportabilidad; 4. Securitización de las migraciones; 5. Luchas migrantes.

Palabras clave: migraciones; control migratorio; Sudamérica.

ABSTRACT

During the last two decades, the field of so-called “migration policies” underwent important transformations in South America. The present article assumes as a starting point that in the South American region *there were* and *there are* numerous practices of migration control and surveillance that need to be studied critically. This need has been renewed, on the one hand, since these practices became more evident after the “punitive turn” that has taken place in recent years. On the other hand, due to the intensification of state violence upon migrants in a regional context with significant changes in migration patterns along with a radical transformation of the political scene produced by the coming to power of political parties or coalitions of a “new right”. In this sense, the text offers some elements for the critical analysis of migration and border control in South America in dialogue with my own research and the work of other scholars. The article includes the following topics: 1. Global regime of migration control; 2. Migrant illegality; 3. Deportation and deportability; 4. Securitization of migration; 5. Migrant struggles.

Keywords: migrations; migration control; South America.

INTRODUCCIÓN

En Sudamérica, en el transcurso de las últimas dos décadas, el campo de las llamadas “políticas migratorias” experimentó cambios notables e históricamente inéditos que dieron lugar a la producción de una representación dominante: la “excepcionalidad” sudamericana.² Así, a modo de “teoría pública oficial”³ (FAVELL, 2001), la diversidad y la complejidad de estas

2 Me refiero, por ejemplo, a la enunciación de principios asociados a la ciudadanía universal y la consecuente medida de suspensión de visas (Ecuador), el reconocimiento formal de la migración como derecho (Argentina) o la materialización de reivindicaciones y demandas de derechos de los emigrantes e inmigrantes en piezas jurídicas (Argentina, Uruguay, Bolivia, Ecuador).

3 Favell (2001) sostiene que muchas de las ideas y justificaciones otorgadas para sustentar determinadas políticas u orientarlas hacia nuevas direcciones se refieren a principios abstractos, conceptualizaciones inventadas o complejas afirmaciones cuasi-científicas sobre el funcionamiento del orden social. Cuando estas

transformaciones fueron sometidas por funcionarios y expertos a un gran postulado que en el transcurso de pocos años se arraigó como una creencia incuestionable: a diferencia de lo ocurrido en otras partes del mundo, especialmente en la zona del Atlántico Norte, en la región sudamericana las políticas migratorias habrían superado el “paradigma” o “enfoque” de *la seguridad y el control* en favor de uno basado en los derechos humanos. Por extensión, según este postulado, sería recién a partir del fin de ciclo de “gobiernos progresistas” que la región sudamericana habría sido alcanzada por las ideas y prácticas de “seguridad” y “control” de las migraciones y las fronteras que circulan a escala global.

La literatura especializada de mayor circulación sobre el desarrollo del control de las migraciones y las fronteras en el mundo contemporáneo muestra un claro predominio del estudio de las políticas y prácticas de regulación nacional, regional e internacional llevadas a cabo, tanto en el pasado como en el presente, en la zona del Atlántico Norte y, en menor medida, en la región Asia-Pacífico, frente a otras regiones como la sudamericana. Sin desconocer las disímiles características que han adquirido los regímenes de control migratorio y fronterizo en aquellos contextos nacionales y regionales, donde las políticas de migración y fronteras han experimentado un marcado endurecimiento y producido notorios procesos de criminalización y securitización, el presente artículo asume como punto de partida que en el espacio sudamericano *hubo y hay* numerosas prácticas de control y vigilancia de la migración que requieren ser estudiadas críticamente. Esta necesidad se ha visto renovada desde que estas prácticas se volvieron más evidentes después del “giro punitivo” que ha tenido lugar en años recientes y de la intensificación de la violencia de Estado sobre los migrantes en un contexto regional con significativas mutaciones en los patrones migratorios y una radical transformación del escenario político producido por la llegada al poder de partidos o coaliciones políticas de una “nueva derecha”. Algunas de las políticas y prácticas de control de las migraciones y las fronteras reconocibles en la región son: la persistencia de la figura legal y de la práctica estatal de expulsión o deportación; la creación de centros de detención temporal de extranjeros en proceso de deportación y lugares específicos de detención en aeropuertos; programas de regularización migratoria fundados, implícita o explícitamente, en razones de “seguridad”; anuncios u operativos de militarización o “blindaje” de las fronteras en nombre del “combate” al narcotráfico, el contrabando o el tráfico y la trata de personas; programas de “migración laboral temporal y circular” con países europeos;

argumentaciones políticas, las cuales son consideradas un prerrequisito cognitivo para cualquier actor que pretenda comprender una situación y formular una acción a partir de ella, obtienen cierta aceptación generalizada y se instauran como la teoría total dominante estaríamos en presencia de una teoría pública oficial.

programas de “retorno voluntario asistido” y “reasantamiento”; restricciones en las políticas de visado; numerosos programas nacionales y locales contra la trata y el tráfico de personas; extensión del uso de tecnologías de control biométrico; acuerdos diplomáticos en materia de seguridad que incluyen la recepción de “refugiados”.

En esta dirección, el texto pretende ofrecer algunos elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo en Sudamérica en diálogo con investigaciones y publicaciones propias y ajenas, reunidas alrededor de los siguientes tópicos: 1. Régimen global de control de las migraciones; 2. Ilegalidad migratoria/migrante; 3. Deportación y deportabilidad; 4. Securitización de las migraciones; 5. Luchas migrantes. Cabe señalar que las referencias bibliográficas relacionadas con investigaciones desarrolladas o en curso en la región no pretenden dar cuenta del estado actual de la investigación, sino ilustrar ciertas búsquedas pasadas y actuales que pueden ser de utilidad para dar continuidad o profundizar el estudio de las políticas y prácticas del control de las migraciones y la movilidad en la región.

1. RÉGIMEN GLOBAL DE CONTROL DE LAS MIGRACIONES

Las explicaciones acerca de las transformaciones del campo de las políticas de migración en América del Sur se han visto robustecidas y han adquirido mayor complejidad al contemplar analíticamente la producción de un “régimen global de control de las migraciones” y las distintas modalidades que adquiere – tanto a escala nacional como regional – debido a su posición periférica o semi-periférica. Esto ha supuesto atender los procesos de regionalización, internacionalización y transnacionalización de las políticas destinadas a regular la movilidad humana en el mundo, así como la emergencia de nuevos modos de pensar y actuar sobre las migraciones como el *migration management*, desplazado en los últimos tiempos en ciertos círculos por la noción de “gobernanza global” de la migración.⁴ Es preciso tener en cuenta que hacia finales del siglo XX, en un contexto de reconfiguración del orden mundial y expansión de la globalización neoliberal, tuvieron lugar procesos y acontecimientos de diversa índole que incitaron a modificar los esquemas de regulación de las migraciones internacionales. Mientras los gobiernos en distintas partes del mundo empezaban a considerar a la migración entre los asuntos más importantes de la política internacional, así como a mostrar mayor preocupación por los controles migratorios y fronterizos, algunos analistas se preguntaban acerca de la existencia o

4 Más allá de definiciones formales, el uso político y técnico de las nociones de *migration management* y *global migration governance* muestra múltiples convergencias y afinidades en torno a los modos de concebir las migraciones y su regulación.

conveniencia de un “régimen internacional de migración” y recomendaban a los gobiernos la revisión de las políticas migratorias llevadas adelante hasta aquel momento. La efectividad de las formas tradicionales de control de las migraciones fue puesta en cuestión y nuevos modos de pensar y actuar sobre las migraciones fueron planteadas. A comienzos de los noventa, en el universo de los expertos, algunas voces sugerían que las “presiones migratorias” debían ser gestionadas (*managed*) de manera que los movimientos de masas repentinos y las emergencias humanitarias pudieran ser impedidos, las migraciones involuntarias debido a circunstancias que amenazan la vida, tanto políticas como económicas, pudieran ser eliminadas y los flujos considerados “inevitables” pudieran ser regulados y canalizados a través de mecanismos específicos (MEISSNER, 1992). Otras sostenían que la migración internacional, en tanto “recurso valioso”, debía ser “cuidadosamente gestionada” (*managed*) y que las “presiones migratorias”, a través de distintos mecanismos de “cooperación” (o lo que en la literatura crítica se conoce como “externalización” del control migratorio), podían ser aliviadas “manteniendo a los migrantes en el país de origen” (ROGERS, 1992).

En el transcurso de la década de los noventa surgieron diversas propuestas en torno a la construcción de un “régimen internacional de migración”. Una de las más conocidas es el proyecto llamado “Nuevo régimen internacional para el movimiento ordenado de las personas” (NIROMP por sus siglas en inglés), el cual sirvió de base para la estrategia de la OIM e inicialmente fue apoyado por UNFPA y diversos gobiernos europeos. Estaba inspirado en los lineamientos de la propuesta que había presentado Bimal Ghosh, un consultor de agencias multilaterales o intergubernamentales (entre ellas OIM), a la *Commission on Global Governance* en 1993. Allí se sentaban las bases para el establecimiento de un modelo de migración “ordenada”, basado en el principio de “apertura regulada” y la adopción de mecanismos multilaterales, cuyo enfoque fue promocionado como *migration management*.⁵ Al mismo tiempo, la creación de espacios consultivos especializados en la temática de migración – ligados a procesos de integración regional – como el *Grupo Budapest* en 1993 y el *Proceso Puebla* en 1996, donde convergían diferentes actores institucionales, evidenciaba la cristalización de nuevos modos de regulación de las migraciones internacionales. Después de la celebración de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, realizada en El Cairo en 1994, la cual significó un punto de inflexión en la agenda mundial sobre la migración internacional, hubo muchas iniciativas destinadas a construir acuerdos y consolidar determinados modos de pensar y actuar sobre las migraciones. En este sentido, la creación de comités de expertos como la Comisión Global sobre Migraciones

5 Para conocer integralmente la propuesta, véase Ghosh (2000, 2007 y 2008).

Internacionales o el Grupo Mundial sobre Migración (GCIM por sus siglas en inglés) a principios del siglo XXI, dio lugar a numerosas propuestas y recomendaciones sobre la construcción de un régimen internacional de migración (véase, por ejemplo, la serie de documentos de trabajo “Global Migration Perspectives” de la GCIM). La realización de un Pacto Mundial para la Migración en 2018, que desde el título asume la migración como “segura, ordenada y regular”, además de evidenciar la consagración de las visiones tecnocráticas sobre los movimientos migratorios y su regulación, es un indicio de la vigencia que tiene el estudio de las nuevas formas de control de las movibilidades en el mundo contemporáneo.

En diferentes lugares (por ejemplo, DOMENECH, 2007, 2008, 2013) he intentado dar cuenta de algunos de los principales rasgos del marco de referencia de las políticas de migraciones internacionales inspiradas en el llamado *migration management* (o su versión latinoamericana, la “governabilidad migratoria”):⁶ a) se propone un enfoque global de gobierno inspirado en el concepto de *administración, gestión o gerenciamiento* de las migraciones; b) dispone una política migratoria orientada por la noción de “apertura regulada”, la cual, según las definiciones oficiales, sería políticamente alcanzable y operativamente viable, asumiendo la premisa de que las migraciones no pueden ser detenidas; c) la idea de “migración ordenada” constituye uno de sus componentes fundamentales y, en consecuencia, establece la migración ‘ilegal’ o ‘irregular’ como un problema mundial que conlleva múltiples riesgos, haciendo de su “prevención” y “combate” una estrategia de intervención concreta; d) su despliegue está supeditado a diversos mecanismos institucionales de diálogo multilateral y cooperación interestatal bajo una articulación regional/global; e) asume un esquema de costo-beneficio de las migraciones: aspira a la *maximización* de los beneficios o ventajas y la *minimización* de los costos o riesgos que las migraciones traerían aparejadas; f) bajo este esquema, las migraciones son representadas como un fenómeno positivo del cual, administrado adecuadamente, se pueden obtener ganancias para los múltiples actores involucrados: todos “ganan”; g) sus postulados sugieren una división entre flujos migratorios “deseables” y “no deseables” en función de su carácter ordenado/desordenado, voluntario/forzoso y reducido/masivo; h) contempla los derechos

6 Mis primeras ideas y aproximaciones al tema provienen de la formulación de un proyecto de investigación presentado a una convocatoria de CLACSO y algunas ponencias que elaboré y presenté en el transcurso del 2005. Con foco en el estudio del caso argentino, mi interés estaba centrado en el proceso de inter o transnacionalización de la política migratoria y su relación con el espacio regional sudamericano. En aquel momento, identifiqué una “visión dominante” sobre la cuestión migratoria que atribuí a la emergencia de una nueva “agenda” política mundial sobre las migraciones internacionales. Más tarde, al realizar otras búsquedas y entrar en contacto con los primeros textos críticos sobre el *migration management* (Düvell y Mezzadra fundamentalmente), adopté la noción de “régimen global de control de las migraciones”.

humanos de los migrantes, subordinados a la *administración eficaz* de los flujos migratorios, y apela al discurso “humanitario”, en ocasiones movilizando la idea del migrante como “víctima”; i) el esquema de control subyacente implica prácticas de gobierno orientadas al *direccionamiento, canalización o encauzamiento* de los flujos migratorios antes que estar inspirado en nociones abiertamente restrictivas de las fronteras o imágenes criminalizantes de la migración.

Después de la publicación del libro *Managing Migration: Time for a New International Regime?* en el año 2000, compilado por Bimal Ghosh, ciertos autores críticos destacaron la función de control que este nuevo “régimen” de alcance global cumplía en el campo de las migraciones. Algunos trabajos tempranos sostuvieron, por ejemplo, que tanto el Grupo Budapest como el Proceso Puebla eran una expresión de “formas neoliberales de control de la movilidad” (OVERBEEK, 2002). Por otra parte, el artículo de divulgación “The globalization of migration control”⁷ de Franck Düvell, publicado en el 2003 en el sitio de internet *openDemocracy.net*, hizo algunos señalamientos relevantes para comprender el desarrollo y expansión del nuevo régimen internacional de “migración gestionada”: 1. el papel de los organismos internacionales (como la OIM) en la regulación y control sobre la movilidad de trabajadores, solicitantes de asilo y refugiados; 2. la transformación del régimen europeo de control migratorio y su “exportación” (a través de la OIM) a otras partes del mundo; 3. el desarrollo de un nuevo esquema de control global de la migración; 4. la emergencia de respuestas alternativas basadas en la búsqueda de una “justicia social global” (DÜVELL, 2003). Por su parte, Sandro Mezzadra, en diversas intervenciones y textos de esos primeros años de la década del 2000, retomó la noción de régimen global de gobierno de las migraciones o de la movilidad del trabajo para caracterizarlo como “un régimen estructuralmente híbrido de ejercicio de la soberanía, en cuya definición y en cuyo funcionamiento concurren los Estados nacionales (de forma cada vez menos exclusiva, pero mostrando justamente en esta instancia su persistencia en el escenario de la ‘globalización’), formaciones ‘posnacionales’ como la Unión Europea, nuevos actores globales como la Organización Internacional para las Migraciones y organizaciones no gubernamentales con finalidades ‘humanitarias’” (MEZZADRA, 2005, p.147-148). Más adelante, otros autores han utilizado nociones como “gobierno internacional de las fronteras” para describir los actuales modos de regulación de los movimientos migratorios en el mundo (ANDRIJASEVIC & WALTERS, 2010).

⁷ Este texto se originó en un artículo que publicó en alemán el año anterior y que seguramente debido al idioma tuvo una escasa circulación en el ámbito académico angloparlante.

La indagación crítica – en buena medida, de inspiración foucaultiana o marxista – sobre la configuración del nuevo régimen internacional de regulación de la migración y, en particular, del discurso del *migration management* adquirió mayor sistematicidad, en el contexto europeo, durante la segunda mitad de la década del 2000. Las inquietudes de estos estudios, muchos de los cuales fueron trabajos de tesis de investigadores jóvenes (por ejemplo, Fabian Georgi, Sara Kalm, Martin Geiger y Stefanie Kron), giraban alrededor de los cambios que estaban aconteciendo en materia de control migratorio en Europa y en el mundo. Algunos de los trabajos resultantes de estas investigaciones individuales fueron publicados en los libros *The Politics of International Migration Management* y *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*, ambos editados por Martin Geiger y Antoine Pécoud (GEIGER & PÉCOUD, 2010, 2012). Estas publicaciones han sido un aporte significativo para la comprensión crítica de la materialización del *migration management* en el contexto europeo, principalmente, y el papel clave que han jugado y juegan ciertos organismos internacionales (principalmente OIM y, en menor medida, algunos organismos de Naciones Unidas como ACNUR o la OIT) y *think tanks* (por ejemplo, el ICMPD) en su construcción y difusión. Algunos trabajos representativos de la producción desarrollada durante esta época son: Amaya Castro (2012), Andrijasevic y Walters (2010), Ashutosh y Mountz (2011), Geiger (2010), Georgi (2007, 2010), Georgi y Schatral (2012), Hess (2010) y Kalm (2008, 2010, 2012). En general, esta literatura producida en el Norte no ha atendido ni dado cuenta de la construcción del discurso del *migration management* o de la configuración del gobierno tecnocrático de la migración en América Latina, salvo excepciones como Basok et al. (2013) y Kron (2010, 2011a, 2011b). Recientemente, la Universidad del Peloponeso en Grecia, ha publicado un libro que recoge los resultados de una investigación histórica extraordinaria sobre el organismo que precedió a la OIM, el Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas (CIME), que también contempla la experiencia latinoamericana (VENTURAS, 2015).

En América Latina, el concepto de “governabilidad” asociado a las migraciones empezó a ser utilizado en los años noventa en informes institucionales y publicaciones académicas elaborados por expertos, especialistas o consultores de organismos internacionales. En general, esta producción asumía la “governabilidad migratoria” como un imperativo político. Indudablemente, el principal referente en la región es Lelio Mármora, quien se desempeñó durante muchos años como funcionario de la OIM para el Cono Sur de América Latina. Algunas aproximaciones preliminares a la noción de “governabilidad migratoria” (MÁRMORA, 1996) o “migration management” (MÁRMORA, 1998) aparecieron desarrolladas más sistemáticamente

en su libro *Las políticas de migraciones internacionales*, publicado por primera vez en 1997 y luego reeditado en el 2002, el cual tuvo una enorme circulación en el ámbito latinoamericano. Esta publicación ofrece una primera conceptualización sobre la “governabilidad migratoria” o “governabilidad de las migraciones” en América Latina (MÁRMORA, 2002) que luego fue ampliada en otros lugares (por ejemplo, MÁRMORA, 2011). Los programas de formación y capacitación de funcionarios gubernamentales que ha desarrollado o auspiciado la OIM desde finales del siglo XX en la región latinoamericana han sido una plataforma privilegiada para la difusión de este “enfoque” o “perspectiva”. Por otra parte, algunos documentos de la CEPAL-CELADE de la década del 2000, así como artículos científicos de especialistas del área de migraciones, también han subrayado la relevancia de la “governabilidad” de la migración internacional en la región latinoamericana (véase, por ejemplo, MARTÍNEZ PIZARRO, 2001). Con el paso de los años, su uso se extendió y tuvo una gran aceptación, especialmente en el ámbito de los organismos gubernamentales nacionales involucrados en el desarrollo de la política migratoria y en espacios consultivos como la *Conferencia Sudamericana de Migraciones*, cuyas reuniones anuales se iniciaron en el año 2000, con una reunión preparatoria en 1999. La posición regional en materia de población y desarrollo, expresada en el *Consenso de Montevideo* de 2013, también contiene concepciones sobre la regulación de las migraciones claramente inspiradas en la narrativa de la “governabilidad” y la “governanza” de las migraciones.

Paralelamente a la producción desarrollada en Europa, Estados Unidos y Canadá, en el contexto académico latinoamericano, diferentes estudios han tratado la “governabilidad” o “governanza” de las migraciones desde un punto de vista crítico. De distinto modo, han indagado cuestiones que han permitido profundizar la comprensión sobre su adopción, penetración, construcción o circulación en el ámbito sudamericano y en las políticas migratorias nacionales de algunos países como Argentina (DOMENECH, 2007, 2009, 2013; CLAVIJO & SANTI, 2009), Brasil (MANSUR DIAS, 2014; TAPPA, 2017) y Chile (STANG, 2012), en los países andinos (ARAUJO & EGUIGUREN, 2009), en la región centroamericana, en particular el caso costarricense (KRON, 2010, 2011a, 2011b), en espacios de integración regional como el Mercosur (ROMANO, 2009) y la Comunidad Andina de Naciones (STANG, 2009) y foros intergubernamentales especializados en la migración como la Conferencia Sudamericana de Migraciones (DOMENECH, 2008; RAMÍREZ & ALFARO, 2010) o el “espacio iberoamericano” (SANTI, 2011a; ORTIZ, 2011; PEREIRA, 2013). Otros han centrado la mirada en asuntos específicos como la figura de la “mujer migrante” (MAGLIANO & DOMENECH, 2009), la trata y el tráfico de personas (MAGLIANO & CLAVIJO, 2011; MANSUR DIAS, 2014)

o las políticas de refugio y asilo (CLAVIJO, DALMASSO & PEREIRA, 2013; CLAVIJO, 2017).⁸ Aunque la mayoría de estos trabajos han contemplado en sus análisis a la OIM como una institución clave en la producción y propagación del *migration management*, algunos han examinado específicamente el papel de este organismo internacional (NEJAMKIS, 2009; SANTI, 2011b; MAGLIANO & CLAVIJO, 2013; ESTUPIÑAN SERRANO, 2013) y profundizado la crítica al *migration management* o “gestión internacional de las migraciones” (ESTUPIÑAN SERRANO, 2014). A partir del interés en las dinámicas a través de las cuales se clasifican, dividen y jerarquizan poblaciones en el marco de la regulación de la movilidad humana, la tesis doctoral de Janneth Clavijo ha dedicado buena parte de su análisis a los modos en que el ACNUR interviene en la producción de políticas de refugio y asilo en el contexto sudamericano y, especialmente, en el argentino (CLAVIJO, 2017). El trabajo de Denise Jardim sobre refugiados palestinos en Brasil constituye una importante contribución a la comprensión de la regulación internacional de los refugiados antes de la formación del ACNUR en contextos poco explorados como el sudamericano (JARDIM, 2016). Hoy en día, después de más de diez años de investigación, se impone una revisión de los hallazgos obtenidos y las interpretaciones ofrecidas.

2. ILEGALIDAD MIGRATORIA/MIGRANTE

Una mirada crítica sobre la migración no puede sustraerse de una de las invenciones estatales más efectivas de dominación y disciplinamiento de la población extranjera: las migraciones o los migrantes “ilegales”. Se trata de una construcción específica del siglo veinte (DÜVELL, 2008), derivada del proceso de monopolización estatal de los medios legítimos de movimiento (TORPEY, 2000), que en Sudamérica remite a las medidas destinadas a excluir o prevenir la llegada de extranjeros “indeseables” durante la época de las llamadas “migraciones masivas”. El proceso de construcción de la figura del “migrante ilegal”, como lo ilustra el caso argentino, se consolida en un contexto en que la movilidad de trabajadores de países limítrofes comienza a ser reconocida como “inmigración” y sus protagonistas se convierten en los nuevos “indeseables”, especialmente bajo las concepciones y prácticas punitivas que desplegaron las dictaduras militares. En la década del setenta, como indica un trabajo de aquella época sobre las políticas de migraciones en América Latina (TORRADO, 1979) donde se recupera la tercera

⁸ Con la pretensión de mostrar la internalización del marco de referencia de la “governabilidad migratoria” en América del Sur y, en particular, en la Argentina (DOMENECH, 2011, 2013), he utilizado la noción de *políticas de control con rostro humano* para dar cuenta de la articulación entre la lógica estatocéntrica de la soberanía nacional y el imperativo universalista abstracto de los derechos humanos.

encuesta que la División de Población de las Naciones Unidas dirigió a los gobiernos en 1976 para conocer su posición respecto a la inmigración y la emigración, la mitad de los países sudamericanos se definía por una política de carácter restrictivo: Brasil, Ecuador y Uruguay señalaban la aplicación de medidas relacionadas con la “restricción a la entrada” y Argentina y Venezuela, los dos países de la región con mayor cantidad de inmigración, declaraban que su política suponía “restricción a la entrada y permanencia de indocumentados”. Cabe destacar, además, que en la región existen antecedentes históricos trascendentales sobre la regulación estatal de las migraciones “ilegales” o “irregulares”. La Argentina, por ejemplo, fue uno de los primeros países del mundo en aplicar sistemáticamente “amnistías” migratorias desde mediados del siglo XX.

A pesar de esta experiencia histórica, la región sudamericana no ha sido tenida mayormente en cuenta por la actual literatura angloamericana o europea sobre la historia de los controles migratorios y fronterizos o la construcción histórica de la “migración ilegal”. Es importante recordar que hay publicaciones de autores locales que tematizaron las migraciones “ilegales” que datan de los años ochenta (MÁRMORA, 1981, 1983; VILLAR, 1984; SASSONE, 1987). Posteriormente, algunos trabajos han analizado la exclusión de inmigrantes “ilegales” en la década de 1990 (CASARAVILLA, 1999), la producción de “indocumentados” como amenaza social en el discurso policial (GEADIS, 2002) y la construcción estatal de la “ilegalidad migratoria” a lo largo del siglo XX (DOMENECH, 2011), así como las tensiones y paradojas de programas de regularización migratoria implementados en la Argentina bajo políticas de “gobernabilidad” de las migraciones (DOMENECH, 2009, 2009-10, 2013; ZUBRZYCKI, 2015). Algunos desarrollos recientes en el contexto sudamericano dan cuenta de una importante diversificación de miradas e inquietudes sobre la “irregularidad” migratoria. La investigación doctoral de Soledad Álvarez Velasco, actualmente en curso, examina la producción de Ecuador como una zona de tránsito utilizada por migrantes “irregularizados”, cuyo trayecto es determinado por el corredor México-Estados Unidos, y el modo en que las tensiones entre la política de movilidad y la política de control han provocado múltiples transiciones espaciales y temporales que dan forma a las dinámicas de dicho espacio de tránsito. La tesis doctoral de Angélica Alvites Baiadera analiza, en parte, cómo migrantes peruanos en Argentina, en distintos momentos sociohistóricos de los países de origen y destino, comprenden y sortean la “irregularidad” administrativa, la cual es interpretada por los sujetos de diversas maneras según los distintos procesos políticos, sociales y económicos (ALVITES BAIADERA, 2017). También los artículos de Sassone y Cortes (2010) y Pizarro (2015), donde se examinan las relaciones entre

el control estatal y las experiencias migrantes en el cruce de la frontera argentino-boliviana, aportan elementos para la reflexión sobre la multiplicidad de aspectos que atañen a la “ilegalidad” migratoria en la Argentina. En el contexto brasileño, la tesis de maestría de Daniel Etcheverry realiza una exploración antropológica acerca del valor de los documentos para el “inmigrante” y el “extranjero” como experiencia de negociación de la identidad (ETCHEVERRY, 2007) y el trabajo doctoral de Tatiana Chang Waldman indaga, desde una perspectiva jurídica, el papel de la política migratoria y la producción de la migración “no documentada” (WALDMAN, 2016).

En general, la ilegalidad migratoria/migrante – desde un punto de vista crítico – es entendida como una construcción social y política sujeta a determinadas estructuras, contextos y coyunturas sociohistóricas. Es decir, como veremos enseguida más en detalle, la denominada migración “ilegal” no es un fenómeno social dado, fijo o independiente, sino un constructo producido social, política y legalmente. El *problema social* que constituye la migración para la sociedad de recepción – incluido el Estado – es independiente de esa realidad fenoménica y posee determinadas condiciones sociales de posibilidad (SAYAD, 2010).⁹ El Estado, como plantea Sayad, es el principal lugar donde la inmigración es construida como *problema*. Es a través del trabajo de creación del Estado y de sus diversos agentes e instituciones que el inmigrante/inmigrado pasa a existir socialmente. Uno de los modos en que se define su existencia y adquiere entidad se produce a partir de su configuración como problema y los problemas que aparecen asociados a la inmigración, un problema medular que revela otros problemas, un problema en relación al cual los otros problemas no son más que asuntos secundarios.¹⁰ El dominio del Estado, como indica Bourdieu, se puede apreciar especialmente en el ámbito de la producción simbólica: “las administraciones públicas y sus representantes son grandes productores de ‘problemas sociales’ que la ciencia social con frecuencia se limita a ratificar, asumiéndolos como propios en tanto que problemas sociológicos” (BOURDIEU, 1997, p. 95).

9 Sayad (1998) se refiere a la inmigración como problemática impuesta. Esta imposición se pronuncia de manera elocuente cuando el inmigrante es percibido, definido, pensado o enunciado, en breve interpelado, como problema social, sea de manera explícita o implícita. La percepción colectiva en torno a la inmigración de la cual participa tanto el discurso político como académico contenida en la definición que se asume naturalmente y se actualiza a través de intervenciones discursivas y prácticas cotidianas está estrechamente ligada con la visión del orden social y político y las categorías de nuestro entendimiento político (y no sólo político) que en buena medida están definidas estatalmente o en términos nacionales.

10 Según Sayad (1998, p. 15), el discurso sobre el inmigrante y la inmigración establece una relación indefectible con otros objetos o problemas para poder hablar de su objeto: sólo a través de los diferentes problemas a los cuales son asociados es que los inmigrantes son “nominados, captados y tratados”. Aquí los “problemas” son entendidos tanto como “dificultades”, “disturbios” o “daños” y como “problemática constituida de forma crítica en relación a un objeto que crea necesariamente un problema” y que debe su existencia a los problemas que representa para la sociedad.

La inmigración se erige como problema debido a los intereses que afecta en la sociedad de acogida, al orden – el orden social, económico, político, jurídico, moral, policial o estético – que trastoca y pretende ser restablecido (es en este sentido que muchas de las respuestas políticas a la inmigración pueden ser interpretadas). Pero se trata de un orden social, económico, político, jurídico, moral, policial o estético definido en términos nacionales. En última instancia, la inmigración, a través de la figura del inmigrante, en tanto extranjero, el orden que altera, que desafía, es el orden nacional: con su presencia, real o imaginaria, el extranjero cuestiona ciertos parámetros establecidos como naturales para la convivencia cotidiana y revela la arbitrariedad con que operan las clasificaciones estatales en distintos espacios para regular la vida social (SAYAD, 1996, 1998, 2010). Más aún la inmigración denominada *ilegal*, la cual – como señala Doty (1996) – es *disruptiva* en tanto desestabiliza la autoridad del Estado soberano. Por otra parte, las visiones que ofrecen las prácticas estatales respecto a la llamada *inmigración ilegal* permiten comprender al Estado y las fuerzas que motivan dichas prácticas como la necesidad de reproducir las fronteras espaciales, sociales, culturales, económicas y políticas como naturales (DOTY, 1996).

Las investigaciones y reflexiones de Nicholas De Genova resultan muy iluminadoras para la comprensión de la producción de la “ilegalidad” migratoria o migrante. En el 2002 publicó un artículo, titulado “Migrant ‘Illegality’ and Deportability in Everyday Life”, que con el tiempo se ha convertido en una referencia ineludible sobre el tema. Uno de sus aportes fundamentales radica en haber sugerido que, además de designar un estatus jurídico, lo cual implica una (determinada) relación social con el Estado, la “ilegalidad” señala una particular condición sociopolítica *espacializada* (DE GENOVA, 2002; 2003). Por ello no se la puede entender, como señala González Cámara (2010), única y exclusivamente en términos jurídicos o restringirla a su definición formal (que es la que otorga habitualmente el Estado). La representación de determinados grupos nacionales como ilícita o ilegal es independiente de su situación administrativa. La inmigración requiere de mucho más que un cruce de fronteras sin autorización estatal o una permanencia más allá del plazo permitido para constituirse en ilegal o irregular. Ni siquiera se trata, como sugiere Düvell (2008), sólo de una violación o transgresión a la ley en general. Designa una condición social más que una condición jurídica mediada por una falta administrativa que en ciertas circunstancias es tipificada como delito. Así, para quienes investigan la migración “ilegal”, es importante considerar una premisa de trabajo fundamental que indica De Genova: no se trata de estudiar migrantes “indocumentados”, sino la “ilegalidad”. Además, no hay comunidades herméticamente cerradas de migrantes “indocumentados”. En la vida cotidiana, los migrantes “indocumentados” están siempre envueltos en relaciones sociales con migrantes

“legales” y muy próximos a diversas categorías de personas “documentadas”, sea como miembros de la familia (a menudo compartiendo el mismo hogar), vecinos o compañeros de trabajo, entre otros (DE GENOVA, 2002).

Otra contribución valiosa que realiza De Genova es la importancia que le asigna a la incidencia de determinados grupos sociales o nacionales en la producción histórica de la figura del migrante “ilegal” según los diversos contextos: las distintas configuraciones de “ilegalidad” tienen una especificidad histórica y se constituyen mutuamente por corrientes migratorias particulares dentro de regímenes de inmigración de Estados-nación específicos (DE GENOVA, 2002). Dicho punto de partida permite escapar a la esencialización, naturalización o reificación de la cual es objeto la migración “ilegal”, tanto en el discurso social, político y académico, cuando es pensada como “un hecho dado, inmutable e independiente del contexto social, político y legal en el que se ha generado” (GONZÁLEZ CÁMARA, 2010, p. 673). Es preciso tener presente que, en el terreno de las migraciones y su regulación política, las categorías que se desprenden de principios de exclusión y diferenciación como legales/ilegales o regulares/irregulares pueden funcionar en determinados contextos y coyunturas sociohistóricas y espacios sociales como una categoría subsidiaria de la división nacionales/extranjeros. Sabemos que, entre los modos estatales de nombrar a los inmigrantes, aquellas etiquetas que apelan ya sea a la ilegalidad o a la irregularidad para calificar a los inmigrantes o las migraciones, resultan un poderoso instrumento de clasificación de la población inmigrante. La discusión alrededor de la terminología adecuada para nombrar a los inmigrantes de acuerdo a su estatus legal, como expresa De Genova (2002), pone de manifiesto que estamos frente a un problema epistemológico y conceptual central con ramificaciones metodológicas, implicaciones éticas y repercusiones políticas significativas.

Por otra parte, si buscamos comprender la construcción social y política de la migración “ilegal” como “problema”, enmarcando este proceso en el campo de la “ilegalidad” migratoria o migrante, es imprescindible prestar también atención a aquellos procesos político-administrativos que son presentados como la contracara de las “ilegalizaciones”, conocidos como “legalizaciones”, “regularizaciones” o “amnistías”. Generalmente estos procedimientos son vistos como una herramienta para “hacer efectivos” los derechos de los migrantes, sin advertir que también son instrumentos de control de la población inmigrante. Como plantea De Genova, mientras que las “legalizaciones” instituyen una corrección oficial del estatus jurídico para los indocumentados, las “ilegalizaciones” suministran las condiciones de posibilidad de estos programas: “Cada *ilegalización* implica la posibilidad de su propia rectificación” (DE GENOVA, 2002, p. 429). Además, el carácter invariablemente parcial de los procesos de “legalización” o

“regularización” nunca elimina el campo de la “ilegalidad”, sino que más bien refina y reconstituye ese campo para los que no resultan elegibles y permanecen indocumentados a la par de todas las posteriores llegadas “ilegales”.

3. DEPORTACIÓN Y DEPORTABILIDAD

La deportación constituye una práctica paradigmática de la violencia de Estado, cuyo despliegue tiene una larga historia: las primeras leyes de expulsión de extranjeros datan de comienzos del siglo XX. A pesar de ello, su estudio sistemático es bastante reciente. La magnitud y expansión que adquirieron las deportaciones, acontecimiento nombrado como *deportation turn* por Gibney (2008), así como el volumen, el alcance y la sofisticación que adquirieron los controles migratorios en la zona del Atlántico Norte en la última década y media, motivaron – como indica Susan B. Coutin – la emergencia de un nuevo campo de estudio, los *deportation studies*, a partir de la intersección entre los estudios migratorios y de la seguridad (COUTIN, 2015). En un texto reciente, escrito especialmente para un número especial sobre “Deportación, ansiedad, justicia: nuevas perspectivas etnográficas”, organizado por Heike Drotbohm e Ines Hasselberg, Coutin hace una revisión de la investigación empírica sobre el tema y muestra posibles direcciones para futuros estudios, en particular etnográficos. Precisamente, desde el campo de la antropología se han hecho novedosos aportes en estos últimos años. De Genova (2010) ha propuesto la noción de “régimen de deportación” para poder dar cuenta de que la deportación es una construcción política compleja que manifiesta y engendra nociones dominantes de soberanía, ciudadanía e identidad nacional, entre otras. Por otra parte, como ha sugerido Peutz (2006), no solamente importa el acto de expulsión como evento, sino también su desarrollo como proceso, vinculado a la irregularidad y la expulsabilidad en el territorio del Estado receptor hasta la ejecución del traslado y los efectos, tanto en el orden individual como colectivo, en la llamada “sociedad de origen”. En un sentido análogo, Drotbohm y Hasselberg (2014) han indicado la necesidad de una perspectiva transnacional sobre el “corredor de la deportación” para captar la experiencia de la deportación: un estado de tránsito espacial, institucional y afectivo, que puede ser permanente y transitorio al mismo tiempo.

En la actualidad, las expulsiones de extranjeros mayormente estudiadas son aquellas que han tenido lugar en países de la zona del Atlántico Norte, en contextos de “deportaciones masivas” (*mass deportations*). La región sudamericana, por su parte, posee la particularidad de que permite indagar procesos de deportación tanto en contextos de migración Sur-Norte, en particular, desde los Estados Unidos y Europa, como de migración Sur-Sur, especialmente entre

países vecinos (DOMENECH, 2015). En los últimos años han surgido diversos estudios sobre la deportación y deportabilidad de migrantes sudamericanos desde países del Norte. Nancy Hiemstra ha desarrollado una extensa investigación sobre la detención y deportación de ecuatorianos desde los Estados Unidos, que ha incluido trabajo de campo etnográfico en Ecuador con deportados y familiares de migrantes detenidos (HIEMSTRA, 2011). Asimismo, la tesis doctoral de Adriana Jarrín Morán (Universidad Autónoma de Barcelona) constituye una de las contribuciones recientes sobre la deportación de migrantes ecuatorianos desde España. Actualmente, Gioconda Herrera (FLACSO-Ecuador) lleva adelante un estudio sobre las trayectorias y estrategias de migrantes indígenas ecuatorianos deportados desde los Estados Unidos y Ulla Berg (Rutgers University) se encuentra realizando una investigación etnográfica sobre la detención y deportación de migrantes sudamericanos, especialmente peruanos, también desde los Estados Unidos. En relación a las migraciones intrarregionales y la actuación de los Estados sudamericanos, algunas investigaciones recientes sobre las políticas y prácticas institucionales y las experiencias de migrantes han empezado a contribuir al desocultamiento y comprensión de esta práctica estatal. Resultados de investigaciones doctorales, terminadas y en curso, ofrecen múltiples elementos para la reflexión crítica sobre las prácticas de expulsión de los Estados argentino (GARCÍA, 2015), brasileño (WALDMAN, 2016), ecuatoriano (ÁLVAREZ VELASCO, en prensa) y peruano (ALVITES BAIADERA, 2017). Otros trabajos han empezado a tematizar las expulsiones y la expulsabilidad en Chile (STANG & STEFONI, 2016; QUINTEROS, 2016). Desde Brasil, un artículo reciente de Piscitelli y Lowenkron analiza, entre otros aspectos, la producción de la categoría de “víctima” en el marco de las políticas contra la trata de personas y su relación con la deportación en los contextos nacionales brasileño y español (PISCITELLI & LOWENKRON, 2015). En mis trabajos sobre la construcción de la “ilegalidad migratoria” en la Argentina (DOMENECH 2009, 2009-10, 2011) y, más recientemente, en aquellos donde abordo exclusivamente la figura de la expulsión en la región sudamericana (DOMENECH, 2015a, 2015b), he buscado capturar sus orígenes y los cambiantes sentidos y usos que fue adquiriendo, así como las distintas controversias que suscitó a lo largo del tiempo. Algunas publicaciones recientes de Martín Albornoz y Diego Galeano contienen relevantes hallazgos historiográficos sobre el accionar policial frente a la expulsión de extranjeros entre finales del siglo XIX y comienzos del XX en la Argentina y en el Atlántico sudamericano (ALBORNOZ & GALEANO, 2016, 2017).

Desde mi punto de vista, es trascendental que el estudio de la deportación o expulsión de extranjeros sea asumido en el marco de una aproximación comprehensiva orientada a explorar el

campo de la “ilegalidad” migratoria/migrante. En este sentido, resulta necesario atender las deportaciones como parte sustantiva de un régimen de control de la inmigración. Esto supone mirar el vínculo con otras prácticas de control migratorio y social como los rechazos en frontera o inadmisiones, las detenciones (en particular, los lugares de detención o centros de internamiento para extranjeros o su equivalente), la articulación nacional/regional/global del control migratorio, la construcción del nexo migración/seguridad a nivel global y sus especificidades locales, la implementación de nuevos instrumentos tecnológicos como la biometría, la relación con las redadas y detenciones policiales, los convenios o acuerdos bilaterales o multilaterales en materia de expulsión, la dimensión experiencial o subjetiva de los “expulsables” y los “expulsados” y sus familias, las estrategias de las organizaciones y movimientos de solidaridad, oposición y resistencia, entre otros. También requiere atender el despliegue de otros mecanismos e instrumentos no siempre ni necesariamente identificados con el control migratorio y fronterizo como son, entre otros, los programas de “prevención” y “combate” de la trata y el tráfico de personas, los procesos de regularización migratoria y los programas de migración laboral temporal y circular, los cuales contemplan medidas de retorno “voluntario” o “asistido”.

Ahora bien, no sólo se trata de expulsión o expulsiones, sino también de “expulsabilidad”, término utilizado por Sayad en sus trabajos de los años ochenta (véase, por ejemplo, SAYAD, 2008), o “deportabilidad”, la noción usada habitualmente en la literatura angloamericana: la posibilidad de ser removido del espacio territorial del Estado-nación (DE GENOVA, 2002). Está implicada en normas y prácticas administrativas específicas destinadas a la población migrante, además de estar siempre latente en múltiples espacios sociales de una sociedad nacional. En diferentes contextos nacionales, un alto porcentaje de órdenes de expulsión nunca son ni serán ejecutadas. Sin embargo, la mera existencia de la figura de la expulsión tiene efectos concretos sobre la vida cotidiana de los inmigrantes. De hecho, la “ilegalidad” puede ser vivida, como plantea De Genova, bajo un intenso sentido de deportabilidad (DE GENOVA, 2002). La “expulsabilidad” – como efecto de la existencia de la figura de la expulsión o deportación – opera como un mecanismo de chantaje social que mantiene a los residentes extranjeros en un estado de permanente *provisoriedad*. En esta dirección, también es importante tomar en cuenta aquellas prácticas que buscan evadir o que enfrentan la expulsión o la expulsabilidad en tanto “actos eminentemente políticos, actos que tienen una significación política y que pueden tener consecuencias políticas incalculables” (SAYAD, 2008, p. 113). Al respecto, los trabajos de Peter Nyers sobre la “anti-deportación”, es decir,

movilizaciones políticas de migrantes y refugiados *non-status*, en particular en contra de deportaciones y detenciones, pueden resultar altamente productivos (NYERS, 2003). Finalmente, así como es importante tomar en cuenta la expulsabilidad/deportabilidad y no solamente la expulsión/deportación, hay que considerar también la llamada “no-deportabilidad” (PAOLETTI, 2010) de determinados sujetos, esto es, extranjeros “deportables” que el Estado no puede deportar o que no está autorizado a hacerlo, permitiría explorar zonas o sitios de los espacios de la ilegalidad migratoria/migrante que no suelen abordarse.

4. SECURITIZACIÓN DE LA MIGRACIÓN

En los últimos años, el término “securitización” adquirió un lugar destacado en la investigación académica sobre la migración a partir del cruce entre distintas especialidades como los estudios migratorios y los estudios de la seguridad y la incidencia de la criminología crítica en el estudio de la migración (más específicamente, la corriente “crimmigration”). Como sucede con los demás tópicos que hemos visto, la discusión acerca de la securitización de la migración se inscribe en las extraordinarias transformaciones acontecidas a nivel mundial con el final de la Guerra Fría y, en particular, está relacionada con el fortalecimiento o endurecimiento de los controles migratorios y fronterizos en países como los Estados Unidos o formaciones supraestatales como la Unión Europea. A grandes rasgos, se pueden reconocer dos maneras diferentes de comprender la noción de securitización de la inmigración: una está muy asociada a la noción de “criminalización” de la inmigración y enfatiza aquellos procesos, mecanismos y prácticas estatales de coacción, mientras que la otra abre su mirada a una multiplicidad de actores y prácticas de seguridad. En esta oportunidad, quisiera rescatar algunas contribuciones de la segunda vertiente y, en especial, ciertas consideraciones de Didier Bigo sobre la noción de “securitización” en el terreno de las migraciones y las movilidades.

Tanto la conceptualización como la estrategia analítica de Bigo sobre la securitización, al superar el sentido restringido que habitualmente se le atribuye, permiten comprender de una manera más compleja el modo en que la migración se “securitiza”, es decir, la manera en que es producida como un asunto o problema de seguridad, e invita a explorar (sin que esto implique una traslación automática) ámbitos y esferas de gobierno (estatales y no estatales) de la migración, así como las creencias y prácticas de los actores involucrados de una u otra manera, que han pasado inadvertidas hasta el momento en el análisis de las transformaciones que están experimentando las políticas de migraciones internacionales en general y las prácticas de control y vigilancia en particular en el espacio sudamericano. En un texto que ha tenido una gran

circulación sobre la seguridad y la inmigración, donde realiza una crítica a lo que llama la “gubernamentalidad del malestar”, publicado en el 2002, Bigo plantea que la securitización de la inmigración es una tecnología política, usada como un modo de gubernamentalidad por diversas instituciones para jugar con el malestar (o favorecerlo si aún no existe), así como para afirmar su rol como proveedores de protección y seguridad y enmascarar algunos de sus errores (BIGO, 2002).

Para Bigo, asumiendo la noción bourdesiana de campo, la securitización de la migración se produce en la intersección entre ciertos “actos de habla” de profesionales de la política que consiguen imponerse, la movilización que crean a favor o en contra de ciertos grupos de personas y el campo específico de los profesionales de la seguridad (policías, gendarmes, agentes de servicios de inteligencia, militares, proveedores de tecnologías de vigilancia y expertos en evaluación de riesgos). Contempla, asimismo, toda una gama de prácticas administrativas (como perfiles de población, evaluación de riesgos, cálculos estadísticos, creación de categorías, etc.) y el *habitus* del “profesional de la seguridad” con su *ethos* del secreto y preocupación por la gestión del miedo o malestar (BIGO, 2002). Así, la aproximación sociológica de Bigo ofrece, como se desprende también de trabajos más recientes, la posibilidad de identificar distintos universos sociales involucrados en los controles fronterizos y la conceptualización de las fronteras que está detrás de metáforas que aluden a entidades sólidas, líquidas o difusas (BIGO, 2014a, 2014b).

Por otra parte, sus investigaciones pueden ser útiles también para mirar más allá de ciertas oposiciones reduccionistas que dan por sentado que el control se relaciona exclusivamente con la capacidad de detener el movimiento y la libertad con el desarrollo efectivo de la movilidad, pasando por alto que la noción de seguridad no solo está implicada en esquemas de detención o paralización, sino también de apertura o facilitación del movimiento, asociado a la velocidad (BIGO, 2011). Por último, su abordaje de la securitización de la migración, puede resultar atractivo para profundizar el análisis de la producción del “discurso humanitario” en el contexto latinoamericano y su íntima conexión con algunos preceptos del esquema de la “governabilidad migratoria”. Para Bigo el humanitarismo puede resultar un subproducto del proceso de securitización. Existe actualmente una creciente literatura que aborda el “humanitarismo” en el gobierno de la migración (véanse por ejemplo, algunos trabajos de Didier Fassin, William Walters y Martina Tazzioli) o que, al analizar críticamente el nexo entre migración y seguridad, brindan algunos elementos para una aproximación multidimensional del concepto y los procesos de “securitización” de la migración: por ejemplo, el trabajo de Jef Huysmans, en particular, un sugerente texto escrito con Vicki Squire (HUYSMANS & SQUIRE, 2010), donde identifican

perspectivas como la “estratégica tradicional”, focalizada en la “seguridad del Estado”, y la de la “seguridad humana”, centrada en la seguridad individual de los migrantes.

Últimamente han surgido algunas investigaciones que han adoptado o utilizado estas perspectivas teóricas o algunas de sus herramientas conceptuales para indagar la producción de la cuestión migratoria como un asunto de seguridad en contextos nacionales sudamericanos. En Brasil, por ejemplo, el trabajo doctoral de Guilherme Mansur Dias problematiza la relación entre migración, crimen y seguridad y focaliza su mirada en las políticas contra la trata de personas a nivel internacional y nacional (MANSUR DIAS, 2014).¹¹ Por otro lado, la tesis de doctorado de Andrés Pereira analiza la política migratoria argentina en el período 1990-2015 mediante la construcción de tres categorías analíticas (humanitarismo de expiación, de contestación y de prevención) que dan cuenta de la cambiante relación entre migración, seguridad y derechos humanos a partir de las especificidades del contexto político, económico y social (PEREIRA, 2017). La tesis de maestría de Clara Dalmasso, a partir de la problematización de la relación entre migración, seguridad y terrorismo, busca comprender la construcción del “migrante irregular” y del “migrante forzado” como amenaza terrorista en el discurso estatal argentino e internacional (DALMASSO, 2016).

Ahora bien, más allá de estas aproximaciones recientes, en el contexto sudamericano, la discusión académica sobre la securitización de las migraciones en la región no ha adquirido demasiada atención hasta el momento. Durante largo tiempo, se dio por sentado que, en Sudamérica, a diferencia de lo acontecido en el hemisferio norte, no había sido alcanzada por ideas y prácticas securitarias que circulan a escala global. Quizás esto pueda ser atribuido al encantamiento que produjeron acontecimientos trascendentales y singulares y, en algunos casos, históricamente inéditos, que tuvieron lugar en la región como la enunciación de principios asociados a la ciudadanía universal y la consecuente medida de suspensión de visas (Ecuador), el reconocimiento formal de la migración como derecho (Argentina) o la materialización de reivindicaciones y demandas de derechos de los emigrantes e inmigrantes en piezas jurídicas (Argentina, Uruguay, Bolivia, Ecuador). El problema, en mi opinión, es que de algún modo estas singularidades impidieron reconocer la *coexistencia* entre estos acontecimientos y las prácticas de control y vigilancia que operan en el presente en distintos países, diversos espacios, a diferentes escalas y a través de numerosos actores en el ámbito regional sudamericano. Mirando hacia el

11 Cabe destacar que en el contexto académico brasileño también existen algunas iniciativas de investigación destinadas a estudiar políticas y prácticas de control de la migración en el Norte. Véase, por ejemplo, la tesis doctoral de Fernanda Di Flora sobre los centros de detención de extranjeros y sus múltiples lógicas en Italia, defendida en la Universidad Estadual de Campinas (Di Flora, 2016).

pasado, una cuestión inquietante sobre la securitización de la migración es en qué medida la literatura mencionada podría favorecer nuevas problematizaciones e iluminar otros hallazgos sobre la relación entre migración y seguridad en el marco de las legislaciones y políticas migratorias fundadas en la “doctrina de seguridad nacional” y desarrolladas bajo dictaduras militares de los años ’70 y ’80 en los países sudamericanos.

5. LUCHAS MIGRANTES

La conjunción entre prácticas de activismo e investigación social ha dado lugar a una “mirada” o un “enfoque” conocido como “autonomía de las migraciones” (*autonomy of migration*). A diferencia de las representaciones prevalecientes en el ámbito académico y en el universo de las organizaciones no gubernamentales, no se trata de un enfoque acrítico que simplemente se pronuncia a favor de la inmigración y los migrantes – y que podríamos llamar (*im*)*migrant friendly* – sino de una mirada que discute las teorías dominantes de la migración y que, al mismo tiempo, está imbricada con las experiencias de “luchas migrantes” que sobresalen por su carácter contestatario y radical frente al orden social dominante. Básicamente propone comprender las migraciones como movimiento social. Sandro Mezzadra es uno de los “investigadores militantes” que ha protagonizado el proceso de producción de esta nueva perspectiva que interroga críticamente el discurso académico y político hegemónico sobre la migración y se ha involucrado en discusiones con investigadores latinoamericanos sobre la “autonomía de las migraciones”.¹² Desde comienzos de la década pasada, a lo largo de distintos textos ha ido desarrollando un modo específico de comprender este punto de vista sobre las migraciones. Su texto “Capitalismo, migraciones y luchas sociales. La mirada de la autonomía”, con distintas versiones y traducciones, sistematiza en buena medida las ideas que estructuran la propuesta teórico-política de la “autonomía de las migraciones”. En castellano se publicó en la revista *Nueva Sociedad* en el año 2012, pero dos años antes ya había aparecido una versión en inglés en una compilación de Vicki Squire sobre “irregularización” (SQUIRE, 2011). Estos textos están basados en algunos escritos previos: uno preparado como ponencia para una conferencia internacional (“Indeterminate! Kommunismus”, Fráncfort, noviembre de 2003) y otro como capítulo de libro en italiano (2004)

¹² En el mes de noviembre del 2015, Blanca Cordero y Amarela Varela organizaron junto a Sandro Mezzadra el seminario internacional: “Migración y trabajo vivo en el capitalismo global. Una discusión latinoamericana sobre la perspectiva de la autonomía de las migraciones” en el Instituto de Ciencias Sociales de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. En este espacio, presenté en co-autoría con Eugenia Boito un trabajo sobre las “luchas migrantes” en el contexto sudamericano. Este apartado recupera algunas de los señalamientos hechos en dicha presentación y en el artículo “‘Luchas migrantes’ en Sudamérica: reflexiones críticas desde la mirada de la autonomía de las migraciones”, preparado para el libro colectivo.

y en castellano (como apéndice de su libro *Derecho de fuga*, publicado en el 2005 por Tinta Limón y Traficantes de Sueños). También se ha explayado sobre la “autonomía de las migraciones” en diversas entrevistas o diálogos publicados en diferentes soportes.

Entre otros usos posibles, la mirada de la autonomía de las migraciones puede resultar muy productiva para el análisis crítico de las “luchas migrantes”, entendidas según la definición que se propone en el artículo colectivo “New Keywords: Migration and Borders”, coordinado por De Genova, Mezzadra y Pickles (2015) en términos de “luchas medianamente organizadas en las cuales los migrantes desafían, derrotan, evaden o dificultan las políticas de movilidad dominantes (incluyendo el control fronterizo, la detención y la deportación) o el régimen de trabajo o el espacio de la ciudadanía” y, a la vez, como “estrategias, rechazos y resistencias cotidianas a través de las cuales los migrantes representan su presencia (aún no expresadas como peleas “políticas”)”. Quienes asumen esta perspectiva, en general, consideran que la producción de la “ilegalidad” migratoria/migrante, entendida como “un proceso tenso y basado en conflictos en el que los movimientos subjetivos y las luchas relacionadas con la migración son un factor activo y fundamental” (MEZZADRA, 2012, p. 160) resulta un elemento central para el análisis de las “luchas migrantes”. A continuación, por motivos de extensión, me limitaré a señalar solamente cuatro aspectos de interés para el propósito de este texto.

En primer lugar, la aproximación a la relación entre migraciones, Estado y ciudadanía es radicalmente diferente a las interpretaciones dominantes o convencionales: se aleja de la noción de ciudadanía formal para pasar a considerar que los migrantes, independientemente de su estatus legal, directamente *actúan* como “ciudadanos” (MEZZADRA, 2012). En este sentido, las luchas migrantes son entendidas como prácticas y reivindicaciones de igualdad y libertad que no necesariamente se encuadran en una noción de ciudadanía (formal) y que, al mismo, se rehúsan a ser codificadas en esos términos. En segundo lugar, el enfoque de la autonomía de las migraciones, a diferencia de otras propuestas que también destacan la agencialidad de los migrantes, presta especial atención a la vez que se inspira en la “incoregibilidad” (DE GENOVA, 2010) de las luchas migrantes, esto es, en prácticas de desobediencia civil. En tercer lugar, supone una aproximación crítica a las nociones de frontera y de soberanía estatal con las cuales aún intelectuales críticos mantienen distancia debido a su negación a (o incomodidad para) pensar la migración por fuera del marco de la “ciudadanía”. El posicionamiento político del enfoque de la autonomía de las migraciones en relación a las fronteras y su modo de aprehenderlas, cuyo desarrollo ha estado compenetrado con las protestas y reivindicaciones que se dieron en el contexto europeo frente a las políticas de control de las fronteras externas de la

UE como los *no-border camps* y las campañas anti-OIM, tiene una evidente conexión con la mirada crítica sobre el llamado “régimen internacional para la migración ordenada de las personas” (GHOSH, 2000, 2008) y el nuevo dogma de nuestros tiempos, el *migration management*, actualizado bajo la denominación “gobernanza global de la migración” (o *global migration governance*). Por último, si bien el origen del enfoque de la autonomía de las migraciones está vinculado al trabajo de corte histórico sobre el paso de la esclavitud al trabajo asalariado de Yann Moulier Boutang (véase PAPADOPOULOS, STEPHENSON & TSIANOS, 2008; MEZZADRA, 2011), generalmente es adoptado para pensar e interpretar las “luchas migrantes” en el presente. La temprana emergencia de los controles migratorios y fronterizos modernos con la consolidación del Estado-nación y de medidas estatales de exclusión como la expulsión que pasaron a estar destinadas específicamente a la población extranjera (véase, por ejemplo, WALTERS, 2002) otorga buenas razones para asumir también la autonomía de las migraciones en perspectiva histórica. A partir de estos planteamientos, en un texto reciente de carácter exploratorio escrito en coautoría (DOMENECH & BOITO, en prensa), hemos planteado la necesidad de aproximarse y conocer críticamente las singularidades que presentan las experiencias de “luchas migrantes” en Sudamérica frente a aquellas que han tenido lugar en otros territorios.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Martín; GALEANO, Diego. (2016). El momento Beastly: La policía de Buenos Aires y la expulsión de extranjeros (1896-1904). *Astrolabio*, n. 17, p. 6-41.
- ALBORNOZ, Martín; GALEANO, Diego. (2017). Anarquistas y policías en el atlántico sudamericano: una red transnacional, 1890-1910. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, n. 47, p. 101-134.
- ALVITES BAIADERA, Angélica. (2017). Políticas migratorias y subjetividades migrantes: peruanos en Argentina. Tesis de doctorado, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba.
- AMAYA-CASTRO, Juan M. (2012). Migration and the World of Work: Discursive Constructions of the Global in ILO Narratives about Migration. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.). *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*. Osnabrück: IMIS-Beiträge, n. 40.
- ANDRIJASEVIC, Rutvica; WALTERS, William. (2010). The International Organization for Migration and the international government of borders. *Environment and Planning D: Society and Space*, V. 28, n. 6, p. 977-999.
- ARAUJO, Lorena; EGUIGUREN, María Mercedes. (2009). La gestión de la migración en los países andinos: entre la securitización y los vínculos diaspóricos. *Andina Migrante*, n. 3, p. 2-10.

ASHUTOSH, Ishan; MOUNTZ, Alison. (2011). Migration management for the benefit of whom? Interrogating the Work of the International Organization for Migration. *Citizenship Studies*, V. 15, n. 1, p. 21-38.

BASOK, Tanya; PIPER, Nicola; SIMMONS, Victoria. (2013). Disciplining Female Migration in Argentina. Human Rights in the Time of Migration Management. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.). *Disciplining the Transnational Mobility of People*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.

BIGO, Didier. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives*, V. 27, p. 63-92.

BIGO, Didier. (2011). Freedom and Speed in Enlarged Borderzones. In: SQUIRE, Vicki (Ed.). *The Contested Politics of Mobility. Borderzones and Irregularity*. Abingdon: Routledge.

BIGO, Didier. (2014a). The (in)securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy - border guards/police - database analysts". *Security Dialogue*, V. 45, n. 3, p. 209-225.

BIGO, Didier. (2014b). Death in the Mediterranean Sea: The Results of the Three Fields of Action of European Union Border Controls. In: CELIKATES, Robin; JANSEN, Yolande; BLOIST, Joost de (Eds.). *The Irregularization of Migration in Contemporary Europe: Detention, Deportation, Drowning*. Londres: Rowman & Littlefield International.

BOURDIEU, Pierre. (1997). *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama.

CASARAVILLA, Diego. (1999). *Los laberintos de la exclusión. Relatos de inmigrantes ilegales en Argentina*. Buenos Aires: Lumen / Humanitas.

CLAVIJO, Janneth. (2017). Políticas de refugio y asilo en Sudamérica: ambivalencias de la figura del refugiado en Argentina. Tesis de doctorado, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba.

CLAVIJO, Janneth; SANTI, Silvana. (2009). Estado argentino y emigración: la cooperación, la reciprocidad y la gobernabilidad en el discurso estatal actual. In: DOMENECH, Eduardo (comp.) *Migración y política: el Estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Sudamérica*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

CLAVIJO, Janneth; DALMASSO, Clara; PEREIRA, Andrés. (2013). Refugio y gobernabilidad migratoria en el contexto argentino. I Congreso Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades, Córdoba, 20-22 de noviembre.

COUTIN, Susan. (2015). Deportation Studies: Origins, Themes and Directions. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, V. 41, n. 4, p. 671-681.

DALMASSO, Clara. (2016). Migración, terrorismo y seguridad: El migrante como amenaza terrorista en el discurso estatal argentino y en los discursos internacionales. Tesis de maestría, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Católica de Córdoba.

DE GENOVA, Nicholas. (2002). Migrant 'Illegality' and Deportability in Everyday Life. *Annual Review of Anthropology*, V. 31, p. 419-447.

DE GENOVA, Nicholas. (2010). "The Queer Politics of Migration: Reflections on 'Illegality' and Incurability", en *Studies in Social Justice*, V. 4, n. 2, p. 101-126.

DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John. (Eds.) (2015). New Keywords: Migration and Borders. *Cultural Studies*, V. 29, n. 1, p. 55-87.

DI FLORA, Fernanda. (2016). *Estado de emergência permanente: racialização, exclusão e detenção de estrangeiros na Itália*. Tesis de doctorado, Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Estadual de Campinas.

DOMENECH, Eduardo. (2007). La agenda política sobre migraciones en América del Sur: el caso de la Argentina". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, V. 23, Nº 1, p. 71-94.

DOMENECH, Eduardo. (2008). La ciudadanía de la política migratoria en la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global. In: NOVICK, Susana (Comp.). *Las migraciones en América Latina. Políticas, culturas y estrategias*. Buenos Aires: CLACSO / Catálogos.

DOMENECH, Eduardo. (2009). La visión estatal sobre las migraciones en la Argentina reciente. De la retórica de la exclusión a la retórica de la inclusión. In: DOMENECH, Eduardo (Comp.). *Migración y política: el Estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Sudamérica*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba.

DOMENECH, Eduardo. (2009-10). La 'nouvelle politique migratoire' en Argentine: les paradoxes du programme 'Patria Grande'. *Problèmes d'Amérique Latine*, n. 75, p. 37-59.

DOMENECH, Eduardo. (2013). 'Las migraciones son como el agua': Hacia la instauración de políticas de 'control con rostro humano'. La gobernabilidad migratoria en la Argentina. *Polis* [En línea]. *Revista Latinoamericana*, n. 35.

DOMENECH, Eduardo. (2015a). Controle da imigração 'indesejável': expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Ciência e Cultura*, V. 67, n. 2, p. 25-29.

DOMENECH, Eduardo. (2015b). Inmigración, anarquismo y deportación: la criminalización de los extranjeros 'indeseables' en tiempos de las 'grandes migraciones'. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, V. 23, n. 45, p. 169-196.

DOTY, Roxanne. (1996). Immigration and national Identity: constructing the nation. *Review of International Studies*, V. 22, n. 3, p. 235-255.

DROTBOHM, Heike; HASSELBERG, Ines. (2015). Introduction: Deportation, Anxiety, Justice: New Ethnographic Perspectives. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, V. 41, n. 4, p. 551-562.

DÜVELL, Franck. (2003). The globalisation of migration control. *OpenDemocracy*. Disponível em: http://www.opendemocracy.net/people-migrationeurope/article_1274.jsp.

DÜVELL, Franck. (2008). Clandestine migration in Europe. *Social Science Information*, V. 47, n. 4, p. 479-497.

ESTUPIÑAN SERRANO, Mary Luz. (2013). Acerca de la gobernanza y la gestión migratoria. Crítica del papel de la OIM en el gobierno de la migración internacional y regional. *Documentos de Trabajo de CLACSO*, n. 33.

ESTUPIÑAN SERRANO, Mary Luz. (2014). La gestión internacional de las migraciones como una racionalidad política. *Migraciones internacionales*, V. 7, n. 3, p. 249-259.

ETCHEVERRY, Daniel. (2007). Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas. Tesis de maestría, Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Río Grande del Sur.

- FAVELL, Adrian. (2001). *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*. Londres: Palgrave.
- GARCÍA, Lila. (2015). Política migratoria y delitos: expulsión por causas penales y derechos bajo la actual ley argentina de migraciones. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, V. 23, n. 45, p. 197-214.
- GEADIS (Grupo de Estudios en Antropología y Discurso) (2002). De inmigrantes a delincuentes. La producción de los indocumentados como amenaza social en el discurso policial. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 15, p. 91-109.
- GEIGER, Martin. (2010). "Mobility, Development, Protection, EU-Integration! The IOM's National Migration Strategy for Albania". In: GEIGER, Martin; PÉCOUD Antoine (eds.) *The Politics of International Migration Management*. Houndmills/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. (Eds.) (2010). *The Politics of International Migration Management*. Houndmills/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. (Eds.) (2012). *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*. (Osnabrück: IMIS-Beiträge, n. 40).
- GEORGI, Fabian. (2007). *Migrationsmanagement in Europa. Eine kritische Studie am Beispiel des International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)*. Saarbrücken: VDM Verlag.
- GEORGI, Fabian. (2010). For the Benefit of Some: The International Organization for Migration and its Global Migration Management. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. (Eds.). *The Politics of International Migration Management*. Houndmills/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GEORGI, Fabian; SCHATRAL, Susanne. (2012). Towards a Critical Theory of Migration Control: The Case of the International Organization for Migration (IOM). In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.). *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*. Osnabrück: IMIS-Beiträge, n. 40.
- GHOSH, Bimal. (2000). Towards a New International Regime for Orderly Movements of People. In: GHOSH, Bimal (Ed.) *Managing Migration: Time for a New International Regime?* Oxford: Oxford University Press.
- GHOSH, Bimal. (2007). Managing Migration: Towards the Missing Regime? In: PÉCOUD, Antoine; DE GUCHTENEIRE, Paul (Eds.). *Migration Without Borders. Essays on the Free Movement of People*. Oxford: Berghahn / UNESCO.
- GHOSH, Bimal. (2008). Derechos humanos y migración: el eslabón perdido. *Migración y Desarrollo*, n. 10, p. 37-63.
- GIBNEY, Matthew. (2008). Asylum and the expansion of deportation in the United Kingdom. *Government and Opposition*, V. 43, No. 2, p. 139-143.
- GONZÁLEZ CÁMARA, Noelia. (2010). De indeseables a ilegales: una aproximación a la irregularidad migratoria. *Arbor*, V. 186, n. 744, p. 671-687.
- HESS, Sabine. (2010). 'We are Facilitating States!' An Ethnographic Analysis of the ICMPD. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.). *The Politics of International Migration Management*. Houndmills/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- HIEMSTRA, Nancy. (2011). The View from Ecuador: Security, Insecurity, and Chaotic Geographies of U.S. Migrant Detention and Deportation. Tesis de doctorado, Escuela de Graduados, Universidad de Siracusa (Syracuse University).

HUYSMANS, Jef; SQUIRE, Vicki. (2010). Migration and Security. In: DUNN CAVELTY, Myriam; MAUER, Victor (Eds.). Handbook of Security Studies. Londres: Routledge.

JARDIM, Denise. (2016). Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. *Horizontes Antropológicos*, V. 22, n. 46, p. 243-271.

KALM, Sara. (2008). Governing Global Migration. Tesis de doctorado, Departamento de Ciencia Política, Universidad de Lund.

KALM, Sara. (2010). Liberalizing Movements? The Political Rationality of Global Migration Management. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. (Eds.). The Politics of International Migration Management. Houndmills/Basingstoke: Palgrave Macmillan.

KALM, Sara. (2012). Global Migration Management, Order and Access to Mobility. In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.). The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents. Osnabrück: IMIS-Beiträge, n. 40.

KRON, Stefanie. (2010). 'La frontera norte tiene tres problemas: tráfico de armas, de drogas y de migrantes.' Migración irregular y discursos securitarios en Centroamérica: el caso de Costa Rica. *Encuentro*, V. 42, n. 87, p. 38-60.

KRON, Stefanie. (2011a). Gestión migratoria en Norte y Centroamérica: manifestaciones y contestaciones. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, n. 37, p. 53-85.

KRON, Stefanie. (2011b). Regional Responses to Transnational Migration in North and Central America, SAS-Space, Escuela de Estudios Avanzados, Universidad de Londres. Disponible em: <http://sas-space.sas.ac.uk/3098/>.

MAGLIANO, María José; DOMENECH, Eduardo. (2009). Género, política y migración en la agenda global. Transformaciones recientes en la región sudamericana. *Migración y Desarrollo*, n. 12, p. 53-68.

MAGLIANO, María José; CLAVIJO, Janneth. (2011). La trata de personas en la agenda política sudamericana sobre migraciones: la securitización del debate migratorio. *Análisis Político*, n. 71, p. 149-163.

MAGLIANO, María José; CLAVIJO, Janneth. (2013). La OIM como 'trafficking solver' para la región sudamericana: sentidos de las nuevas estrategias de control migratorio. In: KARASIK, Gabriela (Comp.) Migraciones internacionales contemporáneas. Reflexiones y estudios sobre la movilidad territorial de la población. Buenos Aires: CICCUS.

MAGLIANO, María José; ROMANO, Silvina. (2011). Migración, género y (sub)desarrollo en la agenda política internacional: una aproximación crítica desde la periferia sudamericana. *Cuadernos del Cendes*, V. 26, N° 72, p. 101-132.

MANSUR DIAS, Guilherme. (2014). *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. Tesis de doctorado, Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Estadual de Campinas.

MÁRMORA, Lelio. (1981). Migrations illégales et non-registres en Amerique du Sud. In: International Population Conference, Manila 1981: Solicited papers. Liège, Belgium: International Union for the Scientific Study of Population.

MÁRMORA, Lelio. (1996). El desafío de las políticas migratorias; su gobernabilidad. In: CELTON, Dora (Coord.) Migración, integración regional y transformación productiva. Córdoba: CEA-UNC.

- MÁRMORA, Lelio. (1998). International Migration. World Order or Disorder? *Studi Emigrazione*, V. 35, n. 130, p. 199-214.
- MÁRMORA, Lelio. (2002). *Las políticas de migraciones internacionales*. Buenos Aires: Paidós/OIM.
- MÁRMORA, Lelio. (2011). Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Vol. 18, n. 35, p. 71-92.
- MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge. (2001). Reflexiones sobre la gobernabilidad de la migración internacional en América Latina. *Migraciones Internacionales*, V. 1, n. 1, p. 89-110.
- MEISSNER, Doris. (1992). Managing Migrations. *Foreign Policy*, n. 86, p. 66-83.
- MEZZADRA, Sandro. (2005). *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*. Buenos Aires / Madrid: Tinta Limón / Traficantes de sueños.
- MEZZADRA, Sandro. (2012). Capitalismo, migraciones y luchas sociales. La mirada de la autonomía". *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 159-178.
- NYERS, Peter. (2003). Abject Cosmopolitanism: the politics of protection in the anti-deportation movement. *Third World Quarterly*, V. 24, n. 6, p. 1069-1093.
- ORTIZ, Claudia. (2011). Algunas dimensiones del ideario de la gobernabilidad migratoria: el proceso de institucionalización de la Conferencia Sudamericana de Migraciones. *Cuadernos de H Ideas*, V. 5, n. 5. Disponible en: <http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/cps/article/view/1459/1613>.
- OVERBEEK, Henk. (2002). "Neoliberalism and the Regulation of Global Labor Mobility". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 581, p. 74-90.
- PAOLETTI, Emanuela. (2010). Deportation, non-deportability and ideas of membership", Working Paper Series n. 65, Refugee Studies Centre, Universidad de Oxford.
- PAPADOPOULOS, Dimitris; STEPHENSON, Niamh; TSIANOS, Vassilis. (2008). *Escape Routes. Control and Subversion in the Twenty-first Century*. Londres / Ann Arbor, MI: Pluto Press.
- PEREIRA, Andrés. (2013). Gobernabilidad migratoria, discurso y poder en el espacio iberoamericano. I Jornadas Interdisciplinarias de Jóvenes Investigadores en Ciencias Sociales, UNSAM / IDAES, San Martín (Argentina), 8-10 de mayo.
- PEREIRA, Andrés. (2017). Política migratoria, derechos humanos y seguridad en Argentina: el humanitarismo en disputa, 1990-2015. Tesis de doctorado, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba.
- PEUTZ, Nathalie. (2006). Embarking on an Anthropology of Removal. *Current Anthropology*, V. 47, n. 2, p. 217-241.
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. (2015). Categorías em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, V. 67, n. 2, p. 35-39.
- PIZARRO, Cynthia. (2015). Migration Policies and State Control in Argentina: Experiences of Vulnerable Bolivian Women who Cross the Borders. *Geography, Environment, Sustainability*, V. 8 n. 2, p. 61-78.
- QUINTEROS, Daniel. (2016). ¿Nueva 'crimigración' o la vieja economía política del castigo? Dos aproximaciones criminológicas para entender el control punitivo de la migración en Chile. *Astrolabio*, n. 17, p. 81-113.

RAMÍREZ, Jacques; ALFARO, Yolanda. (2010). Espacios multilaterales de diálogo migratorio: el proceso Puebla y la Conferencia Sudamericana de Migración. *Andina Migrante*, n. 9, p. 2-10.

ROGERS, Rosemarie. (1992). The Politics of Migration in Contemporary World. *International Migration*, V. 30, n. 1, p. 33-55.

ROMANO, Silvina. (2009). Integración económica, desarrollo y migraciones en el MERCOSUR. Una aproximación crítica. In: DOMENECH, Eduardo (Comp.). *Migración y política: el Estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Sudamérica*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

SANTI, Silvana. (2011a). ¿Beneficios para todos? Crisis, desarrollo, y gobernabilidad, en la agenda política iberoamericana sobre migraciones. IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo: "Crisis global y estrategias migratorias: hacia la redefinición de las políticas de movilidad", Quito, 18-20 de mayo.

SANTI, Silvana. (2011b). El nuevo orden migratorio global: el papel de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) en la Conferencia Sudamericana sobre Migraciones. Jornadas CERPI-CENSUD, Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 16 de septiembre.

SASSONE, Susana; CORTES, Geneviève. (2010). Cruzar y vivir la frontera entre Bolivia y la Argentina. Entre el Estado y el capital espacial del migrante. In: ANGUIANO, María Eugenia; LÓPEZ SALA, Ana María (Eds.). *Migraciones y fronteras. Nuevos contornos para la movilidad internacional*. Barcelona: Icaria / CIDOB.

SAYAD, Abdelmalek. (1996). Entrevista. Colonialismo e migrações. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, V. 2, n. 1, p. 155-170.

SAYAD, Abdelmalek. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. San Pablo: EDUSP.

SAYAD, Abdelmalek. (2008). Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. *Apuntes de Investigación del CECYP*, V. 12, n. 13, p. 101-116.

SAYAD, Abdelmalek. (2010). *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona: Anthropos.

SQUIRE, Vicki. (Ed.) (2011). *The Contested Politics of Mobility. Borderzones and Irregularity*. Abingdon: Routledge.

STANG, Fernanda. (2009). El migrante unidimensional. El dispositivo jurídico migratorio en la Comunidad Andina de Naciones". In: DOMENECH, Eduardo (Comp.). *Migración y política: el Estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Sudamérica*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

STANG, Fernanda. (2012). Estado y migración internacional en el Chile de la posdictadura: una relación con cara de Jano. *Sociedades de Paisajes Áridos y Semiáridos*, V. 4, n. 6, p. 169-197.

STANG, Fernanda y Stefoni, Carolina. (2016). "La microfísica de las fronteras. Criminalización, racialización y expulsabilidad de los migrantes colombianos en Antofagasta, Chile. *Astrolabio*, n. 17, p. 42-80.

TAPPA, Truyitaleu. (2017). A política brasileira de migrações no contexto da governança global migratória. Tesis de maestría, Instituto de Relaciones Internacionales, Universidad de Brasilia.

TORPEY, John. (2000). *The Invention of the Passport. Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.

TORRADO, Susana. (1979). "Las políticas de migraciones internacionales en la América Latina", en *Cuadernos del CELADE*, n. 1, p. 117-136.

VENTURAS, Lina. (Ed.) (2015). *International 'Migration Management' in the Early Cold War. The Intergovernmental Committee for European Migration*. Corinto: Universidad del Peloponeso.

WALDMAN, Tatiana Chang. (2016). Nem clandestinos, nem ilegais: construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil. Tesis de doctorado, Facultad de Derecho, Universidad de San Pablo.

WALTERS, William. (2002). Deportation, Expulsion, and the International Police of Aliens. *Citizenship Studies*, V. 6, n. 3, p. 265-292.

ZUBRZYCKI, Bernarda. (2015). El Régimen Especial de Regularización Migratoria de Extranjeros de Nacionalidad Senegalesa en el contexto de la gobernabilidad migratoria en la Argentina. Primer Congreso Internacional de Antropología AIBR (Antropólogos Iberoamericanos en Red), Madrid, 7-10 de julio.

Eduardo Domenech

Doctor en Sociología. Filiación institucional: Universidad Nacional de Córdoba/CONICET

Mercosur migrante: enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el Mercosur

Mercosur migrant: approaches and evolution of the treatment of human mobility in Mercosur

LORENA GRANJA
MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR

RESUMEN

En el contexto de crecientes flujos intrarregionales y una mayor centralidad del fenómeno migratorio en América del Sur, este trabajo pretende examinar la gobernanza regional de las migraciones en el caso del Mercosur. Con este objetivo, ilustraremos el origen del tratamiento de la variable migratoria dentro del bloque y sus diversos enfoques, al tiempo que acompañaremos su evolución, analizando las decisiones y declaraciones surgidas desde su fundación que van desde las primeras regulaciones sobre la migración laboral transfronteriza, hasta las más recientes propuestas sobre la construcción de una ciudadanía común. No obstante, más allá de describir este proceso, a través del estudio de las negociaciones sobre movilidad humana, buscamos también explicar algunos de los elementos que han permitido su adopción, así como identificar el papel que han desempeñado en su desarrollo los diferentes actores implicados.

Palabras Clave: Mercosur, gobernanza regional de las migraciones, América del Sur.

ABSTRACT

In the context of increasing intraregional flows and a greater focus on the migration phenomenon in South America, this paper aims to examine the regional governance of migrations in the Mercosur. To do that, the paper illustrates since their started point the treatment of the migrations within the bloc and its different approaches, the evolution of the phenomenon will trace all the possible approaches while analyzing the decisions and declarations that have emerged since its foundation, ranging from the first regulations on cross-border labor migration to the most recent proposals on the construction of a south american common citizenship. However, beyond describing this process, through the study of the negotiations on human mobility, we also sought to explain some of the elements that have allowed its adoption, as well as to identify the role played by the different actors involved in its treatment.

Keywords: Mercosur, regional governance of migration, South America.

INTRODUCCIÓN

Las migraciones internacionales por sus características e impactos se han convertido en uno de los fenómenos más relevantes del siglo XXI. Hoy en día involucran a 247 millones de personas y se verifican en todas las direcciones, pero con una creciente importancia de los flujos Sur-Sur -que suponen actualmente el 38% de los desplazamientos- en detrimento de las corrientes Sur-Norte, equivalentes al 34% de los flujos globales (RATHA; PLAZA; DERVISEVIC, 2016).

La globalización de los flujos migratorios, sus características cada vez más heterogéneas, así como la visibilización de sus potencialidades y desafíos han generado una progresiva politización del fenómeno, cuyo resultado más sobresaliente es la complejización del proceso en, al menos, dos sentidos: la multiplicación de actores e instituciones. Así, el aumento de la cooperación interestatal, ha dado lugar a la proliferación de foros y espacios de discusión a nivel regional y global más o menos institucionalizados. Además, la participación de empresas, organizaciones no gubernamentales, organismos internacionales y otros actores en la formulación e implementación de políticas para regular su curso y modalidades se vio ampliada en los últimos tiempos. En este marco, se destaca la gobernanza regional de las migraciones, entendida como un proceso de cooperación entre múltiples agentes con el fin de ofrecer respuestas más adecuadas y eficaces ante la movilidad humana.

El caso del Mercado Común del Sur (Mercosur) constituye un ejemplo paradigmático de este proceso. Desde la creación del bloque, y a partir de la ampliación de sus objetivos en las

esferas política y social, no solo se han creado una serie de decisiones y acuerdos de regulación y control de los desplazamientos, sino que se han formulado medidas para garantizar derechos y permitir la libre circulación y el libre asentamiento de los ciudadanos de los Estados Partes y Asociados y, más recientemente, proyectos de ciudadanía regional. Estas disposiciones han tenido como telón de fondo el aumento del volumen de las migraciones intrarregionales y una mayor diversificación de las motivaciones, perfiles y efectos de este proceso. En este sentido, las disposiciones del Mercosur en materia migratoria han tenido amplia repercusión internacional, alimentando la percepción de que existe un modelo migratorio suramericano liberal y garantista en contraposición a los regímenes de control y regulación vigentes en otros espacios como la Unión Europea (ACOSTA & GEDDES, 2014).

En este contexto, el propósito de nuestro trabajo consiste en comprender los orígenes del tratamiento de las migraciones internacionales dentro del Mercosur y analizar su evolución identificando tres tipos de variables: el objetivo pretendido por la decisión, es decir, las perspectivas que animan a los actores implicados en el proceso decisorio; los ámbitos institucionales en los cuales se tomaron; y los diferentes actores involucrados en tal proceso.

Metodológicamente, emplearemos el análisis de contenido documental para la categorización de esas tres variables a lo largo de todo el período de estudio (1991-2016). En ese sentido, tal análisis apela a la lectura e interpretación de los textos de las decisiones tomadas por el Consejo del Mercado Común (CMC), órgano ejecutivo del Mercosur, y a su clasificación sistemática de acuerdo a criterios específicos construidos como indicadores operacionales de las tales variables identificadas como relevantes (BARDIN, 2011; CHIZZOTTI, 2011). Con el fin de realizar un estudio descriptivo del proceso de toma de decisión en materia migratoria del Mercosur, serán analizadas las decisiones, a partir de una base de datos creada en el *software NVivo* que categoriza por asuntos, objetivos y tipo de negociación todas las decisiones tomadas por el Mercosur.¹

En este transcurso, seremos capaces de conocer la evolución del asunto intra-Mercosur y de identificar algunas de las variables explicativas claves para entender cómo ha sido la evolución de la gobernanza migratoria en el Cono Sur. Por otro lado, nos aproximaremos a la calidad y al

¹ La base de datos referida es parte del trabajo empírico realizado para la tesis doctoral (GRANJA, 2016a). El *software* para el análisis de datos cualitativos *NVIVO* es desarrollado por *QSR International* y constituye una herramienta para el análisis de datos cualitativos, cuantitativos y mixtos. Más informaciones sobre la construcción de la base de datos, la técnica de investigación adoptada, así como también, sobre la utilización de *Qualitative Data Analysis Software's (QDAS)* en investigaciones documentales cualitativas se encuentran en otro trabajo (GRANJA, 2016b).

rol de los diferentes actores implicados en las negociaciones atendiendo al papel desempeñado por actores no gubernamentales.

Para cumplir con estos cometidos ofreceremos, en primer lugar, algunas nociones básicas sobre el panorama migratorio en América del Sur. A seguir, describiremos los orígenes y las principales características del Mercosur para, sucesivamente, detenernos en el análisis de la gobernanza de las migraciones al interior del bloque. Nuestro trabajo concluye con algunas consideraciones finales que resaltan los principales desafíos y perspectivas futuras respecto a los desplazamientos humanos en un contexto de profundas transformaciones regionales y globales.

BREVE PANORAMA MIGRATORIO DE AMÉRICA DEL SUR

Las migraciones en América del Sur han sido históricamente un fenómeno característico de la región, pero en las últimas décadas han experimentado un significativo aumento de su volumen, dinamismo y complejidad. Con todo, a la hora de clasificar los desplazamientos humanos en el subcontinente dos son los patrones históricos que los caracterizan: las migraciones intrarregionales y las extrarregionales (TEXIDÓ & GURRIERI, 2012, p. 15).

Las migraciones intrarregionales anteceden el establecimiento de fronteras nacionales y las declaraciones de independencia de los países suramericanos. Estas acontecían entre pueblos originarios como en el caso de los Aymara en los territorios que hoy constituyen Chile, Bolivia y Argentina o entre los miembros del grupo étnico Tupí Guaraní entre Brasil, Paraguay, Argentina, Uruguay y Bolivia, por motivaciones tan variadas como el aumento de población, la búsqueda de tierras y nuevas fuentes de alimentación o intercambios comerciales, así como por razones de orden cultural o religiosa o como fruto de invasiones territoriales y conflictos.²

Dichos desplazamientos históricos, al igual que la proximidad geográfica y cultural o la existencia de múltiples vínculos entre los países de la región, ha permitido la continuidad de algunos de estos flujos y el surgimiento posterior de otros que, en el marco de desigualdades internacionales, son resultado de causas principalmente económicas y laborales, pero también de naturaleza social, cultural, política y ambiental (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016). Como corolario, los desplazamientos en el subcontinente obedecen especialmente a factores de orden estructural y a la existencia de redes y circuitos migratorios específicos, pero se modifican en relación a su volumen, características e impactos como resultado de elementos coyunturales.

² Además, buena parte de las tribus y etnias de los territorios del Sur eran, o habían sido, tradicionalmente nómades.

A partir de la Independencia y en plena vigencia del modelo primario exportador, por ejemplo, las migraciones transfronterizas estuvieron especialmente orientadas hacia las zonas rurales; y, desde comienzos del siglo XX, con el desarrollo de procesos de industrialización, se dirigieron hacia los centros urbanos de la región (TEXIDÓ & GURRIERI, 2012), consolidando con ello mercados laborales y dos subsistemas migratorios específicos: el de la región andina y el del Cono Sur. El primero tenía como polo de atracción principal Venezuela, mientras que en el segundo sobresalía Argentina como receptor neto de población de los países vecinos, pero ello no impidió que población del Cono Sur se desplazase hasta la región andina y viceversa.

En la década del setenta y parte significativa de los ochenta a estos flujos, eminentemente laborales, se sumaron las migraciones forzadas provocadas por las dictaduras cívico-militares vigentes, sobre todo, en el Cono Sur. En plena Guerra Fría y desde la perspectiva de la “Doctrina de Seguridad Nacional”, estos gobiernos reprimieron la oposición interna y cometieron violaciones sistemáticas de los derechos humanos con el fin de imponer sus modelos políticos y socioeconómicos, provocando con ello el exilio de millares de sudamericanos tanto hacia países de la región como hacia zonas externas. Este tipo de migración de carácter político-ideológica es comúnmente llamada por los analistas y estudiosos de exilio político y dio pie a buena parte de las legislaciones nacionales vigentes en el momento en que empezó a tratarse el tema dentro del Mercosur.

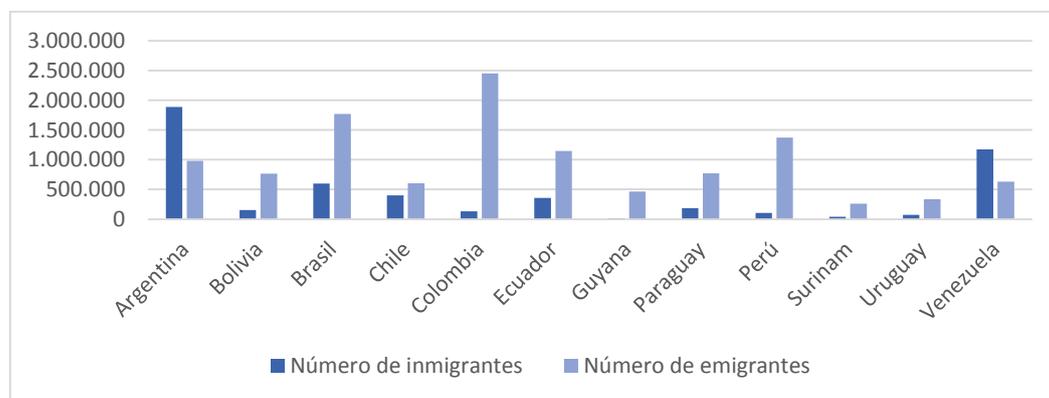
En los años ochenta y noventa, la región experimentó procesos de pacificación y transición democrática que disminuyeron considerablemente el volumen de las migraciones no voluntarias. En este contexto, los desplazamientos humanos continuaron, pero se orientaron sobre todo hacia fuera de la región debido a factores internos y externos (TEXIDÓ & GURRIERI, 2012, p. 11). Por un lado, las escasas oportunidades de movilidad social y los significativos niveles de pobreza, desempleo, precarización laboral y desigualdad del subcontinente tras años de reformas estructurales impulsadas por el modelo neoliberal; y por otro, el crecimiento económico, la demanda laboral de las sociedades receptoras y relativas facilidades en las políticas migratorias, consolidaron la preferencia de los habitantes de la región por destinos europeos y norteamericanos.

No obstante, desde comienzos del siglo XXI y a partir de la recuperación de las economías de la región, con sus mejores indicadores económicos, sociales y políticos, al igual que por la intensificación de los procesos de integración subregional como el Mercosur y la Comunidad Andina de Naciones (CAN), los desplazamientos vuelven a crecer internamente (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016). En este escenario se consolidan como polos de atracción

destinos históricos como Argentina y Venezuela, pero el panorama se amplía para incluir también a países como Chile, Brasil, Paraguay y Uruguay en el Cono Sur y a los diversos países de la región andina.

Por otra parte, como consecuencia del conflicto armado colombiano, la inseguridad y problemas vinculados con el crimen organizado, a los flujos motivados por razones económicas se suman también los desplazamientos forzados oriundos de este país y orientados especialmente hacia Ecuador y Venezuela³ y, en menor medida, hacia otros destinos. Con todo, el perfil migratorio de la región se complejiza, estando caracterizado actualmente por países que combinan su condición de receptores de inmigrantes (permanentes o temporales, con perfiles heterogéneos que incluyen trabajadores, estudiantes, migrantes por motivos familiares o negocios, etc.) con las de territorios expulsores de población. Estos países suelen ser, al mismo tiempo, receptores de migración forzada; así como países de retorno, tránsito, trata y tráfico de personas. Hoy en día, en efecto, si bien la emigración supera a la inmigración en casi la totalidad de los países de América del Sur, todos experimentan ambos fenómenos (ver gráfico 1). A este elemento cabe agregar la progresiva participación de mujeres, así como la existencia de flujos mixtos que combinan, a menudo, más de una motivación y que registran porcentajes crecientes de población intrarregional.

Gráfico 1. Número de inmigrantes y emigrantes en los países de América del Sur (2013)



Fuente: SICREMI (2015). Elaboración: propia.

³ Debido a la crisis económica que atraviesa Venezuela, así como a los problemas políticos y sociales que incluyen fenómenos como la inseguridad o la escasez de alimentos, en los últimos años el país se ha convertido en un expulsor creciente de población, especialmente hacia Estados Unidos y España, mientras que en la región destacan como países de destino Colombia, Brasil, Argentina y Ecuador. A partir de tal inversión en el saldo migratorio venezolano, el asunto comienza a ser visualizado como un problema por sectores tradicionalmente no vinculados a los temas migratorios dentro y fuera del Mercosur.

A pesar de que el volumen de migrantes internacionales en América del Sur aún es considerado bajo en comparación con Estados Unidos y Canadá (ver tabla 1), el número total de inmigrantes provenientes de los países del subcontinente continúa aumentando como resultado de las crecientes restricciones y controles al ingreso en los países del Norte, así como por la existencia de más oportunidades, mayores facilidades en los desplazamientos, acuerdos de libre asentamiento entre los países de la región y la consolidación de redes y circuitos migratorios específicos. De esta forma, si en el Cono Sur el 44% de los inmigrantes es intrarregional, en la zona andina este porcentaje alcanza el 63%. El peso de esta inmigración por país, sin embargo, no es uniforme, sino que asume mayor relevancia en países como Paraguay (90,3%), Argentina (81,9%) y Venezuela (78,4%), y un impacto relativamente menor en países como Brasil (29,3%) o Guyana (29,1%) (SICREMI, 2015, p. 35).

Tabla 1. Número de inmigrantes y tasa de inmigración por región o país en las Américas (2013)

Región o país	Número de inmigrantes	Tasa de inmigración (%)
Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay)	3.142.911 millones	1,2%.
Región Andina (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela)	1.919.527 millones	1,4%
Guyana	14.770 miles	1,8%
Surinam	41.670 miles	7,7%
Canadá	7.284.069 millones	20,7%
Estados Unidos	45.785.090 millones	14,3%

Fuente: SICREMI (2015). Elaboración: propia.

Por otro lado, desde el periodo colonial hasta nuestros días, el subcontinente también se caracteriza por recibir población proveniente de diversas zonas. Los países de la región acogieron, en efecto, a: colonizadores europeos, migrantes forzados provenientes de África durante la época de la esclavitud y, a lo largo de los siglos XIX y XX, a millones de europeos y contingentes de población de Asia y Medio Oriente que privilegiaron como punto de arribo Argentina, Brasil, Uruguay y Venezuela y, en menor medida, otros países de la región, como Chile y Perú.

En los últimos años, a consecuencia de factores como la globalización de los desplazamientos y el aumento de las migraciones Sur-Sur, los impactos de la crisis de 2008 en Europa y Estados Unidos y sus crecientes restricciones migratorias, al igual que por mejores oportunidades y relativas facilidades de entrada ofrecidas por los países de la región, el número de personas provenientes de Europa, América del Norte, América Central, Caribe, Asia y África se ha incrementado de manera significativa (MARTÍNEZ & ORREGO, 2016). Estos flujos están constituidos tanto por migrantes voluntarios que buscan trabajo o nuevas posibilidades en los países de la región, como por población forzada a migrar por guerras, conflictos, formas de violencia generalizada, desastres naturales e impactos provocados por el cambio climático en sus territorios de origen.

Finalmente, como esbozamos en párrafos anteriores, las migraciones extrarregionales no definen solo los flujos de entrada, sino también la salida de sudamericanos hacia destinos externos. Si bien este elemento caracteriza a los países de la región, con impactos diferenciados; el volumen de la emigración adquiere importancia regional, sobre todo a partir de las dos últimas décadas del siglo XX. A este respecto, según Texidó y Gurrieri (2012, p. 23), actualmente los principales destinos extrarregionales de la migración sudamericana son los Estados Unidos de América, España, Japón, Canadá, Italia, Países Bajos, Portugal, Francia y Reino Unido. Empero, después de 2008, como resultado de la crisis global, mayores restricciones en los países de acogida y mejores indicadores en los países sudamericanos, no solo se ha producido un retorno de migrantes, especialmente desde países como España, sino que ha disminuido la salida de personas hacia estos destinos y se ha generado una reorientación de las estrategias migratorias hacia los países de la región.

MERCOSUR: ORÍGENES Y CARACTERÍSTICAS

Los Estados Partes deciden constituir un Mercado Común, que deberá estar conformado al 31 de diciembre de 1994, el que se denominará "Mercado Común del Sur"

Este Mercado Común implica:

- La libre circulación de **bienes, servicios y factores productivos** entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medida equivalente;
- El establecimiento de un arancel externo común y la adopción de una política comercial común con relación a terceros Estados o agrupaciones de Estados y

la coordinación de posiciones en foros económico-comerciales regionales e internacionales;

- La coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados Partes: de comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria y de capitales, de servicios, aduanera, de transportes y comunicaciones y otras que se acuerden, a fin de asegurar condiciones adecuadas de competencia entre los Estados Partes;

- El compromiso de los Estados Partes de armonizar sus legislaciones en las áreas pertinentes, para lograr el fortalecimiento del proceso de integración (Mercosur, Tratado de Asunción, artículo 1, 1991 énfasis nuestro).

Firmado en 1991, el Tratado de Asunción da origen al Mercosur dejando a un lado las negociaciones bilaterales entre Argentina y Brasil de la década del 80, de carácter más desarrollista (SARAIVA, 2012), e inaugurando un régimen de integración tetra-partito que puede clasificarse como un digno ejemplo del regionalismo abierto proclamado durante los noventa a partir de organismos como la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) o el Banco Interamericano de Desarrollo (LIMA & COUTINHO, 2005; BIZZOZERO, 2008).

En ese sentido, el regionalismo abierto proclamaba la inserción internacional de los países a través de esquemas de integración que flexibilizaran los flujos de intercambio comerciales, promoviendo el libre comercio de bienes y servicios (asuntos ampliamente señalados por el Tratado) a través de la firma de acuerdos de preferencias comerciales en el ámbito intra e interregional lo que; conjuntamente con las reformas neoliberales pro-mercado en el ámbito doméstico, de las que la flexibilización laboral y las privatizaciones eran las principales banderas, darían la combinación necesaria de crecimiento económico y ampliación de mercados para un *crecimiento con equidad* (CEPAL, 1994).

Desde su fundación, el Mercosur ha crecido progresivamente y ha ido construyendo consensos más allá de sus cuatro Estados fundadores (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay). En efecto, en virtud que el Tratado de Asunción está abierto a la firma de otros Estados de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Venezuela suscribió el Protocolo de Adhesión en 2006 y Bolivia se encuentra en proceso de adhesión desde 2015. Por otro lado, son también miembros del Mercosur, en calidad de Estados Asociados: Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú y Surinam, países con los que el bloque mantiene acuerdos de libre comercio en el marco de acuerdos de integración económica de largo alcance. Estas incorporaciones han dado lugar al denominado Mercosur “ampliado”, cuyos objetivos y trascendencia exceden los propósitos iniciales de este proceso de integración, no solamente porque vincula ahora cuestiones de naturaleza puramente política, sino también, porque aun cuando sobre la égida neoliberal, la

ampliación de los acuerdos constituye un objetivo largamente procurado en las negociaciones intra-bloque.

Aunque con diferencias en los énfasis y en los objetivos procurados por cada país, las primeras negociaciones para ampliar el Mercosur a Estados Asociados se dan con Bolivia y con Chile ya en los primeros años de la década del 90. Sin embargo, las negociaciones para ampliar las capacidades de acción política del bloque hacia América del Sur, como una subregión en la que Brasil tendría un protagonismo innegable, han sido posteriores y consumieron buena parte de las energías de los gobiernos progresistas del nuevo milenio en pos de la construcción de gobernanza subregional. Así, al integrar conjuntamente a países de la región andina⁴ y del Cono Sur más Guyana y Surinam, el Mercosur coexiste con la CAN y junto a este proceso integra la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur): un organismo cuyo objetivo fundamental es promover el diálogo político, al igual que la integración y la unión regional, en aras de eliminar la desigualdad socioeconómica, promover la inclusión social y ciudadana y disminuir las asimetrías entre los países de la región (Unasur, 2008).

Al margen de la composición del bloque y de sus convergencias con otros procesos de integración, a partir del Tratado constitutivo, la *movilidad humana* fue entendida como un *factor productivo* más; despreocupándose en su denominación específica e igualando a los trabajadores del Mercosur con los bienes y servicios que serían objeto de intercambio en el Mercado ampliado recién constituido. Este tipo de tratamiento, o desconsideración por las políticas específicas que irían a regular la movilidad de trabajadores en el bloque, iba de la mano, según lo expuesto anteriormente, con la importancia dada a las cuestiones comerciales por sobre los demás asuntos del bloque, como lo demuestra el artículo primero citado supra.

Por otra parte, la institucionalidad creada en Asunción (y retomada en Ouro Preto, 1994) dotó al Mercosur de capacidades específicas para la toma de decisiones que determinarían sus acciones posteriores; así, la intergubernamentalidad en la composición del Consejo del Mercado Común (CMC) (y demás órganos deliberativos), al igual que la imposición del principio del consenso para la toma de decisiones, abrieron la posibilidad de que los gobiernos del bloque tuvieran el absoluto control de las decisiones tomadas en cada ámbito institucional y en cada período de gobierno.⁵ Esto contribuyó para que el Mercosur adoptara una capacidad camaleónica

⁵ Lo que, en comparación con la supranacionalidad adoptada por la Unión Europea, por ejemplo, ha sido objeto de variados análisis pesimistas sobre el andamio y desarrollo del proceso de integración. Ver, por ejemplo, Caetano, Vásquez y Ventura (2011). Aunque, también existen análisis que le atribuyen, justamente a la

de adquirir objetivos e institucionalidad específica a medida que los gobiernos iban sucediéndose. Además, la rotación semestral en la presidencia del bloque generó la posibilidad de que los gobiernos de turno tuvieran poder de agenda y control sobre la planificación de estrategias entre las diferentes administraciones.

Así, un breve análisis de la cantidad de decisiones tomadas por el Mercosur desde su creación hasta 2016 devela que la productividad del bloque⁶, entendida como cantidad de decisiones tomadas, ha acompañado los devenires y avatares de la vida política de sus cuatro países miembros originarios (ver gráfico 2). Mientras los primeros años del bloque fueron de productividad baja, su pico es en 1994 cuando estaba establecido el primer plazo para la constitución de la unión aduanera; en plena crisis durante el cambio de milenio, la cantidad de decisiones tomadas se dispara a un histórico nivel con la denominada *reformulación* del bloque. Esa productividad de las decisiones no baja a menos de 30 anuales durante los años posteriores, hasta 2013, cuando asistimos a una nueva crisis dentro del bloque y a la parálisis del último año, 2016.⁷

A pesar de que esta evolución tan inconstante puede estar siendo influenciada por varios motivos, existen algunas variables claves que determinan tal comportamiento. En primer lugar, la convergencia ideológica entre los gobiernos del Mercosur (ya que las decisiones se toman por consenso); la propia evolución de la política doméstica de cada país, en especial, la de Brasil y Argentina⁸; y los posibles enfrentamientos de intereses entre las partes son algunos de los factores estudiados.

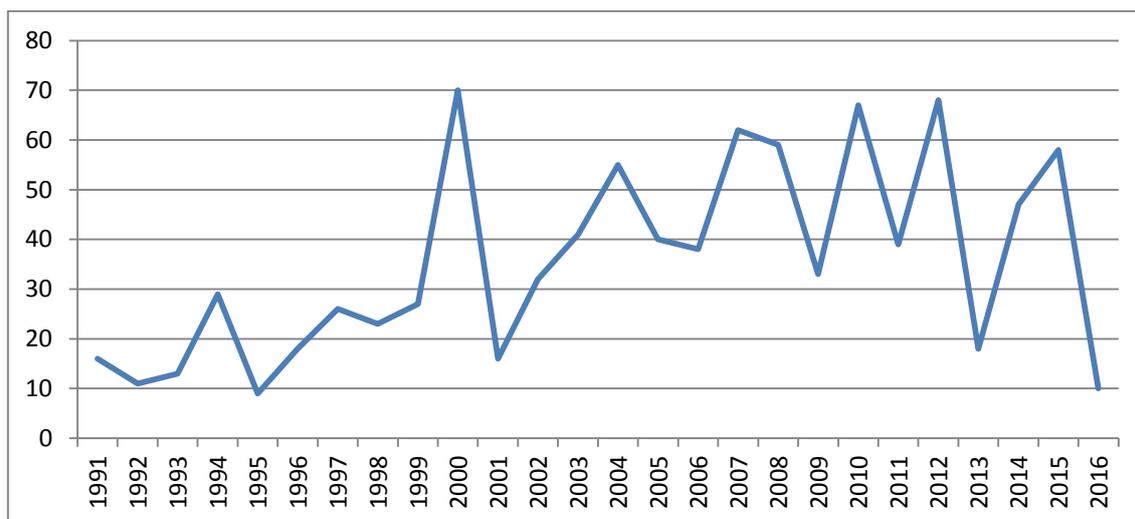
Gráfico 2: Cantidad anual de decisiones tomadas por el CMC (1991-2016)

intergubernamentalidad, parte del éxito obtenido en la negociación multilateral intra-bloque (MALAMUD, 2003, 2010; MARIANO, 2007, GRANJA, 2016a).

⁶ Podría establecerse una discusión sobre si la productividad no debería considerar la efectividad de las decisiones tomadas, en vez de únicamente su formulación; sin embargo, a los efectos de la investigación empírica que intenta determinar las condiciones en las cuales el Mercosur negocia sus decisiones, es decir, las toma; tal debate queda fuera de consideración. A este respecto, el control y el seguimiento de la observación o cumplimiento de los compromisos regionales se realiza a través de instituciones intergubernamentales del Mercosur o de las diferentes instituciones domésticas. Es decir, no existe ningún órgano coercitivo intrarregional para garantizar su ejecución, ni tampoco ningún órgano jurídico supranacional independiente (ACOSTA & GEDDES, 2014). Esto provoca que, en la práctica, la implementación de las decisiones tenga un carácter irregular.

⁷ Aunque podría ser prematuro formular conclusiones, es imposible no identificar la evidente caída en la cantidad de decisiones tomadas por el Mercosur en ese año: únicamente 10 decisiones, lo que lo sitúa en niveles del consenso obtenido en 1995, con 9 decisiones.

⁸ Los picos en la cantidad de decisiones tomadas pueden estar representando a las *Presidencias Pro Tempore* de ambos países, tradicionalmente más dinámicas en propuestas y en suceso para alcanzar los consensos a sus iniciativas que sus socios menores.



Fuente: Datos oficiales www.mercosur.int. Elaboración: propia.⁹

Particularmente a partir del 2003, asistimos a un cambio en la composición ideológica de los gobiernos del bloque; con la asunción de los denominados *gobiernos progresistas* (Lula da Silva en Brasil, Néstor Kirchner en Argentina, Tabaré Vázquez en Uruguay y Fernando Lugo en Paraguay) (LIMA, 2008). Hecho que coadyuva a una nueva etapa del Mercosur, claramente identificable a partir de 2005 cuando hay convergencia ideológica plena entre los gobiernos del bloque, nuevamente.

Las primeras decisiones, bajo convergencia ideológica neo-liberal trataban de asuntos más directamente vinculados con la integración económico-comercial, el establecimiento de una nomenclatura y una denominación de origen, que viabilizaran la adopción de un arancel externo común, la regulación de mercados y las diferentes disposiciones aduaneras y fronterizas para el tránsito de bienes y servicios. Todas ellas tendientes a la consecución del objetivo primordial del tratado de Asunción, el establecimiento de un Mercado Común liberal. Por su parte, las decisiones del momento post-neoliberal del Mercosur, crearon nuevas agendas que entendían a la integración regional no ya meramente comercial; sino primordialmente comercial. Esto quiere decir que, a pesar de que no deja de ser el principal asunto tratado dentro del bloque, la integración económica comparte sus espacios deliberativos con agendas de integración productiva, infraestructural, coordinación de políticas de desarrollo, sociales y culturales (VEIGA & RIOS, 2007).

⁹ El total de documentos codificados es de 925, de acuerdo a su lectura por líneas, se prosiguió a su clasificación según asuntos, objetivos propuestos y manera en cómo fue tomada la decisión.

A medida que el tiempo iba pasando, aumentó la cantidad de decisiones tomadas por el CMC que trataban asuntos específicos del bloque, de su institucionalidad interna, la adecuación de los regímenes entre las partes (internalización de normas), el fortalecimiento de la estructura administrativa y representativa de los actores implicados en las negociaciones, los reglamentos internos para legitimar y regular el funcionamiento de las diferentes instancias deliberativas, así como también los presupuestos y planes de acción específicos le iban dando forma institucional. Así, el Mercosur se burocratizaba, creaba instituciones y las dotaba de mecanismos para la toma de decisiones (GRANJA, 2016a).

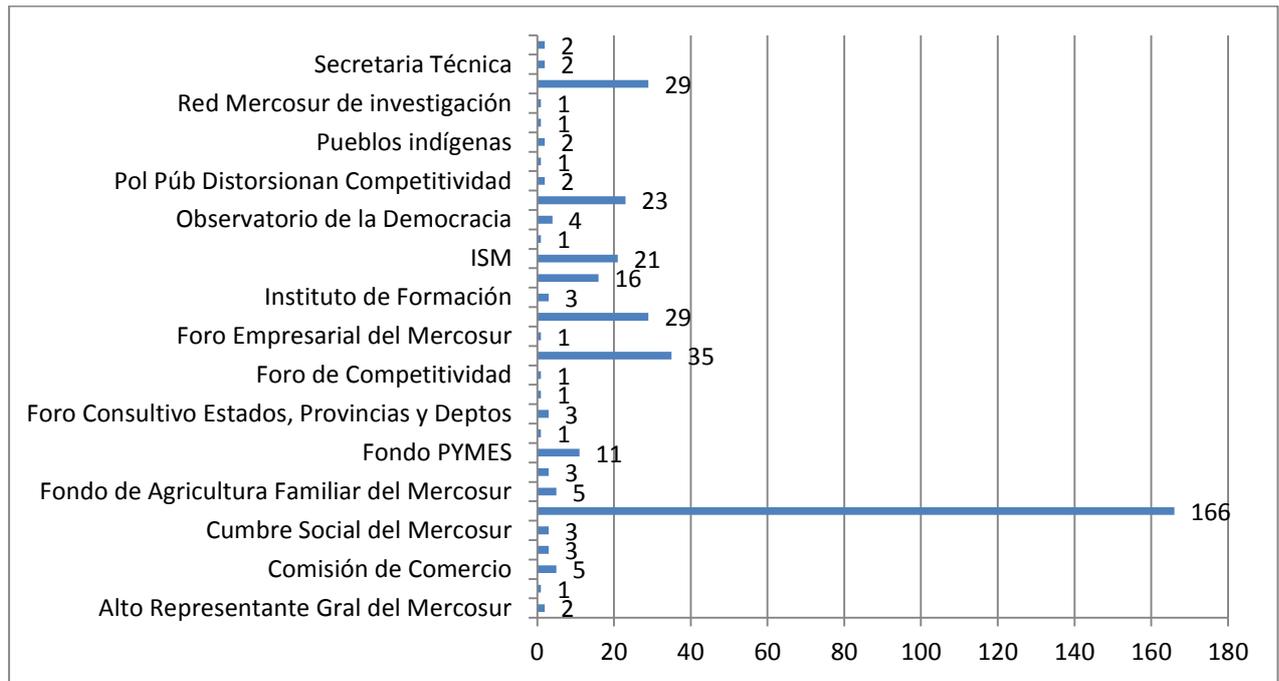
Concomitantemente a la multiplicación de asuntos tratados, se da la de actores implicados; la cantidad de organismos creados por el bloque durante el período de estudio, que amplía la participación inicial de Ministerios Económicos y de Relaciones Exteriores prevista en Ouro Preto a carteras como las de Desarrollo Social, Medio Ambiente, Educación y Cultura, por ejemplo, es evidente. También lo es la ampliación de la participación hacia actores no gubernamentales a través de la creación de reuniones especializadas o grupos *ad hoc*. Paradójicamente, la Reunión de Ministros de Trabajo fue creada tempranamente, en 1991, único ámbito en el cual se discutió el asunto de la movilidad de trabajadores del Mercosur hasta 1996, cuándo se creó la Reunión de Ministros del Interior, y el asunto fue tratado directamente dentro de la agenda de seguridad regional, bajo un enfoque del control y/o criminalización de la movilidad transfronteriza.

Esta creación institucional del Mercosur afectó directamente a todos los asuntos tratados permitiendo la ampliación a la que se hizo referencia anteriormente. En el gráfico n° 3 vemos la cantidad de decisiones codificadas dentro de la categoría “creación de organismos” (dónde se clasificaron las decisiones tomadas por el CMC que creaban la nueva institucionalidad o la regulaban posteriormente). Esa cantidad de documentos codificados también representa las posteriores deliberaciones, buena parte de ellas ejecutadas en forma de planes de acción estratégicos (presupuestos, reglamentos, proyectos, etc.) Puede observarse, entonces, la multiplicación de ámbitos dónde discutir las diferentes políticas y acciones regionales que los nuevos gobiernos tenían por objetivo; y la cantidad de asuntos tratados por dichos órganos que, en general, también tendían a ampliar la participación hacia actores no tradicionales en la toma de decisiones del bloque.

En este sentido, las instituciones denominadas “Foros”, son ámbitos de acción estratégicos para la participación directa de estos actores que tradicionalmente no estaban vinculados a la toma de decisiones del Mercosur; así como también los institutos específicos

(Social, de Políticas Públicas y Derechos Humanos) son ámbitos creados para la participación de burocracias regionales, puestos ocupados, en general, por personas vinculadas tradicionalmente al activismo político en la materia específica en sus países de origen y con cierta experiencia en cada uno de los asuntos específicos.

Gráfico 3: Cantidad de referencias de codificación a los organismos creados en el Mercosur



Fuente: Documentos oficiales: www.mercosur.int Elaboración: propia.

En el siguiente apartado nos focalizamos en el análisis de las decisiones específicas sobre migraciones tomadas por el bloque, luego de hacer una breve referencia teórica al concepto de gobernanza, con el que pretendemos dar cuenta e ilustrar la evolución de las políticas regionales en materia de migración.

GOBERNANZA DE LAS MIGRACIONES EN EL MERCOSUR

El concepto de gobernanza tiene dos acepciones fundamentales: “acción o efecto de gobernar y gobernarse” y el “arte o la manera de gobernar que se propone como objetivo el logro de un desarrollo socioeconómico, social e institucional duradero, promoviendo un sano equilibrio entre el Estado, la sociedad civil y el mercado (RAE, 2014). Ambas concepciones reflejan el origen y evolución del término, utilizado inicialmente como sinónimo de gobernar y, desde los años ochenta, tras la crisis del Estado del bienestar y de lo que algunos definieron como la “crisis

de la democracia” (CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI, 1975), como una nueva forma de dirección colectiva, descentralizada y fundamentada en la interdependencia o asociación de agentes con responsabilidades, costos, beneficios y riesgos compartidos. Desde esta óptica, y teniendo en cuenta tanto las transformaciones de los Estados como los límites e ineficacia del gobierno, la gobernanza se propone como una mejor alternativa, puesto que incluye nuevos agentes y una conducción más eficiente de lo público en contextos cada vez más complejos.

Ahora bien, no existe un consenso sobre el significado universal del término gobernanza y a menudo este se utiliza de formas heterogéneas según el contexto o el fenómeno al que se aplique. Para Aguilar (2006), sin embargo, es posible distinguir dos dimensiones del término que permiten aclarar su significado: gobernanza en sentido descriptivo y en sentido normativo.

En un sentido descriptivo, la gobernanza se refiere a las transformaciones experimentadas en las relaciones entre gobierno y sociedad desde finales del siglo XX que han revelado, por un lado, la incapacidad del gobierno como único protagonista en la resolución de problemas o en el alcance de metas colectivas, y por otro, la necesidad de incorporar a nuevos agentes (AGUILAR, 2006, p. 84). De esta manera, la gobernanza define la multiplicidad de actores públicos y privados (empresas, ONGs, grupos de interés, organizaciones internacionales, etc.) que participan y adquieren cada vez más relevancia en la formulación y ejecución de políticas públicas, al tiempo que subraya el papel de mediador o facilitador ejercido por el gobierno. Por otro lado, para Aguilar (2006, p. 86) en términos normativos la gobernanza asume la connotación de “buen gobierno” y se fomenta desde la academia y organismos internacionales como paradigma de gobierno eficiente, subrayando cuáles son las condiciones, procesos, valores o prácticas necesarias para su alcance.

En relación a las migraciones, aunque las primeras fórmulas de cooperación internacional se remontan a inicios del siglo XX, con el trabajo de la Liga de las Naciones sobre los flujos de trabajadores, la consolidación de estos esfuerzos se concreta solo a finales del siglo, en el marco del aumento de los desplazamientos humanos a nivel global (GHOSH, 2012, p. 25). Así, desde la década de los noventa, los términos gobernanza, gobernabilidad y gestión entran a formar parte del vocabulario de las migraciones involucrando a actores no estatales bajo una doble premisa: ofrecer respuestas adecuadas frente a un fenómeno cada vez más complejo y distribuir beneficios entre todos los actores involucrados.

La gobernanza regional de las migraciones ha ido de la mano de su evolución internacional y se desarrolla tanto en el marco legal constituido por convenciones y acuerdos jurídicos, como en el diseño institucional de organizaciones internacionales, entre las que

destacan la Organización Internacional del Trabajo (OIT), el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) o la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) que, desde diversas perspectivas, intentan gestionar la movilidad humana en todas sus aristas (LAVANEX et al, 2016, p. 459). Desde una lectura crítica, la regulación y el control de las migraciones resultado de este enfoque desconoce las asimetrías entre Estados, favorece sobre todo sus intereses en lugar de atender los derechos de los migrantes, y define la movilidad humana como un proceso que debe ser gestionado de forma eficaz, eficiente y controlada para aumentar beneficios y disminuir costes (GEIGER & PÉCOUD, 2012). En América del Sur, estas premisas han servido para introducir discursos sobre beneficios de la migración y derechos para los migrantes, al tiempo que han sido centrales para definir los parámetros de ilegalidad e irregularidad de las migraciones, dando lugar al surgimiento de lo que Domenech (2013) denomina “políticas de control con rostro humano”.

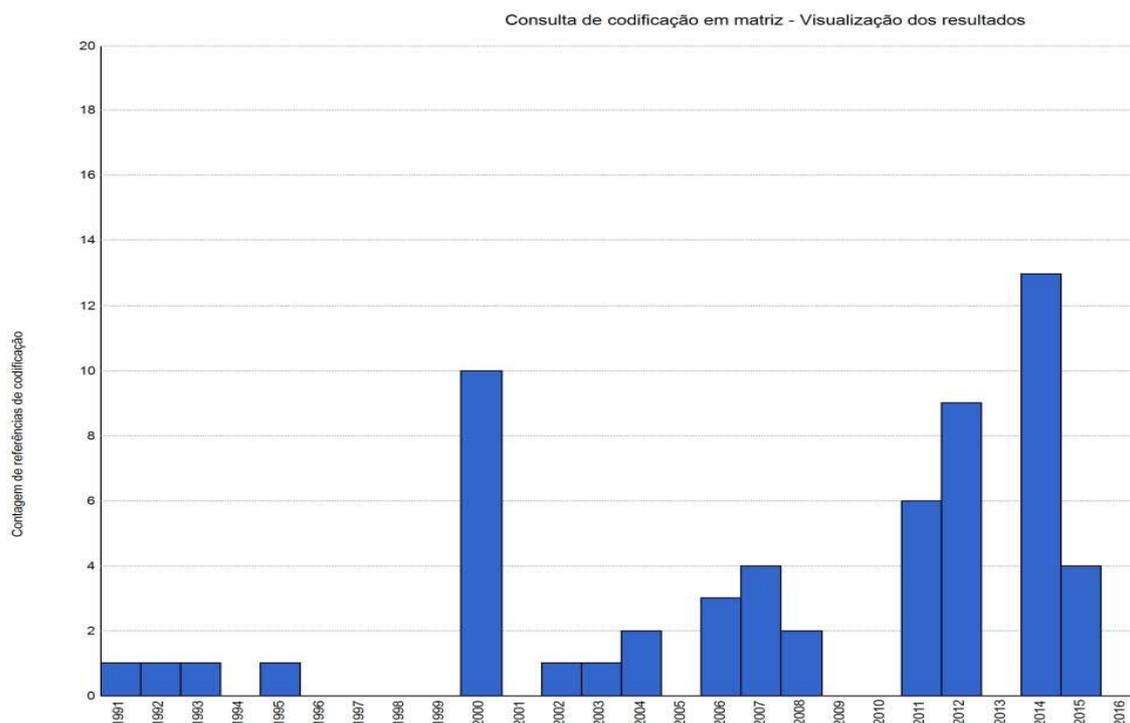
En el caso del Mercosur, a partir de su fundación se crean políticas e instrumentos cuya intención es regular, controlar los flujos y garantizar algunos derechos, especialmente para los trabajadores y, posteriormente, se reconocen la libertad de circulación y asentamiento, derechos todos paulatinamente ampliados al proyectar una ciudadanía común. Como mencionamos en precedencia, el Mercosur converge con la CAN y la Unasur en varias esferas, incluidas las discusiones sobre movilidad humana.¹⁰ No obstante, en el marco de la gobernanza regional de las migraciones, el bloque también coincide con la Conferencia Sudamericana sobre Migraciones (CSM), un proceso consultivo y de diálogo regional que existe desde 1999 con el propósito de generar políticas migratorias en el marco de la promoción del desarrollo y de la integración de América del Sur. Como resultado de esta cooperación y de la influencia que ejercen los enfoques sobre movilidad humana hegemónicos junto a las políticas nacionales, los países de la región han diseñado instrumentos comunes. Así, por ejemplo, en la quinta CSM se elaboró un Plan Sudamericano de Desarrollo Humano para las Migraciones (PSDHM), basado en la experiencia andina y en propuestas previamente diseñadas en países como Ecuador (VILLARREAL, 2015).

A continuación, podemos observar la evolución de las Decisiones tomadas por el CMC del Mercosur que tuvieron por fin algún tipo de regulación en materia migratoria. Del total de

¹⁰ Si comparado con los países andinos, el tratamiento de las migraciones en el Mercosur fue mucho menos explícito; a pesar de ser reconocidos como trabajadores, y de estar gestionados por la reunión de ministros de trabajo en primer lugar e interior en segundo, los migrantes del Mercosur gozaron de menos derechos que sus colegas andinos. Así, tal como relatado por Ramírez (2016), estos trabajadores tuvieron sus derechos reconocidos tempranamente en las migraciones intrarregionales, a través del Instrumento Andino de Migración Laboral de 1977.

925 decisiones tomadas en todo el período de estudio, 52 fueron clasificadas dentro de ese asunto, con un total de 121 referencias (mientras que, para tener un parámetro de comparación, las referencias y decisiones tomadas para crear o regular el funcionamiento posterior de los organismos fueron 378 codificaciones).

Gráfico 4: Evolución anual de cantidad de decisiones tomadas por el Mercosur en materia migratoria (1991-2016)



Fuente: documentos oficiales: www.mercosur.int Elaboración: propia.

De esta forma, vemos que las migraciones han sido tratadas a lo largo de todo el período, como uno de los principales objetivos del Mercado Común, desde que en 1991 se estableciera el libre movimiento de los factores de producción (incluyendo la libertad de movimiento del trabajo/trabajadores). Sin embargo, la creciente cantidad de decisiones tomadas acompaña el aumento en los consensos entre los gobiernos del bloque, y las modificaciones de contenido y enfoques que fueron parte de toda la evolución normativa del Mercosur a partir de la convergencia ideológica post-neoliberal.

Durante el periodo de transición estipulado en Asunción para la consecución de la Unión Aduanera, dos subgrupos abordaron el tema migratorio de forma indirecta: el subgrupo N° 2 “Asuntos Aduaneros” que trató cuestiones relativas al movimiento de personas y el subgrupo N° 11 “Asuntos Laborales” que, posteriormente, se denominó de “Relaciones Laborales, Empleo y

Seguridad Social” (BRICENO, 2011, p. 141). Este último grupo tuvo una conformación tripartita, pionera en la historia institucional del bloque, que incluyó a los gobiernos de los Estados Partes, representados por miembros de los Ministerios de Trabajo, así como a miembros de sindicatos y organizaciones de empleadores.

Desde que empezó a reunirse en 1992, el subgrupo N° 11 creó diversas comisiones técnicas que incluyeron una específica sobre empleo y migraciones laborales y otras que abordaron asuntos de seguridad social, negociaciones colectivas y reconocimiento de títulos académicos por parte de los Estados Miembros. Desde esta óptica, el subgrupo N° 11 sienta las bases del primer enfoque migratorio del Mercosur: el liberal economicista, centrado en los desplazamientos de trabajadores (ALFONSO, 2012; RAMÍREZ, 2016). De hecho, la agenda de este espacio de discusión incluyó el abordaje de los movimientos laborales dentro del bloque, especialmente en las zonas fronterizas, y el reconocimiento de derechos para los trabajadores que permitieron la creación del Acuerdo Multilateral de Seguridad Social y la firma, en 1998, de la Declaración Socio-Laboral del Mercosur. La misma no solo reconoce la igualdad de derechos y la no discriminación para los ciudadanos de los Estados Partes, sino que integra varios de los principios de la Convención de la ONU sobre la protección de derechos de todos los trabajadores migrantes y sus familiares. Con todo, en 1995 el asunto también es incorporado en la agenda del Plan de Acción, Mercosur 2000 que, al abordar la dimensión global de la integración, subraya la necesidad de ocuparse de forma creciente de las migraciones (Mercosur, 1995).

En la siguiente tabla, pueden encontrarse más detalles del tratamiento dado al asunto en diversos ámbitos institucionales del Mercosur.

Tabla 2. Principales decisiones y declaraciones en materia migratoria del Mercosur

Decisiones del Consejo del Mercado Común	Declaraciones y otras Decisiones
D. N° 7/96. Reunión de Ministros del Interior	Declaración Sociolaboral del Mercosur (1998)
D. N° 19/97. Acuerdo Multilateral de Seguridad Social del Mercosur	Declaración de Rio de Janeiro sobre la Institución del Refugio (2000)
D. N° 19/97. Acuerdo Multilateral de Seguridad Social del Mercosur	Declaración de Asunción sobre Tráfico de personas y tráfico ilícito de migrantes (2001)
D. N° 4/00. Acuerdo de Alcance Parcial para la Facilitación del Comercio (Acuerdo de Recife)	Declaración de Santiago sobre principios migratorios del Mercosur (2004)
D. N°44/00. Acuerdo de Exención de traducción de documentos administrativos para efectos de inmigración entre los Estados Partes del Mercosur	Declaración sobre la “Directiva del retorno” (2008)

D. N° 35/2000. Mecanismo de Cooperación Consular entre los Países del Mercosur, Bolivia y Chile	Declaración de Principios del Mercosur sobre Protección Internacional de los Refugiados (2012)
D. N° 28/2002. Acuerdos Emanados de la XXII Reunión de Ministros del Interior del Mercosur, de la República de Bolivia y de la República de Chile. (Acuerdo N°11, 12, 13 y 14. Regularización Migratoria Interna y Residencia para Nacionales de los Estados Partes del Mercosur, Bolivia y Chile)	Decisión sobre el Reconocimiento Universal del Derecho de Asilo Político (2013)
D. N° 16/2003. Acuerdo para la Creación de la Visa Mercosur	Declaración Especial sobre la situación de los niños, niñas y adolescentes centroamericanos migrantes retenidos en la frontera sur de los Estados Unidos de América (2014)
D. N° 35/2004. Proyectos de acuerdos contra el tráfico ilícito de migrantes, entre los Estados Partes del Mercosur, la República de Bolivia y la República de Chile	Declaración Sociolaboral del Mercosur. (2015) (revisa y modifica la de 1998)
D. N° 38/2004. Documento de viaje provisorio Mercosur	Declaración Especial de los Estados Partes y Estados Asociados del Mercosur sobre la crisis humanitaria de gestión de movimientos migratorios (2015)
D. N° 10/2006. Acuerdo para la Concesión de un Plazo de (90) días a los Turistas Nacionales de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados	Declaración especial sobre el Protocolo de Asunción sobre el compromiso con la promoción y protección de los derechos humanos en el Mercosur (2015)
D. N° 18/2008. Documentos de Viaje de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados	
D. N° 08/2012. Acuerdo para la creación de la Red de Especialistas en Seguridad Documental Migratoria del Mercosur y Estados Asociados	
D. N° 64/2010. Estatuto de la Ciudadanía del Mercosur. Plan de Acción	
D. N° 25/2014. Acuerdo para la creación de la Red de Especialistas en Seguridad Documental Migratoria del Mercosur y Estados Asociados	
D. N° 36/2014. Acuerdo Modificadorio del Acuerdo para la Concesión de un Plazo de 90 días a los Turistas Nacionales de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados	
D. N° 37/2014. Segundo Acuerdo Modificadorio del Acuerdo sobre Documentos de Viaje de los Estados Partes del Mercosur	
D. N° 46/15. Acuerdo sobre documentos de viaje y de retorno de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados	
D. N° 53/15. Acuerdo sobre registración migratoria electrónica	

Fuente: www.mercosur.int Elaboración: propia.

Se observa que, mientras los ámbitos directos para la gobernanza migratoria en el Mercosur no fueron creados, cuestión que podríamos datar sólo a partir de la creación del Foro Consultivo Económico y Social (FCES), que abre un canal de participación y consulta con organizaciones de empresarios, sindicatos y representantes de organizaciones que abordan cuestiones migratorias; la agenda se reducía a su tratamiento vinculado directamente a temas laborales, entendida la migración como exclusivamente una mercancía: el trabajo. Además, este era regulado de manera no integral, al menos hasta 1998.

Otro de los ámbitos en dónde la agenda de las migraciones tuvo especial tratamiento, como adelantáramos, es en la reunión de Ministros del Interior, en dónde el asunto está directamente vinculado a la seguridad regional y a las disposiciones para el control fronterizo y de aduana. En efecto, la reunión de Ministros del Interior se crea en 1996 con el propósito de avanzar en la cooperación en esferas de su competencia. A partir de sus primeros encuentros se establecieron varias instancias y una de ellas fue pensada específicamente para abordar cuestiones migratorias: el Subgrupo de Trabajo Especializado Migratorio. Entre los resultados más significativos de este espacio cabe enumerar la cooperación en relación al intercambio de información sobre las entradas y salidas en el bloque o sobre la permanencia de ciudadanos extrarregionales; la creación de controles fronterizos coordinados (Acuerdo de Recife); y el establecimiento de un tratamiento diferenciado para los habitantes de frontera que más tarde daría lugar a la hoy vigente Tarjeta de Tránsito Vecinal Fronterizo (TVI) (ALFONSO, 2012, p. 40).

A pesar de la obtención de importantes avances para los migrantes en la esfera laboral o en la facilitación del tránsito y la circulación, no es hasta finales del siglo XX e inicios del XXI que la mirada sobre la movilidad humana en el Mercosur comienza a cambiar a favor de un enfoque centrado en los derechos de los migrantes, no apenas en cuanto trabajadores o sujetos móviles dependientes de regulación y control, sino progresivamente en calidad de ciudadanos. Otro elemento a tener en cuenta es que esta transformación empieza también a extender beneficios más allá de las fronteras del bloque, en el marco del Mercosur ampliado. En el año 2000, por ejemplo, el Grupo Especializado Migratorio crea un instrumento específico para beneficiar a los ciudadanos: el Acuerdo para la Exención de Traducción de Documentos para efectos de inmigración entre los Estados Partes del bloque, Bolivia y Chile. Al año siguiente, a consecuencia de factores como la implementación del Plan Colombia y el recrudecimiento del conflicto armado colombiano, o en nombre de una mayor preocupación por la vulneración de derechos de los migrantes, se emiten también la Declaración sobre el Instituto del Refugio y la

Declaración sobre Tráfico de Personas y Tráfico Ilícito de Migrantes. Esta última permitió, en 2004, la firma del Acuerdo sobre el Tráfico Ilícito de Migrantes entre los Estados Partes del Mercosur y entre los países miembros, Bolivia y Chile (FEM, 2015).

Aunque la perspectiva de derechos en relación al fenómeno migratorio no sustituye, sino que pasa a coexistir con los dos enfoques antes descritos, la misma cobra fuerza desde comienzos del siglo XXI y se ve reforzada por las propuestas bilaterales de Argentina y Brasil durante sus presidencias *Pro Tempore*. Además, como señalamos en párrafos anteriores, la cooperación y acuerdo entre ambos países se multiplican en un contexto de alta convergencia ideológica. Como corolario, en 2002 se crea un grupo *ad hoc* sobre integración fronteriza y se firma el Acuerdo de Residencia del Mercosur, Bolivia y Chile que inaugura una nueva etapa para la movilidad en la región, abriendo espacio para una mayor circulación y el libre asentamiento de sus ciudadanos. En 2003 se firma también el Acuerdo para la visa Mercosur y se realiza una de las transformaciones institucionales más importantes: la sustitución del Grupo Especializado Migratorio por el Foro Especializado Migratorio (FEM).

La importancia de este cambio radica no únicamente en que las cuestiones migratorias dejan de estar supeditadas a directrices técnicas y pasan a ser tratadas en una dimensión más política, dentro de las reuniones de Ministros de Interior, sino que la movilidad humana adquiere relevancia *per sé*, destinándose a tal fin un espacio específico encargado de producir información estadística; estudiar los impactos de la migración dentro y fuera de la región; analizar y formular normas o políticas migratorias para los países del bloque y Estados Asociados; y capacitar a funcionarios y técnicos de los países miembros y asociados sobre cuestiones migratorias. Algunas de estas funciones, desde 2009, están siendo compartidas con el Instituto de Políticas Públicas y Derechos Humanos del Mercosur (IPPDHM), instancia gubernamental creada con fines de cooperación técnica, investigación, capacitación y coordinación de políticas regionales sobre derechos humanos, con énfasis especial en el caso migratorio. En este sentido, existen publicaciones propias que contribuyen al propósito de difusión y construcción de una ciudadanía regional; a la vez que son ejemplos claros de la relevancia dada al asunto en la institucionalidad del bloque (MERCOSUR, 2016).

En 2004, durante la Presidencia *Pro Tempore* de Argentina, se crea también otro hito en relación al enfoque de derechos en el Mercosur: la Declaración de Santiago sobre Principios Migratorios del bloque. Dicha declaración condensa la nueva perspectiva del Mercosur en relación a las migraciones admitiendo, en primer lugar, la soberanía estatal sin menoscabo de los derechos de los migrantes y reconociendo, en segundo lugar, la necesidad de abordar las

migraciones a partir de un enfoque multilateral que tenga en cuenta los desafíos de este fenómeno, pero también sus potencialidades respecto a la promoción del desarrollo¹¹ y de sociedades más justas y plurales. Vale recalcar que, como mencionamos al inicio, esta Declaración surge durante la Presidencia Argentina que, en el Gobierno de Néstor Kirchner estaba experimentando una profunda revisión de su política migratoria dejando a un lado, por lo menos parcialmente, el paradigma de seguridad y control por uno más centrado en las personas migrantes y sus derechos. Consecuencias importantes de esta nueva lógica plasmada en la Ley 25871 fueron, a título ilustrativo, la inclusión del criterio “Nacionalidad Mercosur” para el acceso a la residencia o la creación del Plan “Patria Grande” que permitió la regularización de numerosos inmigrantes del Mercosur ampliado.

Con todo, el Foro Especializado Migratorio es el organismo en el cuál se han canalizado buena parte de las agendas migratorias del bloque a partir de 2008 y sus demandas. Así, las 12 actas analizadas provenientes de ese Foro son las que obtienen un mayor porcentaje de cobertura del documento, si tomamos en consideración la totalidad de las actas estudiadas que trataron el asunto de las migraciones dentro del bloque, como lo muestra la tabla a continuación. Sin embargo, un análisis del contenido de tales documentos, devela que no necesariamente la gobernanza regional en materia migratoria estuvo dentro de los objetivos principales de tales discusiones. Mientras en las primeras actas la preocupación principal eran asuntos laborales, fronterizos o de trámites para la unificación de registros y controles de aduana; en las actas vinculadas al Foro Especializado Migratorio, se observa una preocupación cada vez mayor por la gobernanza del asunto de una manera integral e inclusiva; de la mano con los cambios en los gobiernos enunciados anteriormente.

¹¹ La discusión sobre los vínculos entre migraciones y desarrollo ha sido central no solo en América Latina y, desde los años noventa, ha alimentado buena parte de los debates sobre políticas migratorias, sobre todo en función de las posibles ventajas y desventajas de la migración. Para un análisis más detallado de esta discusión ver Villarreal (2017).

Tabla 3. Actas en las que se negociaron decisiones en materia migratoria, ámbito de negociación, cantidad de referencias y porcentaje de cobertura¹²

Ámbito de acción, número de acta, idioma	Año	Referencias codificadas	Cobertura
GMC_1991_ATA04_ANE05_ES_InformeGMC	1991	1	000%
GMC_1992_ACTA01_ES	1992	1	001%
CCM_1996_ACTA05_PT	1996	1	002%
CMC_2003_ACTA01_ES	2003	1	007%
RMI_2008_ACTA02_PT	2008	1	032%
RMI_2008_ACTA01_ES	2008	5	024%
Reunión Mtros Interior 02	2010	1	017%
RMI-FEM_2010_ACTA01_ES	2010	10	011%
FEM RMI 02	2011	8	076%
FEM RMI 05	2012	6	045%
FEM- RMI 04	2012	5	046%
RMI-FEM_2012_ACTA01_ES	2012	7	049%
FEM 02	2013	3	030%
FEM 01	2013	2	032%
FEM_2013_ACTA03_ES_Corr.1	2013	4	020%
FEM_2013_ACTA04_ES	2013	3	002%
CMC_2014_ACTA01_ES	2014	2	002%
CMC_2014_ACTA02_ES	2014	1	002%

Fuente: documentos oficiales www.mercosur.int Elaboración: propia.

Esta evolución nos muestra que los ámbitos institucionales en donde el asunto ha sido tratado también han cambiado. Así, mientras en los primeros años las migraciones eran tratadas por el Grupo Mercado Común (GMC, órgano ejecutivo compuesto por representantes de los Ministerios de Economía, Relaciones Exteriores y Bancos Centrales); en los últimos tiempos las actas que mencionan el asunto migratorio están todas posicionadas dentro de su institución

¹² Ese porcentaje se refiere a la importancia atribuida al asunto de las migraciones en la totalidad del documento referido y brinda una aproximación del énfasis dado al asunto en ese documento, comparado con la totalidad de documentos clasificados en dicha categoría.

específica, el Foro Especializado, la Reunión de Ministros del Interior, o por el Consejo del Mercado Común.

No obstante, más allá de las autoridades gubernamentales o del tratamiento en el marco de relaciones laborales, el fenómeno migratorio también ha sido objeto de discusión por parte de la sociedad civil dentro de las Cumbres Sociales del bloque. Desde la primera cumbre, realizada en Brasilia en 2006, las migraciones ocupan un espacio específico dentro de estas discusiones. A partir de esta fecha, se estructura un grupo de discusión sobre trabajo decente, migraciones e integración de los pueblos que en los encuentros siguientes ha asumido nuevas denominaciones, de acuerdo a los enfoques prevalentes en la región: migraciones laborales y migraciones y derechos humanos de los migrantes (ALBUQUERQUE & VIEIRA, 2016).

El paradigma de derechos en relación a las migraciones dentro del Mercosur se consolida, sin embargo, en 2010 durante la aprobación del Plan de Acción para la Ciudadanía del bloque. Las directrices de este documento implican visiones convergentes e integrales sobre la movilidad humana con la intuición de promover una política de libre circulación de personas para la región, igualdad de derechos y libertades civiles, sociales y económicas para los nacionales de los Estados Partes, así como la igualdad de condiciones y prohibición de cualquier forma de discriminación respecto al trabajo, la salud y la educación. Los pilares de este plan son, por lo tanto, la promoción de la libre circulación y el acceso progresivo a mejores niveles de ciudadanía. Aunque su completa implementación está prevista para el año 2021, este Plan forma parte de un esfuerzo más amplio de los países del bloque por profundizar las dimensiones política y social de la integración. En esta línea, en 2011 fue también aprobado el Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur que prevé la articulación de todas las iniciativas desarrolladas en este ámbito desde comienzos del siglo XXI.

Por fin, la construcción paulatina de la gobernanza regional de la movilidad humana aún tiene muchos caminos por recorrer en sus prácticas discursivas y reales. Sin embargo, el esfuerzo que se ha realizado en los últimos años no ha sido en vano y está directamente vinculado a la consecución del objetivo final de la integración. Así, la participación ampliada de actores no gubernamentales en la toma de decisiones, la difusión en la sociedad civil de las diferentes políticas tendientes a la construcción de una ciudadanía regional, o la propia movilidad humana contribuyen al desarrollo del proceso de integración en sí mismos y, por tanto, son objetivos del Mercosur tal como es entendido en la actualidad. Por ejemplo, al comparar las decisiones tomadas por el bloque en materia migratoria (asunto) con los objetivos propuestos en las negociaciones que están directamente vinculadas a la construcción de gobernanza regional,

vemos que la Concertación Política, la construcción de planes de acción y la política educativa, se suman a los objetivos más tradicionales en materia migratoria, como el control de fronteras o la seguridad regional.

Tabla 4: Decisiones sobre migraciones y objetivos trazados en las negociaciones (1991-2016)

Descriptores de objetivos trazados	Decisiones sobre migraciones
Concertación Política	3
Plan de acción	1
Fronteras y aduanas	10
Plan para Educación	1
Seguridad Regional	2
Política educativa conjunta	1
Políticas de DD.HH. del Mercosur	1
Política Migratoria	1
Mercado de trabajo	1

Fuente: documentos oficiales: www.mercosur.int Elaboración: propia.

CONSIDERACIONES FINALES

A lo largo de nuestro trabajo hemos visto cómo, desde los inicios del Mercosur, las migraciones comenzaron a ser contempladas, primero bajo una mirada liberal-económico que apuntaba a la libre circulación de la mano de obra, entendiendo a los migrantes como trabajadores y, posteriormente, bajo un prisma de control y seguridad que los consideraba como sujetos móviles, por tanto, regulables. Estas concepciones se desarrollan en un escenario de crecientes flujos migratorios intrarregionales, especialmente por motivos de trabajo, y de la profundización de la integración en las esferas política y social. Así, con la importancia progresiva que asumieron dichos fenómenos, no fue más posible soslayar la cuestión migratoria.

Desde finales del siglo XX e inicios del siglo XXI cobra fuerza un nuevo paradigma que modifica de forma notable el enfoque hacia las migraciones. Desde entonces, se empiezan a desarrollar discursos y acciones que conciben a los migrantes como sujetos de derechos y a los Estados como sus garantes, en detrimento de lógicas más vinculadas a la seguridad. En el marco de la gobernanza de las migraciones, esta nueva perspectiva es resultado tanto de agentes y factores internos a los países miembros, como de fenómenos y visiones regionales e introducidas por organismos internacionales. Entre estos, cabe mencionar la participación de la sociedad civil

y las demandas que canalizaron hacia las instancias institucionales, que produjeron una mayor sensibilidad hacia la cuestión migratoria para su posterior inclusión en las políticas nacionales y regionales; así como el agravamiento del conflicto armado en Colombia y el aumento de los desplazamientos forzados en la región. A su vez, esta nueva concepción es también fruto de la cooperación en ámbitos como la Conferencia Suramericana de Migraciones o la Unasur, al igual que de las agendas introducidas por las organizaciones internacionales en relación a, por ejemplo, los beneficios de la migración.

El giro del Mercosur hacia una óptica favorable a los derechos de los migrantes no se entiende, sin embargo, si no se hace hincapié en dos aspectos relevantes: la convergencia ideológica de los gobiernos de los países (especialmente, Argentina y Brasil, como motores del bloque, apoyados por los fundadores, pero también por los asociados; en ese sentido, el mayor compromiso de los países asociados aumentó exponencialmente la convergencia entre los miembros); y en algunas de las características específicas del bloque que aumentan la importancia del primer aspecto. La necesidad de construir consensos para la toma de decisiones, derivada de la unanimidad requerida en todas las instancias deliberativas del Mercosur, se vio visiblemente favorecida por un escenario regional optimista desde el punto de vista económico, en el que primaban gobiernos afines ideológicamente y de tendencia progresista que le implantaron visiones desarrollistas a las políticas regionales. Bajo esta premisa y, en contracorriente a algunas de las visiones más arraigadas sobre los límites o fracasos del Mercosur, vale destacar que en pocas décadas el bloque alcanzó resultados muy importantes cuyos mayores desenlaces en materia migratoria son el Acuerdo de Residencia de 2002 y el Plan de Acción sobre Ciudadanía firmado en 2010. Las políticas sobre movilidad humana del bloque pueden ser vistas, entonces, como uno de los ámbitos de “éxito” del proceso de integración.

Existen, no obstante, importantes límites y obstáculos para poder hablar de logros absolutos. Uno de ellos es el déficit de internalización de las normas y la ausencia de mecanismos que garanticen su efectividad dentro de los Estados Partes. En efecto, las políticas migratorias regionales son dependientes del compromiso político de los gobiernos integrantes del bloque, cuya fuerza puede verse afectada en momentos donde no existe convergencia ideológica; abundan conflictos e intereses diferenciados, o cuando crisis políticas (y económicas) retraen a los gobiernos hacia el ámbito interno. Así, por ejemplo, los significativos avances en relación al respeto y garantía de los migrantes no eliminaron los otros enfoques desde los que se percibe la migración y, en ausencia de consensos, nada impide que puedan volver con renovada fuerza,

como demuestra recientemente la aprobación de una nueva política migratoria argentina que pone nuevamente al centro la perspectiva de control y seguridad.

Por otro lado, un límite no menos importante es el escaso conocimiento de los instrumentos regionales sobre cuestiones migratorias tanto por parte de funcionarios de los países miembros y asociados, como por parte de los ciudadanos del bloque. En ese sentido, es sumamente importante la cooperación para la difusión de tales instrumentos entre la ciudadanía y la formación de funcionarios; aunque, es posible que algunos de los mecanismos creados constituyan un primer avance. Aquí también vale destacar la permanencia de procesos de expulsión y deportación o de numerosas formas de discriminación y xenofobia que impiden el disfrute pleno de la ciudadanía a los mercosureños, al igual que la existencia de requisitos específicos para poder migrar (certificados de antecedentes penales y de salud, tasas, etc.) que establecen *de facto* formas de exclusión entre los bienvenidos y no admitidos en el bloque y en los flujos intra-regionales. Por lo tanto, uno de los mayores desafíos del Mercosur es la necesidad de hacer realidad sus discursos mediante acciones concretas que superen el reconocimiento formal de derechos y que lleven las políticas regionales consagradas en los aspectos discursivos a la práctica de una manera eficaz y razonable.

En ese sentido, y pensando un poco más en el contexto político regional; las expectativas no están más colocadas (si es que alguna vez lo estuvieron) en lo que pueda surgir en términos de gobernanza específica desde los gobiernos de turno. La productividad del bloque en 2016 es una muestra evidente de que las crisis domésticas en ambos países motores del Mercosur, Argentina y Brasil, dejaron al bloque estancado y, a pesar de que la Presidencia *Pro Tempore* uruguaya no haya sido particularmente propositiva, la crisis desatada por su traspaso hacia Venezuela fue elocuente. No obstante ello, existen canales y planificación estratégica ya creados que deberían (si es que ya no están siendo) ser institucionalizados. Es decir, cooptados por los actores que reclaman participación, difusión y acción tanto en las instituciones creadas, como en los planes ya trazados.

BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, Diego; GEDDES, Andrew. (2014). Transnational Diffusion or Different Models? Regional Approaches to Migration Governance in the European Union and Mercosur. *European Journal of Migration and Law*, 16, V. 1, p. 19-44.

AGUILAR, Luis. (2006). *Gobernanza y Gestión Pública*, México: Fondo de Cultura Económica (FCE).

ALBUQUERQUE, Carolina; VIEIRA, José. (2016). *Las Cumbres Sociales del Mercosur I. Historia y Acervo*. Unidad de Apoyo a la Participación Social (UPS). Montevideo: Mercosur.

ALFONSO, Adriana. (2012). Integración y Migraciones. El tratamiento de la variable migratoria en el Mercosur y su incidencia en la política argentina. *Cuadernos Migratorios* n. 3, Buenos Aires: OIM.

BARDIN, Laurence. (2011) [1977]. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BIZZOZERO, Lincoln (2008). El proceso regional del Mercosur en el siglo XXI: del regionalismo abierto a la prioridad estratégica sudamericana. *Aportes para la Integración Latinoamericana*, n. 19, p. 1-22.

BRICEÑO, José (2011). Del regionalismo estratégico al regionalismo social y productivo. Las transformaciones del modelo de integración del Mercosur. IN: Briceño, Luis. *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires: Teseo Editorial.

CAETANO Gerardo; VÁZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy (2009). Reforma Institucional del Mercosur. Análisis de un reto. In: Caetano, Gerardo (coord.). *La reforma institucional del Mercosur. Del diagnóstico a las propuestas* Montevideo: Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR) Ediciones Trilce.

CHIZZOTTI, Antônio. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4° ed. Petrópolis: Editora Vozes.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). (1994). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. La integración Económica al Servicio de la Transformación Productiva con Equidad, Santiago: Naciones Unidas.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. (1975). *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York University Press, Trilateral Commission.

DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES (DNM). (2010). *Ley de Migraciones N° 25871*. Decreto 616/2010. Ministerio del Interior y Transporte. Buenos Aires: DNM.

DOMENECH, Eduardo. (2013). 'Las migraciones son como el agua': Hacia la instauración de políticas de 'control con rostro humano'. La gobernabilidad migratoria en la Argentina. *Polis* [En línea]. *Revista Latinoamericana*, n. 35.

FEM (Foro Especializado Migratorio del Mercosur y Estados Asociados). (2015). *Reunión de Ministros del Interior. Memoria Institucional*. Buenos Aires: Mercosur.

GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. (Eds.) (2012). *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*. Special Journal Issue. Osnabrück: Universität Osnabrück: Institut für Migrationsforschung und Interkulturelle Studien (IMIS).

GHOSH, Bimal. (2012). A Snapshot of Reflections on Migration Management. Its Migration Management a Dirty Word? In: GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine (Eds.) *The New Politics of International Mobility. Migration Management and its Discontents*. Special Journal Issue. Osnabrück: Universität Osnabrück: Institut für Migrationsforschung und Interkulturelle Studien (IMIS).

GRANJA, Lorena. (2016a). *El Mercosur y sus asimetrías: un análisis empírico de la bilateralización*. Rio de Janeiro: Tesis de Doctorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP-UERJ.

_____ (2016b). *La toma de decisiones en el Mercosur, un análisis empírico de las decisiones del CMC* trabajo presentado en el V Encuentro Latino-americano de Metodología de las Ciencias Sociales, Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, noviembre.

LAVANEX, Sandra; GIVENS, Terri; JURJE, Flavia; BUCHANAN, Ross. (2016). Regional Migration Governance. In: BÖRZEL; Tanja; RISSE, Thomas (Eds.) *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press.

LIMA, Maria; COUTINHO, Marcelo. (2005). *Globalização, Regionalização e América do Sul*. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano (IESP-UERJ).

LIMA, Maria (coord.). (2008). *Desempenho dos Governos Progressistas do Cone Sul: Agendas Alternativas al Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, IUPERJ.

MALAMUD, Andrés. (2003). Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience. en F. LAURSEN, *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Aldershot: Ashgate, p. 53-73.

_____ (2010). La Diplomacia Presidencial y los Pilares Institucionales del Mercosur: un examen empírico. *Relaciones Internacionales*, V.15, p 113-138.

MARIANO, Marcelo (2007). *A Política Externa Brasileira, Itamaraty e o Mercosul*. Araraquara: Programa de Pósgraduação em Sociologia. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista.

MARTÍNEZ, Jorge; ORREGO, Cristian. (2016). *Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe*. Serie Población y Desarrollo. Santiago: CEPAL, OIM.

Mercosur. (1991). Tratado de Asunción, Asunción del Paraguay: Mercosur.

Mercosur/CMC/DEC. Nº 09/95. (1995). Programa de Acción del Mercosur hasta el año 2000. Mercosur.

_____ (2016). Migración, Derechos Humanos y Política Migratoria, Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur, Buenos Aires: Mercosur.

RAE (Real Academia Española) (2014). *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*. Vigésimo Tercera Edición. Madrid: RAE.

RAMÍREZ, Jacques. (2016). *Hacia el Sur. La construcción de la ciudadanía suramericana y la movilidad intrarregional*. Quito: CELAG.

RATHA, Dilip; PLAZA, Sonia; DERVISEVIC, Ervin (comp.). (2016). *Migration and Remittances Factbook 2016*. Global Knowledge Partnership on Migration and Development, (KNOMAD). Washington: Banco Mundial.

SARAIVA, Miriam. (2012). *Encontros e desencontros. O lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço.

SICREMI (Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas). (2015). *Migración Internacional en las Américas*. Tercer Informe del SICREMI. Washington: OECD, OEA.

TEXIDÓ, Ezequiel; GURRIERI, Jorge. (2012). *Panorama Migratorio de América del Sur*, Buenos Aires: OIM.

UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas) (2008). *Tratado constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas*, Quito: UNASUR.

VEIGA, Pedro; RÍOS, Sandra. (2007). O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Santiago de Chile: CEPAL, División de Comercio Internacional e Integración.

VILLARREAL, MARIA. (2015). Políticas migratórias, transnacionalismo e desenvolvimento: o caso equatoriano. *Cadernos OBMIGRA*, V. 1, n. 3, p. 39-63.

_____. (2017). Enfoques clásicos y perspectivas emergentes en el debate sobre migraciones internacionales y desarrollo. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*, V. 25, n. 51 (en prensa).

Lorena Granja

Doctora en Ciencia Política (Iesp-Uerj). Postdoctoranda en PPGRI-Uerj.

María del Carmen Villarreal Villamar

Doctora en Ciencia Política (UCM). Postdoctoranda en PPGSP-Uenf.
Miembro del Grupo de Investigación en Relaciones Internacionales y Sur Global (Grisul-Unirio).

As fronteiras da cidadania: percepções sobre a imigração latino-americana e seu acesso a direitos no Brasil ¹

The Borders of Citizenship: perceptions about Latin American immigration and the access of rights in Brazil

CAMILA DANIEL

TAÍS NEGROMONTE DA SILVA

IALODÊ CHARMITE S. A. DA SILVA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as condições de acesso a direitos e serviços públicos às populações latino-americanas no Brasil, na percepção dos imigrantes, representantes consulares, pesquisadores e ativistas. Realizada no ano de 2015, a pesquisa observou que os imigrantes encontravam um cenário peculiar, primeiramente pela contradição existente nos aparatos jurídicos que legislam a imigração: a Constituição Federal, que garante direitos, e o Estatuto do Estrangeiro,

¹ Trabalho financiado pelo edital de bolsa institucional de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro de 2015.

que restringe. Além disso, os imigrantes enfrentavam as barreiras sociais impostas pela sociedade brasileira para acessar direitos, entre elas a burocracia, o desconhecimento dos funcionários sobre a documentação dos estrangeiros no Brasil e a inexistência de atendimento em outros idiomas além do português. Assim, os acordos de garantir a regularização do *status* migratório dos latino-americanos, como o Acordo sobre Residência do Mercosul, são importantes; porém, sem a implementação de políticas públicas, eles têm alcance limitado na garantia de direitos para os latino-americanos no Brasil.

Palavras-chave: Direitos, Imigração latino-americana, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article aims to analyze the conditions of access to rights and public services to Latin American immigrants in Brazil, according to the view of immigrants, consular representatives, researchers and activists. Conducted during 2015, the research observed that immigrants faced a peculiar scenario, first due to the contradiction in the legal apparatus that legislate immigration: the Federal Constitution, which guarantees rights, and the Foreigner Statute, which restricts them. In addition, immigrants confronted social barriers imposed by Brazilian society to their access to rights, including bureaucracy, staff in public services are unfamiliarity with immigrant's documentation and the lack of services in languages other than Portuguese. Thus, agreements to ensure the regularization of the migratory status of Latin Americans, as the Agreement on Mercosur residence, are important; but without the implementation of public policies, they have limited scope in guaranteeing rights for Latin American in Brazil.

Keywords: Rights, Latin american immigration, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A intensificação dos processos de globalização questiona o Estado-nação como unidade (HALL, 2002; ANDERSON, 2008) e como instituição capaz de gerir autonomamente o seu território, garantindo direitos. O questionamento da soberania do Estado diante das organizações internacionais, das empresas multinacionais, do mercado financeiro global e das catástrofes ambientais supranacionais demonstra sua incapacidade de manter controle sobre suas fronteiras (BECK, 1999). A circulação de pessoas pelo mundo se choca com a limitação da participação política e do exercício da cidadania aos nacionais, que, diferentemente dos estrangeiros, têm garantidos pelo Estado, ao menos em tese, todos os direitos civis, sociais e políticos que fundamentam a cidadania (SAYAD, 1998). Esta noção de cidadania está alicerçada na ideia que de a nacionalidade é a de direitos, ou seja, que o Estado só tem a responsabilidade de garantir direitos àqueles que nasceram em seu território (SAYAD, 1999). Os movimentos migratórios colocam em xeque a concepção territorial de cidadania e questionam a vinculação entre direito e

nacionalidade que exclui os imigrantes dos processos de decisão e do acesso a direitos em igualdade aos nacionais.

Este artigo tem como objetivo analisar as condições de acesso a direitos e serviços públicos às populações latino-americanas no Brasil, comparando os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, na percepção dos imigrantes, representantes consulares, pesquisadores e ativistas. O presente trabalho faz parte do projeto de extensão "Cidadania sem fronteiras: fortalecimento do acesso a direitos à população imigrante no Brasil", desenvolvido nos anos 2015 e 2016, com financiamento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em parceria com a organização Presença da América Latina (PAL). Composta por imigrantes latino-americanos de diversas nacionalidades, tal organização atua desde 2004 na consolidação dos direitos dos imigrantes. O projeto envolve ainda a Pastoral do Migrante do Rio de Janeiro, que desde 2013 se encontra sob coordenação do padre Mário Geremia, antigo coordenador da Pastoral do Migrante de São Paulo. O objetivo do projeto de extensão foi contribuir para que os imigrantes latino-americanos alcançassem o efetivo acesso a serviços públicos e direitos no Rio de Janeiro.

Os dados aqui apresentados fazem parte da primeira fase do projeto, constituída por uma pesquisa-ação, visando aprofundar o conhecimento da equipe do projeto sobre a imigração latino-americana no Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada por uma equipe composta pela professora orientadora e duas bolsistas alunas de graduação. A metodologia utilizada compunha-se das seguintes etapas: 1) pesquisa quantitativa exploratória com latino-americanos no Rio de Janeiro; 2) entrevistas em profundidade com representantes das seções consulares latino-americanas no Rio de Janeiro; e 3) entrevistas em profundidade com pesquisadores e ativistas que atuam no campo das migrações no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na pesquisa exploratória, aplicamos 16 questionários e entrevistamos três representantes consulares, uma pesquisadora e quatro ativistas. Durante todo este processo, a equipe de pesquisa manteve um caderno de campo com anotações sobre a coleta de dados. Predomina entre os sujeitos a percepção de que os imigrantes encontram dificuldades para acessar direitos no Brasil mesmo quando têm o *status* migratório regular, devido, entre outros motivos, à inexistência de atendimento em outros idiomas além do português e da falta de conhecimento tanto dos imigrantes, quanto principalmente dos próprios atendentes nos serviços públicos sobre como lidar com os imigrantes, inclusive seus documentos. Assim, mesmo quando os direitos estão garantidos por lei, como no caso dos latino-americanos que possuem o visto pelo Acordo sobre Residência

Mercosul², muitos imigrantes não conseguem acessá-los devido às barreiras sociais existentes nos serviços públicos brasileiros, demonstrando os limites da cidadania dos imigrantes no Brasil. No atual contexto de aprovação da nova lei de imigração³, este artigo nos estimula a pensar sobre a discrepância entre a lei e a sua efetividade real que podem impedir aos imigrantes o acesso a direito ainda que ele tenha sua estada regular no Brasil reconhecida.

1. A IMIGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO RIO DE JANEIRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE PESQUISA-AÇÃO

Na primeira fase do projeto de extensão, tínhamos a meta de realizar um levantamento quantitativo sobre a população latino-americana no Rio de Janeiro para compreendermos qual era seu perfil etário e socioeconômico e identificarmos sobre quais serviços públicos e direitos eles gostariam de obter mais informações. Nesta seção, apresentaremos os dados sobre o perfil dos imigrantes latino-americanos no Rio de Janeiro obtidos em entrevista com os cônsules do Equador, Paraguai e Peru, apresentando o contexto no qual as percepções dos imigrantes e dos ativistas e pesquisadores estão inseridas. No processo da pesquisa, entramos em contato com os demais consulados de países latino-americanos no Rio de Janeiro. No entanto, por dificuldades de logística e de tempo, não foi possível entrevistá-los.

Segundo o Consulado do Equador, no Rio de Janeiro há 1.023 equatorianos registrados na sua jurisdição, que inclui também o estado do Espírito Santo. A população equatoriana registrada encontra-se majoritariamente na faixa de 21 a 30 anos, predominando o sexo masculino. Ela é composta por dois fluxos significativos: um, de médicos que vieram para o Brasil realizar cursos de pós-graduação; outro, mais recente, de artesãos e vendedores ambulantes. Este último grupo é formado por equatorianos de origem indígena com longa tradição em mover-se dentro e fora do país, sobretudo da região de Otavalo⁴. Já os primeiros são oriundos principalmente da capital, Quito. Diariamente, o Consulado atende em média de 70 a 80 equatorianos.

² Promulgado em 2009 pelos países-membros do Mercosul (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai), incluindo inicialmente Bolívia e Chile e anos mais tarde Peru, Equador e Colômbia como Estados Associados, o Acordo permite aos cidadãos desses países residir regularmente em qualquer outro país participante do Acordo.

³ Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm

⁴ Otavalo é uma cidade do Equador, capital da província de Imbabura, na região andina do país. Os cidadãos indígenas provenientes dessa região e residentes no Rio de Janeiro são membros da etnia Kichwa-Otavalo (VILLARREAL, 2017).

Segundo o Consulado do Peru no Rio de Janeiro, que também abarca na sua jurisdição os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, há cerca de 6.000 peruanos nos dois estados, com faixa etária predominante entre 25 e 40 anos. Na população peruana, o nível de escolaridade é elevado, sendo significativo o número de estudantes de pós-graduação e indivíduos com ensino superior completo que chegam ao Brasil em busca de emprego. Entre aqueles que se inserem em atividades laborais não-qualificadas predomina o trabalho como comerciantes ambulantes, que atuam principalmente no centro da cidade e na zona sul, especialmente nos bairros de Copacabana e no Largo do Machado. Também há uma importante participação de mulheres peruanas inseridas no mercado de trabalho brasileiro como trabalhadoras domésticas — empregadas, babás, cozinheiras. Há ainda uma migração sazonal de cerca de 500 profissionais da indústria naval e petroleira. A população peruana na jurisdição do consulado geral do Peru no Rio de Janeiro é oriunda principalmente da capital, Lima, e também do departamento de La Libertad, sobretudo da cidade de Trujillo, norte do país. O consulado do Peru no Rio de Janeiro realiza o atendimento de 400 a 500 peruanos por mês.

Por sua vez, de acordo com o consulado do Paraguai, existem atualmente 230 paraguaios registrados, além de cerca de 80 não-registrados. Este último grupo é composto por idosos em situação de vulnerabilidade. A população paraguaia no Rio de Janeiro é majoritariamente jovem, com idade entre 20 e 25 anos, sendo relevante a presença de estudantes de pós-graduação em Medicina, assim como acontece entre a população equatoriana, oriundos principalmente de regiões do interior do país como Domingo de Irala, Pedro Juan Caballero, San Estanislao, Santaní, San Pedro, Villarrica e Hernandarias. Além dos médicos estudantes universitários, a população paraguaia no Rio de Janeiro também é formada por indivíduos com nível básico e médio de educação que atuam no trabalho doméstico e no ramo da construção. Cabe ressaltar que, assim como os consulados do Peru e do Equador, o consulado paraguaio também atende outros estados brasileiros. Além do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, ele também é responsável pelo estado de Minas Gerais.

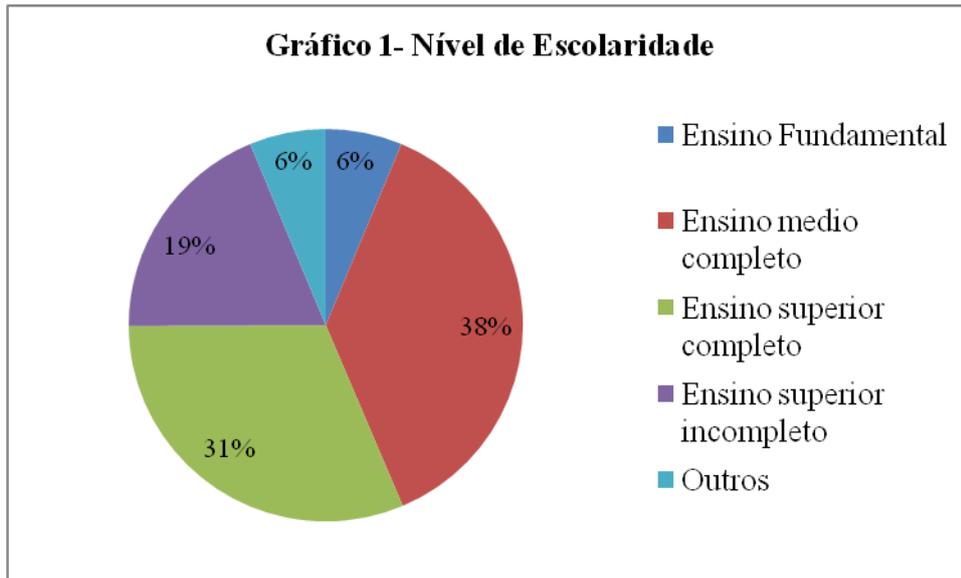
2. ACESSO A DIREITOS NO BRASIL NA PERCEPÇÃO DOS IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS NO RIO DE JANEIRO

Além dos dados oferecidos pelos consulados, realizamos o levantamento através de uma pesquisa quantitativa exploratória. Elaboramos um questionário com 16 perguntas abertas e fechadas para ser aplicado a latino-americanos no Rio de Janeiro. Nossa ideia inicial era aplicar o

questionário a imigrantes que estão no Rio de Janeiro como trabalhadores não-qualificados e/ou inseridos no mercado de trabalho informal. No entanto, deparamo-nos com o grande desafio de estabelecer contato com esta população. Desde 2011, a coordenadora do projeto vem desenvolvendo pesquisas com estudantes peruanos no Rio de Janeiro (DANIEL, 2013; 2014), e por isso a equipe obteve acesso mais facilitado aos estudantes peruanos; porém encontrou dificuldades para ampliá-lo àqueles que estão no Rio de Janeiro exercendo atividades laborais informais e/ou não qualificadas. Além disso, as tentativas de aproximação aos imigrantes de outras nacionalidades também não foram exitosas por diversos motivos. Entre eles estão a desconfiança dos imigrantes em responder um questionário de desconhecidos e a inexistência no Rio de Janeiro de um espaço público de socialização e/ou atendimento que reúna imigrantes de diferentes nacionalidades⁵.

Na pesquisa quantitativa exploratória, aplicamos 16 questionários, 14 deles com peruanos. Dentre os outros dois entrevistados, um tinha nacionalidade boliviana, e outro, equatoriana. Grande parte dos questionários — dez — foram aplicados a peruanos na festa pelo dia da Independência do Peru, realizada em julho de 2015. Os demais entrevistados — peruanos, boliviano e equatoriano — responderam o questionário enquanto trabalhavam como ambulantes nas áreas centrais da cidade. A população entrevistada estava na faixa dos 20 aos 54 anos de idade e chegou ao Rio de Janeiro entre 1977 e 2015 — com significativa concentração de indivíduos com ano de chegada entre 2006 e 2015. A maioria dos entrevistados eram pessoas do sexo feminino. O gráfico 1 demonstra o nível de escolaridade dos imigrantes entrevistados.

⁵ No caso de São Paulo, o espaço da Missão Paz e do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami), vinculados à Igreja Católica, são importantes referências no atendimento aos imigrantes que serviram como *locus* de investigação para diversas pesquisas como as de Silva (1997; 2003), Waldman (2011) e Young (2014). Waldman (2011), por exemplo, explica que a escolha de realizar sua pesquisa sobre o acesso dos imigrantes sul-americanos à saúde no Cami se deu, entre outras razões, "por ser um ambiente em que os sujeitos que participaram do estudo sentiam-se à vontade para expressar suas opiniões e anseios" (p. 97).



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 1 aponta que a população entrevistada apresentou um nível de escolaridade elevado, alcançando o percentual de 50% dos entrevistados com nível superior, somando-se completo e incompleto. Entre as atividades econômicas que os entrevistados desenvolviam no momento da aplicação do questionário estavam a venda ambulante de vestuário, turismo, venda e aluguel de imóveis, estudo, serviços domésticos e cuidado de crianças, mecânica e pintura em construção civil. Entre os motivos que impulsionaram os entrevistados a ir para o Rio de Janeiro estão a busca por trabalho, as oportunidades de estudo, o interesse pela cultura brasileira e o acompanhamento do cônjuge. Uma equatoriana, entrevistada enquanto vendia roupas com o marido, demonstrou grande incômodo com a pergunta, respondendo ter vindo para o Rio de Janeiro por turismo. Antes de responder, o marido sinalizou para que a esposa omitisse o verdadeiro motivo que os trouxera para o Rio de Janeiro que, pelo que pudemos observar, era o trabalho.

Segundo os dados coletados, 94% dos imigrantes entrevistados já usufruíram de algum serviço público no Brasil. Entre os serviços públicos mais usufruídos estão a saúde, com 40% das respostas, e a educação, com 31,43%. Entre os demais serviços públicos utilizados pelos entrevistados estão a defensoria pública, com 11,43%, e assistência social, com 8,5%⁶. Apenas 6% dos entrevistados responderam que nunca utilizaram nenhum serviço público no Brasil, alegando nunca ter precisado. Quando perguntados sobre as dificuldades que tiveram para ter acesso aos

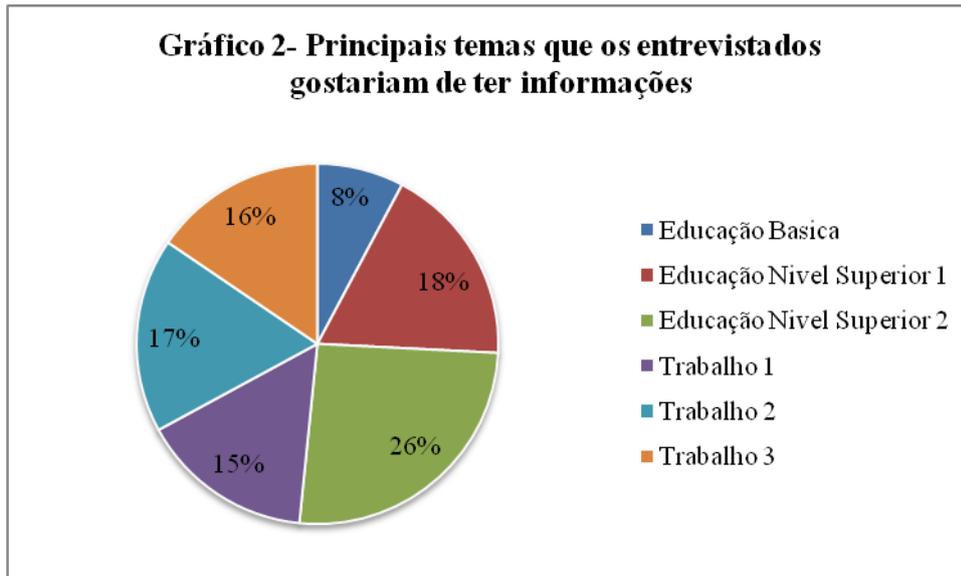
⁶ Na categoria "outros", foram citados os serviços de transporte e documentação, como a confecção do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

serviços públicos no Rio de Janeiro, 31,58% responderam que foi o idioma. Nos postos públicos de atendimento, não há funcionários que atendam em outro idioma a não ser em português. A segunda dificuldade mais citada pelos entrevistados é a falta de informação, com 18,75% das respostas, e a terceira é a discriminação no atendimento (12,5%), inclusive na Polícia Federal, órgão responsável pelo registro e documentação dos estrangeiros no Brasil. A insatisfação com o atendimento na Polícia Federal é comum entre os estudantes peruanos no Rio de Janeiro, que reclamam da longa espera, principalmente quando ainda não havia o sistema de agendamento *on line*, e do atendimento hostil (DANIEL, 2013, p. 197).

Os temas sobre os quais os entrevistados gostariam de obter mais informações estão demonstrados no gráfico abaixo, sendo agrupados em dois grandes grupos: educação e trabalho. A categoria "Educação Básica" representa o interesse dos imigrantes em matricular os filhos na escola (7,7% do total). Já a categoria "Educação Nível Superior 1" demonstra o desejo de saber como ingressar na universidade (17,95%). Os entrevistados também demonstraram interesse em como validar os diplomas de Ensino Superior (25,64% do total), representado graficamente pela categoria "Educação Nível Superior 2".

No que se refere ao trabalho, a categoria "Trabalho 1" compreende o interesse de se inscrever nos conselhos profissionais, como Crea⁷; representando 15,38% das respostas. Neste grupo estão os estudantes que cursam pós-graduação em diferentes campos das Engenharias e que vislumbram a possibilidade de continuar no país depois de formados. Uma das principais barreiras que o significativo grupo de peruanos pós-graduados em Engenharia enfrenta depois da formatura é conseguir se registrar no Crea, o que é requerido para exercer a profissão de engenheiro no Brasil, devido à falta de clareza sobre os procedimentos para os indivíduos que obtiveram o título de graduação no exterior (DANIEL, 2013, p. 156). As categorias "Trabalho 2" e "Trabalho 3" se referem respectivamente a dúvidas sobre questões previdenciárias (17,95%) e sobre como regularizar o trabalho autônomo através, por exemplo, do registro como microempreendedor individual (15,38%).

⁷ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.



Fonte: elaboração própria

Quando solicitados para avaliar os serviços públicos no Rio de Janeiro, 43,75% dos entrevistados os consideraram bons, 18,75% regulares, 18,75% excelentes e 18,75% péssimos. Cabe ressaltar que parte dos entrevistados peruanos realiza cursos de pós-graduação em universidades públicas e/ou recebendo bolsas de pesquisa de agências de fomento brasileiras (DANIEL, 2013; 2014). Apesar de as bolsas e de os cursos de pós-graduação integrarem o serviço público brasileiro, nenhum entrevistado as mencionou ou avaliou como parte dos direitos estendidos aos estrangeiros no Brasil. Tal omissão parece indicar dois elementos importantes. O primeiro é que as políticas públicas voltadas para a pós-graduação não são percebidas pelos entrevistados que gozam delas como serviços públicos tal qual a educação básica e a saúde, por exemplo, usufruídos principalmente pelos entrevistados das classes populares. O segundo elemento é que os estudantes, estrangeiros altamente qualificados (PELLEGRINO, 2002), não se identificam com os imigrantes, principalmente aqueles que se inserem na sociedade brasileira como trabalhadores não qualificados, e, muitas vezes, dependem dos serviços públicos. Entretanto, um debate mais profundo sobre como a classe afeta as populações imigrantes e sua percepção sobre seus direitos no exterior foge ao escopo deste trabalho.

A vulnerabilidade dos comerciantes ambulantes equatorianos, por exemplo, ficou evidente quando, no dia em que a equipe extensionista estava aplicando questionário com eles, a entrevista foi interrompida pela vinda do "rapa"⁸, nome popular dado à ação da Guarda

⁸ Uma reflexão sobre a percepção da Guarda Municipal em seu trabalho de fiscalização do comércio ambulante é desenvolvida por Miranda et al. (2003).

Municipal de apreender a mercadoria de vendedores ambulantes não registrados na Prefeitura. A entrevista estava sendo realizada no Centro da cidade, quando foi bruscamente interrompida devido à aproximação dos agentes da Guarda Municipal. A jovem equatoriana que estava respondendo ao questionário, ao perceber a movimentação, colocou a mercadoria que estava vendendo no carrinho do bebê, saindo às pressas junto com seu filho⁹. Antes de escapar da fiscalização, a jovem mãe comentou que gostaria de obter mais informações sobre como matricular seu filho pequeno na escola, demonstrando interesse em acompanhar o resultado final do projeto. Ressaltamos ainda que esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa exploratória baseada numa amostra aleatória, com o objetivo específico de aproximarmos das demandas dos latino-americanos no Rio de Janeiro como parte do projeto de extensão. Ela, portanto, não é representativa de toda a população latino-americana que reside na cidade.

3. SERVIÇOS PÚBLICOS E O ATENDIMENTO DOS LATINO-AMERICANOS NO BRASIL NA PERCEPÇÃO DE PESQUISADORES, ATIVISTAS E REPRESENTANTES CONSULARES

Além das entrevistas em profundidade com representantes do consulado do Peru, do Paraguai e do Equador no Rio de Janeiro e diante da nossa dificuldade em estabelecer contato com a população latino-americana, consideramos importante consultar pesquisadores e ativistas que atuam no campo das migrações para conhecermos sua percepção sobre o acesso e atendimento dos latino-americanos pelos serviços públicos no Brasil. Apesar de o projeto de extensão ter tido como foco a realidade dos latino-americanos no Rio de Janeiro, incluímos no debate ativistas de São Paulo, cidade que desempenha o papel de protagonista na consolidação dos direitos dos imigrantes no Brasil devido à ação coletiva (MELUCCI, 2001) das comunidades migrantes e organizações não-governamentais.

No Rio de Janeiro, entrevistamos Carolina Genovez Parreira, pesquisadora da área do Direito, e Mário Geremia, padre e coordenador da Pastoral do Migrante do Rio de Janeiro, instituição parceira do projeto. De São Paulo, entrevistamos Oriana Jara, imigrante chilena, socióloga, psicóloga e diretora da ONG Presença da América Latina, também parceira deste projeto. Também consultamos as ativistas peruanas Carmen Soledad Aurazo de Watson, socióloga que participa da Ong Intiwasi, e Berenice Young, psicóloga que oferece atendimento

⁹ Uma reflexão mais aprofundada sobre a inserção de equatorianos no comércio ambulante é desenvolvida por Vieira (2013).

clínico a imigrantes e que também desenvolveu sua pesquisa de doutorado sobre a imigração latino-americana em São Paulo. A seleção dos entrevistados para participar da entrevista em profundidade se baseou na experiência de cada um atuando como pesquisador ou ativista no campo das migrações e também no contato prévio da equipe extensionista com eles. Assim como a pesquisa exploratória, a seleção dos entrevistados não visou esgotar o tema, mas levantar dados que servissem de base para formular a cartilha de informações para os imigrantes latino-americanos no Rio de Janeiro, produto final do projeto de extensão, que ainda não foi publicada. O perfil dos ativistas e pesquisadores está no quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Nome	Cidade onde reside	Nacionalidade	Atuação
Berenice Young	São Paulo	Peruana	Ativista e pesquisadora
Carmen Soledad Aurazo de Watson	São Paulo	Peruana	Ativista
Carolina Genovez Parreira	Rio de Janeiro	Brasileira	Pesquisadora
Estefanía Laterza de Los Ríos	Rio de Janeiro	Paraguaia	Oficial consular
Mario Geremia	Rio de Janeiro	Brasileiro	Ativista
Mónica P. Delgado	Rio de Janeiro	Equatoriana	Oficial consular
Oriana Jara	São Paulo	Chilena	Ativista
Rolando Ruiz Rosas	Rio de Janeiro	Peruano	Oficial consular

Fonte: Elaboração própria

4. TRAJETÓRIAS

As trajetórias que os entrevistados percorreram até se envolverem com o tema das migrações no Brasil seguiram diferentes rotas. Carolina Genovez, por exemplo, é brasileira e se envolveu com o tema quando cursava a graduação em Direito na UFRJ e se consolidou quando, no mestrado, investigou o caso dos artistas de rua latino-americanos no Rio de Janeiro. Já o padre Mário Geremia, também brasileiro, tem bisavós italianos e por isso a imigração esteve presente na sua vida desde cedo. No entanto, foi nos anos de 1980 que começou a se envolver como sacerdote com migrantes internos na Pastoral do Migrante. Desde 2000, quando retornou para o Brasil depois de uma temporada na Guatemala, ele expandiu o trabalho com imigrantes de diversas nacionalidades na Pastoral do Migrante de São Paulo, da qual foi coordenador até sua transferência para o Rio de Janeiro, em 2013.

Por sua vez, Oriana Jara, Carmen S. Arauzo de Watson e Berenice Young têm diversos elementos em comum em suas trajetórias. Além de mulheres migrantes latino-americanas que residem em São Paulo, as três possuem nível de escolaridade elevado e estão inseridas em áreas de formação dentro das Ciências Humanas: Oriana é formada em Biblioteconomia, Sociologia e Psicologia; Carmen em Sociologia, e Berenice, em Psicologia Social. Para elas, a imigração para o Brasil foi uma experiência de vida profundamente impactante que serviu de impulso para a atuação delas como ativistas na construção da migração como um campo de afirmação da identidade, de socialização, militância, de ação política e de exercício da cidadania. Diante das perguntas: "como se envolveu com o tema das migrações?" e "quais são suas experiências com a imigração (militância? atendimento? pesquisa?)", Berenice respondeu:

A partir da minha própria experiência de imigrante no Brasil. Foi de tal magnitude que precisei refleti-la, quis conhecê-la mais, e fui atrás de outros migrantes, para saber o que acontecia com eles. Iniciei-me desenhando uma intervenção em grupo que, era ao mesmo tempo atendimento e pesquisa [1999]. Depois, criei um serviço de atendimento psicológico [2001] que, continua até o presente... De tão envolvida no mundo da migração, virei militante [...] (Berenice, entrevista concedida em 12 de outubro de 2015, via e-mail).

Enquanto Berenice explica que sua entrada nas migrações como campo político esteve associada à combinação de sua experiência como imigrante peruana em São Paulo com sua experiência profissional como psicóloga, Oriana e Carmen, apesar de também serem formadas

em áreas das Ciências Humanas, explicam sua inserção em tal campo político pela experiência ao longo dos anos em que participaram das atividades religiosas e culturais da Pastoral do Migrante de São Paulo. Ambas relatam ter iniciado sua trajetória de ativismo na Pastoral do Migrante, participando da organização dos eventos. Na Pastoral, elas encontraram a oportunidade de socialização, construindo redes de relação com outros migrantes, principalmente de origem latino-americana. Foi lá também que elas se depararam com as demandas dos imigrantes que, diferentemente delas, imigraram em condições de pobreza e que enfrentam, além das necessidades emocionais e afetivas de encontrar um grupo para relacionar-se, severas dificuldades materiais:

Eu acho que eu própria sou imigrante, eu cheguei aqui no Brasil em [...] 1983 e eu sentia muita falta da terra natal, da família, dos amigos, dos costumes. Então eu fui ser voluntária na Pastoral...eu me encontrei em um sentimento de muita afinidade com as pessoas de lá; pois eu falava espanhol, eles preparavam as comidas, participavam de movimentos culturais. Aí, eu me senti muito bem. Mas parecia que estava faltando alguma coisa, [...] ficava mais pelo lado do folclórico. [...] Eu gostaria de fazer alguma coisa que ajude mais os imigrantes, mais pelo lado da cidadania. Aí uma vez eu fiz uma reunião em casa, eu me encontrei com várias amigas peruanas brasileiras, e algumas delas se interessaram pelo projeto [...] e aí a gente decidiu formar essa ONG. (Carmen, 02 de outubro de 2015, via videoconferência).

[...] [o que me levou a trabalhar com o tema das imigrações foi uma vez que eu estava na Pastoral decorando o cenário para uma festa e um imigrante chegou bêbado pedindo por comida. Eu falei para ele ir na Casa do Migrante falar com a pessoa que atendia, porque lá davam comida. E continuei trabalhando e de repente o cara falou um palavrão! E foi aí que [...] pensei... "Para! O que eu estou fazendo aqui? Decorando, colocando flores, quando este [...] imigrante está com fome!" ... depois que eu voltei da festa pensei e senti [...] "meus bisavós, meus tataravós que eram imigrantes devem ter chegado assim. Devem ter pedido alguma coisa para comer. Pois nós somos imigrantes..." (Oriana, 22 de março de 2016, via videoconferência).

No ano de 2006, Carmen fundou a ONG Intiwasi, instituição que oferece serviços de orientação aos imigrantes sobre temas diversos — como documentação e acesso à educação pública — e cursos de português, empreendedorismo e de idiomas originários (quíchua, aymara e guarani). Já Oriana, depois de três anos trabalhando na Pastoral do Migrante, fundou a ONG Presença da América Latina (PAL), que completa 13 anos de existência. A PAL tem como objetivo criar relação entre as comunidades latino-americanos para se consolidarem como coletivo político. Diferentemente de outras ONGs, a PAL não realiza o trabalho de atendimento

a imigrantes, focando-se no trabalho de articulação política tanto entre as comunidades latino-americanas, como na ação dessas comunidades como grupo de pressão sobre os poderes públicos em busca de reformas nas leis municipal, estadual e federal que efetivem políticas públicas para as populações migrantes.

É interessante mencionar que a imigração como experiência de vida que leva os indivíduos a ampliar sua ação do campo pessoal para o coletivo não se restringe à história de vida de Oriana, Berenice e Carmen. A cônsul do Equador Mónica Delgado, em entrevista, explicou que sua inserção na carreira diplomática se deu após sua ida para o Rio de Janeiro, acompanhando o marido que havia sido transferido pelo trabalho. Diferentemente de Rolando Ruiz Rosas¹⁰ e Estefanía Laterza de los Ríos¹¹, cônsules do Peru e do Paraguai respectivamente, que seguiram o caminho tradicional da diplomacia, realizando a escola diplomática antes de atuar como representantes consulares no exterior, Mónica começou sua carreira já no Rio de Janeiro, primeiramente como cônsul honorária¹², oferecendo ajuda a equatorianos enquanto esteve impedida de exercer sua profissão no Brasil pela restrição que seu visto lhe impunha:

Bom, realmente a minha formação é totalmente diferente. O relacionamento meu com a parte diplomática com o consulado foi dado pelas circunstâncias. Eu era diretora de um hospital eu sou formada em fisioterapia, eu trabalhei em um hospital no Equador por nove anos e foi o meu marido que foi transferido [para] aqui, inicialmente o tipo de visto impedia que eu trabalhasse; então quando eu vim para o Brasil, o tempo sobrava, e minha cabeça começava a utilizar mais em benefícios dos outros. Aí foi que eu aceitei em ser cônsul honorária. [...] (Mónica Delgado, 29 de fevereiro de 2016, Rio de Janeiro).

A cônsul define seu envolvimento não-tradicional com a diplomacia como um exercício de "patriotismo", explicando que durante o tempo de atuou como cônsul honorária ela tinha as mesmas responsabilidades que um cônsul de carreira, porém não recebia salário pelo trabalho que

¹⁰ Na entrevista, o cônsul do Peru no Rio de Janeiro, Rolando Ruiz Rosa, explicou que cursou três anos de escola diplomática e atua há 24 anos como diplomata em serviço. Na sua carreira, já exerceu atividades em Nova Iorque e em Paris.

¹¹ Estefanía Laterza de los Ríos, cônsul do Paraguai, exerce a função de oficial consular há dois anos. A estada no Rio de Janeiro é sua primeira missão no exterior.

¹² O cônsul honorário não é servidor da carreira diplomática, nem funcionário remunerado do Estado brasileiro, exercendo voluntariamente sua função. Assim sendo, todos os documentos solicitados com auxílio deles são processados por alguma Repartição Consular. Consulados Honorários dedicam-se exclusivamente ao atendimento de cidadãos brasileiros e não podem emitir vistos (<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/perguntas-frequentes>). Pelo relato de Mónica, podemos concluir que o posto de cônsul honorária no Equador exerce a mesma função que o caso brasileiro.

realizava. Segundo ela, atividade consular requer a capacidade de atuar de forma múltipla, exigindo conhecimentos não apenas sobre os trâmites burocráticos inerentes ao consulado, mas também de temas variados que os imigrantes demandem. Ela pondera que o trabalho consular também exige "coração para auxiliar as pessoas que chegam no consulado perdidas", ou seja, sensibilidade para oferecer apoio aos equatorianos que buscam no consulado um lugar de referência. Ela acredita que o trabalho é recompensado pela satisfação que proporciona. Ao oferecer auxílio aos equatorianos no Rio de Janeiro, ela expressa o que chama de "vocaç o especial", ou seja, seu desejo de ajudar outros equatorianos — como também a política do Equador — a garantir atendimento integral aos equatorianos no exterior como parte da política nacional.

5. ENTRE RIO DE JANEIRO E S O PAULO: PERCEP ES SOBRE OS DIREITOS DOS LATINO-AMERICANOS NO BRASIL

A imigra o no territ rio brasileiro   legislada pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815), outorgado em 1980, durante a ditadura militar. Ainda em vigor no per odo da pesquisa, o Estatuto do Estrangeiro tem como inspira o a ideologia da seguran a nacional, que encara os imigrantes como poss veis amea as   integridade do Brasil como Estado-na o. Por isso, a presen a dos imigrantes era, quando n o repelida, controlada segundo os interesses nacionais. Em contrapartida, o fim da ditadura e a retomada da democracia brasileira culminaram com a elabora o da nova Constitui o brasileira, promulgada em 1988. Nela est  garantida a igualdade dos direitos fundamentais a todos os indiv duos que vivem no Brasil, independentemente de sua nacionalidade. Assim, a pr pria legisla o brasileira apresenta uma profunda contradi o sobre a imigra o entre o Estatuto do Estrangeiro, que restringe a cidadania dos imigrantes, impedindo-os inclusive de formar associa es pol ticas, e a Constitui o brasileira, que lhes garante direitos. Sobre a contradi o da legisla o brasileira sobre a imigra o, Carolina Genovez analisa:

[...]o Estatuto do Estrangeiro, ele imp e restri es, mas n o concede direitos. Ent o, voc  n o vai encontrar nenhum direito nela, voc  encontra mais restri es: [...] o imigrante n o pode ter empresa jornal stica, ele n o pode ter propriedades em  rea de fronteiras, n o podem ter extra es na Amaz nia, eles n o podem participar de sindicatos, eles n o podem participar de organiza es de classe... Na Constitui o Brasileira o artigo quinto enumera os Direitos Fundamentais e fala que s o direitos de todos os brasileiros e estrangeiros que

se encontram em território nacional. (Carolina, 11 de outubro de 2015, via videoconferência).

Além da contradição da legislação, os imigrantes no Brasil enfrentam outras barreiras na sua realidade concreta, como comentam os entrevistados. A maioria absoluta dos entrevistados — seis dos oito - aponta que o acesso dos imigrantes a serviços públicos tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo é difícil por diversos motivos. O mais mencionado deles é o idioma. A constatação dos pesquisadores, representantes consulares e ativistas de que o idioma é um dos principais motivos que dificultam o acesso dos imigrantes a direitos no Brasil se coaduna com a resposta dos latino-americanos entrevistados na pesquisa exploratória, cujas respostas apresentamos anteriormente. Elas comprovam que, nos serviços públicos no Brasil, não existem profissionais que atendam em outro idioma que não seja o português. Por isso, os imigrantes que não falam o idioma não conseguem ser atendidos ou encontram ainda mais dificuldades que os brasileiros para obter atendimento:

As dificuldades de acessar serviços públicos é o mesmo aos do que os brasileiros e adiciona a isso ao problema da língua: [...] [a dificuldade] é maior para pessoas que tem a língua diferente. (Oriana, 22 de março de 2016, via videoconferência).

Na sua resposta, Oriana pondera que a dificuldade que os imigrantes enfrentam se soma às dificuldades que os próprios brasileiros encaram quando buscam os serviços públicos no seu próprio país devido à precariedade dos mesmos, reflexão compartilhada também por Mónica e Carolina. Assim, o idioma seria uma barreira a mais para acessar os já escassos serviços públicos brasileiros. Ressaltamos aqui as respostas das cónsules do Paraguai e do Equador que, assim como os ativistas e pesquisadores, reconheceram as deficiências do atendimento das populações paraguaia e equatoriana nos serviços públicos no Brasil. Estefanía Laterza, do Paraguai, aponta que o Estado brasileiro oferece menos respaldo aos estrangeiros, o que se expressa nas barreiras impostas pelo idioma e pela burocracia. Por sua vez Mónica Delgado, do Equador, comenta que os equatorianos encontram como uma das grandes barreiras para acesso aos serviços públicos no Brasil a falta de informação sobre os procedimentos, o que, se relacionarmos com a fala de Estefanía, pode ser interpretado também como a burocracia brasileira:

[...] as maiores dificuldades que apresentam os equatorianos são referentes aos procedimentos, ao desconhecimento dos procedimentos — [...] para entrar na escola, [...] para obter um CPF. À bagagem..." (Mónica, 29 de fevereiro de 2016, Rio de Janeiro).

Além da falta de informação que alcance os imigrantes, Mónica Delgado analisa que, muitas vezes, o atendimento dos imigrantes é comprometido pela falta de conhecimento dos operadores dos serviços de como adaptar os procedimentos às especificidades dos imigrantes. Como exemplo, ela conta um caso recente, que atendeu no consulado, de um equatoriano que ela aconselhou a abrir uma conta no banco para guardar seus rendimentos com segurança e também poder comprovar renda, mas ele não estava conseguindo. Analisando o caso, a cônsul do Equador reflete:

[...] ele não está conseguindo abrir uma conta, [nem] mesmo [...] poupança, [...] E penso eu que basicamente o que acontece? As pessoas que trabalham no banco não reconhecem que as pessoas [imigrantes] estão trabalhando aqui no Brasil: [ela] fala espanhol, não entend[e] o que é CPF, [o banco] vai solicitar um comprovante de renda, [ela] não tem um comprovante de residência. Então, todos os acessos a estes requerimentos dificultam o acesso dos equatorianos, e *poderia ser um processo muito simples, mas nós temos uma situação de que tanto os cidadãos desconhecem [...] e as pessoas que prestam atendimento desconhecem*. E desconhecem qual a melhor maneira de entrada destes cidadãos, seja a entrada deste filho do cidadão na escola, como em uma agência bancária e abrir uma conta bancária, como se fosse qualquer outra pessoa interessada em um serviço bancário. (Mónica, 29 de fevereiro de 2016, Rio de Janeiro (grifo nosso).

O caso do equatoriano que não conseguiu abrir uma conta no banco narrado por Mónica Delgado não é um caso isolado, mesmo entre os imigrantes que possuem o *status* migratório regular no Brasil. Casos semelhantes aconteceram, por exemplo, com os imigrantes que solicitaram regularização migratória por meio da anistia¹³ instaurada no Brasil em 2009. Os imigrantes que solicitavam a anistia recebiam um protocolo que servia de identificação e comprovante de que a regularização do *status* migratório estava em processo. Quando tentavam abrir uma conta no banco, os imigrantes eram impedidos. Como os funcionários do banco não conheciam o documento¹⁴, questionavam a validade do protocolo. Outro caso similar aconteceu

¹³ Denominada como "Lei de anistia de Estrangeiros", Lei nº 11.961/09, regulamentada por meio do Decreto nº 6.893/09, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6893.htm.

¹⁴ Segundo relato de uma imigrante peruana que oferecia ajuda a imigrantes equatorianos que não conseguiam abrir conta no banco no Rio de Janeiro. Ela se oferecia a acompanhá-los ao banco e, como domina o português

em São Paulo, em que uma imigrante boliviana foi impedida de se inscrever no vestibular porque a universidade não reconheceu o protocolo como documento válido¹⁵.

Carolina, residindo no Rio de Janeiro, e Berenice, em São Paulo, também concordam que nas cidades onde vivem e atuam existe um desconhecimento sobre o direito dos imigrantes ao atendimento, não apenas por parte dos imigrantes, mas também pelos operadores dos direitos. Assim, na vida cotidiana dos imigrantes, a contradição no próprio aparato jurídico se estende à realidade do acesso a direito e serviços públicos. Mesmo quando garantidos pela Constituição, eles não são colocados em prática de forma efetiva pelos operadores. Quando perguntada "Como é o acesso dos imigrantes a direitos no Brasil na prática?", Berenice declara:

Difícil, para a grande maioria... principalmente por falta de informação de nós, os próprios, imigrantes a respeito dos direitos garantidos, mas também da parte dos funcionários públicos que se apresentam como "operadores práticos" das normas legais e sua aplicação concreta. Em alguns casos, poderia até dizer, má vontade deles [xenofobia?]. Por exemplo: funcionários de balcão da Polícia Federal que não atendem bem. Antes, quase não falavam outras línguas e destravam a quem não entendiam, amedrontando, por exemplo a bolivianos; não davam informações completas, forçando a pessoa a ir repetidas vezes. Soube-se casos de extorsão mediante cobranças indevidas. Escolas que não sabiam o tratamento para filhos de imigrantes não regularizados e aplicavam o Estatuto do Estrangeiro não permitindo que as crianças fossem matriculadas ou retendo as certidões de estudo. (Berenice, entrevista concedida em 12 de outubro, via email).

Além das instituições bancárias, a escola aparece nas falas de alguns dos entrevistados como espaço em que os imigrantes e seus filhos encontraram dificuldades ou tiveram o acesso negado, como comentou não apenas Berenice, mas também Carolina, Mônica e Mario. O acesso à educação também esteve entre as demandas mencionadas nas respostas dos imigrantes entrevistados na pesquisa exploratória. O acesso a serviços públicos no Brasil torna-se ainda mais precário quando o imigrante está no país de forma indocumentada, como ressalta Carolina. No entanto, muitos imigrantes latino-americanos no Brasil podem solicitar o visto de residência por meio do Acordo sobre Residência do Mercosul, que, desde 2012, foi estendido também aos cidadãos equatorianos e peruanos.

e já foi bancária no Peru, exigia que os equatorianos fossem atendidos (Registro no caderno de campo de Camila Daniel, 13 de agosto de 2011).

¹⁵ Registro no caderno de campo, 26 de setembro de 2015.

Uma questão relevante apontada por Oriana diz respeito à necessidade de o Brasil elaborar uma política de imigração que garanta aos imigrantes sua completa inclusão nas políticas públicas do país. A elaboração de políticas públicas voltadas para os imigrantes seria uma estratégia para assegurar que os direitos salvaguardados pela Constituição brasileira sejam, de fato, usufruídos pelos imigrantes. Em outras palavras, tais políticas poderiam diminuir a discrepante brecha entre a Constituição e a realidade vividas pelos imigrantes. Além disso, outros entrevistados analisam ainda que um dos principais problemas que impedem o acesso dos imigrantes a direitos no Brasil é o fato de que os direitos definidos pela Constituição não são positivados em leis que garantam o seu acesso. Um caso que se destaca no cenário brasileiro é o do município de São Paulo que, pressionado pelo movimento organizado e a ação coletiva de imigrantes e instituições, aprovou leis que asseguram o acesso dos imigrantes a serviços públicos, como a saúde e a educação. Quando perguntado sobre quais direitos os imigrantes têm no Brasil, Mario Geremia responde:

Direito de ir e vir; alguns estados têm educação e saúde. Falo mais de São Paulo, porque lá conseguimos que o migrante tenha o mesmo acesso à saúde e educação que os brasileiros. Em outros estados ainda não. [no Rio de Janeiro], ainda não é lei. Tem a lei brasileira, mas tem muita escola e hospital que não aceita o imigrante, porque ele é estrangeiro. Tem a Constituição que garante escola e saúde. Em São Paulo, foi aprovada uma lei estadual. No Rio de Janeiro não. (Mario, 10 de março de 2016, Rio de Janeiro).

Comparando sua experiência como coordenador da Pastoral do Migrante em São Paulo e agora no Rio de Janeiro, Mario Geremia usa o verbo na primeira pessoa do plural ("conseguimos") expressando o sentimento de ser partícipe da aprovação dos mecanismos legais que fazem hoje de São Paulo cidade de protagonismo no reconhecimento da cidadania do imigrante no Brasil, não apenas garantindo-lhe acesso à saúde e à educação, mas também adotando medidas como a criação da Coordenação de Políticas para imigrantes em 2013, a incorporação de imigrantes ao Conselho da Cidade em 2014 e a formulação da política municipal de imigração, aprovada em 2016. Não por coincidência, a cidade de São Paulo foi sede da I Conferência de Imigração e Refúgio (Comigrar) em 2014, que representou a consolidação da participação da sociedade civil, sobretudo dos próprios migrantes, no debate sobre a política de imigração no Brasil, e do Fórum Social Mundial das Migrações em julho de 2016.

Em contrapartida, não existe um movimento organizado em defesa aos direitos dos imigrantes no Rio de Janeiro. Os imigrantes compartilham entre suas redes informações e apoio para lidar com as dificuldades que a cidade oferece ou ainda buscam auxílio no Consulado de

seus países de origem, como mencionou a cónsul do Equador, Mónica Delgado. No entanto, a busca dos imigrantes pela resolução dos problemas imediatos não se relaciona com a construção de um campo de ativismo e de atuação política que culmine na reivindicação dos próprios migrantes por políticas públicas e novos direitos no Rio de Janeiro. Observando a trajetória de ativismo de Berenice, Carmen e Oriana, a Pastoral do Imigrante foi um espaço importante no processo de transição que provocou uma politização da imigração. Ou seja, de uma experiência pessoal a imigração se tornou um campo de atuação política.

No caso do Rio de Janeiro, não existe na cidade um espaço — físico, social e político — onde imigrantes de diferentes nacionalidades possam se reunir e compartilhar experiências que impulsionam a construção de ações de coletivas pela luta de seus direitos no Brasil. Por isso, não são raros os casos de imigrantes que não buscam os serviços públicos por falta de conhecimento de como eles funcionam, como discutimos anteriormente. Há ainda imigrantes que estão no Rio de Janeiro indocumentados e que optam por não buscar atendimento nos serviços públicos brasileiros porque temem ser denunciados para a Polícia Federal e se tornarem alvo de deportação. Carolina Genovez, quando realizou sua pesquisa de mestrado com artistas de rua de origem latino-americana no Rio de Janeiro, observou que este era o caso de vários dos seus informantes.

Além disso, a pesquisadora relata também já ter presenciado famílias imigrantes que tentaram, mas não conseguiram matricular o filho na escola pública porque não possuíam todos os documentos que a escola exigia. Mario Geremia pondera que o Rio de Janeiro apresenta algumas especificidades que dificultam o reconhecimento dos imigrantes como sujeitos de direitos e também afetam negativamente a consolidação da Pastoral do Migrante na cidade. Entre elas estão a visão reducionista sobre a imigração — os estrangeiros no Rio de Janeiro são imaginados ou como turistas ou como refugiados — e o desconhecimento por parte do governo, da sociedade civil e da igreja Católica sobre a imigração no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observamos que predomina entre os sujeitos da pesquisa a percepção de que o acesso a direitos no Brasil é dificultado principalmente pela inexistência de atendimento em outro idioma além do português e pela falta de conhecimento não apenas dos imigrantes, mas também dos atendentes e funcionários nos serviços públicos. O direito mencionado tanto nas respostas dos imigrantes quanto nas entrevistas em profundidade foi a educação. Além disso,

uma questão levantada por parte dos ativistas e pela pesquisadora entrevistada é o fato de que, apesar de a Constituição brasileira garantir direitos fundamentais a todos que se encontram no território brasileiro, e, portanto, também aos estrangeiros, não existe uma lei que regule a efetivação de tais direitos em políticas públicas reais. Com a aprovação da nova lei de imigração em 2017, a expectativa é que este cenário se transforme e que aos estrangeiros no Brasil sejam reconhecidos mais direitos e que tenham mais acesso aos serviços públicos. No entanto, as dificuldades que os imigrantes latino-americanos enfrentam para acessar serviços públicos — mesmo os que têm sua condição migratória regular por meio do Acordo sobre Residência Mercosul — e a falta de vontade dos operadores de tais serviços em atender a população migrante (DANIEL, 2013) indicam que os imigrantes podem encontrar entraves ao exercício de sua cidadania e que a nova lei sozinha pode não ser suficiente para superá-los. Por isso, pesquisas sobre o tema e a ação coletiva no campo da imigração têm papel fundamental para acompanhar e pressionar a implementação da nova lei.

São Paulo é um caso que se destaca no cenário brasileiro, pois tem aprovadas normativas municipais que garantem aos imigrantes acesso à saúde e à educação, por exemplo. Tal cenário legislativo é fruto do movimento organizado da sociedade civil imigrante, da qual nossas entrevistadas fazem parte. Um elemento que chama a atenção nas trajetórias das ativistas imigrantes que atuam em São Paulo é que todas elas tiveram a experiência de se envolver politicamente com a imigração por meio do trabalho na Pastoral do Migrante de São Paulo. A Pastoral foi um espaço de referência onde desenvolveram uma relação com a comunidade latino-americana e se inseriram no campo da migração como um campo de atuação política e de ativismo. Se, inicialmente, a participação na Pastoral do Migrante se associava à busca de construir laços de afinidade com outras pessoas de origem hispânica que também viviam longe de seus países de origem, também despertou nelas a inquietação de atuar como sujeitos transformadores da realidade. Para além da dimensão cultural da imigração — o desejo de se sentir parte e lidar com a distância e a saudade —, na Pastoral elas despertaram para as necessidades materiais que muitos dos imigrantes enfrentam e nas quais elas se sentiram impulsionadas a intervir.

A experiência de São Paulo ensina que a garantia de direitos aos imigrantes no Brasil está vinculada à ação coletiva dos próprios imigrantes e, neste processo, a Pastoral do Migrante ocupou um papel relevante como espaço de convivência e de politização dos imigrantes a despeito de suas diferentes nacionalidades. No Rio de Janeiro, a sociedade civil imigrante também enfrenta profundas dificuldades para construir movimentos organizados capazes de interferir na

construção de uma agenda de direitos pró-imigrante na cidade. As associações dos imigrantes no Rio de Janeiro, apesar de constantes, têm principalmente foco na dimensão cultural da imigração (grupos de dança, equipes de futebol, irmandades religiosas), mantêm seu alcance circunscrito às suas nacionalidades e encontram poucos brasileiros solidários à causa.

Além da inexistência de leis municipais e estaduais que garantam políticas públicas aos imigrantes, falta também no Rio de Janeiro um espaço de referência onde os imigrantes possam se reunir, compartilhar experiências e ao qual possam recorrer em casos de dúvidas, elementos que, no caso de São Paulo, criaram condições para a consolidação dos imigrantes como um movimento social que reivindica sua inclusão na cidadania no Brasil. Tamanha ausência consolida as redes privadas de apoio entre os imigrantes e, no caso equatoriano, o consulado como lugar de referência para obter ajuda. Tais esferas amortecem o impacto negativo das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes latino-americanos no Rio de Janeiro, porém não tornam a imigração um tema de debate público. Portanto, a ausência de um espaço de referência no Rio de Janeiro e a inexistência de políticas públicas para os imigrantes se somam na reprodução da invisibilização dos imigrantes na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

BECK, Ulrich. (1999). "O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização". São Paulo: Paz e Terra.

DANIEL, Camila. (2013). "*P'a crecer en la vida*": a experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro." 2013. Tese de (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil.

_____. (2014). "Building a South-South connection through Higher Education: the case of Peruvian university students in Brazil". *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs* 13: p. 119-137.

HALL, Stuart. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

MIRANDA, Ana Paula M.; MOUZINHO, Glaucia Maria P.; MELLO, Kátia S. S. (2003). "Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os "camelôs". *Comum* 8 (21): p. 39-65.

MELUCCI, Alberto. (2001). *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes.

PELLEGRINO, Adela. (2002). "Reflexiones sobre la migración calificada". Ponencia presentada en el Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Montevideo. Disponível em:

<http://www.mpdc.es/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=9&Itemid=66>.

Acesso em: 13 abr. 2015.

SAYAD, Abdelmalek. (1999). "Immigration et "pensées d'État"". *Actes de la recherche en sciences sociales* 129 (1): p. 5-14. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1999_num_129_1_3299>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. (1998). *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 9 JUL. 2016. Ano 61, nº 127, p. 1.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 16 DEZ. 2016. Ano 61, nº 235, p. 1 – 3.

SILVA, Sidney Antônio da. (2003). *Virgem/Mãe/Terra: festas e tradições bolivianas na metrópole*. Hucitec.

_____. (1997). *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas Ediciones.

VIEIRA, Camila da Silva. (2013). "A cidade do Rio de Janeiro no contexto das migrações internacionais contemporâneas: O exemplo dos equatorianos no comércio de rua" 2013. Dissertação de (Mestrado) - Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

VILLARREAL, María del Carmen. (2017). Conversa informal. 19 de agosto de 2017, Rio de Janeiro.

WALDMAN, Tatiana Chang. (2011). "Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo." *Revista de Direito Sanitário* 12 (1): p. 90-114. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13239/0>>. Acesso em: 5 set. 2015.

YOUNG, Berenice. (2014). "Sul-americanos atendidos no serviço psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo" 2014. Tese de (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

Entrevistas

Entrevista a Berenice Young, 12 de outubro de 2015, via email.

Entrevista a Carmen Soledad Arauzo de Watson, ONG Intiwasi, 02 de outubro de 2015, via videoconferência.

Entrevista a Carolina Genovez, doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, 11 de outubro de 2015, via videoconferência.

Entrevista a Estefanía Laterza de los Ríos, Consulado Geral do Paraguai no Rio de Janeiro, 06 de abril de 2016, via email.

Entrevista a Mario Geremia, Pastoral do Migrante do Rio de Janeiro, 10 de março de 2016, Rio de Janeiro.

Entrevista a Mónica P. Delgado, Consulado Geral do Equador no Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2016, Rio de Janeiro.

Entrevista a Oriana Jara, ONG Presença da América Latina (PAL), 22 de março de 2016, via videoconferência.

Entrevista a Rolando Ruiz Rosas, Consulado Geral do Peru no Rio de Janeiro, 3 de março de 2016, Rio de Janeiro.

Camila Daniel

Doutora em Ciências Sociais (PUC-RJ), professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Taís Negromonte da Silva

Graduanda em Economia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ialodê Charmite

Graduanda em Direito - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro

Migration in the Global South: Haitians in the Brazilian labour market

LEONARDO CAVALCANTI

TÂNIA TONHATI

ANTÔNIO TADEU DE OLIVEIRA

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama da presença haitiana no mercado de trabalho formal brasileiro, com foco na Região Sul do país. Essas escolhas foram guiadas por: i) tratar-se do principal coletivo estrangeiro com vínculo empregatício; e ii) ser a Região onde mais cresceu a presença da força de trabalho haitiana. Foram utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todas as empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que abrange o território nacional, podendo ser desagregada até o nível municipal. Além disso, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Nesse sentido, foi possível identificar a distribuição dessa mão de obra pelo território nacional, em particular nos principais municípios do Sul

do país; traçar um perfil desses trabalhadores através de variáveis como sexo, raça, idade e escolaridade; bem como tratar de variáveis que remetem à qualidade de inserção no mercado laboral, como atividade econômica, faixa de renda e horas trabalhadas.

Palavras-chave: Migração internacional; Brasil; Imigração haitiana; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This article is an overview of the Haitian migrants in the Brazilian formal labour market. It particularly focuses on the Southern region of the country (states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul). Haitians have become the main migrant group in Brazilian labour formal market since 2013, and the Southern region was the area in which most of the Haitians have been employed. Those were the two reasons that led to a research focus on Haitians labour insertion in the Brazilian Southern states. Based on a quantitative study, the article used data from the Annual Report on Social Data (Rais), which is an administrative record that must be filled annually by companies registered in the National Database for Company Names (CNPJ) at a national as well as at municipal level, and it is one of the main sources of information on Brazilian formal labour market. Such database allowed identifying the features, distribution and profile of migrants. Thus, this article reveals an overview of Haitian migrant profile, taking into account: gender, race, age, education level, economic activity, income range and hours worked.

Keywords: international migration, Brazil, Haitian immigration, labor market.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, a qual afetou de forma substancial a Europa e o Japão. Desde esta crise econômica, há uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil (SOLÉ, CAVALCANTI e PARELLA 2011)¹.

Desde o início da presente década, o país vem recebendo fluxos migratórios diversificados. De acordo com Silva (2011), enquanto alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro, nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial de 2008, em que os países emergentes

¹Este artigo reúne reflexões e informações a partir dos dados e análises contidos nas pesquisas do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Ver Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015a); Cavalcanti, Oliveira e Araújo (2016); Cavalcanti et al (2016); Cavalcanti e Oliveira (2016).

não foram tão afetados como os países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil.

Assim, outros migrantes, como os haitianos, começam a fazer parte e a compor gradualmente o cenário da migração brasileira. Diversos estudos atestam que o Brasil se coloca atualmente como destino de fluxos migratórios dentro da região latino-americana, o que levou o país a retomar a sua “tradição imigratória que estava mais ou menos estancada desde o pós-guerra” (SOUCHAUD, 2010, p. 50).

Desse modo, o país se confronta com distintos desafios na recepção de novos e diversificados fluxos migratórios. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) demonstram um aumento do número de imigrantes formalmente empregados nos últimos anos, passando de 69.015 em 2010 a 155.982 em 2014, o que representou um crescimento de 126,01% no período (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015). Entre os chamados *novos fluxos* destaca-se o caso dos haitianos. Esse grupo de imigrantes vem crescendo de forma exponencial. De fato, como mostrado nos relatórios do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), os imigrantes haitianos passaram no curto espaço de três anos (entre 2011 e 2013) a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI e DUTRA, 2015).

Além de ocupar a primeira posição no mercado de trabalho formal, os haitianos compõem o único grupo de imigrantes que é amparado pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que "dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti" e tem caráter humanitário. Com essa resolução, qualquer haitiano que comprove residência no Haiti e não tenha antecedentes criminais pode solicitar o visto permanente ou de reunião familiar para residir no Brasil por razões humanitárias.

Nesse contexto de novos fluxos imigratórios, este artigo tem como escopo elaborar um diagnóstico sobre a inserção laboral desses imigrantes na Região Sul do país. O texto explora os dados secundários gerados pelos organismos oficiais (Ministério do Trabalho), com a finalidade de analisar a empregabilidade dos haitianos no Brasil. Os dados permitem também elaborar um perfil desse grupo de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro e observar os nichos de emprego.

A base de dados analisada foi a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todas as empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que abrange o território nacional,

podendo ser desagregada até o nível municipal. Além disso, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, servindo como insumo na elaboração de políticas públicas de emprego e renda, sendo também muito utilizada pelos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, instituições governamentais, academia, sindicatos etc.).²

Ao analisar os dados da Raisneste artigo, utilizamos o critério de movimentação e não de estoque. Assim, as informações sobre os imigrantes no mercado de trabalho formal levaram em consideração a quantidade de estrangeiros que em algum momento do ano teve algum vínculo empregatício formal.

A escolha da Região Sul deve-se ao fato de ter sido a localidade do país que teve o maior incremento relativo da admissão dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro no primeiro quinquênio da presente década (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI e DUTRA, 2015). Além disso, é uma região que conta com poucos estudos sobre os novos fluxos migratórios, apesar de ter uma tradição histórica na recepção de migrantes (OLIVEIRA, 2015). Portanto, esse artigo é dedicado exclusivamente a uma análise sobre a inserção laboral dos haitianos no Brasil, tendo como foco especificamente os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Consideramos que para analisar a presença desse novo fluxo migratório é fundamental recorrer ao mercado de trabalho. Os estudos migratórios relatam as dificuldades que afetam os imigrantes no momento de conseguir uma inserção laboral que permita uma mobilidade social ascendente em relação à posição ocupada na sociedade de origem, em termos econômicos e simbólicos. Em geral, as pesquisas demonstram que nos países de destino os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de acolhida devido a uma série de fatores da condição migratória (domínio do idioma, discriminação, revalidação de diplomas, redes sociais, etc.) (PIORE, 1979; CASTLES e KOSACK, 1973; SASSEN, 1993; BIFFL 1996; MILES, 1986; PARELLA, 2005).

Essa é uma situação característica que os estudos migratórios denominam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino, sendo necessário um tempo de acomodação e outras

²Apesar do seu potencial para analisar o perfil dos imigrantes no mercado de trabalho formal, a Rais apresenta algumas limitações. A principal delas é o fato de os estrangeiros inseridos formalmente por conta própria não serem captados pelo sistema, além do emprego doméstico e dos trabalhadores informais, o que limita a obtenção dos dados laborais dos não nacionais que trabalham nessa situação.

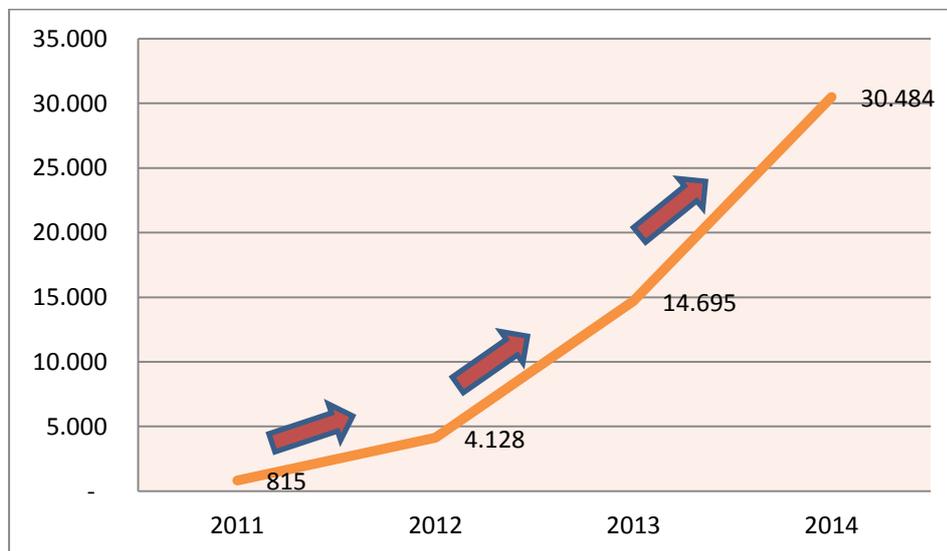
estruturas de oportunidades para recuperar a posição de partida ou ter mobilidade social ascendente (CHISWICK et al, 2002).

No presente artigo, apresentaremos um perfil sociodemográfico e laboral da imigração haitiana no país, analisando diversas variáveis que explicam a presença dos imigrantes no mercado de trabalho formal e as suas principais características e nichos laborais.

PERFIL DEMOGRÁFICO: SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO

Segundo os registros administrativos da Rais, no período de 2011 a 2014 foram registrados 50.122 haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil. Percebemos que no primeiro ano da série histórica analisada havia poucos nacionais do Haiti no mercado de trabalho brasileiro, o que foi se intensificando durante os anos seguintes, atingindo 30.484 imigrantes em 2014. Dessa forma, foi possível notar um aumento bastante significativo de 37 vezes no número de haitianos no Brasil no período de 2011-2014.

Gráfico 1: Total de imigrantes haitianos no Brasil com vínculo no mercado formal de trabalho, Brasil, 2011-2014

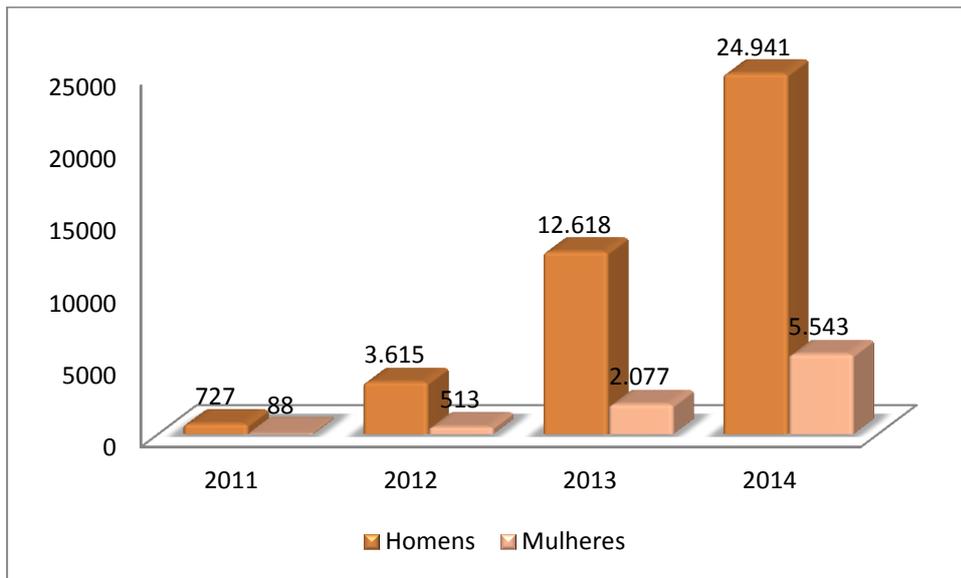


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) /Ministério do Trabalho, 2015.

No período analisado, a proporção média de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, segundo o sexo, foi de: 84% de homens e 16% de mulheres. Levando em conta

a taxa média de crescimento em todo o período, segundo a variável sexo, notamos que houve uma tendência no crescimento no número de trabalhadoras haitianas. Entretanto, o caso dos haitianos também se enquadra no perfil de outros grupos imigrantes de mão de obra predominantemente masculinizada (DUTRA, 2015).

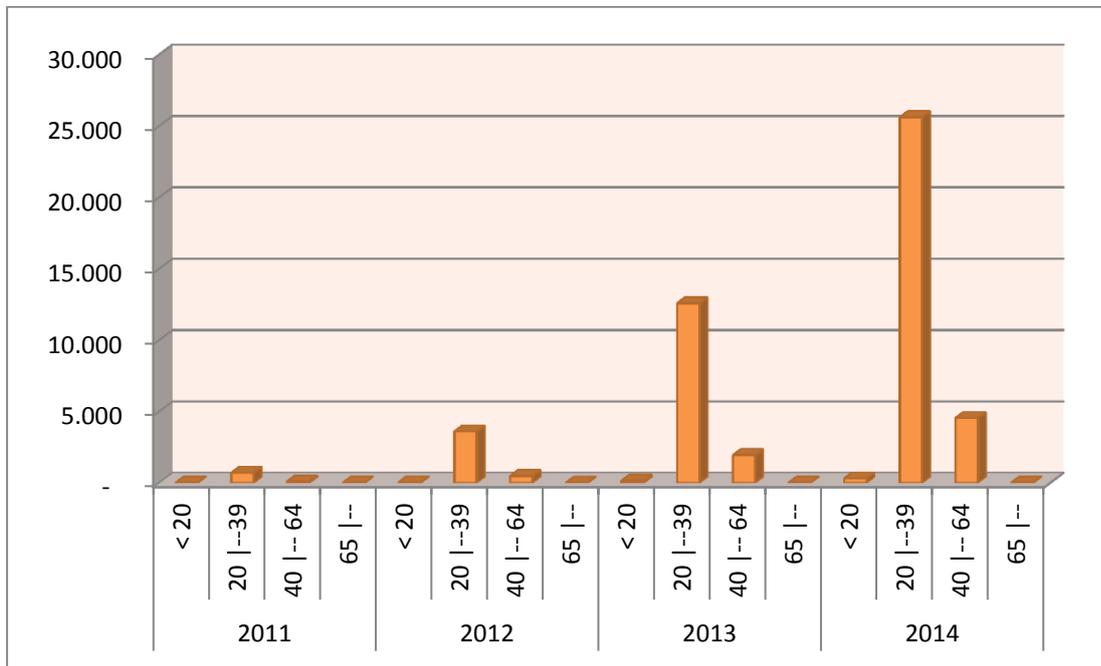
Gráfico 2: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo o sexo, Brasil, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais) / Ministério do Trabalho, 2015.*

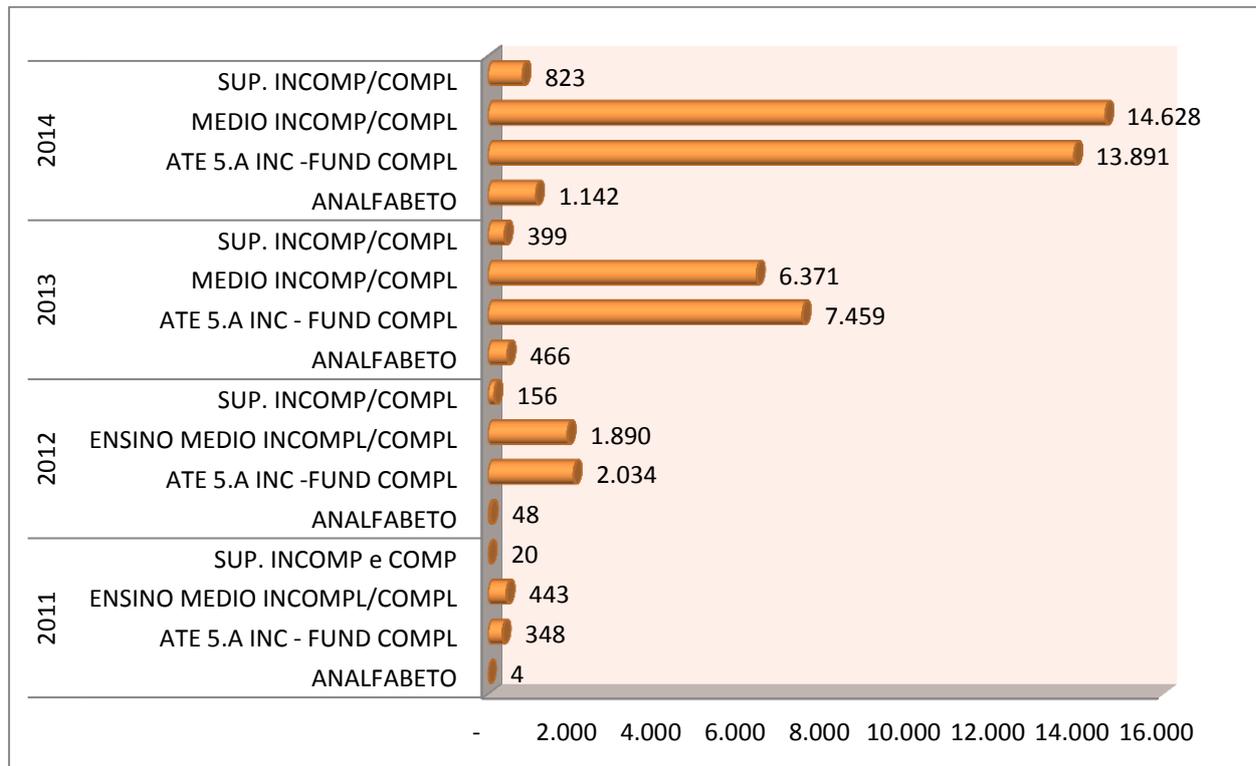
Já com relação ao perfil etário dos haitianos, o gráfico 3 demonstra uma concentração nos grupos de idade de 20 a 39 anos em toda a série histórica; em sequência, a faixa etária que apresentou maior concentração foi a de 40 a 64 anos. Notamos, assim, que os haitianos que migraram para o Brasil estão concentrados na faixa etária considerada de maior produtividade e desejável pelo mercado de trabalho.

Gráfico 3: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a idade, Brasil 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

Outro aspecto fundamental que nos auxiliou para caracterizar o perfil dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro foi a variável escolaridade. Através da análise dessa variável notamos que no total da série histórica a maior parte dos haitianos empregados no mercado formal de trabalho possuía até o 5º ano e/ou fundamental completo (47.3%) e ensino médio completo ou incompleto (46%).

Gráfico 4: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a escolaridade, Brasil 2011-2014

Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais) / Ministério do Trabalho, 2015.*

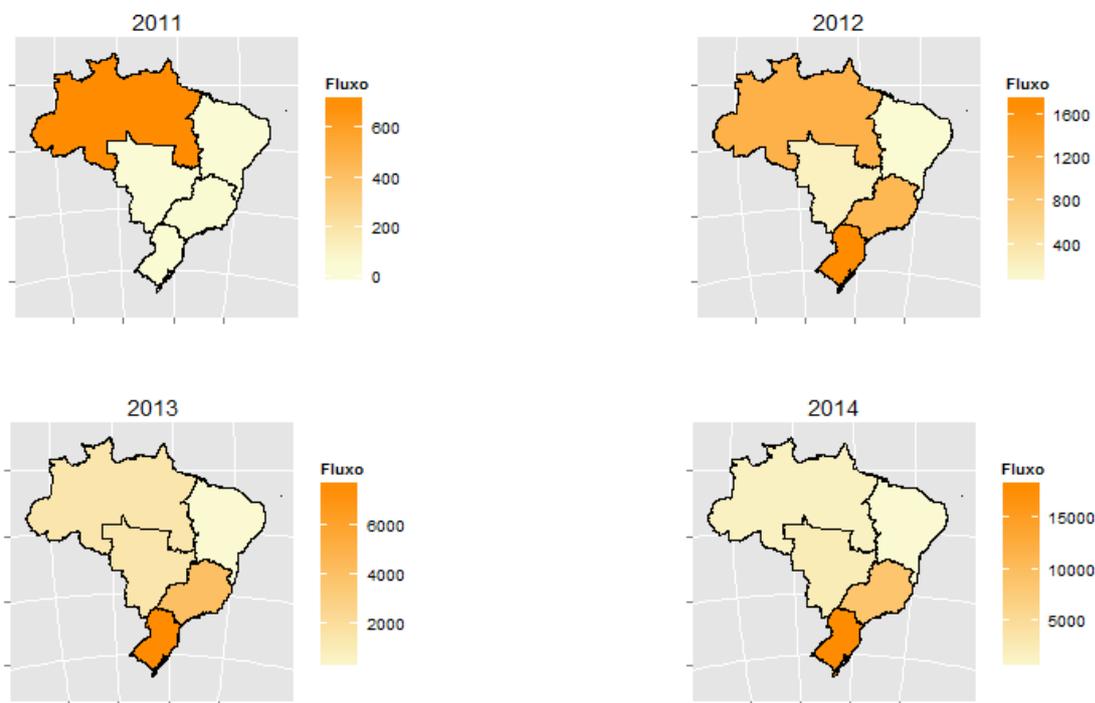
Sendo assim, o perfil demográfico do imigrante haitiano no mercado de trabalho formal brasileiro é majoritariamente de homens, em idade considerada economicamente ativa entre 20 e 39 anos e com escolaridade médio-baixa, predominando o ensino fundamental e médio. O perfil encontrado na Região Sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram semelhantes ao do perfil nacional. Na seção a seguir demonstraremos os dados referentes a essas localidades.

1.1 Região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Perfil Demográfico dos Haitianos no mercado de trabalho formal

A imigração haitiana para a Região Sul do país apresentou grandes e significativos números e ganhou dimensões de debate no âmbito político e midiático brasileiro. Os números encontrados na base de dados da Rais expressam bem a concentração dessa imigração para essa região e, também, nos trazem a dimensão de seu crescimento. Se a partir de 2011 havia uma maior concentração de imigrantes haitianos no Norte do Brasil, a qual serviu de porta de entrada

no país (HANDERSON, 2015), ao longo dos anos esta tendência foi se modificando, e em 2014 foi possível perceber um novo cenário: uma maior concentração na Região Sul do país, que passou a compreender 55% (27.460) dos imigrantes haitianos. Esse dado sinaliza que o norte do país funcionou apenas como lugar de entrada-trânsito desses imigrantes, conforme é possível observar através dos mapas a seguir, que ilustram o movimento dos haitianos em direção ao Sul do país, em relação à sua inserção no mercado de trabalho:

Mapa 1: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação, Brasil, 2011-2014

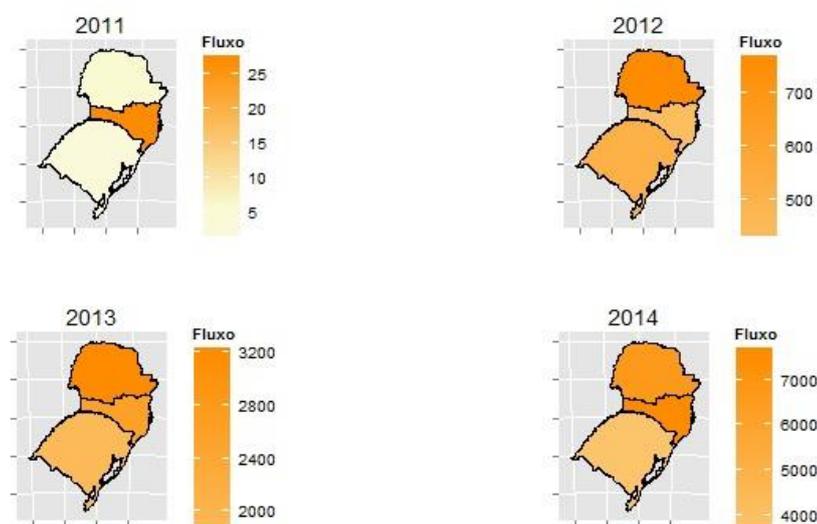


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) /Ministério do Trabalho, 2015.

Segundo os dados da Rais, foram registrados 27.486 imigrantes haitianos nos estados da Região Sul do Brasil no período de 2011 a 2014. O estado de Santa Catarina apresentou a maior concentração (10.707), seguido de perto pelo Paraná (10.651) e pelo Rio Grande do Sul (6.128). Os três estados da Região Sul apresentaram um crescimento constante no número de imigrantes haitianos incorporados ao mercado de trabalho. Tal crescimento se deu desde 2011, mas observamos que houve um crescimento mais significativo nos anos de 2012 e 2013. Em 2012, no Paraná, por exemplo, havia 778 haitianos no mercado formal de trabalho. Esse número passou para 3.220 em 2013 e, seguindo a tendência de crescimento, alcançou em 2014 a cifra de 6.647.

Tal crescimento também foi observado em Santa Catarina, que em 2012 empregava 427 haitianos, em 2013 empregava 2.597 e em 2014, 7.656. O Rio Grande do Sul, apesar de em números absolutos ter empregado menos haitianos, em termos de crescimento seguiu a mesma tendência dos outros estados da Região Sul. Em 2012 empregava apenas 515. Em 2013, mais que dobrou esse número, passando para 1.863. Em 2014, dobrou o número de 2013, chegando a 3.748 haitianos no mercado formal de trabalho gaúcho.

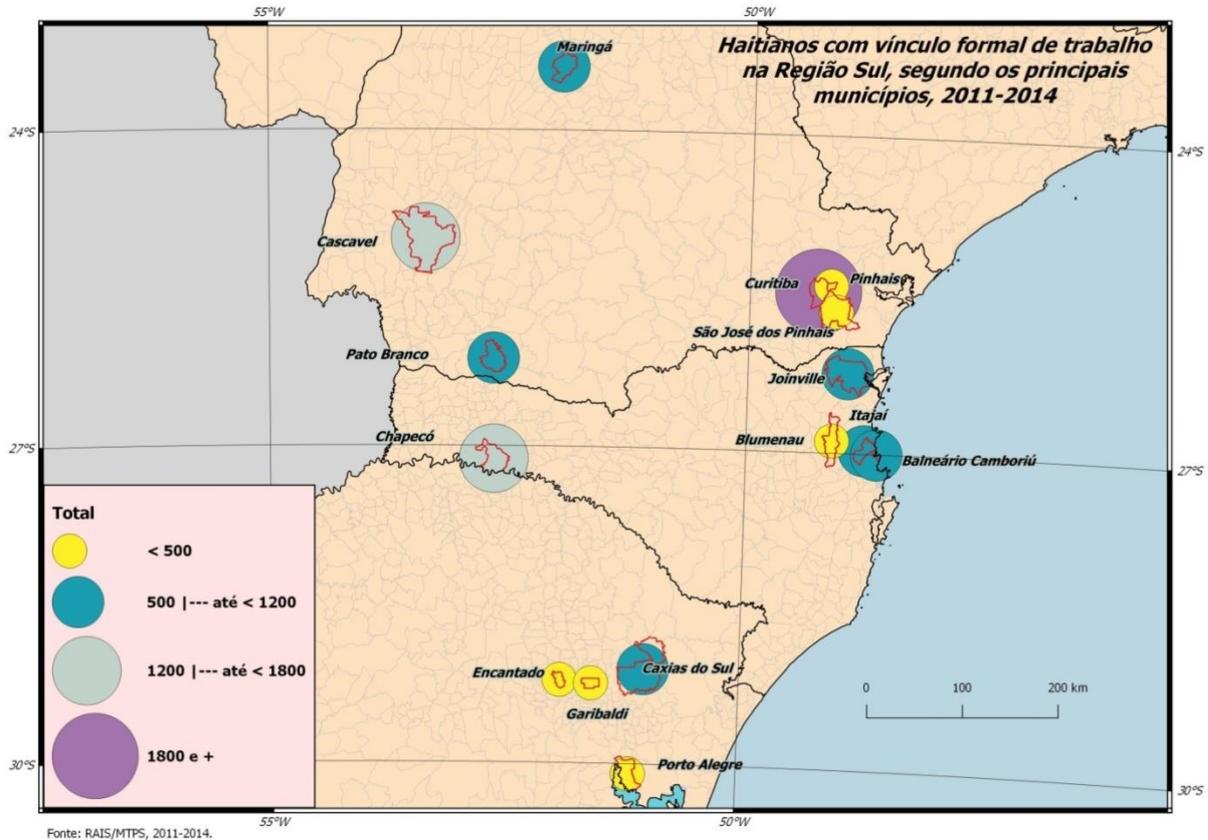
Mapa 2: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação, Região Sul, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais) / Ministério do Trabalho, 2015.*

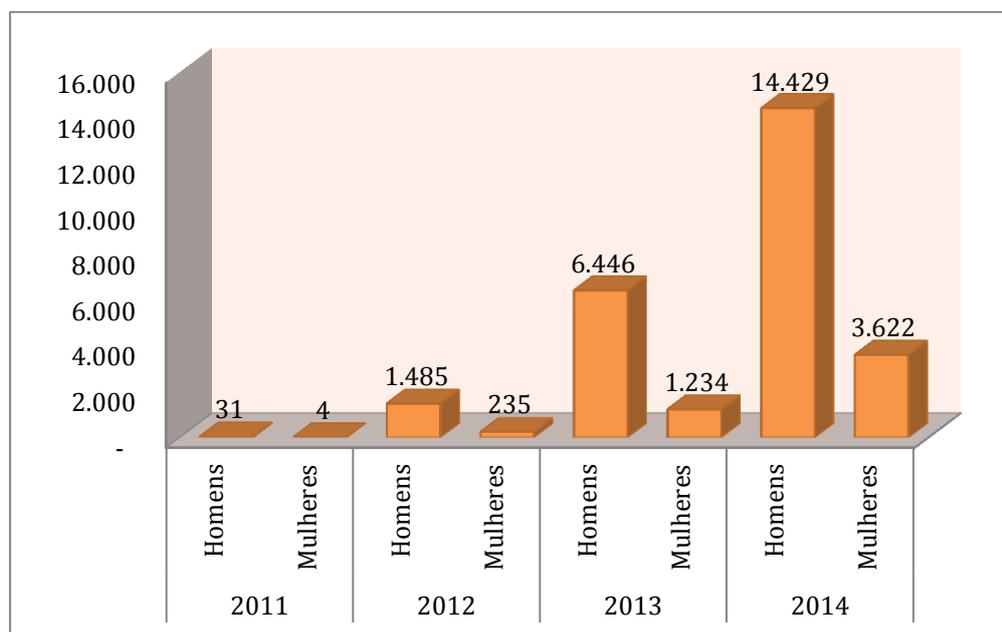
Outra informação de forte relevância que a base de dados da Rais nos permite observar são os municípios da Região Sul que mais empregaram haitianos na série histórica de 2011 a 2014. Na somatória dos anos, Curitiba, no Paraná, aparece como o município que mais empregou haitianos, no total foram 3.385. Outro município importante do Paraná foi Cascavel, com 1.515, assim como Maringá e Pato Branco, com 897 e 758, respectivamente. Santa Catarina teve o segundo município, Chapecó (1.535), que mais empregou haitianos, ficando atrás apenas de Curitiba (PR). Itajaí e Balneário Camboriú foram municípios que também se destacaram na contratação de haitianos, com respectivamente 1.172 e 1.086. Já no Rio Grande do Sul, o primeiro município foi Caxias do Sul, o qual ficou na sexta posição entre os municípios da Região Sul, atrás de Balneário Camboriú. Caxias do Sul empregou um total de 1.025. Depois se destacou Porto Alegre, com 647, e Garibaldi e Encantado, com respectivamente 554 e 552.

Mapa 3: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho na Região Sul, segundo os principais municípios, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais) /Ministério do Trabalho, 2015.*

Passamos agora a analisar mais especificamente o perfil demográfico encontrado na Região Sul. Quando olhamos para a divisão por sexo, observamos que segue a tendência nacional, onde há uma forte presença de homens haitianos, e um crescimento de 465 vezes, de 2011 a 2014. Notamos, ainda, um crescimento significativo e contínuo no número de mulheres haitianas incorporadas no mercado de trabalho formal brasileiro. Em 2011 havia apenas quatro mulheres, e esse número cresce para 3.622 em 2014, ou seja, um aumento de 905 vezes.

Gráfico 5: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo sexo, Região Sul, 2011-2014

Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

Se olharmos de forma particularizada para cada estado desta região veremos que os três seguem essa tendência, de predominância da mão de obra masculina de haitianos e um crescimento da mão de obra feminina. O estado do Rio Grande do Sul foi o que proporcionalmente mais empregou mulheres na série histórica de 2011 a 2014, com 19% da força de trabalho haitiana. Na sequência, tivemos o Paraná, com 18%, e Santa Catarina, com 17%. Na tabela abaixo é possível observar essas tendências em números absolutos.

Tabela 1: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo Unidade da Federação (PR, SC e RS), 2011-2014.

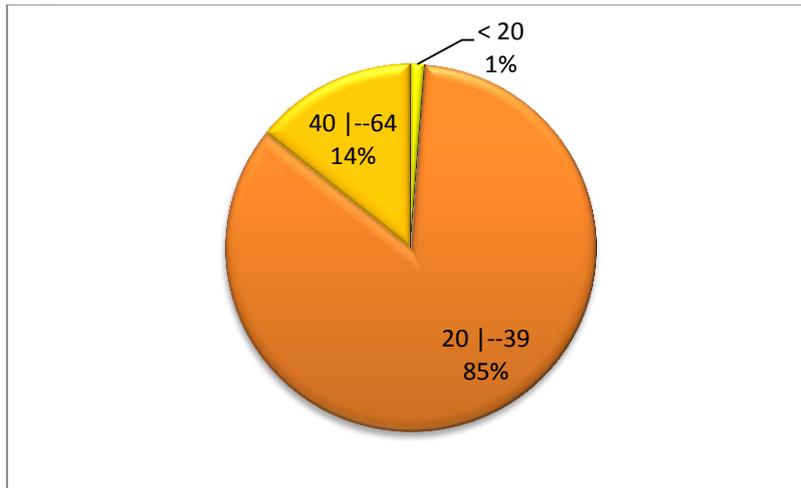
UF	2011		2012		2013		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PR	4	2	654	124	2.679	542	5.298	1.349
SC	25	2	388	39	2.217	379	6.183	1.473
RS	2	-	443	72	1.550	313	2.948	800

Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

A informação sobre a faixa etária dos haitianos na Região Sul segue o padrão nacional, sendo que 85% estão na faixa de 25 a 39 anos e 14% na faixa entre 40 a 64 anos. Nas faixas

etárias abaixo de 20 anos e acima de 65 anos, o número de haitianos se mostrou extremamente baixo na somatória de toda a série histórica. Com relação a cada estado em particular, vimos que esses seguem a mesma tendência, sendo em todos os três casos aproximadamente 84% dos trabalhadores haitianos concentrados na faixa de 25 a 39 anos.

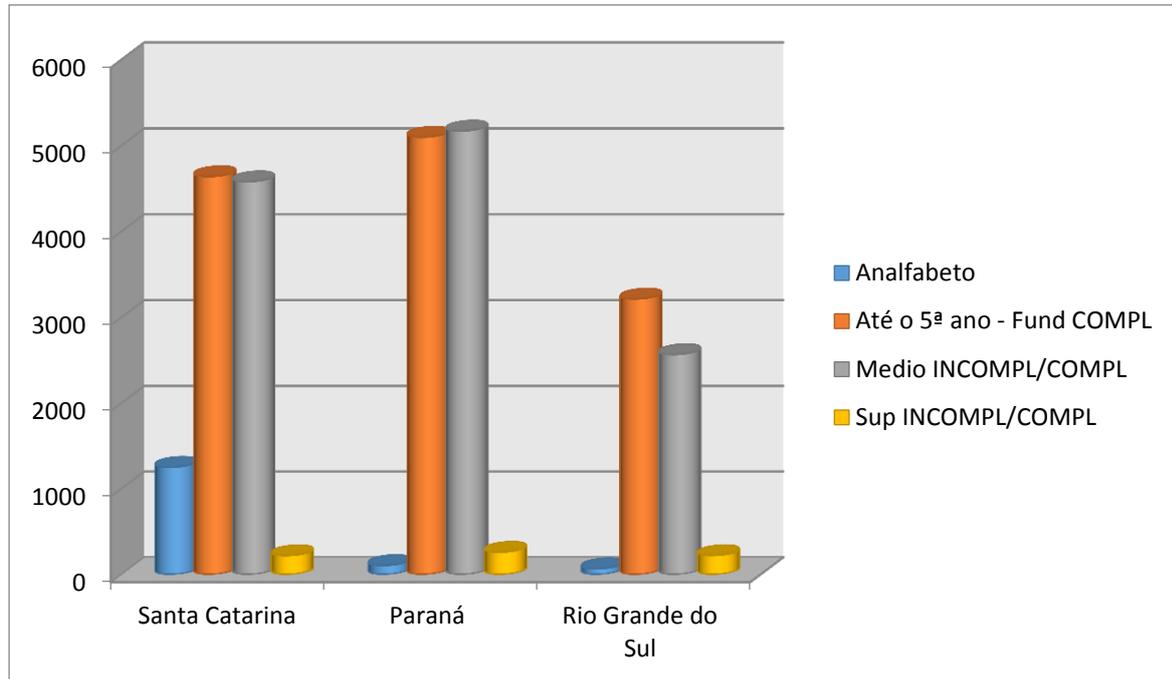
Gráfico 6: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa etária, Região Sul, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.

Por fim, no que se refere à escolaridade dos imigrantes haitianos registrados no Sul do Brasil pela Rais, no período de 2011 a 2014, notamos um maior predomínio no nível de ensino médio e no ensino fundamental em todos os estados, o que reflete o cenário nacional. Entretanto, chama atenção o fato de que em Santa Catarina se encontra um número maior de analfabetos quando comparado aos outros estados. Este fato recomendaria uma análise qualitativa mais aprofundada.

Gráfico 7: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo escolaridade, PR, SC e RS, 2011-2014



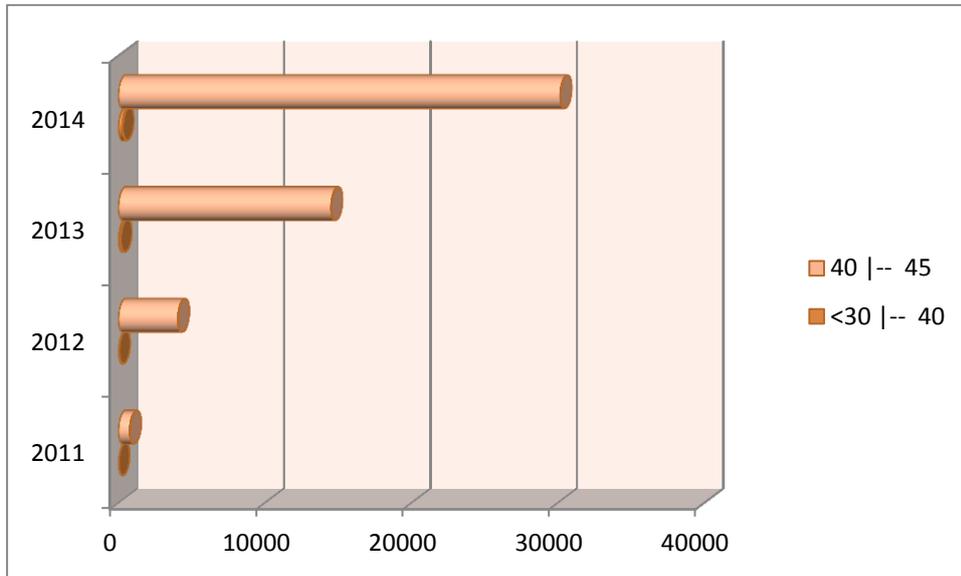
Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

A seção a seguir adentra as particularidades do mercado de trabalho. Para tal, a partir da análise da Rais, focamos nossa investigação em três variáveis que contribuem a caracterizar e entender a inserção laboral dos haitianos no Brasil, particularmente nos estados do Sul: horas trabalhadas, faixas de renda e atividade econômica.

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS LABORAIS: HORAS TRABALHADAS, FAIXAS DE RENDA, ATIVIDADE ECONÔMICA

Em âmbito nacional, observamos que tanto homens quanto mulheres realizam predominantemente jornada de trabalho variando entre 40 e 45 horas semanais. No total da série histórica analisada, 49.596 haitianos, entre homens e mulheres, estavam na faixa de horas trabalhadas de 40 a 45 horas e apenas 526 trabalhavam menos de 30 ou igual a 30 e 40 horas semanais. Portanto, observamos que esses imigrantes realizam longas jornadas de trabalho. O gráfico 13 expõe bem a predominância dos haitianos na faixa de máxima de hora semanal trabalhada permitida pela legislação brasileira.

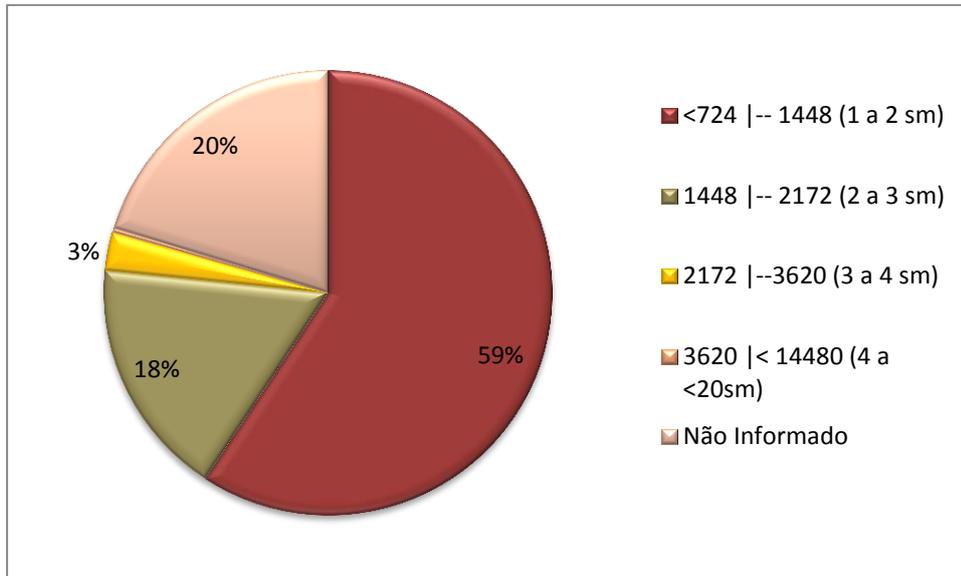
Gráfico 8: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo horas semanais trabalhadas, Brasil, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

Apesar de trabalhar longas horas e estarem na faixa de horas máxima permitida, quando observamos a faixa de renda que concentra esses trabalhadores, notamos que esses se encontram na faixa mais baixa, ou seja, recebem de um a dois salários mínimos mensais. Na somatória da série histórica, vimos que 59% dos haitianos estão na faixa de renda de R\$ 724 a R\$ 1.448 (um a dois salários mínimos), 18% ganham entre dois e três salários mínimos e apenas 3% recebem o equivalente a três a quatro salários mínimos. Na faixa de renda entre R\$ 3.620 e R\$ 14.480 ou mais (acima de quatro salários mínimos) foram registrados apenas 168 haitianos.

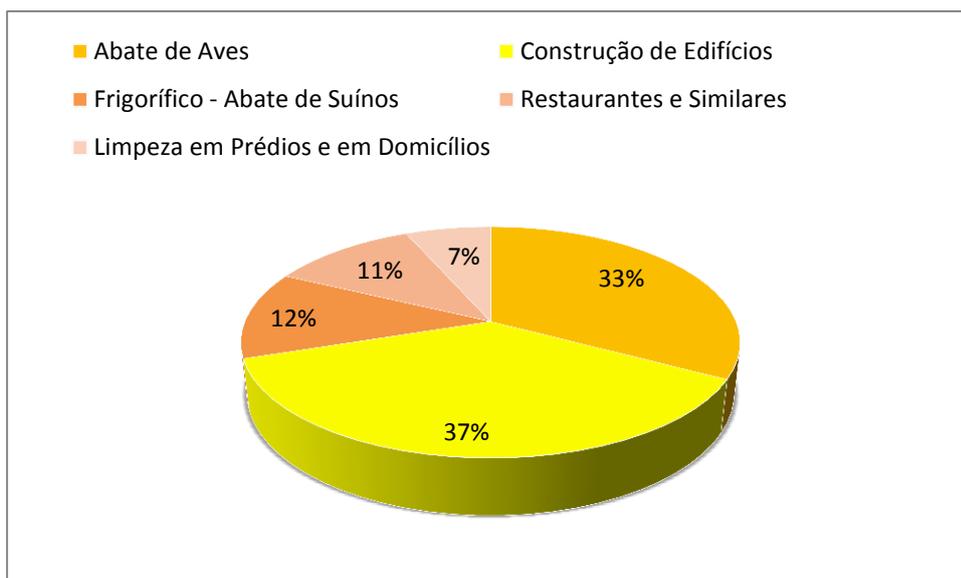
Gráfico 9: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda e salário mínimo, Brasil, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

No intuito de melhor entender essa diferença entre horas trabalhadas e faixa de renda, buscamos analisar em que atividade econômica os imigrantes haitianos estão inseridos dentro do mercado de trabalho brasileiro. No total de homens e mulheres, a atividade econômica que mais empregou haitianos entre os anos de 2011 e 2014 foi a construção de edifícios (total de 5.935). Na sequência tivemos abate de aves (total de 5.263) e, em terceiro lugar, frigorífico - abate de suínos (total de 1.966).

Gráfico 10: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo atividade econômica, Brasil, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

Outra importante informação que obtivemos, quando cruzamos atividade econômica e sexo, foi perceber que o abate de aves foi a atividade econômica que mais empregou mulheres (total de 1.312 na série histórica aqui analisada). Já para os homens, a principal atividade econômica foi a construção de edifícios. Com relação às mulheres, também foi possível notar um crescimento, de 2013 em diante, na atividade econômica de limpeza em prédios, restaurantes e similares e em domicílios. Em países do *'norte global'*, como Estados Unidos e países da Europa ocidental, tal nicho de mercado é predominantemente ocupado por mulheres imigrantes (ver PARRENAS, 2001; HOSCHCHILD, 2002; PADILLA, 2007; PEDONE e ARAÚJO, 2008). Ademais, a literatura internacional também sinaliza que o trabalho de mulheres na área de serviços, especialmente nos trabalhos ligados à alimentação, é algo rotineiro nos países com grande densidade de fluxos migratórios (PARELLA, 2003). No Brasil, não podemos afirmar que essa seja uma tendência com a mesma dimensão. No entanto, observamos que esse é um nicho de mercado mais receptivo às mulheres imigrantes que aos homens imigrantes. Podemos notá-lo nas tabelas a seguir, que trazem os números das principais atividades econômicas exercidas pelas haitianas e haitianos no Brasil.

Tabela 2: Mulheres imigrantes haitianas com vínculo formal de trabalho, por ano, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2011-2014

Principais atividades econômicas	2011	2012	2013	2014	Total
Abate de aves					1.312
Restaurantes e similares	10	45	211	664	930
Limpeza em prédios e em domicílios	2	19	200	452	673
Frigorífico - abate de suínos	-	10	90	254	354
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	2	10	62	229	303
Comércio varejista de mercadorias em geral, supermercados	-	10	66	182	258

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.

Tabela 3: Homens imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por anos, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2011-2014.

Principais atividades econômicas	2011	2012	2013	2014	Total
Construção de edifícios	145	631	1.947	3.080	5.803
Abate de aves	-	199	1.218	2.534	3.951
Frigorífico - abate de suínos	-	57	476	1.079	1.612
Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	22	49	356	508	935
Restaurantes e similares	12	46	199	614	871

Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

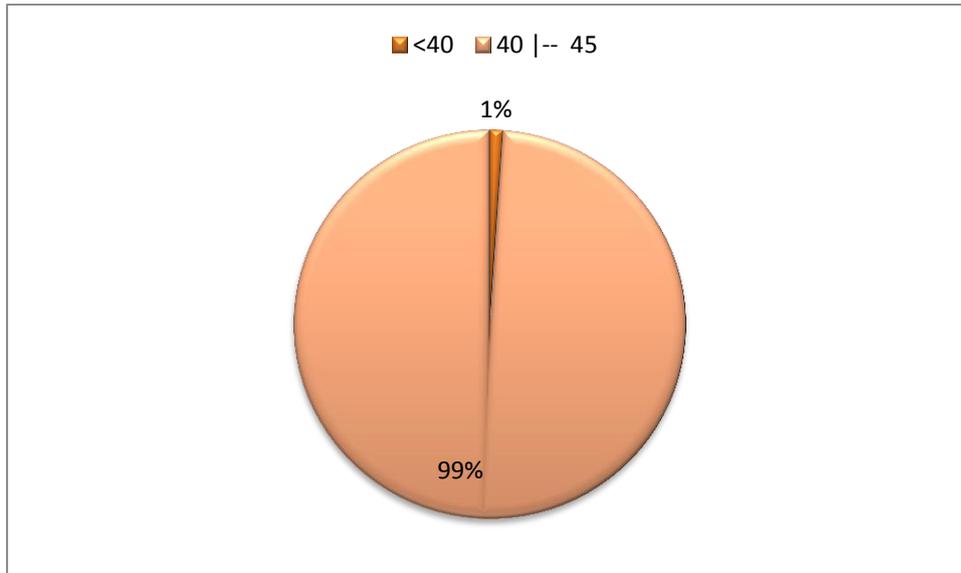
Em suma, as principais características laborais dos haitianos no panorama nacional são de longas jornadas de trabalho, variando, predominantemente, entre 40 e 45 horas e com uma remuneração mínima concentrada em um a dois salários mínimos. Esse coletivo vem sendo incorporado no mercado de trabalho brasileiro em atividades econômicas como abate de aves, que empregou tanto homens como mulheres, abate de suínos e construção de edifícios com maior concentração masculina, e o setor de restaurantes e limpeza de prédios e domicílios, que se destacou pelo crescimento na empregabilidade de haitianas. Na seção a seguir iremos analisar como essas tendências se desdobram nos estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do país.

2.1 PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS LABORAIS DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Os haitianos no mercado de trabalho formal da Região Sul, assim como na tendência nacional, trabalham majoritariamente na faixa máxima de horas semanais trabalhadas (de 40 a 45). Isso não se alterou durante a série histórica de 2011 a 2014, e tanto homens como mulheres se enquadram em maioria absoluta (99%) nessa faixa de horas semanais, como mostra o gráfico 20. E, de forma particular, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seguem a

mesma tendência, com cada um empregando 99% dos haitianos na faixa de 40 a 45 horas semanais.

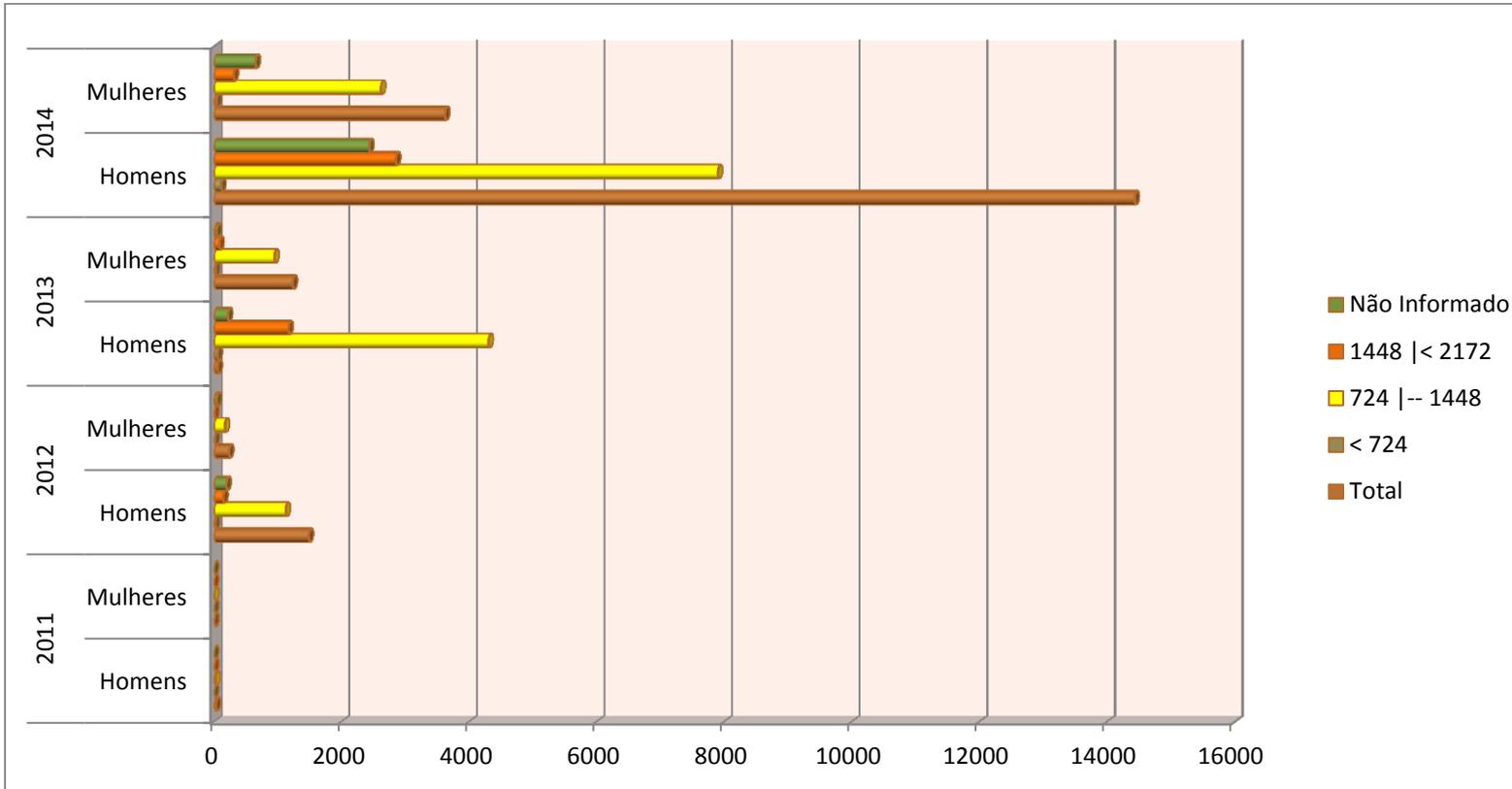
Gráfico 11: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo horas semanais, Região Sul, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.

No que se refere à remuneração, a Região Sul segue a tendência encontrada nacionalmente. Observamos que a maioria dos haitianos se concentra na faixa de renda entre R\$724,00 e R\$ 1.448 e na de R\$ 1.448 a R\$ 2.172, em toda a série histórica. A grande maioria dos haitianos se enquadra como recebendo entre um e dois salários mínimos. Também foi possível notar que tanto homens quanto mulheres encontram-se nessa faixa de renda, como demonstra o gráfico 18.

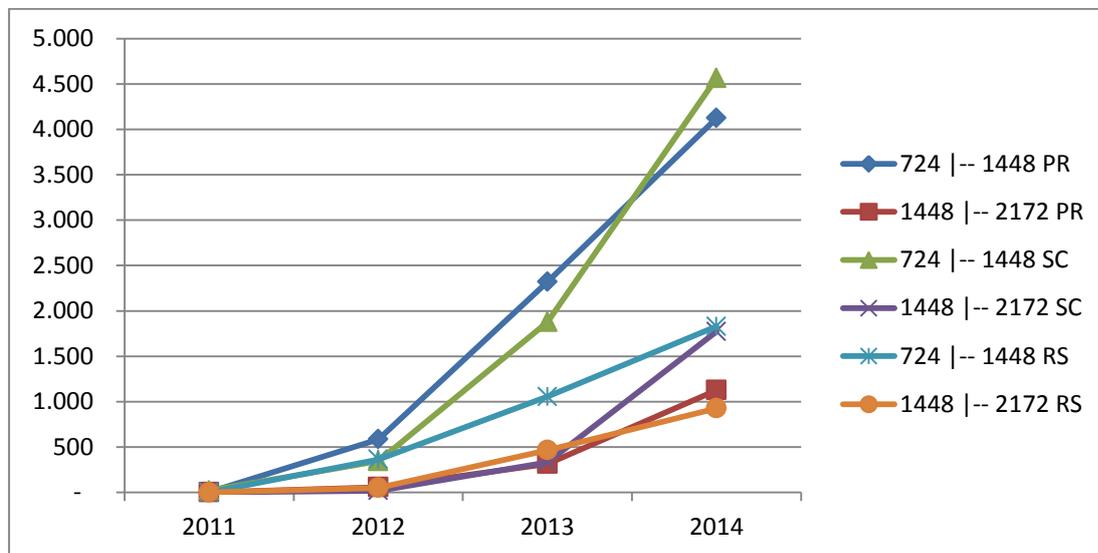
Gráfico 12: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda, por sexo, Região Sul, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

De forma específica, temos que, no estado do Paraná, 66% dos haitianos empregados no mercado formal de trabalho têm remuneração na faixa de renda de R\$ 724 a R\$ 1.448 (um a dois salários mínimos) e outros 14% na faixa de R\$ 1.448 a R\$ 2.172 (três a quatro salários mínimos). Já em Santa Catarina, 63% dos haitianos estão na faixa de renda de R\$ 724 a R\$ 1.448, ao passo que 19% estão na faixa de R\$ 1.448 a R\$ 2.172. O estado do Rio Grande do Sul segue a mesma tendência, tendo 53% na faixa de R\$ 724 a R\$ 1.448 e 24% na de R\$ 1.448 a R\$ 2.172. O Gráfico abaixo ilustra a variação dos estados nas duas principais faixas de renda ocupadas por esses imigrantes. Em suma, portanto, quando olhamos de forma particular para cada estado da Região Sul do país, temos que 80% (8.531) dos haitianos empregados no Paraná recebem entre R\$ 724 e R\$ 2172. Em Santa Catarina o número é de 83% (8.932), e no Rio Grande do Sul, de 76% (4.690).

Gráfico 13: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda, PR, SC e RS, 2011-2014



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

No que se refere à atividade econômica na Região Sul, temos uma maior incidência de imigrantes haitianos trabalhando nos seguintes segmentos: abate de aves (17%); construção de edifícios (10%), restaurantes e similares (6%). Na tabela 5, podemos ver as dez principais atividades econômicas realizadas pelos haitianos na Região.

Tabela 4: Total imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidade da Federação (PR, SC e RS), segundo principais atividades econômicas, Brasil 2011-2014

Atividade econômica	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Abate de aves	2910	1013	971	4894
Construção de edifícios	998	1031	836	2865
Restaurantes e similares	535	917	347	1799
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	242	493	186	921
Fabricação de produtos de carne	160	382	126	668
Fabricação de móveis com predominância de madeira	196	227	83	506
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	231	179	122	532
Frigorífico - abate de suínos	163	177	121	461
Limpeza em prédios e em domicílios	205	165	176	546

Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho, 2015.*

No Paraná, as mulheres se concentram, primeiramente, no abate de aves (629), em segundo, restaurantes e similares (280) e, em terceiro, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (121). Os homens no Paraná estavam mais concentrados também no abate de aves (2.281), seguido por construção de edifícios (970), restaurantes e similares (255) e fabricação de móveis de madeira (178). No Rio Grande do Sul, notamos que as mulheres também estão majoritariamente empregadas no abate de aves (337); em segundo lugar aparece o abate de suínos (171) e, em terceiro, restaurantes e similares (70). Já os haitianos estão em sua maioria no abate de suínos (665), depois no abate de aves (634), e, em terceiro lugar, na construção de edifícios (333). Em Santa Catarina as mulheres seguem empregadas, em sua maioria, no abate de aves (248), seguindo-se restaurantes e similares (219) e abate de suínos (119). Os homens em Santa Catarina estão empregados, primeiramente, na construção de edifícios (1.021), em seguida no abate de suínos (798) e de aves (765).

Desse modo, observamos que, com relação às características laborais dos imigrantes haitianos, tanto em âmbito nacional, como nos estados do Sul do país, elas estão marcadas por longas jornadas de trabalho e uma remuneração de um a dois salários mínimos. Além disso, é importante salientar que esse grupo de imigrantes desenvolve, em sua maioria, atividades laborais consideradas insalubres, como o abate de aves e suínos. Portanto, são necessários estudos que aprofundem as razões da empregabilidade dos imigrantes nesses setores, assim como uma maior compreensão de suas condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo traçou um perfil dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho formal no Brasil, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho (MTb). Apesar das dificuldades em se trabalhar a migração internacional a partir dos registros administrativos oficiais, entendemos que se trata de uma importante fonte de informação e com grande potencial para aprofundar o conhecimento e atualizar os dados sobre esse fenômeno, tanto em nível nacional, quanto em nível local, como foi o caso da Região Sul. Além disso, assumimos que tais resultados têm seu potencial explicativo, já que vão corroborar vários estudos e análises de caráter qualitativo realizados no país.

Os registros administrativos, como é o caso da Rais, têm inúmeras potencialidades, ao retratar a presença dos imigrantes no mercado de trabalho formal no país. No entanto, algumas limitações podem ser observadas nessa base de dados. Muito embora as nacionalidades que estão

discriminadas abrangem aproximadamente 80% das observações, nota-se um baixo grau de desagregação por país. Outra restrição está relacionada ao fato de os estrangeiros inseridos formalmente por conta própria não serem captados pelo sistema, o que limita a obtenção dos dados laborais dos não nacionais que trabalham nessa situação. Além disso, por não possuir a identificação do estrangeiro, como o número do passaporte, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou a Cédula de Identidade do Estrangeiro (CIE), impossibilita o *linkage* de forma direta com outras bases de registros administrativos. Por fim, as omissões, entrega da declaração fora do prazo e problemas de preenchimento são outras limitações observadas, destacando-se a baixa qualidade na informação de cor ou raça para os vínculos estatutários. Apesar dessas limitações, a Rais é uma das principais bases de dados para analisar a conjuntura do mercado de trabalho, tanto para nacionais, quanto para imigrantes.

Portanto, a partir dos dados da Rais, o objetivo central desse artigo foi dar destaque à relação entre migração e mercado de trabalho, apresentando um panorama da imigração haitiana. Porém, é importante ressaltar que os movimentos migratórios não ocorrem exclusivamente por questões laborais, o que implicaria uma limitação analítica, já que as pessoas também migram por outros motivos como, por exemplo, reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores. Apesar de a migração laboral não ser o único fator desencadeador dos movimentos migratórios, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho tem sido um motivo determinante na mobilidade humana contemporânea. Portanto, é preciso ressaltar que, uma vez no país de acolhida, o lugar social dos imigrantes poderá ser influenciado pela posição que ocupa o imigrante no mercado do trabalho, o que, combinado com outros fatores, como raça, gênero, etnia, origem geográfica, pode determinar o lugar social dos imigrantes na sociedade de destino (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015a).

De modo geral, podemos inferir que dentro do contexto de novos fluxos migratórios para o Brasil —particularmente o caso dos haitianos —, os dados da Rais referentes ao período de 2011-2014 nos ajudam a delinear um perfil desses imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho em nível nacional e que se replica, na maior parte das vezes, quando analisamos especificamente dados da Região Sul do país. Observamos que há uma predominância de homens jovens, na idade considerada mais produtiva para o trabalho, com nível educacional médio e que trabalham cerca de 40 e 45 horas semanais, recebendo uma renda entre R\$ 724,00 e R\$ 1.448 e de R\$ 1.448 a R\$ 2.172. Esses desempenham atividades nos setores de construção de edifícios; abate de aves; frigorífico – abate de suínos; restaurantes e similares; e limpeza em

prédios e em domicílios. Assim os imigrantes ainda estão concentrados nas ocupações que exigem baixa qualificação e com uma remuneração limitada.

Observa-se o crescimento com taxas positivas do coletivo haitiano na primeira metade da presente década, passando de 815 pessoas no mercado de trabalho formal em 2011 a 30.484 em 2014, com taxas de crescimento anual de 107,44% (2014/13); 255,98% (2013/12) e 406,50% (2012/11). Trata-se do coletivo cujo crescimento desponta sobre o dos demais e mantém o primeiro lugar, em termos de variação (%), nos três últimos períodos comparados. Levando em conta as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de imigrantes para cada ano, os haitianos passam a ocupar a primeira posição no mercado de trabalho formal pela primeira vez no ano de 2013 e se mantêm nessa posição até a atualidade.

Analisando a inserção dos imigrantes no mercado formal, com relação ao sexo, em geral predominam as pessoas do sexo masculino. Se os estudos migratórios acenam que nas últimas décadas houve uma feminização dos fluxos migratórios no contexto global (UNFPA, 2006), os dados apontados no presente artigo, em um primeiro olhar, sinalizam que o Brasil vai no sentido contrário aos outros países nesse quesito. No entanto, vale apenas salientar que esta predominância dos homens sobre as mulheres aqui analisados está tão somente relacionada com o vínculo formal no mercado de trabalho. Ademais, a feminização das migrações se coaduna com a feminização da pobreza e a precarização das condições do trabalho feminino. Além disso, no contexto migratório, o mercado de trabalho tende a manter-se diferenciado segundo os papéis de gênero. As ocupações que têm a ver com a reprodução social — tais como serviços de limpeza, cuidado de crianças, atenção à terceira idade, entre outros — são predominantemente realizados pelas mulheres migrantes (BOYD, 1989; PARELLA, 2003).

Os haitianos estão empregados, principalmente, nas seguintes atividades econômicas: construção de edifícios; abate de aves, frigorífico – abate de suínos, restaurantes e similares e limpeza em prédios e em domicílios. A maioria das mulheres está empregada no abate de aves, restaurantes e similares e limpeza em prédios e em domicílios. Os homens na construção de edifícios, abate de aves e frigorífico – abate de suínos. Na Região Sul, o final da cadeia produtiva do agronegócio, especificamente a atividade econômica de abate de aves, é o setor da economia que mais emprega haitianos.

Em suma, os dados apresentados no presente texto contribuem a entender melhor a relação entre imigração e o mercado de trabalho. Essa relação é chave para poder analisar a posição social que ocupam os imigrantes na atualidade e que ocuparão os seus descendentes no futuro. Portanto, a análise da presença dos imigrantes no mercado trabalho é crucial para o

direcionamento de políticas públicas que reduzam a inconsistência de *status* e facilitem os caminhos para a mobilidade social ascendente. Nesse sentido, a formulação de políticas que possam acomodar os imigrantes no mercado de trabalho formal, eliminando travas burocráticas e barreiras sociais, são cruciais para facilitar a mobilidade social ascendente dos imigrantes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIFFL, Gudrun (1996). Immigrant Labour Integration. In: SCHMID, G., O'REILLY, J. y SCHÖMANN, K. (comps.) *International Handbook of Labour Policy and Evaluation*. Edward Elgar, Cheltenham.
- CASTLES, Stephen; KOSACK, Godula. (1973). *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. Oxford University Press, Oxford.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia. (2015). A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília.
- CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia. (2015). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio. (2016). A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração; Organização Internacional para Migrações (OIM). Brasília, DF: OBMigra.
- CAVALCANTI, Leonardo e OLIVEIRA, A. Tadeu. (2016). A caminho da conclusão meia década de novos fluxos imigratórios no Brasil. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, A. T; ARAÚJO, D. (eds) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu e ARAÚJO, Dina. (orgs) (2016). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- CHISWICK, Barry; LEE, Yem Liang; MILLER, Paul W. (2002). *Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis*. Economics Discussion / Working Papers 02-08, The University of Western Australia, Department of Economics.
- DUTRA, Delia. (2015). Os imigrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010-2014, a partir dos dados da Rais. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia (Org.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e

Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

HANDERSON, Joseph. (2015). *Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional.

HOCHSCHILD, Arlie. (2002). Love and gold. In: B. Ehrenreich and A. R. Hochschild (eds.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. New York: Metropolitan, 15-30.

OLIVEIRA, A. Tadeu. (2015). Relacionamento e complementariedade entre as bases de dados analisadas. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília.

PADILLA, Beatriz. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In J. M. Malheiros (Ed.), *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 113-135.

PARELLA, Sònia. (2003). *Mujer, inmigrante y trabajadora. La triple discriminación*. Anthropos Editorial.

PARELLA, Sònia. (2005). "La interacción entre clase social, género y etnia", *Mientras Tanto*, 93, invierno, 93-99.

PARRENAS, Rachel. (2001). *Servants of Globalization: women, migration and domestic work*. Stanford, CA: Stanford University Press.

PEDONE, Claudia, GIL ARAUJO, Sandra. (2008). Maternidades transnacionais entre América Latina y el Estado español. El impacto de las políticas migratorias en las estrategias de reagrupación familiar. In: SOLÉ, Carlota; PARELLA, Sònia; CAVALCANTI, Leonardo. (Eds.) *Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones*. Documentos del Observatorio permanente de la inmigración de España 19, 149-177.

PIORE, Michael. (1979). *Birds of Passage*, Cambridge University Press, Cambridge.

MILES, Robert. (1986). Labour Migration, Racism and Capital Accumulation in Western Europe since 1945: An Overview, *Capital & Class*, 49-95.

ROSA, Renata. (2012). Brasil e Haiti: uma equação imperfeita? Um estudo sobre haitianos na região norte do Brasil. In: ROSA, Renata e ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. (Org.). *Democracia, desenvolvimento e cidadania no Brasil: a construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas*, Curitiba/ Paraná: CRV, 2: 197-206.

SASSEN, Saskia. (1993). La movilidad del trabajo y el capital. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid.

SILVA, Sidney. (2015). Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos? *REMHU* - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun.

SOLÉ, Carlota., CAVALCANTI, Leonardo., PARELLA, Sònia. (2011). *La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España*. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración (OPI).

SOUCHAUD, Sylvain. (2010). A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al.(Ed.). *Deslocamentos e reconstruções da experiência imigrante*. Rio de Janeiro: Garamond, p.267-292.

Leonardo Cavalcanti

Professor da Universidade de Brasília e diretor do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Tânia Tonhati

Doutora pela Universidade de Londres, Goldsmiths, e pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Antônio Tadeu de Oliveira

Pesquisador do IBGE e coordenador de estatísticas do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Género y migración internacional en la región andina. Reflexiones sobre un campo en construcción.¹

Gender and international migration in the Andean region. Reflections on a field under construction

GIOCONDA HERRERA M.

RESUMEN

En los últimos veinte años la producción de trabajos sobre género y migración internacional en América Latina ha crecido enormemente y se ha diversificado. Este artículo examina la trayectoria de estos estudios con una concentración en aquellos producidos en la región andina y se pregunta sobre la construcción del campo a través de las siguientes preguntas ¿Qué temas se han privilegiado en el análisis de género de la migración internacional y de qué manera han evolucionado estos temas a lo largo de los últimos veinte años? Este camino nos muestra una construcción del campo que ha seleccionado algunos temas en detrimento de otros. Una primera sección analiza las continuidades existentes entre los trabajos que analizaron las migraciones internas con aquellos que ahora examinan

¹ Este texto es una revisión revisada de dos artículos publicados previamente. El primero es “Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo a una presencia selectiva.” de la Revista Política y Sociedad, Universidad Complutense de Madrid, V, 49, n. 1 (2012), p. 35-46. El segundo es “Travail domestique, soins et familles transnationales en Amérique Latine: réflexions sur un champ en construction” en la revista Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM [En línea], 31, 2016.

las migraciones internacionales. Una segunda sección examina el giro de una mirada de la experiencia femenina al análisis de las instituciones y los procesos migratorios desde una perspectiva de género. Por último, la tercera parte reflexiona en torno a las familias migrantes y especialmente en torno a la familia transnacional, la maternidad transnacional, la paternidad transnacional, las infancias transnacionales.

Palabras clave: Género, migración internacional, región andina.

ABSTRACT

In the last twenty years the production of works on gender and international migration in Latin America has grown enormously and diversified. This article examines the trajectory of these studies with a concentration on those produced in the Andean region and asks about the construction of the field through the following questions: What themes have been favored in the gender analysis of international migration and how have these themes evolved over the last twenty years? This path shows us a field construction that has selected some themes to the detriment of others. A first section analyzes the continuities between the work that analyzed the internal migrations with those that now examine the international migrations. A second section examines the shift from a view of women's experience to the analysis of migration institutions and processes from a gender perspective. Finally, the third part reflects on migrant families and especially on the transnational family, transnational maternity, transnational parenthood, transnational infants.

Keywords: Gender, international migration, Andean region.

INTRODUCCIÓN

Al igual que todo campo de conocimiento en formación el análisis de género en la migración internacional en América Latina ha abordado temáticas de manera selectiva, privilegiando unas problemáticas y excluyendo otras, priorizando ciertos espacios y ámbitos de estudio por encima de otros y analizando ciertas relaciones de género más que otras. Esto puede explicarse por varios factores: tiene que ver con el itinerario de los propios estudios sobre migración en el continente, y con el recorrido y legitimidad de los estudios feministas en los espacios de producción académica. En todo caso, es innegable que en los últimos veinte años la producción de trabajos sobre género y migración ha crecido enormemente y se ha diversificado. Si bien una gran mayoría de estudios se han centrado en la experiencia de las mujeres, también contamos con trabajos más recientes desde la perspectiva de los hombres en tanto hombres, es decir desde las masculinidades, y otros que han puesto énfasis en las relaciones y construcciones de género. Ya no podemos entonces hablar de la invisibilidad del tema, más bien la reflexión debe partir reconociendo su presencia cada vez mayor en el campo de los estudios migratorios. Este texto ofrece una reseña sobre la producción de conocimientos sobre este tema a través del siguiente camino: se pregunta ¿de qué manera se ha construido la presencia de los estudios de

género y migración? ¿Qué temas se han privilegiado en el análisis de género de la migración internacional y cómo han evolucionado estos temas a lo largo de los últimos veinte años? Este camino nos muestra una construcción del campo que ha seleccionado algunos temas en detrimento de otros, creando una presencia selectiva del género en la reflexión sobre los procesos migratorios internacionales.

En este artículo examino esta presencia selectiva del género en los estudios sobre migración partiendo de las investigaciones que más conozco, aquellas sobre migración andina, para colocar sobre la mesa de discusión tres ideas: en primer lugar, que esta relación entre género y migración internacional no es tan nueva y que debemos revisitar los debates sobre género y transformaciones de la estructura agraria que se produjeron en América Latina y principalmente en la región andina en los años 1970 y 1980 para entender los cambios ocurridos con la migración internacional, sobre todo en las experiencias de circuitos migratorios en donde se enlazan procesos de migración interna y externa. Esto permite entender que la migración internacional no se instala como una experiencia totalmente nueva sobre una realidad de género fija, sino que más bien es parte de procesos sociales, históricos, culturales más amplios (HERRERA, 2004).

En segundo lugar, un paso fundamental que se observa en los estudios sobre género y migración es el giro de una mirada de la experiencia femenina a intentos por analizar el carácter sexualmente construido de las instituciones y los procesos migratorios. Así, se empieza a analizar al mercado laboral y su segmentación por sexo o los impactos diferenciados sobre hombres y mujeres de las políticas migratorias o el papel de mujeres y varones en las estrategias de reproducción social de las familias, entre otros. En este giro ha sido muy importante el aporte de teóricas que han reflexionado sobre la relación entre género y globalización, mostrando cómo los procesos de globalización económica están moldeados por relaciones de desigualdad de género a nivel estructural (SASSEN, 2003, BAKKER & GIL, 2003) (HERRERA, 2012). Esta mirada ha privilegiado ciertos ámbitos de estudio por sobre otros: por ejemplo, el trabajo doméstico ejercido por mujeres migrantes ha recibido enorme atención en los últimos años, invisibilizando otro tipo de actividades ejercidas por mujeres migrantes, tales como el trabajo agrícola o en manufacturas y sus conexiones con cadenas productivas. Las reflexiones sobre el trabajo doméstico han derivado en un nuevo campo de indagación que son las actividades de cuidado ejercidas por mujeres migrantes, ámbito que creció exponencialmente con el trabajo de mujeres andinas, sobre todo en el Sur de Europa. Otra de las áreas que ha sido motivo de análisis es el trabajo sexual, debido principalmente a su vinculación, sobre todo en el discurso estatal y de los organismos internacionales, con la problemática de la trata de personas. A pesar de este

importante crecimiento, existen todavía pocos trabajos que aborden las desigualdades presentes en la experiencia migratoria de manera interseccional, prestando atención a distintos clivajes que tienen que ver con diferencias intergeneracionales, masculinidades subordinadas, jerarquías entre mujeres.

En tercer lugar, un tema especialmente presente en la literatura sobre género y migración en América Latina se deriva de las reflexiones en torno a las familias migrantes y especialmente en torno a “las que se quedan”. Se ha producido un revivir de los estudios sobre familia desde el feminismo que examina los cambios y continuidades en la conformación y reproducción de los lazos familiares en la experiencia migratoria. En este artículo examino los aportes desde los estudios de género para repensar la familia - la familia transnacional, la maternidad transnacional, la paternidad transnacional, las infancias transnacionales - En este punto me parece que la migración internacional es una instancia estratégica para el análisis de la institución familia en las sociedades globales y que la perspectiva transnacional posibilita superar miradas rígidas sobre el cambio social.

1. LAS HUELLAS DE LA MIGRACIÓN INTERNA EN LOS ESTUDIOS SOBRE LA MIGRACIÓN INTERNACIONAL DE LAS MUJERES Y LAS RELACIONES DE GÉNERO

En esta sección intento ubicar continuidades y rupturas entre los conceptos que sirvieron para interpretar los impactos de las migraciones internas sobre las mujeres rurales y aquellos que son ahora utilizados para analizar las migraciones internacionales. En efecto, varias de las herramientas conceptuales que se utilizaron en la década de 1980 para analizar las migraciones internas, por ejemplo, las estrategias de sobrevivencia o la importancia de las redes sociales en la decisión de migrar, vuelven a aparecer en el análisis de los fenómenos de la migración internacional en la década de 2000. De allí que ciertos cuestionamientos que fueron realizados desde el análisis de género a conceptos como hogares, unidades domésticas y estrategias familiares de supervivencia fueron revisitados en los enfoques sobre la migración internacional como la nueva economía de la migración o las teorías sobre las redes sociales.

Durante la década de los años setenta y ochenta, las migraciones internas fueron motivo de extensos análisis en América Latina, pues fueron procesos muy diversos que modificaron profundamente la configuración de los espacios locales y las relaciones sociales y familiares (ARIZA, 2000; CARRASCO & LENTZ, 1985). En efecto, las mujeres latinoamericanas participaron de manera numerosa en los flujos de migración rural urbana que transformaron las

ciudades latinoamericanas durante el siglo veinte. Más aún, la migración a las ciudades fue uno de los mecanismos a través de los cuales muchas mujeres ingresaron por primera vez al mercado laboral, generalmente al sector del trabajo doméstico (ARIZA, 2000).

De acuerdo a la revisión que hacen Carrasco y Lentz hasta mediados de 1980, los estudios sobre migración interna se centraron en analizar los desplazamientos rural-urbanos en el marco de las interpretaciones sobre los procesos de urbanización, las migraciones temporales desde las áreas minifundistas del espacio rural hacia las grandes unidades productivas agrícolas – particularmente a las áreas de plantación- y los movimientos poblacionales de ampliación de la frontera agrícola, es decir los procesos de colonización (CARRASCO & LENTZ, 1985). Si bien estos estudios no mencionaron explícitamente a las mujeres, el supuesto detrás de esta perspectiva era que en estos procesos de cambio las mujeres eran, por un lado, portadoras de la matriz cultural tradicional o receptoras pasivas de los embates de la modernidad y que los agentes de cambio eran los varones. Es decir, la dicotomía tradición/modernidad se traducía en una oposición mujer/hombre.

Por otro lado, una mirada opuesta a la de la modernización fue aquella que postuló que no se podían analizar los procesos migratorios fuera de la lógica de acumulación capitalista y de la reasignación de los recursos implícita en ésta: la demanda de fuerza de trabajo en el sector industrial y la expansión de los servicios junto con la penetración del capitalismo en el campo, eran los factores estructurales que explicaban la migración campo-ciudad. Los actuales análisis sobre la progresiva feminización y presencia migrante en ciertos nichos laborales globales como el trabajo agrícola, el trabajo doméstico, el trabajo sexual y lo que Sassen (2003) llamó en los años 1990 la feminización de los circuitos de supervivencia, son enfoques que se basan en la articulación de estos nichos de trabajo precario e informal a la acumulación capitalista a nivel global.

Una tercera perspectiva es aquella que postuló que la migración era parte de un conjunto de *estrategias de supervivencia de las familias* campesinas. Este concepto proponía entender a la migración como una estrategia a la que las familias acudían para resistir a los embates económicos del capitalismo y garantizar la reproducción de las unidades familiares. Este concepto aludía en algunos casos a dinámicas preferentemente económicas (FARRELL, 1988; MARTÍNEZ, 1984) otras autoras más bien enfatizaban elementos étnico-culturales (LENTZ, 1984). La primera mirada postuló un progresivo desmoronamiento de los mecanismos de solidaridad y reciprocidad de la comunidad y el carácter “erosionador” de la migración (MARTÍNEZ, 1984); los segundos visibilizaron en los procesos migratorios la conformación de redes y cadenas de apoyo que más

bien revivían y reproducían estos mecanismos de solidaridad (LENTZ, 1984). Para Lentz, la persona no se lanza al azar a la migración, sino que lo hace en tanto participa en redes colectivas de información y valorizaciones respecto a ciertos lugares de destino y determinados segmentos del mercado laboral. Con la introducción de este nivel intermedio de análisis — las familias —, empiezan a aparecer las mujeres como actoras económicas importantes, al visualizarse la articulación de sus actividades reproductivas dentro de estas estrategias de supervivencia, con lo productivo. Surgen entonces mujeres articuladas a lógicas familiares que a su vez están conectadas a procesos estructurales.

Como vemos, este conjunto de trabajos sobre migraciones internas planteaban ya varias de las perspectivas que serán debatidas en el contexto de las migraciones internacionales en la globalización en los años noventa. Nos referimos a los conceptos de redes sociales y estrategias familiares de supervivencia o de reproducción, entre otros. El interés fundamental de este conjunto de trabajos era matizar la interpretación puramente estructural y económica del fenómeno, colocando a la unidad familiar como un nivel meso de análisis que pudiera rescatar el rol de los agentes sociales, en este caso la familia entendida como un todo uniforme, en la determinación de ciertas dinámicas sociales. Sin embargo, en estos estudios, las migraciones son analizadas como trayectorias individuales masculinas articuladas a estrategias familiares en las cuales las mujeres, las relaciones de género y las diferencias generacionales son tomadas como variables neutras, que se acomodan a esta lógica colectiva pero que no necesariamente son significantes de relaciones de poder y desigualdad. Por otro lado, hay que señalar igualmente que los esfuerzos estuvieron orientados a analizar cómo estas unidades familiares se articulaban a la economía capitalista precisamente sobre la base de un ordenamiento de género que ocultaba dicha conexión: cómo la reproducción social, el trabajo de las mujeres campesinas subsidiaba la producción capitalista.

2. GÉNERO, MIGRACIÓN LATINOAMERICANA Y GLOBALIZACIÓN: UNA MIRADA SELECTIVA AL TRABAJO DOMÉSTICO Y DE CUIDADOS

Las características de los procesos migratorios desde la región andina de los últimos años provocaron la eclosión de trabajos sobre la feminización de las migraciones y mostraron la pertinencia de fortalecer el análisis de género para una comprensión de las especificidades de los mismos. En efecto, las mujeres empiezan a migrar masivamente ya sea junto a sus conyugues o en procesos de reunificación familiar (principalmente a Estados Unidos), como migrantes

independientes, como pioneras de proyectos migratorios familiares o como acompañantes cuidadoras (las abuelas). Es decir, lo hacen desde una multiplicidad de roles e identidades. Estas experiencias van a ser analizadas predominantemente desde dos aristas: sus itinerarios migratorios y laborales y los impactos en las familias de las sociedades de origen. A diferencia de México, el Sudeste asiático o las mismas ciudades del norte global, en donde encontramos varios análisis sobre mujeres trabajadoras migrantes en manufacturas y trabajo agrícola, ya sea en las maquiladoras, los talleres textiles o las plantaciones agrícolas, la migración de las mujeres andinas a Europa es examinada de manera preponderante en torno al trabajo doméstico y la economía del cuidado.

Los aportes de los estudios de género en el análisis de la migración andina han ayudado a contrarrestar explicaciones economicistas de la partida, mostrando cómo la decisión de emigrar se produce también como resultado de otro tipo de discriminaciones: étnicas, de género, sexuales. Así, a partir de un análisis centrado en la agencia de las mujeres migrantes, se complementaron las explicaciones económicas con otro tipo de factores como los conflictos familiares (HERRERA, 2006) o la violencia doméstica (CAMACHO, 2009; ROMÁN, 2008), la discriminación étnica, o por orientación sexual (RUÍZ, 2002). Además de estas diferencias entre hombres y mujeres, se encontraron diferencias generacionales. Los y las jóvenes también veían a la migración como una forma de ampliar sus horizontes de vida y no sólo como un mecanismo de reproducción social y económica de sus familias (VÁSQUEZ, 2014). En otras palabras, esto permitió cuestionar y complejizar la visión de que la decisión de emigrar era una decisión familiar.

Los estudios muestran que las mujeres latinoamericanas en Europa se insertan abrumadoramente en actividades de cuidado, ya sea trabajo doméstico, atención a niños y a adultos mayores y que sus condiciones laborales varían ampliamente dependiendo de su condición migratoria, del acceso a un mercado laboral más formalizado, del tiempo de migración y de su condición familiar (WAGNER, 2004; HERRERA, 2007; LAGOMARSINO, 2006; ROMÁN, 2009; CAMACHO, 2009; HINOJOSA, 2009; SKORNIA, 2014). Muchos trabajos se han centrado en las contradicciones de los procesos migratorios de las mujeres, mostrando que si bien viven procesos de movilidad económica también experimentan procesos de desvalorización social en sus trabajos. Así mismo, se examina que la inserción laboral precaria viene acompañada de grandes vacíos en torno al cuidado que dificultan tanto la reunificación familiar como la organización misma del cuidado una vez que han llevado a sus familias (HERRERA, 2008). El carácter mismo del trabajo de cuidado, en el que entran en juego aspectos subjetivos, que van más allá de una prestación de servicios, hablan de contradictorios procesos de dependencia

emotiva que se crean entre empleadora y empleada, lo que Ambrosini y Torre (2005) denominan familiaridad asimétrica, que contrastan con una independencia y mayor autonomía de las mujeres respecto a sus conyugues, debido al manejo de recursos económicos propios.

A continuación, trazamos el recorrido de los análisis sobre migración femenina y trabajo doméstico identificando las continuidades y rupturas presentes en esta trayectoria con el advenimiento de las migraciones globales. Nos interesa mostrar el paso de una perspectiva centrada en las migraciones socioeconómicas y laborales hacia una mirada sobre su articulación con procesos globales de transformación de la reproducción social que interrogan el carácter de ciertas instituciones sociales y políticas como la familia y el Estado. En esta trayectoria consideramos de particular importancia la adopción de marcos conceptuales en torno a la organización social del cuidado que han permitido entender el trabajo doméstico inmigrante en interacción con procesos de transnacionalización de la reproducción social.

El trabajo doméstico ha sido el ámbito privilegiado de estudio de la migración tanto interna como internacional de las mujeres en América Latina. Desde la colonia, el trabajo doméstico se constituyó en el principal nicho laboral disponible para las mujeres que dejaban sus comunidades y pueblos para trabajar en las ciudades. En los países andinos estas relaciones de servidumbre estuvieron marcadas por procesos de racialización tanto de la población indígena como afrodescendiente que derivaron en la configuración de formas de clasificación social y exclusión persistentes hasta la actualidad. Pero además, al tratarse de un trabajo mayoritariamente femenino -y que se feminizó a lo largo del siglo veinte- (BLOFIELD, 2012) el trabajo doméstico también se constituyó en un espacio estratégico para analizar lo que Marfil Francke (1990) llamó en los años 1980 en el Perú “la trenza de la dominación”, es decir, la convergencia de una triple opresión de clase, etnicidad y género como constitutiva de las identidades de un segmento importante de las mujeres andinas desde la colonia.

Esta línea de análisis encuentra continuidad en los trabajos que posteriormente van a estudiar las migraciones transfronterizas de mujeres a lo largo del siglo XX y en los albores del siglo XXI pues el trabajo doméstico sigue siendo uno de los oficios más importantes entre las migrantes; para finales de los años 1990, las trabajadoras domésticas constituían cerca de 60% de las migrantes internas e internacionales en América Latina (BLOFIELD, 2012, p. 25). La migración de mujeres paraguayas al Argentina y particularmente a Buenos Aires (CERRUTTI & GAUDIO, 2010; COURTIS & PACCECA 2010), de mujeres peruanas a Santiago de Chile (STEFONI, 2003), de mujeres nicaragüenses a Costa Rica (GOLDSMITH, 2007), para solamente citar tres flujos transfronterizos, han sido analizadas desde el prisma del trabajo

doméstico. La constante ha sido poner acento en el carácter excluyente de este oficio señalando las dificultades de las mujeres para salir de estos nichos laborales y experimentar cierta movilidad social.

Con el advenimiento de la migración transcontinental, se producen varios estudios sobre mujeres migrantes latinoamericanas que se concentran en el estudio del trabajo doméstico en Europa. Se han documentado las trayectorias migratorias y las condiciones laborales y sociales de las mujeres en este nicho (COLECTIVO IOÉ, 2001, PARELLA, 2003; MARTÍNEZ VEIGA, 2004, GARCÍA ET AL. 2011; MARTÍNEZ BUJÁN; 2014). Aquí, los temas predominantes han sido las contradicciones entre procesos de movilidad social descendentes -mujeres relativamente calificadas insertas en nichos laborales desvalorizados- y la consecución de recursos económicos que garantizan la reproducción social intergeneracional (HERRERA, 2008; CAMACHO, 2009) o los procesos de empoderamiento a través de la consecución de activos (MOSER, 2010).

Por otra parte, procesos estructurales globales como la privatización o informalización de la reproducción social (BAKKER & GIL 2003; BAKKER & SILVEY, 2008; HERRERA, 2008) fueron determinantes para explicar porqué las mujeres migrantes seguían empleándose en el sector del trabajo doméstico o alrededor de los cuidados, nichos laborales que los sistemas de bienestar no estaban atendiendo y quedaban en manos de las familias. Esto produjo un salto de análisis más bien centrados en las condiciones migratorias y laborales de las mujeres hacia perspectivas más amplias que conectaron la discusión del trabajo de los cuidados con la migración de las mujeres (PÉREZ OROZCO & LÓPEZ GIL, 2011; HERRERA, 2008; MARTÍNEZ BUJÁN, 2010, 2011; BENERÍA, 2011).

El giro del trabajo doméstico hacia una visión más integral de los cuidados significó ampliar la problemática hacia miradas que ponían el acento en las desigualdades sociales presentes en los procesos de transnacionalización de la reproducción social (PARREÑAS, 2000). El concepto de cadenas globales de cuidado acuñado por Hoschtschild (2000) en su trabajo sobre mujeres filipinas será de gran inspiración para entender esta nueva feminización de las migraciones latinoamericanas a Europa. En efecto, la necesidad de atender los vacíos de cuidado de las sociedades sur europeas significó un factor de atracción para las mujeres andinas que al migrar para cuidar a menores y personas mayores en estos países muchas veces dejaban a sus familiares dependientes al cuidado de otras mujeres en sus comunidades de origen. Al mostrar la lógica de estos cuidados en cadena presentes en las experiencias migratorias este concepto devela la naturaleza jerárquica de las relaciones de cuidado a nivel global y cómo estas jerarquías se transforman (o no), a través de las fronteras.

A partir de 2008, las cadenas globales de cuidado dieron lugar a una serie de estudios sobre distintos circuitos migratorios en América Latina, tanto Sur-Sur como y Sur-Norte que analizarán la construcción de estas cadenas y sus especificidades en el contexto regional.² La perspectiva multisituada de estos trabajos permitió analizar de manera más detallada las dinámicas presentes en los distintos eslabones de la cadena, tanto en origen como en destino. En primer lugar, los trabajos van a mostrar que los arreglos de cuidado tienden a ser diversos, dependiendo de los actores a cargo de estas tareas y también de las concepciones y representaciones sobre el cuidado en los distintos eslabones de la cadena. Esto implicó visibilizar a múltiples actores del cuidado, remunerados y no remunerados. Por ejemplo, el análisis de las dinámicas de cuidado en las ciudades y comunidades de origen de la migración matizó uno de los aspectos que el concepto de cadenas implicaba que es la carencia o déficit de cuidados a medida que la cadena llega a las comunidades donde quedan las familias de las migrantes. En contraste, se mostró que las comunidades de origen desplegaban varias formas de cuidado que si bien se producían en entornos de desigualdad y vulnerabilidad no necesariamente significaban ausencia de cuidado. En segundo lugar, se subrayó la necesidad de conectar las cadenas con la organización institucional de los cuidados a nivel local, nacional y regional, tanto en los países donde se origina la migración como en destino. Es decir, se subrayó la necesidad de mirar los arreglos del cuidado migrante en relación con las acciones o ausencia de los Estados y sus políticas.

Los estudios de Pérez Orozco y López Gil (2011) en España, de Carcedo, Chaves Groh y Larraitz (2011) en Costa Rica, de Sanchís y Rodríguez (2011) sobre migrantes paraguayas en Argentina y de Arriagada y Todaro (2012) sobre peruanas en Chile, todos van a analizar estas cadenas en relación con una deficiente organización institucional del cuidado en estos países de recepción y el papel de las migrantes en la provisión de cuidados de estas sociedades. Se rebasan entonces las visiones predominantes en el concepto de cadenas que lo ubica principalmente como desigualdades entre mujeres y familias del sur y del norte para entenderlo en conexión con los sistemas institucionales de provisión de cuidados. Como resultado de estas reflexiones Molano, Robert y García (2012) plantean la noción de régimen global injusto de cuidados cuyas características serían: “la inexistencia de una responsabilidad social en los cuidados de manera que la responsabilidad en su provisión recae sobre los hogares; la falta de participación y

² Varios de estos estudios pertenecieron al proyecto de ONU Mujeres “Mujeres latinoamericanas en las cadenas globales de cuidado” y tenían como finalidad entender la configuración de las cadenas globales en circuitos migratorios Sur/Sur y Sur/Norte. Una síntesis de los resultados se encuentra en Molano, Robert & García (2012). A partir de estos estudios surgieron propuestas de políticas en torno a lo que se denominó el derecho al cuidado (PÉREZ OROZCO & LÓPEZ GIL, 2011).

responsabilización sobre los mismos por parte de los hombres; y fuertes desigualdades y estratificación en el acceso a cuidados, mediante la cual algunos grupos sociales acceden a cuidados dignos mientras que otros acceden a cuidados precarios o vulnerables.” (2012, p. 15).

Así mismo, se realizaron trabajos sobre los arreglos sociales e institucionales en torno al cuidado en los lugares de origen de las migraciones, mostrando que existen un sinnúmero de prácticas que involucran no sólo a madres e hijas sino a varios miembros de la familia nuclear y extendida, en distintos lugares y momentos de la relación transnacional. Los estudios de Anderson (2012) sobre las trayectorias de migrantes peruanas en Chile y España y los arreglos de sus familias, así como los trabajos de Herrera y Carrillo (2009) y Herrera (2013) para Ecuador, Dobrée, Soto y González (2012) para Paraguay y Salazar, Jiménez y Wanderley (2011) para Bolivia mostraron que el déficit de cuidados percibido desde la mirada de los países de destino se traducían en la práctica, en una mirada de arreglos y desarreglos de cuidado en las familias de las mujeres migrantes. Ledo (2014) para el caso de la migración cochabambina a España e Italia, en base a un modelo multivariado, también muestran los impactos de la migración en el ejercicio de la maternidad y la paternidad a distancia. El carácter multisituado y multiescalar de estos trabajos mostró además que los sentidos del cuidado también viajaban y se transformaban provocando tensiones y negociaciones sobre las representaciones del cuidado entre los integrantes de las familias, pero también posibilidades de transformación.

Esta mirada casuística en diversas partes de América Latina implicó subrayar la importancia del contexto social y cultural para la comprensión de las prácticas de cuidado y llevar al concepto de cadenas globales de cuidado más allá de las redes y flujos de personas, emociones y bienes para insertar en el análisis otros actores – los que migran y los que no migran – y otras escalas que permitan evaluar la influencia de las instituciones nacionales y de los mercados globales en las prácticas de cuidados.

En esta misma línea, el trabajo de Ana Skornia sobre migración peruana al cuidado de adultos mayores en Italia (2014) habla de regímenes transnacionales de cuidado como una forma de superar las limitaciones del concepto de cadenas. Esta autora resalta la importancia de mirar la interrelación de familia, Estado, mercado y redes más allá del territorio nacional. Para Skornia, el término régimen permite captar los arreglos institucionales, sociales y espaciales que organizan la provisión de cuidado. Con ello se supera una visión de la organización del bienestar y los cuidados centrada en los Estados nacionales para poner atención en cómo la clase, el género, la raza, etnicidad y nacionalidad producen desigualdades de acceso a los cuidados al interior de los Estados nacionales y a través de las fronteras. Así, en el territorio nacional coexisten distintos

regímenes de cuidado segmentados y que estratifican el cuidado. En estos regímenes jerárquicos de cuidado, la migración introduce a la nacionalidad como una dimensión de desigualdad cada vez más prominente, pues categorizaciones sociales basadas en esta se articulan a la clase y la raza para generar exclusión o la negociación de condiciones de subordinación (SKORNIA, 2014).

En definitiva, el paso del trabajo doméstico migrante a una reflexión sobre el cuidado en sus variadas formas actualizó varios debates antes ubicados en el marco de los Estados nacionales sobre derechos económicos y sociales de las mujeres, y el derecho al cuidado, esta vez en clave global y desterritorializada, que encuentra muchos ecos con trabajos sobre migración de mujeres en otros continentes (PARREÑAS, 2000; SILVEY, 2000; LAN, 2006; LUTZ & PALENCKA, 2011). Esto deriva en reflexiones sobre la ciudadanía y los derechos que superen el marco del Estado nacional y examinen su conexión con la dimensión transnacional de los cuidados y las familias. Así, concepciones de ciudadanía que fueron criticadas por su falso universalismo por las feministas suponiendo al Estado nacional como contenedor de las desigualdades sociales y como el encargado de administración de justicia social empiezan a ser repensadas a propósito de la globalización, la migración y su feminización (BENHABIB & RESNIK, 2009).

3. DE LOS CUIDADOS A LAS FAMILIAS TRANSNACIONALES

El paso del trabajo doméstico a los cuidados puso al centro de la discusión aspectos relativos a la división sexual del trabajo al interior de las familias migrantes y las consecuencias que la distancia implicaba para organizar y garantizar el cuidado para sus distintos miembros. En ese sentido, varios de los estudios sobre cuidado derivaron en reflexiones sobre el sentido y conformación de las familias transnacionales. La mayoría de estudios partió del influyente texto de Bryceson y Vuorela (2002) para definir a las familias transnacionales y resaltan distintos aspectos: por una parte, se remarca que las familias transnacionales no solamente están constituidas por flujos de remesas y bienes materiales entre sus miembros, sino por la producción y renovación de sentidos de pertenencia. Algunos trabajos empezaron a mirar cómo se crean sentidos de co presencia en ausencia física y cuál es la agencialidad presente en estos intercambios (CARRILLO & CORTÉS, 2008). Un segundo aspecto discutido es aquel de la temporalidad y la necesidad de analizar a las familias transnacionales a lo largo del ciclo vital. Por ejemplo, el trabajo de Cortes (2011) sobre el campo migratorio boliviano sostiene que, si bien los proyectos de reunificación familiar pueden significar un debilitamiento de los vínculos transnacionales entre los integrantes de las familias migrantes en el corto plazo, también pueden significar el inicio de

un proceso más largo de “fabricación” de una familia transnacional, evidenciando la importancia de una mirada diacrónica e intergeneracional en el estudio de estas familias. También, se ha querido mostrar que estas familias descansan en estructuras familiares cambiantes en términos de tiempo y espacio. Es decir, ni los procesos de reunificación familiar son definitivos, ni las familias transnacionales son estructuras permanentes. Por el contrario, entre el reasentamiento de todo el núcleo familiar en el país de destino y la puesta en marcha de vínculos transnacionales permanentes entre distintos integrantes de las familias, se encuentra una amplia gama de arreglos familiares y no sólo las familias transnacionales. Así, encontramos familias en transición, familias con miembros aquí y allá, familias que están emprendiendo procesos de retorno por partes, entre otros (HERRERA & CARRILLO, 2009; HERRERA, 2013). Por último, en articulación con las reflexiones sobre trabajo doméstico y cuidados, varios estudios hacen hincapié sobre la estructura de desigualdades de estas familias, por ejemplo, respecto a la división del trabajo de cuidado entre sus miembros y su reproducción en el campo transnacional. El trabajo de Herrera (2013) muestra que existen desigualdades importantes no sólo entre hombres y mujeres sino entre mujeres adolescentes, adultas y ancianas en la repartición de los cuidados, en detrimento de las primeras, afectando sus perspectivas de reproducción futura.

Uno de los trabajos que efectúa explícitamente la conexión entre trabajo de cuidados y familias transnacionales es el de Baldassar y Merla (2014). Estas autoras parten de críticas parecidas a aquellas levantadas por Yeates (2005) al concepto de cadenas globales de cuidado sobre la necesidad de reconocer situaciones y actores del cuidado diversos, más allá de la díada madre transnacional/hijo/as y proponen el concepto de circulación de cuidados como las formas de reciprocidad asimétrica en torno al cuidado que se realizan en redes transnacionales de parentesco. Mientras la literatura sobre cadenas globales de cuidado visibiliza una transferencia de cuidados unidireccional entre mujeres en pares asimétricos (díadas), el concepto de circulación permitiría considerar la red completa de relaciones sociales dentro de la cual circula el cuidado. En ese sentido, el cuidado es concebido como un proceso antes que como un evento o una conexión puntual y requiere ser abordado de manera longitudinal a lo largo del ciclo vital. A la dimensión espacial se añade entonces la temporalidad como un factor importante que aporta la circularidad. Este concepto ofrecería entonces una forma de captar las conexiones entre miembros a través del tiempo y la distancia, inclusive de manera intergeneracional (Baldassar y Merla, 2014, p. 9).

Por otra parte, para Baldassar y Merla (2014) el concepto de circulación de cuidados permite pensar a las familias transnacionales como estructuras sociales en las que la movilidad y

las ausencias son parte de la vida familiar y no excepciones a la regla. Los intercambios de cuidado son entonces actividades centrales en el proceso de “hacer familia” a la distancia (BRYCESON & VUORELA, 2002). Es más, el intercambio de cuidados adquiere especial importancia ante la ausencia de otras formas de expresar sentidos de pertenencia o solidaridad familiar. La circulación de cuidados es entonces para estas autoras una entrada metodológica privilegiada para estudiar a las familias transnacionales.

Por último, al igual que Skornia (2015) y Pérez Orozco (2009), la perspectiva de la circulación del cuidado implica la interacción entre agentes e instituciones sociales y no solamente las prácticas individuales de sujetos o de familias. Estamos ante nociones de cuidado desterritorializadas, pero altamente determinadas por la territorialización: las migrantes negocian expectativas y regulaciones sobre el cuidado y la familia en al menos dos Estados nacionales. Por ello, los contextos locales y nacionales diversos producen distintas condiciones para la circulación del cuidado. El trabajo de Ariza (2014) para el caso de las migrantes dominicanas a España y mexicanas a Estados Unidos, muestra que las políticas migratorias de los países de destino van a determinar las formas que asumen las familias transnacionales. La relación entre políticas migratorias y configuración de familias transnacionales también ha sido analizada en el caso de la migración ecuatoriana a España y Estados Unidos en Herrera (2008). Así mismo, Razy y Baby-Collin (2011) sostienen que las limitaciones de orden económico, político y jurídico, sean estas estructurales o coyunturales, moldean las posibilidades de transnacionalización de las familias. Al mismo tiempo, las estrategias desplegadas por estas familias muestran que las limitaciones o fronteras son traspasadas y activadas como recursos y es en este ir y venir entre estructura y agencia que se construye el proyecto familiar transnacional (2011, p.18).

La perspectiva de la circularidad es especialmente relevante en el contexto actual de la persistente crisis en los principales países de destino de la migración andina, como España e Italia, que ha producido el re-direccionamiento de la migración hacia otros países y también el retorno. Estos nuevos giros de los flujos migratorios han empezado a ser documentados, aunque todavía levemente, desde una perspectiva de género. En general los análisis se sustentan en la perspectiva transnacional e insisten en mirar al retorno, no como la etapa final de proyecto migratorio sino más bien como parte del mismo (Rivera, 2011). Los trabajos sobre migración boliviana de Bastia (2011), Yépez y Marzadro (2014) y de Baby-Collin y Cortes (2014) exploran la recomposición de los flujos hacia destinos latinoamericanos y también el retorno. Tanto Bastia como Yépez y Marzadro muestran especificidades de género en las decisiones sobre retornar o redireccionar el proyecto migratorio hacia otros destinos. Otros trabajos miran las estrategias

desplegadas por las familias transnacionales frente a la crisis y muestran que estas se convierten en posibles correas de transmisión de la crisis, pero también en vínculos para palear algunos efectos de la misma (Herrera 2012). Queda todavía por explorar muchos aspectos relativos a este nuevo momento del proyecto migratorio que ha tomado fuerza con la persistencia de la crisis global.

CONCLUSIÓN

El recorrido de los trabajos sobre trabajo doméstico, cuidado y familias transnacionales muestra la vitalidad del campo de estudios sobre género y migración y su capacidad de proyectar nuevos entendimientos sobre la familia, la globalización y la ciudadanía desde el lente de la reproducción social transnacionalizada. Sin embargo, esta revisión no ha pretendido ser exhaustiva y existen varios temas por explorar. Por ejemplo, los abordajes sobre la trata de mujeres demandarían un artículo entero debido a la controversia en torno a temas como el derecho al trabajo versus la explotación sexual, todas problemáticas que escapan al sentido de este artículo y que ha conocido importantes desarrollos en los estudios sobre migración latinoamericana a Europa. También se necesita reflexionar sobre los estudios que han analizado la relación entre género, Estado y políticas migratorias. Este es uno de los temas a seguir explorando en los estudios para continuar con una línea crítica al carácter patriarcal de las instituciones y de esa manera entender mejor cómo los Estados y las políticas promueven procesos de exclusión y contribuyen a reproducir las desigualdades de género en la experiencia migratoria. La experiencia migratoria de transexuales, transgéneros, gays y lesbianas ha sido todavía poco examinada desde los estudios de género en la región andina a pesar de ser una comunidad importante de la migración latinoamericana. Quedan entonces todavía varias problemáticas por explorar con el fin de que esta presencia selectiva se traduzca en una mirada inclusiva y más exhaustiva de las desigualdades de género presentes en la experiencia migratoria y su articulación con procesos globales de desigualdad estructural.

BIBLIOGRAFÍA

- AMBROSINI, Mario; Torre, Andrea (eds.) (2005). *Secondo Rapporto sull'immigrazione a Genova*, Genova: FratelliFrilli Editori.
- ANDERSON, Jeanine. (2012). *La migración femenina peruana en las cadenas globales de cuidados en Chile y España: Transferencia de cuidados y desigualdades de género*. Lima: ONU Mujeres.
- ARIZA, Marina. (2000). *Ya no soy la que dejé atrás...mujeres migrantes en República Dominicana*, México, Instituto de Investigaciones Sociales-Editorial Plaza y Valdés.
- _____ (2014). Migration and Family in Mexican Research: A Recent Appraisal. *Migraciones Internacionales*, V.7 n.4, p. 9-37.
- ARRIAGADA, Irma; TODARO, Rosalba. (2012). *Cadenas globales de Cuidados. El papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile*. Santo Domingo: ONU Mujeres.
- BABY-COLLIN, Virginie; CORTES, Geneviève. (2014). Nuevos despliegues del campo migratorio boliviano frente a la crisis. *Revista CIDOB d' Afers Internacionals*, n. 106-107, p. 61-83.
- BAKKER, Isabella; GILL, Stephen. (2003). *Power, Production, and Social Reproduction. Human Insecurity in the Global Political Economy*, New York: Palgrave MacMillan.
- BAKKER, Isabella; SILVEY, Rachel. (2008). *Beyond States and Markets. The Challenges of Social Reproduction*, London and New York: Routledge.
- BALDASSAR, Loretta; MERLA, Laura. (2014). Introduction: Transnational Family Caregiving Through the Lens of Circulation" en *Transnational Families, Migration and The Circulation of Care. Understanding Mobility and Absence in Family Life*, Nueva York: Routledge.
- BASTIA, Tanja. (2011). Migration as protest: negotiating gender, class and ethnicity in urban Bolivia. *Environment and Planning A*, V. 43, n. 7, p. 1514-1529.
- BENERÍA, Lourdes. (2011). Crisis de los Cuidados, Migración Internacional y Políticas Públicas. In: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa (eds.). *El Trabajo de Cuidados. Historia, Teoría y Políticas*. Madrid: Catarata.
- BENHABIB, Seyla; RESNIK, Judith (eds.). (2009). *Migrations and Mobilities. Citizenship, Borders, and Gender*. New York and London: NYU Press.
- BLOFIELD, Merike. (2012). *Care Work and Class. Domestic Workers' Struggle for Equal Rights in Latin America*. University Park, The Pennsylvania State: The University Press.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. (2002). *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*. Oxford/New York: Berg Publishers.
- CAMACHO, Gloria. (2009). *Mujeres migrantes: trayectoria laboral y perspectivas de desarrollo humano*. Quito: Abya Yala - CLACSO.
- CARRASCO, Hernán; Lentz, Carola. (1985). *Migrantes Campesinos de Licto y Flores*. Quito: AbyaYala.
- CARCEDO, Ana; CHÁVEZ, María; LARRAITZ, Lexartza. (2011). *Cadenas globales de cuidados: El papel de las migrantes nicaragüenses en la provisión de cuidados en Costa Rica*. San José: ONU Mujeres.

CARRILLO, María; CORTÉS, Almudena (2008) “Por la migración se llega a Ecuador: una revisión de los estudios sobre la migración ecuatoriana en España.” In: HERRERA Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (eds.), *América Latina migrante: estado, familias, identidades*, Quito: FLACSO – Ecuador / Ministerio de Cultura del Ecuador.

CERRUTTI, Marcela; GAUDIO, Magali. (2010). Gender differences between Mexican migration to the United States and Paraguayan migration to Argentina. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, V.630, p. 93 – 113.

COLECTIVO IOÉ. (2001). *Mujer, inmigración y trabajo*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.

CORTES, Geneviève. (2011). La fabrique de la famille transnationale. Approche diachronique des espaces migratoires et de la dispersion des familles rurales boliviennes. La Famille Transnationale dans tous ses états, *Autrepart. Revue de sciences sociales au Sud*, n. 57/58. p.95-110.

COURTIS, Corina; PACCECA, María. (2010). Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Papeles de Población*, V. 16, n. 63, p. 155-185.

DOBRÉE, Patricio; SOTO, Clyde; GONZÁLEZ, Myrian. (2012). *La migración femenina paraguaya en las cadenas globales de cuidados en Argentina: Transferencia de cuidados y desigualdades de género*. Asunción: ONU Mujeres.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie. (2002): *Global Woman: Nannies, Maids And Sex Workers in The New Economy*. New York: Henry Holt and Company.

ESPINOSA, Ana; GAMBOA, Marbel; GUTIÉRREZ, Martha; CENTENO, Rebeca. (2012). *La migración femenina nicaragüense en las cadenas globales de cuidados en Costa Rica: Transferencia de cuidados y desigualdades de género*. Managua: ONU Mujeres.

FARRELL, Gilda; PACHANO, Simón; CARRASCO, Hernán. (1988): *Caminantes y Retornos*. Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos.

FLORES-GONZÁLEZ, Nilda; GUEVARRA, Anna, TORO-MORN, Maura; CHANG, Grace. (2014). *Immigrant Women Workers in the Neoliberal Age*. Urbanam Chicago and Springfield: University of Illinois Press.

FRANCKE, Marfil. (1990). Género, clase y raza: la trenza de la dominación. In: Degregori, Carlos (Ed.) *Tiempos de ira y de amor*. Lima: DESCO.

GARCÍA, Cristina; SANTOS, Lourdes; VALENCIA, Nelcy. (2011). *Inmigrantes en el servicio doméstico. Determinantes sociales, jurídicos e institucionales en la reorganización del servicio doméstico*. Madrid: Talasa.

GOLDSMITH. Mary. (2007). Disputando fronteras: la movilización de las trabajadoras del hogar en América Latina. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], n. 14.

HERRERA, Gioconda. (2013). *Lejos de tus pupilas. Familias transnacionales, cuidados y desigualdad social en Ecuador*. Quito: ONU Mujeres-FLACSO.

HERRERA, Gioconda, (2010). Stratified workers/Stratified mothers. Migration policies and citizenship among Ecuadorian immigrant women. In: CHAVKIN, Wendy; MAHER, Jane Maree (Eds.), *The globalization of motherhood deconstructions and reconstructions of biology and care*. London and New York: Routledge.

_____ (2008). States, Work, and Social Reproduction through the Lens of Migrant Experience: Ecuadorian Domestic Workers in Madrid. In: BAKKER, Isabella; SILVEY, Rachel (eds.) *Beyond States and Markets: The Challenges of Social Reproduction*. New York, Routledge.

_____ (2007) “Mujeres ecuatorianas en el trabajo doméstico en España. Estrategias de inclusión y exclusión” en Víctor Breton et al. *Ciudadanía y Exclusión: Ecuador- España. Una mirada frente al Espejo*. Madrid, Los libros de la Catarata.

_____ (2006). Precarización del trabajo, crisis de reproducción social y migración femenina. Ecuatorianas en España y Estados Unidos” In: HERRERA, Gioconda (ed.). *La persistencia de la desigualdad. Género, trabajo y pobreza en América Latina*. Quito: FLACSO, CONAMU, Secretaría Técnica del Frente Social.

_____ (2004). Género, familia y migración en el Ecuador. Lo viejo y lo nuevo. In: Fuller, Norma (ed.) *Jerarquías en Jaque. Estudios de género en el área andina*. Lima: CLACSO British Council.

HERRERA, Gioconda; CARRILLO, María. (2009). Transformaciones familiares en la experiencia migratoria ecuatoriana. Una mirada desde los contextos de salida. *Revue Mélanges de la Casa de Velásquez*, 39. V. 1, p. 97–114

HINOJOSA, Alfonso. (2009). *Buscando la vida: familias bolivianas transnacionales en España*. La Paz: CLACSO-Fundación PIEB.

HOSCHTSCHILD, Arlie. (2000). Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. (eds.). *On The Edge: Living with Global Capitalism*. London: Jonathan Cape.

LAGOMARSINO, Francesca. (2006). *Esodi e approdi di genere. Famiglie transnazionali e nuove migrazioni dall' Ecuador*. Milano: Franco Angeli Edizioni- Fondazione ISMU.

LAN, Pei-Chia. (2006). *Global Cinderellas: Migrant Domesticity and Newly Rich Employers in Taiwan*. Durham and London: Duke University Press.

LEDO, Carmen. (2014). Múltiples arreglos del hogar transnacional en la ciudad de Cochabamba. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 106-107, 2014, p. 105-128.

LENTZ, Carola. (1984). Estrategias de Reproducción y migración temporaria. Indígenas de Cajabamba / Chimborazo. *Ecuador Debate* n. 8: Migraciones y migrantes, p. 194-215.

LUTZ, Helma; PALENCKA-Möllembeg, Ewa. (2011). Care, gender and migration: Towards a theory of transnational domestic work migration in Europe. *Journal of Contemporary European Studies*, V. 19, n. 3, 349-364.

MARTÍNEZ, Luciano. (1984). Migraciones y Cambios en las estrategias familiares de las Comunidades Indígenas de la Sierra” *Ecuador Debate* n. 8: Migraciones y migrantes, p. 147-166.

MARTÍNEZ BUJÁN, Raquel. (2014). ¡El trabajo doméstico cuenta!: características y transformaciones del servicio doméstico en España. *Migraciones*. n. 36.

_____ (2011). La reorganización de los cuidados familiares en un contexto de migración internacional. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, V. 29, n. 1.

_____ (2010). *Bienestar y Cuidados: el oficio del cariño. Mujeres inmigrantes y mayores nativos*. Madrid: CSIC.

MARTÍNEZ VEIGA, Ubaldo (2004). *Trabajadores invisibles. Precariedad, rotación y pobreza de la inmigración en España*. Madrid: Editorial Catarata.

MOLANO, Adriana; ROBERT, Elizabeth; GARCÍA, Mar. (2012). *Cadenas globales de cuidados. Síntesis de resultados de nueve estudios en América Latina y España*. Santo Domingo: ONU Mujeres.

MOSER, Caroline. (2010). Safety, Gender Mainstreaming and Gender-based Programmes. In: Falu, Ana. (Ed.). *Women in the City: On Violence and Rights*, Santiago: Ediciones SUR.

OSO, Laura. (2008). Mujeres latinoamericanas en España y trabajo sexual. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (eds.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito, FLACSO – Ministerio de Cultura.

PARELLA, Sonia. (2003). *Mujer, inmigrante y trabajadora. La triple discriminación*, Barcelona: Anthropos.

PÉREZ OROZCO, Amaia; LÓPEZ GIL, Silvia. (2011). *Desigualdades a flor de piel. Cadenas Globales de cuidado. Concreciones a nivel del hogar y articulaciones políticas*. Santo Domingo: ONU Mujeres.

PÉREZ OROZCO, Amaia. (2009). *Miradas globales a los cuidados y el desarrollo: ¿Por un derecho al cuidado?* Santo Domingo, República Dominicana: INSTRAW.

PISCITELLI, Adriana. (2008). Industria del sexo y mercado matrimonial: la migración brasileña hacia Italia en el marco del turismo sexual internacional. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (eds.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito, FLACSO – Ministerio de Cultura.

PRIBILSKY, Jason. (2007). *La Chulla Vida. Gender, Migration and the Family in Andean Ecuador and New York City*. Syracuse: Syracuse University Press.

RAZY, Elodie; BABY-COLLIN, Virginie. (2011). La famille transnationale dans tous ses états. *Autrepart*, n. 1, p.7-22.

REIST, Daniela; RIAÑO, Yvonne. (2008). Hablando de aquí y de allá. Patrones de comunicación transnacional entre migrantes y sus familiares. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (eds.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito, FLACSO – Ministerio de Cultura.

RIVERA, Liliana. (2011). ¿Quiénes son los retornados? Apuntes sobre el migrante retornado en el México contemporáneo. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIVERA, Liliana; STEFONI, Carolina; VILLA, Marta (comps.). *La construcción social del sujeto migrante*. Quito: FLACSO-Ecuador, Universidad Alberto Hurtado, CLACSO.

ROMÁN, Olivia. (2009). *Mientras no estamos. Migración de mujeres madres de Cochabamba a España*. Cochabamba: CESU-UMSA.

ROSAS, Carolina. (2008). *Varones al son de la Migración. Migración Internacional y Masculinidades de Veracruz a Chicago*. México: El Colegio de México.

RUÍZ, Marta. (2002). Ni sueño ni pesadilla: diversidad y paradojas en el proceso migratorio. *Íconos*, n. 14.

SALAZAR PARREÑAS, Rachel. (2001). *Servants of Globalization: Women, Migration and Domestic Work*. Stanford: Stanford University Press.

SALAZAR, Cecilia; JIMÉNEZ, Elizabeth; WANDERLEY, Fernanda. (2011). *Migración, cuidado y sostenibilidad de la vida*, La Paz: ONU Mujeres.

SANCHÍS, Norma; RODRÍGUEZ, Corina (2011). *Cadenas Globales de Cuidado. El papel de las migrantes paraguayas en la provisión de cuidados en Argentina*. Buenos Aires: ONU Mujeres.

SASSEN, Saskia. (2003). *Los espectros de la globalización*. México: Fondo de Cultura Económica.

SILVEY, Rachel. (2000). Stigmatized Spaces: Gender and Mobility under crisis in South Sulawesi, Indonesia. *Gender, Place & Culture. A Journal of Feminist Geography*. Vol. 7, n. 2, pp.143-161.

STEFONI, Carolina. (2003). Inmigración peruana en Chile: una oportunidad a la integración.

_____ (2009). Migración, género y servicio doméstico. Mujeres Peruanas en Chile. In: VALENZUELA, María; MORA, Claudia. (eds). *Trabajo doméstico: un largo camino hacia el trabajo decente*. Santiago, Chile, OIT, 2009.

SKORNIA, Anna. (2014). *Entangled Inequalities in Transnational Care Chains. Practices across the Borders of Peru and Italy*. Bielefeld: Transcript Verlag.

_____ (2015). Renegotiating the Care of Children and the Elderly in the Context of Family Migration: Transnational Arrangements and Entangled Inequalities between Peru and Italy. In: EDMUTE, Alber; DROTBOHM, Heike (eds.). *Anthropological Perspectives on care. Work, Kinship, and the Life-Course*. Basingstoke, New York: Palgrave-Macmillan.

TODARO, Rosalba; ARRIAGADA, Irma. (2011). *Cadenas globales de cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile*. Santiago de Chile: ONU Mujeres.

YÉPEZ, Isabel; MARZADRO, Mirko. (2014). Entre crisis, agencia y retorno: vulnerabilidad de las migrantes bolivianas en Italia *Revista CIDOB d' Afers Internacionals*, n. 106-107, p. 129-149.

YEATES, Nicola. (2005). Global Care Chains: a Critical Introduction. *Global Migration Perspectives*, n. 44. Global Commission on International Migration (GCIM).

VÁSQUEZ, Jorge. (2014). *Identidades en transformación. Migración y Juventud en Cañar*. Quito: FLACSO –ARES. Universidad de Lovaina y Universidad de Lieja.

WAGNER, Heike. (2008). Maternidad transnacional: discursos, estereotipos, prácticas. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (eds.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito, FLACSO – Ministerio de Cultura.

Gioconda Herrera M.

Doctora en Sociología por la Universidad de Columbia. Profesora e Investigadora de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)- Ecuador.

Migrações transfronteiriças na Amazônia ocidental

Transboundary migrations in western Amazonia

GISLENE SANTOS

RESUMO

O Brasil possui uma longa extensão territorial na área de fronteira internacional. Entre os países fronteiriços, destaca-se a Bolívia. Historicamente, pessoas, bens, informações e mensagens cruzaram e ainda cruzam os dois lados, ultrapassando os limites nacionais. No contexto da circulação de pessoas, uma densa rede social formou-se na cidade de Guajará-Mirim, localizada no estado de Rondônia (Brasil), no limite com o Departamento de Beni (Bolívia). Na cidade de destino, os bolivianos se inserem nos serviços do mercado laboral urbano e no setor agrícola. O presente artigo apresenta e analisa o contexto contemporâneo dessa migração, o papel do Estado brasileiro e os acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia para a normatização deste fluxo e se focaliza na inserção dos bolivianos no mercado laboral local. Também apresenta uma reflexão sobre os limites de uma integração fronteiriça no campo das políticas migratórias.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Fronteira; Brasil; Bolívia.

ABSTRACT

Brazil has got a long international border area. Among the bordering countries, Bolivia is the one from where, historically, more people, goods, information and communication have come from, crossed and circulated in and out of the border, surpassing the national limits. Regarding the circulation of people, a dense social network has been formed in the city of Guajará-Mirim, located in the Brazilian state of Rondônia, close to Departamento de Beni, in Bolivia. In the destination city, the Bolivians are inserted in either the urban labor market or in the agricultural sector. This paper presents and analyses the contemporary context of such migration, the role of the Brazilian State and the bilateral agreements involving Brazil and Bolivia which aim at regulating such transit of people. It also provides a reflection about the limits involving the border integration in terms of migratory policies.

Keywords: International migrations; Border; Brazil; Bolivia.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos das atuais migrações internacionais, após os anos 1980, têm se centrado em dois temas: i) a migração dos brasileiros para o exterior; ii) a migração de estrangeiros para o Brasil. Ambas as situações trazem em comum as migrações para o trabalho em áreas urbanas na escala das grandes cidades. Trata-se, assim, de uma migração para o setor urbano no contexto da globalização, seguindo o postulado por Sassen (2010), em análise sobre o espaço internacional. Nesta escala, as pessoas migram entre dois ou mais estados nacionais, fundando o transnacionalismo migratório como proposto por Portes *et al.* (2003). Mesmo o uso recorrente das redes sociais, que articula empiricamente os lugares de origem e destino dos migrantes, prioriza em suas análises aquelas redes funcionais que inserem o migrante no mercado de trabalho urbano.

No contexto das migrações bolivianas para o Brasil, a ênfase tem sido dada a um fluxo provindo dos Departamentos de La Paz e Cochabamba em direção à cidade de São Paulo. Diferentemente da produção acadêmica da Argentina, onde autores como Grimson (2006) e Benencia (2006) apresentam a inserção dos migrantes bolivianos no setor da agricultura periurbana, no Brasil a representação dos bolivianos volta-se para os grupos inseridos na indústria de confecções na cidade de São Paulo. Pensamos que a centralidade destas análises, que privilegiam as atuais migrações internacionais com destino à metrópole, seja dada pela pouca participação dos estudos dos espaços fronteiriços no debate migratório ou mesmo pelo lugar periférico que a dinâmica da fronteira assumiu no quadro analítico do Brasil. Quando emergem,

os estudos são pautados por uma análise focada no papel do Estado, seja através do contexto de políticas de segurança nacional, segurança pública ou nos planos de reestruturação econômica para a área de fronteira. Importa também apontar que, no período que se estende de 1930 a 1980, implantou-se no Brasil uma política populacional voltada para ocupação dos espaços fronteiros, mas cercado pelo viés nacionalista. Projetos de expansão populacional como a *Marcha para o Oeste* terão um discurso de valorização do trabalhador nacional em detrimento do estrangeiro (SAHR e SANTOS, 2013). Pensamos que esta conjunção de fatores — quer sejam, o contexto periférico da fronteira e a valoração da migração interna — concedeu pouco lugar às ações e protagonismos dos migrantes-habitantes do espaço da fronteira.

Entretanto, apesar desta pouca visibilidade, lindeiro de dez países da América do Sul, o Brasil apresenta ao longo de sua faixa de fronteira significativo fluxo de população entre os países. Segundo os dados censitários, em 2010 o Brasil contava com 525.445 migrantes estrangeiros (IBGE, 2010). Deste total, 6,02% da população migrante estava estabelecida em 27 cidades localizadas ao longo da faixa de fronteira internacional. Observe-se que neste ano, em relação ao fluxo de estrangeiros distribuídos no território brasileiro, 54% eram homens e 46% mulheres. Mas é interessante ainda registrar que, em relação à escala da fronteira, a participação das mulheres neste fluxo é muito mais significativa, visto que 50,41% deste fluxo são mulheres — uma representação acima da média nacional.

Em Guajará-Mirim (RO), cidade localizada na porção norte brasileira, na Amazônia Ocidental, os bolivianos se inserem nos serviços do mercado de trabalho urbano e no setor agrícola. Para este artigo guardamos atenção para a particularidade da migração em área de fronteira internacional. Analisamos o contexto contemporâneo desta migração, o papel do Estado brasileiro, os acordos bilaterais entre o Brasil e a Bolívia na normatização deste fluxo e a inserção dos bolivianos no mercado de trabalho local, especificamente no setor agrícola. Apontamos também uma reflexão sobre os limites de uma integração fronteiriça no campo das políticas migratórias.

MIGRANTES BOLIVIANOS EM GUAJARÁ-MIRIM (RO).

Guajará-Mirim é uma cidade com aproximadamente 40 mil habitantes, localizada no estado de Rondônia, Região Norte do país. Ela se situa à margem direita do rio Mamoré, limite fluvial do Brasil com a cidade de Guayaramerín (Departamento de Beni), na Bolívia. Em 1876, através do Tratado de Ayacucho, estas duas localidades foram delimitadas como pertencentes a

seus respectivos países: Guayamerín (Bolívia) e Guajará-Mirim (Brasil). Diariamente, mulheres, homens, idosos, estudantes, trabalhadores a serviço ou em outras atividades circulam entre os dois lados da fronteira, em um significativo deslocamento pendular fronteiriço.



Foto 01: Transporte de passageiros pelas *voadeiras* partindo do porto de Guajará-Mirim (Brasil) em direção a Guayamerin (Bolívia). Gislene Santos, 2013.

Em tempo aproximado de oito minutos, pequenas embarcações que comportam cerca de 20 passageiros cada uma, ali denominadas “voadeiras”, atravessam o rio Mamoré no ir e vir de Guayamerín (Bolívia) para Guajará-Mirim (Brasil). Duas empresas, uma boliviana e a outra brasileira, são responsáveis pelo transporte fluvial. Aos bolivianos migrantes residentes soma-se em Guajará-Mirim uma população também provinda da Bolívia, mas não residente na cidade, o que impulsiona o tráfego fluvial.

Em relação ao contexto populacional da Bolívia, estima-se que, em 2012, 489.559 estivessem vivendo no exterior. Com 10.598.560 habitantes, a emigração representa, para a Bolívia, cerca de 4,6% da população total. A Argentina, destino tradicional deste curso migratório, recebe 38,25% deste fluxo, seguida pelo Brasil, com 13,21%, e o Chile, com 5,94% (INE, 2012). Trata-se de um fluxo migratório intrarregional com destino a estes três países fronteiriços à Bolívia. Este direcionamento é significativo, pois demanda explicações no contexto das políticas migratórias na América do Sul, o que abordaremos na próxima seção. Por ora é importante registrarmos que 68,41% dos bolivianos que migram para o exterior provêm das

áreas urbanas, enquanto 31,58% das rurais. Esta mobilidade entre o rural e o urbano segue a distribuição nacional da população, visto que 62% da população boliviana reside em áreas urbanas e 38% em áreas rurais (INE,2012).

Na cidade de Guajará-Mirim (RO), escala de destino aqui privilegiada em nossa análise, os bolivianos representam o maior número migratório. Estima-se, para o ano de 2014, 981 migrantes permanentes e regulares residindo em Guajará-Mirim; 83 na condição de fronteiriços e 123 bolivianos na condição de migrantes temporários — sem vínculos de residência¹. Mas chama atenção que 57,35% do fluxo são de mulheres, dentre as quais 22% encontram-se na faixa etária de 1 a 19 anos e cerca de 40% entre 25 e 44 anos (IBGE, 2010b). Importa aqui registrar estes dois pontos: temos a evidência de uma forte presença de crianças e mulheres jovens neste curso migratório. Mulheres e crianças têm sido, no contexto das migrações internacionais contemporâneas, os novos atores emigratórios. Até então, por volta dos anos 1980, a presença da mulher migrante era negligenciada nos estudos empíricos, visto que a migração era entendida como um empreendimento masculino. Em relação às crianças, havia um total silêncio.

Quanto à distribuição nos espaços de origem, em Guajará-Mirim os migrantes provêm de todos os Departamentos da Bolívia. Entretanto, para a migração feminina se destacam os Departamentos de Cochabamba, Beni, Santa Cruz e Pando. Estes três últimos localizam-se nas terras baixas da Bolívia, no limite internacional com a Amazônia brasileira². O que aponta que a migração de mulheres para o Guajará-Mirim é provinda em grande parte de localidades fronteiriças.

Quanto à relação mulher e trabalho, em Guajará 45,34% das mulheres provindas da Bolívia estão ocupadas no setor de serviços domésticos, 21,54% no comércio e 8,04% na agricultura³. Entretanto, apesar da pouca participação da mulher na agricultura, no espaço público da cidade é visível a participação feminina no setor do comércio hortifrutigranjeiro e como trabalhadora agrícola no espaço periurbano de Guajará-Mirim. Aos sábados ocorre a feira semanal de hortaliças e frutas em Guajará-Mirim. Das 12 barracas instaladas, nove são de proprietários bolivianos e com presença de mulheres feirantes.

¹ Dados fornecidos pela Polícia Federal de Guajará-Mirim apresentados em Cova dos Santos (2016).

² Conforme dados organizados pela autora em consulta ao INE. Censo de Población y Vivienda 2012.

³ Listamos aqui apenas as ocupações mais significativas.



Imagem 02: Área de cultivo de hortaliças por família boliviana em Guajará-Mirim. Gislene Santos, 2013.



Imagem 03: Tenda de hortaliças e legumes em Guajará-Mirim. Gislene Santos, 2013.

As imagens 02 e 03 registram um dos recortes da paisagem produtiva e populacional de um segmento da fronteira norte brasileira. Em Guajará-Mirim, atualmente, a produção e o abastecimento das verduras frescas estão reservados ao trabalho do migrante boliviano, produzido pela mão de obra familiar. Abastecem os restaurantes locais e realizam vendas nas feiras semanais. Nestas feiras, realizadas nas manhãs de sábado, junto às barracas de verduras frescas, vindas diretamente da produção familiar do migrante boliviano, vendem-se também alho, batata, cominho e cebola provindos da Bolívia, entre outros legumes e especiarias. Também aos

sábados acontece a feira do queijo, onde um grupo de mulheres bolivianas (cerca de dez) desloca-se para Guajará-Mirim e, em um pequeno galpão, negocia a compra do produto. Os vendedores são todos homens, produtores e residentes no município de Nova Mamoré, que dista 46 Km de Guajará-Mirim. Neste galpão, construído por elas mesmas, opera-se uma série de negociações, sobretudo em relação ao preço. Ao final, cada uma das mulheres adquire cerca de 20 kg de queijo, que será revendido na Bolívia (sobretudo em Beni) para restaurantes, hotéis e para o consumo doméstico. Há, assim, um intenso fluxo semanal e presença de bolivianos e brasileiros nos espaços públicos do comércio urbano em Guajará-Mirim.

Em entrevistas realizadas com migrantes (homens e mulheres em idade adulta, acima de 19 anos)⁴ é consenso que esta migração, e mesmo o deslocamento pendular, se opera por uma forte rede social, sobretudo familiar. Para as mulheres com filhos, o auxílio fundamental no cuidado com as crianças será organizado e mobilizado entre as próprias mulheres (mães, sogras, irmãs, amigas), visto que tanto no país de origem (Bolívia) quanto no destino (Brasil) não há serviços de creche para estas crianças. Trata-se de um curso migratório que se apoia sobretudo nos recursos usados nos dois lados fronteiriços. As redes sociais migratórias, as parentais, no primeiro momento da migração, configuram-se como táticas de deslocamento dos migrantes e têm como função principal propiciar o fluxo de informações e pessoas e os acessos nos territórios de destino. No interior da rede, os migrantes travam contato direto e/ou indireto com pessoas e organizações entre os locais de origem e destino, e até entre outras localidades. É comum também que a oferta e o recrutamento do trabalho no Brasil sejam realizados ainda no território boliviano.

A efetiva presença do boliviano em Guajará-Mirim é um dos mais significativos elementos da sua paisagem populacional. Sua presença é percebida não somente nos espaços de trabalho, como também no sistema de ensino. Segundo Cova dos Santos (2016), na rede de ensino pública, em 2014, registravam-se 142 alunos bolivianos matriculados. Trata-se de uma migração já consolidada, intergeracional, o que traz uma riqueza tamanha de trajetórias e experiências migratórias.

⁴ Em outubro de 2013 e outubro de 2016 desenvolvemos trabalho de campo em Guajará-Mirim (RO), onde realizamos entrevistas com grupo de migrantes, representantes e membros da Associação dos bolivianos residentes em Guajará-Mirim e com a assistente social da Pastoral dos Migrantes.

ACORDO MERCOSUL E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Em 2005, na Rádio Educadora em Guajará-Mirim, foi inaugurado o programa “Viva Bolívia”. Naquele momento, o programa sofreu muita resistência da população local, segundo a radialista, “por ser uma rádio em território brasileiro homenageando a Bolívia”. Assim, o nome do programa foi alterado para “*Conexión sin Fronteras*”. Atualmente o Programa é transmitido ao vivo em duas rádios locais: a Rádio Educadora⁵ e a Rádio FM Rondônia⁶. Voltado para os ouvintes bolivianos, tem a intenção de incentivar a autoestima e também de se consolidar como um espaço de informação e de difusão da cultura da América Latina — o conteúdo é bilíngue, em castelhano e português. A radialista, nascida em Guajará-Mirim, filha de bolivianos que migraram para Rondônia para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (1907-1912), objetiva que o programa expresse a diversidade linguística da fronteira e sobretudo valorize o castelhano. Assim, ela nos diz:

Estes filhos de bolivianos têm vergonha de dizer: “meu pai é boliviano”, “minha mãe é boliviana”, “minha avó é boliviana”, “minha bisa é boliviana”. Têm vergonha de falar o castelhano. Nossas crianças têm vergonha de sofrer preconceito, de serem discriminadas, de serem simplesmente chamadas de boliviano.

Atualmente a programação se estende pelo Departamento de Beni, na Bolívia, em parceria com radialistas bolivianos. Em outubro de 2016 participei do “*Conexión sin Frontera*”, e entre os temas abordados nesta programação o destaque foi dado à chamada aos bolivianos para a regularização da documentação. Transcrevo fragmento do programa:

E a gente pede a nossa população boliviana indocumentada que apareça, que participe das reuniões da Associação. Que participe para se documentar, pra se informar. E um cidadão documentado, ele tem acesso a direitos que são garantidos por lei. Mesmo sendo ele estrangeiro nós temos direitos aqui no país. Só que enquanto você estiver na clandestinidade você não tem esse acesso. Então, por isso, a gente pede àqueles bolivianos que estão, àquelas mulheres que trabalham como domésticas sem documentos... Aqueles bolivianos indocumentados que trabalham lá no sítio, nas fazendas também, que venham, apareçam. Venham à Polícia Federal para regularizar seus documentos. Venham à Associação dos Bolivianos, venham para o consulado procurar informação.

⁵ <http://www.radioeducadoraam.br>.

⁶ <http://www.radios.redecol.com.br/2012/05/ouvir-radio-rondonia-fm-899-de-guajara.html>.

A questão da regularização migratória entre os países da América do Sul passa a ser um tema vigente no interior do bloco do Mercosul no final dos anos 1990. Em 2002 é aprovado no interior do bloco o "Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul", mas somente em 2009 é promulgado como decreto pelo governo brasileiro. Este acordo visa regularizar e normatizar a circulação da população entre os países da América do Sul, atendendo sobretudo a uma preocupação quanto aos trânsitos nas regiões de fronteira. A partir deste primeiro acordo seriam implementados outros, que atenderiam especificamente ao trânsito fronteiriço entre o Brasil e os países vizinhos. Assim, em 2004, temos o “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Uruguaios”, onde se institui a Carteira de Trânsito Vicinal⁷. Para efeito de apontamento, este foi o primeiro acordo celebrado pelo Brasil com um dos países vizinhos, o Uruguai. Em 2009 se institui o Documento Especial Fronteiriço (DEF) pelo “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Bolivianos”⁸. Nesses acordos, a área de livre circulação para a população fronteiriça se estende aos limites definidos pelos respectivos países. Por se tratar de acordos bilaterais, são os países acordados que definem a extensão da área de circulação. Não há um padrão único de circulação no interior do bloco Mercosul. No contexto geográfico entre o Brasil e a Bolívia quatro áreas urbanas foram delimitadas: Brasileia (Brasil) a Cobija (Bolívia); Guajará-Mirim (Brasil) a Guayaramerín (Bolívia); Cáceres (Brasil) a San Matías (Bolívia); Corumbá (Brasil) a Puerto Suarez (Bolívia). Trata-se, para os habitantes fronteiriços, de uma circulação limitada somente entre duas cidades. Por exemplo, a posse do Documento Fronteiriço não dá o direito a uma boliviana de estender-se até Nova Mamoré, município já apontado que dista 46 Km de Guajará-Mirim, onde se produz o queijo comprado pelas comerciantes da Bolívia. Para a livre circulação em todo o território brasileiro o migrante deve solicitar outro documento, concessão dada pelo “Acordo sobre residência do Mercosul”. No momento, temos assim a obrigatoriedade de dois documentos para a circulação no território brasileiro: aquele restrito às áreas fronteiriças, o “Permiso”, e aquele que cobre todo o território nacional.

Em relação ao Acordo com a Bolívia, no artigo III se define que: “1. Compete ao Departamento de Polícia Federal do Brasil e ao Serviço Nacional de Migração da Bolívia conceder o documento especial de fronteiriço”⁹.

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm, acesso em 28.02.2017.

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm, acesso em 28.02.2017.

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm, acesso em 28.02.2017.

Indagamos ao presidente da Associação dos Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim e à assistente social da Pastoral do Migrante, em 2016, qual motivo levaria alguns dos migrantes bolivianos a recusarem a regularização de sua estada em Guajará-Mirim e a fazer uso dos direitos à circulação pelos acordos acima citados. Segundo apontado, a não solicitação do Documento Fronteiriço se dá pelo receio de o migrante se dirigir até um departamento da Polícia Federal (PF). No Brasil, a normatização e os procedimentos necessários para a regularização do estrangeiro no território nacional são atribuições da PF. Para alguns dos migrantes, este se torna um dos primeiros empecilhos. Outro impedimento apontado foi o custo das taxas: cerca de R\$ 300. Como se trata de uma migração em grupo, sobretudo parental, torna-se um custo muito alto para que todos os membros da família se regularizem. Assim, faz-se uma regularização por prioridades e em etapas.

Apesar da efetivação do acordo bilateral, nota-se no Brasil uma fragilidade tamanha nos serviços de comunicação e informação frente ao Mercosul. Pouco se comenta na mídia nacional sobre estes acordos do Mercosul. Assim, as informações necessárias aos imigrantes para a regularização no Brasil são veiculadas por associações de migrantes e outros grupos associativos, como a Pastoral dos Migrantes. Se por um lado o Mercosul é uma instância política formalizada entre países membros associados, ou seja, uma política governamental, cabe registrar que a circulação da informação, fundamental para os migrantes, se apresenta relegada na instância Mercosul. Para os migrantes terem acesso às informações e aos procedimentos para sua regularização, eles necessitam também transitar por outros canais mediadores que não aqueles ofertados pelo Estado. É comum encontrarmos um despreparo dos agentes do Estado para o tratamento dos acordos migratórios. Trata-se, assim, de uma política entre Estados nacionais frágil em sua própria operacionalização, pois delega a outros atores a responsabilidade da orientação à regularização. Duas circulações que não convergem na mesma direção: a circulação dos próprios migrantes e a circulação da comunicação. Cabe também registrar a desconfiança dos bolivianos quanto à efetividade dos acordos celebrados entre o Brasil e a Bolívia e, ainda, a ausência de políticas de integração. Em 2016, a única escola pública em Guajará-Mirim que recebia a matrícula de alunos bolivianos e desenvolvia um método pedagógico de ensino bilíngue (Escola Durvalina Estilbem de Oliveira) foi fechada pela Secretaria Municipal de Ensino, desrespeitando os projetos dos professores, alunos, pais e toda uma comunidade escolar fronteiriça¹⁰. Como apontado, trata-se de uma migração feminina e com presença significativa de

¹⁰ Sobre o Projeto Pedagógico desta escola, protagonizada pela Direção e corpo docente, consultar Cova dos Santos (2016).

crianças, o que demanda políticas públicas voltada para as mulheres, como o direito sexual e reprodutivo e, quanto às crianças, o acesso à educação infantil.

O que encontramos são as associações dos migrantes que, de fato, dão legitimidade e suporte aos migrantes fronteiriços. Aqueles migrantes mais diretamente assistidos pelas associações têm acesso a mais informação e orientação à regularização. Assim, a fronteira se apresenta como um filtro onde se adentra e estabelece no território os migrantes desejáveis. As recusas à regularização são fundamentalmente por questões econômicas e os receios no tratamento dado pela Polícia Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XX testemunhou a problemática das fronteiras geográficas na escala internacional. No Brasil, as ações estatais para as áreas fronteiriças tomam impulso. Nos países da América do Sul, a circulação da população fará parte da problemática do Mercosul, tendo sido abordada nos acordos migratórios. Entretanto, apesar do arraigamento e dos laços estabelecidos pelos migrantes bolivianos em Guajará-Mirim, as ações estatais efetivas para a integração da população são ainda fracas no campo das políticas públicas. As ações cotidianas de integração têm sido protagonizadas pela própria população fronteiriça, sem uma continuidade das políticas do Estado. Em seus acordos bilaterais, os Estados edificam um conjunto de normas que define o migrante regular e o irregular e assume também dispositivos de controle sobre esta circulação — o Documento Fronteiriço é um exemplo. Se no primeiro momento os acordos migratórios prometem o direito à circulação, os mecanismos de informação e acesso a este direito são relegados, e cabe aos próprios migrantes, muitos deles com poucos recursos econômicos e de comunicação, reinventarem-se na condição jurídica de regulares ou irregulares.

Constata-se também significativa participação da mulher boliviana no fluxo com destino para Guajará-Mirim, o que, no contexto espacial fronteiriço, evidencia o lugar efetivo da migração feminina neste curso e demanda políticas públicas específicas quanto ao direito à saúde da mulher, em especial à saúde sexual e reprodutiva, e à educação em todos os níveis (incluindo a creche) para os seus filhos. Descrevemos a participação do migrante e sua inserção no mercado de trabalho local, especificamente na agricultura e na produção de alimentos. Neste contexto, as políticas de integração e os acordos migratórios não são ainda suficientes quanto aos múltiplos laços de pertencimento do migrante boliviano no território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENENCIA, Roberto. (2006). Bolivianización de la horticultura en la Argentina. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth. (Compiladores). *Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p. 135-169.
- COVA DOS SANTOS, Zuila. (2016). *Interações e Representações sociais: um estudo do espaço escolar na fronteira do Brasil com a Bolívia*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. UFPR/UNIR.
- GRIMSON, Alejandro. (2006). Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en la Argentina. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth. (Compiladores). *Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p.69-98.
- IBGE. (2010a). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 08/07/2014.
- IBGE. (2010b). *Banco Multidimensional de Estatísticas*. CD-ROM.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA / INE. (2012). Censo Nacional de Población y Vivienda. Disponível em: <http://datos.ine.gov.bo/binbol/RpWebEngine.exe/Portal?LANG=ESPi>. Acesso em: 22.02.2017.
- MERCOSUL. (1991). *Tratado de Assunção*. Disponível em: http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria. Acesso em: 02/07/2016.
- _____ (2002). *Acordo sobre residência para nacionais dos estados parte do Mercosul*. Disponível em: http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria. Acesso em: 02/07/2016.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia. (2003). El estudio del transnacionalismo: peligros latentes y promesas de un campo de investigación emergente. In: PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia. (Orgs.). *La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo. La experiencia de Estados Unidos y América Latina*. 1ª ed. México: FLACSO. p. 15-44.
- SAHR Wolf-Dietrich; SANTOS, Gislene. (2013). Brasilien in Bewegung – Ein Migrationsland Zwischen Ungleichheit. In: ARAUJO, Shadia Hussein de; SCMITT, Tobias; TSCHORN, Lisa. (Org.). *Widerstandigkeiten im "Land der Zukunft"*. Ed.: UNRAST.p. 88-97.
- SASSEN, Saskia. (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Ed. Artmed.

Gislene Santos

Graduada, mestre e doutora em Geografia, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Grupo de Estudos em Espaço e População (GePoP) e desenvolve pesquisa sobre migrações na América Latina.

Cosmopolitismo e vidas móveis: questões éticas sobre a cidadania do mundo

Cosmopolitanism and mobile lives: ethic issues regarding the citizenship of the world

VIVIANE RIEGEL

RESUMO

Esse artigo apresenta uma análise de dois textos — o filme publicitário “A journey”, da marca Louis Vuitton, e o filme “The journey”, produzido por um refugiado sírio e por um jornalista — para propor uma discussão sobre as diferenças de acesso à cidadania e da experiência cosmopolita, a partir de diferentes processos de mobilidade humana. São apresentadas as questões éticas relacionadas ao cosmopolitismo e à mobilidade humana. Os textos foram analisados a partir de uma análise crítica do discurso. A partir desses fluxos são verificadas a produção e a reprodução de visibilidade ou apagamento de experiências cosmopolitas, a partir das diferenças de acesso à cidadania. No caso das imagens da viagem para o turista, não há barreiras para a mobilidade e para o reconhecimento desse sujeito. Já no caso das imagens da viagem do refugiado, as barreiras se multiplicam, e os acessos e reconhecimento são negados.

Palavras-chave: Cosmopolitismo; Vidas móveis; Cidadania do mundo.

ABSTRACT

This article presents an analysis of two texts — the publicity film "A journey", of the brand Louis Vuitton, and the film "The journey", produced by a Syrian refugee and by a journalist — to propose a discussion on the differences of access to citizenship and cosmopolitan experience, from different processes of human mobility. Ethical issues related to cosmopolitanism and human mobility are presented. The texts were analyzed from a critical analysis of the discourse. From these flows it's possible to verify the production and reproduction of visibility or erasure of cosmopolitan experiences, from the differences of access to citizenship. In the case of travel images for the tourist, there are no barriers to mobility and recognition of this subject. In the case of images of the refugee's journey, the barriers multiply and access and recognition are denied.

Keywords: Cosmopolitanism; Mobile lives; Citizenship of the world.

INTRODUÇÃO

*“Ciudadanos de un lugar llamado mundo
Tenemos un plan.
Ahora es el momento porque así lo siento.”
(Delafé y las flores azules)*

As noções de mundo e cidadania tornam-se relevantes para a sociedade contemporânea, principalmente diante da realidade advinda da globalização e de seus fluxos nos diferentes cantos do planeta, para seus diferentes habitantes. Nesse contexto, conforme aponta Urry (2007), vivemos diante tanto dos movimentos em larga escala de pessoas, objetos, capital e informações em todo o mundo, como dos processos mais locais de transporte diário, o movimento pelos espaços públicos e a viagem de coisas materiais na vida cotidiana.

Nessas vidas móveis, há intersecções entre os sistemas de mobilidade e transformações das práticas cotidianas, sendo que a mobilidade em si atinge um valor prioritário, e a liberdade de mover-se, um direito restrito e desigualmente distribuído, torna-se um fator de distinção, e promotor do que Urry e Elliott (2010) denominam de capital de rede. Assim, encontramos limitações para a boa vida e para as práticas de cidadania, sendo que a visão de cidadania do mundo e de cosmopolitismo é colocada em xeque.

Esse estudo é composto pelas diferentes experiências de mobilidade humana, sejam elas temporárias ou permanentes, planejadas ou emergenciais, desejadas ou indesejadas. Considerando que, dentre os fluxos globais, a mobilidade humana é também mediada por panoramas midiáticos — os *mediascapes* de Appadurai (1996) — e cosmopolitas — os *cosmoscapes* de Woodward e Kendall (2008) —, verifico como essas experiências tornar-se-iam cosmopolitas tanto pela via do

consumo, como pela via da cidadania. Diante das experiências de mobilidade humana inseridas na discussão sobre cosmopolitismos, questiono: a visão coletiva e de bem comum relacionada ao cidadão do mundo, ao ser cosmopolita, estaria conectada somente a determinados grupos e/ou determinadas práticas sociais mais valorizadas, mais visíveis dentro dos fluxos midiáticos globais?

Na hierarquia das redes discursivas, que dão maior visibilidade a alguns sujeitos e apagam outros, há diferentes definições de o que seriam experiências cosmopolitas e como elas se distanciam de uma postura ética. Os turistas seriam considerados cidadãos do mundo, por suas experiências durante o período temporário de mobilidade, enquanto os migrantes não seriam considerados cidadãos daquele local ou mesmo de outro local.

O questionamento sobre as diferenças dos processos de mobilidade humana e sua conexão com as experiências cosmopolitas busca problematizar a perspectiva idealista do cosmopolitismo, pela qual ele seria uma qualidade somente acessível para alguns sujeitos desejados pela sociedade contemporânea global, uma sociedade de consumo. Nesse contexto, o cidadão teria sido substituído pelo consumidor, e poderíamos falar, portanto, que temos consumidores do mundo e não cidadãos do mundo (RIEGEL, 2015).

Para propor essa discussão, parto das formações discursivas de dois textos. O primeiro é da campanha publicitária global “A journey¹”, realizada em 2008, para a marca global Louis Vuitton. O segundo texto é um filme produzido pelo refugiado sírio Hashem Alsouki e por um jornalista, em 2015, denominado “The journey²”. A metodologia de análise dos textos está pautada nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), pela perspectiva de Teun Van Dijk (2005), na qual os discursos são entendidos não como objetos verbais autônomos, mas interações situadas e práticas sociais ancoradas em situações sócio-históricas, culturais e políticas. Sendo assim, cada texto será analisado por seu contexto de produção, circulação e recepção, conforme aponta Luiz Peres-Neto (2012), em sua discussão sobre a aplicação dos ECD nas pesquisas no campo da comunicação.

A partir do questionamento e da análise propostos, o objetivo desse artigo é discutir as formações discursivas presentes nas relações entre os fluxos comunicacionais e as experiências de cosmopolitismo, para a formação de uma visão de mundo, de pertencimento cidadão ao contexto global, em diferentes experiências de mobilidade humana. Especificamente, na primeira parte do artigo, é discutida a pluralidade do conceito de cosmopolitismo, confrontando as questões éticas

1 Disponível em: <http://us.louisvuitton.com/eng-us/travel/life-is-a-journey>

2 Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2015/jun/09/a-migrants-journey-from-syria-to-sweden-interactive>

a ele relacionadas, que se tornam relevantes no contexto contemporâneo, principalmente mediante o crescimento dos fluxos de mobilidade humana ao redor do mundo. Nessa discussão são verificadas as diferenças nos discursos entre as práticas de consumo e o acesso a direitos civis dos sujeitos em diferentes experiências de mobilidade. Na segunda parte são apresentadas as análises dos dois textos selecionados, para discussão dos elementos discursivos nele presentes.

COSMOPOLITISMO: QUESTÕES ÉTICAS DA MOBILIDADE HUMANA

Apresento a discussão sobre as questões éticas relacionadas ao cosmopolitismo. Para isso, são problematizados os discursos das práticas de consumo e de acesso a direitos civis dos sujeitos em diferentes experiências de mobilidade.

Os fluxos comunicacionais produzem e reproduzem as imagens de o que e quem seriam considerados cosmopolitas. A publicidade, que se converteu em uma manifestação comunicativa integrada na cultura e nos valores sociais, constrói na própria cultura cotidiana a visibilidade para determinados grupos e estilos de vida, e apaga outros. A expansão desses fluxos, primordialmente desde o Norte global para o Sul, resultaria, segundo a análise de Norris e Inglehart (2009), na convergência de valores nas sociedades cosmopolitas, caracterizadas pela integração aos mercados globais, à liberdade de imprensa e ao acesso irrestrito às mídias. Não considero que a globalização da cultura signifique a sua homogeneidade, pois ela envolve uma variedade de instrumentos normativos, que dialogam com a heterogeneidade dos símbolos locais, ao mesmo tempo em que incorporam os sentidos globais das práticas sociais. Uma vez que a cultura global é heterogênea, o imaginário construído ultrapassa barreiras nacionais, formando panoramas maiores e muitas vezes dissonantes.

Na realidade dos fluxos globais, principalmente os midiáticos, o cosmopolita poderia ser erroneamente considerado um sujeito específico, distinto dos locais, turistas ou migrantes. Na realidade nacional, a ideia do Outro historicamente relaciona-se ao medo ou à dominação. O Outro em mobilidade é considerado especialmente perigoso, e a cidadania nesse contexto torna-se uma forma de atribuir direitos somente a sujeitos nacionais, pertencentes àquele lugar. Isso porque a abertura cosmopolita estaria nesse caso mais conectada à imagem dos turistas de países ricos, do Norte, e não aos migrantes de países pobres, do Sul. Esse imaginário é representado por fluxos presentes no discurso global, mas não podem ser generalizados, uma vez que há turistas e migrantes de ambos os hemisférios. Por isso, há um risco de conectar o conceito de

cosmopolitismo à distinção social e a um capital cultural específico, conforme aponta Urry (1995).

Mike Featherstone (2004) argumenta que a economia contemporânea é pautada na promoção de serviços e estilos de vida, em vez de produtos materiais. Na composição desses estilos de vida, os padrões de mobilidade são um importante elemento para as elites, que escolhem quando e para onde querem ir. Para esse grupo, a mobilidade é um costume (*mobility-as-usual*), e não são percebidas barreiras para suas práticas.

Javier Caletrió (2013) explora as percepções sobre essas práticas por turistas e aponta que seus entrevistados afirmam que suas aspirações de viagens de lazer são inspiradas menos pela reclusão em espaços de primeira classe, luxuosos, e mais pelo ideal cosmopolita de um mundo de mobilidade democrática, que é recorrentemente representado pela mídia global. Nos processos de turismo, há aspectos presentes no ato de viajar como a curiosidade sobre o desconhecido, sobre o conhecimento do diferente, sobre a surpresa e o encantamento com o que se vai conhecer. Esses aspectos, mediatizados em diferentes formatos, tornaram-se representações dos próprios indivíduos e locais de turismo, conforme aponta Noel Salazar: “*Peoples and places around the globe are continuously (re)invented, (re)produced, and (re)created as tourism marketers create powerful representations of them*” (SALAZAR, 2007, p. 34).

Em contrapartida, estudar e analisar a realidade das categorias de sujeitos precarizados — imigrantes e refugiados — é igualmente relevante, principalmente com o intuito de revelar as desigualdades nos discursos sociais e nas experiências dos indivíduos, principalmente considerando as barreiras simbólicas e físicas criadas para dificultar seus acessos em diferentes esferas. Helion Póvoa Neto (2008) explana:

Fronteiras e barreiras representam hoje dispositivos de controle dos deslocamentos que necessitam tanto garantir as exigências de securitização, quanto facilitar e remover obstáculos aos fluxos de negócios e de pessoas que os representam, como seus gestores ou executores em posição dominante. Para tanto, há um desafio em se combinar, nos controles de fronteira, o aumento da segurança política com as chamadas “liberdades neoliberais”. Daí se falar em formas de “cidadania flexível”, representando situações em que a mobilidade é facilitada e mesmo estimulada sem que os controles de fronteira imponham obstáculos que retardem os processos de acumulação capitalista (PÓVOA NETO, 2008, p. 399).

³ Tradução da autora: Povos e lugares ao redor do mundo são continuamente (re)inventadas, (re)produzidas, (re)criadas, ao passo que profissionais de marketing de turismo criam representações poderosas deles.

Os imigrantes são uma categoria normalmente classificada como mobilidade de longo prazo, muitas vezes permanente, com objetivo de trabalho ou projeto de vida, apesar de que os fluxos contemporâneos mostram que essas experiências podem ser temporárias, devido às urgências de algumas circunstâncias. Já os refugiados, como explica Michel Agier (2013), são os indivíduos que deixam suas casas e seus países de forma urgente, por razões étnicas, religiosas, sociais, de guerra civil etc.

Nesse contexto, problematizamos os diferentes regimes de visibilidade dados aos indivíduos em mobilidade física. Os processos de mobilidade física de pessoas podem ser compreendidos tanto por sua duração, quanto por sua representação para a sociedade. Há, inicialmente, diferenças nos números dos processos de mobilidade humana. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), em 2015 mais de um bilhão de pessoas realizaram viagens de turismo internacionais ao redor do mundo. No mesmo ano, segundo o *World Migration Report* (IOM), estima-se que 3 milhões de pessoas migraram para outros países, sendo que a população total de migrantes internacionais é calculada em 232 milhões. Assim, anualmente os volumes de turistas são bem maiores do que os de migrantes, e os migrantes internacionais, vivendo ao redor do mundo, são um percentual pequeno da população global.

No caso dos turistas, a mobilidade é passageira e eles gozam de um *status* globalmente positivo, pois, como afirma Marc Augé (2009), eles estão interessados nas representações universais das principais cidades ao redor do mundo e no consumo dessas representações. Já no caso dos migrantes e refugiados, eles encontram diversas barreiras de entrada e de inserção nas sociedades para onde migram, uma vez que, conforme aponta Sandro Mezzadra (2005), as fronteiras não estão abertas da mesma forma, e a inclusão social ocorre de maneira diferenciada para esses indivíduos, que são privados de diversos direitos de cidadãos.

A partir das diferenças dos regimes de visibilidade de processos de mobilidade humana distintos, analiso os discursos produzidos e reproduzidos nos fluxos comunicacionais a partir dos dois textos selecionados, para compor a discussão sobre como as experiências cosmopolitas abarcam questões éticas.

Para a discussão ética acerca do cosmopolitismo, é necessária uma análise que vá além do consumo e da lógica do mercado e que permita a compreensão das práticas de cidadania desses diferentes sujeitos. Na visão de uma ética para o consumo de Adela Cortina (2002), há aqueles que não possuem acesso a bens entre os quais podem escolher (ou a formas de produzi-los), e também os que poderiam exercer seu direito de escolha, mas o delegam a grupos ou instituições de referência, aos meios de comunicação ou ao marketing. É nessas diferentes formas que se

mostra o caráter da sociedade, que vai influenciar o comportamento de seus sujeitos.

Na perspectiva das táticas que os sujeitos podem desenvolver de forma a estabelecer uma ética humana (CERTEAU, 2014), estaria a capacidade de colocar-se no lugar do outro. Se por um lado as estratégias para consumo pressupõem esse outro, imaginado, em função de um estigma produzido a partir do eu (produção dos estilos de vida distintos), pelo lado das táticas, a possibilidade ética estaria nas diferentes formas de o sujeito consumir, que estariam conectadas com sua humanidade, na sua visão coletiva, de reconhecimento da existência do outro nas suas experiências cotidianas.

Para a discussão sobre o reconhecimento além da ética, a partir da moralidade, Nancy Fraser (2007) propõe que a política do reconhecimento seja trazida de volta para o campo da moralidade, rompendo com o padrão de reconhecimento, o da identidade, e transformando-o numa questão de status social. Segundo a autora, o modelo pautado na identidade cultural de determinado grupo promove o fechamento das interações e práticas dentro dele, de forma homogeneizadora. Já na perspectiva do modelo de *status*, o que exige reconhecimento é a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social, sendo essa uma forma de se priorizar o correto (igualdade social) sobre o bem.

Em visão semelhante, Cortina (2010) demonstra que no teatro do mundo os personagens principais são o acaso e o caos, e não o cosmo moral, sendo que dentre muitas das ficções morais criadas está a habilitação do herói. Essa ficção seria, segundo a autora, universalizadora, alheia ao concreto, sendo essa uma perspectiva de que todos pareceriam ser iguais, ao mesmo tempo egoístas. Nessa discussão estaria a visão kantiana de que a identidade singular poderia determinar o universal, mas ela revela a necessidade do olhar e da consciência do outro, de uma relação reflexiva de colocar-se no lugar do outro, como base da ética humana. Na visão habermasiana, as questões éticas de bem-viver dizem respeito às decisões individuais e privadas sobre ações a serem tomadas e sobre a formação de identidades particulares.

Na composição da cidadania, portanto, estão tanto os ajustes culturais e sociais de reconhecimento dos sujeitos de diferentes grupos, quanto o sentimento de pertencimento por parte dos membros de um determinado grupo. Nessa perspectiva, somente há cidadania civil se houver integração dos membros dos diferentes grupos à sociedade. No caso dos grupos de turistas, os ajustes culturais e sociais são amenizados pela homogeneização global das práticas de consumo, que dá a sensação de pertencimento ao mundo. Nessa relação, o cidadão se dissolve na lógica de consumo. Já no caso dos grupos de migrantes, as barreiras físicas e simbólicas são difíceis de se transpor, uma vez que os ajustes culturais e sociais são significativos e o sentimento

de pertencimento não é facilmente acessível (pela ausência de diversos direitos civis). Por isso, para que haja diálogo entre os diferentes lugares, é necessário o entendimento do multiculturalismo, pois “para respeitar uma posição não é preciso estar de acordo com ela, e sim compreender que ela reflete um ponto de vista moral com o qual não compartilho, mas respeito em outro” (CORTINA, 2005, p. 146).

Nessa perspectiva, busco, nos textos selecionados, as formações discursivas em relação à figura de cidadão do mundo, do ser cosmopolita. Pela visão ética, essa figura seria somente possível pela construção da cidadania, numa sociedade à qual todos os cidadãos pertençam, a partir de suas diferenças.

CIDADES GLOBAIS, CIDADANIA E MEDIAÇÕES NAS MOBILIDADES HUMANAS

As cidades globais são espaços de encontros e desencontros, arenas paradoxais onde cotidianamente desafios se apresentam para os sujeitos que nela habitam. Na panaceia de diferentes códigos culturais, que se mesclam e são transmitidos por diferentes esferas nas cidades centro dos fluxos globais, as desigualdades socioeconômicas tendem a se multiplicar. Para essa discussão, trazemos a contribuição de diferentes autores. Santos (2008) apresenta sua perspectiva sobre a globalização e o espaço; Sassen (2009) revela os papéis das cidades diante da realidade global; Holston e Appadurai (1996) refletem sobre os paradoxos para a cidadania na vida das cidades; e Georgiou (2008) especificamente destaca o papel comunicacional da cidade global.

Para a discussão sobre espaço e globalização, trazemos a reflexão de Milton Santos (2008), que explica que o meio técnico-científico-informacional impacta o processo de globalização no território, revelando a nova composição técnica e orgânica do espaço, constituído como o conjunto técnico inerente ao novo ciclo da civilização mundial, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação. É nele que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 2008, p. 29).

Nessa perspectiva, Santos (2008) verifica que há uma esquizofrenia do espaço (ser cidadão num lugar, o cotidiano e o território, uma pedagogia da existência). Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como cidadão do mundo. A verdade, porém, é

que o “mundo” não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país. Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir; apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local.

Conforme aponta Saskia Sassen (2009), no contexto das cidades globais há uma grande complexidade, com novas zonas de fronteiras. Atores de diferentes mundos se encontram nesses espaços, e as regras e práticas que eles desenvolvem são relevantes para os estudos das ciências sociais. Nos espaços das cidades globais os fluxos que se concentram dão prioridade aos interesses financeiros, das grandes corporações de serviços, e de uma classe econômica superior. Os espaços são, então, priorizados para esses sujeitos, sendo que aqueles que não pertencem a esses grupos e a esses processos de acumulação do capital são excluídos e deslocalizados.

Sassen (2009) revela também que há nesse cenário a proliferação de outros circuitos globais, frente às forças econômicas globais, que são principalmente relacionados aos fluxos migratórios crescentes, à produção cultural plural e à necessidade de busca por direitos e interesses comuns. Para essas possibilidades, a cidade global oferece recursos que permitem a construção de uma ponte entre atores globais e realidades locais.

A forma como se opera nas diferentes cidades globais, seja por acesso aos fluxos econômicos ou aos circuitos socioculturais, é denominada por Sassen (2009) de capital de conhecimento urbano. Esse capital pode ser operado em diversas escalas, seja mais micro, como dentro de uma comunidade, de um bairro, ou de uma corporação e da cidade em si.

Na realidade dessas cidades globais, Holston e Appadurai (1996) apresentam três paradoxos para a cidadania. O primeiro paradoxo está na diferença entre cidadania e nacionalidade, sendo que contemporaneamente aqueles que são considerados membros da sociedade são aqueles que são reconhecidos como cidadãos de determinado Estado-nação. Essa nacionalidade possui uma identidade que engloba todas as outras (de raça, gênero, sexo, etnia, religião), mas somente se torna acessível para aqueles considerados elegíveis, seguindo a lógica de um sistema social de hierarquias e *status* locais. Nessa realidade, mesmo que o princípio de igualdade de direitos exista, os excluídos do acesso à cidadania são as vitrines para se discutir a prática da universalidade dos direitos.

Diante da experiência intercultural dos sujeitos em mobilidade internacional, que seguem

os fluxos globais econômicos, e buscam os centros onde há acesso a trabalho e possibilidades de projetos de vida, apresenta-se o segundo paradoxo, entre o global e o local. Para Holston e Appadurai (1996), o lugar continua sendo uma categoria relevante para a compreensão dos processos que tornam o sujeito um membro da sociedade, com negociações que acontecem nos espaços das cidades, um espaço vivo de incertezas e de formas emergentes de cidadania. Na prática dos espaços das cidades, ser membro formal da nação não garante a cidadania substantiva, sendo que comunidades “*small-scale*” são criadas e a partir dela se produzem exclusões. O pertencimento privado é uma realidade na lógica capitalista, onde sujeitos de diferentes países podem fazer parte de um grupo global de cidadãos seletos. Podemos citar como exemplo a comunidade internacional “*A Small World*” (www.asmallworld.com), uma comunidade virtual para a qual você se inscreve, passa por um processo de seleção e, ao ser aceito, tem acesso a encontros em diferentes cidades globais e a serviços exclusivos para os membros, incluindo assessoria jurídica em diferentes países.

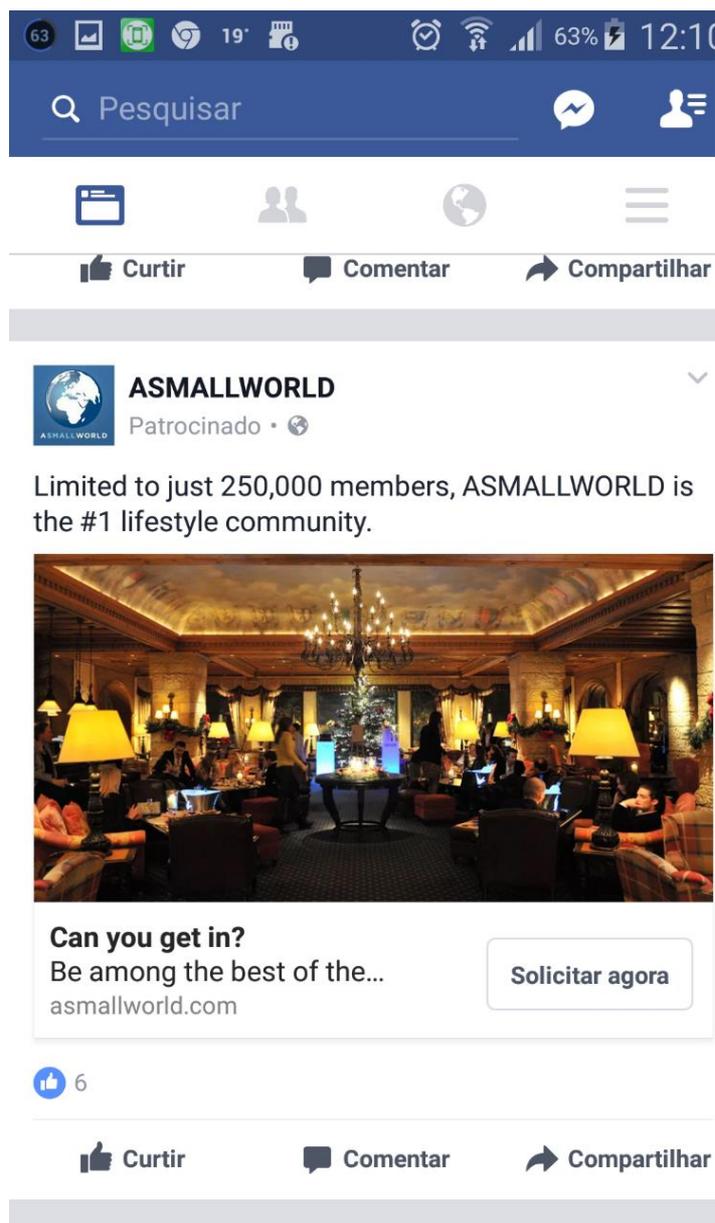


Figura 1: Impressão de tela referente à comunidade internacional “A Small World”

Ao mesmo tempo, aqueles que são excluídos do acesso aos direitos locais e não possuem capital de mobilidade (conceito desenvolvido por Kaufman, Bergman e Joye, 2004) na esfera global, buscam criar movimentos transnacionais de direitos, buscam trazer à esfera pública a discussão sobre o reconhecimento dos diferentes grupos e de suas necessidades, a partir de suas múltiplas realidades e diversas identidades culturais. Como exemplo citamos o trabalho da ONG global Refunite⁴, que desenvolveu a campanha internacional #IMMIGRANT⁵, conectando

⁴ <https://refunite.org>

⁵ Disponível no site: <http://immigrant.im/>

pessoas com um histórico de imigração na família para se engajarem e ajudarem refugiados a se reunirem com suas famílias.

A campanha visou contradizer o discurso dominante sobre a crise dos refugiados e o perigo da imigração, celebrando as diferenças e criando consciência sobre a diversidade das pessoas e suas bagagens migratórias, independentemente das suas origens ou formas de mobilidade. Neste sentido, os participantes da campanha não estão necessariamente excluídos do acesso aos direitos locais ou podem ser definidos como pessoas sem capital de mobilidade. Pelo contrário, a campanha serviu como modelo de reivindicação de identidades, cidadanias e pertencimentos múltiplos e como uma forma de evidenciar o capital de mobilidade dos participantes que pode ser analisado, por exemplo, a partir dos relatos. Por outro lado, o objetivo de ajudar os refugiados a se reunir com as suas famílias é um dos propósitos da Refunite, mas não foi o foco da campanha, que teve objetivos mais amplos.

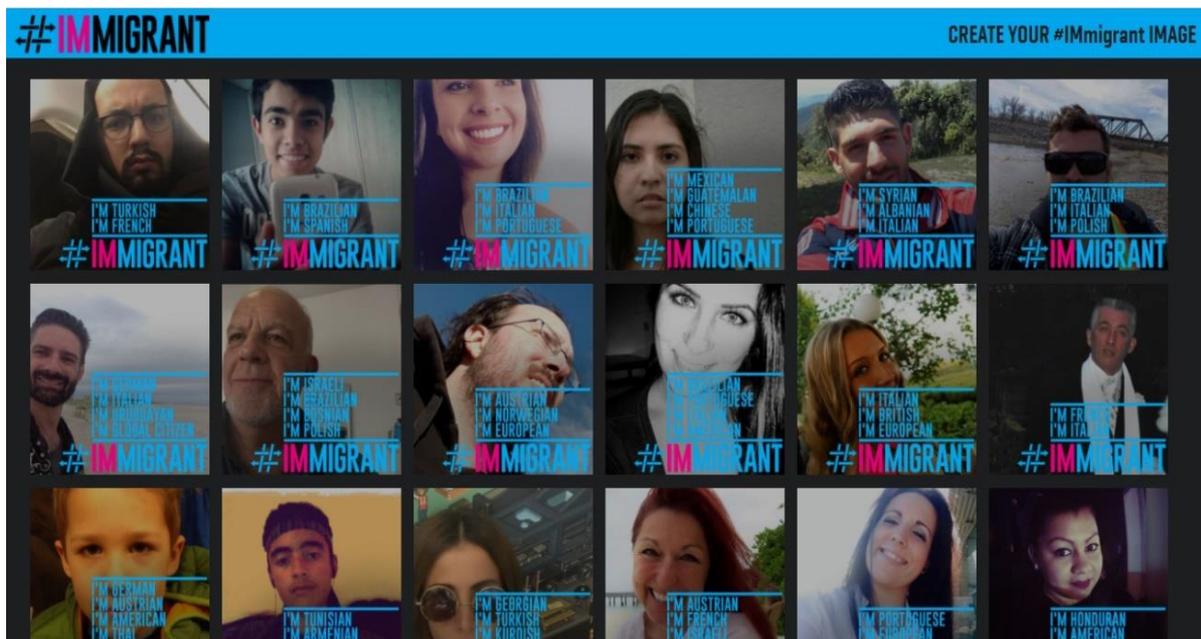


Figura 2: Impressão de tela da campanha internacional #IMMIGRANT

O terceiro paradoxo apresentado por Holston e Appadurai (1996), que traz à tona a necessidade do desenvolvimento de políticas de diferença, é a diferença entre a cidadania exclusiva (somente para alguns grupos) e a inclusiva (pluralidade). Para os autores, as discussões sobre direitos tornam-se mais urgentes em relação às necessidades dos diferentes grupos, principalmente nos aspectos dos direitos socioeconômicos. Nas cidades, as estruturas do capital global se alicerçam e é nelas que é necessário compreender as práticas tanto para os grupos

privilegiados quanto para os excluídos. As questões de trabalho para sujeitos em mobilidade internacional são relevantes, mas somente aqueles que são considerados legítimos (os denominados expatriados, por exemplo) possuem acesso a direitos, sendo que os migrantes operários são marginalizados e vivem em situações precárias. Ambos não são considerados nacionais, mas alguns são mais reconhecidos como cidadãos (globais) do que outros, que são considerados invasores — portanto, ilegais.

Diante das múltiplas escalas e dos diferentes paradoxos existentes nas cidades globais, Georgiou (2008) destaca a interface comunicacional desses espaços, nas justaposições da diferença, nos encontros urbanos, em realidades onde a diversidade cultural convive, seja ela desejada ou simplesmente inevitável. Dessa forma, a necessidade em se lidar com a diferença está conectada às práticas cotidianas nessas cidades, e para encontrar um lugar na cidade e no mundo os sujeitos moldam suas práticas comunicacionais como forma de lidar com essa diversidade cultural.

Por ter uma concentração intensa de constelações e justaposições da diferença, Georgiou (2008) identifica a cidade global ocidental como um local cosmopolita. Essa classificação é explicada porque esse seria um local que recebe, mais do que qualquer outro, pessoas, tecnologias, relações econômicas e práticas de comunicação. A cidade é vista como espaço de experiências dos indivíduos, mas também de lutas por poder, controle e propriedade, nos frequentes encontros mediados de pessoas, tecnologias e lugares. Na relação da cidade com sua interface comunicacional, tanto grandes corporações globais buscam controlar a mídia, quanto sujeitos buscam consumir e produzir meios de comunicação para ter acesso a conhecimento, cidadania e representação.

Na diferença entre os usos e apropriações dos meios de comunicação pelos diferentes grupos nas cidades globais, que seriam um local cosmopolita, Georgiou (2008) diferencia o cosmopolitismo elitista — aquele relacionado às empresas ou aos turistas — do cosmopolitismo plebeu — aquele presente nas comunidades multiculturais humildes. Segundo a autora:

This plebeian cosmopolitanism includes informal economies, knowledge transfer and locally framed entertainment choices that shape systems of communication and creativity; these partly reproduce global cultures of consumerism and partly contest and reappropriate them (for example, in pirate communication products exchange). It also reflects new forms of citizenship, which come with demands for representation in national and transnational domains, include unstable loyalties and have cultural, political and economic dimensions, all at

the same time (GEORGIU, 2008, p. 225)⁶.

As práticas comunicacionais cotidianas dos indivíduos nas cidades globais unem tanto o consumo da mídia nacional e global *mainstream*, quanto de alternativas locais e próprias das comunidades. A cidade é um lugar para a diferença, e a cidade cosmopolita possui uma posição privilegiada na cultura midiática global (GEORGIU, 2008), pela concentração de mídias e pela intensidade de consumidores dos meios de comunicação.

A questão é que muitos dos espaços dessas cidades globais, que representam os centros do poder (monumentos, centros comerciais, pontos turísticos e de negócios), produzem e reproduzem imaginários da cidade consumidos globalmente. Os espaços da interculturalidade e as comunidades que buscam representações da diversidade cultural são desafios para esses projetos que priorizam as relações econômicas. Nessas justaposições e nos paradoxos dessas cidades, a postura cosmopolita é um desafio constante. Georgiou (2008) destaca algumas das possibilidades para esse processo:

Projects such as multicultural radio stations, urban art production and experimentations with technologies outside ethnically exclusive spaces reveal new forms of identities that have more to do with cosmopolitan life than with exclusive ethnic and national spheres of belonging. Some of those public locations where we can observe a dissident cosmopolitanism and interethnic explorations of identities are the local internet cafes and telecommunication centres. These public spaces have grown to be distinctive cultural and communication hubs of multiculturalism, providing relatively cheap and easy access to diverse mediascapes and opening up possibilities for creative, locally grounded and dialogical experimentations with (mediated) belonging⁷. (GEORGIU, 2008, p. 231)

A partir dessas possibilidades de relações interpessoais (frequentemente mediadas) com a

⁶ Tradução da autora: Este cosmopolitismo plebeu inclui economias informais, transferência de conhecimento e escolhas de entretenimento localmente enquadradas que moldam sistemas de comunicação e criatividade; estes reproduzem em parte as culturas mundiais do consumismo e, parcialmente, as contestam e se reapropriam delas (por exemplo, na troca de produtos de comunicação piratas). Também reflete novas formas de cidadania, que trazem demandas por representação em domínios nacionais e transnacionais, incluem lealdades instáveis e têm dimensões culturais, políticas e econômicas, todas ao mesmo tempo.

⁷ Tradução da autora: Projetos como estações de rádio multiculturais, produção de arte urbana e experiências com tecnologias fora dos espaços etnicamente exclusivos revelam novas formas de identidades que têm mais a ver com a vida cosmopolita do que com as esferas étnicas e nacionais exclusivas de pertencimento. Alguns desses locais públicos onde podemos observar um cosmopolitismo dissidente e explorações interétnicas de identidades são os cafés locais de internet e os centros de telecomunicações. Esses espaços públicos tornaram-se distintivos centros culturais e de comunicação de multiculturalismo, proporcionando um acesso relativamente barato e fácil a diversos meios de comunicação e abrindo possibilidades para experiências criativas, locais e dialógicas com pertencimento (mediado).

proximidade da diferença nas cidades globais (principalmente por essas diversas práticas comunicacionais) é que Georgiou (2008) encontra em seus pesquisados em Londres a percepção de um lugar que permite únicas conexões cosmopolitas com o mundo.

ANÁLISE DOS TEXTOS À LUZ DA DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE COSMOPOLÍTIMOS

Apresento a análise dos dois textos selecionados, cada um para um processo de mobilidade humana distinto, para discussão das formações discursivas sobre cosmopolitismos neles presentes.

O primeiro filme selecionado é um texto publicitário, que apresenta propostas para consumo de mobilidade para turistas, a partir das estratégias da marca de malas e bolsas Louis Vuitton. Já o segundo filme é um texto documental, que apresenta narrativas de cidadania relacionada ao processo de mobilidade de um refugiado, nas suas táticas individuais diante das barreiras e desafios encontrados na sua ida para a Europa. Ambos os filmes têm como tema a jornada/ a viagem, e dialogam com a questão do acesso a outros locais, ao mundo — logo cidadania do mundo, cosmopolitismo — em processos de mobilidade humana.

As diferenças entre os filmes — o contexto de produção (estratégias da marca x táticas de acesso do indivíduo), a natureza de produção (publicitário x documentário), o meio de circulação (televisão e internet em veículos pagos x jornal como editorial gratuito), os públicos de recepção (público-alvo da marca x indivíduos que leem inglês e possuem acesso à Internet) — são relevantes para as comparações entre os regimes de visibilidade e entre as formações discursivas relacionadas tanto à mobilidade de turistas quanto de migrantes.

1) FILME PUBLICITÁRIO “A JOURNEY” (2008), PARTE DA CAMPANHA GLOBAL DA MARCA LOUIS VUITTON.

O filme “A journey” foi produzido pela agência Ogilvy and Mather de Paris, dirigido por Bruno Aveillan e Philippe Le Sourd, como parte das estratégias publicitárias globais da marca de malas e bolsas Louis Vuitton. Ele foi veiculado tanto em canais de TV em diversos países europeus, asiáticos e norte-americanos, traduzido para treze idiomas, quanto em redes sociais digitais, em canais exclusivos da marca, sendo que seu público-alvo é o consumidor da marca e de seus produtos.

A marca global Louis Vuitton vende a mobilidade física tanto como produto (ela é uma das mais tradicionais e mais valiosas marcas de malas do mundo) quanto como possibilidade simbólica para aqueles que possuem um estilo de vida luxuoso.

O filme, que é denominado de “uma jornada”, possui aproximadamente 50 cenas, com somente quatro delas com imagens de produtos da marca ou seu logo, e o restante com imagens de indivíduos em diversos cenários, em diferentes países do mundo, como a China, a Índia e a França. Como afirma Barbara Flueckiger (2009), a publicidade de luxo prioriza fatores estéticos e retrata estilos de vida, sensações, mostrando seus produtos e logos incidentalmente.

As imagens escolhidas pela estratégia da marca misturam aventura, contato com a natureza (Figura 3) e a vida em grandes cidades (Figura 4), e buscam traduzir o texto, que inicia com uma pergunta: O que é uma jornada? (*What is a journey?*). A resposta da Louis Vuitton define que uma jornada não é uma viagem, ou não são férias (*A journey is not a trip. It is not a vacation.*), ela é um processo, uma descoberta, um processo de autodescoberta (*It is a process. A discovery. It is a process ...of self-discovery.*). Ao definir a jornada, a marca busca fazer um processo ambíguo de distanciamento e de aproximação. Ao mesmo tempo em que não se trata de viagem ou de férias, ou seja, um distanciamento do próprio produto da marca (malas de viagem), ao tratar-se de um processo de autodescoberta, a proposta é que se crie uma aproximação com o indivíduo que está diante do texto enunciado. Você, que irá se descobrir, que busca se encontrar com você mesmo (*A journey brings us face to face... with ourselves.*).

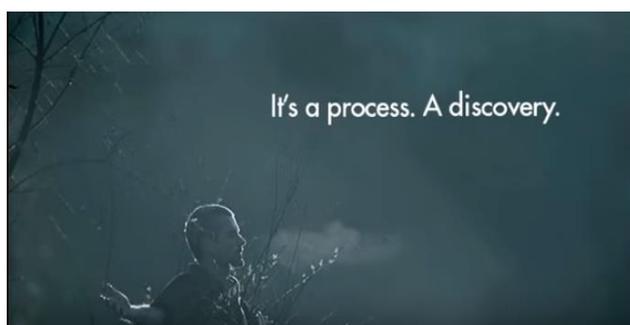


Figura 3: Cena do filme “A Journey”, de Louis Vuitton

O texto então quebra com a representação típica do indivíduo em mobilidade turística, que seria de conhecer o mundo durante suas viagens. Ele recorre ao processo do indivíduo de pertencimento e de inserção, durante sua própria descoberta, nesse mundo (*A journey shows us not only the world ...but how we fit in it.*). O sentimento de pertencimento ao mundo, esse mundo que é percorrido na jornada, está conectado ao sentimento de reconhecimento de cidadania, sendo o

indivíduo que está em contato com a marca e seu estilo de vida alguém que busca tornar-se cidadão do mundo.

A questão da identidade, então, é apresentada no texto, diante do processo de reconhecimento, com a pergunta: “*Does the person create the journey... or does the journey create the person?*”. A jornada se cria a partir da pessoa ou a pessoa se cria a partir da jornada? — dentro de um processo que apresenta a necessidade da jornada como vital para o indivíduo. Sua identidade somente se forma se houver a jornada, e a jornada é formada por sua identidade. Da mesma forma que Fraser (2007) aponta em sua discussão sobre reconhecimento e identidade, essa relação resulta em um processo de homogeneização, dentro de um determinado grupo. Nesse caso, o grupo dos consumidores de luxo da marca Louis Vuitton, que têm acesso à jornada, portanto, ao mundo, e se descobrem nele, pertencem a ele, são aqueles que possuem o direito ao reconhecimento. A identidade deles é a desejada e a formadora do estilo de vida aceito ao redor do mundo.

Por fim, a definição final é que a jornada é a vida em si (*The journey is life itself*). Afinal qual outra vida poderia existir senão nesse estilo dos turistas de luxo que consomem produtos e marcas, como a Louis Vuitton? Diante da jornada, que é a própria vida, a última pergunta que resta na mensagem do filme é: Onde a vida vai te levar? (*Where will life take you?*). Para esses indivíduos, a vida leva para qualquer lugar retratado nas imagens do filme, tanto lugares de fuga, quanto lugares de luxo, pois o acesso e o pertencimento ao mundo para eles são irrestritos.



Figura 4: Cena do filme “A Journey”, de Louis Vuitton

Muitas das conotações presentes no texto desse filme são uma leitura hegemônica de uma cultura ocidental, de luxo, de reconhecimento e de sucesso na vida. A tradução desse contexto para imagens ocorre com visões de um mundo alternativo, situado principalmente em lugares exóticos, de difícil acesso. Dessa forma, é proposta ao indivíduo a fuga das experiências cotidianas da vida do trabalho em grandes cidades, para o contato revigorante com os elementos da natureza. Se você possui condições de não trabalhar para sobreviver, e de fazer uma jornada além de uma simples viagem de férias, você pode buscar aventuras de autodescoberta e se sentir

conectado com o mundo em seu estado puro. Nesse caso, a natureza também está ao dispor desse grupo para o qual é possível realizar a jornada.

No caso da formação discursiva desse texto, as experiências cosmopolitas estão traduzidas principalmente nas possibilidades estéticas do consumo da identidade, de um estilo de vida, pelo acesso e o reconhecimento em um mundo restrito a poucos. A visão ética, portanto, se distancia da possibilidade de uma visão de igualdade de direitos. O cidadão do mundo aqui representado não olha para o outro, mas somente para si mesmo, seu objetivo é somente a autodescoberta. O turista, como consumidor de lugares (URRY, 1995), é de alguma forma embalado em um discurso de ruptura, não com práticas de consumo, mas com a possibilidade de acesso comum e facilitado a lugares.

Esse ser cosmopolita estaria conectado a uma visão kantiana, de homogeneização, de universalização, a partir de uma identidade singular. Durante o processo de sua jornada (de qualquer indivíduo dentro do grupo distinto selecionado), ele não olha para ou tem consciência do outro, não construindo assim uma relação reflexiva e ética, conforme aponta Cortina (2005).

2) FILME DOCUMENTÁRIO “THE JOURNEY” (2015), PRODUZIDO PELO REFUGIADO SÍRIO HASHEM ALSOUKI, JUNTAMENTE COM JORNALISTA DO THE GUARDIAN.

O filme “The journey” foi produzido pelo refugiado sírio Hashem Alsouki e pelo jornalista Patrick Kingsley, do jornal britânico The Guardian, para retratar o seu percurso de imigração pelo mar Mediterrâneo e pela Europa até chegar à Suécia com sua família. O formato de documentário que foi publicado em trechos no jornal, como um de seus editoriais, busca apresentar a história de Hashem, e suas táticas individuais diante das barreiras de acesso durante o trajeto, para quaisquer indivíduos que leem inglês e possuem acesso à Internet, que tenham contato diretamente com essa publicação ou com compartilhamentos via redes sociais.

A situação dos refugiados sírios é resultante da guerra civil que ocorre no país desde 2011. Mais de 4 milhões de pessoas fugiram do país nesse período, sendo que, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2015), a Turquia recebeu 1.938.999 sírios, o Líbano 1.113.000, a Jordânia 629.666, e os países da Europa 120.000. Apesar de a maioria dos refugiados ter migrado para países próximos, a mídia global e principalmente a

européia enfatizara ao longo do ano de 2015 os problemas e desafios resultantes da crise síria para a Europa⁸.

O filme é denominado de “a jornada”: a jornada da vida de um homem em busca de refúgio para sobrevivência. Essa jornada, única, diferentemente daquela desenhada no filme publicitário, é trilhada por necessidade, possui diversos riscos, e é uma possibilidade para salvar sua vida, assim como para dar um futuro para sua família. Conforme Hashem descreve: *“I’m risking my life for something bigger, for ambitions bigger than this (...) by risking this ... I might achieve a dream for three children: my children – and maybe my grandchildren as well”*⁹.

A primeira parte da jornada, denominada de “The odyssey begins”, mostra como foi iniciado o processo de imigração de Hashem, a partir de 15 de abril de 2012, quando *“Hashem and his neighbours are taken to a secret network of cells”*¹⁰. Sua prisão foi seguida de uma série de ataques a sua família, e a sua cidade, Damasco. Em junho de 2013 ocorreu um êxodo para o Egito, em ônibus, com milhares de pessoas fugindo da guerra civil que havia se instalado no país. Dessa forma, a narrativa demonstra a obrigatoriedade e a necessidade iminente da saída do país e da busca por outro lugar para sobrevivência.

Na segunda parte, “SOS”, a jornada segue três anos depois, em 20 de abril de 2015, dentro de um barco no meio do mar Mediterrâneo, com centenas de pessoas. Eles conseguem contato com uma pessoa na Sicília, Itália, para pedir Socorro: *“We’re in the middle of the Mediterranean. We’re about 600 people – 200 women, 100 children. We’ve been without water for three days”*¹¹. Hashem estava nesse barco, que foi resgatado pela guarda costeira italiana, após oito meses de espera para embarcar, e depois de viajar por todo o Egito para ir embora, pois o país passou a não mais aceitar sírios em seu território. Nesse trecho da narrativa, a questão do acesso a diferentes países e do fechamento das fronteiras mostra as dificuldades e barreiras encontradas pelos migrantes em suas jornadas. Além disso, seus direitos como refugiados de uma guerra civil não são reconhecidos facilmente pelos países pelos quais eles passam.

⁸ Exemplos de matérias jornalísticas de países europeus sobre a crise dos refugiados sírios: BBC (Inglaterra), <http://www.bbc.com/news/uk-35111321>, Le Figaro (França), <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2015/09/23/01016-20150923ARTFIG00016-pourquoi-la-france-ne-fait-pas-rever-les-refugies.php>, Deutsche Welle (Alemanha), <http://www.dw.com/en/ifo-economist-warns-of-conflict-between-refugees-and-poorer-germans/a-18956411>

⁹ Tradução da autora: Estou arriscando minha vida por algo maior, por ambições maiores do que isso (...) arriscando isso ... Eu poderia conseguir um sonho para três filhos: meus filhos — e talvez meus netos também

¹⁰ Tradução da autora: Hashem e seus vizinhos são levados a uma rede secreta de células.

¹¹ Tradução da autora: Estávamos no meio do Mediterrâneo. Éramos cerca de 600 pessoas — 200 homens, 100 crianças. Estávamos sem água havia três dias.

A parte 3, ‘Through Europe’, começa na França, cinco dias depois da chegada na costa italiana, período em que começa uma “odyssey through Europe”, com dificuldades diversas, como entender os idiomas, ter dinheiro para os transportes, fugir da polícia, passar pelas fronteiras. A negação de reconhecimento como humanos a esses sujeitos migrantes aparece na fala de um dos acompanhantes de jornada: “*We have been treated like cattle wherever we went – in Libya, in Sicily, and nowhere*”¹². A ausência de acesso à cidadania está tanto nas barreiras aos direitos civis (como justiça, direito de ir e vir), como nas barreiras aos direitos sociais. O não reconhecimento do *status* social desses indivíduos não prioriza a igualdade entre os indivíduos, como demonstra Fraser (2007).

Na última parte da história da jornada de Hashem, “To Sweden?”, são mostradas as questões que dificultam as escolhas de rotas para ele, assim como os desejos que ele mantém para se reunir com sua família e para garantir um futuro para seus filhos. Seu objetivo é chegar à Suécia, onde os sírios têm direito a permanecer. Para chegar lá, ele passa pela Itália, França, Alemanha, Dinamarca, países onde ele encontra diversas dificuldades juntamente com muitos refugiados, e alguns voluntários que se dispõem a ajudá-los. As barreiras encontradas nos percursos pelos países europeus, assim como a consciência e capacidade de ação de seus cidadãos e governantes, são questões levantadas por Michel Agier (2002) para a resposta à situação dos refugiados na Europa e ao redor do mundo. Essa questão tem sido questionada com mais ênfase diante do quadro da crise síria na Europa. O próprio Hashem viu no caminho de sua viagem, em um dos trens, na capa do jornal francês Charlie Hebdo, a charge onde está uma mulher num barco de migrantes e a frase “*Un Titanic par semaine*”¹³. Hashem não entende a referência ao Titanic, mas se reconhece como parte da imagem, na situação de refugiado.

Em 22 de abril de 2015, pouco mais de três anos depois do início de sua jornada, Hashem chegou a Malmo, na Suécia, e ligou para sua esposa no Egito, chamando-a e a seus três filhos para encontrá-lo e para reiniciar a vida nesse novo país. A documentação de seus caminhos e de suas ações mostra como há diversas fronteiras para a mobilidade e para a inclusão social de refugiados e migrantes em diferentes países. Nessa jornada, cada indivíduo busca táticas para sua sobrevivência, não lhe sendo garantido algum direito previamente, não sendo reconhecida sua condição humana.

No caso da formação discursiva desse texto, as experiências cosmopolitas tornam-se uma condição, diante da ausência de ética, e de restrição de acesso à cidadania. Conforme apresenta

12 Tradução da autora: Fomos tratados como gado aonde quer que fôssemos — na Líbia, na Sicília, onde fosse.

13 Tradução da autora: Um Titanic por semana.

Agier (2013), a condição cosmopolita significa que há necessidade de fronteiras que não se reduzam ao uso da violência e da força. Essa condição significa que, diante da crise da alteridade no mundo contemporâneo, não é possível que se caia na armadilha da valorização da identidade. Da mesma forma como as estratégias discursivas da marca de luxo priorizam o reconhecimento da identidade, o risco dessa valorização, acima da igualdade social, é que se apaguem determinados grupos e não se permita seu acesso aos mesmos direitos que outros possuem.

O cidadão do mundo aqui apresentado é aquele que necessita, portanto, de um olhar além de sua identidade coletiva estigmatizada, um sujeito que precisa do reconhecimento da igualdade pelas diferenças. Esse ser cosmopolita compreenderia assim os códigos multiculturais, respeitando diferentes perspectivas morais, conforme propõe Cortina (2005), buscando igualdade de *status* social para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando esses dois filmes que retratam distintos processos de mobilidade humana, podemos verificar as diferenças dos regimes de visibilidade que eles possuem. Os turistas possuem visibilidade de suas múltiplas jornadas para diversos lugares, por meio de práticas de consumo. Já os migrantes e refugiados são invisibilizados como sujeitos de direitos, encontrando diversas barreiras para sua mobilidade e para a permanência em outro país. Dessa forma, ocorre o exercício assimétrico das liberdades de ir e vir, da mobilidade humana, resultante dos fluxos da globalização econômica, que priorizam somente aqueles que possuem capital.

As formações discursivas referentes aos diferentes sujeitos em mobilidade humana mostram como também há diferenças no reconhecimento, em relação às práticas de consumo e ao acesso a direitos civis. No caso dos turistas, dos sujeitos com capital econômico para consumo, eles têm suas identidades homogêneas e estilos de vida celebrados e desejados pelos países que recebem os benefícios dos fluxos da globalização. Eles são reconhecidos como aqueles que têm direito à mobilidade, pois representam valor econômico, o que faz com que sejam recebidos de maneira aberta e sem questionamentos.

Já no caso dos migrantes e refugiados, eles não possuem acesso a direitos civis e sociais, sendo indesejados por todos, principalmente pelos países que possuem mais condições econômicas e sociais para recebê-los — fator que causa ainda mais desigualdade social no mundo, pois seriam esses os países que possuem maior efetividade de direitos sociais e, portanto, maior capacidade de acolhimento desses indivíduos. Eles não possuem o mesmo reconhecimento

que os turistas, sendo considerados invasores, estrangeiros que querem roubar empregos e causar problemas à sociedade de destino. Por isso, muitas vezes são excluídos, se não de todos, mas da maioria de direitos sociais.

Comparando as jornadas, portanto, aquela que é mais valorizada é a jornada individual do herói, que se descobre ao descobrir o mundo, não a jornada coletiva de seres precários, que não têm para onde ir. Pela via do consumo desejado e legitimado, o sujeito é considerado cidadão do mundo, sua identidade vai além de sua nacionalidade. Já pela via do acesso a direitos civis, há aqueles que possuem direitos e aqueles que nem mesmo “têm direito a ter direitos”, como diria Hanna Arendt.

As ideias kantianas de um mundo comum, baseadas no direito de todo ser humano à hospitalidade universal, à recepção e acolhimento de qualquer sujeito em qualquer país, são confrontadas com as experiências cosmopolitas analisadas. Se o cosmopolita somente seria possível pela construção da cidadania, numa sociedade onde todos os cidadãos seriam reconhecidos nas suas diferenças, ele não seria nem o turista nem o imigrante. O cosmopolitismo pela perspectiva da cidadania também não é acessível ao refugiado, que possui seus direitos humanitários violados, ao não ser acolhido e reconhecido como sujeito de direitos.

Cidadãos de um lugar chamado mundo, temos um plano, diz a canção do grupo espanhol. Sem a perspectiva ética, o cosmopolitismo reproduz discursos de determinados grupos com interesses econômicos hegemônicos e apaga seu ideal de igualdade e de reconhecimento de direito a todos, independentemente de suas diferenças culturais e econômicas. O cosmopolitismo, portanto, precisa mesmo de um plano nesse momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. UNHCR (2015). Total number of Syrian refugees exceeds four million for first time. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/559d67d46.html>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

AGIER, Michel. (2002). *Aux bords du monde, les réfugiés*. Paris : Flammarion

_____. (2013). *La condition cosmopolite: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire*. Paris: La Découverte, coll. « Scienceshumaines »

APPADURAI, Arjun. (1996). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema

AUGÉ, Marc. (2009). *Pour une anthropologie de la mobilité*. Paris: Payot&Rivages.

CALETRÍO, Javier. (2013) “This is not me’: Conspicuous consumption and the travel aspirations of the European middle class. In: BIRTCHNELL, Thomas; CALETRÍO, Javier (Ed.). *Elite mobilities*. Abingdon: Routledge

CERTEAU, Michel de. (2014). *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. 22ª Ed. Petrópolis: Vozes

- CORTINA, Adela. (2002). *Por una ética del consumo: la ciudadanía del consumidor en un mundo global*. Madri: Taurus
- _____. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola
- _____. (2010). *Ética sem moral*. São Paulo: Martins Fontes.
- FEATHERSTONE, Mike. (2004). *Consumer culture & postmodernism*. London: Sage Publication
- FLUECKIGER, Barbara. (2009). Lifestyle, aesthetics and narrative in luxury domain advertising. *Popular Narrative Media*, 2.2, p. 195–212.
- FRASER, Nancy. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, v. 70, p. 101-138.
- GEORGIU, Maya. (2008). Urban Encounters: Juxtapositions of Difference and the Communicative Interface of Global Cities, *International Communication Gazette*, vol. 70 (3-4), p. 223-235.
- HOLSTON, James; APPADURAI, Arjun. (1996). Cities and citizenship, *Public Culture*, v. 8, p. 187-204.
- MEZZADRA, Sandro. (2005). *Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- NORRIS, Pippa. e INGLEHART, Ronald. (2009). *Cosmopolitan communications: cultural diversity in a globalized world*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- PERES-NETO, Luiz. (2012). Considerações acerca do uso dos Estudos Críticos do Discurso na pesquisa em comunicação. *Interin*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 5-17, jul./dez.
- PÓVOA NETO, Helion. (2008). O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos "direitos à mobilidade". *REMHU* (Brasília), v. 16, p. 394-400.
- RIEGEL, Viviane. (2015). Cosmopolitismo para Quem? Consumidores e/ou cidadãos nos fluxos comunicacionais da cidade de Londres. *5º Encontro de GTs – Comunicon*, São Paulo.
- SALAZAR, Noel. (2007). Representation in Postcolonial Analysis. In: W. A. DARITY (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Farmington Hills: Thomson/ Gale.
- SANTOS, Milton. (2008). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record
- SASSEN, Saskia. (2009). Cities in Today's global age, *SAIS Review*, vol. 29 (1) Winter-Spring, p. 3-34.
- URRY, John. (1995). *Consuming Places*. London: Routledge.
- _____. (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity.
- URRY, John.e ELLIOTT, Anthony. (2010). *Mobile Lives*. New York: Routledge.
- VAN DIJK, Teun. (2005). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa.
- WOODWARD, Ian; KENDALL, Gavin. (2008). Cosmescapes and the Promotion of Uncosmopolitan Values. *The Australian Sociological Association Annual Conference*.

Viviane Riegel

Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, bolsista Capes/Prosup e mestre pelo PPGCOM-ESPM.

Lidando com fronteiras móveis: um estudo sobre as táticas de mobilidade urbana de brasileiros em Londres

Dealing with mobile borders: a study on the urban mobility tactics of Brazilians in London

GUSTAVO DIAS
CARLA NADINNE SOUZA

RESUMO:

Este artigo explora como migrantes indocumentados lidam com as fronteiras móveis do Reino Unido (RU) enquanto vivem em Londres. Através de uma reflexão acerca dos conceitos de fronteiras internas, deportação, cidadania e mobilidade, nossa proposta é contribuir para o campo de estudos migratórios e de fronteira. Com base em dados colhidos em trabalho de campo realizado com brasileiros indocumentados em Londres, propomos superar uma perspectiva exclusivamente focada em políticas migratórias e/ou voltada para a análise de fronteiras em si. Nosso estudo revela como migrantes brasileiros taticamente desenvolvem formas particulares de mobilidade ao longo da tecedura urbana da cidade com o intuito de escapar do controle de fronteiras realizado por agentes da imigração do *Home Office*. Reconhecemos que migrantes indocumentados precisam, diariamente, assegurar sua existência com as fortes fronteiras móveis do RU. Almejando viver em uma cidade multicultural, onde os controles de identidade são uma prática social que permeia o cotidiano,

brasileiros não documentados têm de negociar constantemente sua existência, através das fronteiras móveis de Londres, para não serem denunciados por seu *status* migratório irregular.

Palavras-chave: Fronteiras internas; Brasileiros indocumentados; Londres.

ABSTRACT:

This paper explores how undocumented migrants have struggled and dealt with the UK mobile borders while living in London. This study particularly uses the concepts of inner borders, deportation and citizenship discussed by contemporary Border studies. However, we contribute to migration and border studies by moving beyond a perspective focused exclusively on migration policies. We question to what degree the fact that borders have proliferated and discriminately filtered migrants can be understood without empirical data focused on the daily actions of these mobile people. Based on empirical findings collected in London, we explore how Brazilians develop tactical mobilities to escape from the harsh British immigration policies and the Home Office raids across London. Indeed, migrants deal with and struggle against border regimes, but they are not powerless social actors. This study argues that migrants are important social actors and a key to understanding how migration takes place through the inner borders. Living in a multicultural city where identity controls are a social practice that permeates various daily activities, Brazilians have to constantly protect their existence through the mobile borders of London without being denounced by their lack of visa.

Keywords: Inner borders; Undocumented Brazilians; London.

INTRODUÇÃO

Depois de passarem pela entrevista no guichê de imigração, em algum aeroporto ou porto britânico, e obterem autorização para acessar solo londrino, migrantes brasileiros começam um novo episódio e talvez o mais difícil de sua jornada migratória em Londres: negociar sua mobilidade urbana com o controle de fronteiras produzido pelo *Home Office*¹. Munidos, em geral, de um *Visitor Visa*², brasileiros têm um tempo de estada limitado a não mais do que seis meses no Reino Unido. Após esse curto período, o *Home Office* os classifica como “migrantes ilegais” sujeitos à deportação. Todavia, o projeto migratório planejado por esses migrantes tende a superar esse tempo. Estudos empíricos revelam que migrantes brasileiros estipulam um período de estada entre um e cinco anos em Londres (MARTINS JR e DIAS, 2013; EVANS et al, 2015).

¹ *Home Office* é o Ministério do Interior do governo do Reino Unido e é responsável por questões referentes a migração e segurança nacional.

² Visto temporário emitido para turistas.

Além de confinar temporalmente a presença, o governo britânico impõe severas restrições espaciais sobre esses migrantes. O acesso a vagas de emprego e serviços sociais oferecidos pelo Estado Britânico — como, por exemplo, postos de saúde ou médicos de família — são negados se esse(a) migrante não portar um passaporte da União Europeia (UE) ou algum tipo de visto que o(a) autorize a trabalhar ou viver no país. Crianças não podem ser matriculadas nas escolas se os responsáveis não apresentarem toda a documentação, inclusive o passaporte e certidão de nascimento. Também é negado aos “migrantes ilegais” locação de moradia.

Estudos de fronteiras chamam a atenção para a capacidade maleável que fronteiras territoriais cada vez mais ganham no mundo contemporâneo. A tecnologia bélica empregada em fronteiras migratórias, por exemplo, possibilita que dados biométricos — íris, fotografia facial e impressões digitais — e informações pessoais sejam rapidamente compartilhadas por aeroportos e portos espalhados em diversas localidades do globo terrestre (MAGUIRE; FROIS; ZURAWSKI, 2014; ADEY, 2009). Entretanto, essas informações não ficam restritas a esses espaços fronteiriços. Através de passaportes eletrônicos capazes de armazenar esses dados, elas circulam território adentro, juntamente com o próprio migrante (KUBAL, 2014; DE GENOVA, 2013; KHOSRAVI, 2010; DIAS, 2016).

Atuando como fronteiras móveis, conceito esse que será desenvolvido e explorado ao longo do artigo, esse monitoramento interno — acompanhado de severas restrições impostas pelas leis migratórias britânicas e pela vigilância diária em espaços públicos, realizada por agentes da migração do *Home Office* — molda de forma precária a vida desses migrantes já indocumentados e sujeitos à deportação. Nessa perspectiva, a literatura especializada em migrações e fronteiras argumenta que a proliferação de fronteiras que estamos presenciando nessa globalização contemporânea tem tornado obscuros os limites do que pode ser compreendido como os espaços interior e exterior de uma fronteira migratória (MEZZADRA, 2012; BALIBAR, 2002; KUBAL, 2014).

Todavia, apesar da considerável contribuição analítica desses estudos, poucas pesquisas revelam a tensa experiência vivida por migrantes na negociação estabelecida com tais controles fronteiriços (VILA, 2000; KHOSRAVI, 2010; DIAS 2013, 2016). Em geral, estudos de fronteiras e migração centram-se excessivamente nas políticas migratórias e econômicas produzidas por Estados ou blocos econômicos. Com o intuito de suprir essa lacuna acadêmica e assim contribuir para o diálogo acerca das migrações e fronteiras internas, o presente estudo buscou investigar, em profundidade, as táticas desenvolvidas por brasileiros para superar as fronteiras móveis britânicas que mapeiam e buscam controlar seus deslocamentos através do espaço urbano londrino.

Nesse sentido, consideramos que o estudo de campo apresenta-se como uma ferramenta metodológica eficiente para tal exercício. Propomos, portanto, através de pesquisa qualitativa realizada em Londres, entre 2010 e 2016, explorar como táticas de mobilidade urbana, desenvolvidas por brasileiros indocumentados, são capazes de superar a forte vigilância migratória imposta pelo *Home Office* e assegurar a permanência dos mesmos em Londres.

Recorremos a técnicas diversas para a coleta de dados. Inspiramo-nos, por exemplo, na metodologia de base fenomenológica desenvolvida por Sayad (1998), que prima pelo discurso do entrevistado para refletir sobre o fenômeno migratório. Segundo De Montlibert (2014), tal postura proposta pelo sociólogo argelino permite ao pesquisador não ficar restrito ao discurso hostil produzido por entidades governamentais. A fala do migrante, assim, foi essencial para compreender primeiramente fronteiras móveis em Londres e, em seguida, as táticas de mobilidade desenvolvidas por esses sujeitos para superá-las. Conversas casuais e entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas principalmente através da amostragem “bola de neve”, nos permitiram acessar 23 brasileiros³ no Reino Unido, entre 2007 e 2014.

Ademais, compreender os espaços sociais pelos quais os entrevistados circulam em Londres foi outra preocupação desta pesquisa. Cientes de que “as formas de caminhar e se comportar oferecem importantes pistas sobre a relação que migrantes estabelecem com o espaço, objetos e pessoas presentes ao longo dos percursos que perfazem suas vidas” (KNOWLES e HARPER, 2009, p. 19, tradução nossa)⁴, foi necessário circular diariamente junto com os brasileiros estudados. Tal proposta possibilitou entender como migrantes indocumentados administram sua presença frente às fronteiras internas britânicas. Trabalhar, morar e frequentar espaços de lazer — pubs, parques públicos, lojas de brasileiros, boates —, circular de ônibus pela cidade ou simplesmente caminhar pelas ruas de Londres com alguns interlocutores foram algumas das atividades de campo desenvolvidas. Anotações realizadas em cadernos de campo e fotografias também foram mecanismos que possibilitaram registrar as táticas de mobilidade urbana produzidas por brasileiros em Londres.

DEFININDO AS FRONTEIRAS MÓVEIS BRITÂNICAS

Neste século, a imigração para o Reino Unido é maior e mais diversa do que em qualquer outro momento de sua história (VERTOVEC, 2007). Embora o Reino Unido tenha recebido

³ Os nomes utilizados nessa pesquisa não são reais.

⁴ “Ways of walking, comportment, and habits provide important clues about their relationships with places, material objects, and people on routes through landscapes of new settlement”.

grandes levas de migrantes durante séculos, o país tradicionalmente tem sido um exportador de pessoas; apenas nas duas últimas décadas é que o país se torna um lugar de imigração (SOMERVILLE; SRISKANDARAJAH; e LATORRE, 2009). A década de 1990, em particular, é apontada como o período histórico da “nova migração”. Trata-se de uma migração caracterizada, sobretudo, por uma maior diversidade dos países de origem. As razões para tal diversidade migratória são variadas e ocorrem de forma simultânea. Steven Vertovec, por exemplo, destaca o alto desenvolvimento econômico “(incluindo baixa taxa de desemprego e empregos temporários em alguns setores), juntamente com crescentes desigualdades em muitos países em desenvolvimento e de renda média (HATTON, 2003). Grande parte do aumento durante a década de 1990, também, estava dentro da categoria de requerentes de asilo” (2006, p. 05, *tradução nossa*). Migração oriunda da Europa Oriental, segundo o autor, também ganha força nesse período. Primeiramente, graças à queda do Muro de Berlim. E, em seguida, devido à entrada de países dessa região no bloco econômico, a partir de 2006 (Ibid). O impacto foi considerável. O número de migrantes no mercado de trabalho britânico, por exemplo, chegou próximo de 1.396.000 indivíduos. Isso indica um aumento de aproximadamente 62% de trabalhadores estrangeiros (SRISKANDARAJAH e FRANCESCA, 2004, p. 3). Esse acréscimo vertiginoso inclui pessoas que se enquadram em várias categorias e sistemas de cotas. Há, ainda, os novos cidadãos (pessoas nascidas no estrangeiro, mas com cidadania britânica).

The Observatory of Migration (2016) revela que nesse grupo, entre 1993 e 2014, a população mais que dobrou. Ela passou de 3,8 milhões para cerca de 8,3 milhões. Londres teria o maior número de cidadãos (3,0 milhões de pessoas nascidas no estrangeiro em 2014) entre todas as regiões com dados comparáveis no Reino Unido. “Em 2014, a população do Reino Unido era 13,1% de nascidos no estrangeiro (crescimento de 7% em relação a 1993) e 8,5% de cidadãos com outra nacionalidade (de 4% em 1993)” (2016, p. 02, *tradução nossa*)⁵. Durante o mesmo período, o número de estrangeiros aumentou de dois milhões para mais de cinco milhões de pessoas.

O resultado é um Reino Unido que deixou, nas duas últimas décadas, o título de uma nação multicultural para alcançar a condição da “superdiversidade” cultural (VERTOVEC, 2006). Londres, em particular, seria o exemplo mais icônico. Vertovec destaca que a capital britânica apresenta uma população originária de mais de 179 países (30% procedente de economias

⁵ “In 2014, the UK population was 13.1% foreign-born (up from 7% in 1993) and 8.5% foreign citizens (up from 4% in 1993).”

centrais e 70% de economias periféricas); mais de 300 idiomas falados em suas ruas; e cristianismo, islamismo, hinduísmo e sikhismo estão entre as principais religiões.

Em decorrência de tamanho crescimento, autores chamam a atenção para o surgimento de novas políticas migratórias no Reino Unido. Essas são cada vez mais restritivas na medida em que a migração aumentou rapidamente nas últimas décadas (KUBAL, 2014; MARTINS JR, 2017; DAVIES, 2015). Dentre todos os distintos tipos de migração, o governo britânico, através do *Home Office*, tem dedicado maior controle sobre a mobilidade de cidadãos não pertencentes à União Europeia. Diante desse quadro, brasileiros são diretamente afetados.

O *Home Office*, desde 1999, vem gradualmente impondo uma série de restrições a migrantes não pertencentes à UE. A “*Lei Britânica da Imigração e Asilo de 1999*”⁶, por exemplo, além de aumentar os poderes dos oficiais de imigração para prender e deter pessoas, expandiu o número de centros de internamento de estrangeiros pelo país (THE GUARDIAN, 2009, tradução nossa). Anos mais tarde, o Ato de Imigração e Asilo de 2004, instituído logo após a adesão de oito Estados da Europa Central e Oriental à UE, definiu como crime a entrada de estrangeiros no Reino Unido sem portar documentos oficiais. Tal lei ainda ampliou os poderes de detenção e deportação para os funcionários de imigração que realizam rondas nas ruas. Dois anos depois, em 2016, “o Partido Trabalhista aprovou uma nova Lei, dando poderes ao *Home Secretary* para cassar cidadanias ou proibir direito à moradia para estrangeiros. O objetivo era ‘controlar a migração’ e concentrar-se na redução de migrantes indocumentados” (MARTINS JR, 2017, p. 99, tradução e grifo nosso)⁷.

Esse controle migratório mais intenso, não por acaso, coincidiu com a crise financeira que atingiu fortemente o continente europeu em 2007/2008, resultando num elevado desemprego na zona do euro. Mais tarde, ganhou uma nova dimensão através da expressão “empregos britânicos para trabalhadores britânicos”, usada pelo ex-primeiro-ministro, do governo trabalhista, Gordon Brown, como lema para garantir que os trabalhadores britânicos pudessem ter acesso às vagas de empregos que supostamente eram ocupadas por migrantes (THE GUARDIAN, 2013). O quadro se acentua em 2010, quando David Camaron, do Partido Conservador, assume o cargo de primeiro-ministro através de uma coalizão com o liberal-democrata Nick Clegg. Esse novo governo (2010-2016), então, adota uma postura radical sobre a

⁶ “The British Immigration and Asylum Act 1999”

⁷ “the Labour Party passed a new Act, giving powers to the Home Secretary allowing them the right to withdraw a citizen of their citizenship or right of abode. The idea was to ‘manage migration’, and focus on reducing undocumented migration.”

“presença histórica” dos migrantes no Reino Unido e assume publicamente que a experiência multicultural britânica foi um fracasso.

Paralelamente a isso, programas de TV como o *UK Border Forcer*, apresentado diariamente no canal Sky1, ajudaram a criar o sentimento de pânico na população britânica ao apresentar um Reino Unido invadido por uma onda de migrantes ilegais que se reúnem nas fronteiras para invadir o país e viver à custa do Estado. Essa postura, aliada ao endurecimento das leis migratórias, propiciou o cenário ideal para causar um forte alarde na sociedade londrina, bem como a recente aprovação do Brexit (a saída do Reino Unido da UE), em 23 de junho 2016, no parlamento britânico e por 51,89% de aprovação da população local em referendo.

Assim, já em 2008, o governo britânico passou a autorizar a emissão de visto de trabalho por um sistema de pontuação, que se baseia em vários critérios sobre as qualificações do candidato⁸. Migrantes que desejarem entrar ou permanecer no país sem uma proposta de trabalho terão de atingir pontuações específicas para conseguir o visto. Assim, portadores de vistos de estudo e/ou dependentes têm sido os alvos nos esforços para reduzir e controlar o fluxo migratório proveniente de fora da UE. Tais vistos têm caráter temporário, e o ato de renovar é geralmente bastante rigoroso, enquanto a troca de modalidade é praticamente nula.

As restrições impostas ao cidadão estrangeiro ganham maiores contornos trágicos quando o visto expira. Não portar visto ou cidadania oriunda da UE no Reino Unido o torna ilegal perante o governo. Conforme o próprio *Home Office* define desde 2007, “Migração Ilegal” é interpretada como:

um termo coletivo para muitas formas de abuso nas regras de imigração. Inclui-se: entrar ilegalmente no país — ao passar pelos controles que temos no exterior, ou em nossas fronteiras por meio de entrada fraudulenta ou clandestina — ou quebrar as regras de imigração no Reino Unido — ao trabalhar em tempo integral tendo sido autorizado apenas a estudar ou ainda

⁸ Para entrar ou permanecer no Reino Unido, o *Home Office* (2016) declara que trabalhadores qualificados mas não oriundos da UE devem ter um visto Nível 2. Tal visto exige que o solicitante tenha recebido uma oferta de emprego no Reino Unido e ter pelo menos £945 em sua conta bancária por 90 dias. O trabalho, além disso, deve pagar pelo menos £20,800 anualmente, embora o governo esteja atualmente considerando uma recomendação para aumentar isso para £30,000. O solicitante deve, ainda, obter um certificado de patrocínio de seu empregador (que envolve uma taxa entre £536 e £1.476), pagar £200 por ano como uma sobretaxa de saúde e deve provar seu conhecimento do idioma inglês. Finalmente, ele só pode permanecer no Reino Unido com esse visto por um período máximo de seis anos. Em janeiro de 2016, o Comitê Consultivo de Migração também recomendou que “o governo estabelecesse uma arrecadação de £ 1.000 por ano em empresas que empregam migrantes qualificados de fora da UE e que eleve o limite salarial para vistos de Nível 2 de £20.800 a £30.000” (The Guardian 12/03/2016).

não deixar o país no final do visto (HOME OFFICE, 2007, p. 08, tradução nossa)⁹.

Nota-se que a migração indocumentada no Reino Unido é classificada como “uma infração penal”, que “pode conduzir o migrante ao julgamento e à expulsão do Reino Unido, sujeito a uma proibição de reentrada obrigatória”¹⁰, tal como estabelecido na Lei de Asilo e Imigração de 1996 e na Lei de Asilo e Imigração de 2004 (HOME OFFICE, 2016 p. 04, tradução nossa). Assim, tal produção de ilegalidade fornece condições para sustentar a vulnerabilidade e a perseguição de migrantes indocumentados no dia a dia londrino. Logo, “o perfil racializado de imigrantes ilegais chama a atenção de muitos outros *não-cidadãos* que o Estado não os reconhece como verdadeiros cidadãos. As fronteiras violam não apenas os direitos humanos, mas também os direitos à cidadania” (ABRAM et al, 2016, p. 10, tradução e grifo nosso)¹¹.

Étienne Balibar, em palestra proferida em 1999, já chamava a atenção para a crise de cidadania e identidade vivenciada pela UE como um todo e como isso implicava fortes restrições aos migrantes provenientes de países não membros do bloco. Segundo o autor, o Tratado de Maastricht define como cidadão europeu quem possui a nacionalidade de um dos Estados-membros. Tal formulação introduz a ideia de uma cidadania em escala europeia, além de reafirmar a apropriação dos cidadãos por parte de cada Estado-membro. Assim, aqueles não portadores do passaporte europeu não têm direitos assegurados em território britânico. Tal efeito perverso produz o que o autor define como:

o perigo do surgimento de um *apartheid*, que seria como o lado obscuro, a contrapartida da construção dessa nova cidadania. Além disso, pelo fato de que esse *apartheid* é mais ou menos difuso e também oficialmente reconhecido — pelo qual, de um lado, uma nova cidadania é construída no continente, porém, de outro, somente uma parte das pessoas que vivem no continente terá o direito de participar desse processo e usufruir do conjunto dos direitos de cidadania [...] (BALIBAR, 1999, p. 14).

⁹ “a collective term for many forms of abuse of the immigration rules. It may be entering the country illegally – by attempting to get through the controls we have overseas, or at our border through fraudulent or clandestine entry – or by breaking the immigration rules in the UK –by working full time having been allowed in to study, or by failing to leave at the end of their stay.”

¹⁰ “a criminal offence” that “can lead to prosecution and removal from the UK, being subject to a mandatory re-entry ban”

¹¹ “the racialized profile of so-called illegal migrants, reminded many non-citizens as well as citizens that the state still does not recognize them as real citizens. Borders violate not only human rights but also citizen rights.”

Portanto, longe de barreiras geográficas localizadas nas fronteiras territoriais, que servem para bloquear ou obstruir a passagem de viajantes suspeitos, este artigo considera que as fronteiras do Reino Unido são flexíveis e estão em constante formação (MEZZADRA e NEILSON, 2013; BALIBAR, 2002, 2004, 2010; KUBAL, 2014). A proliferação de fronteiras do Reino Unido invade e permeia as localidades cotidianas do espaço britânico, o que requer constante identificação por parte do estrangeiro (aqui destacamos o notório caso da campanha *Go Home* promovida pelo *Home Office* em 2012)¹². Tal como afirmou Balibar (2004, p. 11, tradução nossa), as fronteiras “estão dispersas um pouco por toda parte, onde quer que o movimento de informações, pessoas e coisas esteja acontecendo e possa ser controlado —por exemplo, em cidades cosmopolitas”¹³. Tendo isso em conta, definimos as políticas de imigração britânicas, as rondas e blitzes realizadas por agentes de imigração do *Home Office* como “fronteiras móveis”, neste estudo.

Tais fronteiras britânicas impõem, de maneira bastante obscura, um controle rigoroso sobre migrantes indocumentados (DIAS, 2016; 2018, no prelo). Embora as regras sejam claras e possam ser facilmente encontradas em *sites* governamentais ou em corredores de aeroportos que antecipam os guichês da imigração, a prática é imprevisível, e isso causa desespero entre os alvos nas ruas de Londres. Tal afirmação pode ser corroborada pela intensificação no número de incursões realizadas pelo *Home Office* em Londres, desde 2010, e pelo seu caráter cada vez mais público. São vistorias em pontos de ônibus, estações de metrô e outros locais públicos, tais como cafés e restaurantes, realizadas por agentes de imigração em busca de cidadãos que despertem a atenção através de seus vestuários ou sotaque “estrangeiro” (DIAS, 2016; KUBAL, 2014).

Agentes migratórios são autorizados a aplicar medidas abertamente originadas do domínio do direito penal — algemar suspeitos diante do público em geral como possíveis criminosos, efetuar prisões, detenções e deportações —, o que gera uma realidade bastante assustadora para muitos migrantes em Londres (DE GENOVA, 2002; BLOCH et al 2009). Essa prática de vigilância transforma Londres em um lugar imprevisto para brasileiros

¹² Em 2013, o *Home Office* lançou a controversa campanha *Go Home* dirigida a imigrantes indocumentados e refugiados em Londres. Tal campanha consistiu em uma ampla propagação de anúncios através de vans que diziam: “No Reino Unido ilegalmente? Vá para casa ou enfrente a prisão”. O texto ainda dizia: “106 prisões na semana passada na sua área”, todavia, não especificava qual área em Londres. Segundo o jornal *The Guardian*, esta campanha “foi amplamente criticada porque a mensagem” direto para casa “é uma reminiscência de grafites racistas da década de 1970.” (29/07/2013). Apesar da forte crítica dos direitos humanos, partidos de esquerda e diversos setores da sociedade britânica, o *Home Office* insistiu na defesa dessa campanha, que custou mais de £10 mil. Segundo o órgão, tratava-se de uma abordagem construtiva do problema da imigração ilegal.

¹³ “[...] they are dispersed a little everywhere, wherever the movement of information, people, and things is happening and is controlled – for example, in cosmopolitan cities.”

indocumentados, onde as chances de serem apanhados pelos agentes do *Home Office* são imprevisíveis.

BRASILEIROS NO REINO UNIDO

Nas últimas três décadas, a migração internacional tornou-se um fenômeno relevante no Brasil. De acordo com os dados do Ministério Brasileiro de Relações Exteriores (MRE), em 2012 um número considerável de brasileiros (aproximadamente 3,5 milhões) residia no exterior. Depois de Portugal (140.426) e Espanha (128.238), tradicionalmente conhecidos como os principais destinos para os brasileiros, o Reino Unido é o país com a maior população brasileira na Europa. Segundo o próprio MRE (2012), existem cerca de 118 mil brasileiros vivendo apenas no Reino Unido.

A presença de brasileiros nesse país cresce desde a década de 1990, mas acelerou exponencialmente durante a década de 2000. Estudos indicam que tal crescimento ocorreu, especialmente, depois do “11 de Setembro”, quando os EUA reforçaram as suas fronteiras externas, e a crise financeira global de 2008 impactou fortemente as economias dos dois países ibéricos (SCHROOTEN, SALAZAR, DIAS, 2015). Em virtude dessa mobilidade migratória, brasileiros tornaram-se um importante grupo migratório em Londres, e sua presença contribuiu para a ampla diversificação populacional e para a “superdiversidade” londrina (VERTOVEC, 2007).

Diante desses dados, podemos compreender a razão pela qual o *Home Office* tem assumido uma atitude rigorosa em relação à emigração brasileira na década de 2000. Pesquisas recentes apontam isso. Angelo Martins Jr, por exemplo, afirma que “em 2002, o Reino Unido tinha cerca de 130 mil brasileiros entrando no país, dos quais 2.400 foram recusados. Em 2003, 127.000 entraram e 4.385 foram recusados.” (2017, p. 99, tradução nossa)¹⁴. Kubal, Bakewell e De Hass (2011) revelam que nos anos seguintes (2008-2010) o número de migrantes brasileiros que entraram no Reino Unido diminuiu gradualmente. “Em 2007 e 2008, foram concedidos 7.040 e 7.715 autorizações de entrada, respectivamente. Em 2009, apenas 5.880 brasileiros foram autorizados a entrar no Reino Unido, e no primeiro trimestre de 2010 apenas 1.275 brasileiros foram admitidos” (2011, p. 05, tradução nossa)¹⁵. Ademais, dados recentes do *Home Office*

¹⁴ “[...] in 2002 the UK had 130,000 Brazilians entering the country out of which 2400 wererefused; in 2003, 127,000 entered and 4385 were refused.”

¹⁵ “In 2007 and 2008, there were 7,040 and 7,715 entry clearances granted, respectively. In 2009 only 5,880 Brazilians were allowed to enter the UK, and in the first quarter of 2010 only 1,275 Brazilians were admitted.”

colocam brasileiros como o segundo grupo migratório que mais sofre com deportação no Reino Unido (GORDON et al., 2009).

Podemos afirmar que brasileiros no Reino Unido são, em geral, um grupo muito diverso. Eles são “compostos por pessoas de diferentes classes, regiões, gêneros e que têm diferentes razões para migrar” (MARTINS JR, 2017, p. 38, tradução nossa)¹⁶. Assim, o grupo explorado neste estudo compreende uma classe média baixa que não emigra essencialmente por motivos econômicos. Em vez disso, ao lado da oportunidade de um trabalho remunerado em libras, nossos interlocutores elencam a vontade de viver por um período na Europa e experimentar a vida global que Londres pode lhes proporcionar. Em geral, eles esperam permanecer no Reino Unido por um período de um a cinco anos, período durante o qual eles querem economizar dinheiro para investir em empreendimentos nas suas cidades de origem e, ainda, acessar bens de consumo que não poderiam ter no Brasil.

No entanto, como já exposto acima, após seis meses vivendo na capital britânica, quando seu *status* de visitante expira, tornam-se indocumentados e, portanto, sujeitos à deportação. Como resultado, esses brasileiros têm que ocultar sua presença para o *Home Office*, que monitora os espaços cotidianos de Londres. Assim, caminhar pelas ruas, acessar o transporte público ou desfrutar de suas horas de lazer tornam-se um grande desafio para eles.

IDENTIFICANDO AS FRONTEIRAS MÓVEIS EM LONDRES

As fronteiras móveis, segundo nossos interlocutores, são personificadas através dos “Homens de Preto”, expressão amplamente utilizada por eles para se referirem aos agentes de imigração do *Home Office*. Como eles salientam, o controle do espaço urbano é difuso e feito por agentes que se movem “silenciosamente”. Não há uma presença geográfica fixa como, por exemplo, a que ocorre no controle de passaportes em zonas aeroviárias (DIAS, 2015; 2016). Logo, não dá para saber quando a blitz migratória ocorrerá.

Segundo Laerte, 40 anos de idade, brasileiro indocumentado que durante a entrevista, em 2012, afirmou ter residido em Londres por mais de cinco anos, o controle migratório produzido por blitz faz com que “você não saiba quando e onde pode ser pego. Isso pode acontecer a qualquer instante. Sabe? Posso virar a esquina e ser pego”. Portanto, a mobilidade através do tecido urbano londrino deve ser ajustada de acordo com a aparição surpresa dos “Homens de

¹⁶ “[...] are in fact a diverse group, composed of people from different classes, regions, genders, who have different reasons for migrating.”

Preto”. Curiosamente, essa terminologia parece não ser exclusiva entre brasileiros. Khosravi (2010) revela que entre iranianos indocumentados na Suécia essa expressão também é utilizada para nomear os agentes da migração. Como ele próprio observa, tal expressão é uma analogia a produção hollywoodiana homônima:

O filme, como aparece em cartazes promocionais, retrata ações que buscam “proteger a Terra da escória do universo”. O herói, um agente do Serviço de Imigração e Naturalização (INS), persegue alienígenas espaciais, criaturas não humanas. O filme começa com um “erro humorístico”. Em vez de alienígenas espaciais, um grupo de alienígenas humanos — transgressores da fronteira mexicana indocumentados — é apreendido (2010, p. 27, tradução nossa)¹⁷.

Diante desse risco diário de deportação, Mauro, 27 anos de idade, que durante a entrevista, em 2012, revelou ter vivido cinco anos como indocumentado em Londres, define a vida em Londres como uma experiência que envolve medo e insegurança, causados pela presença dos agentes migratórios. O ato diário de sair de casa e percorrer as ruas de Londres, segundo ele, é uma ação que exige muita concentração e coragem para superar o medo de ser pego.

O medo é um sentimento constante. Eu costumo trabalhar com uma motocicleta [courier], então desde o primeiro momento em que eu coloco meus pés na rua eu sinto medo. Você sabe, todos os dias ouvimos essas histórias... [A imigração] pegou alguém; Fulano [algum amigo] está na prisão... foi parado durante uma parada policial e deportado.

Conforme Mauro revela, o sentimento de medo surge por causa da falta de *status* de imigração. Com o intuito de superar esse sentimento, brasileiros tentam passar a maior parte do tempo em lugares mais próximos de onde vivem e trabalham. “[...] essa é uma solução encontrada por aqueles que estão constantemente com medo da súbita batida feita pelos Homens de Preto. A idéia é se mover pouco e sempre nas sombras...”, complementa. Assim, quanto menos eles se movem por Londres, menos despertam a atenção para sua falta de uma cidadania “legal” que os possibilitem acessar a cidade (BALIBAR 2002; MEZZADRA e NEILSON, 2013).

Além disso, a pesquisa de campo revela que o sentimento de medo vivido por esses migrantes é um misto causado não apenas pelo seu *status* de indocumentado, mas também pela

¹⁷ “The movie, as it appears on promotional posters, is about ‘protecting the earth from the scum of the universe’. The hero, an Immigration and Naturalization Service (INS) agent, chases space aliens, non-human creatures. The movie starts with a ‘humorous mistake’. Instead of space aliens, a group of human aliens – undocumented Mexican border transgressors – are apprehended.”

imprevisibilidade das leis britânicas. Mauro, novamente, elucida isso. Ele lembra um colega brasileiro que morava em Londres havia mais de dez anos. De acordo com Mauro, essa pessoa já havia sido detida três vezes por agentes da imigração. Todavia, logo em seguida ele era solto e ainda estava lá. Mauro diz que isso causa uma grande confusão entre os demais brasileiros. “Eu realmente não sei o que ele [seu amigo] tem... Ele os atrai [*Home Office*], mas ao mesmo tempo eles não o enviam de volta para o Brasil. Não entendo por que eles fazem isso”. Deve-se notar que o exemplo de Mauro não é um caso isolado. Durante entrevistas e conversas realizadas no trabalho de campo em Londres, casos similares a esse foram mencionados.

Todavia, como ressalta De Genova (2013) e Kubal (2014), mais do que a deportação, é o risco de deportabilidade que causa confusão entre migrantes indocumentados. A operação disciplinar de rastreamento e detenção de imigrantes sem documentos em Londres nunca é simplesmente pautada no objetivo de deportação. A deportação ou remoção implica custos elevados para o governo do Reino Unido (KUBAL, 2014). A detenção antes da remoção não deve ser por mais de quatro semanas. Assim, é possível que o *Home Office* tenda a usar a privação de liberdade física como uma punição disponível para amedrontar migrantes indocumentados e, assim, forçá-los a retornar para seus países de origem.

Embora não possa ser visto como uma regra geral, alguns dos entrevistados expuseram que depois de um certo período eles estavam novamente livres. Por exemplo, Gisele, uma brasileira de 31 anos de idade que vivia indocumentada em Londres por mais de sete anos, entrevistada em 2013, foi capturada por agentes da imigração mais de uma vez. No entanto, ela foi libertada de detenção depois de um período. “Fui brutalmente presa e puxada para um carro. Eles me jogaram nos fundos do carro. Era verão e eu estava suando muito ao ser levado para esse lugar de detenção.” Ela prossegue, “... lá fiquei em uma cela limpa. Eu tinha o direito a um telefonema. Assim, liguei para o meu primo. Dois ou três dias depois eu deixei o lugar. Eles me deram algum dinheiro e disseram que eu deveria pegar um bilhete de avião de volta ao Brasil... eu nunca voltei”.

Nessa ótica, Londres torna-se um espaço marcado pela espetacularização de fronteiras, como observa De Genova (2013). Qualquer eventual inspeção rotineira de documentos é acompanhada de ameaças de detenção e deportação. As fronteiras móveis britânicas operam como “uma entidade nebulosa que monitora mobilidades, bem como busca gerenciar qualquer ameaça percebida fora, dentro e na fronteira geopolítica” (CEYHAN 2008, p. 145, tradução

nossa)¹⁸. Ser indocumentado é a forma como esses brasileiros vivem e percebem, com mais ou menos intensidade, as contradições do mundo globalizado de que desejam participar.

Fronteiras móveis, manipuladas pelos “Homens de Preto”, permeiam a cidade em diferentes escalas e em diferentes espaços sociais. Portanto, quanto mais tempo esses migrantes vivem em Londres, mais eles precisam adquirir habilidades para viabilizar sua presença indesejada na cidade. O trabalho de campo revelou-nos que o sentimento de vulnerabilidade obriga brasileiros indocumentados a conceberem táticas comportamentais para lidar com o policiamento constante dos espaços públicos e do ambiente jurídico em que se encontram (BLOCH et al 2009, KHOSRAVI 2010 e DIAS 2016). Esses comportamentos são identificados neste artigo como táticas de mobilidade urbana.

TÁTICAS DE MOBILIDADE URBANA

De acordo com nossos interlocutores, o sistema de vigilância produzido pelas fronteiras móveis impõe sobre eles uma forte insegurança ao caminharem pelas ruas de Londres. Gisele, por exemplo, destaca que simples atividades cotidianas como “ir ao supermercado, usar o transporte público ou sair na noite tornam-se [atividades] assustadoras. Você sente que está sendo monitorado”. Como resultado, eles compartilham a convicção de que um migrante indocumentado não deve estabelecer conexões profundas com Londres. Para Aloisio, um migrante indocumentado de 28 anos de idade, entrevistado em 2011 e que havia sete anos estava residindo em Londres,

Nada dura muito em Londres. Ninguém sabe o que pode acontecer assim que colocarmos os pés na rua. É por isso que mantenho minhas coisas sempre embaladas em sacos, e meus amigos mais próximos estão conscientes dos meus movimentos. Se eu for pego, eles enviam minhas coisas para o Brasil.

Aloisio acredita que um migrante indocumentado deve ter “sua vida planejada cada dia. Dia a dia ele trabalha, economiza dinheiro e, ao mesmo tempo, deve desfrutar os prazeres que Londres tem para oferecer”. Segundo ele, esse é o seu objetivo. Aloisio tem conhecimento de que seu *status* de indocumentado o torna vulnerável à deportação.

¹⁸ “diffuse border, a nebulous entity for the monitoring of mobilities, as well as the management of perceived threat, outside, inside, and on the geopolitical border”.

Eu sei que podemos ser pegos a qualquer momento. Eu tenho companheiros que de repente deixaram Londres. Não porque eles planejaram, mas porque agentes de imigração os encontraram. Eles deixaram tudo para trás... Computadores, roupas, sapatos, dinheiro e empregos.

Segundo ele, a melhor maneira de lidar com isso é não se apegar a nada. “Quero dizer, mesmo com as pessoas. Olhe, estamos todos juntos em torno desta mesa. Estamos tomando uma cerveja, discutindo futebol e assim por diante, mas amanhã qualquer pessoa pode ser presa. Então...vamos aproveitar Londres enquanto dura!”. A incerteza causada pela falta de documentação e o temor causado pelo patrulhamento surpresa, produzido por agentes migratórios, transformam a forma como Aloisio e muitos outros encaram vida em Londres. Eles revelam uma vida sem grandes conexões afetivas e fortemente marcada por estar em mobilidade.

Devido a essas duras condições impostas pelas fronteiras internas do Reino Unido, Gisele ressalta que a melhor maneira de superar “o sentimento de estar sitiado é viver entre pessoas que compartilham as mesmas condições... quero dizer, outros migrantes que não têm papéis”. Ela explica que isso permite que migrantes não só compartilhem a angústia causada pelas fronteiras internas, como também aprendam novas formas de evitar a deportação.

[...] dividir uma casa, trabalhar juntos ou simplesmente ter amigos... isso ajuda. Quero dizer, quando você mora com outros brasileiros que estão na mesma situação que você [sem papéis], rola uma ajuda. Você aprende atalhos para andar pela cidade sem chamar a atenção; mas você também tem que ensinar o que você sabe. A ideia é aliviar a dificuldade aqui... para ter uma vida melhor e desfrutar do que Londres tem para oferecer. É por isso que estamos aqui.

Segundo Gisele, essas experiências compartilhadas também oferecem ao migrante a chance de manter um passo à frente das autoridades migratórias em Londres.

As pessoas que viveram por mais tempo em Londres estão acostumadas com a forma como as [autoridades] de imigração trabalham aqui. Então, para alguém que acabou de chegar em Londres, morar em uma casa com outros brasileiros é a melhor maneira de aprender a se mover e se comportar na cidade. Você começa a entender como eles [agentes de imigração] funcionam e não corre o risco de dar bofeira.

Ter um *status* de indocumentado exige que migrantes também compreendam uma série de possibilidades e interdições que a arquitetura urbana lhes impõe (DE CERTEAU, 2012). De acordo com Pedro, brasileiro indocumentado, de apenas 19 anos, residente em Londres e

entrevistado em 2012, “há lugares e ruas em Londres que, dependendo do tempo ou do movimento que ocorre lá, não é muito sábio estar lá... é melhor encontrar atalhos.” Para ele, a possível presença dos Homens de Preto é um indicativo a “migrantes sem papéis para evitar esse lugar.” Portanto, andar pelas ruas de Londres exige uma constante vigilância. Eles têm que pautar sua existência nesse espaço social pelo fluxo de pedestres e também pela atuação daqueles que monitoram suas idas e vindas. Logo, o ato de caminhar por ruas, fazer escolhas de trajetos enquanto se percorrem trechos e usar atalhos para encurtar percursos ou ganhar tempo podem ser pensados como uma resistência criativa vivida por esses brasileiros no cotidiano londrino.

Segundo Denise, outra brasileira indocumentada entrevistada em 2013 e que residia na cidade havia mais de nove anos, espaços públicos exigem movimentos calculados e rápidos para evitar perder-se e, portanto, “ter que depender da ajuda de outras pessoas ou correr o risco de serem abordados pela polícia”. Em outras palavras, passar despercebido seria a melhor tática para esses brasileiros indocumentados.

Com o objetivo de evitar uma viagem sob constante vigilância, migrantes procuram percorrer rotas menos conhecidas e, supostamente, menos controladas por autoridades fronteiriças (PAI, 2008; BIAO, 2005; KHOSRAVI, 2010).

SOBRE COMO E QUANDO FREQUENTAR ESPAÇOS PÚBLICOS

Embora Londres seja uma cidade global, conhecida em todo o mundo pela qualidade de seu transporte público, migrantes indocumentados revelam que as rotas de ônibus e, sobretudo, linhas de metrô podem sofrer vistorias repentinas pelos agentes da migração. Todavia, o trabalho de campo revela que há uma diferença entre ambos os sistemas de transporte. Enquanto o metrô é mais eficiente e veloz no deslocamento, ele “não oferece ponto de fuga” como revela Anderson, um brasileiro de 30 anos de idade que tivemos a oportunidade de acompanhar durante a pesquisa de campo em Londres. Já o ônibus, por outro lado, está sujeito ao trânsito londrino, porém, Manuela, brasileira de 37 anos, nove dos quais vivendo em Londres, explica, que ele “te dá a possibilidade de acompanhar a movimentação da cidade pela janela. Você tem uma ideia do que pode estar no próximo ônibus ou descer a qualquer instante”. Ela revela ainda que “tem o fato de seus amigos poderem te avisar em qual área da cidade está rolando a presença dos Homens de Preto. Daí você calcula. Se for perigoso, desce no próximo ponto”. Nesse sentido, o ônibus oferece possibilidades de fuga, caso ocorra a presença de agentes migratórios. Manuela

detalha cuidadosamente que o sistema de transporte subterrâneo, apesar de rápido, é uma maneira arriscada de se deslocar em Londres.

Eu ouvi muitos casos de brasileiros que estavam com pressa para chegar em casa ou começar a trabalhar e decidiram ir de metrô, em vez de um ônibus. O que aconteceu? Assim que eles saíram do trem e chegaram à área de saída, havia um cordão de agentes verificando os documentos...

Cabe ressaltar que, juntamente com a acomodação, o transporte em Londres foi considerado caro por muitos entrevistados. Pedro, por exemplo, comenta que uma parte considerável de seu salário é gasta em seu cartão de viagem semanal Oyster¹⁹.

No início, tentei usar o Underground. Foi mais rápido viajar da minha casa ao trabalho ou a outros lugares, mas há uma neurose sobre os oficiais de imigração e também o preço. A opção restante é o ônibus. É mais seguro, muito mais barato e posso economizar algum dinheiro.

Em alguns casos, nossos interlocutores revelam que as viagens podem ser feitas sem pagar. Esse é o caso do ônibus N29, que liga Little Park Gardens (em Enfield) a Trafalgar Square/Charing Cross estação. Ou seja, conecta o Norte de Londres (área densamente habitada por brasileiros) ao centro da cidade, nas margens do rio Tâmisa.

Nessa linha, alguns dos veículos utilizados são feitos de carroceria articulada e não de dois andares, marca registrada dessa modalidade de transporte público londrino. Nesses ônibus, cabe ao passageiro passar o seu cartão Oyster em um dos leitores eletrônicos que ficam posicionados próximo de uma das três portas das duas carrocerias. O motorista não tem controle sobre o fluxo de entrada e saída de passageiros. Assim, nossos interlocutores revelam a possibilidade de viajar por Londres, através dessa linha, sem passar o cartão no leitor.

Segundo Claudio, brasileiro de 27 anos e que, assim como Anderson, tivemos a oportunidade de acompanhar durante o trabalho de campo em Londres, “você pode economizar algum dinheiro de bolso. No final da semana, faz a diferença”. Todavia, essa linha revela blitzes surpresas por parte de agentes fiscalizadores. Gisele revela:

Andar nessa linha às vezes é muito arriscado, apesar de você conseguir salvar umas libras. Rola da polícia estar junto com funcionários do transporte num dos pontos onde esse ônibus para e pedir pra todo mundo sair. Daí, eles conferem o cartão de todo mundo pra ver se pagou pela viagem. Aqueles que

¹⁹ Trata-se de um cartão pré-pago utilizado para se locomover por Londres.

não pagaram já são separados ali e tem que mostrar documentação e recebem uma multa. Daí, se você não tem os papéis, eles te levam...

O estudo de campo revela ainda que a tática de se locomover por espaços abertos e com inúmeros pontos de fuga — como, por exemplo, o transporte de ônibus urbano — também é expandida para outros espaços. Frequentar parques públicos e áreas comerciais como a *Oxford Street* é apontado pelos interlocutores como uma boa tática para evitar espaços públicos fechados onde o uso do português ou até mesmo a aparência física pode despertar a atenção de outros frequentadores.

Anderson explica que andar pela *Oxford Street* não é uma atividade que os coloca numa condição de anonimato. “É um lugar com milhares e milhares de turistas. Aquele vai e vem de pessoas, não tem como ser controlado. Não há controle para monitorar quem tem papéis e quem não tem”. Segundo ele, “em caso de ser parado, você pode simplesmente dizer que é turista e deixou seu passaporte no hotel. Tá ali comprando coisas e tal...”. Estar em lugares frequentados por turistas lhes oferece a chance de esconder seu *status* migratório de indocumentado. Parques públicos também são importantes a este respeito. Denise, por exemplo, comenta que em Londres esses lugares não são como no Brasil.

No Brasil, os parques públicos são raros. Não passamos muito tempo nos parques públicos, penso. Bem, no Alto Paranaíba, não temos nenhum. Mas eu lembro que em Belo Horizonte havia alguns parques, e nem sempre estavam cheios de pessoas. Isso significa que precisamos de policiais caminhando ... E eles não estão abertos como esses em Londres, onde você encontra áreas gramadas e muitas pessoas descansando, tendo piqueniques, praticando esportes ou namorando... Eles não são monitorados.

Por isso, Denise revela que gosta de passar seus dias livres com amigos em lugares como *Green Park* ou *Finsbury Park*. Claudio, que também prefere tais atividades, ressalta que o parque “dá proteção ... você pode ter uma boa visão do que está acontecendo ao seu redor. Melhor do que ir a *Trafalgar Square* ou ficar em um lugar fechado como um restaurante ou *pub* onde todos vão te ouvir e, se rolar um estresse, você pode ser pego”. Isso também nos leva a entender por que brasileiros indocumentados tendem a evitar reuniões com amigos em lugares fora de suas casas. “Eu prefiro tomar uma cerveja em casa. Bares podem ser lugares perigosos... às vezes rola um desentendimento, seguido de polícias, prisões e assim por diante...”, reflete Claudio. Ele diz que amigos e colegas de trabalho foram presos pelo *Home Office* enquanto eles estavam curtindo uma cerveja no intervalo ou final de trabalho. “Lembro-me de dois colegas de trabalho que

decidiram ir a um *pub* perto do restaurante onde trabalhávamos. Eles nem mudaram suas roupas. A polícia entrou no lugar e viu os dois caras. Na hora, pediu documentação...dias depois, eles já estavam Brasil...”. São lugares onde potenciais conflitos podem revelar seu frágil *status* de indocumentado.

Apesar de Londres ser um ambiente controlado por forças reguladoras, nossos interlocutores revelam que suas ruas podem ser utilizadas e ressignificadas. Caminhar por ruas, fazer escolhas sobre como percorrer determinados trechos e qual tipo de transporte deve ser utilizado revelam uma resistência criativa vivida por esses migrantes indocumentados no cotidiano urbano de Londres. O migrante busca formas de reinventar formas de locomoção pela cidade. Tal mobilidade urbana, com suas idas e vindas programadas, revelam como “as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” que impõem proibições, constrangimento e, no limite, deportação (DE CERTEAU 2012, p. 163).

Esses brasileiros evidenciam ainda como migrantes indocumentados reapropriam, subjetivamente, o espaço urbano sem, todavia, destituir o seu domínio cartográfico criado pelo *Home Office*. A mobilidade urbana produzida por esses brasileiros, portanto, seria uma microrresistência criativa que permite ao indocumentado fugir da disciplina racional e das proibições impostas pelas fronteiras móveis britânicas, que imperam sobre o espaço social. Essa invenção se dá graças ao que chamamos de táticas de mobilidade urbana, ou seja, movimentos astuciosos capazes de estabelecer, temporariamente, uma reapropriação das vias de circulação, segundo a particularidade de cada caminhante, e, conseqüentemente, alterar sutilmente lógicas e códigos instituídos nesses espaços fortemente vigiados.

Para esses brasileiros, estar indocumentado significa claramente viver em uma posição vulnerável, que exige movimentos cuidadosamente calculados pelas ruas de Londres. Portanto, uma mobilidade urbana segura pelas ruas desta cidade requer transitar por lugares abertos. De acordo com Gisele,

Você nunca se move em lugares lotados onde é difícil de escapar, caso ocorra uma batida da imigração. Eu acho que, assim como eu, a maioria das pessoas que não têm papéis prefere acessar lugares com diferentes saídas e áreas abertas. Você nunca sabe onde eles [agentes migratórios] estão...

Trata-se de uma mobilidade tática que tece caminhos de forma autônoma e, portanto, objetiva, tornando-se difícil de ser controlada. A tática de evitar lugares públicos fechados é um

ato de resistência criativa por parte desses migrantes indocumentados contra o risco de serem monitorados e de evitar o contato indesejado com agentes da imigração.

CONCLUSÃO

Em suma, ao passo que os governos celebram um mundo de fluxos e alta circulação de informações, mercadorias e pessoas, contraditoriamente reforçam, de maneira crescente, suas fronteiras territoriais; aqui destacamos as fronteiras móveis, cada vez mais maleáveis e obscuras.

Migrantes, por outro lado, buscam reinventar formas de superar esse controle fronteiriço por meio de táticas de mobilidade que envolvem conhecimento sobre a geografia local. Esse áspero diálogo não apenas define as linhas de tensão, que marcam zonas de fronteiras, como também nos oferece a possibilidade de compreender as fronteiras como possíveis espaços de reinvenção. Ele abre margem, ainda, para pensarmos, em particular, as fronteiras móveis do Reino Unido — representadas nesse artigo pelas leis britânicas e os agentes da migração — sob a perspectiva dos próprios migrantes, ao invés de focarmos, exclusivamente, os padrões de controle ou as leis regulamentadoras impostas pelos Estados-Nação.

A mobilidade urbana produzida por brasileiros e apresentada acima, portanto, é interpretada nesse estudo como uma microrresistência criativa, que permite a esses migrantes fugir da disciplina racional e das proibições impostas pelas leis migratórias britânicas e que imperam sobre o espaço social através de agentes migratórios. Migrantes têm a habilidade de reapropriar, de forma subjetiva e silenciosa, o espaço urbano sem, todavia, destituir o seu domínio cartográfico fortemente monitorado pelo *Home Office*. É o que denominamos nesse artigo como táticas de mobilidade urbana, ou seja, movimentos astuciosos capazes de estabelecer, temporariamente, uma reapropriação das vias de circulação, segundo a particularidade de cada migrante, e, conseqüentemente, alterar sutilmente lógicas e códigos instituídos nesses espaços através das fronteiras móveis.

Seguindo uma cartografia particular, esta mobilidade resultaria em uma hábil geografia de ação (PERERA, 2009). Essa é resultante da provisoriedade, em outras palavras, mapas mentais e rotas temporárias traçadas e utilizadas para se locomover pela cidade e que não necessariamente obedecem aos contornos cartográficos oficiais presentes no espaço citadino. De outro modo, elas atendem táticas de mobilidade migratórias particulares e momentâneas, as quais dificilmente são repetidas com precisão. Sendo assim, podemos afirmar que a mobilidade urbana produzida por migrantes indocumentados em cidades tomadas por leis migratórias rígidas não segue e nem

estabelece padrões, o que confunde a racionalidade por detrás de um mapa padronizado e, conseqüentemente, passível de monitoramento. A geografia de ação seria uma forma de reutilizar o espaço monitorado por controles migratórios, que não permitem uma mobilidade exposta daqueles que são considerados moradores indesejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAM, Simone; FELDMAN BIANCO, Bela; KHOSRAVI, Sharam; SALAZAR, Noel; and DE GENOVA, Nicholas. (2016). The free movement of people around the world would be Utopian: IUAES World Congress 2013: Evolving Humanity, Emerging Worlds, 5–10 August 2013. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, Surrey. V. 1, p. 1-30.
- ADEY, Peter. (2009). Facing airport security: affect, biopolitics, and the preemptive securitisation of the mobile body. London: *Environment and Planning D: Society and Space*. V. 27, p. 274-295.
- BALIBAR, Etienne. (1999). Cidadania, Nacionalidade, Soberania. São Paulo: Novos Rumos. V.14, n. 30, p. 12-15.
- BALIBAR, Étienne. (2002). *Politics and the other scene*. London: Verso.
- BALIBAR, Étienne. (2004). *We, the people of Europe? Reflections on transnational citizenship*. United Kingdom: Princeton University Press.
- BALIBAR, Étienne. (2010)., Acesso em: 29 ago. 2012. *Rights, differences, exclusions*. Lecture at University of Pittsburgh, 2010. Disponível em :<<http://www.humcenter.pitt.edu/events/balibarvideo.php>>
- BLOCH, Alice; SIGONA, Nando and ZETTER, Roger. (2009). *'No right to dream' the social and economic lives of young undocumented migrants in Britain*. London: Paul Hamlyn Foundation.
- BIAO, Xiang. (2005). *Transcending boundaries. Zhejiangcun: The story of a migrant village in Beijing*. Leiden-Boston: Brill.
- CEYHAN, Ayse. (2008). Technologization of Security: Management of Uncertainty and Risk in the Age of Biometrics. Ontário: *Surveillance & Society*.V.5, n. 2, p. 102-123.
- DAVIES, Júlio. (2015). *Migration Polices and Migration Streams: a case study of Brazilian immigration to the UK*. 70f. Dissertação de Mestrado em Estudos Brasileiros – King'sCollege, University of London.
- DE CERTEAU, Michael. (2012). *A Invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- DE GENOVA, Nicholas. (2002). Migrant 'illegality' and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*. V. 31, 419–447.
- DE GENOVA, Nicholas. (2013). Spectacles of migrant 'illegality': the scene of exclusion, the obscene of inclusion. Surrey: *Ethnic and Racial Studies*.V.36, n.7, p.1180-1198.

DE MONTLIBERT, Christian. (2014). Abdelmalek Sayad, un sociologue du symbolique. In: MOHAMMEDI, S.M. (Org.). *Abdelmalek Sayad, migrations et mondialisation*, p.21-37.

DIAS, Gustavo. (2013). Tactics of border crossing movement: exploring the mobility of Brazilians through the Schengen and UK airspace. *Sergipe: Revista Ambivalências*. V. 3, n.5, p.183-215.

DIAS, Gustavo. (2016). *Brazilian migration into London: mobility and contemporary borders*. 272f. Tese de Doutorado em Sociologia – Goldsmiths College, University of London.

DIAS, G. “Onde estão as fronteiras? Como brasileiros indocumentados experienciam o regime de fronteiras britânicas”. *Travessia: revista do migrante*. nº82, 2018. No prelo.

EVANS, Yara; DIAS, Gustavo; MARTINS JR, Angelo; SOUZA, Ana; TONHATI, Tânia. (2015). Acesso em: 09 jun. 2017. Diversidade de Oportunidades: Brasileiros no Reino Unido, 2013 -2014.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/19189132/Diversidade_de_Oportunidades_Brasileiros_no_Reino_Unido_2013_-2014>

GORDON, Ian; SCANLON, Kathleen; TRAVERS, Tony and WHITEHEAD, Christine. (2009). Acesso em: 12 jun. 2017. *Economic impact on the London and UK economy of an earned regularisation of irregular migrants to the UK, London: Greater London Authority*. Disponível em: <https://www.london.gov.uk/sites/default/files/gla_migrate_files_destinati_on/irregular_igrants-report.pdf>

HOME OFFICE. (2016)., Acesso em: 12 jun. 2017. *Visas and Migration*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/browse/visas-immigration/student-visas>>

KHOSRAVI, Shahram. (2010). *The 'Illegal' traveller: an auto-ethnography of borders*.

London: Palgrave Macmillan.

KNOWLES, Caroline and HARPER, Douglas. (2009). *Hong Kong: Migrant lives, landscapes, and journeys*. Chicago: Chicago Press.

KUBAL, Agnieszka; BAKEWELL, Oliver; and DE HAAS, Hein. (2011)., Acesso em: 16 mar. 2017. *The evolution of Brazilian migration to the UK: a THEMIS Scoping Study*. Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/publications/the-evolution-of-brazilian-migration-to-the-uk-a-themis-scoping-study>>

KUBAL, Agnieszka. (2014). *Struggles against subjection: implications of criminalization of migration for migrants' everyday lives in Europe*. London: *Crime, Law and Social Change*. V. 62, n. 2, p.91-111.

MAGUIRE, Mark; FROIS, Catarina; e ZURAWSKI, Nils. (ed.). (2014). *The Anthropology of Security: Perspectives from the Frontline of Policing, Counter-terrorism and Border Control*. London: Pluto Press.

MARTINS JR, Angelo e DIAS, Gustavo. (2013). Imigração brasileira contemporânea: discursos e práticas de imigrantes brasileiros em Londres. Lisboa: *Análise Social*, v. 209, n.33, p. 810-832.

MARTINS JR, Angelo. (2017). *The production and negotiation of difference in a world on the move: Brazilian migration to London*. 280f. Tese de Doutorado em Sociologia – Goldsmiths College, University of London.

MEZZADRA, Sandro. (2012)., Acesso em: 30 abr. 2015. *Border as method: bordering practices and struggles of mobility in a globalizing world*. Disponível em: <<http://ondemand.duke.edu/video/24266/sandro-mezzadra-border-as-meth>>

- MEZZADRA, Sandro e NEILSON, Brett. (2013). *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham: Duke University Press.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2012) *Diplomacia Consular, 2007 a 2012*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- PAI, Hsiao-Hung (2008). *Chinese whispers: the true story behind Britain's hidden army of labour*. London: Penguin Press.
- PERERA, Suvendrini. (2009). *Australia and the insular imagination: beaches, borders, boats, and bodies*. New York: Palgrave Macmillan.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.
- SCHROOTEN, Mieke; SALAZAR, Noel; e DIAS, Gustavo. (2015). *Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK*. London: *Journal of Ethnic and Migration Studies*. V. 42, n.7, p:1199-1215.
- SRISKANDARAJAH, DHANANJAYAN e FRANCESCA, Hopwood Road. (2004). *United Kingdom: Rising numbers, rising anxieties*. Migration Information Source. Disponível em: www.migrationinformation.org.
- SOMERVILLE, Will; SRISKANDARAJAH, Dhananjayan; e LATORRE, Maria. (2009)., Acesso em: 17 de jul. 2016. *United Kingdom: A Reluctant Country of Immigration*. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/united-kingdom-reluctant-country-immigration>
- THE GUARDIAN. (30/01/2009)., Acesso em: 17 abr. 2012. Brown stands by British jobs for British workers remark. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/politics/2009/jan/30/brown-british-jobs-workers>
- THE GUARDIAN (29/07/2013)., Acesso em: 15 jan. 2014. 'Go home' campaign against illegal immigrants could go nationwide. Disponível em <http://www.theguardian.com/uk-news/2013/jul/29/go-home-campaign-illegal-immigrants>
- THE MIGRATION OBSERVATORY. (2016)., Acesso em: 12 de ago. 2016. *Migration and Brexit*. Disponível em: <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/projects/migration-and-brexit/>
- VERTOVEC, Steven. (2006) *The Emergence of Super-Diversity in Britain*. Centre on Migration, Policy and Society: University of Oxford, 2006. Disponível em: https://www.compas.ox.ac.uk/media/WP-2006-025-Vertovec_Super-Diversity_Britain.pdf.
- VERTOVEC, Steven. (2007). Super-diversity and its implications. Surrey: *Ethnic and Racial Studies*. V.30, n. 6, p.1024–1054.
- VILA, Pablo. (2000). *Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors, and narratives identities on the U.S.–Mexico frontier*. Austin: University of Texas Press.

Gustavo Dias

Doutor em Sociologia pela Goldsmiths College – University of London, professor de Sociologia no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e pesquisador membro do grupo de pesquisa Mutum (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e suas Interfaces).

Carla Nadinne Souza

Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e pesquisadora membro do grupo de pesquisa Mutum (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e suas Interfaces).

Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de emigrantes brasileiros(as) rumo à Europa¹

Contemporary transits: the coming and going of Brazilian emigrants to Europe

GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS

RESUMO

Nesse início de século XXI, a ampliação do fluxo migratório de homens e mulheres rumo ao estrangeiro tem colocado novas questões e problemas para aqueles que vivenciam a experiência de conviver entre dois lugares — o Brasil e os vários locais de destino dos emigrantes brasileiros. Este artigo pretende analisar o ir e vir de emigrantes brasileiros entre o Brasil e a Europa, configurando um campo de relações transnacionais. Pretendo analisar, a partir de uma pesquisa etnográfica que envolveu observação participante e entrevista com migrantes e seus familiares, as trajetórias de mulheres migrantes e seus projetos migratórios entre ir permanecer na Europa ou voltar ao Brasil e como isso impacta as suas relações familiares e de gênero. Nesse cenário, os(as) brasileiros(as) se inserem num ir e vir entre a Europa e o Brasil que nos coloca a questão de compreender os novos arranjos familiares, as reconfigurações nas relações de gênero e os afetos que impactam a vida dos migrantes nesses trânsitos contemporâneos.

Palavras-chave: Brasileiros na Europa; Mulheres imigrantes; Gênero e migração.

¹Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Congresso *Latin American Studies Association*. Agradeço os comentários de Ana Cristina Braga Martes, Maxime Margolis e aos colegas do Painel realizado onde foram discutidos os textos.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, the expansion of the migratory flow of men and women abroad has posed new questions and problems for those who experience of living between two places — Brazil and the various destinations of Brazilian emigrants. This article intends to analyze the coming and going of Brazilian emigrants between Brazil and Europe, forming a field of transnational relations. I intend to analyze, from an ethnographic research that involved participant observation and interview with migrants and their families, the trajectories of migrant women and their migratory projects between going to, staying in Europe or returning to Brazil and how it impacts on their family and gender relations. In this context, Brazilians are inserted in a movement between Europe and Brazil, which raises the question of understanding the new family arrangements, the reconfigurations in gender relations and the affects that influence the lives of migrants in these contemporary transits.

Keywords: Brazilians in Europe; Female immigration; Gender and migration.

INTRODUÇÃO

O Brasil construiu, ao longo do século 20, uma autoimagem de um país de imigrantes devido às levas de imigrantes que chegaram do final do século XIX até meados dos anos de 1930. Após esse período, ocorreu uma diminuição das imigrações internacionais devido a políticas migratórias que não privilegiavam mais a migração internacional. Na década de 1960, os brasileiros iniciaram um fluxo esporádico rumo aos Estados Unidos como trabalhadores temporários direcionado para a região da Nova Inglaterra.

Nas décadas de 1960-70, muitos brasileiros emigraram para o exterior. Alguns forçosamente, tornando-se exilados políticos da ditadura militar²; outros como trabalhadores imigrantes temporários nos Estados Unidos. Embora diferente do exilado político, que vive a condição de “expatriado sem lugar” (COSTA et al, 1980) e não podia retornar quando desejasse ao país, havia, em ambos os casos, a perspectiva da volta. Neste contexto, estas migrações poderiam ser classificadas como temporárias (ASSIS, 1999). Esta característica temporária da emigração, bem como a pequena relevância numérica deste fluxo, inicialmente não chamou a atenção nem das autoridades brasileiras nem de estudos acadêmicos, pois o Brasil não possuía tradição emigratória. A emigração de brasileiros tornou-se uma questão relevante quando o que era um movimento esporádico para o exterior transformou-se num fluxo migratório.

Esse novo movimento de população brasileira tem sido objeto de vários estudos³, desde meados da década de 1990, que procuram compreender características da população migrante,

² Para uma reflexão sobre as experiências de exílio como processos de deslocamento, ver Rosalen (2015).

³ Margolis, (1994), Sales (1999a), Martes (2000), Machado (2006), Cavalcanti (2007), Assis (2011), Siqueira (2009).

percursos migratórios, configuração de redes sociais, a questão da identidade, dentre outras questões que revelam não apenas a importância do tema, mas também o impacto da migração internacional na vida cotidiana das cidades de onde parte um número significativo de migrantes.

Na virada dos anos 2000, consolida-se o ir e vir entre os Estados Unidos e algumas cidades brasileiras e ampliaram-se os locais de destinos dos brasileiros. Homens e mulheres se dispersaram pelo mundo em busca de melhores condições de vida e de oportunidades, como revelam seus relatos, configurando um novo movimento na população brasileira. Conforme demonstram os estudos de Margolis (1994, 2013), Assis (1999) Sales (1999a), Martes (2000, 2011), Patarra (2005), Bógus e Bassanezi (1998), Martine (2005), Siqueira (2009), esse movimento iniciou-se na década de 1960, em algumas cidades do país, mas foi a partir da década de 1980 e início dos anos 1990, num contexto de crise econômica e política no Brasil, que os brasileiros, de camadas médias urbanas, buscaram oportunidades de mobilidade fora do país. Tais movimentos populacionais inseriram o Brasil na globalização fornecendo trabalhadore(as) para o mercado de trabalho secundário (SALES, 1999b).

Dessa forma, algumas cidades no Brasil iniciaram um processo que conectou processos locais com contextos globais, através do processo de migração internacional. Com a melhoria dos transportes e das comunicações, o barateamento das viagens e a maior circulação de informações, a migração internacional torna-se uma alternativa para camadas médias da população e também para grupos populares, conforme as informações e redes sociais vão se consolidando em algumas localidades no país, que veem nesse processo uma possibilidade de mobilidade social, de escapar da pobreza, de, em alguns contextos, romper padrões familiares e de gênero ou ainda de viver novas experiências.

Assim como outros imigrantes internacionais, os brasileiros e brasileiras partem com o sonho de trabalhar, juntar dinheiro, fazer investimentos e, em algum momento, retornar para o Brasil, num projeto migratório que podemos chamar de econômico, familiar e afetivo (ASSIS,1999), pois envolve os que partem e os que ficam no projeto migratório. Os emigrantes brasileiros, ao se inserirem no fluxo internacional de mão de obra, passaram a fazer parte de um mercado que integra áreas remotas em circuitos de mobilidade de longa distância. Segundo Castles (2005), a integração global cria pressões econômicas, políticas, culturais e sociais que convergem no sentido de reforço das migrações a despeito da maior vigilância de controle das fronteiras, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. As migrações tendem a se intensificar, pois são sustentadas por redes sociais que, à medida que os migrantes se instalam e formam

comunidades, podem “puxar” outros migrantes e colocar novas práticas e vivências culturais para as sociedades de emigração.

Ao longo dos anos 1990, o fluxo de emigração brasileira se intensificou — espalhando-se por outros países — articulado e fomentado por redes sociais que se construíram ao longo do processo migratório. Tais redes conectam aqueles que partiram e aqueles que ficaram, num intenso fluxo de informações, bens e recursos entre aqueles que ajudaram os que pretendiam migrar, ao mesmo tempo em que construíam naqueles que ficaram a expectativa do retorno. Essas redes migratórias tornam-se a base para a formação de comunidades transnacionais, cujos membros têm parte de existência social vivenciada simultaneamente em mais de um país, como é o caso de algumas cidades no Brasil que construíram conexões entre as localidades de origem e os pontos no destino.

Esse espraiamento da migração para a Europa está relacionado, por um lado, às dificuldades de obtenção de vistos para os Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro de 2001, e por outro à crise financeira que se inicia naquele país em 2008, o que levou muitos emigrantes a considerarem os países da Europa como destino. Por outro lado, há uma intensificação de outras estratégias de mobilidades, como o caso dos estudantes e dos descendentes de imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX e cuja terceira ou quarta geração consegue, com a cidadania, trabalhar legalmente na Europa. É o caso de descendentes de imigrantes italianos e alemães.

Esse artigo pretende compreender o espraiamento da migração de brasileiros rumo à Europa, tendo Portugal como um dos principais destinos, analisando o ir e vir entre Portugal, o Brasil e outros países na Europa. Procura ainda analisar como, nesse ir e vir, gênero e afetos são vivenciados e negociados por mulheres migrantes. Para esse artigo, trabalharei com os depoimentos de mulheres migrantes.

Os dados que serão apresentados resultam de pesquisas de campo realizadas em Lisboa, Londres e algumas cidades na Itália que receberam significativo número de imigrantes brasileiros, destacando-se nesse movimento o incremento do número de mulheres migrantes. Para além de reconstruir o ir e vir dos brasileiros, que sugere uma circularidade migratória na qual se inserem mulheres e homens, busco compreender a reconfiguração de laços afetivos e familiares nesse processo entre o Brasil e a Europa, tendo como um dos principais destinos Portugal⁴.

⁴ Este artigo apresenta dados preliminares do projeto de pesquisa de meu pós-doutoramento desenvolvido em Lisboa, no ISCTE, sob supervisão de Beatriz Padilla, com o título “Estar aqui, estar lá: novas configurações familiares e afetivas na migração de brasileiros para Portugal na segunda leva de emigrantes do século XXI”,

I - A EUROPA COMO DESTINO DE EMIGRANTES BRASILEIROS NOS ANOS 2000 – EM BUSCA DE OPORTUNIDADES

A emigração de brasileiros para Portugal inicia-se como um fluxo de migrantes qualificados profissionais da área de *marketing*, dentistas e trabalhadores do setor de informática que migram para trabalhar em Portugal (FELDMAN-BIANCO, 2002; MACHADO, 2006, BÓGUS, 2007, PEIXOTO E FIGUEIREDO, 2007). Segundo os autores, a primeira fase da migração brasileira, geralmente apontada entre as décadas de 1980 e 1990, foi caracterizada principalmente pela movimentação de indivíduos com qualificação.

Ao longo dos anos 1990, há uma intensificação desse movimento e uma diversificação do perfil do grupo migrante. Esta é considerada a segunda fase migratória, que se caracteriza pela inserção de indivíduos menos qualificados e com condições laborais mais precárias, inserindo-se no setor de serviços e na construção civil. Esta segunda leva de brasileiros, de acordo com os autores, é quantitativamente superior, em termos absolutos, à primeira.

Nesse movimento, há também um aumento expressivo do número de mulheres que migram sozinhas ou fazem parte de uma estratégia familiar, embora também ocorram os processos de mulheres que migram com maridos ou os pais. Estas se inserem no setor de serviços domésticos como babás ou faxineiras, na área de estética como manicures, cabeleireiras ou depiladoras, como cuidadoras de idosos e no mercado do sexo. Por fim, cabe destacar que as mulheres brasileiras vivenciam um processo de exotização e sexualização que, se por um lado cria oportunidades no mercado de trabalho, por outro gera discriminação e preconceito ao associar a imagem de mulher brasileira com a prostituição⁵. Há uma representação sobre a mulher brasileira que produz uma associação entre gênero e nacionalidade ocorrendo uma sexualização da mulher brasileira que relaciona “características” (sensualidade, alegria, simpatia) com a inserção no mercado do sexo, o que gera discriminação em relação às imigrantes brasileiras em Portugal e em outros países europeus.

A intensificação do fluxo, na virada dos anos 1990 para o início dos anos 2000, representou também uma modificação do perfil de classe, raça e gênero. A migração expressiva de brasileiros para Portugal — conhecida como segunda vaga de migrantes — apresenta um

projeto que integra as atividades do GOVDIV ([Multilevel Governance of Cultural Diversity in a Comparative Perspective: European Union – Latin America](#)). A segunda etapa dessa pesquisa será desenvolvida no Nepo/Unicamp, sob supervisão de Rosana Baeninger. Agradeço aos diálogos e debates realizados que possibilitaram as reflexões aqui desenvolvidas.

⁵ Ver Pontes (2004), Padilla (2007a), Fernandes (2008), e Frangella (2013).

perfil de classes médias e médias baixas e de escolarização mais baixa (MACHADO, 2006; PADILLA e ORTIZ, 2012).

Com relação à documentação, esse fluxo, se caracterizava no final da década de 1990, como um movimento de trabalhadores indocumentados. Essa situação se modificou no início do ano 2000 com um acordo assinado a 11 de julho de 2003. Conhecido nos meios brasileiros em Portugal como “acordo Lula”, previa a legalização de todos os brasileiros que entraram em Portugal até à data da assinatura do protocolo e que tinham um contrato de trabalho válido⁶. O “acordo Lula” diminuiu de maneira significativa a incidência de imigrantes indocumentados em Portugal e tornou esse país uma porta de entrada para os emigrantes brasileiros rumo à Europa.

A crise financeira que havia se iniciado em 2008 nos Estados Unidos atravessou o Atlântico, chegando rapidamente à Europa, que sofreu uma forte queda do produto interno bruto (PIB), tendo como consequência a recessão econômica e o aumento do desemprego. Em Portugal, a crise adquiriu contornos próprios, pois antes da crise econômica europeia o país já vivenciava um processo de queda de crescimento econômico e aumento do desemprego. Assim, quando a crise chegou à Europa, em Portugal, num contexto de economia mais vulnerável, os índices de desemprego aumentaram significativamente, atingindo particularmente a população migrante. Conforme destacaram Nunan e Peixoto (2012, p. 236),

O desemprego também registrou um aumento súbito, passando de um valor de 7,6% em 2008 para uma taxa de 10,8% em 2010. O último dado publicado revela uma taxa de 14,8% em janeiro de 2012. Um dos setores mais afetados pela crise foi o da construção civil, setor em destaque nas ocupações dos imigrantes [...]. Por isso, não espanta que a taxa de desemprego dos estrangeiros residentes em Portugal ainda tenha aumentado de forma mais brutal. Em 2010, a taxa de desemprego dos estrangeiros atingia os 18,8%, e esse valor aumentaria se se considerassem apenas os estrangeiros não comunitários.

Até meados da primeira década dos anos 2000, os brasileiros se tornaram o grupo mais representativo de imigrantes em Portugal. Estes foram atraídos por uma legislação que possibilitava regularização, pelas redes migratórias informais e também por um mercado de trabalho aquecido que absorvia esses fluxos. Com a crise econômica de 2009, observou-se uma

⁶ Segundo Padilla (2007b), o “acordo Lula” foi assinado juntamente com outros dois acordos bilaterais, e é provavelmente o mais famoso e de grande impacto para os brasileiros. Para a autora, a inovação nesse acordo é que foi um processo de regularização extraordinária para um grupo específico de imigrantes. Embora o processo tenha contribuído para a legalização da condição de milhares de brasileiros, muitos que se registraram no período não conseguiram comprovar todos os documentos solicitados e não tiveram seus estatutos migratórios regularizados.

queda e diminuição de imigração, segundo dados do Serviço de Estrangeiros (SEF), o que pode observado pelo movimento de retorno de imigrantes brasileiros (PADILLA e ORTIZ, 2012). Segundo os dados do SEF, ocorreu uma diminuição da população estrangeira residente em Portugal. Apesar dessa redução, os brasileiros continuam sendo a principal comunidade estrangeira no país, com 82.590 cidadãos. Com a crise financeira em Portugal, em 2010 e 2011, ocorreu um movimento significativo de retorno de emigrantes brasileiros ao país. Por outro lado, devido ao fato de muitos brasileiros terem permanecido desempregados, grande número perdeu a autorização de permanência que lhe permitia ficar em condição regular em Portugal, voltando à condição de imigrantes indocumentados.

O retorno de emigrantes ocorreu num contexto em que o Brasil aparecia no cenário econômico internacional como um país em crescimento econômico, no qual a crise mundial ainda não fazia surtir seus efeitos. O país vivenciava período de pleno emprego e dos investimentos na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016 e atraía não só os brasileiros retornados, como também migrantes internacionais (PATARRA e FERNANDES, 2011). Nesse período, entre 2008 e 2014, muitos emigrantes retornaram ao Brasil ou emigraram para outros países europeus, como a Inglaterra.

II - O RETORNO AO BRASIL NOS ANOS 2000 – O ENCONTRO COM A CRISE E A REEMIGRAÇÃO PARA A EUROPA

Migrar é um projeto que envolve aqueles que partem e os que ficam numa complexa rede de relações, mantida a distância e que configura laços transnacionais (ASSIS, 1999). O percurso migratório imaginado envolve, para grande parte dos imigrantes, partir, juntar os recursos necessários para realizar o projeto migratório, comprar uma casa, um carro ou montar um negócio e retornar. Esse era o projeto migratório no sentido de plano imaginado de migração, uma migração que era pensada como temporária para uma parcela significativa dos brasileiros que partiram nos anos 1990 e ainda era projetada como temporária por muitos brasileiros nos anos 2000. Ou seja, o projeto de retornar fazia parte dos planos de muitos daqueles que partiram. Como afirma Sayad (2000), o retorno faz parte do projeto migratório, um retorno que muitas vezes não se realiza e que marca, na sociedade de origem, o sentimento de ausência. Para Sayad, o retorno é constitutivo do projeto migratório e encerra o “paradoxo da migração”, pois o mesmo sujeito encerra as duas condições — a de emigrante e imigrante. Dessa forma, para o autor, o retorno “está intrinsecamente circunscrito à denominação e ideia de emigração e imigração. Não

existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures” (SAYAD, 2000, p.11).

Ao longo desses mais de 50 anos de migração de brasileiros para o exterior, os projetos de retorno se configuraram em vários momentos da experiência migratória dos sujeitos. Desde que se iniciou o fluxo de brasileiros rumo aos Estados Unidos e Europa, o projeto de retorno fazia parte do sonho de migrar, pois é no local de origem que os migrantes têm seus laços, seus afetos e também é no país de origem que podem vivenciar o reconhecimento de sua experiência migratória, o “sucesso ou o fracasso migratório”, conforme Siqueira (2009), ou o desencanto, o sentimento de estar fora do lugar e de se sentir estrangeiro em sua própria casa (CAMPOS, 2003). Voltar é mais difícil que partir, dizem sempre os imigrantes em diferentes contextos, conforme Assis (1999) e Siqueira (2009).

Conforme afirma Margolis (1994, 2001), analisando brasileiros que retornaram dos Estados Unidos no final dos anos 1990, esses comparavam as experiências que tiveram nos Estados Unidos com o que viam, com seus próprios olhos, no Brasil. Ao retornarem ao país, mais especificamente ao Rio de Janeiro, muitos comparavam o acesso e o respeito aos direitos, o respeito às leis, o tratamento dado à corrupção nos Estados Unidos com as situações vivenciadas no Brasil. Os retornados sentiam que no Brasil as leis não funcionavam, que os crimes de “colarinho branco” não eram punidos e que a violência urbana estava muito próxima — sempre conheciam alguém que tinha vivido uma situação de violência. Neste contexto, o retorno era marcado por um desencanto que, muitas vezes, levava a uma reemigração, num processo de ir e vir que a autora denominou migração *ioiô* (MARGOLIS, 1994, 2001). Conforme observado por Pereira e Siqueira (2013), além das motivações econômicas para o retorno, conhecidas e analisadas por vários autores, há motivações de outra natureza (familiares e de saudades da terra natal) para o retorno. As autoras destacam ainda outras motivações para a volta, tais como o retorno “*life-style*”⁷, o retorno planejado de estudantes e ainda o retorno antecipado por motivos familiares. Essas observações são importantes para compreendermos como um projeto migratório que envolvia a perspectiva de retorno altera sua expectativa temporal, conforme observado por Sales (1999) em relação aos brasileiros nos EUA, e se insere num projeto de

⁷ “No retorno ‘*life-style*’ o tempo passado no estrangeiro é geralmente de curto ou médio prazo e é destinado a viver/experimentar o estilo de vida de outro país (...), mesmo nos casos em que a migração foi motivada por trabalho ou estudo. Habitualmente no retorno não há poupanças, nem investimento, e retoma-se a vida anterior”. (PEREIRA E SIQUEIRA, 2013, p. 129).

permanência ou de migração circular que se pode observar nas experiências dos brasileiros em Portugal.

O que nos ajuda a compreender essa questão são as trajetórias vivenciadas pelos emigrantes, que aqui apresentaremos, bem como a mudança no cenário econômico e político brasileiro. Na primeira década do século XXI, o Brasil vivia um período de crescimento econômico, estabilidade política e ampliação de direitos sociais que projetaram o país internacionalmente (CERVO e LESSA, 2014) e que atraiu muitos migrantes a retornarem, ainda mais diante de um cenário de crise na Europa. Esse contexto modificou-se drasticamente de 2014 para 2017: o país saiu de uma situação de pleno emprego para cerca de 12 milhões de desempregados, e experimentou uma grave crise política e econômica que levou ao *impeachment* de sua presidente eleita.

Nesse contexto adverso, muitos emigrantes que haviam retornado ao Brasil vivenciaram — além da crise econômica e política no Brasil — as dificuldades relacionadas ao retorno ao país, pois não se volta para o mesmo lugar, nem para as mesmas relações sociais. Dessa forma, muitos que pretendiam retornar adiaram os projetos de retorno, enquanto outros que haviam voltado reemigraram para a Europa.

O que vamos apresentar a seguir é como as decisões de partir, ficar ou retornar são tomadas pelos migrantes e como homens e mulheres negociam esse ir e vir. Em geral, nas famílias entrevistadas os homens desejavam voltar mais do que as mulheres, como veremos nos depoimentos a seguir:

Janaína⁸, que vive há 13 anos em Lisboa, relata como foi o retorno do marido ao Brasil em 2014:

Um cunhado prometeu sociedade num restaurante no Brasil para meu marido e eu. Eu trabalho aqui em restaurante desde que cheguei e sonhava em ter meu restaurante, queria levar o que aprendi aqui para lá. Ele foi na frente e eu fiquei, para vender tudo e esperar para ir com as crianças. Mas depois de alguns meses, vimos que não era o que haviam prometido, e o Brasil não havia melhorado, não teria lá a vida que tenho aqui. Falei com ele para voltar, eu não cheguei a ir e fizemos tudo de novo. Meu irmão também foi, ficou dois anos e agora retornou; também não deu certo lá.

⁸ Janaína, nome fictício, emigrou em 2001, com 19 anos, para Lisboa em busca de oportunidades e também para fugir de um relacionamento no Brasil. O namorado foi atrás, tornou-se marido e ambos já têm duas filhas. Vive em Lisboa desde então, já tem documentação pelo trabalho e não pensa em retornar ao Brasil. Todos os entrevistados citados ao longo desse trabalho são referidos com nomes fictícios por um procedimento ético de garantir sua não identificação.

Da mesma forma, Larissa⁹, que vive há mais de 14 anos em Lisboa, com o marido e duas filhas, vivenciou a pressão familiar para retornar ao Brasil:

Quando nós viemos pela primeira vez, a decisão foi dele sozinho. Ele veio primeiro, e depois, com o apoio de meus pais, eu vim. Não foi fácil deixar tudo, mas ele era meu marido e tinha que salvar meu casamento. Agora ele queria voltar, todos na minha família pressionaram, o país está bem, tem emprego, Portugal estava em crise... Mas eu finquei o pé, disse que não iria. Eles insistiram e ele novamente se foi, mas eu disse — vá que eu fico aqui, veja como está lá. Ele foi, não conseguiu ficar, não arrumou trabalho, viu que as coisas estavam piorando e chegamos à conclusão que, mesmo com a crise aqui, era melhor ficar aqui do que voltar e começar tudo de novo no Brasil. Não foi fácil, mas agora minha família está vindo para cá.

Esses dois depoimentos se assemelham a outros depoimentos que ouvi de imigrantes com quem conversei em Lisboa, pois, embora Portugal tenha sofrido bastante com a crise econômica e todos tenham destacado as dificuldades e redução nos ganhos, também explicitaram outras razões para permanecer no país, ou emigrar para outro país da Europa, ao invés de retornar ao Brasil.

No caso das famílias entrevistadas, dentre esses fatores destacam-se: a sensação de segurança, o fato de ser um bom lugar para criar os filhos eo fato de com o salário que ganham poderem dar uma vida boa aos filhos, acesso à escola e à saúde, em contraste com a imagem de um país em crise e no qual os índices de violência só aumentam e são continuamente reforçados pelos noticiários brasileiros aos quais assistem pela TV a cabo em Lisboa. Essa sensação se acentuou com o agravamento da crise econômica e com a crise política. Assim, não apenas aqueles que migraram e retornaram ao país optam por reemigrar, como também as notícias de jornais brasileiros e portugueses indicam uma retomada no fluxo com novos migrantes chegando a Portugal.

É nesse contexto, elucidado por Padilla e Ortiz (2012), Siqueira (2009) e Nunam e Peixoto (2012), que foi desenvolvido o trabalho de uma investigação que busca analisar as trajetórias e as configurações das relações familiares, afetivas e de gênero na migração dos brasileiros e das brasileiras rumo à Europa. Os relatos daqueles que retornaram e daqueles que, a

⁹ Larissa emigrou em 2002 com o marido. Naquela época, a decisão de migrar foi dele, fez tudo sozinho e depois ela veio ao seu encontro. Na época o casamento estava em crise e foi em Lisboa, segundo o relato dos dois, que conseguiram organizar a vida. Atualmente o casal tem três filhos — uma delas já casada, vivendo também em Lisboa — e não pensa em retornar.

despeito da crise econômica, permaneceram revelam como foi se configurando o ir e vir de brasileiros na Europa e apontam para processos de circularidade migratória.

III - GÊNERO E AFETOS ENTRE O BRASIL E EUROPA: A MUDANÇA NAS EXPECTATIVAS MIGRATÓRIAS

Em 2014 e 2015 estive em Lisboa, Portugal, e na região do Vêneto, Itália, para compreender o direcionamento do fluxo rumo à Europa e a intensificação da presença brasileira em Portugal, que se converteu num dos principais destinos de migrantes brasileiros, enquanto a Itália continuava a receber migrantes, muitos deles descendentes dos imigrantes que chegaram ao Brasil o século XIX, os chamados ítalo-brasileiros. Assim, os brasileiros(as) se espalhavam pela Europa, ampliando os locais de destino da migração brasileira, como demonstram os dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Nesse período, realizei cerca de 20 entrevistas com emigrantes de diferentes origens regionais, provenientes de camadas médias e também de classes médias baixas e com baixo nível de escolaridade que, a despeito da crise econômica na Europa, intensificada a partir de 2009, permaneciam no continente.

No que se refere à migração para a Itália, o foco foi nos descendentes de imigrantes italianos, tanto trabalhadores migrantes, quanto estudantes. Em Portugal, as mulheres representavam, em 2003, 45% dos imigrantes brasileiros, segundo o SEF. As ocupações predominantes das mulheres imigrantes brasileiras são nas áreas do comércio, serviços e restauração, e a tendência é serem empregadas em trabalhos sem qualificação. Nesses trabalhos, com destaque para o ramo de estética e beleza, manicures, depiladoras, cabelereiras se utilizam do mesmo imaginário que muitas vezes é relacionado ao preconceito e à discriminação para conseguir estabelecer em um nicho no mercado de trabalho— a simpatia étnica (PADILLA 2007a, MACHADO, 2006, FERNANDES, 2015).

Nos depoimentos obtidos, era muito recorrente a fala de Portugal como um lugar de oportunidades, a despeito da crise. Mesmo diante de um cenário econômico mais favorável no Brasil, os(as) imigrantes entrevistados(as) alegavam preferir ficar na Europa, diziam ter “medo de voltar” e destacavam a sensação de liberdade e segurança que sentiam em Portugal, embora enfrentassem dificuldades e situações de preconceito.

Lembro-me da fala de Eliete¹⁰, migrante que estava desempregada havia dois anos, vivendo de trabalhos eventuais, mas que preferia ficar em Portugal a voltar para o Brasil:

Lá em eu não tenho perspectiva. Não estudei aqui, não tenho profissão para exercer lá, e aqui tenho mais oportunidades. Estou desempregada no momento, mas com o que juntei trabalhando consigo me manter e tenho uma reserva. Aqui me sinto mais segura, não tenho coragem de voltar agora.

Nesse contexto, o que começou a me intrigar é: como construíam e reconstruíam os projetos migratórios? Grande parte das mulheres entrevistadas vinham sozinhas e deixavam os(as) filhos(as) no Brasil, com a intenção de buscá-los(as) num segundo momento, ou ainda refaziam suas vidas afetivas no destino, casando-se com europeus.

Estou falando muito brevemente de mulheres jovens, que migraram acompanhando suas mães, e de mulheres com mais de 40 anos que migraram com seus maridos, ou recém-separadas que deixaram seus filhos. São esses e outros tipos de arranjos familiares que gostaria de compreender nessa pesquisa, ainda em andamento.

Gênero e afetos se cruzam nas trajetórias dessas mulheres. A história de Ana¹¹ é uma das que nos ajudam a pensar sobre como as mulheres brasileiras negociam as identidades de gênero no processo de migração. Ana tinha 41 anos em 2014, tendo conhecido Carlos em 1999, quando trabalhava numa empresa metalúrgica, numa cidade no interior de Minas Gerais, no Brasil.

Quando perguntada como veio para a Itália, assim respondeu: “Foi amor, foi por amor”. Em 1998 ela conheceu Carlos no seu trabalho, no Brasil. Ele não falava português, e ela não falava italiano. Eles começaram a namorar. Ele retornou para a Itália no início de 1999, depois voltou ao Brasil antes do prazo combinado, que seria no final do ano, pois, conforme relato dela, “não aguentou de saudades”. Ana viajou para a Itália em 1999, e não retornou ao Brasil. Casou-se primeiro na Itália, para regularizar sua situação; depois retornou e casou-se no Brasil. Conforme a narrativa de Ana: “É, outubro a gente casou e... aí aqui nos casamos no civil, e no Brasil, em janeiro, nós fizemos o religioso. No Brasil em janeiro... porque meu pai e ele... para ele era importante, né, aí nós fizemos no Brasil o religioso”.

¹⁰ Eliete tinha na época 34 anos. Migrara para Lisboa no início dos anos 2005, e estava havia cinco anos vivendo em Portugal. Era solteira, frequentava a Igreja evangélica. No momento da entrevista, em julho de 2014, estava sem emprego, mas não pensava em retornar ao Brasil.

¹¹ A história de Ana está relatada no artigo de Zanini, Assis e Beneduzi (2015), e a retomo aqui pois se trata de um exemplo de casamento por amor. A entrevista foi realizada em 2014 por Assis e Zanini, e os nomes são fictícios para garantir a não identificação da entrevistada.

Ana relata que se adaptou rapidamente à nova vida, pois foi muito bem acolhida pela família do marido. Em sua narrativa, não aparecem tensões ou discriminação pelo fato de ser brasileira. Muito pelo contrário, diz que o fato de ser muito alegre e comunicativa a aproxima dos vizinhos da pequena cidade onde mora. Passou por dificuldades, pois morou um tempo na casa dos sogros antes de construir, junto com o marido, a casa própria do casal. Tem dois filhos que falam e leem o português, e ela aprendeu o italiano; cuida dos filhos e da casa e não trabalha fora.

A narrativa de Ana é interessante, pois no Brasil era uma mulher que tinha seus próprios rendimentos, trabalhava e estudava. Quando migrou, deixou o trabalho e a profissão, não concluiu o curso superior e hoje em dia não trabalha fora, pois considera que o que ganharia trabalhando fora não seria suficiente para pagar alguém para cuidar dos filhos. Sua narrativa é interessante, pois enquanto uma parcela dos relatos aponta para processos de autonomização com o processo migratório, para Ana significou um processo de maior dependência, embora isso não transpareça em seu relato, pois é sócia do marido em sua firma e tudo é decidido junto com ela, conforme seu relato. Ana não trabalha fora, cuida da família, marido e filhos, tem pouca inserção no espaço público, participa de atividades na escola dos filhos e encontra as amigas. Portanto, sua vida cotidiana está muito centrada no mundo doméstico/privado. Ana está casada há 15 anos e na sua narrativa se considera feliz com a imagem de boa esposa e mãe construída na relação com o marido e os filhos. Ao mesmo tempo, para atenuar essa autoimagem restrita ao âmbito doméstico, faz questão de dizer que tem uma faxineira para ajudá-la no serviço da casa e que, quando o marido tem que decidir sobre as coisas para comprar, as decisões do casal são compartilhadas. Para ajudar a “matar as saudades” que sentia do Brasil e da família, acabou trazendo a prima e ajudando-a a arrumar um namorado italiano também. A prima Giulia também se casou com um amigo em comum dos dois e acabou, igualmente, emigrando para a Itália numa rede migratória constituída a partir de afetos.

Ana e Giulia utilizaram dos atributos de mulher brasileira para construírem suas relações afetivas, mas pagam as marcas da sensualidade. Assim como algumas mulheres que entrevistei nos Estados Unidos, em 2001, às imagens de sensualidade agregam-se as representações de mulher carinhosa, de boa esposa e mãe, o que confere uma certa vantagem às mulheres no mercado matrimonial.

Nota-se aqui um contraste em relação aos homens brasileiros — que muitas vezes não são representados como bons parceiros, sendo vistos como machistas, autoritários, pouco dispostos a dividir tarefas domésticas, representando modelos de masculinidade pouco valorizados no contexto dos países de migração. Do ponto de vista das masculinidades, os

homens brasileiros no contexto da migração “perdem” suas posições de masculinidade hegemônica e têm que renegociar as relações de gênero — perdem poder.

Se o casamento pode ser uma forma de se distanciar dos estereótipos de gênero que discriminam as mulheres brasileiras, para as mulheres solteiras a negociação com esses marcadores implica também numa vigilância sobre o corpo, numa disciplina com relação a como se vestir e também em saber se comportar, conforme relata Carla. Neste contexto, o corpo é alvo de constantes policiamentos, uma vez que há muitas situações, especialmente para as descendentes, em que a “mulher brasileira” aparece como categoria dominante nas interações:

Porque, de repente, a gente que é brasileiro talvez...é... Te dou um exemplo, talvez seja mais fácil: quando tu vais em locais brasileiros, tu vês como os brasileiros se vestem e como os italianos se vestem. No período do inverno... de neve... as brasileiras geralmente vão com a barriga de fora, com uma sandália... com isso que aqui... jamais se vê esse tipo de coisa, e é normal que chame a atenção das pessoas... feito aposta, ou não... se uma faz justamente pra chamar a atenção ou não, eu não sei... mas é a mesma coisa, é... tu tem [sic?] que tentar te adequar, mas isso... adequar... de alguma maneira... Eu não falo nas pessoas muçulmanas, que de repente usam vestidos longos, tudo, porque faz parte de uma cultura dele [sic?]. Vestir dessa maneira, e eu acho que tirar esse tipo de cultura é... é uma coisa inútil... mas eu falo mais de nós, de aprender... a tentar se vestir um pouco mais decentemente, porque... a tendência de muitos brasileiros...E eu tenho visto... agora trabalhando em *shoppings* daqui pra... daqui, é... em Bassano, em Pádova, em Veneza... de pessoas que, que... se vestem... com... *microgona*, microssaia, não míni... porque é uma coisa... que tu vê [sic?]de cara, é... eu vejo de cara quem são os brasileiros... na maneira como se vestem, mas não é uma discriminação minha....

Carla é solteira, ítalo-brasileira e no seu relato se reporta às situações de preconceito e discriminação que podem ocorrer com as brasileiras. Ao destacar a importância de se vestir adequadamente, assim como fizeram Ana e Giulia, demonstra que na Europa —talvez de uma forma mais marcante que nos Estados Unidos, conforme observei num artigo anterior (ASSIS, 2011) — isto implicaria, nesse caso, em fugir das marcas de sexualização que funcionam como atributos das mulheres brasileiras.

Essa negociação e esse aprendizado sobre como se colocar na relação com os europeus evidenciam como os marcadores de gênero e sexualidade são renegociados pelas brasileiras. Cristiane, advogada, vive em Lisboa há mais de 15 anos e é casada com um indiano. Quando a entrevistamos, ela nos recebeu no escritório onde trabalhava falando com um leve sotaque de português de Portugal. Ao se referir ao imaginário sobre as brasileiras, disse:

Eu acho que, por exemplo, eu, mulher, eu me senti no início assim um pouco... como... eu preciso policiar as minhas atitudes aqui. Por quê? No Brasil, lá na minha região, todo mundo já tá acostumado com o afeto, chega e abraça mesmo, o carinho, isso é muito comum, entendeu? Aqui não. Aqui eles te estendem a mão pra te cumprimentar quando cê (você) já tá armada pra ir dar um abraço, por exemplo, assim, entendeu? Então, esse histórico da mulher brasileira aqui em Portugal, né, daquela época que algumas mulheres vieram para se prostituir¹², e eu acho que isso é algo assim, não é muitíssimo marcado no imaginário do homem, do português. Mas ainda tem um resquiciozinho disso, entendeu? E assim, nosso jeito espontâneo, eu sou uma pessoa muito espontânea. Eu sou assim.

Marina tem 36 anos e mora há seis em Lisboa. Foi para Portugal para viver com a irmã, mas logo conheceu seu primeiro marido, um português com quem se casou e teve uma vida confortável:

Tinha de tudo. Não casei por amor, mas aprendi a gostar dele, pois me respeitava e dava tudo. Foi cômodo, ficamos juntos três anos[...] Perdi tudo isso quando me apaixonei por outro português, dez anos mais jovem [...] então aprendi a dividir tudo, passei a saber quanto custa as coisas, quanto custa pagar a renda e percebi que era capaz de me sustentar e as minhas filhas, é difícil...

A história de Marina apresenta uma narrativa distinta das anteriores. Nesse caso, o casamento significou uma vida mais estável e segura. Ela afirma que gostava do marido, mas não o amava, e quando conheceu um rapaz mais jovem, abandonou tudo para ficar com ele. É no segundo casamento, com um homem mais novo e com quem tem que dividir o aluguel e as contas, que se percebe capaz de gerir a própria vida, embora reconheça que é difícil dar conta desta tarefa.

O fato de as brasileiras se casarem com estrangeiros, nesse contexto, é utilizado por outros migrantes como uma forma de julgar moralmente as mulheres, pois são acusadas de casamento por interesse. Elas têm que enfrentar desconfiança dos familiares e a suspeita de que se casam para se legalizar. O que busco demonstrar é que as mulheres constroem relacionamentos em que afetos e interesses se cruzam em busca de uma vida mais estável e de relacionamentos mais respeitosos.

Por fim, e sem esgotar as experiências das mulheres migrantes, pois se trata de uma pesquisa qualitativa e pretendo dar continuidade a ela para caracterizar melhor essas mulheres,

¹²Cristiane e outras mulheres que entrevistei se referiram várias vezes à imagem criada por outras brasileiras, no que ficou conhecido como Mães de Bragança. Sobre o assunto ver Pontes (2004).

seus relacionamentos afetivos e familiares e como foram construindo seus projetos de permanência na Europa, apesar da crise, e ainda compreender as tensões entre os processos de agência e de subjugação/exploração de suas estratégias de inserção na sociedade de imigração e, nesse cenário, compreender melhor as mulheres que se casam com homens mais velhos, em casamentos que não tem as marcas do amor romântico, mas que evocam a busca por segurança e respeito.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Todos os dias é um vaievem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir*

(Encontros e Despedidas – Fernando Brant / Milton Nascimento)

A emigração de brasileiros para o exterior tem colocado questões significativas para pensarmos o Brasil contemporâneo. Nesse ir e vir, homens e mulheres construíram sonhos e projetos migratórios e foram modificando-os ao longo do tempo. Simultaneamente, os brasileiros foram se espalhando por vários países, e na Europa Portugal se tornou um dos destinos preferenciais, pela facilidade linguística e por uma política migratória que possibilita a regularização, a partir de acordos bilaterais que favoreceram a documentação de brasileiros.

Os migrantes dos anos 1960 e mais significativamente dos anos 1980 e 1990 falavam de projetos migratórios nos quais o retorno estava sempre presente, fazendo parte do projeto. Como observado por Sayad, é a condição da migração ter um projeto de retorno. No entanto, ao longo desse processo mudaram as expectativas temporais e mudaram também os migrantes. Nesse movimento, as mulheres passaram a fazer parte cada vez mais significativa, acionando redes migratórias, trazendo irmãos, se juntando aos maridos ou migrando sozinhas. Muitas reconstróem suas vidas após casamentos ou namoros desfeitos, e outras buscam o amor ou o

casamento. As mulheres se inserem nesse fluxo e ao constituírem suas famílias ou se estabelecerem modificam os projetos migratórios, e a permanência se estende.

A possibilidade de regularização da condição migratória, e a partir dela poder circular pela Europa, levou muitos brasileiros a Portugal, assim como levou muitos a solicitarem a cidadania italiana. Esses movimentos em busca de papéis que permitem circular livremente marcam as vidas, e o ir e vir dos brasileiros e brasileiras, que através de trabalho, do casamento ou da cidadania vão construindo estratégias para permanecer na Europa. Esses projetos foram modificados com a crise na Europa, principalmente a partir de 2008, e muitos retornaram ao Brasil. No entanto, a dificuldade de adaptação na terra natal, o fato de se sentirem estrangeiros em sua própria terra, estranharem as leis, a corrupção, a violência urbana, as dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho, e principalmente, de se reinserir nas relações sociais levam e levaram a uma nova migração.

Nesse contexto, as mulheres — mais do que os homens — não desejavam retornar. Muitas permaneceram para que seus maridos tentassem a vida no Brasil e, não dando certo, voltassem a Portugal. Elas permaneceram, não quiseram voltar, pois consideram, a despeito da crise e das dificuldades, que têm mais oportunidades na Europa. É interessante observar que, se no início dos anos 2000 as imigrantes brasileiras enfrentavam o preconceito e a discriminação associada com a ideia do tráfico de pessoas e com o mercado do sexo, nessa segunda década, embora ainda enfrentem o preconceito, elas parecem negociar suas identidades acionando a simpatia étnica para conseguir seu lugar no mercado de trabalho, mas também para se firmar como “boa mãe e esposa”. Essas noções têm sido problematizadas por Fernandes (2015), mas a retomo aqui para pensarmos que falamos de muitas mulheres situadas em diferentes contextos de experiências migratórias e que enfrentam o preconceito e a discriminação contra a mulher brasileira procurando driblar esses constrangimentos, quer mudando a forma de vestir, quer jogando com o sotaque, quer reafirmando a simpatia étnica e o ser brasileira em certos contextos.

Esses dados são de natureza qualitativa e de uma pesquisa em andamento, mas sugerem que chegar e partir passaram a fazer parte do horizonte de expectativas daquelas famílias que se inseriram nos projetos migratórios. Projeto que se modifica com o passar do tempo e que nesse contexto de crise econômica e política no Brasil e de um desencantamento com o país parece apontar para projetos de mais de longa duração no estrangeiro. São considerações preliminares, mas que indicam a agência das mulheres no momento de decidir permanecer e na escolha de onde querem criar seus filhos e viver com mais qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Gláucia de O. (1999). Estar aqui...Estar lá: uma cartografia da emigração valadareense para os Estados Unidos. In: REIS, R. R. e SALES, T. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo.
- _____ (2011). *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis, Editora Mulheres.
- BÓGUS, Lúcia. (2007). "Esperança Além-mar: Portugal no arquipélago migratório brasileiro". In: MALHEIROS, J. *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, Presidência do Conselho Ministros.
- BÓGUS, L. e BASSANEZI, M. S. B. (1998). "Do Brasil para a Europa – Imigrantes Brasileiros na Península Itálica neste final de Século". In: *O Fenômeno Migratório no Limiar do 3º Milênio*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, pp. 68-92.
- CASTLES, Stephen. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Trad. Frederico Ágoas. Lisboa, Fim de Século.
- CAMPOS, Emerson (2003). *Territórios deslizantes: miscelâneas e exposições na cidade contemporânea Criciúma (1980-2002)*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História - UFSC, Florianópolis.
- CAVALCANTI, Leonardo. "Imigrantes", "Imigrados", "Estrangeiros"... e a fabricação do "outro" imaginário: a presença brasileira no contexto da imigração na Espanha-10.5102/uri.v3i2.282. *Universitas: Relações Internacionais*, 2007, 3.2.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. The fall: the international insertion of Brazil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2014, 57.2: 133-151.
- COSTA, Albertina; LIMA, Valentina; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria. (1980). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (2002). Entre a fortaleza da Europa e os laços afetivos da irmandade luso-brasileira: um drama familiar em um só ato. In: BASTOS, Cristina; DE ALMEIDA, Miguel; FELDMAN-BIANCO, Bela (Eds.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros* (Vol. 25). Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 385-415.
- FERNANDES, Gleiciani Maria de Oliveira (2008). *Viver Além-Mar: Estrutura e Experiência de Brasileiras Imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- FRANGELLA, Simone. (2013). O tênue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional. *Revista de Antropologia*, 57, pp. 73-106.
- FERNANDES, Gleiciani. (2015). As boas mães brasileiras em Portugal: (re)formulando pertencas, (re)construindo identidades. In: SILVA, Isabel Corrêa da; FRANGELLA, Simone; ABOIM, Sofia; VIEGAS, Susana de Matos (coordenadoras). *Ciências sociais cruzadas entre Portugal e o Brasil. Trajectos e investigações no ICS*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 249-266.
- MACHADO, José Igor (2006). Imigração em Portugal. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo 20 (57), p. 119-135.

MARGOLIS, Maxine. (1994). *Little Brazil: an ethnography of brazilian immigrants in New York City*. Princeton University Press.

_____. (2001). With new eyes: returned international immigrants in Rio de Janeiro. In: TORRES, Sonia (Org). *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro, p. 239-244.

_____. (2013). *Goodbye, Brazil: emigrés from the land of soccer and samba*. University of Wisconsin Pres.

MARTES, Ana Cristina. (2000). *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2011). *New Immigrants, new land: a study Brazilian in Massachusetts*. Translated by Beth Ransdell Vinkler. Foreword by Maxime Margolis, Gainesville, University Press of Florida.

MARTINE, George. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, Sept, p. 3-22.

NUNAN, Carolina; PEIXOTO, João. (2012). Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XX, Nº 38, p. 233-250, jan./jun.

PADILLA, Beatriz. (2007a). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: Malheiros, J. M (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), p. 113-135.

PADILLA, Beatriz. (2007b). Acordos bilaterais e Legalização: O impacto na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: Malheiros, J. M (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), p. 217-226.

PADILLA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. (2012) Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanço e desafios. *REMHU*, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 20, n. 39, p. 159-184..

PATARRA, Neide; FERNANDES, Duval. (2011). Brasil: país de imigração. *Revista Internacional em Língua Portuguesa—Migrações*, 3(24), 65-96.

PATARRA, Neide. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*, 19(3), 23-33.

PEIXOTO, João; FIGUEIREDO, Alexandra (2007). *Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal*. *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração, p. 87-111.

PEREIRA, Sônia; SIQUEIRA, Sueli. (2013). Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e Estados Unidos. *REMHU*, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 21(41), 117-138.

PONTES, Luciana (2004). As Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa. *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro, p.229-256.

ROSALEN, Eloisa. (2015). Das muitas memórias dos exílios: uma leitura analítica dos livros memórias do exílio e memórias das mulheres do exílio. In: Simpósio Nacional de História, 18. Florianópolis. Anais Florianópolis: ANPUH, 27-31 out. 15 p.

SALES, Teresa. (1999a) "Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston". In: REIS, Rossana; SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo. p. 17-44.

SALES, Teresa. (1999b). *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez.

SAYAD, Abdelmalek. (2000). "O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante". *Travessia*. Vol XVIII, número especial, janeiro de 2000. 36 p.

SIQUEIRA, Sueli. (2009) *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argvmentvm,. 188 p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando. (2015). Cidadãos de direito, estrangeiros de fato: narrativas de ítalo-brasileiros(as) na Itália. *História Oral*, 18.1: 117-145.

Gláucia de Oliveira Assis

Coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina, professora do Programa de pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) e do Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro

*International student migration: experiences of insertion of
Africans in the Brazilian university context*

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

RESUMO

Este artigo aborda a migração estudantil internacional e as experiências de estudantes africanos inseridos em instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas brasileiras. Para tal, primeiro apresento o panorama da mobilidade estudantil de alunos africanos, a partir da literatura internacional. No segundo tópico, delinheiro o “estado da arte” das discussões sobre a presença e permanência de estudantes africanos no Brasil, demonstrando como a migração estudantil internacional deu origem a diásporas africanas neste país. No plano microssociológico, utilizando observação etnográfica com recurso a entrevistas, trago experiências de inserção de alunos africanos em universidades públicas e faculdades particulares na cidade de Fortaleza (CE) e o encontro com a alteridade racial, cultural e urbana. No terceiro segmento, destaco as dificuldades destes sujeitos no

contexto universitário e, por último, problematizo a entrada desses sujeitos no mercado de trabalho, muitas vezes precário, decorrente das dificuldades acadêmicas e de sobrevivência nesta metrópole do Nordeste brasileiro. Nesta pesquisa, utilizei como método a observação etnográfica dentro de salas de aulas de seis IES, sendo três públicas e três particulares, bem como realizei entrevistas com estudantes de distintos países africanos. Nessas IES, os alunos africanos são vistos como consumidores de conhecimento, que, vêm ao Brasil apenas para aprender. Poucos se inseriam em atividades de pesquisa, extensão ou monitoria, e algumas vezes sua presença era indesejada.

Palavras-chave: Migração estudantil internacional; Estudantes africanos; Universidades brasileiras.

ABSTRACT

This article discusses the international student migration and the experience of African students entered higher education institutions Brazilian public and private. To do so, first we present the overview of student mobility from the international literature. In the second topic, show the "state of the art" of discussions about the presence and permanence of African students in Brazil, demonstrating how the international student migration gave rise to African diasporas in this country. In microsociological plan, using ethnographic observation with interviews with resource, bring the insertion experiences of African students in public universities and private colleges in the city of Fortaleza (CE) and the encounter with the racial, cultural and urban otherness. In the third segment, highlight the difficulties of these subjects in the university context. Finally, describe the entry of these individuals in the labor market, often precarious, resulting from academic and survival difficulties in this metropolis of northeastern Brazil. In this research, I used ethnographic observation methods in classrooms of six institutions, three of them public and three private, and conducted interviews with students from different African countries. In these institutions, African students are seen as consumers of knowledge, who come to Brazil only for learning. Few were involved in research, extension or monitoring activities, and sometimes their presence was undesirable.

Keywords: International student migration; African students; Brazilian universities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a mobilidade estudantil internacional de africanos para o Brasil, sua presença e permanência na cidade de Fortaleza, Ceará. É um trabalho de caráter etnográfico sobre jovens africanos que emigram para estudar no Brasil, tendo como matéria-prima suas experiências de inserção em instituições de ensino superior (IES) públicas e particulares cearenses. A compreensão da mobilidade, presença e cotidiano de estudantes africanos na cidade de Fortaleza (CE), inseridos nas diferentes IES, foi facilitada pelo fato de vivenciar a condição de aluno intercambista estrangeiro e temporário, iniciada no ano 2011. Nessa época, comecei a observar a própria comunidade onde estava inserido, bem como as experiências de inserção, os

desafios, as dificuldades e as conquistas desse grupo. Como se dá a inserção desses estudantes estrangeiros, negros e africanos na sociedade e nas IES brasileiras? Como vivenciam e gerem a vida acadêmica, sabendo que dentro de poucos anos terão que regressar a seus países de origem? Estas são algumas das questões que procuro responder ao longo do texto. Na condição de aluno moçambicano, ativista de uma agremiação estudantil africana e integrante dessa diáspora africana, pude adentrar a complexa realidade vivenciada por esses sujeitos em Fortaleza: a chegada de alunos e o seu acolhimento, a partida de outros, as dificuldades em alugar imóveis, as idas e vindas envolvendo a Polícia Federal e a Receita Federal para obtenção de documentos brasileiros como o Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de bancos para abertura de contas. Acompanhei dimensões peculiares da inserção de estudantes africanos no contexto universitário: matrículas nas IES, dificuldades em pagar mensalidades e consequente endividamento nas faculdades privadas, evasão escolar e entrada no mercado de trabalho, quase sempre precário. Também presenciei conflitos entre faculdades privadas e estudantes, processos na justiça resultantes dessas divergências, bem como conflitos existentes entre os próprios africanos e entre africanos e brasileiros. Para a compreensão da migração de estudantes africanos para o Brasil, utilizo literatura estrangeira acerca da mobilidade estudantil internacional, focalizando os deslocamentos de alunos de países africanos para países ocidentais ricos, bem como artigos, dissertações e teses escritas por pesquisadores africanos e brasileiros acerca da presença de estudantes africanos em IES brasileiras e dados disponíveis nos relatórios de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

MOBILIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDANTES AFRICANOS

Grande parte dos relatórios e artigos sobre a mobilidade estudantil internacional tem como foco a Europa Ocidental, América do Norte e países da OCDE, ignorando as realidades de outros continentes e regiões periféricas como África, Médio Oriente, Mundo Árabe, América Central e América do Sul. Dentre os estudos que discutem realidades próximas às das nações africanas, destaco o de Vinokur (2006) acerca da migração de pessoas qualificadas de países pobres para nações ricas como os EUA e os países da OCDE — fenômeno conhecido como “*brain drain*” ou “fuga de cérebros”. Já Gribble (2008) aborda a gestão da migração estudantil

internacional sob perspectiva das nações emissoras de estudantes diante da crescente permanência de seus alunos nos países receptores, revelando como estados ricos — Austrália, Grã-Bretanha e Canadá — tiram benefícios da tendência de permanência de estudantes oriundos da mobilidade internacional, aproveitando-se das habilidades dos estrangeiros formados em seus territórios. Já os países africanos emissores de estudantes muitas vezes perdem essa mão de obra qualificada, com consequências nefastas para o seu desenvolvimento socioeconômico. Normalmente, os emissores de estudantes são países considerados “pobres” que ocupam um lugar periférico na divisão de trabalho capitalista internacional e sem políticas atração e de acolhimento dos quadros retornados. Por tudo isso, são mais propensos ao risco de “fuga de cérebros”.

No tocante à migração estudantil internacional na África Sub-saariana, alunos africanos envolvidos nessas mobilidades apontavam diversas razões para estudar no exterior, entre as quais se destacavam: a experiência de estudar fora e viver no estrangeiro; uma forma de preparação para viver num mundo cada vez mais globalizado; e a falta de acesso ao ensino superior de melhor qualidade em seus países (Unesco, 2006). Este relatório indicava que a África Sub-saariana, região mais pobre do planeta, apresentava as cifras mais altas de mobilidade estudantil para o estrangeiro, cerca de 5.9%, taxa quase três vezes superior à média mundial, quando a média das outras regiões não chegava a 4%. No mesmo período, conforme a OIM (2008), um em cada 16 estudantes sub-saarianos estudava fora do país ou do continente, e nessa região 99% dos estudantes estrangeiros eram provenientes de países deste mesmo subcontinente.

Esse cenário de disparidades regionais — Europa Ocidental e América do Norte como principais regiões receptoras de estudantes estrangeiros — mostra que há motivos para temer que a migração estudantil possa resultar em “fuga de cérebros”, na mesma medida em que promove o fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento. De fato, ainda que ofereça vantagens aos países de origem, a longo prazo a migração de pessoas altamente qualificadas pode representar um custo alto às nações pobres ou em desenvolvimento. Por um lado, os países de origem perdem o capital humano e a produtividade que representam as pessoas qualificadas. Se a educação dessas pessoas for realizada em escolas públicas, essas nações também perdem o investimento efetuado na educação primária, secundária e até superior desses indivíduos. Por outro lado, as diásporas altamente qualificadas podem contribuir para o desenvolvimento econômico dos países emissores de estudantes através de investimentos, envio de remessas e dos vínculos que estabelecem entre as nações de origem e de destino em termos de comércio, inovação e conhecimentos técnicos. Por sua vez, se os estudantes regressarem aos países de

origem com conhecimentos e experiências adquiridos no estrangeiro e utilizarem suas aptidões de forma produtiva, representarão uma contribuição positiva para o fortalecimento institucional local e o intercâmbio de conhecimentos técnicos no país de origem (OIM, 2008).

A migração de estudantes e de pessoas qualificadas apresenta-se maior entre as ex-colônias africanas e as antigas metrópoles europeias, como por exemplo a França, onde mais de 30% dos estudantes internacionais são oriundos dos seus ex-territórios africanos. Gribble (2008) considera os impactos de migração estudantil internacional sobre os países emissores de alunos e discute as respostas que tais nações têm empregado na tentativa de regular e frear a mobilidade de estudantes para o estrangeiro. Seu artigo demonstra como as dificuldades de acesso ao ensino superior constituem um problema grave na África Sub-saariana, cujas taxas de matrícula nas IES dessa região são as menores na comparação entre os continentes. Mesmo assim, este autor aponta a existência de iniciativas que visam expandir o acesso ao ensino superior e reduzir a saída de estudantes de seus países de origem, como é o caso da Universidade Virtual Africana (AVU). A partir dessa iniciativa, os países africanos envolvidos partilham conhecimentos e recursos a fim de alcançar o objetivo comum de aumentar a oferta de ensino universitário, em um continente onde menos de 5% dos alunos têm acesso ao ensino superior (GRIBBLE, 2008).

Os artigos e relatórios internacionais acerca da migração estudantil internacional têm em comum o fato de mostrarem altas taxas de mobilidade de estudantes sub-saarianos para aos países da OCDE, Europa Ocidental e EUA, chamando atenção para a “fuga de cérebros”. Entretanto, questiono se no caso da migração estudantil internacional de africanos para o bloco econômico da OCDE, Europa, EUA ou mesmo para o Brasil, se trata de “fuga de cérebros” ou “fuga de pessoas altamente qualificadas”, visto que a maioria dos africanos que emigra com finalidade estudos sai do país somente com o ensino secundário/médio concluído para fazer cursos de graduação e uma minoria para cursar pós-graduação. No caso do Brasil, a maioria dos estudantes africanos emigra para este país ao abrigo do Programa Estudantes Convênio – de Graduação (PEC-G),¹ havendo uma ínfima parte que emigra para cursar pós-graduação ao abrigo

¹ O PEC-G é administrado de forma conjunta pelos Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC), ambos do Brasil. Fazem parte deste programa 45 países, ao todo, com 32 países efetivos que enviam estudantes de África, da América Latina e Ásia para as IES brasileiras. O PEC-G foi criado em 1965, quando foi lançado o primeiro protocolo do programa pelo Estado brasileiro para amparar estudantes de outros países, unificando, assim, as condições do intercâmbio estudantil e garantindo tratamento semelhante aos estudantes internacionais e brasileiros nas IES públicas brasileiras. A partir da análise dos dados estatísticos, numéricos e de tabelas, percebo que nas duas últimas décadas o continente africano tem apresentado o maior contingente de alunos, com cerca de 20 países que enviam indivíduos para estudar no Brasil ao abrigo deste

do Programa Estudantes Convênio – de Pós-Graduação (PEC-PG)² ou de outros acordos bilaterais ou ainda por conta própria e apoio das famílias para se inserirem em faculdades privadas. Senão, vejamos o relato a seguir:

Eu estou no Brasil há dois anos e foi tudo assim, por acaso, sabe? Tinha um... a minha tia, a irmã do meu pai. Quando a minha mãe faleceu ela... tia porque a gente assim ligava assim para saber como vocês estão. Vocês precisam de alguma coisa? Aí eu passava na casa dela de vez em quando assim, dar um “oi”. Eu fui assim, uma vez me perguntaram; olha, você fez que série no ensino médio? Eu respondi: a quarta. Tá tendo um negócio de bolsa lá pra o Brasil, você tá interessado? A gente pode botar o teu nome? Sim, bota lá. E foi assim. Eu me esqueci completamente. Aí um dia me ligaram: olha, vai lá pra Embaixada, estão terminando as inscrições. Aí levantei e fui, cheguei em último, trouxe os documentos. Aí fizeram a pré-seleção, seleção e hoje estou aqui. Eles analisavam o percurso de... o percurso histórico do estudante desde a entrada no colégio, os sete anos do ensino médio todo, e você tinha que ter uma média alta e tirando isso, tinha uns negócios lá. — Você é do programa PEC-G? Sabe o negócio lá o termo de compromisso. Você tem que ter uma condição dada para poder se manter, seguro [Estudante togolês cursando universidade pública. Entrevista gravada em 28/03/2014].

O depoimento supracitado bem ilustra o contexto de emigração africana para estudar no Brasil, onde se misturam redes familiares de ajuda, acesso a informações privilegiadas sobre existência de bolsas de estudos nas Embaixadas — particularmente sobre o PEC-G —, existência de um bom histórico de notas estudantil, classe social, condições econômicas para se manter no estrangeiro etc. Diante desse cenário, questiono: não se trataria apenas de uma emigração de possíveis “talentos” africanos, tendo em conta o grau de escolaridade desses sujeitos quando saem de seus países de origem, bem como o fato de que muitos estudantes não têm domínio das áreas tecnológicas, de informação, comunicação, computação, entre outras áreas de conhecimento consideradas importantes no contexto da globalização?

programa, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012, 2014).

² PEC-PG é uma extensão do PEC-G, funcionando no mesmo modelo, mas dirigido para o nível de pós-graduação.

O “ESTADO DA ARTE” DOS ESTUDOS SOBRE ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL

A análise das tabelas e quadros estatísticos da Unesco (2006) chama atenção para a posição do Brasil a receber estudantes universitários estrangeiros, no âmbito da migração estudantil internacional. Em 2004, o Brasil recebeu 1.260 estudantes estrangeiros, dos quais 387 eram oriundos de países da própria América Latina, 34 eram provenientes da África Sub-saariana, dois provinham dos países árabes, 11 da Ásia Central, 18 do Oeste da Ásia e Pacífico, 98 da América do Norte, nove eram oriundos da Ásia do Sul e Ocidental e 701 tinham procedência não especificada. Nesse período, o Brasil era o país latino-americano que recebia maior número de estudantes estrangeiros. A migração de estudantes africanos para o Brasil, sua presença e permanência nas IES deste país tornaram-se objeto de diversos estudos acadêmicos, particularmente nos últimos anos. O levantamento bibliográfico sobre este assunto mostra que a maioria dos estudos realizados tem como foco a vida dos estudantes africanos em situação de migração temporária, no âmbito do PEC-G, seus processos identitários e suas experiências culturais. Tais trabalhos têm sido realizados por pesquisadores africanos e brasileiros, tendo como referência empírica a presença de estudantes africanos nas principais capitais de estados do Sul, Sudeste e do Nordeste brasileiro.

A revisão bibliográfica referente à região Sudeste e Sul do Brasil destacou as seguintes produções: estudos de Fonseca (2009) acerca da presença de alunos angolanos em universidades paulistas e paranaenses; as pesquisas de Subuhana (2005, 2009) sobre estudantes moçambicanos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; o trabalho de Ngomane (2010) analisando estudantes moçambicanos em Minas Gerais; e os trabalhos de Mungoi (2006, 2012) focalizando estudantes africanos na cidade de Porto Alegre. Referente ao Nordeste brasileiro, Baessa (2005), Mourão (2009), Correia (2011) e Langa (2014, 2015, 2016) realizaram estudos sobre alunos africanos na cidade de Fortaleza. Enquanto que Có (2011) e Tcham (2012) efetuaram pesquisas com estudantes africanos em dois estados distintos ao mesmo tempo: o primeiro nas cidades de Fortaleza e Natal, e o segundo autor nas cidades de Maceió e Recife.

Por último, em uma perspectiva internacional, os trabalhos de Gusmão (2008, 2012) realizados em território português e no contexto brasileiro demonstram a dimensão nacional e internacional da migração estudantil, circunscrevendo esse fenômeno a partir de análises de realidades vivenciadas por crianças, jovens africanos e luso-africanos em Portugal e por

estudantes africanos no Brasil. A autora utiliza pela primeira vez a categoria “diáspora africana” para nomear o fenômeno da migração estudantil internacional africana, em suas dimensões distintas em Portugal e no território brasileiro. Tais diásporas são caracterizadas pela presença de imigrantes e estudantes africanos sejam eles temporários ou não, por relações sociais estabelecidas entre eles e pela submissão à dinâmica dos processos de deslocamento físico e social.

Gusmão (2008) chama particular atenção para os patrimônios sociais e culturais dos jovens africanos vivendo em repúblicas e em moradias estudantis no território brasileiro que, na sua ótica, devem ser entendidos como uma “diáspora” constituída por várias coletividades de indivíduos oriundos do continente africano, porém pertencendo a diversos contextos nacionais, étnicos e tribais. Portanto, o campo de pesquisas sobre as migrações de estudantes africanos para o Brasil chama atenção para fluxos e processos identitários desses sujeitos, bem como mostra a importância de se compreender tais mobilidades, independentemente das distintas nomeações que recebem, seja enquanto “migração estudantil internacional”, “migração temporária”, “comunidade” ou “diáspora” de africanos em território brasileiro. Tais noções não são fixas, são categorias em movimento que caracterizam os deslocamentos e a presença desses atores em terras brasileiras.

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E APORTES METODOLÓGICOS

Diante da migração e presença de alunos africanos para IES públicas e privadas do Brasil, minha análise circunscreve-se às experiências desses sujeitos nos *campi* de universidades públicas federais e estaduais, bem como em faculdades privadas na cidade de Fortaleza (CE). Nesse cenário, ao problematizar este fenômeno, várias questões se colocam: quem são esses estudantes? Como vivem? Como são recebidos nas universidades? Como se dá a inserção no espaço acadêmico brasileiro? Que relações históricas de poder foram se construindo entre os países africanos e o Brasil? Qual a realidade educacional vivenciada pelos países africanos e pelo Brasil a receber esses estudantes? Este estudo sociológico tem como pretensão investigativa analisar o processo de inserção de africanos nas universidades públicas e faculdades privadas brasileiras, na cidade de Fortaleza, enfocando múltiplas dimensões do seu cotidiano. O esforço analítico incide no desvendamento de percursos de vida dos estudantes africanos no âmbito da migração estudantil internacional, circunscrevendo modos de vida, estratégias de inserção nas IES, padrões de interações, dilemas e desafios desses sujeitos. Este trabalho traz como aspecto inovador o fato

de dedicar-se ao estudo de dimensões da realidade vivenciada pelo contingente de estudantes africanos vinculados a diferentes IES públicas e privadas, não se limitando aos sujeitos integrados nas universidades públicas e que auferem de bolsas de estudo. Os estudantes africanos inseridos em faculdades privadas vivenciam situações de desproteção social com inserções precárias no mercado de trabalho, quase sempre de maneira informal. Diante desse cenário, apresento o relato de um estudante bissau-guineense, ilustrando a situação de seus compatriotas, inseridos no mercado de trabalho precário:

Eu acho que, economicamente, os brasileiros, por cá estarem no país deles, faz toda a diferença. E o guineense, como tu sabes, muitos guineenses passam por situações, economicamente falando né, situações complicadas e muitos recorrem a trabalhos né, trabalhos inclusive, trabalhos brutos. E... isso também conta muito, que o cara passa, assim, a ficar sem tempo, né, pra estudar mesmo, isso reflete diretamente no seu desempenho escolar e..., e..., o cara tenta, tenta, tenta levar assim, porque é muito complicado na verdade, entendeu? Mas tenta levar que sem isso eu não consigo sobreviver, entendeu? Há pessoas que cá chegaram com os seus próprios dinheiros e eu acho isso uma luta assim. Você sente, entendeu, que a pessoa em Guiné, é uma pessoa com uma..., que tem uma família meio..., assim como diria, mais pobre assim, entendeu? E..., a pessoa esforça por si, trabalha, procura dinheiro, dá a volta por cima e... junta esse dinheiro, compra o próprio bilhete, vem pra cá, chega aqui. E quando chega a aqui, vê que não, não é como pensava, porque a imagem que nos vendem é totalmente... é totalmente... como é que eu posso dizer... é totalmente falaciosa, entendeu? É toda mentirosa, entendeu? Então, a pessoa chega aqui e vê outra realidade, tem que recorrer a outras, a esses trabalhos pesados, entendeu? A outros meios que é pra sobreviver. Então você vê isso. [Estudante bissau-guineense cursando universidade pública e faculdade particular ao mesmo tempo. Reside em Fortaleza há cerca de 4 anos. Entrevista gravada em 23/08/2014].

Como mostra o depoimento acima, muitos estudantes africanos, sobretudo os bissau-guineenses que passam por dificuldades econômico-financeiras, recorrem a trabalhos precários, considerados “brutos”, que impactam negativamente seus desempenhos escolares.

Durante o trabalho de campo realizado ao longo de 12 meses, entre os anos de 2014 e 2015, observei sistematicamente os estudantes africanos em diferentes espaços, lugares e dimensões de suas vidas: IES, agremiações estudantis, residências, espaços de lazer, quadras de futebol, bares e festas. Analisei estes sujeitos diaspóricos durante as interações entre si e com profissionais no acesso a serviços públicos e privados. Desenvolvi entrevistas abertas e em

profundidade com 26 estudantes africanos de nacionalidades distintas e de ambos os sexos, cabendo destacar: angolanos, bissau-guineenses, cabo-verdianos, congolese, nigerianos, são-tomenses e togoleses. Além da observação e das entrevistas, encetei conversas informais com estudantes de outros países como Moçambique, Níger, Gabão e Benin. Como técnica de registro das observações e outras impressões, utilizei o caderno de campo, elaborando diários acerca das interações com estes sujeitos. Das 26 entrevistas realizadas, transcrevi 13, conforme a riqueza de informações, detalhes e profundidade das falas dos interlocutores. Também diversifiquei as origens nacionais dos entrevistados e tomei em conta a questão dos gêneros masculino e feminino na transcrição das entrevistas.

Cabe ressaltar o enorme desafio das transcrições das entrevistas, tendo em conta as nacionalidades, sotaques e diferentes formas de expressão dos entrevistados, pois para alguns dos interlocutores o português não é a sua língua materna. Assim, quando se expressavam, muitos entrevistados utilizavam o jargão popular e gírias locais próprias de seus países e culturas de origem. Outros, como é o caso dos estudantes cabo-verdianos e bissau-guineenses, misturam a língua portuguesa com o *crioulo*, idioma oficial desses dois países, utilizado na comunicação cotidiana entre seus conterrâneos e familiares. É emblemático o depoimento seguinte:

Eu nunca disse uma pessoa que eu sinto assim orgulho ou algum assim sabor de falar crioulo, entendeu? Mas, eu me sinto mais à vontade em falar crioulo, entendeu? Que é..., lá em Guiné, o pessoal fala assim: “eu não vou aceitar a tua cultura antes de você respeitar a minha”, entendeu? [...]. Os guineenses falam, não vou dizer, que eu também penso assim. Não, não vou me excluir, pois eu também penso assim, que português, inglês, francês, essas línguas são de trabalho. O que é nosso tem valor. Lá em Guiné fala assim: “**quil que nosso tem balor**” em crioulo, “o que é nosso tem valor”. **Quil que de nós inta pui sentir**, “o que é nosso é pra prestar atenção nisso”. [Estudante bissau-guineense cursando universidade pública estadual. Entrevista gravada em 23/09/2013].

Por essas razões, transcrever as entrevistas tornou-se um processo lento e penoso que, de forma alguma, poderia ser transferido para terceiros, visto que nem sempre é possível entender as palavras em crioulo e também as expressões e formas de falar do português típico dos países africanos.

MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL PARA O BRASIL E A FORMAÇÃO DE DIÁSPORAS AFRICANAS

Neste tópico demonstro como a experiência de mobilidade estudantil internacional de africanos para IES brasileiras na cidade de Fortaleza deu origem à formação de uma diáspora africana, trilhando pistas de pesquisas abertas por GUSMÃO (2008, 2012). Analiso as experiências de inserção dos estudantes africanos nas IES cearenses e a presença desses sujeitos na cidade de Fortaleza. Trata-se de entender não apenas o cotidiano dos alunos do PEC-G e PEC-PG, inseridos nas universidades federal e estadual, mas particularmente a realidade ampliada, constituída pelos estudantes africanos inseridos nas faculdades particulares, a dependerem da ajuda econômica de familiares e do trabalho para sobreviver. A presença de estudantes africanos gera distintas percepções e representações na sociedade cearense e nos espaços universitários, cujas interações são perpassadas de preconceito e discriminação raciais. Tal presença iniciou na década de 1990, período em que se deslocavam somente estudantes de países africanos de língua portuguesa (Palop) para integrar-se na Universidade Federal do Ceará (UFC), através do PEC-G. A partir dos anos 2000, houve um aumento significativo do número desses estudantes em Fortaleza, cuja maioria vem estudar em faculdades particulares, com contratos firmados em seus países de origem (LANGA, 2014).

Conforme Mourão (2009), nos anos 2000 os estudantes africanos participantes do PEC-G se autodenominavam “comunidade africana em Fortaleza”, incluindo, particularmente, jovens de nacionalidades cabo-verdiana e bissau-guineense, então unidos e voltados para questões comuns, como adaptação e resolução de problemas cotidianos. Mesmo assim, essa união na diáspora não dissipou as diferenças históricas de classe, renda, prestígio e grau de escolaridade entre os cidadãos oriundos desses dois países. Baessa (2005) constata que, devido ao número crescente de estudantes guineenses e cabo-verdianos na cidade, esses sujeitos passam a estabelecer maiores distinções entre si, demarcando suas nacionalidades específicas, contrapondo-se à denominação anterior de “comunidade africana”. Assim, ao longo dos anos, o número de estudantes africanos no Ceará cresceu, constituindo um contingente de imigrantes a complexificar-se em sua diversidade, formando uma diáspora. Atualmente, existe um crescente segmento de estudantes de nações africanas — pertencentes a diferentes classes sociais e credos religiosos, oriundos não apenas de países lusófonos, mas também de países francófonos e anglófonos — pertencentes a diferentes grupos etnolinguísticos. Essa diáspora africana é constituída por estudantes sub-saarianos de ambos os sexos, na sua maioria homens jovens entre

os 18 e 35 anos de idade, negros, de diversas etnias, pertencentes à grande família etnolinguística *bantu*³(LANGA, 2015).

AS DESIGUALDADES DE SEXO E GÊNERO

Apesar de ser uma população eminentemente masculina, verifica-se uma presença crescente de mulheres nesta migração estudantil internacional, mesmo que constituam um contingente invisibilizado pela sociedade de acolhida e, pela própria comunidade africana em Fortaleza. Nesse cenário, tem-se a coexistência de diversos movimentos e agremiações estudantis idealizados e comandados por indivíduos do sexo masculino, contando com pouca ou nenhuma participação das mulheres africanas: esse é um fenômeno interpelador na mobilidade estudantil internacional africana. Tal situação revela desigualdade de gênero e invisibilização da participação dessas jovens mulheres na diáspora, acontecendo o mesmo nos países de origem, tanto pelos governos, quanto pelas famílias africanas. As jovens mulheres africanas constituem minoria nessa diáspora estudantil internacional devido à ausência de políticas e de preocupação com a equidade de gênero nos sistemas educacionais dos países africanos. Esse fato reflete a existência de patriarcalismo, machismo em suas sociedades de origem, nas quais as famílias preferem investir na educação dos filhos do sexo masculino em detrimento das mulheres, por questões de herança e continuidade da linhagem familiar. Em verdade, a desigualdade de gênero inicia nas próprias sociedades africanas, muitas delas tradicionais, nas quais as mulheres circulam entre as famílias, e predominam regras de sororato e levirato peculiares (LANGA, 2016). A partir de minhas vivências e experiências de vida — enquanto cidadão e pesquisador em Moçambique e originário de um grupo etnolinguístico patrilinear —, percebo que, via de regra, as sociedades africanas apresentam altas taxas de fecundidade femininas, existindo, percentualmente, mais mulheres do que homens. Entretanto, a partir de certa idade — geralmente após a primeira menstruação — verifica-se pouca presença de mulheres nas salas de aulas, devido à evasão escolar. Tal evasão está ligada a fatores culturais, religiosos e econômicos, tais como: casamentos prematuros de crianças e adolescentes do sexo feminino entre os nove e 15 anos de idade, forçadas a se casarem com homens muitos mais velhos, cuja idade é igual ou superior à de seus pais, e também devido às

³ *Bantu* é a designação da grande família etnolinguística e cultural da África Subsaariana, constituída por mais de 300 povos e nações que possuem línguas e culturas próximas. A designação *bantu* foi cunhada em 1862 pelo antropólogo alemão Wilhelm Bleek, ao perceber a diversidade e quantidade de línguas e etnias com características comuns. Os povos bantu ocupam 2/3 do continente africano na região a sul do deserto do Sahara.

gravidezes precoces fruto desses casamentos ou, fora deles, aliciadas por professores ou outros sujeitos mais velhos. É fato inconteste que muitas famílias rurais retiram as crianças e adolescentes das escolas para ajudarem na agricultura, na pastorícia, na coleta de água e nos trabalhos domésticos (LANGA, 2016).

Por certo, questões de ordem cultural fazem com que muitos pais e famílias retirem suas filhas das escolas: parte deles acha que as mulheres não precisam de muita instrução escolar, pois serão futuras esposas e donas de casa, circunscrevendo a vida das mulheres ao espaço doméstico; já outros retiram suas filhas menores das escolas temendo que os professores as assediem e estas engravidem. Outros pais ainda veem nos casamentos prematuros de suas filhas uma fonte de renda, obtida do dote pago pelo futuro marido. E outros pais contraem dívidas com curandeiros e feiticeiros buscando melhores lavouras e chuvas para suas terras e, como moeda de troca, cedem suas filhas como esposas a estes mágicos. Essas e outras razões fazem com que poucas moças e mulheres permaneçam nos sistemas de educação formal (*Idem*, 2016). Tais índices variam, mas constituem uma realidade, particularmente em sociedades tradicionais, rurais e islamizadas. De fato, em muitas sociedades africanas rurais, particularmente naquelas com populações islamizadas, o acesso de mulheres à educação, a saúde e ao emprego formal ainda é deveras restrito. Mesmo assim, as mulheres oriundas dessas regiões sempre demonstraram interesse pela educação e pelo trabalho, procurando informações e candidatando-se às vagas e bolsas de estudos existentes, em percursos de persistência e luta. Vejamos, então, a narrativa de uma estudante bissau-guineense, inserida numa escola técnica privada, acerca de suas experiências escolares e do processo que a conduziu a migrar para estudos no Brasil, movida pelo desejo de cursar ensino superior.

Na Guiné-Bissau, eu estudei até 11ª classe, eu nunca trabalhei lá. Atualmente estudo, aqui no Ceará, eu faço Relações Internacionais no Oboé. Aqui no Brasil trabalho por conta própria, vendendo minhas coisas, vendo bolsa, calcinha, sapatos, essas coisas. Eu compro em São Paulo e venho vender aqui. Eu vim estudar aqui no Ceará. Assim, levaram a informação do curso lá na Guiné-Bissau, aí eu participei, passei e fiz a minha documentação e vim para cá. [Estudante bissau-guineense cursando faculdade particular. Entrevista gravada em 13/03/2014].

Além do desejo de estudar como principal motivo para migrarem, o trabalho também aparece como uma dimensão importante nas suas vidas. Assim, muitas jovens envolveram-se no mercado de trabalho logo após chegarem ao Brasil. A maioria das estudantes africanas está em

cursos de graduação em faculdades privadas, e uma minoria nas universidades públicas federais e estaduais. Poucas destas conseguem “furar a peneira” e cursar pós-graduação. Na realidade, um número significativo das estudantes africanas encontra-se matriculada em cursos técnico-profissionalizantes ofertados por faculdades particulares, particularmente aquelas que oferecem estágios remunerados. Tais cursos representam uma forma de inserção rápida de africanos e africanas no mercado de trabalho. Desse modo, parte significativa das mulheres africanas é atraída para os cursos de Enfermagem e Administração porque, ainda a meio do curso, conseguem empregos como enfermeiras, vendedoras e garçonetes. Aliada à renda conseguida no trabalho, estas recebem apoio financeiro de familiares em África e de namorados, de modo a garantir a sobrevivência na diáspora (LANGA, 2014). Vejamos:

Como eu me mantenho aqui no Brasil? Meu pai manda dinheiro, e também vivo do meu negócio [Venda de roupas, bolsas e calçados entre Brasil e Guiné-Bissau]. Graças a Deus que eu tenho o meu dinheiro. Para pagar as contas é assim... É assim, depende, tipo... todo o mundo sabe que eu recebo no final do mês, aí quando meu dinheiro eu pago as contas. E aí depois quando meu pai manda, eu vou no shopping (Risos). [Estudante Bissau-guineense cursando faculdade particular. Entrevista gravada em 19/03/2014].

Dentro desse grupo de estudantes inseridas nas faculdades particulares, existe um segmento que, nas férias letivas, dedica-se ao comércio de roupas e calçados entre o Brasil e seus países de origem. Algumas possuem licenças de importação e exportação de tecidos e roupas. Ainda assim, a profissão ou o trabalho em que estão inseridas está presente nas suas falas, ocupando uma dimensão central de suas vidas, na qual anunciam o curso enquanto estudantes ou o trabalho remunerado que desenvolvem enquanto técnicas de enfermagem ou vendedeiras (*Idem*, 2014).

EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO EM IES BRASILEIRAS

Chegados ao Brasil, os estudantes africanos apresentam expectativas acadêmicas — por conta do maior desenvolvimento econômico do país de acolhida — e acreditam que as IES constituam espaços, privilegiados, de inserção e integração na sociedade cearense, por meio de aprendizado técnico-científico. Entretanto, tais expectativas vão-se desmoronando aos poucos, por conta das dificuldades econômicas, adaptação, interação e às vezes vivenciam ambientes hostis em determinados espaços causados pelo preconceito e discriminação racial. Por conta das

dificuldades de inserção, mudanças de curso, dívidas, reprovações etc., os estudantes africanos são vistos como um problema em diversas IES, unidades acadêmicas, programas e departamentos. Apesar de ser o convênio internacional na área de educação mais conhecido no Brasil, o PEC-G é um programa federal que abrange a minoria de estudantes africanos, com relativa inclusão. A grande maioria dos estudantes africanos cursa faculdades particulares e vivencia uma situação de desproteção social no Brasil.

Os estudantes africanos vivenciam situações próximas daquilo que Durkheim (2000) chamou de “anomia social”.⁴ Tal anomia manifesta-se a partir da desorientação pessoal e na vida estudantil, evidenciando-se através da mudança constante de curso e de faculdade. Muitos estudantes não se adaptam ao curso em que estão inscritos, quando gostariam de fazer outros cursos de sua vocação. Outros africanos acabam sabendo da existência de faculdades privadas que oferecem cursos diversos e mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de estágios profissionais. Os desejos de mudança de curso criam embaraços aos próprios estudantes, bem como às direções das faculdades e gestores dos programas onde estão inseridos, passando a ser vistos como alunos problemáticos. Na vida pessoal, a anomia evidencia-se pelos gastos excessivos e consumismos no cotidiano e particularmente nas festas africanas, por via de roupas e calçados de marca, *tablets*, telefones celulares *iphones* e *smartphones* de última geração, como também pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, na tentativa de serem aceitos na sociedade brasileira. Vivendo longe das famílias, parentes e do controle social exercido pelas estruturas sociais de seus países de origem, os africanos têm que “se virar” sozinhos ou na companhia de colegas jovens, conhecidos no Brasil. Vejamos:

Eu sempre fui meio assim, sempre fui meio... exibido também [risos]. E eu gosto muito de sapatos [tênis], sabe assim às vezes eu faço sacrifício pra comprar um tênis porque quero. Aí... bem às vezes, eu acho que inconscientemente, às vezes tem aquela coisa de salvar a imagem por que você vem pra cá e as pessoas já vão falando pra você, não sei o quê: - Olha lá tem comida? Essas coisas. E às vezes eles param e olham e dizem: - eu quero saber uma coisa, como é que não tem comida na África e você se veste assim? Essas coisas. Eu creio que você já ouviu essa pergunta [risos]. Então é uma coisa

⁴ A noção de *anomia social* é usada pela primeira vez por Durkheim na obra *O Suicídio*. Durkheim usa tal termo para se referir ao estado normal das sociedades modernas, caracterizado pela ausência de normas sociais e ligado à prosperidade econômica e industrial e suas crises. Assim, a anomia estava ligada a um tipo de suicídio específico das sociedades modernas europeias, que ele designou de *suicídio anômico*. Já Merton na obra *Sociologia: teoria e estrutura* parte das ideias de Durkheim, mas – influenciado pela sociedade norte-americana – vê a anomia como um estado de espírito dos indivíduos e não como um tipo de sociedade, referindo-se a uma condição dos indivíduos e não mais a um ambiente social como fazia Durkheim.

assim, a gente gosta de.... pelo menos eu sou assim. Eu acho que é alguma coisa da minha família também. Quando a gente tem problemas em casa, eles são só em casa, fora de casa, ninguém precisa saber que a gente tem. Então, a gente salva a imagem de uma forma ou de outra. [Estudante oriundo de país da África Ocidental francófona, residindo há mais de 7 anos em Fortaleza. Entrevista gravada em 28/03/2014].

Normalmente, os gastos e despesas dos estudantes africanos entram em contradição com a condição socioeconômica humilde, algumas vezes de pobreza, vivenciada por esses sujeitos e suas famílias em África. Muitas vezes, suas famílias investem todas as suas economias na educação dos filhos, na perspectiva de um futuro melhor para seus filhos. Nesses processos é necessário destacar a contribuição e o papel da modernidade para a anomia social nas sociedades contemporâneas, particularmente no cenário da migração estudantil africana. De fato, as sociedades contemporâneas “de consumo” oferecem maiores possibilidades de escolha aos indivíduos em termos de produtos, cursos, vocações e estilos de vida.

Bom, vamos pelo mais difícil. Economicamente, acho que eu ganhei um pouco mais de independência, porque eu já conseguia gerir minha renda. Não era muito, mas, assim, no início minha mãe mandava dinheiro, e eu já tinha que fazer esse jogo, tinha que poupar assim, para poder poupar isso. Quando eu comecei a conseguir as bolsas de monitoria, aí fui tendo noção de como eu poderia gastar. Mas é aquela coisa, você sai de casa e assim, não é muito dinheiro, mas alguma coisa já te dá noção do que você fará no futuro. Assim, ganhei a minha independência econômica. E culturalmente falando, é assim, eu aprendi bastante coisas, tanto contato mesmo com o Brasil, desmistifiquei coisas que eu tinha ideias sobre o Brasil. Assim, a gente..., acho que todos os povos, a gente cria assim um julgamento né, um conceito prévio sobre... E com o Brasil não foi diferente, eu achava que todo o mundo é igual, aí você pensa que todo o brasileiro joga bola e vê que isso não é verdade [Estudante cabo-verdiano cursando universidade pública, residindo há mais de 7 anos no Brasil. Entrevista gravada em 25/08/2014].

A rigor, a inserção dos africanos nas IES e sua adaptação à vida na diáspora acontece de forma lenta. Pouquíssimos estudantes africanos conseguem se inserir em atividades de ensino, extensão e pesquisa, tais como grupos de estudos e de pesquisa, programas institucionais de iniciativa científica (Pibic), programas institucionais de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (Pibiti), programas institucionais de Iniciação à docência (Pibid) ou de monitoria.

Somente estudantes africanos no nível de pós-graduação estavam inseridos em grupos de pesquisa. Numa atitude colonialista, as IES brasileiras produzem “ausências” nas quais a

experiência e conhecimentos trazidos pelos estudantes africanos não são tidos como válidos, sendo subaproveitados ou mesmo desperdiçados. Durante as observações nas salas de aulas, percebi que nas IES existia a percepção de que os estudantes africanos não são produtores de conhecimento, mas apenas consumidores que vem ao Brasil para aprender. A ordem científica hegemônica nas IES não se interessa pela realidade dos estudantes nem dos países de origem, resultando naquilo que Santos (2011) designa de “desperdício da experiência”.

[...] a compreensão do mundo é muito mais ampla que a ocidental. Os colegas da África do Sul, da Índia, de Moçambique têm uma maneira de ver a sociologia, a sociedade e o mundo distinta da que existe no Norte. Então me pareceu que, provavelmente, o mais preocupante no mundo de hoje é que tanta experiência social é desperdiçada, porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso tem permanecido invisíveis, desacreditadas (SANTOS, 2011, p. 23-24).

Via de regra, os estudantes africanos não conseguem inserir-se em atividades acadêmicas de extensão ou de pesquisa dentro e fora das universidades, sendo aproveitados apenas no mercado de trabalho precário e informal. Normalmente, as experiências e conhecimentos oriundos do mundo não Ocidental são ignoradas pelo “paradigma dominante” no fazer científico que, “não dialoga com outras lógicas de pensar o mundo” (*Idem*, 2011, p. 23-24). Nesse cenário, ignoram-se autores, fatos, histórias, narrativas, experiências africanas e do mundo não ocidental — tidos como não científicos — e conhecimentos locais, tidos como menores. Em algumas instituições, a presença de alunos africanos é até indesejada. Assim, características como continente ou país de origem, raça, etnia, condição econômica têm se mostrado fatores que condicionam a seleção de alunos estrangeiros intercambistas em algumas IES fortalezenses.

MERCADO CAPITALISTA DO CONSUMO E RESSIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS

A experiência de migração estudantil em território brasileiro influencia e altera os modos de ver e estar no mundo dos estudantes africanos. Muitos passam a construir uma “identidade capitalista” (FONSECA, 2009) e algumas vezes “empresarial”. Tais identidades são baseadas no consumo de bens do mercado capitalista, com produtos de massas, variados a preços acessíveis,

como vem acontecendo no Brasil dos últimos anos. Nessas identidades predominam o consumo de roupas, calçados, aparelhos celulares de última geração, o comércio internacional de roupas e calçados entre o Brasil e seus países de origem. Das nações africanas trazem produtos “exóticos”, tais como roupas nativas, túnicas, turbantes, panos coloridos, colares, pulseiras e artesanato para serem vendidos no Brasil. E do Brasil para os países africanos levam calçados, chinelos, rasteirinhas, havaianas, blusas, *lingeries*, biquínis, roupas “modernas”, *shorts*, jeans, minissaias, vestidos decotados, bijuterias e outros produtos da indústria de produção em massa. Nesse cenário, parte dos estudantes é atraída a permanecer no Brasil ou instalar-se definitivamente, devido a um conjunto de “facilidades” de trabalho no mercado informal e “qualidade de vida”, mas também, devido à incerteza de inserção social no regresso a seus países de origem por conta do sentimento “não pertencimento”, da “falta de lugar”, das mudanças nos referenciais identitários, nos vínculos sociais, afetivos (GUSMÃO, 2012). Esta antropóloga bem descreve a condição do aluno africano no Brasil:

O que aprendem e o que esquecem ao permanecer longo tempo “fora do lugar” é hoje o desafio para as autoridades dos países de origem. É desafio, também, para familiares, parentes e amigos, que, muitas vezes, sacrificaram-se para dar-lhes apoio de ir em busca de seus estudos e assim, quando formados, retornarem aos seus e à nação de origem. Por seus novos modos, pela forma de vestir-se, comportar-se, ele próprio já não se reconhece plenamente no grupo de origem, ao mesmo tempo se estranham naquele mundo. São, também, estranhados pelos que ficaram naquele mundo. Veem-se a si mesmo como sujeitos modernos, globalizados e portadores de perspectivas, valores de outra ordem que se contrapõem aos valores, costumes próprios dos contextos mais tradicionais. O que percebem é que já não se é inteiramente dali, mas também sabem que não são das terras onde estão em busca de novos rumos por meio dos estudos e de qualificação profissional. Nestas são, sobretudo, estrangeiros e depois, “africanos e negros”. Na África o que são: angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses. São balantas, fulas, pepel, quimbundos, ovibundos, crioulos, mestiços e sem referência étnica e, assim por diante (GUSMÃO, 2008, p. 8-9).

Com o passar dos anos, os africanos vão se desiludindo com a vida na diáspora por causa da discriminação racial, da ausência de oportunidades de crescimento e mobilidade social, tanto em nível individual quanto de sua comunidade. Não se sentindo integrados, os africanos abandonam o Ceará em direção aos estados do Sudeste brasileiro, onde são absorvidos pelo mercado de trabalho em megalópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Outros saem do Brasil em direção à América do Norte em uma nova saga migratória ou voltam a seus países de origem.

Entre os estudantes que permanecem no Brasil, a minoria casa-se com mulheres brasileiras ou constitui família. Entre os que cursam graduação em faculdades privadas, poucos conseguem continuar a vida acadêmica e ingressar na pós-graduação. Cursar pós-graduação constitui privilégio acessível apenas aos africanos inseridos nas IES públicas federais e estaduais (LANGA, 2016).

DESPROTEÇÃO SOCIAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PRECÁRIO

Na diáspora, os estudantes africanos entram em contato com realidades distintas daquelas vivenciadas em suas nações de origem, com novos desafios e dificuldades. Nessa etapa de suas vidas acadêmica e pessoal, encontram como desafios viver em uma sociedade diferente no nível econômico, sociocultural e adaptar-se às novas realidades política e administrativa. Enfrentam dificuldades burocráticas para alugar casas, apartamentos e quitinetes e abrir contas bancárias por conta do preconceito e discriminação raciais. O mesmo acontece nas ruas, ônibus e quando tentam acessar serviços públicos e privados. No contato com tais organismos percebem e sentem que a sociedade fortalezense encarna formas de racismo e discriminação racial institucional. Pode-se compreender melhor essa realidade vivenciada pelos estudantes africanos inseridos nas faculdades privadas, muitas vezes desprotegidos, sem bolsas de estudos, sujeitos a ajustes anuais nas mensalidades e endividamento. Esse segmento, que constitui maioria entre os africanos nos percursos da diáspora, vivencia situações de precariedade de inserção na sociedade brasileira. Dentro desse segmento, um em particular chamou a minha atenção: as trançadeiras. Trata-se de moças africanas que trabalham em cabeleireiros. Não são funcionárias desses estabelecimentos, mas sim colaboradoras, muitas vezes sazonais. As moças africanas são chamadas pelos cabeleireiros quando existe demanda, isto é, clientes que querem fazer penteados e tranças “africanas”. Assim, nesse esquema de trabalho precário, as moças africanas recebem uma comissão por cabeça trançada que, varia entre 50% ou menos do valor cobrado à cliente ou ao cliente.

Muitos desses jovens homens e mulheres africanos, principalmente aqueles que não contam com o apoio financeiro de suas famílias, têm que se submeter a trabalhos precários e informais para pagar as mensalidades nas faculdades, os aluguéis de moradias, água, luz, transporte, comida e a própria locomoção na cidade. Face às dificuldades em se manter nas IES,

um segmento significativo de estudantes africanos tranca as matrículas nas Faculdades particulares para se dedicar, inteiramente, ao trabalho. Consequentemente, por não estarem vinculados a nenhuma IES, não conseguem prorrogar o visto de estudante, ficando em “situação irregular” no Brasil. Quando flagrados a trabalhar — pela Polícia Federal — correm o risco de serem expulsos e/ou deportados do Brasil. Já no mercado de trabalho, africanos deparam-se com a estrutura social da sociedade brasileira, hierarquizada por meio da raça, origem social, cor da pele, classe e gênero. A condição de negros, africanos e imigrantes pobres coloca-os na condição de inferioridade e subalternidade, impedindo-os de ascender a diversas oportunidades. Assim sendo, estes personagens conseguem apenas empregos precários e mesmo no mercado informal, considerados “trabalhos irregulares”⁵ pelas autoridades brasileiras, tais como: panfleteiros nas ruas e semáforos, entregadores de água, vendedores de sorvetes e de coco em pequenos estabelecimentos comerciais no centro da cidade, revendedores de relógios, bijuterias e eletroportáteis nas praias. Trabalham ainda na condição de vigias em lojas e controladores de tráfego em estacionamentos dos grandes *shopping centers*, empacotadores nos supermercados, ajudantes em cabeleireiros, oficinas, pequenas obras de construção civil, são garçons e garçonetes em restaurantes e bares ou mesmo cabos eleitorais durante as campanhas. Esse segmento maior de africanos estudando em faculdades particulares vivencia uma experiência de precarizações, processos de endividamento e racialização, mas que não tem sido explorada pelos estudiosos,

⁵ A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 — mais conhecida como *Estatuto do Estrangeiro* —, que vigorou no Brasil desde o dia 10 de dezembro de 1981 até ao mês de maio de 2017, no “Título X Dos Deveres e Direitos do Estrangeiro” e seus artigos 97 e 98, impede os estrangeiros ao amparo do visto temporário do exercício de trabalho e atividade remunerados. Assim, os estudantes estrangeiros no Brasil são enquadrados por essa Lei por terem o visto “Temporário – Item IV”. Criado no período da ditadura militar, esse *Estatuto* é considerado retrógrado e inconstitucional por diversos especialistas. Em dezembro de 2016 foi aprovada na Câmara dos Deputados a *Nova Lei de Migrações* — que viria a substituir o *Estatuto do Estrangeiro*, após tramitação no Senado Federal. Esta nova lei é considerada mais flexível e avançada em relação à anterior, inclusive permitindo aos estudantes estrangeiros em situação regular, trabalhar para o seu sustento. Nesse contexto, em finais de fevereiro de 2017, o ministro do trabalho do Brasil anunciou mudanças nos procedimentos trabalhistas que, a partir de então, permitiriam aos estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação alterar a condição de estudante para a de trabalhador temporário, ainda durante o período de realização dos estudos no Brasil. Em Maio de 2017, finalmente, a *Nova Lei de Migrações* foi aprovada e sancionada pelo Presidente da República, sob o número de [Lei 13.445/2017](#). Sendo mais flexível, esta nova lei permite ao estudante estrangeiro com visto temporário trabalhar de forma legal em território brasileiro, desde que seu pedido seja aprovado pelo Ministério da Justiça e do Trabalho. Para requisitar a alteração do *status* de estudante, os interessados precisariam apenas acessar ao site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil e ao seu sistema pela *Internet*, fazer um cadastro e preencher um formulário, não necessitando dirigir-se a nenhum órgão público. O governo tem um prazo de 30 dias para analisar o pedido, e os estudantes recebem as notificações por e-mail. Cf. mais informações no próprio site do MTE em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/01/estudante-estrangeiro-pode-solicitar-status-de-trabalhador-pela-internet>.

que, na maioria das vezes, se limitam à análise dos alunos do PEC-G. É deveras emblemático o relato desta estudante que partilhou suas experiências de vida na Guiné-Bissau em África e depois na diáspora em Fortaleza:

Aqui no Brasil eu recebo apoio do meu irmão, dá pra viver. Também recebo apoio do meu namorado. Não tenho filhos. Antes de vir morar aqui no Ceará, a minha vida não era difícil não. Eu acho que era fácil porque aqui parece que, aqui eu vivi sem mãe, sem pai, sem ninguém. Lá eu estava com meu pai e não tinha preocupação com essas coisas, com coisas de comer, pagar luz, pagar outras coisas. Meu pai pagava e minha mãe e meu irmão pagavam. Bom, eu vim aqui como estudante. Eu soube da oportunidade de estudos aqui no Ceará através dos meus amigos. Aí fiz a matrícula, ou melhor, o menino fez a matrícula e enviou o documento pra mim. Aí eu pedi o visto e vim aqui estudar. Eu estou aqui no Brasil, vou completar quatro anos no mês de junho. Eu sou negra. Eu sou negra. Lá na Guiné-Bissau eu também me considerava negra sim. Lá em Guiné, eu estudei até a 11ª classe. Eu trabalhava com vendas numa loja. Atualmente, aqui, agora não estou a estudar porque eu já terminei de fazer o curso técnico e estou sem dinheiro pra fazer a faculdade, que é muito cara. A mensalidade é de 800 reais, 750 reais, depende da faculdade. Tem de 600 reais. Eu quero entrar no curso superior, fazer faculdade, que agora eu fiz o curso técnico. A relação com a escola técnica era boa, um pouco boa. Não! Era um pouco boa, às vezes. Assim, com preconceito na sala de aula né, mas os professores são bons, tem alguns que são um pouco assim... Preconceito por parte de colegas, também alguns professores. Com a direção estava tudo ok. Agora eu não trabalho, estou no estágio. O estágio não é remunerado. Eu gosto do meu trabalho, gosto muito. Da minha área eu gosto. [Estudante bissau-guineense do sexo feminino, cursando faculdade particular, residente em Fortaleza há cerca de seis anos. Entrevista gravada em 19/03/2014).

Essas realidades de privações, dificuldades de sobrevivência e preconceito racial marcam o universo dos estudantes migrantes inseridos em faculdades particulares. Via de regra, os estudantes deslocam-se ao Brasil com expectativas de facilidade de inserção acadêmica, crescimento na vida pessoal e profissional, porém, sua posição de negros, africanos e pobres os coloca na condição de subalternidade, impedindo-os de acessar diversas oportunidades e postos. Assim, esses sujeitos sofrem também com problemas de integração, particularmente, com o preconceito e discriminação racial no momento da disputa de vagas de emprego, conseguindo apenas trabalhos abaixo de suas qualificações acadêmicas e mal remunerados. Nesse contexto, vários estudantes africanos encontram dificuldades para pagar mensalidades e outros são flagrados a trabalhar pela Polícia Federal ou mesmo fiscalizações do Ministério do Trabalho,

sofrendo ameaças de deportação. Ainda assim, a migração estudantil para o Brasil apresenta-se semelhante àquilo que Turner (2005) designa de “experiência vivida e formativa”, única e significativa sentida de modo intenso que forma e transforma a vida e trajetórias desses jovens. Quase sempre, a experiência migratória é ressignificada de forma positiva pelos estudantes, vista como oportunidade de formação, aprendizado e crescimento na carreira profissional. Mas também constitui momento de mudança no modo de ser e estar na vida, devido às dificuldades econômicas e de sobrevivência, de conseguir trabalho e de pagar contas pessoais (LANGA, 2015). Portanto, nas suas trajetórias e percursos em território brasileiro na segunda década do século XXI, os africanos têm no curso superior e no trabalho as dimensões identitárias centrais de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou compreender a migração estudantil internacional, tendo como caso específico o cotidiano de alunos africanos sub-saarianos nas IES públicas e privadas brasileiras, na cidade de Fortaleza (CE). Ao longo do texto, procurei demonstrar as dimensões macro e microsociológicas da mobilidade estudantil internacional e a formação da diáspora africana, bem como a racialização deste grupo por conta da sua origem negra e africana no Brasil, uma sociedade com passado colonial. A vida acadêmica e pessoal desses sujeitos migrantes é perpassada de preconceito e discriminação racial, dificuldades econômico-financeiras, como também pela ausência de direitos e de proteção social no mercado de trabalho. Interseccionados, esses fatores conduzem a estados de anomia social e a uma inserção precária na sociedade. Ao final dos cursos, os estudantes temporários têm que tomar decisões difíceis entre continuar na diáspora e voltar a seus países de origem, num verdadeiro “drama social” (TURNER, 2008). O lugar ocupado pelo continente africano e seus países na divisão internacional do trabalho capitalista faz com que estes sujeitos sejam tratados como consumidores de conhecimento nas IES brasileiras, às quais não se integram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAESSA, Manuel. (2005). *Estudantes africanos: um estudo sobre o conflito e a cooperação entre os estudantes cabo verdianos e guineenses em Fortaleza*. 99p. Monografia em ciências sociais – UFC, Centro de Humanidades de Fortaleza (mimeo).

BRASIL (República Federativa do Brasil). *Estatuto do Estrangeiro - Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Brasília, 19 de agosto de 1980; 159º da Independência e 92º da República. Diário Oficial da União, de 10 de dezembro de 1981.

Estatuto do Estrangeiro (1995). *Lei n. 6.815, de 19/08/1980 alterada pela lei n. 6.964, de 10/12/81*. 20ª ed. São Paulo: Atlas.

CÓ, João Paulo. (2011). *Filhos da independência: etnografando os estudantes bissau-guineense do PEC-G em Fortaleza-CE e Natal-RN*. 115p. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – UFRN, Centro de Ciências Humanas e Letras de Natal.

CORREIA, Andreia. (2011). *Culturas viajantes e dinâmicas identitárias: um estudo antropológico da migração de estudantes guineenses e cabo-verdianos para Fortaleza*. 108p. Monografia em ciências sociais – UFC, Centro de Humanidades de Fortaleza.

DURKHEIM, Émile. (2000). *O suicídio: estudo de sociologia*. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes.

FONSECA, Dagoberto. (2009). A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), jan. /abr, p. 23-44.

GRIBBLE, Cate. (2008). Policy options for managing international student migration: the sending country's perspective. *Journal of Higher Education Policy and Management*, vol. 30, n. 1, February, p. 25–39.

GUSMÃO. Neusa. (2012). África, Portugal e Brasil: um novo triângulo das Bermudas? *Cadernos Ceru*, série 2, v. 23, n. 2, dez, p. 51-62.

_____. (2008). Diáspora africana: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, Salvador. Anais: UFBA, p.1-17.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (ITAMARATY) (2012, atualizado em 05. 10.2014). Acesso em 17 mai. Divisão de Temas Educacionais. Programa PEC-G. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>>.

LANGA, Ercílio (2016). *Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes*. 2017, 563 p. Tese de doutorado em Sociologia – UFC, Centro de Humanidades de Fortaleza.

_____. (2015). Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias e as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe no contexto da migração estudantil internacional. In: MALOMALO, Bas'ille; FONSECA, Dagoberto; KABUNDA BADI, Mbuyi (Orgs.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. Curitiba: CRV, p. 161-186.

_____. (2014). Diáspora africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivossexuais de estudantes africanos (as) em Fortaleza. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, n.1, p. 102-122.

MERTON, Robert (1970). Estrutura social e anomia. In: _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. Parte II- Estudos sobre a estrutura social e cultural, Capítulo VI- Estrutura social e anomia. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Editora MestreJou, p. 191-233.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2017). Estudante estrangeiro pode solicitar status de trabalhador pela internet. 30.01.2017. Acesso em 02 mar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/01/estudante-estrangeiro-pode-solicitar-status-de-trabalhador-pela-internet>>.

MOURÃO, Daniele (2009). *Identidades em trânsito: África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. Campinas: Arte escrita.

MUNGOI, Dulce (2012). Resignificando identidades: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XX, n. 38, jan./ jun, p.125-139.

_____. (2006). “O Mito Atlântico”: *relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas*. 207p. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

NGOMANE, Yara (2010). *Estudantes moçambicanos em Belo Horizonte: uma discussão sobre a construção identitária e de redes de sociabilidade*. 102p. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – UFSC, Centro de Educação e Ciências Humanas.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO) (2006). *Compendio mundial de la educación 2006: comparación de las estadísticas de educación en el mundo*. Montreal, Quebec: UNESCO.

_____. (2009). Tendencias globales en la movilidad de estudiantes. In:_____. (Org.). *Compendio mundial de la educación 2009: comparación de las estadísticas de educación en el mundo*. Montreal, Quebec: UNESCO. Sección 4, p. 35-49.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE) (2012). *Connecting with emigrants: a global profile of diasporas*. Paris: OECD.

(OIM) ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM) (2008). La movilidad de los estudiantes, la internacionalización de la educación superior y la migración de personas calificadas. In: OIM (Org.). *Informe sobre las migraciones en el mundo 2008: la gestión de la movilidad laboral en una economía mundial en plena evolución*. Vol. 4. Serie de la OIM de Informes sobre las Migraciones. Ginebra: OIM. Cap. 4, p. 121-144.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO) (2012). New patterns in student mobility in the Southern Africa Development Community. In:_____. *Global Education Digest 2012: comparing education statistics across the world*. Montreal, Quebec: UNESCO, US Information Bulletin n.7, p. 1-17.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2011). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. 1ª ed. ver. Trad. Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo.

SUBUHANA, Carlos (2005). *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. 211p. Tese de doutorado em Serviço Social – UFRJ, Escola de Serviço Social.

_____. (2009). A experiência sociocultural de universitários da África lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), jan. /abr, p. 103-126.

TCHAM, Ismael (2012). *África fora de casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre estudantes africanos no Brasil*. 99p. Dissertação de mestrado em Antropologia Social –UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

TURNER, Victor (2008). Dramas sociais e metáforas rituais. In:_____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Trad. Fabiano de Moraes, Ver. Téc. Arno Vogel. Niterói: EDUFF, Cap. I, p. 19-54.

_____ (2005). Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em antropologia da experiência (primeira parte). Trad. Herbert Rodrigues, Ver. John DAWSEY. *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, p.177-185.

VINOKUR, Annie. (2006). Brain migration revisited. *Globalisation, Societies and Education*, vol. 4, n. 1, mar. p. 7–24.

Ercílio Neves Brandão Langa

Doutor em Sociologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

O estrangeiro e as margens da cidade: a presença de europeus nas favelas cariocas

The foreigner and the banks of the city: the presence of Europeans in the favelas of Rio

NICOLAS QUIRION

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo oferecer um olhar qualitativo sobre a presença de indivíduos oriundos de países europeus em determinadas favelas do Rio de Janeiro. Toma-se como caso de estudo a Vila Pereira da Silva, uma pequena “comunidade urbanizada” situada entre os bairros de Santa Teresa e Laranjeiras. Esse assentamento esteve, junto com outros, na vanguarda do processo de expansão das fronteiras do turismo em favelas, e conta até o momento com a presença de um número relativamente importante de residentes permanentes não brasileiros. Habitualmente denominados de “gringos” no Brasil, esses estrangeiros representam um exemplo de migração Norte-Sul, embora não costumem ser considerados como “imigrantes”. A pesquisa, baseada em uma abordagem socioetnográfica, constitui uma tentativa de questionar a relação indivíduo/território em um mundo globalizado, onde a circulação de pessoas, capitais e culturas é fluida e intensa. Contrariando expectativas, os sujeitos da presente pesquisa se estabelecem dentro de um espaço

fortemente diferenciado. Receptáculos históricos dos “outsiders” produzidos pela sociedade pós-escravagista e pelo êxodo rural, as favelas foram deixadas à margem das dinâmicas do desenvolvimento urbano formal, continuando destarte marcadas por um profundo estigma. As narrativas elaboradas em torno da presença de certos estrangeiros em um espaço urbano fortemente marginalizado — tanto quanto os efeitos potenciais das suas presenças nesses territórios — são usadas aqui para destacar algumas questões significativas, na intersecção de conflitos simbólicos e sociais, que podem entrar em ressonância com a história nacional e algumas dinâmicas transescalares em curso.

Palavras-chave: Favela, Estrangeiro, Segregação.

ABSTRACT

This article aims to provide a qualitative look at the presence of individuals from European countries in certain favelas of Rio de Janeiro. Vila Pereira da Silva, a small “urbanized community” located between the neighborhoods of Santa Teresa and Laranjeiras, is taken as a case study. This settlement was at the forefront of the process of expanding the frontiers of tourism in favelas, and to date has been attended by a relatively large number of permanent foreign residents. Known as “gringos” in Brazil, these foreigners represent an example of North-South migration, although they are not usually considered as “immigrants”. The research, based on a socio-ethnographic approach, is an attempt to question the individual/territory relationship in a globalized world, where the circulation of people, capital and cultures is fluid and intense. Contrary to expectations, the subjects of the present research are established within a strongly differentiated space. Historical receptacles of the outsiders produced by the post-slavery society and the rural exodus, the favelas were left aside from the dynamics of formal urban development, continuing to be marked by profound stigma. The narratives elaborated around the presence of certain strangers in a heavily marginalized urban space - as well as the potential effects of their presence in these territories - are used here to highlight some significant issues, at the intersection of symbolic and social conflicts, that may resonate with the national history and some ongoing transescalar dynamics.

Keywords: Stranger, Favela, Segregation

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro, anfitriã de uma série de grandes eventos internacionais, procurou recuperar nos últimos anos uma imagem de vitrine do Brasil, parcialmente deslustrada desde que perdeu seu *status* de capital federal em benefício da nova, Brasília, em 1960. No entanto, nem os progressos econômicos do país como um todo, nem as políticas de grandes projetos decididos em favor da antiga capital têm sido capazes de fazer desaparecer as profundas disparidades socioeconômicas que marcam a sua identidade urbana. Testemunhas icônicas da injustiça social, inúmeras favelas continuam imprimindo um contraste marcante na paisagem; e

isso não apenas na periferia geográfica da metrópole, mas também nas proximidades imediatas das suas principais áreas de opulência.

Esses bairros, surgidos da “lógica da necessidade” (ABRAMO, 2007) segundo processos arquitetônicos vernáculos e em grande parte espontâneos, passaram por uma inegável consolidação material, graças aos esforços contínuos dos seus próprios moradores e ao resultado cumulativo de políticas de urbanização implementadas a partir da segunda metade dos anos 1970 (GONÇALVES, 2013). Em paralelo, o acesso ao solo urbano tornado possível pela informalidade pôde promover a mobilidade social moderada de parte dos seus habitantes (TURNER e FICHTER, 1972). Além do mais, se as favelas desempenham desde suas origens um papel determinante enquanto fornecedoras de mão de obra barata para o funcionamento econômico da cidade, elas também representam doravante uma verdadeira questão cultural e estética (BERENSTEIN-JACQUES, 2011). Como o destacou Valladares (2005), seria incorreto designar hoje em dia a favela como o receptáculo único da pior pobreza à escala urbana.

De fato, apesar da persistência de representações homogeneizantes, as favelas do Rio de Janeiro constituem espaços diferenciados, tanto pela ampla diversidade das suas localizações geográficas quanto pelas estratificações e divisões presentes dentro de um único e mesmo desses assentamentos informais. Consideramos, portanto, que — a fim de resistir à tentação da essencialização — a noção de heterogeneidade (entre favelas e dentro de uma mesma favela) sempre deveria nortear a reflexão dos estudiosos de tal objeto urbano. Dito isso, reparamos sem surpresa que os assentamentos situados no coração da principal zona de concentração de riqueza da cidade, a Zona Sul, foram os que se beneficiaram (proporcionalmente) do maior esforço de urbanização (CAVALLIERI; VIAL, 2012, p. 4). Alvo principal da política dita de “pacificação”, realizada com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), essas mesmas favelas conheceram em um primeiro momento certo melhoramento em relação à segurança (CANO, 2012); uma situação cuja estabilidade está hoje em dia profundamente questionada. Por estarem situadas na vizinhança imediata de bairros nobres, com relativa facilidade de acesso às amenidades urbanas (emprego, infraestruturas de saúde, de educação ou de lazer, patrimônio natural e cultural, etc.), o valor do mercado imobiliário de certas favelas conheceu em tempos recentes uma forte inflação, tanto para aluguel como para compra (NERI, 2011). Não é de admirar que seja nessas mesmas favelas (mais urbanizadas e relativamente mais seguras) que encontremos o maior contingente de estrangeiros provenientes de países centrais, como veremos em seguida.

A FAVELA COMO DESTINO DE MIGRANTES

Apesar dos progressos urbanos registrados e das tentativas de valorização simbólica, estas áreas urbanas continuam profundamente marcadas por uma visão negativa, e sofrem os efeitos de acusações incessantes de ilegalidade¹. De maneira muito concreta, a persistência do opróbrio lançado sobre as favelas é expressa pelo tratamento policial diferenciado, particularmente violento, que sofrem regularmente seus habitantes. Conseqüentemente, esses assentamentos, genericamente considerados como perigosos e insalubres, onde não costumam existir títulos formais de propriedade, parecem “vocacionalmente” reservados a certo perfil de morador de baixa extração social.

De alguma forma — e este fato certamente não é alheio à sua má reputação — a favela carioca sempre tem sido refúgio de “migrantes”. Esse foi o caso, em escala intra-urbana, quando no início do século XX grandes reformas expulsaram autoritariamente os habitantes mais precários dos “cortiços”² obrigando-os a construir massivamente casas improvisadas nas encostas dos numerosos morros que fragmentam o espaço urbano local³ (ABREU; VAZ, 1991). Um segundo movimento amplo, iniciado durante a fase de desenvolvimento industrial acelerado por volta dos anos 1950, levou durante várias décadas um fluxo intenso e contínuo de migrantes econômicos domésticos oriundos da região Nordeste, geralmente fugindo das secas e da pobreza de áreas rurais negligenciadas pelas autoridades (LESSA, 2005).

Mais recentemente, foi possível ter conhecimento da existência de uma corrente migratória internacional dirigida, de maneira fragmentária, até certas favelas cariocas. Foi o caso, por exemplo, de grupos sucessivos de angolanos, que se estabeleceram em diversas localidades do complexo da Maré (PETRUS, 2001); ou ainda dos refugiados e imigrantes congolezes cuja presença se tornou significativa em Brás de Pina (TANNURI, 2010). Quantitativamente marginal, difuso, complexo de acompanhar, o fenômeno dos não-brasileiros com um endereço nas favelas tem sido objeto de poucos estudos até agora.

Para os nossos propósitos, optamos por focar migrantes internacionais oriundos de países da Europa; considerados habitualmente como “mais ricos” e “mais avançados” segundo os

¹ A suposta “ilegalidade” das favelas deveria ser fortemente matizada pelo conhecimento dos mecanismos de tolerância, e até de incitação, à favelização que foram notadamente descritos por Gonçalves (2013).

² Esses imóveis de residências coletivas eram administrados por proprietários que subdividiam em excesso as habitações para alugá-las a famílias inteiras.

³ É pertinente destacar que os moradores dos cortiços como das favelas eram na maioria dos casos eles mesmo descendentes diretos dos “migrantes forçados” que foram os africanos deportados pelo sistema escravocrata.

critérios de desenvolvimento em vigor nas democracias capitalistas. Usualmente denominados de “gringos” no Brasil, esses estrangeiros representam um exemplo de migração Norte-Sul, embora não costumem ser considerados como “imigrantes”. Com efeito, como escreveu Sayad (1998, p. 243): “se ‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, ‘imigrante’ é antes de tudo uma condição social”. Assim, os indivíduos oriundos de países ditos do “primeiro mundo” que transitam em uma cidade como o Rio de Janeiro são a maioria do tempo considerados *a priori* como turistas. Se a estada for duradoura e implicar o exercício de uma profissão, passaremos então talvez a falar de “expatriados”; a categoria de “migrante” fica, desse modo, reservada àqueles que deixaram seu país ou região de origem em busca de melhores condições econômicas ou ainda para fugir de uma calamidade qualquer (BLANCHETTE, 2015).

O senso comum indica, portanto, que o suposto patamar socioeconômico de um estrangeiro oriundo de um país central se aproximaria daquele das faixas mais abastadas da população carioca. Ora, contrariando expectativas, os sujeitos da presente pesquisa decidiram se estabelecer dentro de um espaço fortemente diferenciado, que costuma ser considerado repulsivo pela elite carioca. Receptáculos históricos dos “outsiders” produzidos pela sociedade pós-escravagista e pelo êxodo rural, as favelas foram deixadas à margem das dinâmicas do desenvolvimento urbano formal, continuando destarte marcadas por um profundo estigma.

Não se trata aqui, evidentemente, de levantar a hipótese de uma “corrente migratória” massiva de “gringos” até as favelas cariocas, nem mesmo da existência de “comunidades” formadas por eles dentro desses assentamentos. Desde o pós-segunda guerra mundial, o Brasil não representa mais um destino quantitativamente importante de imigração em escala internacional (LESSER, 2015), e a maior parte do fluxo de estrangeiros que atinge uma capital cultural como o Rio de Janeiro é efetivamente constituída de turistas ou de estudantes. Reduzindo ainda mais o escopo para considerar apenas imigrantes (no sentido jurídico da palavra) que escolhessem as diversas favelas da cidade como local de residência, chegaríamos (se tal cálculo fosse tecnicamente possível⁴) a um número provavelmente anedótico. No entanto, um dos fatores que motivou essa pesquisa foi justamente constatar que a presença estrangeira em determinadas favelas suscitou comentários (por parte da imprensa, dos intelectuais ou até dos próprios moradores) fortemente desproporcionais a sua importância quantitativa.

⁴ Perguntamos a responsáveis do Instituto Pereira Passos e do Secretaria Municipal de Habitação se existia alguma variável de nacionalidade nos diferentes censos levados a cabo nos aglomerados subnormais e nas comunidades urbanizadas cariocas, obtendo uma resposta negativa por parte de ambas as instituições.

De maneira geral, de alguns anos para cá, a instalação de novos moradores visivelmente oriundos de meios socioeconômicos relativamente elevados em determinadas favelas constituiu um fato chamativo, amplamente comentado pelos mais diversos observadores. Os “gringos” foram geralmente apontados como os principais agentes dessa suposta reconfiguração da organização social do território. Em particular, por parte das mídias (tanto brasileiras como internacionais), apareceu um discurso que ora considerava o fenômeno como insólito, ora conjecturava uma possível brecha na manutenção da tradicional segregação residencial no Rio de Janeiro, materializada pela separação entre “morro” e “asfalto” (ou favela e bairro). Emergiu então uma narrativa difusa, veiculada ocasionalmente pelas mídias locais e internacionais e frequentemente apropriada pelos moradores tradicionais das favelas, tanto quanto pelos próprios novos habitantes em questão. Segundo essa interpretação, os estrangeiros teriam “menos preconceitos” contra esses territórios e seriam dotados de uma maior capacidade de adaptação aos costumes e modos de viver “típicos” das favelas cariocas⁵.

Pode-se reconhecer, nas percepções que rodeiam os sujeitos do presente estudo, um aspeto da condição social do “estrangeiro” tal como descrita em uma das obras mais seminais da sociologia clássica. Com efeito, para Simmel (2005) a presença do estrangeiro não costuma ser considerada pela população de acolhida como particularmente problemática. Pelo contrário, esse Outro vem nimbado de uma aura de “objetividade” que pode fazer dele um árbitro diante de certos conflitos entre locais:

Porque este [o estrangeiro] não é determinado a partir de uma origem específica para os componentes singulares de um social, ou para as tendências unilaterais de um grupo. Vai além, faz frente a estes com distância e indiferença, mas um fato especial da distância e da proximidade. Fato especial dado pela relação ambígua entre insensibilidade e envolvimento (SIMMEL, 2005, p. 267).

Embora a distância social entre o estrangeiro e os atores locais não deixe de existir, ela confere um estatuto diferenciado potencialmente aproveitável. No âmbito carioca, pela sua presença em um território historicamente marginalizado, o “gringo” considerado como

⁵ A título de exemplo, a edição brasileira do site da BBC e a Globo publicaram uma série de reportagens sobre estrangeiros morando em favelas no Rio de Janeiro: “Favela Brass ensina instrumentos de sopro a crianças de comunidades” <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/favela-brass-ensina-instrumentos-de-sopro-criancas-de-comunidades-20021912>>; “Ricos 'matariam a mãe' por green card, diz britânico que abriu clube de jazz em favela” <<http://www.bbc.com/portuguese/media-37131514>> ; “O belga que quer revolucionar favelas brasileiras com energia solar” <<http://www.bbc.com/portuguese/media-37166918>>

estrangeiro de tipo simmeliano poderia então contribuir à valorização simbólica do lugar, fluidificando as relações marcadas pelo conflito e a desconfiança que imperam tradicionalmente entre morro e asfalto.

No entanto, no caso que nos interessa, não podemos deixar de lembrar a importância das origens do migrante em relação à integração em um país como o Brasil, cuja história é caracterizada pela importância difusa da ideologia eugenista de “branqueamento” da população (SCHWARCZ, 1993). Foi com base na crença de que o imigrante (mas não qualquer tipo de imigrante: o branco) melhoraria o Brasil que aconteceu, entre o final do século XVIII e o início do século XX, a “importação” de milhões de trabalhadores europeus, em detrimento dos esforços que teriam sido necessários para favorecer a integração dos indivíduos de ascendência africana que foram escravizados (LESSER, 2015). A consciência crescente por parte de certos setores da população do peso exercido sobre a sociedade brasileira pelo projeto nitidamente racista de suposto “melhoramento” da população pelo “branqueamento” contribuiu para criar percepções mais críticas em relação à presença de indivíduos europeus no Brasil; ainda mais no seio de um território de descomunal importância simbólica, como as favelas do Rio de Janeiro.

De fato, se a presença desses estrangeiros foi ocasionalmente considerada como fator de integração das favelas à cidade formal, o protagonismo atribuído excessivamente pela grande mídia a esses agentes vindos de fora deve obviamente ser questionado e relativizado, na medida em que um exame atento das matérias publicadas nos anos recentes tende a mostrar que as mesmas pessoas (um número reduzido) foram regularmente objeto da atenção das mais diversas mídias. Além do mais, essa presença estrangeira foi também muitas vezes considerada como potencializadora de um fenômeno de segregação ainda maior na cidade. Com efeito, o conceito de “gentrificação” foi acionado em tempos recentes pela imprensa, por alguns pesquisadores e por atores políticos críticos para tipificar as mudanças observadas em algumas das favelas mais “privilegiadas” do Rio de Janeiro, consagrando o morro do Vidigal como caso exemplar. Comentou-se que os recém-chegados (na maioria dos casos, estrangeiros) adquiriam casas, realizavam obras de melhoramento e exploravam o lugar pelo aluguel de apartamentos ou propondo novos serviços (bar, hotéis, galerias de arte, etc.), correspondendo assim ao perfil típico de “pioneiros” de um processo de gentrificação supostamente em curso. Essa dinâmica foi então regularmente denunciada como aceleradora da “evicção branca” ou “remoção pelo mercado” denunciadas por Smith (1996) como a principal arma da “cidade revanchista”. Segundo essa leitura, a chegada de novos moradores mais abastados em um bairro pobre (via locação ou compra de bens imobiliários) contribuiria ao aumento dos preços e, *in fine*, à expulsão mecânica

dos residentes mais frágeis até periferias longínquas. Por outra parte, a presença acrescida de categorias socioculturais superiores no âmbito de um bairro popular e tradicional provocaria uma temível homogeneização dos modos de sociabilidade e de consumo, destruidora das práticas e culturas preexistentes.

É necessário apontar as particularidades e limitações desse fenômeno de gentrificação quando aplicado às favelas cariocas. Pesquisas acadêmicas recentes (CUMMINGS, 2013; BONAMICHI, 2016; RIBEIRO, 2017) ressaltaram as dificuldades que existem em encaixar as evoluções das favelas cariocas dentro de um marco conceitual projetado para estudar dinâmicas próprias dos países onde o termo “gentrificação” foi cunhado (tipicamente, os países da Europa e os Estados Unidos). Simples fatores objetivos e materiais, tais como a precariedade da situação securitária, a ausência de regularização fundiária e a existência de um estoque limitado e dificilmente aumentável de imóveis podendo oferecer condições de conforto ótimas, são suficientes para conjecturar que as favelas continuaram sendo globalmente repulsivas pelas classes mais abastadas, que podem (no estado atual das coisas) pagar o preço de uma residência em outro lugar. Porém, é possível dizer que a instalação de “gringos” em certos assentamentos precários participa de uma dinâmica de ressignificação simbólica da favela carioca (LACERDA, SALLES e NOVAES, 2017). De fato, a procura por diversidade e autenticidade por parte de certos novos habitantes mais privilegiados pode se inscrever em uma transformação tendencial do exercício de dominação social, tal como observado em cidades de países mais desenvolvidos (TISSOT, 2011).

Em retorno, esse processo não vai sem despertar a vigilância de certos segmentos politizados da população local. Com efeito, alguns “atores intersticiais” presentes nas favelas (BAUTÈS, 2008) tendem a adotar cada vez mais frequentemente estratégias de afirmação identitárias no âmbito de uma “luta pelo reconhecimento” (HONNETH, 2009) que passa pela preservação do uso popular de um território considerado como *locus* histórico de resistência à opressão racial no Brasil, em uma analogia com o quilombo rebelde do tempo da escravidão (CAMPOS, 2005).

As percepções que rodeiam os estrangeiros oriundos de países mais desenvolvidos que moram em certas favelas cariocas são, portanto, marcadas pela ambivalência e se revelam mais problemáticas do que deixaria pensar uma leitura simmeliana do fenômeno. Mas, no próprio campo, como se manifestam esses dilemas inerentes à condição social dos que vêm de fora?

CASO DE ESTUDO: A VILA PEREIRA DA SILVA

Assentada na encosta do Morro da Nova Cintra, criando uma ligação entre os dois bairros nobres de Laranjeiras e Santa Teresa, a favela Pereira da Silva (também conhecida como “Pereirão”) beneficia-se de uma situação geoespacial vantajosa. Em 2010, segundo o censo do IBGE, se estendia sobre 46.973 m² e contava 366 domicílios para 1.244 habitantes. No entanto, segundo as informações da associação de moradores, o crescimento da comunidade pelo adensamento (em particular na sua parte inferior leste), agravado pelo fenômeno de “coabitação”, teria provocado um aumento constante e marcado da população nos anos recentes. Pereira da Silva foi alvo do programa Bairrinho (MEDEIROS, 1999), coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) do Rio de Janeiro. Em virtude dos melhoramentos graduais de urbanização operados, passou a ser considerada como “Comunidade Urbanizada”⁶ em 2011. Sem embargo, diferenças socioeconômicas pronunciadas ainda existem em comparação com os bairros de classe média alta que a rodeiam⁷. Em outra escala, uma observação mais circunstanciada realizada dentro do próprio assentamento deixou perceber uma importante dicotomia interna. A parte alta e baixa-oeste da comunidade apresenta globalmente uma boa qualidade urbana, com vias arejadas e construções consolidadas, oferecendo um prazenteiro aspeto de bairro popular. Enquanto isso, a parte central e baixa-leste apresenta uma malha muito mais densa de habitações, com numerosas vielas estreitas.

A questão da segurança nesse assentamento merece um breve resumo. Hoje, Pereira da Silva é uma das últimas favelas das zonas Sul e Centro a não contar com a presença de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). No entanto, pode ser considerada como pioneira do processo hoje chamado de “pacificação”. Em 1999, em resposta a um episódio de violência fortemente mediatizado, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, então coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do governo Anthony Garotinho — recém-eleito —, decidiu sobre a “ocupação total e permanente da favela” pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A

⁶ Segundo definição do SMH, a Comunidade Urbanizada é “aquela que tenha sido objeto de programas de urbanização integrada, tais como Favela-Bairro (PROAP), Bairrinho, Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e outros similares, cujo projeto tenha garantido a implantação de infraestrutura básica, equipamentos públicos e níveis de acessibilidade satisfatórios; ou que, por esforço próprio de seus moradores e ações públicas diversas, ao longo do tempo, conseguiu alcançar uma situação bastante satisfatória de urbanização <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4782931>>

⁷ A título de exemplo, segundo o censo IBGE de 2000, a renda média do responsável pelos domicílios particulares permanentes era de 19,6 salários mínimos em Laranjeiras e de apenas três salários mínimos na Pereira da Silva; ao passo que 94% dos moradores de Laranjeiras eram alfabetizados, a proporção era de 81% na Pereira da Silva.

implantação de um batalhão de polícia dentro do próprio morro (o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais, GPAE) teve então como objetivo declarado fazer da Vila Pereira da Silva uma “comunidade modelo”. A ocupação policial terminou em 2003, mas, em dezembro de 2000, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) ganhou um quartel-general na proximidade imediata do acesso da favela. Contudo, até a data, é fácil observar que o tráfico de drogas a varejo persiste de maneira intensa em vários pontos da favela, embora sem ostentação de armas de grosso calibre. Não parece existir disputa territorial com outros grupos delitivos há muito tempo, embora operações policiais continuem acontecendo esporadicamente no Pereirão (com uma truculência consideravelmente menor do que aquela deflagrada em outras zonas), provocando, ainda que ocasionalmente, a execução de supostos traficantes. Apesar disso, a imagem de “tranquilidade” associada à Pereira da Silva desde o início dos anos 2000 é um elemento diferenciador sempre amplamente defendido pelos moradores nas suas falas⁸. Por outro lado, como em muitas outras favelas, os trabalhadores do tráfico (sempre ostensivamente presentes nas vielas) têm adotado uma atitude quase constante de neutralidade em relação aos numerosos turistas que passeiam e hospedam-se na comunidade.

Com efeito, Pereira da Silva se situa também na vanguarda da dinâmica recente de turistificação das favelas (FREIRE-MEDEIROS, 2007; MORAES, 2017). Desde o início dos anos 2000, o “Projeto Morrinho”, vasta maquete constituída de tijolos e brinquedos que representa a favela e seu cotidiano, começou a atrair visitantes. O sucesso internacional da obra, iniciada por um grupo de jovens moradores da comunidade, foi assegurado por uma exposição da réplica na Bienal de Veneza em 2007. O sítio original continua sendo intensamente visitado durante *tours* organizados por um dos seus criadores. Em 2005, a pousada Favelinha, construída por um casal germano-brasileiro, começou a receber turistas que ficavam no coração da comunidade. A iniciativa, considerada a primeira desse tipo, foi desde então replicada em diversas favelas do Rio de Janeiro. Pereira da Silva conta hoje em dia com três pousadas, às quais se adicionou um importante número de moradores que recebem hóspedes por meio da plataforma de aluguéis por temporada Airbnb.

No livro “Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística” (2009), Freire-Medeiros realizou um esforço de interpretação do interesse que despertavam nos visitantes estrangeiros os *reality tours* organizados em favelas. A autora ressaltou que a natureza do olhar dos turistas provenientes dos países centrais sobre certas dinâmicas particulares das populações precárias de países menos desenvolvidos ia geralmente além da simples curiosidade malsã. É até

⁸ A esse respeito, ver também o estudo crítico de Rocha (2013).

possível encontrar nesta prática de consumo uma interessante maneira de perscrutar o mal-estar da condição pós-moderna na qual está emaranhado o próprio turista ocidental. O *habitus* comunitário atribuído (de maneira idealizada) ao favelado ficou associado a um tipo de contracultura que se teria desenvolvido por causa da marginalização. Confrontado à confusão ocasionada pelo individualismo e a fragmentação da própria existência, o turista dos países ricos encontraria então na favela o contraponto de um cotidiano opressivo e um modelo de comunidade romantizado (BAUMAN, 2003), o que termina constituindo para ele um intenso motivo de nostalgia atávica⁹. Cabe aclarar que este sentimento de “curiosidade benevolente” do observador estrangeiro sobre o favelado não denota nenhum tipo de “superioridade moral” ou capacidade maior de empatia, mas é antes devido à abertura de espírito típica do viajante, tanto como ao caráter transitório da sua presença em um território atípico e “exótico” para ele.

A patrimonialização turística das favelas cariocas parece assim indicar uma via paradoxal (e fortemente polêmica) pela reabilitação de um tipo de assentamento popular urbano e dos modos de vida a ele associados, geralmente considerados como inferiores e estigmatizados pela sociedade que os produz. Mas, como deve ser apreendida a questão da escolha — aparentemente muito mais radical — de uma residência no próprio âmbito da favela por parte de indivíduos claramente identificados como exógenos a este mundo? Tentaremos entender, agora, com base em uma análise empírica, como diferentes subtipos de estrangeiros lidam com a apropriação desses espaços e do imaginário que carregam.

Os resultados a seguir provêm de uma observação participante desenvolvida com base em uma residência na favela Pereira da Silva entre abril de 2014 e abril de 2015 (um ano), e prolongada por visitas regulares de campo que continuam até o dia de hoje. Foi assim possível observar, a partir desse lugar, os efeitos de um momento muito particular do Brasil, que abrange a realização da Copa do Mundo de Futebol (em junho e julho de 2014) e os preparativos em vista das Olimpíadas de 2016. Na Pereira da Silva, as “intenções de acumulação de capital em diferentes escalas” (MASCARENHAS, 2015, p.10), fortemente incentivadas por esses tipos de eventos mundiais, se manifestaram também. Um número importante de moradores da favela

⁹ No plano estético, a fascinação pelo aspeto “orgânico” dos aglomerados subnormais cariocas muitas vezes é assimilado, de maneira errada, a uma fascinação pela miséria. O sociólogo Rios, um dos primeiros defensores da urbanização *in loco* das favelas, se opôs nos anos 1960 à vontade então forte de apagar o modelo de construção espontâneo imposto na paisagem urbana pelas favelas, considerado desde sua origem pela classe alta como indesejável. Um dos argumentos que utilizou em uma entrevista permite desvendar como o referencial estético do observador pode determinar as diferenças de apreciação do objeto favela: “*eu costumava dizer que a favela era muito mais pitoresca como é, sem padronização, exatamente como eram as cidades medievais. Cheguei a visitar na Europa várias cidades medievais com aquelas ruelas, aqueles becos, onde funcionam muito bem escritórios modernos, com todo o equipamento.*” (RIOS, 2002, p.74).

efetuou reformas e reestruturações dos seus bens imobiliários a fim de permitir a locação de quartos e apartamentos antes e durante os grandes eventos previstos na cidade. Nas falas dos moradores, era sistematicamente o “gringo” que era designado como alvo desses esforços, que deram resultados muito variáveis segundo os casos.

Mas, como explicar a natureza da opção pela favela por parte de um número chamativo de estrangeiros vindos dos países do Norte? Sobre que base esses indivíduos puderam forjar uma percepção positiva do seu ambiente residencial, apesar do medo que costuma inspirar na população carioca? Para responder essas perguntas, devemos começar por lembrar que a ancoragem dos indivíduos estrangeiros no espaço urbano é fortemente condicionada pelo nexos com o mundo local. Essa relação possui especificidades que contribuem para um sentimento de alteridade e/ou de integração no microcosmo ambiente, inscrevendo-se em paralelo em uma relação de proximidade ou de distância com o mundo urbano no seu conjunto. O grupo dos europeus que vivem em favelas situadas nas áreas de centralidades da cidade representa uma questão conhecida pelo autor, que dedicou parte da sua dissertação de mestrado a esta questão (QUIRION, 2015). Lançamos mão aqui de certas entrevistas realizadas durante essa pesquisa, tanto quanto de dados recolhidos mais recentemente no campo.

Na Vila Pereira da Silva, a consequente presença de estrangeiros é um fato facilmente observável no campo e bem conhecido dos moradores. Porém, ficou evidente que a grande maioria desses estrangeiros operava apenas uma passagem transitória nesse território. Pascaline¹⁰, 22 anos, é francesa e estudante de arquitetura. Em 2015, realizou um intercâmbio na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Durante os seis primeiros meses da sua estada no Brasil, hospedou-se na favela Pereira da Silva. Alugou por R\$ 600 por mês (tudo incluído) um quarto cujo padrão de conforto elementar não constituiu um problema para ela: “era muito próximo do que eu estava acostumada no subúrbio de Paris”, afirmou. A sua experiência na favela foi qualificada por ela de extremamente positiva: “aqui tem uma vida, um calor humano que não existe no resto da cidade”, entusiasmou-se.

Além da vida social e festiva, da qual participou intensamente, destacou a paradoxal sensação de segurança que oferece a favela. Essa situação se encontra, segundo ela, em oposição àquela dos bairros da cidade normal, onde foi uma vez vítima de assalto, e regularmente era alvo de assédio de rua:

¹⁰ O nome foi modificado para preservar a identidade. Entrevista gravada no dia 12/07/2015.

A favela é o lugar onde me sinto mais segura no Rio. Sei que posso estar com dinheiro ou objetos de valor porque aqui não tem roubos ou agressões. Não sei se é o mesmo em toda favela, mas aqui se sente a comunidade tão forte que não parece possível algo acontecer.

Essa percepção, hegemonicamente compartilhada pelos moradores do Pereirão, confirma a importância dada por Jacobs aos “muitos olhos” da cidade. Efetivamente, segundo a crítica urbana estadunidense: “Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa” (JACOBS, 2000, p. 52).

Por mais que Pascaline haja participado da vida social da favela durante seu tempo de presença, estabelecendo laços de amizade e de trocas culturais com certos vizinhos, o interesse dela por esse território foi meramente passageiro. A sua atuação social se inscreveu dessa maneira no fluxo contínuo, dinâmico e intenso de estudantes e jovens trabalhadores (principalmente estrangeiros) que se estabelecem provisoriamente na favela Pereira da Silva. Essa modalidade de hospedagem lhes permite driblar as dificuldades burocráticas que se apresentam na cidade formal para encontrar um apartamento, aproveitando um aluguel sensivelmente menor e, enfim, se beneficiando com uma “experiência” da cidade que quase todos descrevem como profundamente intensa e enriquecedora.

Em contrapartida, Alex¹¹, 31 anos, francês também, mora de forma contínua na favela Pereira da Silva desde 2009. Com um sócio, comprou em 2010 um vasto casarão de três andares situado perto do acesso da comunidade que comunica diretamente com o bairro de Santa Teresa. Depois de uma reforma, uma pousada de 13 quartos foi inaugurada em 2011 e recebe desde então “entre 200 e 300 turistas por ano. Provenientes da Europa principalmente. Recebemos também australianos, americanos...mas pouquíssimos brasileiros ou latino-americanos”, como ele o afirmou (e como foi possível conferir ao longo da observação participante).

Alex declarou que para o seu público-alvo, o fato de a pousada ser situada em uma favela “é um argumento em favor da casa”. Ele insistiu:

Tem essa busca da autenticidade, estar aqui é forçosamente diferente de estar em um hotel clássico ou em Copacabana (...). A maioria das pessoas pensa que a favela é mais miserável do que realmente é hoje em dia. E além, a favela tem essa arquitetura maluca, selvagem, onde tudo foi feito de maneira um pouco ilegal. Isso é muito interessante para nós, que viemos de um continente onde só

¹¹ O nome foi modificado para preservar a identidade. Entrevista gravada no dia 15/04/2015.

tem regras, normas por todos os lados. Aqui, dá pra ver que é todo o contrário, mas que as coisas funcionam e que as pessoas são muito felizes.

Além de administrar a pousada na Vila Pereira da Silva, Alex é guia de turismo credenciado pela Embratur e leva regularmente grupos de excursionistas (quase unicamente estrangeiros) para passeios a pé em diferentes favelas do Rio de Janeiro (“do Vidigal até o Alemão, faço tudo”, afirmou). Ele mesmo destacou o caráter irônico da sua situação:

É engraçado pensar que vivo graças à favela. É daqui que vem toda a minha renda, seja com a casa ou com os *tours*. O que é doido mesmo, é que sou um gringo que explica a outros gringos o que é a vida na favela. Mas acho que tenho certa credibilidade porque vivo aqui há seis anos, e pois, conheço o tema, me mantenho informado.

Depois de ter convertido com o seu sócio (também francês) um edifício de qualidade medíocre em uma pousada, recentemente dotada de uma piscina, onde as noitadas custam R\$ 140 por pessoa, Alex poderia ser visto como um arquétipo de gentrificador pioneiro, com o agravante de participar ativamente da mercantilização da favela através da sua turistificação. No entanto, ele se defende de criar tensões no tecido social do lugar ou de ficar exclusivamente entre pares estrangeiros:

Na comunidade o respeito é o mais importante... Não temos inimigos, acho que todo mundo gosta de nós. (...) Quando fazemos uma festa, as portas estão sempre abertas, e mesmo quando é um evento a pago deixamos de graça para os moradores da favela. Acho que eles acham engraçado ver gringos na favela deles, e até alguns brasileiros do asfalto. Somos um pouco uma ponte, e isso é interessante.

De fato, durante a observação participante, foi possível notar que a percepção dos moradores tradicionais sobre os turistas e os novos habitantes que visitavam ou se instalavam na comunidade era, na maioria dos casos, positiva. Segue como exemplo um depoimento significativo. Doris¹², 70 anos, poderia ser qualificada como “personalidade pública vocacional” da favela, segundo a categoria idealizada por Jacobs (2003). Gari comunitária aposentada, passou numerosos anos cuidando das ruas da Pereira da Silva e ficou assim conhecida e apreciada por

¹² O nome foi modificado para proteger o anonimato. Entrevista gravada no dia 12/02/2015. Duração: 48 minutos. Língua da entrevista: português.

todos os seus habitantes. Meiga e comunicativa, costuma passar a maior parte do tempo sentada diante da porta da sua casa (situada perto da quadra, um importante ponto de encontro no meio da favela), sem perder uma oportunidade de conversar longamente com os que lá circulam. “Para mim os vizinhos são como família, entendeu? Claro, tem vezes que um fala do outro, fala uma besterinha, mas nada que não seja suportável. Tudo aqui é maravilhoso, as pessoas ficam alegres” declarou, manifestando o seu apego à comunidade. Observadora constante da favela, reparou obviamente nos anos recentes a importante circulação de indivíduos exógenos nas vielas, fenômeno que qualificou nos seguintes termos:

Dá valor ao morro também, eu acho... O morro fica bem visto. As pessoas falam – desculpa aí, tá? – “poxa estão vindo gringos, agora tá cheio de gringos...” E sei lá, é tipo um elogio, entendeu? As pessoas veem a comunidade como algo bonito, eu acho ótimo.

Apesar dessa descrição vantajosa, entrevistas conduzidas com moradores tradicionais deixaram aparecer, ocasionalmente, um tom crítico em relação às iniciativas como as de Alex (lembramos que existem três pousadas ativas na favela). Certos moradores se sentem ainda excluídos dos eventos que acontecem regularmente nesses lugares e, recorrentemente, lamentam a fraca implicação dos turistas e estrangeiros residentes na dinâmica local.

Durante várias reuniões da associação de moradores que presenciei, a presidenta, Samanta, costumava destacar a implantação de pousadas como um revelador dos melhoramentos que teriam acontecido durante a sua atuação na direção da associação, que começou em 2008. Porém, questionada sobre o seu sentimento em relação à presença de estrangeiros na favela, adotou um ponto de vista mais matizado:

Eu acharia muito boa, ótima, construtiva... se a comunidade tivesse um retorno cultural desta vinda dos estrangeiros pra cá. Como o ensino d’uma língua estrangeira, a participação nos mutirões, o convívio com algumas famílias que precisam...

Essa cobrança por mais participação comunitária por parte dos moradores era recorrente nas falas dos moradores tradicionais. No entanto, a atuação de pelo menos um dos novos habitantes estrangeiros atraía geralmente a aprovação e os elogios do conjunto dos moradores da favela. Bill¹³, 35 anos, inglês, reside na Pereira da Silva desde 2012. Músico profissional de *jazz*,

¹³ O nome foi modificado para proteger o anonimato. Entrevista gravada no 18/08/2015.

decidiu em 2013 abrir uma escola de música (a “Favela Brass”) onde, no momento da entrevista, 22 crianças e adolescentes da favela entre cinco e 14 anos recebiam gratuitamente aulas.

No início, Bill organizava eventos gastronômicos para poder comprar instrumentos de segunda mão que servissem para as aulas. Com o tempo, organizou nas redes sociais campanhas de doações, alvejando principalmente a Europa, a fim de “apoiar um projeto social com crianças em uma favela do Rio de Janeiro”. Com esse método conseguiu progressivamente o número suficiente de instrumentos de qualidade, inclusive peças muito caras como saxofones, trombones ou clarinetes. Bill resumiu assim a sua atuação social na favela: “Quero ajudar as crianças daqui. É bom eles terem essa opção da música como eu tive mais jovem na Inglaterra. É uma possibilidade para eles de ir para outros lugares”. Efetivamente, segundo ele, essa aprendizagem musical não seria possível de outra maneira:

Primeira coisa: os instrumentos são muito mais caros que na Europa e não tem tanta escolha. Depois, nas escolas públicas, tipicamente o ensino da música não existe, ou é bem fraco. E eu acho que ninguém aqui tem como pagar aulas particulares de música.

A atuação de Bill que, segundo ele, lhe exige um grande investimento de tempo sem que exista nenhuma vontade de gerar lucros, tem dado resultados empolgantes, como a realização de múltiplas apresentações com as crianças da escola em diversos palcos da cidade e, mais recentemente, uma exposição diante de um vasto público no Boulevard Olímpico na ocasião das Olimpíadas. Bill insistiu na importância da transmissão de um capital cultural:

Não quero ser um Afro-reggae ou algo assim, só quero fazer uma pequena escola de excelência pelas crianças do Pereirão. Quero melhorar a qualidade, dar atenção a cada um. Que as poucas crianças que realmente gostam da música possam progredir e fazer shows ou utilizar esse talento como quiserem; talvez para dar também aulas de música depois, o que dá muito dinheiro aqui.

Depois de mais de quatro anos na favela, Bill foi testemunha das evoluções da favela. Confrontado sobre a natureza dessas, declarou espontaneamente: “Tem mais gringos... Acho que estão integrados, não vejo tensão, não sei se é bom ou é ruim. Mas não gostaria de ver a comunidade gentrificada”.

O perfil de Bill poderia de fato corresponder à categoria de gentrificadores descritos pela socióloga estadunidense Brown-Saracino: os “*social preservationists*”. Em “*A neighborhood that never changes: gentrification, social preservation, and the search for authenticity*”(2009, p. 80), a pesquisadora

realizou uma etnografia dos recém-chegados de classe média em diferentes comunidades tradicionais dos Estados Unidos e evidenciou a existência de uma autoconsciência crítica nesses indivíduos exógenos. Cientes das eventuais consequências deletérias das suas presenças sobre um tecido social tradicional frágil, demonstrariam um respeito profundo pelos moradores tradicionais, tentando entender-lhes e — de maneira às vezes proveitosa, às vezes infeliz — envolver-se na preservação da vida coletiva dos bairros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, ainda em curso, foi possível constatar empiricamente que, progressivamente, algumas favelas situadas nas proximidades das centralidades urbanas do Rio de Janeiro (especialmente da Zona Sul, a mais valorizada econômica, cultural e simbolicamente) tornaram-se ocasionalmente destino de instalação residencial de indivíduos oriundos de países mais desenvolvidos — mais particularmente da Europa Ocidental. Percebidos como pertencendo a categorias socioculturais superiores, estes novos moradores parecem fora de sintonia com a realidade das favelas, conhecidas tradicionalmente para acomodar os mais desfavorecidos. A favela Pereira da Silva constitui, a nosso ver, um caso interessante pela observação deste processo, que por enquanto foi estudado principalmente nas favelas situadas nas proximidades da orla marítima. A temporalidade escolhida para estudar este fenômeno corresponde a um período particular de atração econômica e cultural do Brasil. Embora esteja em refluxo desde o final dos grandes eventos e por causa da deterioração das condições de segurança (relacionada com a crise do modelo de segurança pública conhecido como “pacificação”), a presença de estrangeiros em certas favelas cariocas parece ter deixado uma sedimentação importante.

No âmbito da nossa pesquisa, consideramos relevante focar a atenção sobre o que as percepções sobre imigrantes oriundos de países mais desenvolvidos podem nos mostrar em relação à evolução da favela carioca através do tempo, a sua heterogeneidade atual e a sua relação com o resto da cidade. Torna-se, por conseguinte, importante pensar como essas mudanças questionam as relações complexas desses espaços marginalizados com a sociedade brasileira como um todo — ela mesma sendo confrontada com a aceleração de certas dinâmicas de globalização.

A observação das trajetórias de alguns migrantes internacionais em diferentes favelas do Rio de Janeiro é apreendida como uma oportunidade heurística para refinar a compreensão de dinâmicas sociais específicas. Com efeito, a presença de estrangeiros em um determinado

território geralmente tende a favorecer a emergência de novas representações urbanas, sejam elas positivas ou negativas. Assim, a observação de migrantes em um espaço urbano historicamente marginalizado, embora ligado ao resto da cidade por uma “uma rede finamente estratificada de elos” (WACQUANT, 2008, p. 84), permite lançar um olhar novo sobre as questões habituais de diferenciação urbanas em relação às lógicas de exclusão e de estigmatização, bem como de cosmopolitismo e de fluidificação de relação mercantil. A possibilidade de constatar a materialidade desses fenômenos nas favelas cariocas é considerada um sinal para identificar possíveis tendências embrionárias, apontando para desafios futuros.

O recurso à história social brasileira sublinha determinados movimentos que contribuíram à formação da nação. Destacar a importância de dinâmicas passadas permite atingir uma melhor compreensão de concepções ainda hoje imbuídas no imaginário coletivo e destrinchar as complexas narrativas que envolvem o estrangeiro no Brasil. Contudo, uma abordagem que se limitasse a procurar traços do passado no presente resultaria caricaturalmente determinista, como se a história tivesse que se repetir indefinidamente, sem alterações. Ora, em uma conjuntura marcada por uma profunda crise social, econômica e política, mas também pelo fortalecimento de certas formas militantes embasadas na valorização identitária dos grupos sociais historicamente marginalizados, os signos da história tendem (a nosso ver) a adquirir uma importância maior nas tentativas de construção de sentido por parte de diversos agentes políticos. Seguindo a linha socioetnográfica esboçada nas páginas precedentes, reafirmamos que será particularmente relevante acompanhar o tratamento dado à figura do estrangeiro nas favelas do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. (2007). A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais* v.9, n.2.

ABREU, Mauricio de; VAZ, Lilian Fessler. (1991). Sobre a origem das favelas. In: ENCONTRO NACIONAL DO ANPUR, 4. Salvador Anais_ Salvador: ANPUR, 28-31 maio. p. 481-492.

BAUTÈS, Nicolas. (2008). Que mais além do espetáculo? Resiliência e desvios ao redor de um projeto de valorização de favela. In: GOMES, M.F.C.M; FERNANDES, L.L.; MAIA, R. S. (Org.). *Interloquções Urbanas: arenas, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Arco Iris, p. 111-121.

BAUMAN, Zygmunt. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BERENSTEIN-JACQUES, Paola. (2011). *Les favelas de Rio, un enjeu culturel*. Paris, L'Harmattan.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. (2015). "Almost a Brazilian": Gringos, Immigration and Irregularity in Brazil. In: ACARAZO, Diego; WIESBROCK, Anja (org.). *Global Migration: Old Assumptions, New Dynamics*. Santa Barbara: Praeger, p.167-194.

BONAMICHI, Nayana Corrêa. (2016). *Favela on sale: regularização fundiária e gentrificação de favelas no Rio de Janeiro*. 131f. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional — IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

BROWN-SARACINO, Japonica. (2009). *A neighborhood that never changes: gentrification, social preservation, and the search for authenticity*. Chicago: University of Chicago Press.

CAMPOS, Andrelino. (2005). *Do Quilombo à Favela, A Produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CANO, Ignacio. (2012). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/UERJ.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. (2012). *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no censo 2010*. Coleção estudos cariocas. N° 20120501, IPP/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

CUMMINGS, Jason. (2013). *Confronting the favela chic: Gentrification of informal settlements in Rio de Janeiro, Brazil*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano — Department of Urban Planning and Design, Harvard University Graduate School of Design, Cambridge.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2013). *Gringo na Laje*. Rio de Janeiro: FGV.

_____. (2007). A favela que se ve e que se vende: reflexões epolêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22 nº. 65.

GONÇALVES, Rafael Soares. (2013). *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: edições PUC.

HONNETH, Axel. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.

JACOBS, Jane. (2003). *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes.

LACERDA, Larissa; SALLES, Livia; NOVAES, Patrícia. (2017). Urbanização neoliberal no Rio de Janeiro e seus impactos na favela do Vidigal. In:URBFAVELAS, SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. Rio de Janeiro: Letra Capital.Anais. Rio de Janeiro: URBFAvelas, 23-26 nov.

LESSA, Carlos. (2005). *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de auto-estima)*. Rio de Janeiro: Record.

LESSER, Jeffrey. (2015). *A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp.

MASCARENHAS, Gilmar. (2015). Brasil, impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. In:GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers.

- MEDEIROS, M. T. (1999). *Urbanização das favelas cariocas: o programa Bairrinho na Vila Pereira da Silva*. Dissertação de mestrado em planejamento urbano— IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.
- MORAES, Camila Maria dos Santos. (2017). Um tour pela expansão das fronteiras da favela turística. In: URBFAVELAS, SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. Rio de Janeiro: Letra Capital. Anais_Rio de Janeiro: URBFAvelas, 23-26 nov.
- NERI, Marcelo Cortes (coord.) (2011). *UPP e a Economia da Rocinha e do Alemão: do choque de Ordem ao de progresso*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PETRUS, Maria Regina. (2001). *Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. 250f. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional — IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.
- QUIRION, Nicolas. (2015). *Les favelas des zones centrales de Rio de Janeiro, Entre marginalité, ascension sociale, tourisme international et gentrification*. 142f. Dissertação de mestrado em Política, Espaço e Sociedade- Universidade Rennes II, Rennes, França.
- RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. (2017). Gentrificação nas favelas cariocas? In: URBFAVELAS, SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. Rio de Janeiro: Letra Capital. Anais_Rio de Janeiro: URBFAvelas, 23-26 nov.
- RIOS, José Arthur (2002). *O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960*. In: FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (org.) *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, p. 59-102.
- ROCHA, Lia de Mattos. (2013). *Uma favela “diferente” das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998). *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EdUSP.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993). *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SMITH, Neil. (1996). La gentrification généralisée : d'une anomalie locale à la régénération urbaine comme stratégie urbaines globale. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). *Retours en ville*. Paris: Descartes & Cie.
- SIMMEL, Georg. (2005). O estrangeiro [1908]. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. João Pessoa: GREM. V. 4, n. 12, p. 265-271.
- TANNURI, Maria Regina Petrus. (2010). *Refugiados congolezes no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional — IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.
- TISSOT, Sylvie. (2011). *De bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*. Paris: Raisons d'agir.
- TURNER, John; FICHTER, Robert. (1972). *Freedom to build, dweller control of the housing process*. New York: CollierMacmillan.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (2005). *A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: éditions Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- WACQUANT, Loic. (2008). *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo.

Nicolas Quirion

Mestre em Política, Espaço e Sociedade pela Universidade Rennes II (França). Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bolsista CNPq.

Festividades artísticas e culturais como foco das organizações de imigrantes: da manutenção das raízes à produção de novos significados

Artistic and cultural festivities as the focus of immigrant organizations: from the roots maintenance to the production of new meanings

CAMILA ESCUDERO

RESUMO

Sabe-se que as organizações, grupos e associações de imigrantes têm diferentes prioridades, metas, estruturas e ideologias. Algumas focam os direitos dos imigrantes; outras, questões laborais; outras, aspectos religiosos, etc. Neste artigo, detemo-nos a analisar entidades de caráter artístico e cultural formadas por imigrantes latino-americanos em duas grandes cidades: Chicago (EUA) e São Paulo (Brasil). Nossos objetivos foram verificar: 1) a presença desses grupos nas cidades; 2) as formas de organizações migratórias; 3) as propostas e tipos de atividades desenvolvidas; e 4) os sentimentos de solidariedade e/ou reconhecimento envolvidos. As técnicas de pesquisas utilizadas foram: observação sistematizada e entrevistas semiestruturadas. Entre os principais resultados, destacamos que a partir da participação dos imigrantes em festividades artísticas, folclóricas e culturais, múltiplas formas de pluripertencimento se afluam, alavancando a manifestação de sentimentos (manutenção, reavivamento ou ressignificação) de conexão entre os sujeitos, revelando a defesa de interesses partilhados e produzindo novos significados.

Palavras-chave: Organizações de imigrantes, Atividades artísticas e culturais, Pluripertencimentos, Identidade cultural.

ABSTRACT

We know that immigrant organizations, groups and associations have different priorities, goals, structures and ideologies. Some of them have focus on the rights of immigrants, others on labor issues, others on religious etc. In this article, we analyze artistic and cultural entities formed by Latin American immigrants in two big cities: Chicago (USA) and São Paulo (Brazil). Our objectives were to verify: 1) the presence of these groups in the cities; 2) the forms of migratory organizations; 3) the proposals and types of activities developed; and 4) the feelings of solidarity and/or recognition involved. The research techniques used were: systematic observation and semi-structured interviews. Among the main results, we highlight that from the participation of immigrants in artistic, folk and cultural festivities, multiple forms of pluri-belonging appear, leveraging the manifestation of feelings (maintenance, revival or resignification) of the connection among the subjects, showing the defense of shared interests and producing new meanings.

Keywords: Immigrant organizations. Artistic and cultural activities. Pluri-belonging. Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

Rocha-Trindade (2010) estabelece o conceito de “itinerário migratório” ou “percurso migratório” para caracterizar e classificar o conjunto cronológico e espacial de passos, ações ou situações dados ou experimentados por um indivíduo migrante com relevância para o processo em que se encontra envolvido. Resume-se a cinco etapas:

A intenção de partir: para a qual conflui um conjunto de dados, tais como a informação recebida sobre os locais de destino, a insatisfação com a situação presente, a formulação de expectativas de futuro, o balanço de alternativas para uma tomada definitiva da decisão que vier a ser tomada.

Os preparativos da partida: em que a intenção começa a se concretizar e inclui todo o conjunto de passos que têm que vir a ser dados para a sua completa concretização: obtenção de documentos (se necessários) e cumprimento das diversas providências a serem tomadas, que digam respeito ao emprego, aos compromissos eventualmente assumidos, às obrigações de natureza familiar, entre muitas outras.

A viagem: considerada simbolicamente como a ponte que permite a ligação entre os dois espaços que balizam a origem e o destino e que tem sido uma das etapas do percurso que mais modificações tem sofrido ao longo dos tempos em que as deslocções se têm processado, pelas simplificações progressivamente introduzidas nas novas modalidades de as realizar.

A instalação: reveste em regra um caráter transitório, embora de duração muito variável. Cada migrante passa a ser confrontado com uma multiplicidade de novas situações, e só a capacidade individual de ultrapassar as dificuldades que necessariamente se lhe deparam e as condições que se lhe oferecem para fazê-lo poderão condicionar o maior ou menor esforço com que poderá ser capaz de as diluir ou mesmo de as vir a superar. Das decisões de natureza prática e dos conflitos emocionais que necessariamente nela têm lugar resultam os caminhos que irão ser tomados pelos migrantes nas longas e difíceis travessias que integram este período e da forma como for vivido depende a etapa que se lhe segue.

A fixação: com caráter permanente, eventualmente consagrada pela opção de uma instalação definitiva, que não exclui uma eventual naturalização, não constitui a única opção que pode vir a ser tomada (ROCHA-TRINDADE, 2010, p. 42-43).

Ainda de acordo com a autora, é nestas duas últimas etapas do processo acima descrito que nascem formas de luta contra o isolamento do imigrante. Além disso, ao longo de todo o itinerário imigratório aparecem estratégias, por parte de quem o percorre, traduzidas pela procura de espaços de solidariedade, onde se espera vir a encontrar situações de proximidade que ofereçam condições para quem queira conviver. “Destá forma, é sempre bem vindo encontrar uma ocasião para que a troca de impressões aconteça, em que se possam produzir afirmações ou assumir recusas” (ROCHA-TRINDADE, 2010, p. 43).

Verifica-se, nesse sentido, a existência no cotidiano de múltiplos arranjos migratórios identitários. Neles, várias formas de pluripertencimento afluam, alavancando uma manifestação de minorias — condição assumida por pessoas em situação de deslocamento — que evocam sentimentos (manutenção, reavivamento ou ressignificação) de conexão com o lar de origem e destino, com o passado e o presente, com o social e o subjetivo.

Adotamos neste trabalho o conceito de minoria de Appadurai (2009). Segundo o autor, as minorias são produtos de estatísticas, censos e mapas populacionais, criados pelos modernos

estados-nação, a partir do século XVII. Compõem uma categoria social e demográfica recente e produzida historicamente nas circunstâncias específicas de cada nação e de cada nacionalismo, pelas elites de estado ou líderes políticos. Geralmente, são de ordem numérica, cultural, política, econômica, étnica e de gênero.

Nenhuma nação moderna, por mais benevolente que seja seu sistema político, e por mais eloquentes que sejam suas vozes públicas sobre as virtudes da tolerância, do multiculturalismo e da inclusão, está livre da ideia de que sua soberania nacional se baseia [...] em um único ethnos nacional, produzido e neutralizado a um grande custo, por meio da retórica da guerra e do sacrifício, de exaustivas regras de uniformização educacional e linguística e da subordinação de milhares de tradições locais e regionais (APPADURAI, 2009, p. 14-15).

Voltando à questão dos múltiplos arranjos migratórios identitários, na prática eles são diversos e têm se expandido para além de aspectos culturais, trabalhistas, de direitos humanos, civis e políticos, religiosos etc. No geral, eles costumam apresentar um aspecto positivo e um negativo. O positivo é que produzem uma consciência através da identificação com a história, a cultura, a política e demais forças, mundialmente; o aspecto negativo é que se constituem em experiências de discriminação e exclusão. “Na experiência diaspórica, a copresença do ‘aqui’ e do ‘lá’ é articulada com uma antilógica temporal. A história linear é quebrada, o presente é constantemente mostrado pelo passado que também é desejado, mas obstruído como o futuro: renovado, dolorosamente ansiado” (CLIFFORD, 1994, p. 318).

Neste artigo, deter-nos-emos a analisar as organizações, grupos e associações de imigrantes de caráter artístico e cultural formados por imigrantes latino-americanos em duas grandes cidades: Chicago (nos Estados Unidos, com cerca de 2,7 milhões de habitantes, de acordo com *census data* de 2010) e São Paulo (no Brasil, com aproximadamente 11,2 milhões de habitantes, conforme o Censo 2010 do IBGE). A partir de observação sistematizada (GIL, 2008) e entrevistas semiestruturadas (DUARTE, 2011) trabalhamos com 28 entidades cívicas e organizações envolvendo imigrantes mexicanos e brasileiros em Chicago, bem como latinos (paraguaios, chilenos, peruanos, argentinos e bolivianos) em São Paulo, que se destacam por terem diferentes prioridades, metas, estruturas e ideologias. Algumas focam os direitos dos imigrantes, outras se dedicam a questões laborais, outras a aspectos religiosos, e assim por diante. Porém, no geral todas estão envolvidas, cada uma a seu modo, com festividades latinas em ambas as cidades, entre elas: música e dança, comidas típicas, folclore, artesanato, cinema, literatura,

celebrações (festas de independência e datas comemorativas dos países) etc. Nossos objetivos foram verificar: 1) a presença desses grupos nas cidades; 2) as formas de organizações migratórias; 3) as propostas e tipos de atividades desenvolvidas; 4) os sentimentos de solidariedade e/ou reconhecimento envolvidos.

Partimos da hipótese de que, ao fazer uso de identidades múltiplas, sentidos de pertencimento e lealdade (*‘allegiance’*) e de repertórios culturais, tais ações costumam resultar em novas formas de participação cidadã que transformam profundamente a vida dos imigrantes, familiares e das pessoas que estão a sua volta, no território de acolhida ou de recepção. Envolvem esferas políticas e sociais tradicionais, mas inovam na instituição de espaços entre fronteiras, físicas e subjetivas, estatais ou culturais, reais ou virtuais, motivadas, por exemplo, por sentimento de solidariedade e/ou reconhecimento.

Acreditamos que o reconhecimento do “outro” possibilita a efetivação de relações de contato e troca cultural em grupos diferentes. Além disso, ao participarem de movimentos coletivos, pelos quais são revelados e defendidos interesses partilhados, a vida é, de algum modo, compartilhada, e novos significados podem ser produzidos (CASTELLS, 1999, p. 79).

AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Bada (2014) chama de “*Hometown Associations*” (*HTAs*) as organizações formadas a partir de interesses de participação dos imigrantes que envolvem tanto a sociedade de origem como a de destino. Em uma genealogia do surgimento desse tipo de agrupamento de imigrantes mexicanos em Chicago, a autora verifica que o nível mais básico de organização de imigrantes inclui quatro aspectos: laborais, religiosos, culturais e de direitos civis.

Especificamente no caso das *HTAs* estudadas por Bada, que começaram a surgir na cidade em 1930, ainda que elas tenham diferentes prioridades, objetivos e ideologias, verifica-se uma predominância de dois tipos de atividades atualmente: 1) a mobilização para a legalização de imigrantes em situação irregular; 2) a busca de soluções para os problemas inerentes à residência no novo território: educação, saúde, cultura, habitação, entre outros.

As organizações de migrantes mexicanos têm existido em Chicago ao longo do século 20, com diversas agendas, desde 1930. Elas se apresentam como organizações comunitárias, grupos católicos, organizações de ajuda mútua,

comitês cívicos e grupos de justiça social, mantendo heterogêneas agendas sociais (BADA, 2014, p. 13 – Tradução nossa).

Além disso, descreve a autora que este tipo de mobilização envolve, principalmente, a primeira geração de imigrantes. “Alguns estudos anteriores que exploram práticas transnacionais envolvendo a segunda geração de imigrantes concluem que não há evidências de que tais práticas serão mantidas pelos filhos dos imigrantes, pelo menos não com a mesma intensidade” (BADA, 2009, p. 22). Outra característica apontada é a heterogeneidade dos membros das HTAs, que, apesar de compartilharem nacionalidade, fé e hábitos culturais em comum e outras questões vinculadas ao país de nascimento, apresentam inúmeras diferenças externas e internas no que diz respeito a níveis econômicos, educacionais, ideológicos etc.

Uma das funções mais importantes das HTAs é a preservação da cultura, tradições e valores da família e sua transmissão para a segunda geração[...]. Para eles, o significado da família e do passado está em constante evolução depois da chegada a Chicago, como a sua nostalgia de lugares, cheiros e memórias de infância que inclui, gradualmente, ambas as reminiscências da vida rural do passado e apegos emocionais para sua nova habitação urbana (BADA, 2014, p.74 – Tradução nossa).

O caso dos grupos mexicanos apresentou algumas características diferentes dos demais latinos, acreditamos, relacionadas à essência única da migração entre o México e os Estados Unidos por conter três características, segundo Durand e Massey (2003): historicidade, massividade e vizinhança, interligadas em um processo dinâmico e em constantes transformações. Trata-se de uma condição secular (historicidade) e, em termos numéricos, é a migração contemporânea com fluxos mais altos em todo o mundo (massividade). Entre os motivos destacados pelos autores, é a posição geográfica dos dois países (vizinhança) — ressaltada até no clássico *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (2005)¹ — que mais influencia o fluxo. Hoje, a população hispânica é a “maior minoria” nos Estados Unidos, superando os afro-americanos. Além disso, não existe emigração mexicana (pelo menos em fluxos numéricos considerados) para outros países, apenas para os Estados Unidos.

O fato é que a imigração mexicana para os Estados Unidos constituiu uma situação única para entendermos como, em um mundo globalizado, com crescentes e infinitas desigualdades, o processo de socialização do imigrante se dá em espaços que experimentam um constante

¹ Ao descrever a situação de exploração econômica do México por parte dos EUA, diz Galeano (2005, p. 158): “Coitado do México! Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.

movimento de capital, bens e pessoas que proporcionam sentimentos de segurança e estabilidade para as identidades pessoais.

Os espaços utilizados pelos imigrantes para celebração de datas comemorativas e tradições proporcionam o compartilhamento de experiências entre os indivíduos, a comunidade e a sociedade local ao longo do tempo de maneira capaz de criar o sentimento de pertencimento do sujeito e do grupo (BADA, 2014, p. 75 – Tradução nossa).

O mesmo não acontece com outras nacionalidades, ainda que se estabeleçam no mesmo local e encontrem as mesmas estruturas. Apenas para se ter uma ideia, pesquisa prévia nossa revelou a existência de 600 organizações de imigrantes mexicanos em atividade na cidade em 2015/2016. Tal quantidade e proliferação dessas entidades estão relacionadas a vários fatores, entre os quais à posição estratégica dos Estados Unidos como maior receptor de imigrantes no mundo. Em 1990, o país tinha 19,8 milhões de imigrantes. Este número cresceu a um recorde de 40,7 milhões de imigrantes em 2012².

Ainda que tais organizações venham obtendo resultados práticos favoráveis, especialmente no que diz respeito aos direitos civis dos imigrantes, sabe-se que a situação do mexicano — e latinos em geral — em todo o território dos Estados Unidos é extremamente difícil e inclui exploração econômica, discriminação social e preconceito, ações xenófobas e de violência física por parte do Estado, legislação restritiva etc.

Tal estrutura organizativa não se repete nos demais países, especialmente da América Latina. Outros estudos (BADA, 2014; ESCUDERO, 2007) mostram que o grau de organização, sofisticação e expansão dessas organizações está relacionado com o tipo de inserção na sociedade de acolhida e oportunidades de acesso a estruturas locais dos imigrantes e seus líderes. Em uma cidade grande como Chicago, há ainda outros fatores que contribuem para o desenvolvimento dessas organizações: o grande número de imigrantes mexicanos e a existência de organizações e fundações de base comunitária, a localização estratégica de aeroportos internacionais, qualidade

² Hoje, existem quatro estados que abrigam o maior número de pessoas estrangeiras nos Estados Unidos: Califórnia, New York, New Jersey e Florida. O Estado de Illinois (onde está Chicago) é um dos 15 do país com maior número de imigrantes em sua população (ocupa o 10º lugar no *ranking*). De acordo com estatísticas do *Pew Research Center's Hispanic* baseadas no *Census Bureau's 2012 American Community Survey (ACS)*, em 2012 os imigrantes representavam 13,8% da população de Illinois. Deste total, 33,8% viviam em Chicago (capital do Estado), sendo que a maioria era oriunda da América Latina (56,2% — deste número, só os mexicanos representam 45%), seguida da Ásia (20,4%), Europa (18,9%, sendo que 8% são apenas de poloneses), África (3,4%) e outros (1,1%). Fonte: ICIRR.ORG. Acesso em: 07 jan. 2016. Disponível em: <<http://icirr.org/sites/default/files/fact%20sheet-demography%202011.pdf>>.

do transporte público e o fácil acesso às tecnologias de comunicação, como telefone, internet, aparelhos de fax etc.

Além disso, no final de 1980, o Estado mexicano mudou sua política migratória, passando a incorporar os emigrantes também. “Em 1991, Carlos Salinas [ex-presidente] encontrou-se com o prefeito de Chicago, Richard M. Daley e a comunidade de expatriados mexicana de West Side, no bairro de Little Village, a capital mexicana do Centro-Oeste” (Bada, 2014, p. 04 – Tradução nossa). Desde então, o governo mexicano implementou novos programas e políticas para incorporar as diásporas mexicanas. É como já afirmava Willems na primeira metade do século XX:

Da proporção em que o imigrante incorpora os valores novos, dependerá o papel que lhe será atribuído na sociedade adotiva. É inútil dizer que tais reajustamentos nunca dependem exclusivamente do imigrante, mas em grande parte da intensidade das atitudes etnocêntricas que venha a encontrar no novo meio (WILLEMS, 1946, p. 14-15).

O mesmo não ocorre, por exemplo, com os brasileiros que migram para Chicago. Pesquisa nossa prévia no local mostrou que existiam, em 2015/2016, 15 entidades que reuniam brasileiros na cidade. O Itamaraty estima que, em 2011, eram 1,3 milhão de brasileiros vivendo nos Estados Unidos; desses, 80 mil estavam localizados na região metropolitana de Chicago³. Infelizmente, não encontramos informações mais detalhadas sobre o processo de imigração desses brasileiros para Chicago (como estados de origem, grau de escolaridade, perfil socioeconômico etc.). Achamos apenas um pequeno texto sobre o tema que reproduzimos aqui, apesar de não estar clara a fonte dos dados utilizados:

Os primeiros brasileiros de Chicago incluem uma pequena diáspora do Sul e Leste europeu que, depois de fugirem do continente devastado pela Segunda Guerra Mundial para o Brasil, contornaram as leis de imigração americanas restritivas para se estabelecer em Chicago. A partir do final dos anos 1940 até os anos 1950 esse grupo [...] gravitava em torno de comunidades de Chicago [...]. A partir disso, a pequena população de outros brasileiros em Chicago no pós-guerra foi em grande parte transitória, não sendo encontrada nenhuma comunidade brasileira desenvolvida até o início dos anos 1970.

³Fonte: ITAMARATY.GOV.BR. Acesso em: 06 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf>>.

A partir de meados da década de 1960, um pequeno, mas crescente fluxo de brasileiros procuraram (sic) melhores condições de vida, migrando para Chicago. Enquanto a maioria dos homens solteiros retornou ao Brasil dentro de alguns anos, as famílias tenderam a se estabelecer na cidade por períodos mais longos, surgindo a primeira comunidade brasileira de Chicago. Os homens muitas vezes trabalhavam nas indústrias, enquanto muitas mulheres se juntavam aos seus maridos nas fábricas ou ficavam responsáveis pelo trabalho doméstico. [...]. Os brasileiros em Chicago nunca se concentraram em um único bairro [...]. A partir de meados da década de 1980 e ao longo da década de 1990, a imigração brasileira para os Estados Unidos disparou em números, estimulada pelas crises econômicas no Brasil. Mas, enquanto cidades como Nova York podiam gabar-se de receber dezenas de milhares de brasileiros no fim de 1990, os brasileiros de Chicago são agrupados em não mais do que alguns milhares. Este novo grupo, que continuou a chegar a partir do novo milênio, diferiu de ambas as comunidades brasileiras americanas maiores e anteriores em Chicago por seu maior nível educacional e melhores condições financeiras. Muitas dessas pessoas eram profissionais qualificados que foram transferidos para Chicago por seus empregadores brasileiros, enquanto outros vieram para suprir a escassez de mão de obra nas áreas de enfermagem e engenharia de software (POTER, 2005, [s/p] – Tradução nossa).

Provavelmente por causa do baixo número de grupos organizados de brasileiros em Chicago e pelo fato de eles não estarem concentrados em apenas um lugar — como os mexicanos em Pielsen, os gregos em Greektown e os chineses em Chinatown, por exemplo —, é difícil reconhecer, na cidade, a presença cultural brasileira. Há alguns restaurantes com comida típica (como feijoada, coxinha ou bobó de camarão), churrascarias e algumas festas (nos períodos de Carnaval ou 7 de setembro). De início, é possível dizer que estas organizações têm atuação limitada a partir de iniciativas individuais, porém exercem papel relevante no fortalecimento dos laços de amizade, familiaridade e união dos envolvidos, bem como a celebração de suas origens.

Já no Brasil, as primeiras organizações de imigrantes têm origem na conhecida “grande corrente migratória”, ou seja, o período que compreende desde o fim do século XIX (a partir de 1870) até a década de 1960, quando entraram no país cerca de 4,5 milhões de estrangeiros, entre europeus, japoneses e pessoas de outras nacionalidades. As próprias políticas migratórias do país dessa época — como, por exemplo, a necessidade da “carta de chamado”⁴ e o sistema paternalista verificado nas relações trabalhistas da época (LAHMEYER LOBO, 2001;

⁴ O decreto nº 19.482 de 1930 limitava a entrada de trabalhadores estrangeiros àqueles que tivessem as “cartas de chamada”, emitidas por parentes a famílias de agricultores com colocação certa; ou indivíduos, associações ou empresas ou que tenham sido solicitados pelo Ministério do Trabalho ou por autoridade competente.

OLIVEIRA, 2003; PASCAL, 2005) — mostram a rede social e os laços solidários envolvendo os estrangeiros de diversas nacionalidades que chegavam ao país.

[...] esses imigrantes eram ajudados por vastas redes sociais de parentes e amigos, que serviam de apoio para circulação e informação, formando uma base de acolhimento e aculturação dos estrangeiros no país (PASCAL, 2005, p. 83).

Eles [os imigrantes] criaram importantes laços de união em seus grupos, principalmente através de clubes, associações e igrejas. Em alguns casos, fundaram escolas para ensinar a seus descendentes a língua e a cultura natal. [...] conseguiram retomar a vida associativa e deram novo impulso às comunidades (FREITAS, 1999, p. 52).

São conhecidas e atuantes, até os dias de hoje, sociedades e clubes recreativos envolvendo diversas nacionalidades criados ao longo do século XX para convívio dos imigrantes com seus compatriotas. Com relação aos imigrantes de origem latino-americana, não há um número oficial sobre a quantidade dessas organizações existentes, até mesmo porque constituem processos migratórios mais recentes, como o caso dos bolivianos, peruanos e haitianos estabelecidos no país. Na virada do século XX para o XXI, pode-se dizer que o Brasil passou a viver uma nova fase no que diz respeito a migrações internacionais, devido a rearticulações no país com a reestruturação econômica mundial. O foco deixou de ser a emigração de brasileiros para os países desenvolvidos, passando a ser a entrada no país na rota das imigrações internacionais contemporâneas. Baeninger (2012) destaca a importância da Bolívia na entrada dos novos imigrantes no Brasil e a inserção do país no cenário latino-americano das migrações.

[...] nota-se que, nos últimos trinta anos, o país vem se configurando como área de expansão das migrações latino-americanas, reforçando as modalidades de tipo fronteiriço – como são os casos com os países do Mercosul[...] e também com a Colômbia e a Venezuela; as migrações em direção às áreas metropolitanas, como no caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos [...]; e as migrações intrarregionais com países não-limítrofes, como os chilenos (BEANINGER, 2012, p. 15).

Sobre a modalidade das migrações latino-americanas de e para o Brasil, Baeninger (2012, p. 15) esclarece que com a Argentina há uma evasão decrescente com mobilidade de mão de obra qualificada entre as metrópoles; com o Paraguai, há também uma evasão decrescente, porém com o incremento da imigração paraguaia para o Brasil; com a Bolívia, há uma recepção crescente,

incluindo-se intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino; com o Chile, uma recepção crescente de mão de obra qualificada; com o Peru, Uruguai e Colômbia, o incremento da imigração; e com a Venezuela, uma intensa mobilidade fronteiriça.

Alguns trabalhos no Brasil vêm avançando no sentido de identificar a atuação das organizações desses imigrantes latinos. É o caso de Daniel (2013), sobre a experiência de imigrantes peruanos no Rio de Janeiro; de Sidney A. Silva (2006 e 2012) sobre os bolivianos em São Paulo; e de Cogo (2012 e 2014), sobre os haitianos, suas redes migratórias e uso das TICs.

Os consulados e embaixadas dos países latino-americanos costumam divulgar, em suas páginas oficiais na internet, listas com nomes e endereços de entidades e organizações que reúnem imigrantes das nacionalidades envolvidas. Além disso, as redes sociais, como Facebook, vêm se tornando uma importante ferramenta para divulgação e contato dessas organizações.

Outra ação que tem revelado resultados importantes, de ordem prática, na integração, reunião e organização de imigrantes estrangeiros no Brasil, são as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, no âmbito das Pastorais do Imigrante, Cáritas Brasileira — organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) —, Centro Scalabriniano de Promoção do Imigrante (Cesprom), vinculado à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Uma vez constituído o grupo em torno da manifestação artística e cultural envolvida, a estrutura formada para atuação tem inúmeras variações, sendo difícil descrever com exatidão todas possíveis. A partir das encontradas, podemos organizá-las em três tipos principais:

Grupos estruturados: com alto grau de profissionalismo e organização envolvidos, costumam ter registro formal (seja empresarial, estatutário como organização não-governamental etc.), sede própria e quadro amplo de membros (entre funcionários, voluntários e/ou colaboradores em geral), seguindo hierarquia particular, geralmente com o idealizador do grupo na posição de liderança. Mantêm-se a partir do gerenciamento de recursos financeiros obtidos com a venda de ingressos das apresentações, dos produtos (no caso dos artesanatos, comida etc.), de cursos ministrados, e, em alguns casos, de apoio de patrocinadores, incluindo grandes empresas. Têm veículos de comunicação, entre eles *sites*, panfletos e revistas, principalmente, e parcerias com veículos de comunicação locais (jornal e rádio).

Grupos semiestruturados: são organizados formal ou informalmente e podem ou não possuir sede própria (as reuniões, ensaios, confecção de produtos etc. podem ocorrer num pequeno espaço alugado e/ou na casa de algum membro, de uma igreja ou clube parceiro etc.). Tem um quadro modesto de membros, sendo a maioria de voluntários, e uma divisão hierárquica a partir das funções (um membro é o tesoureiro, outro o responsável pela divulgação etc.). Possuem, pelo menos, um veículo de comunicação (*sites* e panfletos são os mais utilizados). Também é mantido com recursos financeiros obtidos a partir da venda de ingressos das apresentações, da venda dos produtos (no caso dos artesanatos, comida etc.), de cursos ministrados etc.; eventualmente, contam com patrocínio de alguma pequena empresa local.

Grupos não-estruturados: são organizados de maneira informal, no geral a partir da iniciativa de seu líder. Não possuem sede própria, sendo as reuniões, ensaios e produções realizados na casa de algum membro, em cafés, restaurantes e até praças públicas. Contam apenas com membros-voluntários, sendo o papel do líder crucial para a realização das atividades. Utilizam uma página nas redes sociais (Facebook, por exemplo) como veículo de comunicação. Os poucos recursos financeiros para manutenção são conseguidos a partir da venda de ingressos das apresentações, da venda dos produtos (no caso dos artesanatos, comida etc.), de cursos ministrados etc.; neste caso, é muito comum os próprios membros doarem dinheiro para o grupo utilizar com transporte, matéria-prima, compra de instrumentos, figurinos etc.

As organizações formadas a partir da reunião de imigrantes costumam contar com o reconhecimento da sociedade de acolhida, ainda que nem sempre tal convivência seja livre de conflitos e/ou preconceitos. Em grandes cidades como São Paulo ou Chicago, os próprios bairros onde se localizam estas instituições ou residem grupos de estrangeiros costumam ser alvo de segregação, isolamento e ações violentas. No caso das festividades artísticas e culturais estudadas, entretanto, verificamos uma relação pacífica e positiva para ambas as partes, bem como o interessante uso de espaços públicos por imigrantes, como ruas, parques, praças, museus etc.

Em alguns casos, tal associativismo pode contar até com ajuda do Estado de origem e de destino. O governo mexicano tem um programa pioneiro de apoio a organizações de emigrantes mexicanos nos Estados Unidos, chamado “Três por um”.

Nas últimas duas décadas, o governo mexicano tem tentado incorporar a comunidade de emigrantes que vivem nos Estados Unidos através de programas destinados a preservar sua lealdade para com suas cidades natais e reconectá-los com suas raízes. Entre os programas mais bem-sucedidos, está o Três por

um, elogiado como um modelo inovador para canalizar as remessas coletivas dos migrantes para várias comunidades rurais na construção de infraestrutura básica e financiamento de microempresas. Uma década depois da implementação inicial, o programa estimulou uma discussão vigorosa que oferece uma visão sobre o papel dos migrantes organizados e suas remessas coletivas no desenvolvimento rural e os efeitos de retorno político desses novos compromissos para melhorar a qualidade da democracia no México (BADA, 2014, p. 09 – Tradução nossa).

Já algumas ações do governo do Estado de Illinois têm reconhecido oficial e formalmente a contribuição dos imigrantes mexicanos na sociedade local, no que diz respeito a tradições, cultura, música e história, proporcionando a visibilidade das HTAs mexicanas em Chicago. Um exemplo é o festival de música de verão realizado anualmente no *Millennium Park*, um dos maiores parques da cidade, localizado na região central. A programação costuma ser extensa, e a cada dia um tipo de música é apresentado no *Jay Pritzker Pavilion* (espaço dentro do parque destinado a esse tipo de evento). A entrada é franca para o público, e os grupos artísticos são contratados — em uma parceria entre governos estadual e municipal — para se apresentar. Em 2015, o evento — batizado de *Downtown Sound* — destinou vários dias de concertos à música mexicana. Outro exemplo é dado por Bada (2014, p. 20 – Tradução nossa):

Durante as comemorações do bicentenário de Independência do México, o prefeito Daley declarou 2010 como o ‘Ano do México’ em Chicago, e a cidade comemorou a sua herança mexicana em 16 de setembro, iluminando os edifícios em todo o horizonte de Chicago com as cores da bandeira mexicana — uma tradição que começou em 2005 graças aos esforços de várias organizações dirigidas por migrantes.

Em São Paulo, a iniciativa do Museu do Imigrante de São Paulo, instituição mantida pelo governo do Estado, de promover a Festa do Imigrante, é um indicativo de reconhecimento oficial. O evento chegou a receber, na sua edição de 2016, cerca de dez mil pessoas por dia. Outro exemplo na capital paulista é a festa Fé & Cultura, organizada pela Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil, há mais de dez anos, para celebrar a Independência da Bolívia, comemorada no dia 6 de agosto. O evento é realizado no Memorial da América Latina e, segundo dados divulgados⁵, a edição de 2015 reuniu cerca de 30 mil pessoas. Há um esquema de apoio da Polícia Militar e agentes de trânsito e participação de políticos e autoridades. Na edição

⁵ Fonte: MEMORIAL.ORG.BR. Acesso em: 20 jan. 2016. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/2015/08/bolivianos-fazem-festa-da-independencia-no-memorial/>.

de 2015, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, foi um dos participantes. Vestindo uma camiseta da campanha “Eu amo a Bolívia”, declarou:

São Paulo é a terra da imigração, temos comunidades de todos os continentes do mundo. Nossos vizinhos bolivianos não poderiam ficar em desvantagem em relação a todos que escolheram a cidade para morar [...]. Sou filho de imigrantes. São Paulo recebeu o meu pai de braços abertos. Como prefeito eu gostaria de garantir os mesmos direitos ao povo boliviano⁶.

Além disso, outros eventos latinos já fazem parte do calendário oficial da cidade, como a Feira da Kantuta, no bairro Pari, com artesanato, comidas, músicas e outras expressões artísticas da Bolívia, que costuma atrair 2 mil pessoas aos domingos.

De uma maneira geral, percebe-se que os trabalhos desenvolvidos pelas organizações de imigrantes ao longo dos últimos anos têm sido reconhecidos por diversas esferas sociais (Estado, sociedade civil, Igreja etc.), com destaque para sua contribuição no reforço da diversidade e expressão cultural e em iniciativas variadas que contribuem para um melhor acolhimento e integração.

Por terem a capacidade de reunir imigrantes e integrá-los em permanente contato, essas organizações costumam desenvolver potenciais condições para informar, sensibilizar e promover mudanças, constituindo-se como espaços privilegiados de organização de pertencimentos cultural e comunitário e de participação. E, tendo em conta que as organizações têm uma intervenção decisiva na realização de festividades, tais eventos culturais, artísticos e folclóricos assumem papel relevante na vida social dos migrantes.

O MITO DA HOMOGENEIDADE

É justamente em torno dessa mobilização e participação em prol de alguma atividade artística e cultural, bem como na rotina que essas atividades impõem ao cotidiano, que se estabelecem os vínculos sociais, ou seja, um laço que une imigrantes e não-imigrantes em uma complexa rede de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos (MASSEY et al, 1987).

⁶ Fonte: PLANETAAMERICLATINA.COM.BR. Acesso em: 20 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.planetaamericalatina.com.br/artigo/haddad-veste-a-camiseta-eu-amo-bolivia-e-manda-recado-para-evo-morales>>.

De acordo com Herrera (2013, p. 24), esses vínculos não são neutros, nem sempre organizados mediante normas de solidariedade social. Se por um lado, ao se organizarem na construção de vínculos sociais, os imigrantes conseguem vivenciar uma experiência de protagonismo, autonomia e empoderamento como mostrado nos discursos anteriores, por outro enfrentam conflitos diários (se não entre membros do próprio grupo, de um grupo para outro), normas hierárquicas e burocráticas que põem constantemente em xeque a solidariedade e o sentimento de bem estar comum envolvidos.

Em uma reflexão sobre as práticas associativas de imigrantes, Furlanetto (2007) considera que a forma como esses imigrantes se organizam e intensificam suas relações por meio de mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade gera novos espaços e significados no país de acolhida. De acordo com a autora, no decorrer da dinâmica cotidiana e das inúmeras adaptações, “essa prática associativa adquire novos significados através de uma mediação entre a (re)criação de uma identidade coletiva [...] e os costumes diversos de um grupo que, apesar de heterogêneo, em vários momentos, necessita demonstrar coesão” (FURLANETTO, 2007, p. 07).

Barreiros (2010) também foca a questão da interação e trocas materiais e simbólicas no estabelecimento das organizações de imigrantes. Segundo seu estudo, em uma sociedade ninguém está em algum momento totalmente integrado, tantas são as esferas e tão diversos são os interesses pessoais que levam a situações de fronteira ou exclusões voluntárias. Essa lógica tende a se reproduzir nas organizações migratórias. “Se elas [as organizações] podem constituir, muitas vezes, o cerne de conflitos entre membros do grupo, nelas também residem as possibilidades de sua superação” (BARREIROS, 2010, p. 05).

No caso das organizações estudadas, apesar de tentarem demonstrar união por meio de suas atividades, as divergências, como em qualquer relação humana, são presentes e ocorrem: entre os membros do grupo (motivadas por diferenças socioeconômicas, educacionais, comportamentais, ideológicas etc.); e entre grupos (motivadas por competição no que diz respeito à estrutura, lucro, quem pode mais, quem é mais renomado, quem representa melhor o país de origem etc.).

Mesmo organizados em grupos, de maneira nenhuma o *estar-junto* do imigrante é sinônimo de homogeneidade e bem-estar. Pelo contrário. Apesar de alguma afinidade a partir de uma identificação coletiva comum (construída pelas identidades culturais, étnicas, sociais e nacionais), os conflitos, divergências de ideias e atitudes são característicos de todos os grupos.

Especialmente no contexto estudado aqui, o das festividades e repertórios culturais, podem ganhar força uma vez que as manifestações e movimentos artísticos contribuem,

historicamente, para mudanças na sociedade, no que diz respeito ao despertar da crítica para situações de preconceito, exploração e vulnerabilidade, da sensibilidade, do enriquecimento da experiência humana etc. “Implica às vezes a dificuldade de assumir a interculturalidade. Quer dizer, aceitar que a sociedade em que vivemos se modifica pela presença de outros modos de vida, outras religiões, outras línguas” (CANCLINI, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses arranjos, construídos para este artigo a partir da participação dos imigrantes em festividades artísticas, folclóricas e culturais, múltiplas formas de pluripertencimento se afloram, alavancando a manifestação de sentimentos (manutenção, reavivamento ou ressignificação) de conexão entre os sujeitos, revelando a defesa de interesses partilhados e produzindo novos significados. Enfim, é a vida que segue compartilhada em sociedade.

O associativismo e a solidariedade, nesse sentido, figuram como uma questão de engajamento em torno de um bem comum: preservar a identidade diaspórica frente a outras realidades. O resultado são discursos politizados, nos quais as festividades artísticas e repertórios culturais envolvendo o país de origem na sociedade receptora se tornam elementos de base.

Sabemos que a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. “Os dispositivos de produção de subjetividade podem existir em escala de megalópoles, assim como em escala dos jogos de linguagem de um indivíduo” (GUATTARI, 1992, p. 33). Nesse sentido, podemos entender tais organizações ainda como a materialização dessa condição contínua de deslocamento que faz com que os imigrantes vivam oscilando com fluidez e mobilidade numa flexibilidade de pertencimentos e construção de identidades constantes, em uma enorme diversidade de comportamentos e representações.

É como diz Bourdieu (1983, p. 193):

Haveria toda uma análise a ser feita a respeito das maneiras de um grupo se constituir como grupo; de constituir sua identidade e simbolizar a si mesmo; [...] supõe a representação no sentido da delegação, mas também do teatro, é uma alquimia muito complicada onde o efeito próprio da oferta linguística, da oferta de discursos já constituídos e de modelos de ação coletiva desempenha um papel muito importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- APPADURAI, Arjun. (2009). *O medo ao pequeno número – Ensaios sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras.
- BADA, Xóchitl. (2014). *Mexican Hometown Associations in Chicagoacán – From Local to Transnational Civic Engagement*. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press.
- BAENINGER, Rosana. (2012). O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/Unicamp; Fapesp; CNPQ, Unfpa.
- BARREIROS, Pedro Miguel C. M. (2010). *Associativismo e práticas culturais como veículo de integração dos imigrantes*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- BOURDIEU, Pierre. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. (2010). Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*, N.6, pp.39-58, Lisboa.
- CANCLINI, Néstor Garcia. (1998). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol.1. São Paulo: Paz e Terra.
- CLIFFORD, James. (1994). Diasporas. *Cultural Antropology*. Further Inflections: Towards Ethnographic of the future, vol.9, n.03, p.302-338.
- COGO, Denise. (2014). Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Chasqui*, N. 125, Março de 2014, pp. 23-22.
- _____. (2012). Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo. (Eds.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Belaterra: Instut de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona. pp.43-66.
- DANIEL, Camila. (2013). *P'A crecer en la vida – A experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- DUARTE, Jorge. (2011). Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas. p.62-83.
- ESCUADERO, Camila. (2007). *Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e identidade: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.
- FREITAS, Sônia Maria. (1999). *Falam os Imigrantes... Memória e Diversidade Cultural em São Paulo*. São Paulo: [s.n.].
- GALEANO, Eduardo. (2005). *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- GIL, Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GUATTARI, Felix. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34.
- HERRERA, Gioconda. (2013). Gender and International Migration: Contributions and Cross fertilizations. *Annual Review of Sociology*, vol.39, pp.471-489.
- LAHMEYER LOBO, Maria Eulália. (2001). *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

MASSEY, D. S., ALARCON, R., DURAND, J., e GONZALEZ, H. (1987). "The Social Organization of Migration". In: _____. *Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, p.139-171.

OLIVEIRA, Carla Mary S. (2003). *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitânia (1929-1934)*. Tese de Doutorado em Sociologia –Universidade Federal da Paraíba.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. (2005). *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão & Arte Editora.

POTER, Stephen. (2005). Brazilians. *Encyclopedia of Chicago*. Chicago: UIC.

SILVA, Sidney Antônio da. (2012). Bolivianos em São Paulo: Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/Unicamp; Fapesp; CNPQ, Unfpa.

_____. (2006). Bolivianos em São Paulo: Entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, Vol.20, N.57, São Paulo, pp.157-170.

WILLEMS, Emílio. (1946). *A aculturação dos alemães no Brasil*. [s.l.]: Companhia Editora Nacional.

Camila Escudero

Doutora em Comunicação Social. Pesquisadora bolsista do Real Gabinete Português de Literatura do Rio de Janeiro.

Circuitos Europa/África/América em tempos e histórias silenciadas

Europe / Africa / America circuits in silenced times and stories

ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ

RESUMO

Neste artigo desenvolvemos análises sobre processos que desembocaram na formação da diáspora africana, no dealbar da modernidade, definindo como espaço de referência, em termos históricos, o arquipélago de Cabo Verde que, por um período de oitenta e cinco anos, recebeu e fecundou as sementes da diáspora africana no período moderno, ao ser transformado em receptáculo e usina de “domesticação” de homens e mulheres escravizados, para ulterior exportação para as Américas. Trata-se de uma análise histórico-cultural sobre uma das problemáticas mais relevantes para a compreensão da modernidade e de processos relacionais entre a África, Europa e América, quer no quadro do encontro de povos e culturas, a partir dos meados do século XV, quer em termos da trajetória da própria África, no quadro das transformações políticas, sociais e culturais que sofreu no período pós século XV. Neste âmbito, a perspectiva histórica que aqui se apresenta busca lançar olhares outros sobre processos relacionais despoletados a partir do século XV, com base em tradições historiográficas e epistemologias de conhecimento diferenciadas, buscando encontrar os fios de uma história cruzada de povos de diferentes origens.

Palavras-chave: Diáspora, África, Cultura.

ABSTRACT

The present study focuses on the processes that triggered the formation of the African Diaspora, at the dawn of modernity, defining a space of reference, in historical terms, the archipelago of Cape Verde, which, for a period of eighty-five years, received and fertilized seeds of modern African Diaspora, to be transformed into both receptacle and factory for the "domestication" of enslaved men and women, for further export to the Americas. This is a historical-cultural analysis of one of the most relevant issues for the understanding of modernity and relational processes between Africa, Europe and America, both in the framework of the meeting of peoples and cultures, from the mid-fifteenth century, and also in terms of the trajectory of Africa itself, in the context of political, social and cultural transformations in the period after the fifteenth century. In this context, what is at stake here is the possibility of launching other looks over relational processes triggered from the fifteenth century, based on historiographical traditions and epistemologies of differentiated knowledge, seeking to find the threads of a cross history of people from different backgrounds.

Keywords: Diaspora, Africa, Culture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte integrante de um estudo que enfoca a história da diáspora africana na modernidade, definindo como espaço de referência, em termos históricos, o arquipélago de Cabo Verde, que recebeu e fecundou as sementes da diáspora africana no período moderno. Nele desenvolvemos uma breve discussão sobre a categoria diáspora, radiografamos a historiografia relativa à diáspora africana, desvelando lacunas que nos levam a constatar que há vácuos na historiografia africana que precisam ser preenchidos: um deles é o relativo à ausência de Cabo Verde. Fazemos, antes, um percurso pela historiografia que dá conta de dinâmicas populacionais nas últimas décadas que antecedem a descoberta de Cabo Verde, e que evidencia a relevância do arquipélago nos processos relacionais que se desenvolvem depois da segunda metade do século XV.

Ao tomar contato com a produção historiográfica sobre a diáspora africana surpreendemos fortes presenças de grupos culturais que, antes de chegarem às Américas, vivenciaram outras experiências aqui no arquipélago, que, no entanto, têm passado despercebidas para aqueles que têm se debruçado sobre a história da África. Essa desatenção tem caracterizado a produção historiográfica relativa ao período que marca o início da formação da diáspora africana na modernidade.

Este estudo é uma espécie de acerto com o passado na medida em que revitaliza tais momentos, que marcaram profundamente a construção do mundo ocidental. Desta forma, o resgate destas memórias poderá constituir-se no grande logro deste estudo porque possibilitará recolocar em outras bases o papel que o arquipélago de Cabo Verde desempenhou no processo de formação da diáspora africana ao acolher, no seu seio, povos de diversas paragens, com distintas experiências de vida, com modos de ser e estar no mundo diferenciados, que ao se encontrarem aqui nas ilhas deram início a um processo de caldeamento, com outros desdobramentos nas Américas, que, como é sabido, resultou naquilo que hoje é conhecido pela diáspora africana.

Portanto, o que estamos a propor com este estudo é uma mudança de foco nos estudos diaspóricos — pelo menos para aqueles que se propõem a fazer a história da diáspora negra moderno-contemporânea —, que devem tomar Cabo Verde como o ponto nodal para o despoletar do processo. Um conjunto de sinais, gravados em ritmos, sons, signos e sabores das comunidades diaspóricas das Américas, sustenta essa tese.

Assim, este estudo busca combater uma certa negligência da historiografia africana no que tange ao papel desempenhado por Cabo Verde nos processos relacionais despoletados nos meados do século XV. Para tal, realça a forte presença cultural de grupos sociais da costa ocidental da África que - antes de serem impelidos a participar no processo de formação das diásporas africanas na América - passaram por um processo de “*depuración*” aqui no arquipélago.

Se admitirmos que parte considerável dos africanos, particularmente os da costa ocidental, já chegavam às Américas minimamente experimentados em processos de criouliização, então importa indagar por que é que os investigadores têm demonstrado pouco ou nenhum interesse em compreender as raízes dessas tradições; por que é que Cabo Verde, que por um largo período foi o ponto nodal para o tráfico no atlântico, é remetido para este silêncio sepulcral no campo da história?

A reflexão em torno de questões culturais em Cabo Verde, no período em debate, possibilita a apreensão de raízes que se espriam pelo atlântico sul, estando na origem da formação de comunidades diaspóricas pelas Américas - do Sul, do Centro e do Norte - e, mais contemporaneamente, pela Europa, particularmente a do ocidente. A partir de discussões em torno do processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde, em que virão à superfície dificuldades encontradas quer pelos colonizadores — que pretenderam implementar aqui no arquipélago práticas vivenciadas em suas próprias terras —, quer pelos funcionários régios — que, atraídos por alguns privilégios, embarcaram na aventura atlântica empreendida por Portugal

— e pelos africanos — trazidos à revelia de suas vontades e projetos de vida, que não previam deslocamentos daquela natureza — tentaremos evidenciar os modos como foram se forjando, aqui nas ilhas, as várias diásporas negras, espalhadas pelo mundo.

SOBRE A DIÁSPORA

Antes de aprofundar análises sobre processos relacionais, entre brancos e negros, iniciados no Arquipélago de Cabo Verde que, acreditamos, levaram à formação da diáspora negra nos tempos modernos, impõe-se fazer uma breve referência à expressão diáspora. Importa sublinhar que neste estudo, no que se refere ao conceito de diáspora, não consideramos relevante adentrar em discussões filosóficas, antropológicas ou mesmo sociológicas do termo. O que nos interessa é, pelo menos nesta fase, fazer uma historicidade do termo que nos permite sustentar e explicar a nossa proposta de trabalho, que é desnudar as raízes da diáspora negra moderno/contemporânea. Daí a nossa preocupação com a evolução histórica do processo e o descurar de outras dimensões que o termo comporta¹.

O termo resulta do grego antigo — dispersão — e pode ser entendido por deslocamento, quase sempre à revelia, e em alguns poucos casos — como o que aconteceu com pequeno grupo de brancos europeus que se deslocaram para o arquipélago de Cabo Verde — incentivado de grandes massas populacionais originárias de uma zona determinada para várias áreas de acolhimento. A expressão diáspora é, com frequência, usada para fazer referência à dispersão do povo hebreu no mundo antigo, a partir do exílio na Babilónia no século VI a.C. e, especialmente, depois da destruição de Jerusalém em 135 d.C.

Em termos gerais, diáspora pode significar a dispersão de qualquer povo ou grupo étnico pelo mundo. O termo transporta em sua essência “a promessa do retorno redentor” (HALL, 2003, p. 28) à terra de origem de um povo ou grupo étnico que se viu forçado, por circunstâncias que escapam ao seu controle, a romper a relação espacial e geográfica com as suas raízes. Relação que de alguma forma será perpetuada do ponto de vista cultural e/ou simbólico. A expressão foi originalmente cunhada para fazer menção à migração e colonização, por parte dos gregos, de diversos locais ao longo da Ásia Menor e Mediterrâneo, entre os séculos VIII e VI a.C.

¹ Sobre o conceito de diáspora, em suas múltiplas dimensões, existe uma vasta e rica produção bibliográfica de onde sobressaem, a título de exemplo, estudos realizados por autores de nomeada como Stuart Hall, Paul Gilroy, James Clifford, Zygmunt Bauman, etc.

Em termos específicos e, particularmente, no que toca à diáspora africana - entendida como processos histórico-sociais que ocorreram em regiões distantes da África envolvendo africanos, impelidos à imigração para fins escravocratas e mercantis que vigoraram da Idade Moderna ao final do século XIX -, podemos falar em deslocamentos compulsivos de grupos humanos do interior para a costa, num primeiro momento, e, posteriormente, desta para as ilhas atlânticas, sobretudo o arquipélago de Cabo Verde, de onde, após um devastador processo de desmoralização e desenraizamento, eram espalhados para as diferentes Américas.

Começando pela do sul, espreado-se pelas central e do norte, diferentes grupos étnicos africanos escravizados foram recuperando suas raízes, pretensamente quebradas nos meados dos quinhentos, recriando suas culturas, legando aos seus descendentes bases identitárias em cima das quais pudessem perenizar a África, mesmo em contextos adversos a tradições africanas.

No entanto, devemos ressaltar que nem as práticas escravistas em África e muito menos as experiências diaspóricas dos africanos começaram propriamente com o descobrimento do arquipélago, quando se despoleta um conjunto de processos relacionais envolvendo africanos e europeus. O que queremos evidenciar é que o momento em que europeus e africanos se encontram aqui no arquipélago constitui um divisor de águas nos processos relacionais entre esses grupos humanos, com efeitos sem precedentes na história da humanidade.

Em relação às experiências diaspóricas e relativamente às dos africanos, estudos sobre a África levados a cabo por pesquisadores de nomeada como Joseph Kizerbo ou Elikia M'Bokolo ou ainda dados constantes nos anais da História da África, de um modo geral, evidenciam que, de fato, estes povos já tinham uma vasta experiência de diáspora quer em encontros com povos do médio oriente e quer com povos do extremo-oriental. O mesmo se pode dizer no tangente a práticas escravistas, a partir do que vem expresso em estudos realizados por autores como os atrás referenciados e outros que tiveram a África como objeto de estudo.

Relativamente a práticas escravistas em África, no período que antecede à entrada em cena dos europeus neste continente, séculos VII a XV, Elikia M'Bokolo (2009), em *África Negra: história e civilizações*, reflete sobre aquilo que designou de falsas evidências do senso comum, numa tentativa clara de higienizar a história da África e começar a analisá-la sem preconceitos redutores ou paternalismos piegas, que, cada um a seu modo, podem inviabilizar a revelação de verdades históricas.

É nesta base que, ao mesmo tempo em que busca mostrar que os processos relacionais desenvolvidos entre povos árabes e povos africanos foram sustentados em princípios que não desumanizavam o africano em toda a sua amplitude, aliás, prática comum em experiências

escravistas de então — por onde vigoravam —, contraria aquela visão paternalista, que quer perpassar uma relação amistosa, pacífica entre povos árabes, “conquistadores”, e povos africanos, “conquistados”.

Ao mesmo tempo que produziam escravos de maneira maciça, as conquistas árabes e a expansão do Islã provocaram consequências decisivas no desenvolvimento do tráfico e da escravatura dos negros. Por um lado, a escravatura achou-se bruscamente legitimada, já que qualquer idólatra capturado numa guerra santa estava votado à escravatura. Semelhantes disposições tiveram por consequência conferir a todas as guerras e às simples expedições o estatuto de *jihad* e de multiplicar as ocasiões de capturar escravos (...) Ainda no século XVI o sábio negro de Tumbuctu Ahmed Baba (1556-1627) teve o cuidado, ao mesmo tempo em que condenava com determinação a dominação dos escravos negros muçulmanos, de lembrar que a escravatura era legítima no Islã desde que se tivesse o cuidado de respeitar algumas condições: era necessária uma guerra santa contra os idólatras; os prisioneiros capturados nestas circunstâncias eram reduzidos à escravatura, não podiam reivindicar a liberdade, mesmo constante e a partir de agora legítima em escravos, a escravatura tornou-se cada vez mais, com o tempo, a condição específica e exclusiva dos africanos negros (M'BOKOLO, 2009, p. 215).

A passagem acima evidencia com clareza os tais princípios por que deviam pautar as relações entre árabes e negros. Mas denuncia também indícios de tentações dominadoras que põem por terra aquela ideia das tais relações harmoniosas entre os povos atrás referenciados. Inúmeros são os exemplos trazidos por este autor que alavancam a ideia de que, efetivamente, as experiências escravistas perpetradas por árabes e europeus situam-se em bases muito diferentes. Sem fazer apologia a qualquer uma das experiências escravistas – europeia ou árabe -, o autor reúne exemplos de vivências de africanos que, mesmo em situação de escravização, conseguem uma ascensão social notável. Cita o caso dos escravos eunucos que

nos lugares santos podiam dedicar-se ao comércio, e grande número deles reunia fortunas apreciáveis graças aos donativos dos fiéis e dos peregrinos. Quanto aos eunucos associados aos palácios, vemo-los aparecer em quantidade nos fins do século IX e princípios do século X sob o califa Al-Amim, que teria sido o primeiro a rodear-se deles de maneira permanente fazendo-os participar na gestão dos negócios públicos (M'BOKOLO, 2009, p. 226).

Em a História da África Negra I, de Joseph Ki-Zerbo (1972), também abundam exemplos de como as relações árabo-africanas, mesmo sendo relações desajustadas e desequilibradas, porque de escravização em muitas circunstâncias, se pautaram por princípios de humanidade, em

que o africano, mesmo em situação de subjugação, acalentava legítimas aspirações a uma ascensão social; ou ainda, numa perspectiva macro, exemplos de como as ações de povos árabes beneficiaram povos africanos, legando-lhes grandes heranças, nomeadamente no campo da religião, da língua e da própria cultura, como evidencia a passagem abaixo:

(...) A expansão hillaliana do século XI não deve, no entanto, ser considerada como uma invasão niilista e desertificante (...) Deve evitar-se dramatizar demasiado este acontecimento. Em primeiro lugar, porque um dos efeitos do avanço hillaliano foi contribuir para divulgar o Islão. Em seguida, porque é falso opor, num antagonismo brutal, nómadas e sedentários, demasiado depressa, identificados, respectivamente, com os Árabes e os Berberes. Enfim, porque intervieram, por sua vez, outras tribos árabes muito diferentes das de Beni Hillal. (...) O sucesso da conquista arábico-islâmica constitui, de qualquer maneira, um fenómeno histórico de primeira importância para os três continentes (Ásia, África e Europa), na junção dos quais se desenvolveu. Na verdade, na costa oriental e através do Sahara, os arábico-berberes vão-se entregar a um tráfico de escravos negros, sempre a aumentar até ao século XIX. No entanto, deram à África Negra uma das suas principais religiões e transformaram sectores inteiros da sua paisagem sociocultural (KI-ZERBO, 1972, p. 130-131).

ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA NEGRA

Os anais da história dão conta de um vasto e requintado leque de estudos referentes à diáspora negra, boa parte deles levados a cabo por afro-americanos ou, quando realizados por estudiosos de outras origens, publicados em revistas por eles criadas. W.E.B. Du Bois é um dos pioneiros em pesquisas neste campo com a publicação da obra “*The Suppression of the Slave Trade to the United States*” em 1896, o primeiro volume da série Harvard Historical Studies.

Mais tarde, em 1916, Carter G. Woodson, fundador do *Journal of Negro History*, organizou o primeiro fórum sobre a história dos africanos e seus descendentes. Woodson desdobrou-se em articulações, arregimentando apoios para publicar e promover as experiências africanas e afro-americanas nas Américas do século XVI ao século XX. Até 1979, ano da fundação do *Slavery and Abolition*, o *Journal of Negro History* foi o único periódico acadêmico que se dedicava inteiramente à pesquisa sobre a diáspora africana. Difundia pesquisas que davam conta da situação social,

política e econômica² das populações descendentes de africanos nas Américas. Tais iniciativas ganharam fortes impulsos ainda nos anos vinte do século passado quando a Universidade de Howard decidiu ministrar cursos sobre o negro nas civilizações antigas e o negro na civilização moderna, contribuindo para a institucionalização deste campo de estudos africanos quando o Departamento de História da Universidade de Howard começou a ensinar a História do Negro e, a partir de 1900, a História Africana. Contudo, esse pioneirismo em estimular estudos neste domínio deu pouca ou nenhuma visibilidade à Universidade de Howard³ — que centrou-se mais na experiência americana —, pois, os impulsos iniciais por ela despoletados não tiveram impactos significativos nas orientações de pesquisas e paradigmas teóricos que balizariam, mais tarde, o campo de estudos da diáspora africana.

As gerações de acadêmicos que se seguiram, particularmente a que lhe vem logo a seguir, laborando em outros campos de conhecimento, de nacionalidades e etnias diversas, influenciaram significativamente a produção historiográfica neste campo, pois, exerceram um importante papel na reformulação de conceitos e questões que, posteriormente, pautariam os escritos sobre a história da diáspora africana. A produção dessa geração começa a despontar entre os anos 30 e 50 do século passado. Ganham relevo, nesse grupo de acadêmicos, estudos levados a cabo por, entre outros, Nina Rodrigues (1945), Arthur Ramos (1940), Manuel Querino (1932), Edison Carneiro (1986) e Roger Bastide (1978), que deram ênfase à cultura afro-brasileira.

Já autores como Fernando Ortiz (1973), Jean Price-Mars (1938), Martha Beckwith (1929), Melville Herskovits (1937), Rómulo Lacheteñere (1938), Gonzalo Aguirre Beltrán (1946), Lorenzo Turner (1973) e Maya Deren (1953), dedicaram especial atenção às culturas de comunidades descendentes de africanos nas regiões das Américas hispânica, inglesa e francesa. Tais estudos, entretanto, revelaram-se frágeis, pois, a grande maioria dos pesquisadores que os empreenderam ou eram etnógrafos ou eram antropólogos, salvo Herskovits, e tinham pouco ou

²É uma publicação trimestral da Howard University fundada em 1932. Tinha como propósitos: identificar e definir os problemas que caracterizam a educação de pessoas negras nos Estados Unidos e em outras paragens e funcionar como um canal de difusão de pesquisas sobre os negros. Autores como Bond (1939), Du Bois (1935), Frazier (1940) utilizaram-se deste jornal para publicarem estudos que recobriram várias dimensões do cotidiano dos afro-americanos, das práticas religiosas, passando pela música, à inserção política e econômica dos negros na América.

³ Vários foram os autores que publicaram trabalhos recobrimdo temáticas sobre os homens negros e a África com a chancela do Departamento de História da Universidade de Howard. Seguem alguns exemplos: PENNINGTON (1841); LEWIS (1844); HOLL (1855); WILLIAM (1855); BROWN (1863). SCHOMBURG (1913). Para mais detalhes, cf. <http://www.howard.edu/explore/history-dept.htm>.

nenhum conhecimento de história africana, de um modo geral, e de história do tráfico de escravos africanos, em particular.

Estudos iniciados nos anos 60 do século passado, atravessando os anos 70 e 80, sinalizaram para a forte presença de centro-africanos no comércio escravo. Philip Curtin, com “*The Atlantic Slave Trade: a census*” deu o mote, revelando dados que apontam para o número de africanos encaminhados para as Américas. Na esteira de Curtin, estudos desta natureza desenvolvidos neste período continuaram a realçar a dimensão econômica do tráfico. Neles sobressaem a organização econômica do tráfico, padrões de investimento e lucro, a demografia escrava, mortalidade e impacto econômico do comércio na África, Europa e Américas. São também deste período estudos recobrando dimensões organizativas e administrativas das fazendas, enfatizando a história econômica em detrimento da história cultural, dimensão pouco explorada ainda neste domínio de estudos.

A tônica na demografia do comércio de escravos adentrou os anos 1990, destacando-se, entre outros, os estudos desenvolvidos por David Eltis, Herbertr Klein Paul Lovejoy, que reuniu pesquisadores em torno do seu projeto sobre o Comércio de Escravos do Interior da Nigéria e, mais contemporaneamente, o projeto sobre o Comércio Escravo amparado pela Unesco. Não obstante o valioso contributo destas pesquisas, que trouxeram esta temática para o centro dos debates acadêmicos, a preocupação excessiva com a dimensão econômica do tráfico fez com que as dimensões política e cultural deste fenômeno ocupassem um lugar marginal no âmbito destes estudos, negligenciando temáticas como a resistência, a contestação e a criouliização.

Daí o silêncio em torno das transformações das crenças africanas e práticas culturais nas Américas nos estudos que emergiram ao longo de boa parte do século vinte, que, aliás, dedicaram pouca atenção às questões culturais e políticas. Dos estudos que se viraram para as dimensões políticas e culturais, sobressaem temáticas relativas aos africanos que retornaram à África, estudos regionais e antologias da continuidade cultural africana no mundo Atlântico, elementos africanos nas religiões da diáspora, conceitos de criouliização, afro-americanos no período anterior à guerra civil no sul dos Estados Unidos, comunidades quilombolas africanas, etc. Pesquisas deste período relativas às culturas escravas privilegiavam fontes americanas – particularmente da América do Norte, muitas das quais originárias de registros do *Works Project Administration* (WPA).

A década de 90 do século passado constitui o divisor de águas nas pesquisas no domínio da diáspora negra. Os estudos iniciados neste período dão maior ênfase à cultura, indiciando profundas mudanças, com o deslocamento do foco do comércio de escravos e estudos do universo agrícola para privilegiar áreas como religião, arqueologia, antropologia, política,

linguística comparativa, música e as tradições da arte performática, que são os legados das comunidades afro-diaspóricas na África e nas Américas⁴.

Destes estudos emergem as noções de um “sistema do Atlântico Sul” (CURTIN, 1990), a ideia do “Atlântico Negro”, realçando as contribuições afro-americanas no desenvolvimento do mundo industrial moderno e o surgimento de teorias associadas à ocidentalização e modernidade⁵. Não obstante, todos eles continuam a dar um tratamento marginal à África. Quando a ela se referem, tais estudos invocam o papel desempenhado pelos escravizados africanos na criação e desenvolvimento de culturas afro-diaspóricas nas Américas. Os que enfatizam as manifestações de ideologia política africana e as instituições culturais na formação do “mundo Atlântico” desnudam as conexões existentes entre eventos envolvendo africanos escravizados e seus descendentes nas Américas com determinados grupos étnicos e acontecimentos na África⁶.

Noutros estudos, como os desenvolvidos por Gomez (1998) — escudados nos trabalhos de Sterling Stuckey — em que vem à tona a forma como os africanos desterritorializados ganham uma nova territorialidade, transformando-se em afro-americanos, evidenciam-se as formas como várias dinâmicas culturais se incorporaram, condicionando a formação identitária e as tradições culturais entre as populações afro-diaspóricas nas Américas e na África. O mesmo entendimento subjaz da acurada análise de J. Lorand Matory aos processos de transculturalização ocorridos no Brasil e na África Ocidental. Matory sustenta que os agentes que percorriam o Atlântico Negro, comerciantes e padres, contribuíram significativamente para o processo de construção de identidades nacionais tanto na África quanto no Brasil. Focalizando os seus estudos nos afro-

⁴ Neste período destacam-se estudos desenvolvidos por autores como, Michael Mullin com “*Africa in America: Slave Acculturation and Resistance in the American South and the British Caribbean, 1736-1831*”; Gwendolyn Midlow-Hall com “*Africans in Colonial Louisiana: The Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century*”; Luiz Mott com “Rosa egípcia: uma santa africana no Brasil”; João José Reis e Flávio dos Santos Gomes com “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”; Robert Slenes com “Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste, século XIX”; Maureen Warner-Lewis com “*Trinidad Yoruba: From Mother Tongue to Memory*”; Jay Haviser com “*African Archaeological Sites in the Caribbean*”; Sylviane A. Diouf com “*Servants of Allah: African Muslims Enslaved in the Americas*”; Michael Gomez com “*Exchanging Our Country Marks: The Transformation of African Identities in the Colonial and Antebellum South*”; William S. Pollitzer com “*The Gullah People and their African Heritage*”.

⁵ Neste domínio sobressaem os trabalhos de Eric Williams que, pioneiramente, enfatizou o comércio de escravos como um dos motores da industrialização da Europa, ideia reforçada nos estudos de Darity e Bailey; Paul Gilroy com o “*The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness, e.t.c*”...

⁶ A este respeito, um bom exemplo é a discussão promovida por John Thornton com “*I Am the subject of the King of Congo*”: *African Political Ideology and the Haitian Revolution*,” in *Journal of World History*, 4:2 (1993): 181-213.

brasileiros, no contexto Atlântico, recuperou debates desenvolvidos por Paul Gilroy no tangente à participação dos africanos no processo de formação e transformação da cultura atlântica⁷.

DINÂMICAS POPULACIONAIS NO ATLÂNTICO MÉDIO

É importante realçar que quando, nos meados do século XV, europeus e africanos se estabeleceram no arquipélago de Cabo Verde, uns e outros já tinham um significativo arcabouço de conhecimento e experiências vividas tanto em práticas escravistas quanto em experiências diaspóricas, resultantes de intensas dinâmicas populacionais intra e intercontinentais.

Estudos sobre a África levados a cabo por pesquisadores como Ki-Zerbo (1972), M'Bokolo (2009) ou ainda dados constantes nos anais da História da África, de um modo geral, dão conta de fluxos de povos e culturas em África que evidenciam que, de fato, estes povos já tinham uma vasta experiência de diasporização quer em encontros com povos árabes e quer com povos asiáticos, em particular os chineses no Índico. O mesmo se pode dizer no tangente a práticas escravistas, a partir do que vem expresso em estudos realizados por autores como os atrás referenciados e outros que tiveram a África como objeto de estudo (Davidson (1981); Diop (1987); Tinhoão (1998); Iliefe (1999); Fage (2010); Hawthorne (2010); Green (2012), etc).

Se na costa e no interior do continente o encontro de povos adensava os intercâmbios culturais, no Atlântico Médio, entre os limites do cabo verde, no Senegal, e, na outra margem, no Arquipélago de Cabo Verde, na primeira metade do séc. XV, o silêncio e o enigma em torno de fluxos populacionais imperam. De modo que, eventuais intercâmbios de povos neste período, nesta região, estão ainda no limbo da história. Daí não se saber ao certo se, à chegada ao arquipélago, os portugueses encontraram ou não grupos humanos já estabelecidos, como apregoam, ou se o arquipélago já era do conhecimento de outros povos.

Certo é que os portugueses sempre reivindicaram o mérito de terem sido os primeiros a aportarem as ilhas de Cabo Verde, mesmo confrontados com indícios que sugerem que, quando chegaram, as ilhas já tinham sido visitadas por povos do interior do continente africano e, possivelmente, viajantes gregos e geógrafos árabes.

Estudos realizados por Cortesão (1931), Barcellos (1899, 1904, 1911, 1912), Almada (1994), André Donelha (1997) e outros estudiosos deixam a entender que, apesar de alguma

⁷ Ver, deste autor, o “*The English Professors of Brazil: On the diasporic roots of the Yoruba nation, “Comparative Studies in Society and History*, Harvard University, 1999, 72-103.

inconsistência dos dados por eles fornecidos, pode haver fundamentos para se afirmar que as ilhas tinham sido visitadas por alguns cartógrafos, já nos inícios do século XV.

Se no tangente a dinâmicas populacionais em Cabo Verde existe uma nebulosidade que impede posicionamentos firmes em relação a presenças humanas no arquipélago, fato inquestionável é a intensa circulação de povos entre a costa de África - a partir da região da Senegâmbia⁸ — e a Península Ibérica — entre a costa e Portugal, em particular. Tais dinâmicas estão bem evidenciadas em estudos realizados por Tinhorão (1998), Green (2012), Hawthorne (2010) e em relatos de viagens de navegadores portugueses e genoveses como Alvise da Cadamosto, Antonio da Noli e Diogo Afonso.

Tinhorão (1998), ao debruçar-se sobre as raízes da música brasileira, dá conta de uma dinâmica cultural que começa a emergir ainda antes do final da primeira metade do século XV, quando se intensificam fluxos de homens e mulheres entre a Península Ibérica e a Senegâmbia. Green (2012), num estudo que recobre o período de 1330 a 1589, revela os meandros do tráfico no atlântico, dando ênfase ao papel que as regiões da Alta Guiné e Cabo Verde tiveram na afirmação do tráfico atlântico de escravos e para o desabrochar de culturas e identidades forjadas em intensas peijas na diáspora. Hawthorne (2010), ao debruçar sobre processos em maturação na região da Alta Guiné, atual Guiné Bissau, busca estabelecer conexões entre esta região e o Maranhão, colaborando para uma melhor compreensão de processos desenvolvidos na diáspora, nomeadamente, as influências de grupos sociais deslocados desta região da África para as Américas no período que se estende de 1750 a 1830.

No entanto, este quadro de relações muda completamente de figura a partir da segunda metade do século XV, momento em que Cabo Verde entra em cena, sendo transformado em arena de enfrentamentos entre grupos sociais⁹ oriundos de distintas paragens, quando os processos relacionais relativos aos fenômenos da diáspora e escravização dos homens negros assumem contornos de uma descomunal brutalidade, sendo colocados em outras bases — predatórias e devastadoras de culturas africanas —, como explicitam estudos realizados por africanistas de várias paragens.

⁸ Região hoje integrada por países como Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Guiné Bissau.

⁹ Sobre os embates culturais despoletados neste período entre os diversos grupos sociais em presença, de um lado brancos — portugueses do continente e das ilhas da Madeira e dos Açores, genoveses, castelhanos — e, de outro lado, negros — Fulas, Mandingas, Bijagos, Banhuns, Manjacos, Pepeis, Balantas etc —, no decorrer da pesquisa serão desenvolvidos debates sobre os mais diversos processos subjacentes aos enfrentamentos que estão sendo enunciados no projecto (formação da sociedade e cultura cabo-verdianas; o despoletar do tráfico atlântico de escravizados; o dealbar da diáspora negra no período moderno, etc).

Tais estudos, ontem e hoje, desenvolvem análises que apontam caminhos para o entendimento de que existe uma diferença abissal entre práticas escravistas experimentadas por povos africanos — antes dos enfrentamentos entre brancos e negros, no arquipélago de Cabo Verde — e as práticas de escravização perpetradas pelos europeus, doravante com o deslocamento do campo de batalhas da costa para as ilhas e, um pouco mais tarde, para as Américas. Os europeus, em nome da fé e da civilização, começaram a pôr em prática a “arte” da desumanização do homem africano, que vigorou por mais de quatro séculos, com efeitos catastróficos para a África e para os seus habitantes¹⁰. Adensa, a partir deste período, a negação aos povos africanos — enredados em processos migratórios deflagrados no Atlântico — a possibilidade de uma participação irrestrita¹¹ na construção de um destino comum.

Ki-Zerbo (1972), com uma profusão de exemplos referentes ao *modus operandi* do homem branco, é bastante clarividente ao analisar às desajustadas relações sociais postas em prática neste período, denunciando, por um lado, os subterfúgios a que os europeus faziam recurso para conseguir os seus intentos.

Os métodos de ação eram muito simples. Propaganda psicológica, que faz crer aos Negros, por uma demonstração de forças ou de faustos, que se é o primeiro país da Europa, ou que desviam os outros negreiros das zonas da costa particularmente interessantes, contando fábulas terríveis a seu respeito. Havia também as viagens pagas à Europa. Foi assim que, depois de fazer chegar ao Rei de Ardres um saiote de cetim e chinelas escarlates, o Sieur Delbée organizou a viagem do seu embaixador Mateus Lopes até Paris. Foi recebido nas tulierias, onde Delbée leu em seu nome uma saudação a Luís XIV, na qual ele dava à França o monopólio das terras, dos portos e do comércio. Cumulado de atenções em Ramboulet, foi transportado num cortejo de sete coches para

¹⁰ Ki-Zerbo e M'Bokolo reúnem em obras atrás referenciadas vários exemplos que alavancam a ideia de que, efetivamente, as experiências escravistas praticadas por árabes e europeus em África situam-se em bases diferentes. Cf. Ki-Zerbo, (1972., p.p. 130,131; M'Bokolo, (2009., p. 226). Pesquisas mais recentes reforçam esta constatação, particularmente as desenvolvidas no Brasil, cujos historiadores produziram estudos que dão conta de enfrentamentos culturais entre os homens brancos e os homens negros - iniciados no arquipélago de Cabo Verde, que se espalharam pelas Américas. Entre estes estão estudos desenvolvidos por autores como Fragoso, Bicalho, Sohiet, Gouveia, etc, que - a partir do estudo de processos políticos como o estudo das elites - chegam a esses processos relacionais que põem frente a frente brancos e negros; ou Reis, Parés, Carvalho, Hernandez, etc, que enfatizando dimensões religiosas, políticas ou culturais destes procedimentos relacionais, também chegam aos tais enfrentamentos brancos versus negros, cujos inícios tiveram Cabo Verde como arena (Ki-Zerbo, Joseph, 1972; Mark, P., 1985; Barry, B., 1988; Tinhorão, 1998; Soares, 2005, 2006, 2007; Fragoso et al., 2001; Hernandez, 2002; Gouveia et al., 2004; Soheit et al., 2005; Heinz, 2006; Parés, 2006; Reis, 1986, 2008; M'Bokolo, E., 2009; Green, T., 2009, 2012).

¹¹ Participação irrestrita entendida, na perspectiva de Raymond Williams, por capacidade de decidir, com responsabilidade ativa e mútua colaboração, tendo por base uma igualdade social completa. (2002, p. 16).

assistir a um concerto de oboé e foi-lhe então oferecido (sem dúvida para lhe matar saudades) um divertimento com macacos. Foi acompanhado de volta à luz dos archotes... Quando a diplomacia não surtia, decidiam as armas. Foi assim que os Holandeses disputaram aos Portugueses os portos do Congo e de Angola e bombardearam as aldeias que ousavam comerciar com os Franceses na costa do Senegal (KI-ZERBO, idem, p. 269).

E, por outro lado, reconstruindo, com base em relatos de viajantes europeus, o tenebroso contexto que se estava a forjar a partir de então, em que se explicitam as estratégias de desumanização do africano.

Tais estratégias ganham evidências em um conjunto de circunstâncias. Por exemplo, as embarcações onde os negros eram colocados:

(...)Os navios que ostentam nomes-programas (...) estão munidos de um equipamento especial de ferros, de fixações, de correntes, de cobertas e de falsas cobertas para dominar e armazenar a carga humana com a menor perda de espaço possível; (KI-ZERBO, 1972., p. 270).

Outro exemplo é o tratamento a que o negro tinha que se sujeitar:

(...) Tudo se encontra minuciosamente previsto: as orações da manhã e da tarde, o preço dos pretos (...) Não se deve também esquecer de fazer os negros gargarejarem com sumo de limão ou com vinagre para evitar escorbuto, de esfregar as pequenas chagas com pedra de vitriolo (...) Os escravos (...) eram apinhados numa espécie de armazéns infectos: os barracões. (...) Estão de tal maneira comprimidos que nadam literalmente num lodaçal de sangue, de vômitos e de dejetos de toda a espécie (KI-ZERBO, 1972, p. 275);

Considere-se ainda a resposta, sempre contundente, a qualquer tentativa de resistência, como testemunha a passagem abaixo:

(...) Apesar de tudo, são muito frequentes as revoltas. São linchados membros da tripulação. Mas estas revoltas são afogadas em sangue, por vezes com rajadas de metralha. Os cabecilhas são executados ou afogados, ou ainda chicoteados até ao sangue em presença de todos (KI-ZERBO, 1972, p. 276).

Com isto, à chegada aos destinos, os africanos se viam arredados da história,

(...) despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio

negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O Ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua (GLISSANT, 2005, p. 19).

Assim foi se forjando, na modernidade, a diáspora africana que, inegavelmente, teve o arquipélago de Cabo Verde como pátria *mater*, nos primórdios dos descobrimentos portugueses.

Situado no entroncamento de três continentes — África, Europa e América —, banhado, em toda sua extensão, por esse enigmático Atlântico, fustigado pelos ventos secos que sopram do Saara, enformado por rochas e montanhas, com suas praias e cidades-porto, o Arquipélago de Cabo Verde transformou-se na incubadora do Atlântico Negro, com o deslocamento de rotas do Mediterrâneo em direção ao emergente Mundo Ocidental. Ao mesmo tempo em que ajudava a criar o Mundo Ocidental, acolhia e alimentava as raízes da diáspora negra.

Na contramão de experiências anteriores, vivenciadas nas ilhas mais a norte como Açores e Madeira, em região de clima temperado, em Cabo Verde os portugueses, por dificuldades de adaptação ao clima e por não encontrarem o tão almejado El-dorado — que povos europeus vinham procurando há vários séculos, El-dorado este que alimentou sonhos, mas também motivou guerras fratricidas entre povos europeus, levou ao perecimento de milhares de homens que se engajaram e embarcaram no projeto atlântico — não puderam levar à diante o projeto de gestão similar ao que tinham implementado nas ilhas do atlântico sob sua tutela.

Nessas regiões, particularmente na ilha da Madeira, Portugal pôde desenvolver o seu projeto de ocupação só com reinóis. D. João I deu início ao povoamento com a produção de um documento orientador, que definia os procedimentos como as terras deviam ser distribuídas, como aproveitar as águas, que deveriam pertencer a todos, etc.¹² O infante D. Henrique, responsável pela implementação do projeto português, mandou entregar aos povoadores, acompanhados de suas famílias e pessoas por eles recrutadas, cepas de videira, oriundas da ilha de Creta, que dariam origem ao trigo para plantarem e, provavelmente, mais tarde, canas-de-açúcar, levadas da ilha da Sicília. Os escudeiros da Casa do Infante foram com a função de cuidar dos seus territórios em nome do Infante, o senhor das novas ilhas, tendo sido assim, inicialmente, capitães do Donatário, que era o mesmo Infante (VIEIRA, 2001, p. 19-20).

Se na Madeira as condições ambientais se configuraram como fator favorável à concretude do projeto português - com a fixação de homens e espécies de clima temperado -, em Cabo Verde as diferenças climáticas exigiram exercícios a que homens e espécies de clima

¹² Para informações mais pormenorizadas sobre a história da Madeira ver Vieira, Alberto (coord.), História e Autonomia da Madeira, Madeira: 1ª ED., SRE, 2001.

temperado não estavam talhados, obstando a reprodução de práticas outrora implementadas por Portugal em outras regiões.

Entretanto, a sua localização estratégica possibilitou-lhe atuar, no dealbar dos descobrimentos portugueses em meados do século XV, como importante ponto de encontro de povos e culturas de diferentes latitudes, configurando-se em nó de ligação entre Europa, Áfricas e Américas, transformando-se em laboratório de experimentos vários, servindo de ponto de passagens entre o Velho e o Novo Mundo, entre os Atlânticos norte e sul, entre a costa ocidental da África, Nova Inglaterra, Caribe e Brasil, mesclando fronteiras e fundindo tradições.

Os hibridismos promovidos por Portugal, para desenvolver o seu projeto, que estão na base da diáspora negra, têm inícios por volta de 1462, quando os primeiros grupos humanos chegaram ao arquipélago, vindos da Europa — portugueses, açorianos, madeirenses, genoveses e castelhanos — e da costa ocidental da África, particularmente da região da Senegâmbia, constituindo os africanos desta região o maior contingente humano a participar no processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde.

Este processo deu origem à fundação do primeiro núcleo populacional em Santiago, ilha de maior dimensão, cuja conjugação de fatores ambientais, a topografia e a diversidade de microclimas, favoreceu a fixação do homem.

Inicialmente, como atrás referenciamos, a política de povoamento projetada pelos portugueses preconizava a fixação de populações brancas nas ilhas, tal como sucedera nas suas possessões do Atlântico, Açores e Madeira. Entretanto, a insalubridade climática, a distância que separava o arquipélago do Reino e a baixa densidade demográfica que se registrava em Portugal inviabilizaram a fixação de um contingente maior de europeus em Cabo Verde, obrigando Portugal a um redimensionamento da sua política para Cabo Verde, fazendo deste uma âncora à navegação tanto nas descobertas como no comércio com a costa africana, bastando, para isso, assegurar o povoamento de uma ou outra ilha, resultando na ocupação das ilhas de Santiago e Fogo, na segunda metade do século XV.

O povoamento do arquipélago de Cabo Verde arrastou-se por um período de mais de quatro séculos e ainda na fase final do século XVIII algumas ilhas, nomeadamente as do Sal, S. Vicente e Santa Luzia eram consideradas desertas. Esta morosidade explica-se, por um lado, pela aridez de algumas ilhas, pela inexistência de grandes portos naturais e, por outro lado, por não haver, por parte da coroa portuguesa, um efetivo interesse em fazer grandes investimentos em Cabo Verde, como deixa entender a carta régia de 1472 (CARREIRA, 1983, p. 37).

Sintomático desse desinteresse é a revogação da decisão de conceder incentivos àqueles que aceitassem integrar o projeto de povoamento das ilhas, como explicita a carta régia de 1466. Falhada a tentativa de povoamento só com reinóis, Portugal virou-se para homens negros do continente africano, com forte presença de Jalofof, Balantas, Papéis, Bijagós, Felupes, que deram início ao processo de formação da diáspora negra, engendrada a partir de articulações derivadas do encontro de vários grupos étnico-culturais.

Deste processo, cavado em intensas disputas de culturas – das quais emergem indícios de subjugação e dominação do negro pelo branco, mas também a vitalidade de culturas africanas, que resistiram a situações adversas, perenizando suas Áfricas – brotam as raízes da diáspora negra, propulsoras de novas culturas, diferenciadas em suas múltiplas dimensões: das práticas alimentares às de saúde, da religião aos postulados éticos, estéticos e filosóficos.

Apesar de “despojados de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana” (GLISSANT, 2005, p. 19), e em circunstâncias extremamente adversas, os grupos socioculturais desterrados da África reconstituíram, a partir dos pensamentos do rastro/resíduo¹³, línguas e manifestações artísticas que lhes permitiram redefinir campos de atuação e reinventarem formas de participação em realidades coloniais, viabilizando-lhes a preservação de matrizes de suas culturas como evidenciam práticas que enformam culturas africanas na diáspora. Mesmo face a tenazes exercícios de censuras, em que os colonizadores buscavam restringir os direitos culturais à mera possibilidade de informar-se, instruir-se ou expressar-se a partir de lugares sociais implicitamente postulados como fixos, ou de compartilhar um conjunto bem delimitado e universal de direitos,¹⁴ como suposto em realidades coloniais, emergiram diferentes manifestações culturais dos negros. Pela condição de escravizados, com costumes devastados, diferentes agentes conseguem incluir — mesmo que subterraneamente —, “o direito de constituir e reordenar diferenças, identidades e identificações: o direito a mudar, a rejeitar ou a reinventar tradições” (ARANTES, 2000, p. 132).

Cabo Verde é um bom exemplo de como esses grupos socioculturais conseguiram construir e demarcar seus espaços. Paradigmático é o caso da Tabanca, manifestação de cunho religioso que incorpora elementos culturais de diversas etnias. A Tabanca inclui, nas suas festividades, desfiles, rufar de tambores e tocar de cornetas, em festas de rua, estimulando a

¹³ O pensamento do rastro/resíduo, conforme Glissant, parece constituir uma dimensão nova daquilo que é necessário opormos, na situação atual do mundo, ao que chamo de pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento (...). O pensamento do rastro/resíduo é aquele que se aplica, em nossos dias, da forma mais válida, à falsa universalidade dos pensamentos de sistema (2005., p. 20).

¹⁴ ARANTES, António, Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 131.

aglomeração de multidões¹⁵, onde, segundo Félix Monteiro, as religiões africanas e católicas encontram-se num emaranhado sincretismo (MONTEIRO, 1958, p. 9-12). Além do seu carácter religioso, ela encerra, ainda, uma vertente profana — satirizando a realidade social — e filantrópica, funcionando como suporte aos associados em caso de doença ou de morte, na construção de casas e auxílio nos trabalhos de agricultura. Comporta ainda uma vertente sincrética que se manifesta pela transculturação de algumas divindades africanas a santos católicos — como São João, Santo Antônio etc. —, pela interpenetração de práticas religiosas católicas, como missas, procissões, ladainhas com certas práticas mágicas de ancestrais matrizes africanas.

As matrizes africanas nas comunidades diaspóricas evidenciam-se em todas as dimensões da vida. No caso de Cabo Verde, tais matrizes não ficam adstritas à Tabanca. Estendem-se a outras práticas culturais, nomeadamente:

- o batuque, ritual de celebração de casamentos, batismos e algumas festas religiosas, casos de Santo Antônio na ilha de Santiago, onde as mulheres sentam-se em círculo — no terreiro —, tendo uma ou duas pessoas no meio do círculo que ao som produzido pelo contato das mãos com a almofada, que se prende entre as coxas, compassado com o canto, vão balanceando as ancas. Começa num ritmo lento, aumentando vertiginosamente, provocando explosões de alegria. Normalmente tem uma puxadeira do canto que é coadjuvada pelo restante das mulheres que respondem em coro ao canto da puxadeira;

- práticas mágico-encantatórias do mundo;

- o cola-Sanjon, dança popular de grupo que se organiza no campo ao som de tambores e apitos, enquanto no interior das igrejas se celebra a missa de São João ou Santo Antônio”¹⁶.

Estas práticas — o batuque, a tabanca, o cola-sandjon etc — em Cabo Verde desnudam processos de filtração de culturas que dariam origem à diáspora negra, em que se tem uma simbiose de elementos culturais dos vários grupos sociais provenientes da costa africana e grupos sociais vindos de diferentes partes da Europa.

Dos exercícios coloniais, iniciados por Portugal em Cabo Verde e posteriormente experimentados por outros agentes em outras paragens, resultaram tensões culturais partilhadas por grupos socioculturais, que forjaram valores em sintonia com os contextos onde produziram e vivenciaram suas histórias e memórias: memórias “da persistência quase incurável da ferida

¹⁵ Para detalhes mais aprofundados sobre a Tabanca, ver Semedo e Turano, Cabo Verde: o ciclo ritual das festividades da Tabanca, Praia: Spleen edições, (sd.). Ver ainda Tavares, António em “O corpo nas danças de Cabo Verde”. *In dá fala*, Revista Cultural, nº 3, Praia, ago-out de 2005.

¹⁶ Grifo nosso. Andrade, Elisa, *As ilhas de Cabo Verde: da Descoberta à independência nacional (1460-1975)*, Paris: L’ Harmatan, 1996, p. 52.

colonial; memórias sem arquivo” (MIGNOLO, 2003, p. 198), ancoradas em corpos negros e narradas em blues, jazz e salsas; rumbas cubanas e congolezas; mambo, tango, samba.¹⁷

E em outros ritmos em trânsitos atlânticos, que recriaram Áfricas na diáspora, enquanto, em dinâmicas locais, multiplicaram línguas, tons e sons, mitigando dores de ontem e de hoje em migrações de cabo-verdianos no mundo global. Desde tempos imemoriais, o Arquipélago de Cabo Verde canaliza ventos do Sahara em direção ao Atlântico Sul. Carregadas de nutrientes africanos, essas massas de ar quente e húmido deságuam na Amazônia, com as chuvas de inverno fecundando matas brasileiras e alimentando povos e culturas que para lá convergiram. De saberes e heranças de toda ordem e grandeza, cultivados e armazenados por muitas gerações de habitantes destas florestas, mercadores europeus trazidos pelas “descobertas” extraíram drogas, látex, óleos, essências, madeiras, movimentando circuitos comerciais e culturais, sistemas industriais e financeiros, guerras e edificações que impulsionam a civilização ocidental cristã (ANTONACCI, 2009, p. IV).

Em síntese, podemos afirmar que concomitantemente à firmação dos alicerces da modernidade europeia, nas margens atlânticas, no arquipélago de Cabo Verde firmavam-se as raízes da diáspora africana. Cabo Verde desempenhou papel significativo no processo de diáspora da África ao servir de “*zona de contactos*, ‘espaço de encontros coloniais, onde pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1999, p. 31)¹⁸.

Transformado em centro de adestramento e ambientação forçada de homens, plantas e animais recondicionados; técnicas de tratamento e de cultivo extraídas de africanos e transplantadas ao Novo Mundo, as ilhas de Cabo Verde contribuíram significativamente para o ato criatório da diáspora negra. Pois, pelas ilhas “tramitaram indícios primórdios de fronteiras simbólicas de poderes, confundindo ‘o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético (...), fixando esse significante [negro] fora da história, da mudança e da intervenção política” (ANTONACCI, 2009, p. IV).

¹⁷*Congo to Cuba*, New York, Putumayo World Music, 2002; *Les blues est né en Afrique* e *De Dakar a Cuba on danse la Rumba*. Frochet Music, cantos 2005; *Telling stories to the sea/Adventures in AFROPEA*, New York, Warner Bros, 1995.

¹⁸Expressão cunhada para dar conta de “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos, ora praticados em todo o mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma radiografia à historiografia africana, como a que atrás fizemos, desvela um vácuo que precisa ser preenchido no fazer-se/refazer-se da história da diáspora negra. Adentrando esse vácuo, surpreendemos rastros de processos marcantes de histórias cruzadas de povos europeus e africanos, que pautaram enfrentamentos entre grupos sociais iniciados no arquipélago de Cabo Verde, perenizados em outras paragens. Entretanto, sobre esses enfrentamentos, nos anais da historiografia, imperam o silêncio e o descaso para com os grupos sociais que travaram fortes lutas no arquipélago de Cabo Verde. Esses silenciamento e descaso têm pautado a produção historiográfica relativa ao período iniciático da formação da diáspora africana na modernidade, e isso ajuda a explicar, de alguma forma, por que momentos marcantes dessa historicidade tenham talvez passado despercebidos a muitos estudiosos.

Nesta digressão pela historiografia que versa sobre a diáspora africana buscamos recuperar dimensões deste passado enfatizando os momentos que marcaram profundamente a construção do mundo ocidental. O resgate destas memórias põe em evidência o importante papel que o arquipélago de Cabo Verde desempenhou no processo de formação da diáspora africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, André Alvares de. (1994). *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

ANTONACCI, Maria Antonieta. (2009). Prefácio, in Moniz, Elias, *Africanidades versus europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ARANTES, António. (2000). *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*, São Paulo: Imprensa Oficial.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. (1912). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa, História e Memórias de A.P.C., Ciências Morais, Políticas e Belas Artes, 1899 (Vol.I 1899; vol. II 1902; vol. III 1906; vol. IV 1910; vol. V 1911; vol.VI 1912; vol. VII.

BASTIDE, Roger. (1978). *The African Religions of Brazil*, trad. Helen Sebba. Baltimore: John Hopkins Press.

BECKWITH, Martha. (1929). *Black Roadways: a study of Jamaican folk life*. Chapel Hill: University of North Caroline Press.

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. (1946). *La población Negra de México. Estudio Etnohistórico*. México, Ediciones Fuentes Cultural.

- CARNEIRO, Edison. (1986). *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Ed.
- CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: ICL.
- CORTESÃO, Armando Zuzarte. (1931). Subsídios para a História do descobrimento da Guiné e Cabo Verde. Lisboa, Boletim da A.G.C. ano 7º nº 76.
- CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a Census*. (1969). Madison: University of Wisconsin Press.
- _____. (1990). *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. New York: Cambridge University Press.
- DAVIDSON, Basil. (1981). À descoberta do passado de África. Lisboa, Sá da Costa Editora.
- DEREN, Maya. (1970). *Divine Horsemen the living Gods of Haiti*. New York. McPherson & Co.
- DIOP, Cheikh Anta. (1987). *Precolonial Black Africa: a comparative study of the political and social systems of Europe and Black Africa, from antiquity to the formation of Modern States*. Westport, Connecticut, Lawrence Hill and Company.
- DONELHA, André. (1997). *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- DU BOIS, W.E.B. (1935). *Será que o negro precisa de escolas separadas?* The Journal of Negro Education, 4, 328-335.
- ELTIS, David et al (1999), *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-Rom Set and Guidebook* (New York: Cambridge University Press, 1999).
- FAGE, John. (2010). *História da África*. Lisboa, Edições 70.
- GILROY, Paul. (2001). *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GLISSANT, Eduard. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*, Juiz de Fora: Editora UFJF.
- GOMEZ, Michael. (1998). *Exchanging our country marks: the transformation of african identities in the colonial and antebellum south*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- GREEN, Toby. (2009). *Building Creole identity in the African Atlantic. Boundaries of Race and Religion in 17th-Century Cabo Verde. History in Africa*. 36, 103-125.
- HALL, Stuart. (2003). *Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*. In. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
- HAWTHORNE, Walter. (2010). *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- HERSKOVITS, Melville. (1937). *Life in a Haitian Valley*. New York.
- ILIEFE, John. (1999). *Os africanos: história de um continente*. Lisboa, Ed. Terramar.
- KI-ZERBO, Joseph. (1972). *História da África Negra I*. Paris, Haitier.
- LOVEJOY, Paul (1983). *Transformações na escravidão. A história da escravidão na África*. Cambridge.

- M'BOKOLO, Elikia. (2009). *África Negra: história e civilizações*. Salvador, EDUFBA/Casa das Áfricas.
- MATORY, J. Lorand. (1999). "The English Professors of Brazil: On the diasporic roots of the Yoruba nation," *Comparative Studies in Society and History*, Harvard University, 72-103.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias locais/projectos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MONTEIRO, Felix. "Bandeiras da ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se. In *Clareza*, nº 8, 1958.
- ORTIZ, Fernando. (1973). *Los Negros Brujos: La Hampa Afro-Cubano*. Miami: Ediciones Universal.
- PRATT, Mary Louise. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC.
- PRICE-MARS, Jean. (1938). "*Ainsi Parle l'Oncle*". Port-au-Prince: Imprimerie de Compiègne.
- QUERINO, Manuel. (1988). *Costumes africanos no Brasil*. Recife: Editora Massangano, 2ª Ed.
- RAMOS, Arthur. (1940). *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: 2ª Ed.
- RODRIGUES, Nina. (1945). *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 3ª Ed.
- TINHORÃO, José Ramos. (2007). *O Rasga: uma dança negro-portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho.
- TURNER, Lorenzo. (1973). "*Africanisms in the Gullah Dialect*". Chicago: University of Chicago Press.
- VIEIRA, Alberto (coord.), *História e Autonomia da Madeira*, Madeira: 1ª ED., SRE, 2001.
- WOODSON, Carter. (1945). "*The Negro in our history*". Washington DC: The Associated Press, 8ª Ed.

Elias Alfama Vaz Moniz

Doutor em História Social, presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos Para o Desenvolvimento (Iped).

Artigo de tema livre

A política de combate à violência nos estádios de futebol: panorama e os impactos em três capitais brasileiras¹

The policy to combat violence in football stadiums: panorama and the impacts in three Brazilian capitals

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

PAULO RODRIGUES GAJANIGO

RESUMO:

O artigo apresenta resultado da pesquisa realizada em 2011 e 2012 sobre violência nos estádios de futebol, em três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre). Analisa-se os dados e, considerando as observações em campo, busca-se oferecer uma primeira avaliação sobre o fenômeno da violência nos estádios no período de aplicação de medidas importantes como a instalação dos Juizados Especiais Criminais e atualização do Estatuto do Torcedor. Conclui-se que a violência em estádios está sofrendo uma mudança de perfil, concentrando-se em grandes tumultos e reduzindo o aparecimento de pequenos episódios violentos.

Palavras-chave: Futebol; Violência; Política pública; Torcidas; Polícia.

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa realizada em 2011-2012 pela Fundação Getúlio Vargas sobre o futebol brasileiro. A pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura do futebol nacional como um todo. Coube aos autores deste artigo pesquisar e analisar a relação do futebol com a violência nos estádios em dias de jogos.

ABSTRACT:

This paper presents results of a research conducted in 2011 and 2012 on violence in football stadiums, in three Brazilian cities (Rio de Janeiro, Recife and Porto Alegre). We seek to provide a first assessment of the phenomenon of violence in stadiums during the period application of important measures such as the installation of the Special Criminal Courts and the “Estatuto do Torcedor” update. It is concluded that violence in stadiums is undergoing a change of profile, concentrating on major riots and reducing the appearance of small violent episodes.

Keywords: Violence; Football; Public policy; Supporters; Police.

INTRODUÇÃO

A realização da Copa do Mundo da Fifa no Brasil significou um conjunto de mudanças nas estruturas e práticas no futebol profissional brasileiro. Em sua larga maioria, tratou-se de mudanças que ocorreram sem a devida reflexão da sociedade e sem a avaliação dos resultados das políticas anteriormente aplicadas. Um dos temas mais importantes é o da violência relacionada ao futebol. Algumas das práticas e políticas de segurança apresentadas para a Copa do Mundo da Fifa permaneceram após o evento, principalmente por meio das novas arenas construídas, como a presença dos *stewards*². Outras significaram a generalização de medidas já aplicadas, como a presença dos Juizados Especiais nos estádios.

Até agora, não há, de fato, estudos empíricos sobre os resultados dessas políticas. É contrastante a quantidade de opiniões e teorias sobre a violência no futebol brasileiro com a escassez de estudos sobre o tema. Como exemplo da dinâmica estabelecida nessa temática, vale lembrar a oscilação sobre a proibição ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Quando da proibição, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a justificou alegando estudos de que o consumo de bebidas geraria violência. No entanto, nenhum estudo de fato é levantado. Com a liberação da venda durante a Copa, também nenhum estudo fundamentou essa alteração.

É sobre esse vácuo que apresentamos o estudo abaixo. Realizado com dados entre os anos de 2007 e 2011, o estudo buscou analisar os impactos das políticas públicas voltadas para o combate à violência nos estádios de futebol. Esse período foi marcado por algumas iniciativas do poder público e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Entre essas iniciativas estão a

² Os *stewards*, ou comissários, são agentes treinados para atender ao público em dias de jogos, evitando o confronto direto com as autoridades policiais. Os comissários atuam como mediadores de conflitos e auxiliam na organização dos espectadores dentro dos estádios.

assinatura do Protocolo de Intenções entre a CBF e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), em 31 de agosto de 2007, e a Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, alterando o Estatuto do Torcedor.

Um estudo sobre a violência nos estádios enfrenta dificuldades robustas. Para além da ausência de estudos anteriores, há problemas em identificar quando o episódio de violência ocorre relacionado ao futebol (antes da generalização dos juizados especiais, muitos dos episódios eram registrados em delegacias que não separam o local de ocorrência nem indicam se ela está relacionada ao jogo). Há outra questão mais ampla, que se refere às próprias características da violência no futebol, como indica a estudiosa Heloísa Reis: “(...) As raízes da violência relacionada ao futebol estão na sociedade brasileira. A formação de indivíduos apáticos ou agressivos e violentos ocorre a partir de sua sociabilidade primária.” (REIS, 2006, p. 15).

Pode-se pensar a violência no esporte e nos estádios de futebol como resultado de múltiplos fatores, pois além das causas estruturais, como desigualdade e injustiça sociais, há outros fatores que agindo conjuntamente colaboram para o aumento da violência nos estádios, tais como: existência de grupos fanáticos; decisões de árbitros; declarações de jogadores, treinadores e dirigentes; notícias esportivas; infraestrutura inadequada dos estádios de futebol; falta de controle policial; falta de preparo dos agentes de segurança pública no tratamento ao torcedor etc.³.

A aparente redução nos índices de violência nos estádios de futebol, que este estudo avaliou, foi analisada considerando os possíveis fatores que estiveram em cena nesse último período (2007-2011). Como será demonstrado, são várias as medidas que foram implantadas em conjunto com as instituições públicas responsáveis pela segurança, entidades esportivas e torcidas organizadas.

Esta pesquisa possui três eixos principais: (1) a sistematização dos estudos internacionais já realizados sobre violência nos estádios de futebol – basicamente aqueles que se iniciaram no final da década de 80, com a explosão do hooliganismo até a atualidade; (2) a composição do quadro recente de ações e políticas públicas no Brasil que objetivaram a redução da violência nos estádios; e (3) o levantamento e análise dos índices de violência nos estádios em três grandes capitais do país.

Para o primeiro eixo, foi feito um levantamento bibliográfico focando particularmente o

³ Dos estudiosos que trabalham o tema da violência no esporte e em especial nos jogos de futebol destacam-se Heloísa Helena Baldy dos Reis (2003; 2006), Maurício Murad (2007) e Carlos Alberto Márcio Pimenta (1997; 2004).

fenômeno do hooliganismo, que foi o centro de gravidade dos trabalhos mais completos sobre violência no futebol. No segundo eixo, levantou-se o conjunto das normas, leis, ações de âmbito nacional, regional e local, como iniciativas particulares em certos estádios. Em alguns casos, foi realizada observação *in loco* nos estádios em dias de jogo. Já no terceiro eixo, referente às pesquisas de campo e à coleta de dados, algumas mudanças foram necessárias devido à insuficiência dados. Partiu-se para um levantamento nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e constatou-se que em sua grande maioria — principalmente nos estados do Norte e Nordeste do Brasil — os dados disponíveis para pesquisa são dos anos de 2003 até 2005 e já estavam incorporados no Mapa Crime de 2004-2005 da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Além disso, as Secretarias Estaduais não fazem a discriminação de ocorrências em estádios de futebol em dias de jogos e de ocorrências em geral nos dias sem jogos.

O que a pesquisa levantou foi que os únicos órgãos que fazem um levantamento mais sistemático das ocorrências policiais envolvendo ações violentas em dias de jogos são os Juizados Especiais Criminais (Jecrim), instalados nos estádios de futebol nos dias de jogos. Constatou-se, à época, que nem todos os estados do Brasil possuíam Jecrim em seus estádios em dia de jogos e que não havia um órgão similar com a responsabilidade de coletar e arquivar os boletins de ocorrências. Optou-se, então, por uma amostra dos estados da federação com o maior número de torcedores, jogos de futebol, torcidas organizadas, clubes influentes no campeonato nacional e que possuísem Juizados Especiais Criminais em seus estádios em dias de jogos. Assim, foram coletados dados nas seguintes capitais: Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Salvador, por exemplo, apesar de ser uma cidade importante, não possui registros específicos sobre ocorrências nos jogos de futebol — o que acaba por inviabilizar uma pesquisa sobre o tema. Por sua vez, São Paulo tinha uma série muito escassa quando realizamos a pesquisa (2010 e 2011).

As cidades escolhidas pela pesquisa têm em seus principais estádios ações dos Juizados em dias de jogo. Em Recife, havia Juizados do Torcedor. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, havia Jecrim. Optou-se, então, por trabalhar com as ocorrências registradas nesses Juizados. Tanto os Juizados do Torcedor quanto os Jecrim são responsáveis pela quase totalidade das ocorrências registradas num raio de cinco quilômetros dos estádios e que estejam relacionadas com os jogos. Apenas crimes graves, como homicídio, estão fora da atribuição do Juizado. Portanto, consideram-se esses registros um material significativo para comparar a evolução dos índices de violência nos estádios.

Para análise, foram separadas as ocorrências de tipo violento e não violento, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Tipos de ocorrência

Ocorrências de tipo violento	Ocorrências de tipo não violento
Desacato	Crime contra a propriedade intelectual
Provocação de tumulto e conduta inconveniente	Adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo drogas sem autorização
Desobediência	Crime contra a economia popular
Vias de fato	Vender ingressos de eventos esportivos por preço superior ao constante no bilhete
Ocasionar tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito	Crime contra ordem tributária
Resistência	Uso de papéis falsificados
Lesão corporal	Estelionato
Ameaça	Falsear identidade
Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo	
Crime sexual	
Desacato	

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

1. PANORAMA DOS ESTUDOS E DAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

Antes de serem analisadas as políticas e ações públicas de combate à violência nos estádios brasileiros, buscou-se registrar o acúmulo de trabalhos científicos e de políticas em outros países, tendo como destaque o caso paradigmático da Inglaterra.

O termo *hooligan* foi criado no final do século XIX na Inglaterra, mas o hooliganismo será transformado em objeto de estudo e de debate no conjunto da sociedade com os *hooligans* na década de 1960 (MARSH et al 1996, p. 24). Em linhas gerais, o novo fenômeno foi relacionado à deterioração do modo de vida vigente no pós-guerra, de ordem social e progresso econômico. O surgimento da televisão ajudou a chamar atenção e a aumentar a repercussão dos incidentes nos jogos de futebol e nas brigas entre torcidas.

O ano de 1964 é emblemático: surgem confrontos entre grupos organizados que não tinham como fim principal torcer pelo seu time, e sim a própria rivalidade entre torcidas (MARSH et al 1996, p. 25). Esses grupos passaram a usar os dias de jogos para marcar confrontos. Durante a década de 1970, esse novo fenômeno foi intensificado. E episódios

similares ao hooliganismo se espalharam pela Europa, com variações importantes, que foram objeto também de estudos. Não apenas os *hooligans* ingleses se tornaram símbolo e referência da nova violência no futebol, como também os estudos realizados sobre eles marcaram as interpretações sobre o fenômeno da violência nesse esporte.

A corrente mais forte nos estudos do hooliganismo foi a chamada Escola de Leicester. O grupo de pesquisadores sobre o hooliganismo (Sir Norman Chester Center for Football Research) formou-se a partir do incentivo do governo britânico em 1982. A abordagem desse grupo sobre o hooliganismo destaca o impacto do processo civilizatório (termo cunhado pelo sociólogo Norbert Elias, 1993) sobre as classes sociais. Em poucas palavras, o fenômeno em questão seria a expressão de um conflito entre o processo que busca o progressivo controle sobre modos de vida e pulsões violentas, denominado de civilizador, e a resistência das classes com dificuldade em interiorizar tais valores. O esporte, sob o processo civilizatório, passa a ser cada vez mais regado, e a agressividade também é controlada.

Em geral, para os membros dessa escola, o hooliganismo é a expressão dessas classes sociais, e o conflito social colocado através dele é derivado do conflito entre uma cultura machista, de valorização da violência, da força, da sociedade patriarcal e o processo cultural civilizatório iniciado com o fortalecimento da burguesia europeia. Eric Dunning, figura destacada dessa corrente, localiza o hooliganismo no desenvolvimento desigual desse processo civilizatório, marcado pela estrutura de classes (DUNNING 1994, p. 151). Para o autor, o hooliganismo da década de 1960 atraiu os jovens ainda não incorporados ao processo civilizatório. Seu aparecimento coincide com o início da crise do Estado de bem-estar social e da sociedade fordista do pós-guerra, de forte incorporação dos indivíduos à ordem social.

A Escola de Leicester receberá fortes críticas de inúmeros estudiosos. Em geral, criticar-se-á a relação entre a violência e a persistência de uma subcultura machista na classe trabalhadora. Apontar-se-á para outros fatores, como a forma não democrática da relação entre torcidas e clubes, o racismo, o caráter catártico do jogo, entre outros.

Alguns fatores foram articulados com a perspectiva geral da Escola de Leicester. Gerry Finn, por exemplo, argumenta que o futebol possui por si uma cultura que tem afinidade com a violência, por ser um jogo que envolve agressões e ações fortes. Para o autor, há uma cultura, no futebol, de quase violência. Deve-se, portanto, buscar os fatores que detonam a violência (FINN, 1994, p. 105). Destaca o aspecto ritual do jogo. Como ritual, o jogo possibilita aos envolvidos uma experiência social intensa, com períodos de forte envolvimento emocional, vivência extremada do conflito.

Há, no entanto, posições que se opõem claramente ao ponto de partida da Escola de Leicester: a existência de uma subcultura que valoriza a violência. Giulianotti, o mais destacado crítico dessa escola, vê no uso da teoria de Elias uma perspectiva evolucionista equivocada. Ao identificar o processo civilizatório com maior controle das práticas sociais e dos sentimentos, e, no caso do esporte, um controle maior sobre a agressividade e violência, os teóricos de Leicester estariam exagerando sobre o caráter pacificador do processo civilizatório. Onde se devem buscar as fontes da violência no futebol atual? Para esses críticos, dentro do próprio processo civilizatório, ou seja, nas formas como se dão as relações sociais da sociedade contemporânea, e não na resistência e sobrevivência de comportamentos “pré-civilizatórios”.

Giulianotti estudou a violência do futebol na Escócia, onde houve uma transformação significativa de comportamento. De uma postura violenta representada pela invasão do campo no jogo contra a Inglaterra em 1977 (GIULIANOTTI 1994, p. 43), para o prêmio de torcida *Fair Play* dado pela Fifa em 1992, a torcida escocesa passou por uma mudança sensível de comportamento. Giulianotti atribui tal mudança a uma reorientação realizada pela própria torcida para se afastar do comportamento dos *hooligans* ingleses (motivada pela forte rivalidade entre escoceses e ingleses). Ou seja, o caráter violento não estaria vinculado necessariamente à cultura do futebol em si: a origem do comportamento violento deve ser procurada na relação de rivalidades e de discursos dos grupos envolvidos.

Outra crítica feita à Escola de Leicester provém dos estudos de Gary Armstrong e Rosemary Harris (1991). Ao observarem os torcedores do Sheffield, os autores relataram que os *hooligans* não eram exclusivos da classe trabalhadora, portanto, o argumento de que a violência provinha da subcultura dos trabalhadores seria insustentável.

Vejamos agora como a Europa, a partir dos anos de 1980, iniciou um conjunto de medidas, tanto no âmbito governamental como por parte das confederações e clubes de futebol, para conter e diminuir a violência nos estádios, principalmente nos grandes eventos como Eurocopa, Copa do Mundo e *Champions League*.

2. POLÍTICAS CONTRA A VIOLÊNCIA NA EUROPA

Segundo a Resolução do Parlamento Europeu de 11 de julho de 1985, era necessário efetivar um conjunto de medidas voltadas para segurança nos estádios de futebol e combate à violência no esporte. Seria um conjunto de medidas preventivas para eventuais competições de caráter regional e internacional. Caberia a cada país-membro a adoção e a efetivação das seguintes

medidas:

- Fortalecimento da coordenação internacional entre os governos e as autoridades locais, juntamente com as instituições responsáveis pela segurança e os envolvidos com o esporte, como o corpo policial, organizações esportivas, entre outras;
- Sugestão da proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas, como também do uso de bebidas em garrafas ou latas no interior dos estádios;
- Registros de todos os espectadores, bem como o confisco de todo e qualquer tipo de armas ou objetos que possam ser utilizados como armas; assim também o confisco de qualquer tipo de bandeiras que tragam mensagens incentivando a violência;
- Adaptação de todos os estádios às normas europeias e a exclusão das competições internacionais dos estádios que não atenderem essas normas;
- Proibição de todo e qualquer tipo de material inflamável;
- Separação de todas as torcidas com tendências a manifestações de violência;
- Instalação de sistema de controle de áudio e imagem nas diferentes partes dos estádios, incluindo os corredores de circulação;
- Sistema de controle legal de venda de ingressos;
- Quanto à colocação dos torcedores: organização e vigilância do transporte dos torcedores dos clubes visitantes até os estádios e na saída deles; proibição do consumo de bebidas alcoólicas dentro dos transportes;
- Organização de espetáculos e atrações antes e após os jogos, proporcionando um descanso com a finalidade de evitar qualquer tipo de violência que pode acontecer pela ociosidade do espectador (REIS 2006, p. 55).

Em 2003, houve um novo esforço para a contenção dos atos de violência nos eventos esportivos. Instituiu-se uma lista de medidas preventivas, deixando a cada Estado-membro a avaliação de quais medidas sugeridas pelo Conselho da Europa deveriam ser executadas. Segundo o documento, a violência nos eventos esportivos não foi erradicada, principalmente nos jogos de futebol. O documento também aborda a preocupação quanto ao movimento das ações violentas para fora dos estádios, para locais centrais das cidades e outras regiões. O referido documento assume que esse fenômeno da violência não é específico do esporte, mas um fenômeno social e que as medidas que foram adotadas desde 1985 não surtiram os efeitos desejados. A União das Federações Europeias de Futebol (Uefa) também adotou medidas para conter a violência nos eventos esportivos que, em linhas gerais, são próximas às recomendações sugeridas pelo Conselho da Europa.

No Campeonato Europeu de Futebol em 2004, realizado em Portugal, algumas medidas de combate e controle da violência foram tomadas, resultando em um evento com baixo índice de ocorrências violentas. As medidas principais foram: implementação dos embaixadores de fãs, intervenção em áreas problemáticas, treinamento dos policiais e a formação dos *stewards*, com inúmeras campanhas educativas e valorização da cultura do futebol. Outros países da Europa seguiram as recomendações da Uefa e do Conselho da Europa, com um destaque especial para a Espanha, que buscou criar um conjunto de organismos, leis e regras para conter a violência nos estádios em dias de jogos. Esses dispositivos jurídicos buscaram fixar os direitos e deveres dos torcedores, proibindo a incitação violenta sob qualquer situação. Além disso, o governo espanhol assume a responsabilidade quanto à ética desportiva como função do governo. Segundo Reis (2006, pp. 62-82), esse conjunto de medidas tem trazido resultados significativos.

3. LEIS E NORMAS NO BRASIL

Reverberando as iniciativas europeias, o Poder Público brasileiro, desde década de 1990, vem aplicando medidas legais visando combater à violência nos estádios de futebol do país. Problema que se tornou cada vez mais preocupante devido ao aumento dos confrontos violentos entre torcedores, torcidas organizadas e polícia militar. A recorrência de episódios de violência foram afastando também o público, segundo Mauricio Murad (2013). Nas últimas duas décadas o futebol nacional passou a contar com uma média de público presente nos estádios de futebol em dias de jogos cada vez menor, ficando atrás de países como EUA e Austrália.

No intuito de controlar e inibir atitudes violentas nos dias de jogos uma série de medidas foram tomadas, a começar pela Lei Estadual nº 9.470 de 27 de dezembro de 1996. Esta lei foi motivada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo mediante a preocupação com a intensidade dos conflitos envolvendo torcedores de futebol em dias de jogos. O ápice foi a morte de um torcedor em agosto de 1995. A partir desse episódio, o Ministério Público passou a investigar e proibir as torcidas organizadas (extinguindo algumas inclusive), além de propor medidas de controle à violência nos estádios de futebol. Passou também a proibir o consumo e venda de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios e nos seus arredores – entendia-se que o consumo de bebidas alcoólicas fosse um dos principais vetores da violência.

No âmbito federativo foi instituído o Estatuto do Torcedor, Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003. Este documento estabeleceu como principal objetivo a garantia da segurança do torcedor e foi recebido como um instrumento legal para “fundamentar os trabalhos de prevenção

da violência relacionada aos espetáculos esportivos” e um “marco na história esportiva no país” (REIS 2006, p. 98). A lógica do documento é a da defesa do torcedor como consumidor. O Estatuto do Torcedor é dividido em 12 capítulos e 45 artigos e tem como parâmetro o Código de Defesa do Consumidor de 1990. Tanto o evento esportivo em si como as questões da violência são tratados como uma questão de direito do consumidor. O artigo 3º do referido código trata como fornecedores tanto a entidade responsável pela organização da competição quanto a entidade de prática desportiva detentora do mando de campo, fortalecendo a relação de oferta e consumo de serviços entre essas entidades mencionadas e o torcedor. Quanto melhor a oferta desses serviços, mais garantida seria a segurança dos torcedores, pois a violência tenderia a diminuir na medida em que a satisfação do torcedor (cliente) fosse promovida pelos serviços. No referido Estatuto do Torcedor, foi também criada a figura do ouvidor, para casos de reclamações que não envolvessem questões jurídicas. Assim, o ouvidor levaria as reclamações dos torcedores (clientes) às entidades responsáveis pelos eventos desportivos. Reis (2006) comenta que, apesar da importância do Estatuto do Torcedor de 2003 como marco jurídico de combate à violência nos estádios, pontos importantes foram pouco explorados ou deixados de fora, como as condições de infraestrutura dos estádios e equipamentos, as responsabilidades civis e criminais e ainda as punições em caso de desobediência e/ou transgressões (REIS 2006, p. 99).

Em 2004, o Decreto nº 4.960 instituiu a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos (Consegue). A criação dessa comissão teve como objetivo apoiar e acompanhar a implantação de um plano nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos. A Consegue foi instituída no âmbito do Ministério dos Esportes e se organizou em grupos de trabalhos. Esses grupos, além de representantes do Ministério dos Esportes, contariam com a presença de membros do Ministério da Justiça e da sociedade civil organizada. Em 2005, por intermédio de portaria interministerial envolvendo os Ministérios dos Esportes e da Justiça, a comissão passou a ser denominada de Comissão Paz no Esporte, produzindo um relatório em 2006 que serviu para orientar as alterações no Estatuto do Torcedor.

Grande parte do decreto em questão apresentou uma preocupação especial na relação do consumo de bebidas alcoólicas com o trânsito. Não há no decreto nenhuma menção relacionando futebol, violência e consumo de bebidas alcoólicas. O decreto incentiva a fiscalização, a proibição e a criação de mecanismos de prevenção ao consumo de álcool em locais destinados à diversão e lazer, principalmente aqueles frequentados por jovens e adolescentes.

Em 31 de agosto de 2007, um Protocolo de Intenções assinado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e Confederação

Brasileira de Futebol (CBF) buscou traçar um conjunto de medidas destinadas ao combate à violência nas partidas de futebol. Essas ações, por parte do Ministério Público, vieram dar continuidade às políticas, iniciadas em 1996, de prevenção e de combate à violência nos estádios de futebol no Estado de São Paulo. As recomendações sugeridas no referido documento destacam a importância da parceria entre a CBF, o Ministério Público e os órgãos de segurança pública no que concerne a ações conjuntas de prevenção da violência nos estádios de futebol. O documento é dividido em 20 cláusulas que apontam para um conjunto de medidas a serem tomadas: desde as inspeções técnicas, as instalações, os Juizados Especiais Criminais (Jecrim) nos estádios em dias de jogos, até o controle das torcidas organizadas. Nesse documento, a maior parte da preocupação quanto à segurança e combate à violência está voltada à fiscalização da infraestrutura dos estádios de futebol, destacando a necessidade de câmeras de segurança, de estação de monitoramento de imagens e, principalmente, do controle do acesso, da permanência e da saída das torcidas organizadas dos estádios.

Aproximadamente um ano mais tarde é assinado o Termo de Adendo ao Protocolo de Intenções CNPG e CBF, em 25 de abril de 2008 — neste termo ficou instituído como princípio de ação contra a violência nos estádios de futebol nos dias de jogos a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios que sediam eventos esportivos sob a coordenação da CBF.

A série de documentos e medidas apresentadas acima abriu espaço para que federações estaduais de futebol e o Ministério Público estadual criassem medidas contra a violência no futebol. Foi o caso, em 2009, do estado de Minas Gerais, onde se efetivou um acordo entre o Ministério Público e as principais Torcidas Organizadas do estado — o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Neste documento, as torcidas organizadas se comprometeriam a se adequar ao Estatuto do Torcedor, buscando, junto ao Ministério Público, uma política de não violência nos estádios de Minas Gerais. O TAC seria depois incluído em um programa nacional denominado Torcida Legal, promovido pelo Ministério dos Esportes, cuja finalidade seria trazer um ambiente de paz e segurança aos estádios de futebol no Brasil.

Após todo o processo de regulamentação e controle da violência nos estádios de futebol, em 28 de julho de 2010 foi criado o Novo Estatuto do Torcedor, que inclui, além das responsabilidades jurídicas para as torcidas organizadas, uma série de medidas de controle à violência nos dias de jogos, nos estádios de futebol e nas áreas do entorno. O Novo Estatuto do Torcedor tem como parâmetro as medidas propostas nos Termos de Intenção CNPG e CBF, o Adendo ao Termo de Intenções e as Políticas Nacionais sobre o consumo de álcool.

Diferentemente de sua primeira versão, de 2003, referido estatuto apresenta uma preocupação maior com a violência nos estádios esportivos e busca regulamentar cível e criminalmente os atos de infração. Institui-se a figura jurídica para as torcidas organizadas, além de prever penas criminais aos torcedores infratores e aos presidentes de torcidas organizadas. Além disso, o estatuto atribui responsabilidade civil e penal às entidades responsáveis pelos eventos esportivos. O Novo Estatuto do Torcedor também inclui um capítulo tipificando os crimes e suas respectivas punições. Outro ponto a ser observado no novo documento é a fiscalização da venda dos ingressos e do acesso aos estádios de futebol. São inúmeras as medidas que objetivam o controle e a prevenção da violência nos estádios. A proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e arredores faz parte desse conjunto de medidas.

4. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS EM TRÊS GRANDES CAPITAIS DO PAÍS

Nesta seção são apresentados os dados e uma primeira análise sobre as ocorrências em geral e ocorrências do tipo violento nas seguintes cidades: Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Juntamente com essas análises, buscou-se identificar quais são as políticas e ações públicas voltadas para o controle da violência em dias de jogos. Para isso foi realizada uma pesquisa de campo no qual o pesquisador acompanhou tanto os trabalhos das autoridades encarregadas pela segurança nos estádios quanto as estruturas exigidas pelo Estatuto do Torcedor. Essas observações tiveram como objetivo levantar um conjunto de informações qualitativas, possibilitando um maior entendimento sobre os dados quantitativos.

Durante as observações em campo foram registrados os seguintes fatos nos estádios dos Aflitos (PE), João Havelange (RJ) e no Beira-Rio (RS) em dias de jogos: venda e consumo de bebidas alcoólicas nos arredores dos estádios; sistema de catracas eletrônicas para leitura dos ingressos; repressão aos cambistas; controle e vigilância de torcidas organizadas: entrada e saída; revistas individuais; e presença da Polícia Militar/Choque dentro e fora dos estádios.

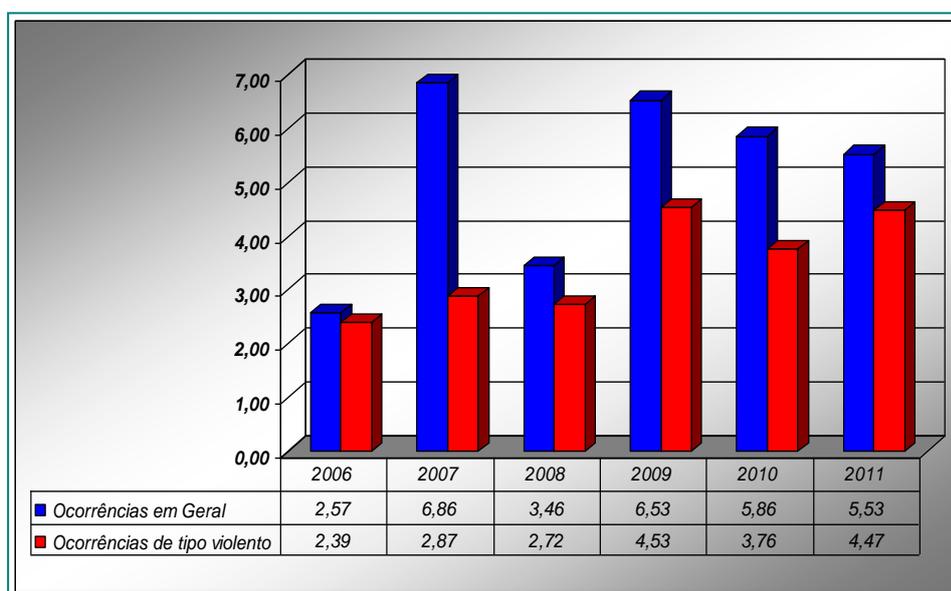
4.1. A evolução dos índices de ocorrências nos estádios de Recife

Pernambuco abrigou o primeiro Juizado do Torcedor do país, criado em 2006. Desde então, outras ações foram implementadas, como: estruturação do Juizado, em 2009, com equipe própria e locais apropriados para receber torcedores autuados nos dias de jogos e para a

realização de cursos de profissionalização e educativos; aprovação da Lei Estadual nº 13.748, 15 de abril de 2009, que proíbe o consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios; publicação, em 2010, da cartilha do Ministério Público de Pernambuco sobre o Estatuto do Torcedor, distribuída nos estádios de futebol.

A partir de 2009, o Juizado desenvolveu uma boa estrutura, com local e equipe próprios. Ao contrário dos outros Juizados que atuam em estádios no país, o de Pernambuco tem o objetivo de estar presente em todos os jogos que ocorrem nos estádios em Recife (Estádio dos Aflitos, da Ilha do Retiro e no Arruda). Essa atuação permitiu ter um quadro detalhado sobre a evolução dos índices de violência durante os jogos de futebol.

Gráfico 1 - Número de ocorrências-autor por jogo nos estádios de Recife



Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

O gráfico 1 não demonstra uma redução acentuada nos números de ocorrências em dias de jogos, apesar de se observar uma queda no número de ocorrência por autor, tanto nas ocorrências do tipo violento como nas ocorrências do tipo não violento. Quando considerada a média de ocorrências por jogo, percebe-se que no triênio 2006-2008 a média das ocorrências em geral foi de 4,29 por jogo, ao passo que no triênio seguinte (2009-2011) a média das ocorrências em geral foi de 5,97 por jogo, significando um aumento de 39% nas ocorrências em geral por autor.

Se forem levados apenas em consideração os anos cheios, ou seja, os anos com jogos

durante todo o ano, a média dos dois primeiros anos, 2007 e 2008, foi de 5,16 ocorrências por jogo; e nos dois últimos anos, 2009 e 2010, a média foi de 6,20 ocorrências por jogo, com um aumento de 20% no número de ocorrências em geral.

No caso das ocorrências do tipo violento, no primeiro triênio 2006-2008 a média de ocorrências por jogo foi de 2,66. No segundo triênio, 2009-2011, essa média foi de 4,26 por jogo, correspondendo a um aumento de 60% no número de ocorrências do tipo violento. De forma análoga, comparando apenas as médias dos anos cheios (2007-2008), a média foi de 2,80 ocorrências por jogo, enquanto nos anos de 2009-2010 a média foi de 4,15, correspondendo a um aumento de 48% no número de ocorrências do tipo violento.

O gráfico mostra que, em números gerais, não houve redução das ocorrências nos estádios de Recife, mas, como analisado acima, houve um aumento do número de ocorrências do tipo violento. No entanto, esses dados podem conter distorções, pois no Juizado não são registrados os jogos em que não houve ocorrências. Esse dado pode distorcer a média. Se for assumido que de fato o Juizado esteve presente na maioria dos jogos, pode-se comparar os números absolutos dos anos cheios.

Tabela 2 - Número total de ocorrências do tipo violento por autor / Recife

Ano	Ocorrências
2007	181
2008	155
2009	213
2010	158

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

A hipótese de que não há uma redução da violência nos estádios de Recife se sustenta sob esse recorte, já que há uma variação que não aponta claramente uma tendência de queda nem de elevação. Não se pode afirmar que haja, de fato, uma clara elevação a partir de 2009, já que os dados do ano de 2010 levantam a suspeita de que se está lidando com fatos atípicos em 2009. Para se ter uma avaliação mais clara, faz-se necessário o detalhamento dos dados sobre ocorrências de tipo violento, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Percentual de ocorrências do tipo violento / Recife

% de jogos com ocorrências do tipo violento

Quantidade de ocorrências do tipo violento por jogo	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1 a 3	74%	52%	63%	57%	55%	37%
4 a 7	9%	29%	9%	15%	7%	16%
8 a 11	4%	3%	5%	9%	2%	0%
12 a 20	4%	2%	4%	0%	2%	11%
Acima de 20	0%	0%	2%	2%	2%	5%
% total	91%	86%	82%	83%	69%	68%

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

A tabela 3 mostra que há uma progressiva redução de jogos com ocorrência do tipo violento ano a ano. Para chegar a esse índice, usou-se o número de jogos com algum tipo de ocorrência. Se ainda for levado em conta que tem crescido o número de jogos sem ocorrências, a partir do mostrado anteriormente, a redução será ainda mais íngreme. Como se explica que o número de ocorrências do tipo violento não foi reduzido, mas os jogos com esse tipo de ocorrência de fato diminuíram? O que se tem visto ano a ano é a concentração dessas ocorrências em menos jogos. Em 2006, 74% dos jogos com ocorrência tinham de uma a três ocorrências do tipo violento. Em 2011, apenas 37%. Em 2006, 4% dos jogos tiveram mais de 11 ocorrências desse tipo, em 2011, 16%.

Tabela 4 - Ocorrências do tipo violento mais frequentes - Recife

Ocorrências de tipo violento

Ano	Tumulto	Percentual	Desacato/desobediência	Percentual	Total
2006	34	62%	3	5%	55
2007	107	59%	42	23%	181
2008	112	72%	22	14%	155
2009	169	79%	13	6%	213
2010	143	91%	5	3%	158
2011	71	84%	9	11%	85

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

A concentração das ocorrências do tipo violento em menos jogos tem caminhado com o aumento da proporção de ocorrências por provocação de tumulto. Portanto, além de uma concentração de ocorrências do tipo violento em poucos jogos, vê-se que o tumulto é o motivo amplamente majoritário. Se forem avaliados os jogos que concentraram os maiores índices, vê-se que são os de rivalidade local. Em 2 de agosto de 2009, no jogo Santa Cruz e Sport, foram registradas 101 ocorrências do tipo violento, ou seja, 47% das ocorrências desse tipo no ano. Em 2 de fevereiro de 2010, também no jogo Santa Cruz e Sport, foram registradas 85 ocorrências do tipo violento, compondo 54% das ocorrências desse tipo no ano.

4.2. A evolução dos índices de ocorrências no estádio João Havelange, no Rio de Janeiro

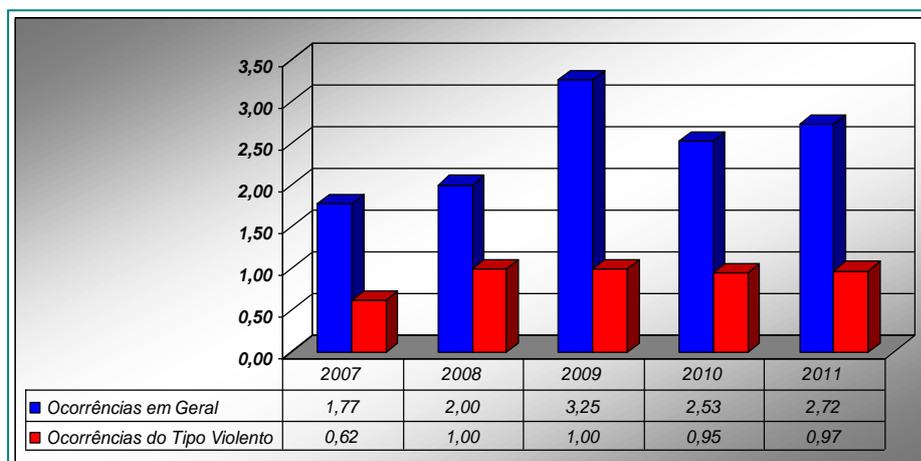
Desde sua criação, com a realização dos Jogos Pan-americanos (2007), o estádio contou com ações do Juizado Especial Criminal. O então chamado Estádio João Havelange⁴, posteriormente denominado Estádio Nilton Santos⁵, está sob a responsabilidade do V Jecrim, que destaca uma equipe especial para alguns jogos. Essa estrutura pouco autônoma impossibilitou o acompanhamento de todos os jogos. Por isso, como se vê no gráfico 2, o universo dos dados obtidos por meio do Juizado é restrito. Por exemplo, apenas três jogos em 2008 e quatro em 2009 tiveram atuação do Juizado⁶.

⁴ Posteriormente denominado Estádio Nilton Santos, conforme medida publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 2017.

⁵ Posteriormente denominado Estádio Nilton Santos, conforme medida publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 2017.

⁶ Os dados referentes ao estádio do Maracanã, depois de sua desativação para obras, foram enviados para o arquivo público, onde não foi possível, no espaço de tempo desta pesquisa, localizá-los.

Gráfico 2 - Número de ocorrências em geral e ocorrências do tipo violento no Estádio João Havelange, no Rio de Janeiro



Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

O gráfico não mostra nenhuma tendência clara, seja para as ocorrências em geral, seja para as do tipo violento. O salto de 0,62 para 1,00 de ocorrências do tipo violento de 2007 para 2008 não é significativo, já que em 2007 há registro de 13 jogos, enquanto em 2008, de apenas três jogos. Outro fator que impede conclusões é a característica desses jogos: em 2007, dez dos 13 jogos foram do Pan-americano – jogos com público e dinâmica bem diferentes daqueles entre clubes.

Tabela 5 - Percentual de ocorrências do tipo violento - Rio de Janeiro

	% de jogos com ocorrências do tipo violento				
Quantidade de Ocorrências do tipo violento por jogo	2007	2008	2009	2010	2011
1 a 3	30,77%	66,67%	25,00%	42,11%	19,44%
4 a 7	7,69%	0,00%	0,00%	5,26%	5,56%
8 a 11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
12 a 20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,78%
Acima de 20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% total	38,46%	66,67%	25,00%	47,37%	27,78%

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

Tabela 6 – Ocorrências do tipo violento mais frequentes - Rio de Janeiro

Ocorrências do tipo violento

Ano	Tumulto	Percentual	Desacato/desobediência	Percentual	Total
2007	3	37,50%	3	37,50%	8
2008	0	0,00%	3	100,0%	3
2009	3	75,00%	1	25,00%	4
2010	8	44,44%	5	27,78%	18
2011	21	60,00%	8	22,86%	35

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

Com rigor, só é possível comparar os anos de 2010 e 2011, pois nesses anos o Juizado atuou com constância e, dessa forma, tem-se uma amostragem sólida. De 2010 a 2011, há um ligeiro aumento de ocorrências em geral e ocorrências do tipo violento, 7% e 2% respectivamente. No entanto, comparando a porcentagem de jogos com ocorrência do tipo violento, percebe-se uma redução significativa, de 47% dos jogos para 27%. Tal como nos estádios de Recife, há uma concentração das ocorrências do tipo violento. Esse fato tem caminhado junto com o crescimento das ocorrências por tumulto. Em 2010, esse tipo de ocorrência representava 44% das ocorrências do tipo violento; em 2011 ela compõe 60%.

4.3. A evolução dos índices de ocorrências nos estádios de Porto Alegre

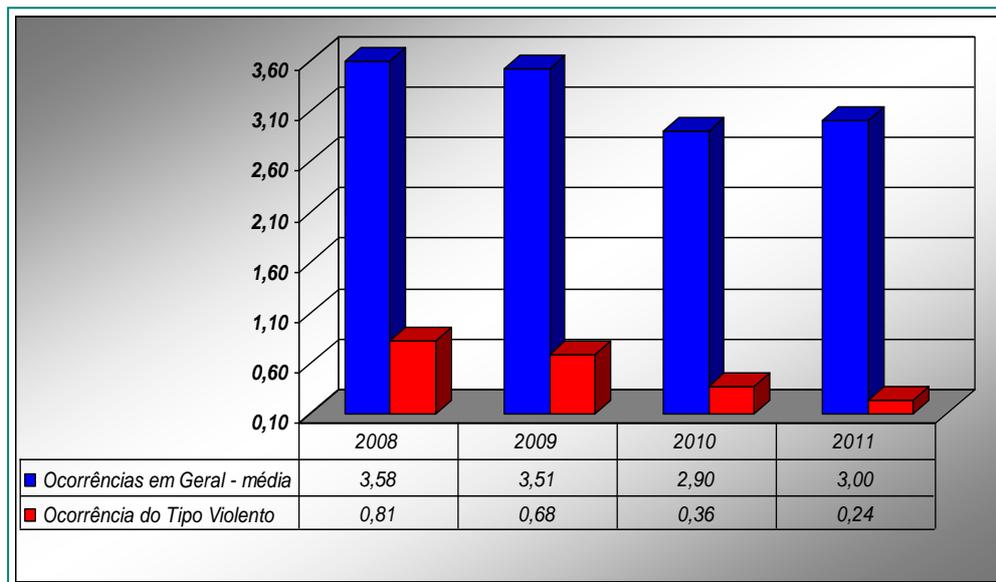
A cidade de Porto Alegre concentra as duas maiores torcidas do estado do Rio Grande do Sul, como também os dois maiores estádios de futebol: o estádio do Grêmio – Monumental Olímpico⁷ e o estádio do Internacional, Beira-Rio. Em ambos os estádios, o Jecrim se faz presente nos dias de jogos. O Juizado Especial Criminal nos estádios de futebol em Porto Alegre foi inaugurado em abril de 2008. Tanto no Beira-Rio como no Estádio Olímpico existia uma estrutura física, salas e mobiliários, para acomodar os funcionários do judiciário e a realização das audiências dos casos de delitos cometidos nos dias de jogos.

Além da presença do Jecrim, os estádios de futebol em Porto Alegre contavam com um posto da Brigada Militar, que atua nos dias de jogos, com um policiamento dentro e fora dos estádios. Há de se destacar que, em Porto Alegre, apesar da grande concentração de torcidas

⁷ Desativado em 2013 em vista da construção do novo estádio do clube, a Arena do Grêmio.

organizadas e da forte rivalidade entre elas, não havia ainda um juizado especial voltado especialmente para o torcedor – Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor, a exemplo de Pernambuco.

Gráfico 3 - Ocorrências em geral e ocorrências do tipo violento nos estádios em Porto Alegre



Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

O gráfico acima demonstra uma relação de proporcionalidade entre as ocorrências em geral e a média das ocorrências do tipo violento. Percebe-se que as ocorrências em geral apresentaram uma leve queda nos anos de 2009 para 2010, estabilizando-se em 2011.

Desde o início das ações dos Jecrim, percebe-se uma queda constante das ocorrências do tipo violento nos estádios Olímpico e Beira-Rio. Além de uma política voltada para o combate à violência nas torcidas organizadas, tanto na do Internacional como na do Grêmio, a Brigada Militar passou a atuar de forma mais ostensiva, dentro e fora dos estádios de futebol, reprimindo principalmente a venda ilegal de ingressos (cambistas) e a atuação de vendedores ambulantes de bebidas.

Tabela 7 - Percentual de ocorrências do tipo violento - Porto Alegre

% de jogos com ocorrências do tipo violento

Quantidade de ocorrências do tipo violento por jogo	2008	2009	2010	2011
1 a 3	53,49%	33,33%	14,75%	17,65%
4 a 7	0,00%	1,75%	0,00%	0,00%
8 a 11	0,00%	1,75%	1,64%	0,00%
12 a 20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Acima de 20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% total	53,49%	36,84%	16,39%	17,65%

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

Tabela 8 - Ocorrências do tipo violento mais frequentes - Porto Alegre

Ano	Ligadas a tumulto	Percentual	Lesão corporal	Percentual
2008	25	71,43%	7	20,00%
2009	34	87,18%	1	2,56%
2010	17	77,27%	3	13,64%
2011	6	75,00%	2	25,00%

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa dos autores junto aos Juizados Especiais

Comparando a porcentagem de jogos com ocorrência do tipo violento de 2008 a 2011, percebe-se uma redução significativa ano a ano. De 2008 a 2010, houve uma queda de 53% para 16% dos jogos. No ano de 2011 o índice se estabilizou em 17%. É nítida a concentração das ocorrências do tipo violento.

5. À guisa de conclusão

Ao se analisar o conjunto das cidades estudadas, percebe-se que no período em questão houve redução dos jogos com ocorrência do tipo violento, ainda que em algumas cidades essa redução não tenha significado redução do número de autores por jogo. Há uma mudança em processo no perfil das ocorrências do tipo violento: cada vez mais estão concentradas e, majoritariamente, provocadas pelo tumulto.

Essa redução, no geral, se realizou gradualmente. Esse fato indica que a redução foi resultado de fatores que agem com o tempo, e não de medidas de resultado imediato. Como o período estudado foi aquele em que o Estatuto do Torcedor começou a ser aplicado, é possível afirmar que a redução e a mudança de perfil das ocorrências respondem às iniciativas tomadas no sentido de efetivar o estatuto. Das políticas realizadas no período, destacam-se:

- Atuação dos Juizados: essa ação tem obtido um efeito positivo, pois a presença de um Juizado tem afastado a impressão de território livre de punição. No caso dos Juizados do Torcedor, eles também servem como mediador entre torcedor e polícia/ clube — o que também tende a diminuir a tensão nas relações durante os jogos;

- Controle e vigilância das torcidas organizadas: a partir dos acontecimentos de 1996, iniciou-se uma política de controle e acompanhamento mais rigorosa, destinando lugares, horários e trajetos para que as torcidas organizadas rivais não se encontrassem nos arredores. Essa política tem se mostrado exitosa e tem sido realizada pelas polícias militares em todos os estados estudados;

- Utilização, em alguns estados, de um policiamento especializado para grandes eventos, como é o caso do Rio de Janeiro: percebeu-se que a existência de uma polícia especializada no trato com os torcedores, em geral, evita tensão e diminui o clima de confronto nos estádios;

- Controle na venda e emissão de ingressos: tal medida busca garantir que não haja um número maior de espectadores em relação à capacidade de cada estádio, o que por sua vez evita tumultos provocados pela sobrecarga da estrutura dos estádios;

- Melhora da estrutura e dos serviços dos estádios, em especial no Rio de Janeiro e Porto Alegre: há um número maior de atores envolvidos na organização e segurança dos eventos esportivos. Essa medida também vem ajudando a alterar o clima de tensão em certos estádios.

Avaliando os dados, é possível afirmar também que a violência nos estádios é um problema longe de ter uma solução. Apesar da redução, não se veem indícios claros de que a violência esteja sendo erradicada. Houve, sim, uma redução dos acontecimentos violentos, mas eles ocorrem ainda de forma regular. Os fatos violentos estão, como demonstrado, mudando de perfil. Esta avaliação coloca também a questão de como é possível avançar. Podemos considerar que essa mudança de perfil advém de um relativo sucesso das políticas implementadas. A diminuição de episódios de pequena escala indica que há um clima geral de maior tranquilidade. A concentração dos episódios em tumultos maiores aponta para a necessidade de uma mudança mais ampla na cultura do futebol. Tumultos por rivalidade entre torcidas e descontentamentos da torcida com o clube parecem ser causas importantes. Nesse âmbito, as políticas listadas acima

pouco atuam, ainda que tenham se mostrados bem-sucedidas na redução de conflitos de pequena escala, ao melhorar a organização do evento e a capacidade de gerenciar pequenos conflitos. Esta avaliação coloca também a questão de como é possível avançar.

Entre os estudiosos, tem se formado um consenso de que a experiência da Eurocopa de 2004, realizada em Portugal, é uma referência para onde caminhar no que diz respeito às políticas e ações de segurança para o futebol. Assombrado com a conturbada Eurocopa de 2000, realizada na Holanda e Bélgica, o governo português optou por uma ação ampla de segurança, no entanto, com uma característica pouco repressiva — com policiais treinados para dialogar com o público, evitar e minimizar tumultos. A polícia de choque foi deixada como último recurso.

Essa experiência representa uma mudança importante de enfoque nas políticas de combate à violência. Em vez de maior repressão, aponta-se para criação de mais espaços de diálogo e diminuição da ostensividade da ação policial, reduzindo-se, assim, o clima de guerra que impera em muitos jogos.

Fez parte deste estudo a leitura de redações que os autuados por provocar tumulto escreveram como atividade educativa no Juizado do Torcedor de Pernambuco. Quase todas apontavam para o despreparo da força policial como importante fator para o incidente. Este dado corrobora a pesquisa realizada por Murad (2013) durante a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, onde o pesquisador obtém dos entrevistados impressões sobre o aparato policial, como “A polícia está totalmente despreparada, está por fora, só sabe bater!” (MURAD 2013, p. 149). O autor constata que grande parte dos entrevistados achava muito ruim o comportamento das polícias em grandes eventos, constatando que “A polícia é estranha ao evento e as pessoas que fazem o evento” (MURAD 2013, p. 149). Ao fim e ao cabo, fica evidente, a partir do que foi observado nos estádios, que ainda impera uma lógica policial exclusivamente repressiva, que, ao ostentar força bruta, ajuda no clima de confronto e aumenta a magnitude das ocorrências. As ainda incipientes iniciativas de desenvolvimento de uma polícia especialmente treinada para dialogar e minimizar confrontos, ao se desenvolverem, podem contribuir para a mudança no cenário do futebol brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, G.; HARRIS, R. (1991). Football hooligans: Theory and evidence. *Sociological Review*, 39 (3): 427-458.
- BRASIL. (2003). Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do

Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <<http://presidência.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10671.htm>>.

BRASIL. (2010). Lei n. 12.299, de 27 de Julho de 2010: Dispõe sobre medidas de prevenção aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportiva; altera a Lei. N. 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. (2007). Protocolo de Intenções que entre si e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e a Confederação Brasileira de Futebol, visando formular propostas para o aperfeiçoamento de medidas ao combate da violência relacionada com partidas de futebol. Agosto 2007. Disponível em: <<http://www.mp.gov.br/portaWeb/hp/7/docs/cnpg1.pdf>>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. (2010). Resolução da Presidência nº 01/2008. Rio de Janeiro, 29 de abr. 2008. Disponível em: <<http://lista.cev.org.br/cevleis/2008-june/034024.html>>.

CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA. (2008). Termo de Adendo ao Protocolo de Intenções Celebrado Entre o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e a Confederação Brasileira de Futebol. Disponível em: <www.cbf.com.br/media/1529/cnpg2.pdf>

DUNNING, Eric. (1994). The social roots of football hooliganism: a reply to the critics of the "Leicester School". In: GIULIANOTTI; BONNEY; HEPWORTH. *Football, violence and social identity*. London: Routledge.

ELIAS, Norbert. (1993). *O Processo Civilizador*. São Paulo: Editora Zahar; 2V.

FINN, Gerry P. T. (1994). Football violence: a societal psychological perspective. In: GIULIANOTTI; BONNEY; HEPWORTH. *Football, violence and social identity*. London: Routledge.

GIULIANOTTI; Richard. (1994). Social identity and public order: political and academic discourses on football violence. In: GIULIANOTTI; BONNEY; HEPWORTH. *Football, violence and social identity*. London: Routledge.

MARSH, P.; FOX, K.; CARNIBELLA, G.; McCANN, J.; MARSH, J. (1996). *Football Violence in Europe*. The Amsterdam Group.

MURAD, Maurício. (2007). *A Violência e o Futebol*. Rio de Janeiro: FGV.

MURAD, Maurício. (2013). Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro. *Revista Usp*. São Paulo. n.99. pp.139-152, set/out/nov/dez.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. (1997). *Torcidas organizadas de futebol Violência e autoafirmação – aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté: Vogal Editora.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. (2004). Violência entre torcidas organizadas de futebol. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – O Futebol Como Meio para o Processo de Construção da Cidadania*. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

REIS, M. H. Baldy dos. (2006). *Futebol e Violência*. São Paulo: Autores Associados.

REIS, M. H. Baldy dos. (2007). *La relación entre fútbol, violencia y sociedad: Un análisis histórico a partir de la teoría del proceso civilizador*. Disponível em <<http://www.cafyd.com/HistDeporte/htm/pdf/4-15.pdf>>. Acesso em 18 ago.

Rogério Ferreira de Souza

Doutor em Ciências Sociais pela Uerj, professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-Ucam), coordenador do Laboratório de Estudos da Cidade e Cultura (LECC) – IUPERJ/Ucam junto ao CNPq.

Paulo Rodrigues Gajanigo

Doutor em Ciências Sociais pela Uerj, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Núcleo de Estudos da Cultura no Capitalismo Tardio e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (Niep-Marx).

Resenha

RAMÍREZ, Jacques. (2016). *Hacia el Sur. La Construcción de la Ciudadanía Suramericana y la Movilidad Intrarregional* / 1.ed. – Quito: CELAG

ROGER LUCAS CORREA MARTINS

Jacques Ramírez, doutor em Antropologia Social pela Universidade Iberoamericana (México), docente e pesquisador na Universidade de Cuenca (Equador), assessor na Secretaria Nacional do Migrante (2007-2008), subsecretário de Migração e Assuntos Consulares (2009), ex-assessor para assuntos migratórios do Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana (2013) no Equador e atual colaborador como investigador-assessor externo na Secretária Geral da União das Nações Sul-americanas (Unasul), é especialista em migrações com foco na região sul-americana. Tendo publicado vários livros e artigos científicos, seus trabalhos giram em torno dos avanços na consolidação de uma nova abordagem das migrações, de uma cidadania sul-americana e de uma política de mobilidade humana na região.

Partindo da ideia de uma identidade sul-americana, que encontra bases tanto sociais quanto institucionais, seu livro *Hacia el Sur. La Construcción de la Ciudadanía Suramericana y la Movilidad Intrarregional* procura identificar as mudanças de orientação que ocorreram na América do Sul no século XXI para uma nova política migratória na região, que tem como pilares o enfoque em direitos, a importância da regularização migratória, o entendimento de que a migração é um elemento essencial no processo de integração regional, a defesa da livre mobilidade, a inclusão social das pessoas em mobilidade e a participação político-eleitoral como

uma questão de direitos dos migrantes. A partir desses pontos é possível identificar um projeto político de construção de uma cidadania sul-americana.

O primeiro capítulo do livro — “*Visitando el concepto de ciudadanía*” — busca analisar o conceito de cidadania e pertencimento. Para o autor, a categoria de cidadão(ã) é de extrema importância, já que é ela que transforma alguém em uma pessoa jurídica, de direitos. Não é a categoria de migrante, sujeito migrante ou de ser humano que garante que os indivíduos em mobilidade tenham acesso a direitos civis, políticos, culturais e sociais, mas sim a cidadania que implica um reconhecimento formal desses direitos. Então, repensar a cidadania enquanto categoria capaz de outorgar direitos, não só para os nacionais de um Estado, mas também para os *outros*, é um exercício necessário em um mundo globalizado.

Tendo um enfoque regional, Ramírez busca analisar a construção de uma cidadania sul-americana desde o nível intergovernamental até os diferentes níveis dentro do Estado-Nação, isto é, o nacional, o estadual e o municipal/local. Essa *ciudadanía mixta*, em diferentes níveis, abarca uma conjunção de atores e interações, tanto Estados quanto sujeitos, na construção de um projeto de *demos suramericano*. Neste contexto, em vez de se aplicarem políticas de assimilação ou de naturalização, convertendo o migrante em um nacional, um *outro* em um *nós*, se confere a cidadania a partir de relações de pertencimento diferentes da nacionalidade, superando o *ius sanguinis* (direito de cidadania pelo sangue), o *ius soli* (direito de cidadania pelo solo) e introduzindo o *ius domicilii* (direito de cidadania pela residência). Dessa forma, explica o autor, os Estados passam a ser atores responsáveis por cidadãos nacionais e não nacionais em seu território, pois todos compartilham uma cidadania por residência, onde lhes são outorgados direitos de acordo com o local onde residem, e não de acordo com sua nacionalidade. Significa dizer que a nacionalidade com a qual um indivíduo se identifica não se torna um limitante para que o mesmo assuma responsabilidades cívicas e interaja no espaço público de uma comunidade.

Esse direito de residência, como é evidenciado no decorrer do livro, não é uma construção teórica e abstrata. Na verdade, encontra bases em quase a totalidade dos países que compõem a Unasul, estando presente no projeto político avançado dentro de espaços intergovernamentais na região, contando também com a participação de governos e movimentos sociais na conformação desse processo.

O segundo capítulo — “*Los Espacios Regionales Multilaterales de discusión de ciudadanía regional*” — discute a construção da cidadania regional dentro dos espaços regionais multilaterais da América do Sul, notadamente a Comunidade Andina (CAN), o Mercado Comum do Sul

(Mercosul) e a Unasul. Diversas decisões e políticas aprovadas dentro desses espaços levaram ao avanço da agenda da cidadania e mobilidade regional.

No caso da CAN, Ramírez ressalta o Estatuto Andino de Mobilidade Humana, que substituiu o termo “migração” pelo “mobilidade”, enfatizando a não criminalização dos processos migratórios e de seus atores. Dentro do Estatuto também se encontra a defesa de uma cidadania andina e sul-americana que garanta o tratamento igualitário entre cidadãos da região. O Mercosul, por outro lado, avançou na agenda de mobilidade a partir de seu Acordo de Residência, que permitiu a residência temporária a cidadãos dos Estados-Parte, independentemente da condição migratória pela qual ingressaram no país. O Mercosul elaborou também um plano de ação para concretizar um Estatuto de Cidadania do Mercosul, onde se defende a livre circulação de pessoas, a igualdade de direitos e de acesso a condições sociais de trabalho, saúde e educação aos nacionais dos Estados-Membros. O resultado dessas políticas foi a outorga de residência temporal ou permanente, entre 2004 e 2013, para mais de três milhões de cidadãos do bloco.

O autor enfatiza que, apesar de os três espaços terem avançado na ampliação da cidadania e em políticas de mobilidade humana, a CAN e o Mercosul apresentam uma visão laboral dos sujeitos migrantes, atrelando muitas das garantias estabelecidas à situação de trabalho dos mesmos. Esse elemento aparece na concepção de cidadão andino da CAN e como requisito para a aquisição de residência permanente no Acordo de Residência do Mercosul.

Para Ramírez, a Unasul, ao nascer como uma organização de caráter político, apresenta um projeto de integração regional no qual se identificam as raízes mais fortes para uma cidadania sul-americana que seja capaz de outorgar direitos e reconhecer juridicamente nacionais de qualquer Estado-parte. A Unasul, em seu Tratado Constitutivo, apresenta os elementos de uma *ciudadanía mixta* que trabalha progressivamente para o reconhecimento e ampliação da cidadania dos cidadãos sul-americanos, complementando suas cidadanias nacionais. O autor enfatiza que, diferentemente da CAN e do Mercosul, o projeto da Unasul possui um viés de direitos e reconhecimento da pessoa legal, sem o viés laboral/econômico presente nas outras duas. Isso o torna essencialmente diferente e mais promissor quanto à garantia de direitos a pessoas em mobilidade. O reconhecimento do *status* jurídico, da pessoa legal, desvinculado de condições laborais, é um passo determinante para uma cidadania de igual trato entre nacionais de diferentes Estados.

O terceiro capítulo — “*La migración hacia y entre países Unasur*” —, apresenta um panorama regional dos fluxos migratórios, assim como uma análise de cada país sobre sua população imigrante e emigrante. Ramírez identifica uma reorientação dos fluxos da região de fora para

dentro, onde hoje a imigração inter-regional predomina sobre a imigração para fora da região. Dos doze países da Unasul, onze têm como principal grupo de imigrantes pessoas de outros países da Unasul, com exceção do Brasil. No país há, contudo, um aumento significativo da imigração intrarregional proveniente de países como Bolívia, Colômbia e, mais recentemente, Venezuela. Todos os países da região também registram heterogêneos fluxos e movimentos de população, onde assumem papéis de países de destino, origem e trânsito de migrantes.

Além do aumento das restrições à imigração nos países do Norte, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, a disposição de mover-se dentro da região se dá, segundo o autor, devido às relativas facilidades de circulação e à aparente predisposição dos países em receber esses migrantes em contextos de crescimento econômico, demanda de mão de obra dos mercados de trabalho nacionais e clima favorável à integração a partir da convergência ideológica dos principais países da região. Neste cenário, dentro das heterogêneas motivações na escolha do destino, políticas relativamente favoráveis à imigração apresentam um peso considerável.

O quarto capítulo — “*La consolidación de temas de movilidad humana para la construcción de la ciudadanía suramericana*” — foca a necessidade da construção de um novo acordo de residência, que leve em consideração o projeto político de construção de mobilidade humana e cidadania sul-americana. Ramírez enfatiza o papel da Unasul enquanto espaço mais promissor para construção desse projeto, incorporando diversos elementos apresentados pela CAN e pelo Mercosul a fim de consolidar e convergir os espaços de discussão intergovernamental.

O autor apresenta uma iniciativa, pensada desde a Secretaria Geral da Unasul, para um *Acuerdo Unasur sobre movilidad humana, residencia y ciudadanía suramericana*, que aponta diversos temas para a consolidação do projeto político. O reconhecimento do direito de migrar e residir em qualquer Estado-Parte; a liberdade de circulação a partir de documentos nacionais; o reconhecimento da cidadania e da identidade sul-americana de todos os nacionais dos Estados-Parte; a igualdade de trato entre cidadãos sul-americanos independentemente de nacionalidade; e a garantia do direito de participação política no país de origem e no país de residência a cidadãos sul-americanos são alguns dos temas apresentados que conformam uma política de ampliação da cidadania a partir de um direito de residência e de mobilidade humana.

Assim, Ramírez reúne os diversos elementos positivos das novas políticas migratórias na região, superando limitações de políticas nacionais isoladas e ampliando direitos para além da condição de trabalho. Sua concepção de cidadania, exercida em diversas esferas e contemplada pelos projetos avançados na região, traduz a realidade social dos migrantes que, em seu próprio meio de vida e em seus trajetos e lutas diárias, exercem seus direitos.

Apesar dos avanços, ainda existem muitas dificuldades a se enfrentar. Como demonstram as leis migratórias aprovadas em 2017 de Argentina e Brasil, direitos podem retroceder assim como podem avançar em termos nacionais e regionais, e a invisibilidade da irregularidade na qual muitos migrantes se encontram dificulta que suas demandas e necessidades sejam devidamente colocadas em pauta. A própria organização da Unasul e seus projetos ainda são recentes, e a entidade tem tido dificuldades para implementar suas políticas nos espaços nacionais, que ainda utilizam de deportações e expulsões para lidar com migrantes. O forte racismo e xenofobia também dificultam a adoção de políticas de integração e desafiam a efetividade das novas legislações migratórias.

O reconhecimento dos sujeitos migrantes enquanto cidadãos se mostra, então, a principal ferramenta pela qual se pode visibilizá-los e legitimar e efetivar seus direitos na América do Sul, a fim de torná-la de fato uma *Patria Grande Suramericana*. O livro de Ramírez mostra como podemos caminhar para as possíveis soluções de um problema pouco visibilizado. Seu olhar sobre a América do Sul, reconhecendo seus grandes avanços e barreiras, é um exercício fundamental se queremos construir alternativas e impedir as constantes violações de direitos sofridas por esses sujeitos em nossos territórios e fronteiras. A leitura do livro é um convite para uma visão sul-americana sobre a América do Sul, deixando de olhar apenas para o Norte e contribuindo para a nossa própria abordagem sobre um tema tão presente e importante atualmente.

Roger Lucas Correa Martins

Mestrando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e pesquisador do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

Documentos

“Vamos passar a escola a limpo”: um convite de Darcy Ribeiro

"Let's revisit the school": an invitation by Darcy Ribeiro

Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.

Darcy Ribeiro, 1982

YOLANDA LIMA LOBO

A Seção “Documentos” traz aos leitores, neste número, base preliminar de conhecimento para pesquisar e entender os esquemas administrativo e pedagógico que sustentam a execução do empreendimento educativo e cultural do Rio de Janeiro “*Vamos passar a Escola a Limpo*”, sob a coordenação do professor Darcy Ribeiro, no período de março de 1983 a março de 1987. Os documentos reproduzidos e/ou citados fazem parte do Arquivo Darcy Ribeiro, acessível ao leitor no Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília.

Eleitos governador e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro no pleito realizado em 1982, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro tomam posse nesses cargos em março de 1983 e dão início à elaboração e execução de um ambicioso empreendimento de educação, cultura, ciência e tecnologia para o Estado do Rio de Janeiro, prioridade de seu governo.

A revolução educacional do Rio

A eleição de Leonel Brizola para Governador do Rio de Janeiro ensejou o primeiro programa sério de reforma do sistema escolar público de primeiro grau. Existiram tentativas anteriores, é certo, mas não passaram de meros ensaios de breve duração, apesar de ser muito antiga entre nossos educadores uma aguda consciência crítica sobre a gravidade do problema educacional brasileiro.

Agora, um Estado da Federação, com 14 milhões de habitantes, e cerca de 2,5 milhões de crianças nas escolas públicas assume expressamente o compromisso de fazer da educação popular sua meta prioritária. Cria, para isso, uma Comissão Coordenadora, a cargo do Vice-Governador, armando-a de poderes para elaborar um Plano Especial de Educação e dotando-a de recursos que ultrapassam US\$ 400 milhões para custear sua execução.

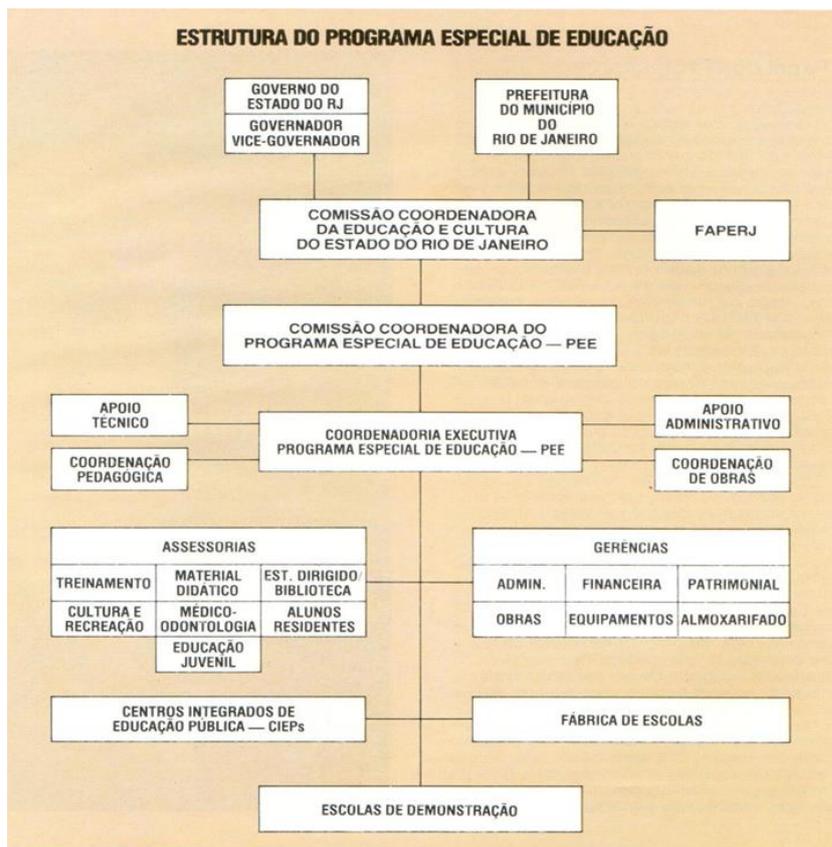
Essa deliberação histórica foi tomada com base na consciência de que numa sociedade de cultura letrada o analfabeto e o insuficientemente instruído são marginais. E mais ainda, de que quando eles formam uma grande massa, tal como ocorre no Brasil, é a própria nação que se vê condenada a existir à margem da civilização do seu tempo.

A escolha da educação como a prioridade fundamental responde, essencialmente, à ideologia socialista-democrática do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola. Essa ideologia é que, contrariando uma prática antiquíssima de descaso em matéria de instrução pública, nos deu a coragem de abrir os olhos para ver e medir a gravidade do problema educacional brasileiro e sobretudo a ousadia de enfrentá-lo com a maior massa de recursos que o Estado pôde reunir.

A escolha da educação como meta prioritária decorreu também do fato da maior parte das áreas de ação governamental estar na órbita do Poder Federal, enquanto as escolas públicas de 1.º e 2.º graus estão na jurisdição dos governos estaduais e municipais. Assim é que se oferecia não só a possibilidade de uma atuação autônoma e enérgica, como também a de concentrar os esforços governamentais numa ação social transformadora da maior importância econômica, cultural e política.



As primeiras medidas envolvem as montagens dos esquemas administrativo e pedagógico para atender o Programa Especial de Educação do governo. O esquema administrativo envolvia várias Secretarias de Estado e também a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tendo a seguinte estrutura:



À frente da Comissão Coordenadora da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro estavam o professor Darcy Ribeiro, vice-governador e secretário de Estado de Cultura, Ciência e Tecnologia; a professora Yara Vargas, titular da Secretaria de Estado de Educação; e a secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, professora Maria Yedda Leite Linhares.

Um parêntese: o trabalho de educação desenvolvido por Darcy Ribeiro tem início na segunda metade da década de 1950, quando aceita o convite do educador Anísio Teixeira para dirigir a Divisão de Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Na direção desse órgão, Darcy forma uma equipe composta por sociólogos e antropólogos para realizar pesquisas sobre a situação educacional do país e transforma o Brasil em um grande laboratório, isto é, em um espaço contínuo de investigações que não somente pudessem esclarecer problemas educacionais, mas também apontar e fundamentar ações governamentais.

É com essa forma de proceder que o professor Darcy Ribeiro inicia as ações para estruturar o esquema pedagógico e “passar a escola a limpo” no Estado do Rio de Janeiro. Um conjunto de pesquisas de levantamento de dados com indicadores da situação escolar do Estado do Rio de Janeiro é, então, realizado. A equipe da Comissão Especial de Educação faz uso, também, de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como:

- Exame de levantamentos do IBGE sobre *estimativas das populações residentes nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, com especial atenção sobre a faixa de zero a 14 anos;*
- *Exame de levantamentos do IBGE sobre pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas (reproduzida abaixo somente a primeira página):*

População de 15 anos ou mais não alfabetizadas

A metodologia utilizada para as estimativas de 1966 e 1967, que consideram as diferenças de sexo, é apresentada no Anexo I deste relatório. Como o método utilizado para a obtenção das estimativas de 1966, as estimativas da população total para 1966 e os dados estatísticos sobre a população de 15 anos ou mais não alfabetizadas foram corrigidos para as diferenças de sexo existentes entre os dados estatísticos dos municípios dos quais foram elaboradas as estimativas.

Os coeficientes de variação relativos às estimativas apresentadas no Anexo I são dados a seguir:

Coeficientes de variação, por situação de domicílio - 1966-67 (%)

Sexo	Total			Não alfabetizados		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1966	0,94	1,10	0,76	2,56	2,91	17,00
1967	0,68	0,87	0,79	2,11	2,76	9,85
1966	0,80	0,75	1,01	2,79	2,58	6,14
1967	0,70	0,70	0,29	2,70	2,95	6,50

Foi calculada a relação entre as pessoas acima de 15 anos não alfabetizadas e a população total em ambos os anos e entre os coeficientes de variação correspondentes. O coeficiente de variação da relação entre duas variáveis pode ser aproximado por:

$$CV(X/Y) = \sqrt{W(X)^2 + W(Y)^2 - 2 \cdot Cov(X,Y)}$$

onde:

- $W(X)$ é o quadrado do coeficiente de variação de X
- $W(Y)$ é o quadrado do coeficiente de variação de Y
- $Cov(X,Y)$ é a covariância relativa entre X e Y e é dada por $\frac{Cov(X,Y)}{E(X) \cdot E(Y)}$

-1-

O leitor pode conferir uma parte da leitura que Darcy Ribeiro faz desses dados consultando o Livro dos CIEPs:

Educação no Brasil

Darcy Ribeiro

DOIS fatos impressionam na educação brasileira: a magnitude da rede escolar pública e sua precariedade. Ela tem, hoje em dia, na condição de alunos, cerca de 30 milhões de pessoas. Se acrescentarmos os professores e administradores da educação, esse número será ainda maior. É de se perguntar, porém, o que produz essa máquina tão prodigiosamente grande. O produto principal da máquina educacional brasileira são 500 mil analfabetos adultos por ano, uma vez que não será menor que meio milhão o número de jovens brasileiros que chegam, anualmente, aos 18 anos, analfabetos. Só no Rio de Janeiro avaliamos em pelo menos 50 mil a produção anual de analfabetos, a maioria deles com três ou quatro anos de escolaridade.

Se estendermos a condição de analfabeto à do iletrado ou do analfabeto funcional — aquele que desenha o nome e se declara alfabetizado, mas é incapaz de obter ou de transmitir uma informação escrita — veremos que dobrará, no Brasil e no Rio, o número de brasileiros que ingressam anualmente na vida adulta marginalizados da cultura do seu povo e do seu tempo por não estarem incorporados à civilização letrada.

Brasil — Escolaridade no Censo Nacional de 1970 e 1980 para maiores de 10 anos

	Sem Escolaridade	Um ano	Dois anos	Total
1970	24,0 milhões	5,1 milhões	6,9 milhões	32,0 milhões
1980	24,0 milhões	4,8 milhões	7,3 milhões	36,3 milhões

Para atendermos a 140 milhões de brasileiros — quase metade dos quais com menos de 18 anos — com índices de educação satisfatórios, deveríamos ter muito mais do que esse número aparentemente espantoso de 30 milhões de pessoas movimentando a máquina do ensino público.

Embora nosso sistema educacional tenha saltado de seis milhões de pessoas em 1950 para 10 milhões em 1960, para 19 milhões em 1970 e para 30 milhões hoje, a verdade é que a escola pública brasileira não cresceu onde devia, nem como devia.

O que se obteve com esse crescimento meramente quantitativo foi uma escola de mentira, incapaz até mesmo de cumprir a tarefa elementar de alfabetizar a população. Nas últimas décadas em que o Brasil “progrediu” tão assinalavelmente em tantos campos, só viu crescer o número de analfabetos adultos.

Examinando o resultado do censo de 1970, para o conjunto do Brasil, veremos que do total de 65,8 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade, 24 milhões nunca tinham ido à escola (8,7 deles nas cidades e 15,3 nas zonas rurais). Cinco milhões tinham tido apenas um ano de escola e sete milhões, só dois. Tínhamos, conforme se verifica, 32 milhões de habitantes, que eram analfabetos funcionais. O censo nacional de 1980 reproduzia quase os mesmos números absolutos de analfabetos funcionais, que aumentaram de 32 para 36,3 milhões, demonstrando assim que os problemas educacionais só têm se agravado.

Para precisar melhor o nosso fracasso educacional, vejamos alguns números expressivos. Com respeito aos analfabetos de 15 anos e mais, registrados nos recenseamentos, por exemplo, as porcentagens, décadas após décadas, vêm diminuindo, mas o número absoluto vem aumentando. Eram 56,2% os analfabetos maiores de 15 anos em 1940, somando 13 milhões. Os analfabetos de 1950 eram 50,5% e montavam a 15 milhões. Caíram para 39,3% em 1960, mas seu número



elevou-se para 16 milhões. Em 1970, a porcentagem desceu para 33% mas o número absoluto de analfabetos alçou-se a 18 milhões.

O mesmo Censo de 1970 nos revela que entre os jovens de 14 anos de idade, 24,3%, o que equivale a uma quarta parte, não sabia ler e escrever. Esta juventude analfabeta era de 42% nas zonas rurais e de 10% na cidade. Finalmente, no último Censo, em 1980, a porcentagem subiu para 25,9% e o número absoluto elevou-se para 19 milhões. São esses os números censitários dos analfabetos adultos do Brasil. Eles nos estão a dizer que toda a *zuaba* do Mobral sobre a extinção do analfabetismo era outro milagre estatístico.

Esses números e proporções tornam-se mais significativos quando comparados com outros desempenhos educacionais. Enquanto o Brasil de 1980 conta com 19 milhões de analfabetos adultos e com a porcentagem de 26%, na Argentina essa porcentagem é de 6% em 1976 e, em Cuba, já em 1961, era de 3%. No caso de Cuba, pode-se explicar o êxito educacional pelo empenho que o socialismo põe na educação popular; mas no caso da Argentina e de tantos outros países da América Latina, a nossa inferioridade estatística reflete uma inferioridade efetiva no esforço por alfabetizar e na capacidade de alcançar esta meta elementar.

Brasil — Censos Nacionais: analfabetos com 15 anos e mais

1950: 50,5% — 15 milhões	1970: 33,0% — 18 milhões
1960: 39,3% — 16 milhões	1980: 26,0% — 19 milhões

Analfabetismo na América Latina

Cuba 1961: 3%	Uruguai 1978: 10%
Argentina 1976: 6%	Costa Rica 1975: 11%

Mais expressivos ainda do que a medida censitária desse resíduo de letrados na população pelo funcionamento da escola são os dados abaixo referentes ao fluxo de alunos da 1.ª à 4.ª série. A escolaridade, como expressão da capacidade que o sistema tem de absorver, é incrivelmente baixa. Metade das nossas crianças não consegue nem saltar a barreira da primeira série para se matricular na segunda, e apenas 40% das crianças alcançam a quarta série, que corresponde àquele mínimo de domínio da escrita e da leitura com o qual uma pessoa está habilitada a operar, com eficácia, dentro de uma sociedade letrada.

1975 — 1.ª série — 1.000	1976 — 2.ª série — 486	1977 — 3.ª série — 464	1978 — 4.ª série — 417
--------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

Examinando esses dados com mais atenção, podemos tirar outras conclusões. A principal delas é desvendar o engodo que se esconde atrás desses números. Ele começa a revelar-se quando se observa que quem passa da segunda para a terceira série progride mais ou menos bem daí por diante: 486 — 464 — 417. Com efeito, quem salta as duas primeiras séries — principais barreiras e verdadeiros depósitos de crianças condenadas à evasão — tem grandes possibilidades de concluir o 1º grau. Isso significa que as primeiras duas séries são as grandes peneiras que selecionam quem vai ser educado (48,6%) e quem vai ser rejeitado (51,4%), quem é escolarizável e quem não é.

Para alcançarmos a necessária objetividade na apreciação da realidade educacional do Brasil, é conveniente fazer algumas comparações. Para isso se prestam bem os dados referentes ao fluxo

da escolaridade em países latino-americanos. O México, que tem maior homogeneidade cultural e um grau semelhante ao nosso desenvolvimento econômico, alcança um desempenho educacional muito melhor, uma vez que promove à segunda série cerca de 70% dos alunos e leva à quarta série mais da metade. O Paraguai e a Bolívia, nações irmãs tanto ou mais pobres do que nós, vivem uma situação ainda mais difícil no que concerne à educação, porque lá a população não fala a língua da escola. No Paraguai se fala guarani; na Bolívia, o quíchua e o aimará; nos dois países, a escola ensina em espanhol. Apesar disso, a porcentagem de crianças que lá concluem as seis séries primárias é maior do que a nossa.

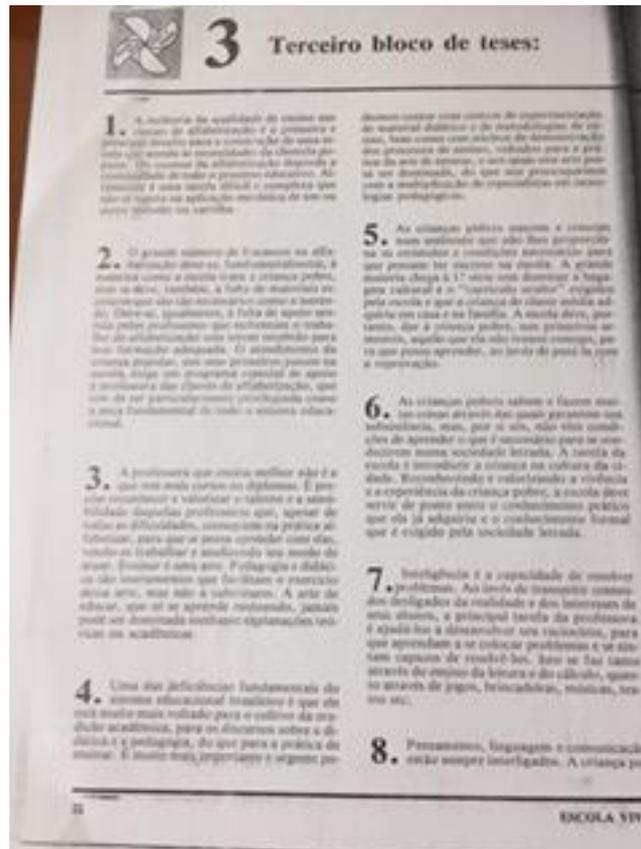
Não nos iludamos pensando que os dados globais referentes ao Brasil como um todo sejam negados quando se focalizam as áreas mais ricas e desenvolvidas, incluindo as grandes cidades. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, considerada, sem sombra de dúvida, aquela em que houve, historicamente, maior investimento na educação, e em que se construiu uma rede escolar frondosa e um professorado multitudinário, mesmo aqui o nosso desempenho educacional é menos do que medíocre. Na verdade, a educação que o Rio de Janeiro provê à sua população é de tão baixa qualidade como a que se ministra nas áreas mais pobres do país. A situação de São Paulo é semelhante, uma vez que, lá também, metade das crianças não está passando da primeira para a segunda série e que a progressão, daí por diante, é igualmente precária. Como se verifica, o mal é generalizado e constitui, sem dúvida, uma doença nacional: não fomos capazes, até hoje, de criar uma escola pública honesta, adaptada às necessidades da população brasileira.



A análise dos dados quantitativos ajudou a sistematizar o documento “Vamos passar a escola a limpo” em três blocos de teses que foram discutidas com os professores no Primeiro Encontro de Professores do Primeiro Grau da Rede Pública, realizado na cidade de Mendes (RJ):

- 1- Primeiro bloco de teses: A análise crítica da situação e dos problemas da escola pública (15 itens);
- 2- Segundo bloco de teses: Metas da programação educacional do governo (19 itens);
- 3- Terceiro bloco de teses: Papel e participação dos professores na nova programação educacional (11 itens).





3 Terceiro bloco de teses:

1. A melhoria da qualidade do ensino em classes de alfabetização é a primeira e mais urgente tarefa da sociedade brasileira. O sucesso da alfabetização depende da continuidade de toda a processo educacional. A alfabetização é uma tarefa coletiva e complexa que não se limita ao trabalho exclusivo de um ou vários professores em sala de aula.
2. O grande número de fracassos na alfabetização deve ser, fundamentalmente, buscado como a causa de uma situação perniciosa, não se deve, portanto, à falta de capacidade do aluno, mas sim à falta de condições adequadas que lhe permitam aprender a ler e escrever. Diversos, igualmente, é falta de apoio técnico pelos professores que ensinam e trabalhar de alfabetização com vários métodos para a sua formação adequada. O atendimento às crianças pequenas, em sala de aula, deve ser organizado segundo as regras e orientações das classes de alfabetização, que não se dá por separado com o conteúdo comum a toda fundamentação de toda a educação escolar.
3. A professora que ensina a ler não é a que tem mais cursos ou diplomas. É preciso reconhecer a valorizar o talento e a habilidade daqueles professores que, apesar de não se dedicarem exclusivamente à prática alfabetizadora, são capazes de ensinar a ler, escrever e trabalhar a nível de sala de aula. Ensinar é uma arte. Pedagogia é ciência e não instrumento que facilita a prática de sala de aula, mas não a substitui. A arte de ensinar, que só se aprende estudando, jamais pode ser dominada mediante especialização técnica ou acadêmica.
4. Uma das dificuldades fundamentais do ensino alfabetizador brasileiro é que ele não tem sido mais valorizado para o ensino da alfabetização, para os debates sobre a didática e a pedagogia, do que para a prática de ensino. É neste ponto, portanto, e segundo os
5. As situações práticas comuns a crianças com dificuldades de aprendizagem devem ser analisadas e discutidas pedagogicamente de maneira crítica e de maneira que permita a construção de novas situações de ensino, visando a melhorar a qualidade do ensino, e não apenas a prática de sala de aula, mas sim a prática de sala de aula em conjunto com o trabalho de sala de aula.
6. As situações práticas comuns a crianças com dificuldades de aprendizagem devem ser analisadas e discutidas pedagogicamente de maneira crítica e de maneira que permita a construção de novas situações de ensino, visando a melhorar a qualidade do ensino, e não apenas a prática de sala de aula, mas sim a prática de sala de aula em conjunto com o trabalho de sala de aula.
7. Intelectualidade é a capacidade de resolver problemas. Ao longo do processo educacional, portanto, a alfabetização é a alfabetização que permite a construção de novas situações de ensino, visando a melhorar a qualidade do ensino, e não apenas a prática de sala de aula, mas sim a prática de sala de aula em conjunto com o trabalho de sala de aula.
8. Pensamento, linguagem e comunicação devem sempre ser trabalhados. A alfabetização

Com base nesse documento autocrítico é que se fixaram as metas fundamentais do Programa Especial de Educação. A primeira dessas metas é expandir a rede pública com o objetivo de extinguir o terceiro turno, garantindo pelo menos 5 horas de aula a todas as crianças e, simultaneamente, criar um milhão de Casas da Criança que estão sendo implantadas onde a população é mais densa e mais carente para acolher crianças de 3 a 6 anos no programa de educação pré-escolar. Para levar à prática essa meta foi implantada uma Fábrica de Escolas que, operando com a tecnologia de argamassa armada, está construindo cerca de 600 m² de obras diariamente.

Outra meta fundamental do Programa Especial de Educação é instituir progressivamente uma nova rede de escolas de dia completo — os Centros Integrados de Educação Pública — CIEPs — que o povo passou a chamar de *Brizolões*. Eles também estão sendo implantados nas áreas de maior densidade e de maior pobreza. Projetados por Oscar Niemeyer, são edificações de grande beleza que constituem orgulho dos bairros onde se edificam. Cada um deles compreende um edifício principal, de administração e salas de aula e de estudo dirigido, cozinha, refeitório e um centro de assistência médica e dentária. Num outro edifício fica o ginásio coberto que funciona também como auditório e abriga os banheiros. Um terceiro edifício é destinado à biblioteca pública que serve tanto à escola como à população vizinha. No edifício principal se integram também instalações para abrigar 24 alunos-residentes.

Os *Brizolões* atendem a 1.000 crianças de 1.ª a 4.ª série ou de 5.ª a 8.ª série, separadamente. Em uns e outros, elas são atendidas de 8 da manhã às 5 horas da tarde e ali recebem, além das aulas, da recreação, da ginástica, 3 refeições e um banho diário. À noite, o *Brizolão* se abre para 400 jovens de 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos. Cada *Brizolão* abriga 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estejam sob a ameaça de cair na delinqüência.

Outra meta do PEE é o aperfeiçoamento do magistério, tanto o que está em serviço quanto o que está ingressando agora, na carreira. Isso se faz nos CIEPs e em Escolas de Demonstração, especialmente criadas com esse objetivo, através de programas de Treinamento em Serviço e de Seminários de Ativação Pedagógica. O Programa produz, ainda, um vastíssimo material de apoio didático, tanto para os CIEPs quanto para a rede comum.

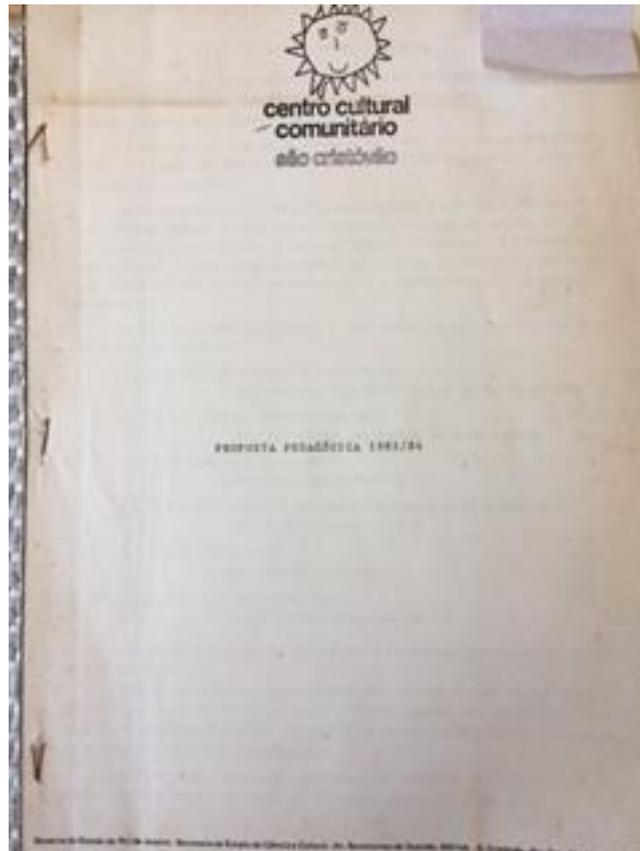
Ao fim do Governo Leonel Brizola, em março de 1987, estarão inaugurados e funcionando 500 *Brizolões* no Rio de Janeiro e mais de um milhão de escolas menores de vários tipos que atenderão, em melhores condições, perto de um milhão de crianças e jovens.

Através de todo este esforço, o que se busca é criar uma escola pública honesta, por que adaptada às condições e às necessidades do alunado popular. Como era de esperar o Programa tem o apoio da população do Rio de Janeiro e está despertando a consciência do Brasil inteiro para a gravidade do nosso problema educacional.



Paralelamente aos estudos, pesquisas e discussões, o governo executa algumas ações importantes, tais como: a criação de dois Centros Culturais, o Programa “Mãos à Obra nas Escolas”, o Programa “Merenda Escolar”, o Programa “Material Didático”, o “Programa Transporte Escolar”, o Programa “Capacitação do Magistério”, as “Escolas de Demonstração” e ainda o levantamento de terrenos do Estado para a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep).

Os Centros Culturais podem ser vistos como uma estratégia para implantar a educação em tempo integral. O primeiro deles, Centro Cultural Comunitário de São Cristóvão, foi instituído como uma “unidade experimental da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), para complementação da jornada escolar”.



I. Alguns dados iniciais

O C.C.C.C. é uma unidade experimental da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, para complementação da jornada escolar, criada pelo atual governo.

Inaugurado no dia 12 de outubro de 1981, situa-se à Rua Bartolomeu de Gusmão nº 815 Funchos, no Bairro de São Cristóvão, próximo ao Marco da Mangueira.

O Centro possui: 1 Gabinete pedagógico, 1 gabinete administrativo, 1 secretaria, 1 sala de administração, 1 sala de aulas, 14 salas de aula, 1 biblioteca, 1 sala de ações, 1 gráfica, 2 laboratórios e 1 refeitório, 1 quadra, 8 banheiros, além de funcionar no mesmo endereço físico o Centro de Ciências e a SEPRO (Seção de Produção de Material).

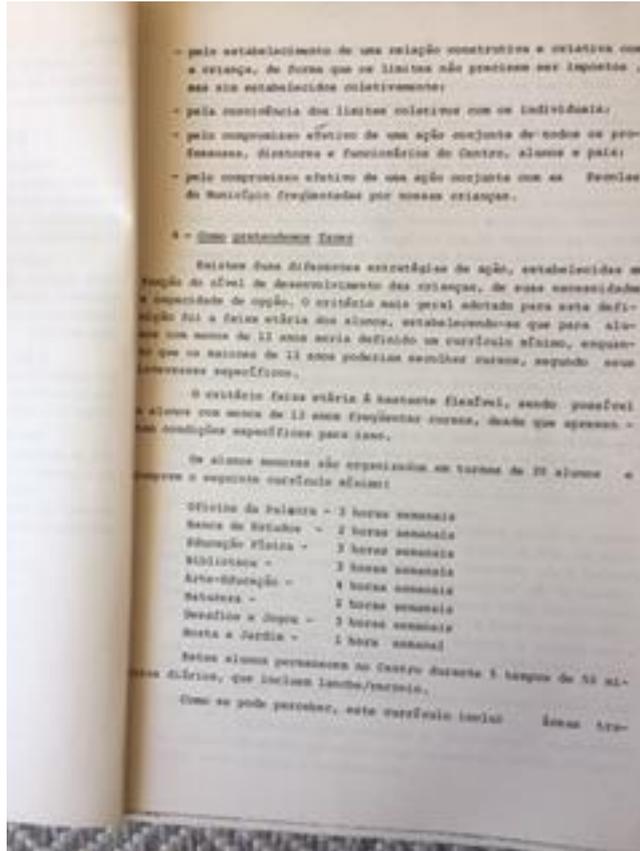
O Centro atende atualmente a 1200 alunos, sendo quase todos alunas das seguintes escolas:

1. E.M.4.7.12 General de Sousa Filho
Rua General Gustavo Cordeiro de Faria nº 378
2. E.M.4.7.13 Marechal Tropicowsky
Av. Bartolomeu de Gusmão nº 1100 Funchos
3. E.M. Humberto de Campos
Rua João Lisboa nº 40
4. E.M.4.7.24 General de Exército Humberto de Souza Melo
Rua 8 de Dezembro nº 175
5. E.M.4.7.1 Uruguai
Rua Ana Mari nº 182
6. E.M.4.7.1. Osquias Elias
Campo de São Cristóvão nº 175

Não houve uma seleção criteriosa na escolha dos professores que atuam neste Centro.

Uma vez que foram convidadas, outras foram "convidadas das convidadas", outras "outras falar". Atuam também como docentes, alguns alunos da antiga FAPER que já trabalhavam nas oficinas, no treinamento e especialização de professores.

Os recursos em sua maioria, pertencem à Secretaria Municipal e Estadual de Educação com total de R\$ sendo assim distribuídos:



Para o segundo, em Ipanema, o governo Brizola transformou as dependências do esqueleto do Panorama Palace Hotel, cuja construção fora iniciada em 1960 e inacabada até 1983, em Centro Cultural e Comunitário de Ipanema e Escola de Capacitação de Magistério.

Já o programa “Mãos à Obra nas Escolas” foi introduzido como uma campanha “para atacar os problemas infra-estruturais”, começando pela restauração física da rede escolar.

Mãos à Obra nas Escolas

Enquanto a Comissão dedicava-se ao planejamento de uma nova superestrutura educacional, o Governador começou a atacar os problemas infra-estruturais, principiando pela restauração física da rede escolar. Lançou a campanha *Mãos à Obra nas Escolas*, que encontrou ressonância extremamente positiva junto à população carioca, a ponto de diversas comunidades oferecerem trabalho voluntário e até mesmo apoio financeiro. Logo no primeiro ano de sua gestão, 787 escolas da rede estadual foram reformadas, graças a essa estratégia participante. Em 1984, mobilizando mais intensamente os recursos da EMOP — Empresa de Obras Públicas, sob a orientação da Secretaria de Estado de Educação, foram promovidas reformas de grande porte em 192 escolas, utilizando verbas orçamentárias da ordem de Cr\$ 43 bilhões. Desmistificava-se assim a idéia de que não existiam verbas para a educação, como se divulgou no passado. Quando há prioridade real, as verbas existem.

Em seguida, o Governo abriu duas novas frentes de trabalho: uma voltada para a recuperação das escolas situadas nas proximidades dos terrenos onde os primeiros CIEPs começavam a aparecer, que beneficiou 95 escolas a um custo de Cr\$ 13 bilhões; outra, com o objetivo de conservar, manter ou efetuar pequenas reformas em unidades estaduais de ensino, sempre que possível aproveitando mão-de-obra local. Para atender às necessidades dessa segunda frente, Brizola criou Comissões Municipais, compostas por 3 funcionários e/ou professores públicos, que receberam então recursos financeiros por um sistema de adiantamento, evitando impasses burocráticos e agilizando a execução das obras.

No total, foram recuperadas 2.294 escolas da rede estadual (praticamente 75% do total de estabelecimentos). Quanto à rede municipal, foram realizadas obras de porte em 447 escolas, dando-se atenção especial a todos os prédios com valor arquitetônico e artístico, incluindo a restauração de suas obras de arte.

A Nova Merenda Escolar

Outro grave problema que desde os primeiros dias de mandato reclamava providências imediatas do Governo do Estado era o da Merenda Escolar. Modificando os mecanismos de distribuição da Merenda por meio de uma política descentralizadora, o Governo do Estado obteve, logo nas primeiras semanas, uma redução de 40% da despesa global, ao mesmo tempo que logrou melhora sensível na qualidade da alimentação fornecida diariamente para quase 2 milhões de crianças da rede pública e de escolas conveniadas.



A quem interessar possa: os dados, a programação e avaliação de todos os programas aqui apresentados podem ser pesquisados em detalhes no Arquivo Darcy Ribeiro, Memorial Darcy Ribeiro (UnB), inclusive as fitas com os programas de atualização do Magistério, com destaque para o Programa “Menino, quem foi seu mestre?”, um artefato de matéria preciosa. O acervo inclui documentos produzidos antes e durante o 1º governo Brizola e estão agrupados em 58 dossiês ordenados cronologicamente por assuntos.

Sim, leitor. De 30 em 30 anos, no Brasil, homens públicos exerceram o encargo, dever, o ônus da função, em benefício da coletividade, do bem comum, da ordem social. Entre outros, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, nas décadas de 1920 e 1930; Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro nos anos 1950-1960; Darcy Ribeiro 1980-1990. Deixaram eles um legado memorável em matéria de Educação. Seria este o momento para renascer das cinzas? Então, que tal atender ao convite de Darcy Ribeiro e “Vamos passar a escola a limpo?”

Yolanda Lima Lobo

Doutora em Educação, membro da Coordenação Editorial da revista Terceiro Milênio e do Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro.